



SENADO FEDERAL

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL**

PAUTA DA 2ª REUNIÃO

(4ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura)

**25/02/2026
QUARTA-FEIRA
às 10 horas**

**Presidente: Senador Nelsinho Trad
Vice-Presidente: Senadora Tereza Cristina**



Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

**2ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 57ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 25/02/2026.**

2ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA

quarta-feira, às 10 horas

SUMÁRIO

1ª PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADES

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	MSF 83/2025 - Não Terminativo -	SENADOR CHICO RODRIGUES	7
2	MSF 84/2025 - Não Terminativo -	SENADOR HAMILTON MOURÃO	82
3	MSF 85/2025 - Não Terminativo -	SENADOR ESPERIDIÃO AMIN	207
4	MSF 3/2026 - Não Terminativo -	SENADOR LAÉRCIO OLIVEIRA	265

2ª PARTE - REUNIÃO DE TRABALHO

FINALIDADE	PÁGINA
Aprovar o Plano de Trabalho do Grupo de Trabalho criado para acompanhar o processo de aprovação e os desdobramentos do Acordo de Associação entre o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a União Europeia (UE).	420

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad

VICE-PRESIDENTE: Senadora Tereza Cristina

(19 titulares e 19 suplentes)

TITULARES			SUPLENTE(S)
Bloco Parlamentar Democracia(MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO)			
Renan Calheiros(MDB)(10)(1)	AL 3303-2261 / 2262 / 2265 / 2268	1 Ivete da Silveira(MDB)(10)(1)	SC 3303-2200
Fernando Dueire(MDB)(10)(1)	PE 3303-3522	2 Professora Dorinha Seabra(UNIÃO)(10)(1)	TO 3303-5990 / 5995 / 5900
Sergio Moro(UNIÃO)(10)(3)	PR 3303-6202	3 Veneziano Vital do Rêgo(MDB)(10)(3)	PB 3303-2252 / 2481
Efraim Filho(UNIÃO)(10)(3)	PB 3303-5934 / 5931	4 Alan Rick(REPUBLICANOS)(10)(3)	AC 3303-6333
Carlos Viana(PODEMOS)(9)(10)(8)	MG 3303-3100 / 3116	5 Marcos do Val(PODEMOS)(9)(10)(8)	ES 3303-6747 / 6753
Tereza Cristina(PP)(10)	MS 3303-2431	6 Laércio Oliveira(PP)(10)(16)	SE 3303-1763 / 1764
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PSB, PSD)			
Nelsinho Trad(PSD)(4)	MS 3303-6767 / 6768	1 Daniella Ribeiro(PP)(4)	PB 3303-6788 / 6790
Mara Gabrilli(PSD)(4)	SP 3303-2191	2 Sérgio Petecão(PSD)(4)	AC 3303-4086 / 6708 / 6709
Rodrigo Pacheco(PSD)(4)	MG 3303-2794	3 Irajá(PSD)(4)	TO 3303-6469 / 6474
Chico Rodrigues(PSB)(4)	RR 3303-2281	4 Cid Gomes(PSB)(4)	CE 3303-6460 / 6399
Bloco Parlamentar Vanguarda(PL, NOVO)			
Astronauta Marcos Pontes(PL)(2)	SP 3303-1177 / 1797	1 Marcos Rogério(PL)(2)	RO 3303-6148
Wellington Fagundes(PL)(13)(14)(2)	MT 3303-6219 / 3778 / 6209 / 6213 / 3775	2 Carlos Portinho(PL)(2)	RJ 3303-6640 / 6613
Jorge Seif(PL)(2)	SC 3303-3784 / 3756	3 Dr. Hiran(PP)(11)	RR 3303-6251
Jaime Bagattoli(PL)(2)(17)	RO 3303-2714	4 Dra. Eudócia(PL)(15)	AL 3303-6083
Bloco Parlamentar Pelo Brasil(PDT, PT)			
Randolfe Rodrigues(PT)(6)	AP 3303-6777 / 6568	1 Jaques Wagner(PT)(6)	BA 3303-6390 / 6391
Humberto Costa(PT)(6)	PE 3303-6285 / 6286	2 Rogério Carvalho(PT)(6)	SE 3303-2201 / 2203
Fabiano Contarato(PT)(6)	ES 3303-9054 / 6743	3 Beto Faro(PT)(6)	PA 3303-5220
Bloco Parlamentar Aliança(PP, REPUBLICANOS)			
Esperidião Amin(PP)(5)	SC 3303-6446 / 6447 / 6454	1 Luis Carlos Heinze(PP)(5)	RS 3303-4124 / 4127 / 4129 / 4132
Hamilton Mourão(REPUBLICANOS)(5)	RS 3303-1837	2 Mecias de Jesus(REPUBLICANOS)(5)	RR 3303-5291 / 5292

- (1) Em 18.02.2025, os Senadores Renan Calheiros e Fernando Dueire foram designados membros titulares, e os Senadores Ivete da Silveira e Veneziano Vital do Rêgo membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 010/2025-GLMDB).
- (2) Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Jorge Seif e Magno Malta foram designados membros titulares, e os Senadores Marcos Rogério e Carlos Portinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG).
- (3) Em 18.02.2025, os Senadores Sergio Moro e Efraim Filho foram designados membros titulares, e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Jayme Campos membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO).
- (4) Em 18.02.2025, os Senadores Nelsinho Trad, Mara Gabrilli, Rodrigo Pacheco e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Daniella Ribeiro, Sérgio Petecão, Irajá e Cid Gomes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).
- (5) Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 002/2025-GABLID/BLALIAN).
- (6) Em 18.02.2025, os Senadores Randolfe Rodrigues, Humberto Costa e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, e os Senadores Jaques Wagner, Rogério Carvalho e Beto Faro membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT).
- (7) Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-CRE).
- (8) Em 19.02.2025, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular e o Senador Marcos do Val, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
- (9) Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular e o Senador Carlos Viana, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLPODEMOS).
- (10) Em 19.02.2025, os Senadores Renan Calheiros, Fernando Dueire, Sergio Moro, Efraim Filho, Carlos Viana e Tereza Cristina foram designados membros titulares, e os Senadores Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Veneziano Vital do Rêgo, Alan Rick e Marcos Do Val membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 006/2025-BLDEM).
- (11) Em 20.02.2025, o Senador Dr. Hiran foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, em vaga cedida ao Partido Progressistas (Of. nº 9/2025-BLVANG).
- (12) Em 13.03.2025, a Comissão reunida elegeu a Senadora Tereza Cristina Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 016/2025-CRE).
- (13) Em 07.05.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 040/2025-BLVANG).
- (14) Em 08.05.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 044/2025-BLVANG).
- (15) Em 08.10.2025, a Senadora Dra. Eudócia foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 105/2025-BLVANG).
- (16) Em 04.02.2026, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 03/2026-BLDEMO).
- (17) Em 24.02.2026, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro titular, em substituição ao Senador Magno Malta, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 006/2026-BLVANG).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUINTAS-FEIRAS 10:00
SECRETÁRIO(A): MARCOS AURÉLIO PEREIRA
TELEFONE-SECRETARIA: 3303-5919
FAX:

ALA ALEXANDRE COSTA, SALA 7
TELEFONE - SALA DE REUNIÕES: 3303-3496
E-MAIL: cre@senado.leg.br
HTTPS://LEGIS.SENADO.LEG.BR/COMISSOES/COMISSAO?CODC
OL=54



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
57ª LEGISLATURA

Em 25 de fevereiro de 2026
(quarta-feira)
às 10h

PAUTA

2ª Reunião, Extraordinária

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL - CRE

1ª PARTE	Indicação de Autoridades
2ª PARTE	Reunião de Trabalho
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19

Atualizações:

1. Inclusão dos relatórios dos Itens 2 e 3 (23/02/2026 15:01)
2. Inclusão do relatório do Item 1 (24/02/2026 15:28)
3. Inclusão de Parte: Reunião de Trabalho para aprovar plano de trabalho do GT Mercosul-UE (24/02/2026 19:16)

1ª PARTE

PAUTA

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 83, DE 2025

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor PEDRO MURILO ORTEGA TERRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Nova Zelândia e, cumulativamente, no Estado Independente da Samoa, no Reino de Tonga, na República de Kiribati e em Tuvalu.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)
[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)
[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 84, DE 2025

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor JOÃO ALFREDO DOS ANJOS JUNIOR, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Quênia e, cumulativamente, na República do Uganda, na República do Burundi e na República Federal da Somália.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)
[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)
[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 85, DE 2025

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor RICARDO PRIMO PORTUGAL, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular Democrática da Coreia.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)
[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)
[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

ITEM 4

MENSAGEM (SF) Nº 3, DE 2026

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor ALEXANDRE PEÑA GHISLENI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Comunidade da Austrália e, cumulativamente, no Estado Independente da Papua Nova Guiné, nas Ilhas Salomão, na República de Fiji, na República de Nauru e na República de Vanuatu.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Laércio Oliveira

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)
[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)
[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

2ª PARTE

Reunião de Trabalho

Finalidade:

Aprovar o Plano de Trabalho do Grupo de Trabalho criado para acompanhar o processo de aprovação e os desdobramentos do Acordo de Associação entre o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a União Europeia (UE).

Anexos da Pauta

[Plano de Trabalho](#)
[Requerimento de aditamento](#)
[Requerimento Inicial](#)

1ª PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADES

1

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE



MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE PEDRO MURILO ORTEGA TERRA

CPF: [REDACTED] Informações pessoais

ID: [REDACTED] Informações pessoais

1964 Nascido no Curitiba, em 29 de outubro de 1964.

Dados Acadêmicos:

1991 Instituto Rio Branco, Curso de Preparação à Carreira de Diplomata
 2001 CAD - IRBr
 2010 CAE - IRBr, O Mercado Indiano de Alimentos: Oportunidade para o Agronegócio Brasileiro? Atualidade e Propostas de Ações de Promoção Comercial.

Cargos:

1992 Terceiro-secretário
 1997 Segundo-secretário
 2003 Primeiro-secretário
 2008 Conselheiro
 2014 Ministro de segunda classe
 2024 Ministro de primeira classe

Funções:

1992-93 Divisão do Oriente Próximo I, assistente
 1993-96 Departamento do Oriente Próximo, assessor
 1996-97 Departamento Econômico, assistente
 1997-2000 Missão junto à CEE, Bruxelas, terceiro-secretário e segundo-secretário
 2000-03 Embaixada em Montevidéu, segundo-secretário e primeiro-secretário
 2003-04 Cerimonial, assessor
 2004-06 Divisão de Inteligência Comercial, chefe substituto
 2006-08 Embaixada do Brasil em Ottawa, primeiro-secretário
 2008-10 Embaixada do Brasil em Nova Delhi, primeiro-secretário e conselheiro
 2010-13 Consulado-Geral do Brasil em Nova York, cônsul-geral adjunto e chefe do SECOM
 2013-14 Ouvidoria Consular, chefe
 2014-16 Divisão da Ásia Meridional, chefe
 2016-18 Embaixada do Brasil em Quito, ministro-conselheiro e encarregado de negócios, a.i.
 2018-19 Consulado-Geral do Brasil em Cantão, cônsul-geral
 2020-23 Departamento de Rússia e Ásia Central, diretor
 2023 Departamento de China, Rússia e Ásia Central, diretor

Condecorações:

2016 Medalha Mérito Santos-Dumont

2018 Medalha Marechal Trompowsky
2019 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 83, DE 2025

(nº 1843/2025, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor PEDRO MURILO ORTEGA TERRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Nova Zelândia e, cumulativamente, no Estado Independente da Samoa, no Reino de Tonga, na República de Kiribati e em Tuvalu.

AUTORIA: Presidência da República



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 1.843

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **PEDRO MURILO ORTEGA TERRA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Nova Zelândia e, cumulativamente, no Estado Independente da Samoa, no Reino de Tonga, na República de Kiribati e em Tuvalu.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **PEDRO MURILO ORTEGA TERRA** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 5 de dezembro de 2025.



EXM nº 710/2025

Brasília, 11 de novembro de 2025.

Senhor Presidente da República,

1 Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **PEDRO MURILO ORTEGA TERRA**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Nova Zelândia e, cumulativamente, no Estado Independente da Samoa, no Reino de Tonga, na República de Kiribati e em Tuvalu, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2 O atual ocupante do cargo, **MARCOS ARBIZU DE SOUZA CAMPOS**, será removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3 Encaminho, anexos, informações sobre os países e o *curriculum vitae* de **PEDRO MURILO ORTEGA TERRA**, para inclusão em Mensagem que solicito seja apresentada ao Senado Federal, para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

MAURO VIEIRA, Ministro de Estado das Relações Exteriores



Documento assinado com Certificado Digital por **Mauro Luiz Iecker Vieira**, Ministro de Estado das Relações Exteriores, em 17/11/2025, às 11:22, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Nº de Série do Certificado: 27457673539823592181420164538



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **7149684** e o código CRC **E70991BE** no site:

https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 2164/2025/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência a Senhora
Senadora Daniella Velloso Borges Ribeiro
Primeira Secretária
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhora Primeira Secretária,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor **PEDRO MURILO ORTEGA TERRA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Nova Zelândia e, cumulativamente, no Estado Independente da Samoa, no Reino de Tonga, na República de Kiribati e em Tuvalu.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 11/12/2025, às 18:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **7209775** e o código CRC **C6E09CCE** no site:

https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00333.001355/2025-11

SEI nº 7209775

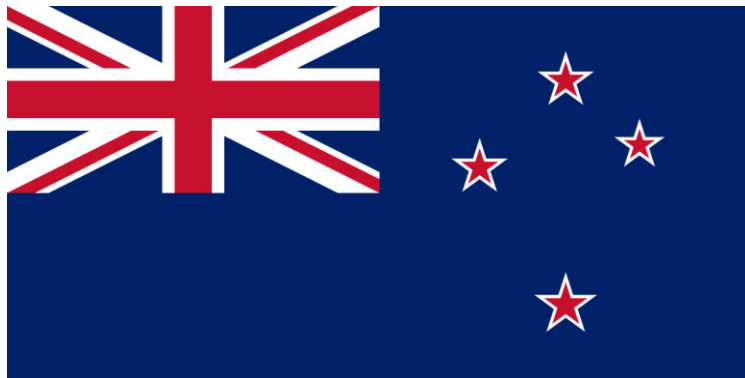
Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

Avulso da MSF 83/2025 [4 de 47]

SECRETARIA DE ÁSIA E PACÍFICO (SEASIA)
Departamento de Japão, Península Coreana e Pacífico (DEJP)
Divisão de Austrália e Pacífico (DAP)

NOVA ZELÂNDIA



Maço ostensivo
Novembro de 2025

DADOS BÁSICOS SOBRE A NOVA ZELÂNDIA

NOME OFICIAL	Nova Zelândia
GENTÍLICO	Neozelandês ou kiwi (informal)
CAPITAL	Wellington
DATA NACIONAL	06/02 (<i>Waitangi Day</i>)
ÁREA	267 710 km ² (<i>Banco Mundial</i>)
POPULAÇÃO (SET/2024)	5,35 milhões (<i>Stats NZ</i>)
LÍNGUA OFICIAL	Inglês, maori e língua de sinais da Nova Zelândia
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Cristianismo 44,3% (Católicos 11,6%, Anglicanos 10,8%, Presbiterianos 7,8%, Metodistas 2,4%), Hinduísmo (2,1%), Budismo (1,4%), sem religião (38,5%)
SISTEMA POLÍTICO	Monarquia parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Unicameral (Parlamento com 120 assentos: 70 membros eleitos diretamente (7 maori), e 50 membros eleitos proporcionalmente). Os membros servem mandatos de três anos.
CHEFE DE ESTADO	Rei Charles III, representado pela Governadora-Geral Dame Cindy Kiro (<i>desde Outubro de 2021</i>)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Christopher Luxon (<i>desde 27 de novembro de 2023</i>)
CHANCELER	Winston Peters (<i>desde 27 de novembro de 2023</i>)
PIB NOMINAL (2023)	US\$ 253,47 bilhões (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP (2023)	US\$ 282,62 bilhões (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PER CAPITA (2023)	US\$ 48,527,8 (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP PER CAPITA (2023)	US\$ 54.109,8 (<i>Banco Mundial</i>)
VARIAÇÃO DO PIB	-0,5 % (2024); 1,8% (2023); 2,2% (2022); 4,6% (2021); -1,3% (2020); 2,2% (2019); 3,4% (2018); 3,6% (2017) (<i>Banco Mundial e Stats NZ</i>)
IDH (2023)	0,939 (16ª posição) (<i>ONU</i>)
EXPECTATIVA DE VIDA (2021)	82,5 anos (<i>ONU</i>)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (SET/2024)	4,8% (<i>Stats NZ</i>)
DÍVIDA EXTERNA (SET/2024)	US\$ 246,4 bilhões (<i>Stats NZ</i>)
INFLAÇÃO (SET/2024)	2,2% (<i>Stats NZ</i>)
UNIDADE MONETÁRIA	Dólar neozelandês
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Richard John Prendergast (<i>desde março de 2022</i>)
EMBAIXADOR DO BRASIL	Marcos Arbizu (<i>desde novembro de 2021</i>)
BRASILEIROS NO PAÍS	Existem cerca de 6.600 brasileiros residentes (<i>Stats NZ/2018</i>)
CUMULATIVIDADES	Kiribati, Samoa, Tonga e Tuvalu

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões FOB) - Fonte: Comex Stat

Brasil → NZ	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025*
Intercâmbio	120	152	142	137	142	138,6	149,8	189,2	203,1	183,04	165,3
Exportações	64	96	83	77	72	80,94	83,5	116,9	116,6	103,7	103,5
Importações	55	56	59	60	70	57,7	66,3	72,3	86,5	79,3	62
Saldo	8	40	24	17	2	23,3	17,2	44,6	30,1	24,4	41,5

*Dados de jan. a out.

PERFIS BIOGRÁFICOS**Cindy Kiro***Governadora-Geral*

Primeira mulher Maori a ocupar a função, a dama Cindy Kiro assumiu suas funções como governadora-geral em 21/10/2021. Nascida em 1958, é doutora em políticas sociais (Universidade de Auckland) e possui diploma MBA pela Universidade Massey. Na área acadêmica, desenvolveu pesquisas em diversas universidades neozelandesas. Também desempenhou funções no setor público, em particular no Ministério da Educação. Seu marido é médico e viveu nas Ilhas Malvinas entre 1996 e 2013, onde, entre 2005 e 2007, exerceu a função de conselheiro legislativo das Ilhas.

Christopher Luxon*Primeiro-Ministro da Nova Zelândia*

Christopher Luxon é o 42º primeiro-ministro da Nova Zelândia, nomeado em 24 de novembro de 2023. É também ministro da Segurança Nacional e Inteligência e ministro responsável pelos Serviços Ministeriais. Entrou no Parlamento nas eleições de 2020 como deputado de Botany e foi eleito líder do Partido Nacional em novembro de 2021. Antes de ingressar no Parlamento, Luxon foi CEO da Air New Zealand de 2013 a 2019. Antes, passou 18 anos trabalhando na empresa Unilever em vários países: Nova Zelândia, Austrália, Reino Unido, EUA e Canadá. Christopher Luxon possui mestrado em Administração de Empresas pela Universidade de Canterbury. É casado e tem dois filhos adultos.

Winston Peters*Ministro das Relações Exteriores*

Winston Peters é ministro das Relações Exteriores e ministro das Corridas (*Racing*). Foi vice-primeiro-ministro até 31/5/2025, tendo sido substituído nessa última função por David Seymour (nascido em 24/6/1983), ministro da Regulação. Peters entrou no Parlamento em 1978 pelo Partido Nacional. Deixou o Partido Nacional em 1993 para criar o partido NZ First e tem sido seu líder desde então. Por duas vezes, Peters foi vice-primeiro-ministro (1996–1998 e 2017–2020) e titular do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comércio (2005–2008 e 2017–2020). Winston Peters cresceu em Northland e possui bacharelado em direito. Trabalhou como professor de ensino primário e secundário e exerceu a profissão de advogado. É ex-representante do rugby Māori da Nova Zelândia.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil e a Nova Zelândia iniciaram relações diplomáticas em 1964 e vêm ampliando o conhecimento mútuo ao longo dos anos, com consequências concretas sobre a qualidade das relações bilaterais. Contribui para essa dinâmica a convergência de valores, como o apreço pela democracia, a consistente defesa dos direitos humanos e o apoio ao multilateralismo.

Em 2001, as duas nações estabeleceram mecanismo bilateral de consultas políticas, que permite aprofundar a convergência de posições sobre livre comércio, democracia e outros temas da agenda internacional. O quadro assim constituído, marcadamente positivo, oferece amplo potencial para novas parcerias em áreas de interesse comum. O Brasil tem buscado direcionar essa cooperação para setores em que a Nova Zelândia possui reconhecida *expertise*. Nos últimos anos, sobressaem iniciativas em produções audiovisuais e educação, e as áreas de “agritech” e aeroespacial apresentam potencial para se tornarem os próximos vetores de aproximação.

Destacam-se, nas relações bilaterais, a cooperação educacional, a atuação coordenada em foros multilaterais e o interesse mútuo em ampliar o intercâmbio comercial. Empresas neozelandesas têm estabelecido parcerias no Brasil principalmente nos setores de agricultura, tecnologia da informação e comunicação, serviços e fabricação de inseticidas e de resinas termoplásticas. As relações no nível interpessoal vêm gradativamente ganhando vulto, com aumento no fluxo de turistas, estudantes e empresários, ainda majoritariamente no sentido Brasil-Nova Zelândia.

A distância geográfica entre os dois países, da ordem de 12 mil quilômetros, constitui fator limitante à construção de relação mais densa. Desde a pandemia de COVID-19, com o encerramento da rota Auckland–Buenos Aires operada pela Air New Zealand, a empresa LATAM opera a única ligação aérea regular entre Brasil e Nova Zelândia.

O fluxo de visitas de alto nível foi retomado após sua suspensão em razão da pandemia de COVID-19. A Ministra do Esporte esteve em Auckland, em julho de 2023, por ocasião da abertura da Copa do Mundo de Futebol Feminino. Parlamentares brasileiros retornaram à cidade em outubro de 2023, para conhecer projeto de empresa neozelandesa de transmissão de energia sem fio de longa distância, e o Secretário de Ásia e Pacífico deslocou-se ao país em março de 2024, para a IX Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas.

No sentido inverso, verifica-se dinâmica semelhante de visitas neozelandesas ao Brasil. Em julho de 2022, o Ministro da Educação visitou São Paulo para promover a Nova Zelândia como destino de estudos. Em outubro de 2024, o Ministro do Comércio e Agricultura, Todd McClay, participou, em Brasília, da Reunião dos Ministros de Comércio do G20 e liderou missão empresarial a São Paulo. O Ministro de Mudanças Climáticas, Simon Watts, chefiou a delegação neozelandesa à COP30.

INTERCÂMBIO COMERCIAL

Em 2024, a Nova Zelândia foi o 103º destino de exportações e a 84ª origem de importações de bens no Brasil. Do ponto de vista neozelandês (StatsNZ), que agrega bens e serviços na balança, o Brasil foi o 44º destino das exportações e a 41ª origem das importações. De janeiro a outubro de 2025, o Brasil exportou mais de US\$ 103,5 milhões e importou US\$ 62 milhões daquele país.

A balança comercial de bens foi superavitária para o Brasil em 2024 em USD 24,4 milhões, resultado de exportações de USD 103,7 milhões e importações de 79,2 milhões. O primeiro item da pauta de exportação surgiu há apenas três anos: trata-se dos grãos de

destilaria, obtidos a partir do resíduo decorrente do processamento do milho para produção de etanol. Com alto teor de proteína, o produto é usado como ração para rebanhos bovinos e ovinos. Desde a abertura do mercado neozelandês para o produto, em 2021, as exportações cresceram rapidamente, e, em 2024, atingiram USD 40,3 milhões, ou 28% da pauta. Compõem, ainda, a pauta exportadora derivados de petróleo, café verde, suco de laranja e medicamentos. No lado da importação destacam-se, além da fruta kiwi, medicamentos, derivados do leite (como caseína e lactose), sementes e pescados.

Barreiras sanitárias impedem a entrada de produtos tradicionais da pauta brasileira, como as proteínas animais "in natura", ao que tudo indica, por resistência do setor produtivo local. Não obstante, há sinalização positiva quanto a produtos de menor impacto, como bile bovina e produtos processados.

Segundo dados do Banco Central do Brasil, a Nova Zelândia é a 41ª origem de investimentos, com estoque de USD 165 milhões em 2023, e 25º destino, com USD 708 milhões. Há dois investimentos brasileiro de monta, provenientes da subsidiária australiana da JBS. São eles o grupo *Primo Foods*, estabelecido na Nova Zelândia desde 2015, e a *Beehive*, principal produtora de bacon, presuntos e congêneres neste país, responsável por cerca de 300 empregos. Além disso, a *Scott Technologies* se dedica a robótica e automação industrial e conta com 650 empregados globalmente, dos quais 225 na Nova Zelândia.

Os investimentos neozelandeses no Brasil mais conhecidos concentram-se no setor leiteiro – o que se coaduna com o status neozelandês de maior exportador mundial de lácteos, com 1/4 do mercado (apenas a UE, no seu conjunto, chega próximo, com fatia ligeiramente inferior).

O comércio bilateral de serviços compõe parcela quase tão relevante quanto as exportações e importações de mercadorias entre o Brasil e a Nova Zelândia. A participação dos serviços na pauta comercial deve-se essencialmente aos estudantes e turistas que o Brasil envia para a Nova Zelândia. Segundo o governo neozelandês, em 2024, os brasileiros representaram cerca de um terço de todos os estudantes e turistas da América Latina.

A Embraer ainda não conseguiu vender jatos civis na Nova Zelândia por características muito específicas do mercado local, como o fato de poucos aeroportos regionais no país possuírem certificados que possibilitem a operação de jatos com as características das principais famílias de produtos da Embraer, favorecendo turboélices de menor porte. Em estágio exploratório, a Embraer tem feito contatos com potenciais clientes. Os principais alvos têm sido companhias que hoje operam com helicópteros, seja para transporte em grandes áreas urbanas na região de Auckland, ou para voos panorâmicos turísticos na Ilha Sul, próximo às regiões dos fiordes e glaciares neozelandeses.

Câmara de Comércio Nova Zelândia – Brasil

Foi criada em dezembro de 2023, em Auckland, a Câmara de Comércio Nova Zelândia - Brasil (*New Zealand – Brazil Business Chamber - NZBBC*), antiga aspiração das comunidades empresariais nos dois países, com objetivo de estreitar os laços, fomentar e facilitar negócios. A entidade funcionará sob os auspícios da *Auckland Business Chamber*.

Durante missão do Ministro do Comércio, Todd McClay, em outubro de 2024, foi inaugurada Câmara de Comércio de Auckland em São Paulo, ocasião em que foram assinados treze acordos entre empresas dos dois países, nas áreas de tecnologia, inovação e educação, ademais de acordo no setor aeroespacial.

Infraestrutura

O plenário do Senado Federal aprovou, em setembro de 2018, o texto do "Acordo Sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Nova Zelândia", celebrado em Brasília, em 11 de março de 2013, propiciando a ratificação do acordo. O acordo gerou novo marco jurídico para a operação de serviços aéreos entre os territórios de Brasil e Nova Zelândia, contribuindo para o adensamento das relações bilaterais nos setores do turismo e do investimento. O acordo possui cláusula de livre determinação de capacidade, abolindo as restrições de frequência. Essa mudança representa marco adequado para o incremento do intercâmbio de carga e de passageiros entre os dois países.

Cabe destacar iniciativa da prefeitura de Auckland, de promover a cidade como "hub" interregional. Nesse contexto, promove o projeto denominado "Southern Link" ou "Southern Cross", que busca incentivar o estabelecimento de rota aérea direta Auckland-São Paulo, cujo principal atrativo seria concretizar ligação aérea mais curta entre o Brasil e a China.

COOPERAÇÃO BILATERAL

Ciência, Tecnologia e Inovação

A Nova Zelândia é celeiro dinâmico de pesquisa nos campos mais variados, da biotecnologia às ciências ambientais, em especial em áreas como processamento de laticínios e genética animal e vegetal. O país orgulha-se de estar constantemente vivendo processos de reinvenção, já que, em razão de sua insularidade peculiar, habituou-se a ser autossuficiente.

A Nova Zelândia figura na 24a. posição no "Global Innovation Index 2024", publicado pela OMPI, acima da média regional. De maneira mais ampla, devido à pequena escala do país, é um mercado que se presta bem a iniciativas de entes subnacionais brasileiros. A Secretaria de Educação do estado do Paraná realizou, em agosto de 2024, missão ao país, com o objetivo de conectar as sete universidades estaduais paranaenses às oito universidades neozelandesas, com foco inicial em pós-doutorado.

Cooperação educacional

O Brasil é um mercado importante para o setor de educação da Nova Zelândia. Em 2017, cerca de 3.600 estudantes brasileiros passaram pela Nova Zelândia, a maioria deles em cursos de inglês. A *Education New Zealand* (ENZ), responsável pelo desenvolvimento da área internacional do sistema de educação neozelandês, homenageou o Brasil na edição de 2018 da *New Zealand International Education Conference*, ressaltando que o país é a maior fonte de estudantes na América Latina.

Os dois países têm Acordo sobre Programa de Férias e Trabalho desde 2010. O acordo estipula que, anualmente, até trezentos nacionais de cada um dos dois países, entre 18 e 30 anos, pode receber visto para permanecer e exercer atividade remunerada no território da outra parte por até doze meses, improrrogáveis.

TEMAS CULTURAIS

A maioria da população da Nova Zelândia possui pouco conhecimento sobre o Brasil, sendo muitas vezes a imagem brasileira associada ao bloco latino-americano de fala hispânica. Contribui para a divulgação do Brasil a grande presença de estudantes brasileiros, principalmente nas escolas de nível médio. Entre os aspectos da cultura

brasileira mais conhecidos na Nova Zelândia, destacam-se a música (bossa-nova, samba e choro), a capoeira e o jiu-jitsu brasileiro, esportes que contam com diversos profissionais nas principais cidades do país.

A principal iniciativa cultural é a coorganização do “Latin American and Spain Film Festival” (LASFF). O evento leva uma obra cinematográfica de cada um dos sete países participante a dez cidades neozelandesas, alcançando mais de 6 mil espectadores. O Brasil mantém importante apoio a iniciativas culturais da comunidade, particularmente, as de ensino de português como língua de herança. Em 2025, a prefeitura de Auckland disponibilizou sede própria para a instituição Brasileirinho.

TEMAS CONSULARES

A população brasileira residente na Nova Zelândia, estimada em cerca de 12 mil pessoas, tem crescido velozmente - 37% no período de 2018 a 2023, segundo a agência estatal StatsNZ. Quase metade da comunidade brasileira concentra-se na metrópole Auckland e arredores. Nos últimos anos, a cidade de Queenstown, na Ilha Sul, passou a reunir a segunda maior concentração de brasileiros, representando uma das maiores diásporas estrangeiras naquela cidade, consistindo, em especial, de trabalhadores da indústria do turismo. Além da capital, há ainda comunidades significativas em Christchurch, maior cidade da Ilha Sul, e em Tauranga, principal cidade portuária.

Vistos e imigração

Os cidadãos de ambos os países foram isentos de visto para entrar e permanecer nos respectivos territórios por até 90 dias, em sintonia com o Acordo sobre Isenção Parcial de Vistos, em vigor desde outubro de 2004. A partir de outubro de 2019, o governo neozelandês passou a exigir a autorização de viagem eletrônica (*electronic travel authority* - ETA) para visitantes estrangeiros de alguns países, incluídos os brasileiros e cidadãos de 59 outras nacionalidades, ao custo de NZD 17,00 (por aplicativo) ou NZD 23,00 (por website). Entre as nacionalidades que anteriormente estavam isentas do ETA, somente os cidadãos australianos permanecem com a isenção.

Brasil e Nova Zelândia também contam com o Acordo sobre o Programa de Férias e Trabalho, em vigor desde agosto de 2010, que permite que, anualmente, até 300 brasileiros e neozelandeses com idade entre 18 e 30 anos, possam trabalhar por um período de até 12 meses no outro país, por meio do visto especial previsto no acordo.

Turismo

É grande o número de brasileiros que visitam a Nova Zelândia a turismo. Em 2024, em torno de 10 mil brasileiros visitaram o país, representando queda de quase 50% em relação aos 19 mil de 2018. Em contrapartida, a Nova Zelândia não figura entre os principais emissores de turistas ao Brasil.

Encontros de alto nível:

Visitas e Encontros de Chefes de Estado e de Governo

Até o momento, não houve visita à Nova Zelândia por parte de chefe de governo brasileiro.

A então primeira-ministra Helen Clark visitou o Brasil em 2001, na primeira visita de um chefe de governo neozelandês ao país. Na ocasião, foi inaugurada a embaixada da Nova Zelândia em Brasília e foram assinados três acordos bilaterais: de cooperação científica e tecnológica, de criação do mecanismo de consultas políticas bilaterais e de dispensa de vistos de turismo para cidadãos de ambos os países.

Em março de 2013, o então primeiro-ministro John Key realizou visita oficial ao Brasil. Traduziu desejo do governo, então liderado pelo Partido Nacional, de reforçar seus vínculos com a América Latina e, em especial, com o Brasil. Essa política dá continuidade à lançada pelo Partido Trabalhista que, em 2000, aprovou a "Latin America Strategy", que incentivou a abertura da embaixada da Nova Zelândia em Brasília (2001). Na ocasião, foi assinado o Acordo de Serviços Aéreos, com o intuito de estimular as possibilidades de ligação aérea mais direta entre os dois países. O acordo foi ratificado pelo Congresso Nacional em setembro de 2018. A publicação pelo Brasil, em dezembro de 2018, do decreto de promulgação do Acordo bilateral sobre Serviços Aéreos (Decreto 9.608), poderá facilitar a implementação de conexão aérea direta entre o Brasil e a Nova Zelândia (Auckland e São Paulo ou Rio de Janeiro).

A visita do então primeiro-ministro John Key representou um avanço na cooperação em setores de interesse prioritário para os dois países, como esportes, turismo, educação, agricultura, comércio e investimentos. A então presidente Dilma Rousseff referiu-se particularmente ao aumento dos investimentos neozelandeses no Brasil e saudou a iniciativa da Fonterra de aumentar seus investimentos na produção de lácteos no país. A iniciativa de cooperação trilateral com o Suriname também foi lançada durante a visita de Key, tendo o projeto sido efetivamente iniciado em 2016. Com a cooperação trilateral, a *Landcare Research* e a EMBRAPA trabalharam juntas para a melhoria do cultivo do arroz nas terras altas do Suriname. Na ocasião, a Nova Zelândia demonstrou interesse em firmar Acordo de Coprodução Cinematográfica com o Brasil.

Em agosto de 2016, por ocasião dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, o governador-geral da Nova Zelândia, Jerry Mateparae, visitou o Brasil, onde cumpriu agenda no Rio de Janeiro e participou das cerimônias olímpicas.

Encontros de Chanceleres

O ministro Celso Amorim foi o primeiro e único ministro das Relações Exteriores brasileiro a visitar a Nova Zelândia, por duas vezes, em 1994 e 2008. Em sua última visita oficial, realizada em agosto de 2008, foram assinados dois acordos: o Programa de Férias e Trabalho e o Memorando de Entendimento sobre Cooperação em matéria de Conservação Ambiental. Já do lado neozelandês, visitaram o Brasil os seguintes chanceleres: Don McKinnon (1998), Phil Goff (2004), Winston Peters (2007) e Murray McCully (São Paulo, agosto de 2010).

Em 16 de dezembro de 2024, aconteceu telefonema entre o ministro Mauro Vieira e o chanceler da Nova Zelândia, Winston Peters. A chamada foi proposta pelo lado neozelandês. O ministro Peters transmitiu a decisão de seu país de aderir à Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, tornando-se assim o 90º país a integrá-la desde seu lançamento, em novembro de 2024.

Relações parlamentares

O Grupo Parlamentar Brasil-Nova Zelândia foi inaugurado em 2001, sendo reinstalado com nova formação a cada legislatura.

Na 57ª legislatura, em 2023, o grupo foi reinstalado sob a presidência do deputado Júlio César (PSD/PI) e conta também com os deputados Alexandre Guimarães (REP/TO), Amanda Gentil (PP/MA), Icaro de Valmir (PL/SE), Laura Carneiro (PSD/RJ), Marangoni (União/SP), Marussa Boldrin (MDB/GO) e Thiago de Joaldo (PP/SE), além da senadora Jussara Lima (PSD-PI), num total de nove integrantes.

Outras visitas

Em 2010, o então governador da Bahia visitou a Nova Zelândia. Em fevereiro de 2016, o governador de Goiás cumpriu agenda na Nova Zelândia, em Wellington e Auckland. Em abril de 2018, ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) visitou Wellington para tratar, com autoridades neozelandesas, do papel das entidades fiscalizadoras superiores em questões relacionadas ao meio ambiente. Ministra do Esporte visitou a Nova Zelândia em julho de 2023, por ocasião da abertura da Copa do Mundo FIFA de Futebol Feminino e encontrou-se brevemente com o premiê Chris Hipkins e o presidente da FIFA, Gianni Infantino.

Em 2024, o Ministro do Comércio neozelandês, Todd McClay, realizou visita ao Brasil, de 21 a 25 de outubro. A autoridade liderou delegação empresarial em visita a São Paulo e deslocou-se a Brasília para encontros no âmbito de reunião do G20. Reuniu-se com o vice-presidente e ministro em 23/10.

Mecanismo de Consultas Políticas

Os dois países mantêm mecanismo bilateral de consultas políticas, criado em 20 de novembro de 2001, com o objetivo de discutir o intercâmbio e a cooperação bilaterais, bem como promover a troca permanente de impressões sobre os diversos temas que compõem as agendas regionais e multilateral. Após intervalo de quatro anos, a VIII edição do Mecanismo ocorreu em Brasília, em fevereiro de 2018. A delegação neozelandesa foi chefiada pelo embaixador Ben King, subsecretário do MFAT para as Américas. A IX edição, foi realizada em março de 2024.

POLÍTICA EXTERNA

A Nova Zelândia apresenta-se como país de vanguarda: foi o primeiro a conferir voto às mulheres (1853); a assegurar cadeiras no parlamento aos povos originários, os Maoris (1867); a criar sistema de bem-estar social (1938); e, a partir de 2019, o primeiro a adotar o *wellbeing budget*, orçamento público que pretende garantir a seu povo, entre outros objetivos, a saúde mental e o combate às mudanças climáticas, à exclusão social e à violência doméstica. Tal proposta, apresentada pela primeira-ministra Jacinda Ardern na reunião de Davos, é construída a partir do conceito maori de "kaitiakitanga", ou seja, respeito às gerações atuais e futuras.

A Nova Zelândia é uma democracia parlamentar nos moldes do sistema político britânico. O rei Charles III é o chefe de Estado e é representado, desde 2021, pela governadora-geral, Cindy Kiro. O Poder Executivo emana do Parlamento, apresentando-se o primeiro-ministro, Christopher Luxon como chefe de governo desde novembro de 2023. No sistema político neozelandês, o Parlamento é convocado, prorrogado ou dissolvido pelo governador-geral, sendo o alistamento eleitoral obrigatório, embora seja conferido à população o voto optativo. O Parlamento neozelandês tornou-se unicameral em 1950, quando a Câmara Alta foi abolida.

O sistema eleitoral bipartidário foi substituído, em 1993, pelo sistema eleitoral proporcional misto, inspirado no modelo alemão. Os eleitores têm direito a dois votos: um em representante local e outro em partido político. Existem 122 vagas no Parlamento: 70 vagas são preenchidas pelo voto eleitoral e 52 vagas pelo voto em listas de partidos. A introdução do sistema proporcional aumentou a representação dos partidos pequenos. Apesar do fim do bipartidarismo, o Partido Trabalhista e o Partido Nacional (sucessor do antigo Partido Liberal) continuam a revezar-se no poder. Pelo menos desde a década de 1980, ambos os partidos têm adotado políticas como a eliminação de subsídios ao setor agrícola, a redução das tarifas de importação e a privatização de estatais.

ECONOMIA

A Nova Zelândia é um país de economia aberta. O programa de reformas iniciado na década de 1980 desregulamentou a economia, procurando torná-la mais competitiva frente ao mercado internacional. Nas últimas décadas, o governo neozelandês transformou o país - anteriormente uma nação agrária dependente do acesso facilitado ao mercado britânico - em uma economia mais dinâmica, com poder de competir globalmente, o que contribuiu para impulsionar o PIB do país e desenvolver as capacidades tecnológicas do setor industrial, voltado às exportações de laticínios e bens agroindustriais, com a conseqüente atração de capital estrangeiro para sua economia.

A Nova Zelândia é país signatário do CPTPP (*Comprehensive and Progressive Agreement for Trans-Pacific Partnership*), acordo concluído em 2018, e que constitui a 4ª maior área de livre comércio, e do RCEP (*Regional Comprehensive Economic Partnership*), concluído em 2020, e que será a maior área de livre comércio, respondendo por um mercado de 2,2 bilhões de pessoas (cerca de 30% da população mundial), e um PIB de mais de US\$ 26 trilhões (cerca de 30% do produto global). Em relação ao RCEP, a harmonização das regras de origem entre os países membros é apontada como um dos principais resultados do acordo, ao permitir trânsito de bens entre os países signatários ao amparo de apenas um certificado de origem.

Desempenho macroeconômico

No ano calendário 2024, a Stats NZ, agência oficial de estatísticas neozelandesa, reportou queda de 0,5% do PIB. O combate à inflação exigiu juros altos por muito tempo, o que esfriou consumo e afetou o investimento e a construção, em contexto de mundo crescendo pouco e ajuste gradual das contas públicas. Em paralelo, a renda real das famílias continuou pressionada e o impulso da migração líquida diminuiu, limitando ainda mais a capacidade de reação da atividade econômica.

Comércio Exterior

Em função do limitado mercado doméstico, a economia da Nova Zelândia apoia-se no desempenho do comércio exterior, o qual representou 46% do produto interno bruto em 2021. A pauta exportadora neozelandesa confirma a concentração em "commodities" primárias: as vendas de laticínios, carnes e madeiras (os três principais produtos exportados) somaram NZD 36 bilhões, ou seja, 56% das exportações locais.

As importações estão mais bem distribuídas, embora predominem produtos manufaturados (a Nova Zelândia importa poucos alimentos e produtos básicos): veículos, maquinário mecânico e equipamento foram os principais produtos importados.

Os principais destinos das exportações foram China, Austrália e EUA. As principais origens das importações da NZ também foram China, Austrália e EUA. Nenhum país latino-americano figura entre os vinte principais parceiros da NZ.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

- 1964 - Estabelecimento de relações diplomáticas.
- 1986 - Memorando de entendimento sobre intercâmbio comercial e cooperação científico-tecnológica, industrial e econômica.
- 1994 - Visita à Nova Zelândia do ministro de Estado das Relações Exteriores, embaixador Celso Amorim.
- 1997 - Abertura da embaixada do Brasil em Wellington.
- 1998 - Visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros e Comércio, Don McKinnon.
- 2001 - Visita ao Brasil da primeira-ministra Helen Clark.
- 2001 - Abertura da embaixada residente da Nova Zelândia em Brasília.
- 2004 - Visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros, Phil Goff.
- 2005 - Visita à Nova Zelândia do ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues.
- 2006 - Visita à Nova Zelândia do assessor especial da presidência da República para Assuntos Internacionais, Professor Marco Aurélio Garcia.
- 2006 - Visita ao Brasil do ministro da Conservação Ambiental da Nova Zelândia, Chris Carter, por ocasião da COP-8.
- 2007 - Visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros, Winston Peters.
- 2007 - Visita ao Brasil do ministro do Comércio, Phil Goff.
- 2007 - Visita ao Brasil do ministro do Meio Ambiente Chris Carter, por ocasião da III Reunião Ministerial do FOCALAL.
- 2008 – Visita do assessor especial para a Ásia, embaixador João Gualberto Marques Porto, a Auckland e Wellington.
- 2008 – Realização da IV Reunião de Consultas Políticas Brasil-Nova Zelândia, em Wellington.
- 2008 – Visita do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, à Nova Zelândia.
- 2008 – Assinatura do Acordo sobre o Programa de Férias e Trabalho.
- 2009 – Visita ao Brasil do ministro da Agricultura e Reflorestamento, David Carter.
- 2009 - Realização do “Brazil Business Forum”, em Auckland, Christchurch e Wellington.
- 2010 – Assinatura entre a Petrobras e o Ministério da Energia e dos Recursos Minerais da Nova Zelândia de contrato para a prospecção e exploração de gás e petróleo em águas profundas.
- 2010 – Entrada em vigor, no Brasil, do Acordo sobre o Programa de Férias e Trabalho.
- 2010 – Visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros, Murray McCully.
- 2010 – Visita ao Brasil do ministro do Comércio Exterior, Tim Groser.
- 2011 - V Reunião bilateral de Consultas Políticas, em Brasília, presidida pela SGAP II e pelo secretário-geral e diretor executivo do MFAT, John Allen.
- 2013 – VI Reunião bilateral de Consultas Política, em Wellington.
- 2013 – Visita ao Brasil do primeiro-ministro da Nova Zelândia, John Key (9 a 12 de março).
- 2013 – Visita do embaixador Colin Keating, enviado especial do primeiro-ministro da Nova Zelândia para assuntos do Conselho de Segurança das Nações Unidas (outubro).
- 2013 – Visita da embaixadora Andrea Smith, subsecretária para Ásia e Américas (novembro).

- 2014 – VII Reunião bilateral de Consultas Políticas, em Brasília, presidida pelo SGAP II, embaixador José Alfredo Graça Lima, e pela diretora do Departamento de Américas do MFAT, embaixadora Jane Coombs.
- 2015 – Visita ao Brasil do ministro do Desenvolvimento Econômico, Steven Joyce.
- 2016 – Visita ao Brasil da subsecretária de Assuntos Consulares, Legais e Multilaterais, Lucy Duncan (maio).
- 2016 – Visita ao Brasil do governador-geral, Jerry Mateparae, por ocasião dos Jogos Olímpicos (julho).
- 2017 – Visita ao Brasil da diretora da Divisão de Américas, Felicity Buchanan (abril).
- 2018 – VIII Reunião bilateral de Consultas Políticas, em Brasília (fevereiro).
- 2024 – IX Reunião bilateral de Consultas Políticas, em Wellington (março)
- 2024 – Visita do Ministro do Comércio Todd McClay, para reunião do TIWG (G20) e encontro com o MDIC/VPR, São Paulo e Brasília (outubro).
- 2024 – Telefonema entre os chanceleres Mauro Vieira e Winston Peters (dezembro)

CRONOLOGIA HISTÓRICA

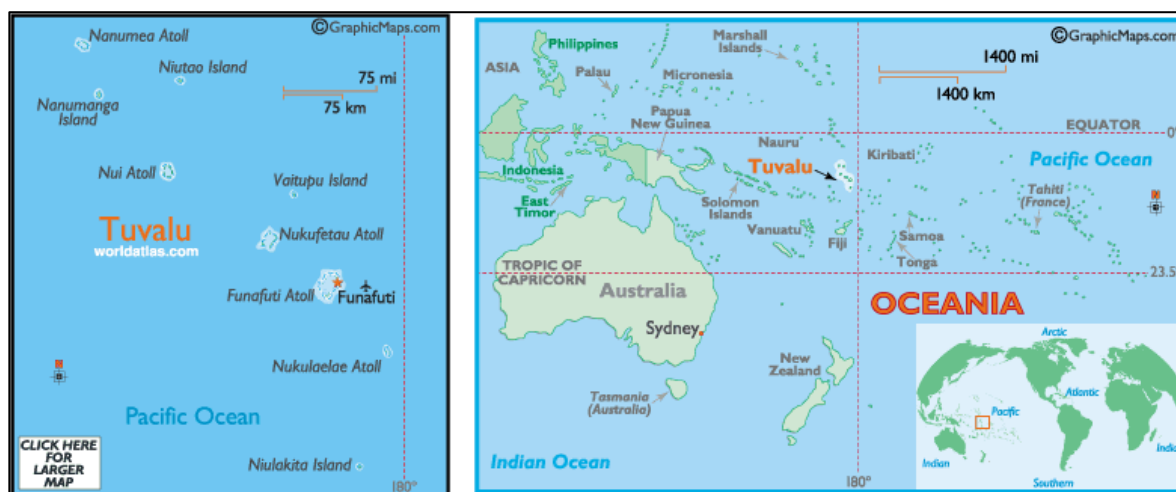
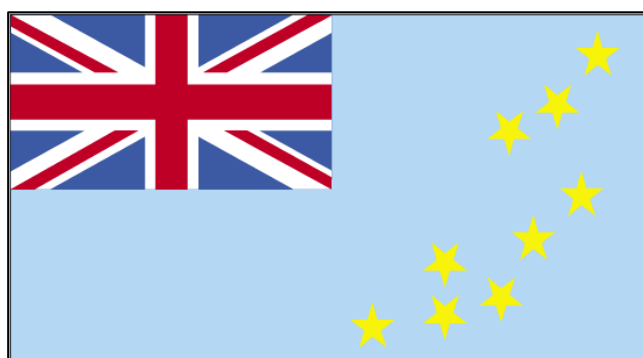
- 1642 - O explorador holandês, Abel Tasman, torna-se o primeiro europeu a ‘descobrir’ o país.
- 1814 - Missionários cristãos iniciam catequização e alfabetização do povo Maori, além do ensinamento de técnicas agrícolas.
- 1840 - O Tratado de Waitangi é assinado pelos representantes da Rainha Vitória e chefes das tribos Maori.
- 1860/1880 - “Guerras da Terra”: conflito entre tribos Maori e colonizadores europeus.
- 1893 - As mulheres conquistam o direito ao voto, tornando a Nova Zelândia o primeiro país do mundo a instituir o voto feminino.
- 1914/19 - Durante a Primeira Guerra Mundial, tropas neozelandesas lutam ao lado da Grã-Bretanha.
- 1938 - O “Social Security Act” expande o Estado do Bem-Estar Social de forma significativa.
- 1939-1945 - Na Segunda Guerra Mundial, tropas neozelandesas unem-se aos Aliados.
- 1953 - Visita da Rainha Elizabeth II (a primeira de um monarca ao país).
- 1970 - Crescimento do número de imigrantes originários das Ilhas do Pacífico e do Sudeste Asiático.
- 1973 - O Reino Unido adere à Comunidade Econômica Europeia, levando a Nova Zelândia a adotar estratégias para diversificar seus mercados.
- 1983 - Assinatura do *Closer Economic Relations* com a Austrália.
- 1984 – Em razão de sua política anti-nuclear, a Nova Zelândia abandona a coalizão ANZUS (Austrália, Nova Zelândia e EUA).
- 1985 - O navio de protesto anti-nuclear do Greenpeace, “Rainbow Warrior”, é bombardeado no porto de Auckland por agentes franceses.
- 1996 - O Partido Nacional vence as eleições, com minoria de assentos, e forma coalizão com o partido “New Zealand First”, liderado por Winston Peters, que assume o cargo de vice-primeiro-ministro.
- 1999 - Os trabalhistas vencem as eleições gerais. Helen Clark torna-se a primeira mulher eleita para o cargo de primeira-ministra.
- 2008 - A Nova Zelândia assina Acordo de Livre Comércio com a China.
- 2008 - O Partido Nacional elege o primeiro-ministro John Key.

- 2009 – A Nova Zelândia assina Acordo de Livre-Comércio com a ASEAN.
- 2011 - O terremoto em Christchurch, na Ilha Sul, causa danos estimados entre 7 a 10 bilhões de dólares norte-americanos.
- 2016 – Bill English assume como primeiro-ministro após a renúncia inesperada de John Key.
- 2017 – Jacinda Ardern se torna primeira-ministra.
- 2019 – Atentados de 15 de março em Christchurch, perpetrados por cidadão australiano em mesquita, deixa 51 mortos e vários feridos.
- 2023 – Início do governo de Chris Hipkins, em substituição à PM Jacinda Ardern, que renunciou em janeiro.
- 2023 – Início do governo de Christopher Luxon (novembro).
- 2024 – Visita do Ministro do Comércio e Agricultura, Todd McClay (outubro).

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SECRETARIA DE ÁSIA E PACÍFICO (SEASIA)
Departamento de Japão, Península Coreana e Pacífico (DEJP)
Divisão de Austrália e Pacífico (DAP)

TUVALU



**Maço ostensivo
Novembro de 2025**

DADOS BÁSICOS SOBRE TUVALU	
NOME OFICIAL	Tuvalu
GENTÍLICO	tuvaluano
CAPITAL	Funafuti
DATA NACIONAL	1/10
ÁREA	30 km ² (<i>Banco Mundial</i>)
POPULAÇÃO (2023)	9,816 (<i>Banco Mundial</i>)
LÍNGUA OFICIAL	Tuvaluano, inglês, samoano, kiribati
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Protestantismo (92,4%)
SISTEMA POLÍTICO	Monarquia constitucional parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Casa da Assembleia unicameral (16 assentos para mandatos de quatro anos)
CHEFE DE ESTADO	Rei Charles III, representado pelo governador-geral Rev Tofiga Vaevalu Falani (<i>desde 2021</i>)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Feleti Penitala Teo (<i>desde 28 de fevereiro de 2024</i>)
CHANCELER	Paulson Panapa (<i>desde 28 de fevereiro de 2024</i>)
PIB NOMINAL (2023)	US\$ 62,28 milhões (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP (2023)	US\$ 65.68 milhões (<i>Banco Mundial</i>)
PIB NOMINAL <i>per capita</i> (2023)	US\$ 5,465.1 (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP <i>per capita</i> (2023)	US\$ 5,763.5 (<i>Banco Mundial</i>)
VARIAÇÃO DO PIB	0,7% (2022), 3,0% (2021), 3,2% (2020); 8,3% (2019); 1,3% (2018); 2,9% (2017) (<i>Banco Mundial</i>)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (2022)	0,653 (132º lugar) (<i>ONU</i>)
EXPECTATIVA DE VIDA (2021)	64,5 anos (<i>ONU</i>)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2016)	8,5% (<i>Banco Mundial</i>)
UNIDADE MONETÁRIA	dólar tuvaluano
EMBAIXADOR EM FUNAFUTI (cumulatividade com Wellington)	Marcos Arbizu (<i>desde novembro/2021</i>)
EMBAIXADOR NO BRASIL	Não há.

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhares FOB) - *Fonte: Comex Stat*

BRASIL → TUVALU	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Intercâmbio	187	456	0,3	2,3	28,3	911	739	662	2,2	62,7	0,55	6,0
Exportações	49	454	0	2,3	28,3	911	739	660	2,1	62,6	0,36	0
Importações	138	1,6	0,3	0	0	0	0	2	0,06	0,1	0,19	6,0
Saldo	-89	452	-0,3	2,3	28,3	911	739	658	2	62,5	0,17	-6,0

PERFIS BIOGRÁFICOS

Rev Tofiga Vaevalu Falani *Governador-Geral*



Em setembro de 2021, Falani foi nomeado governador-geral de Tuvalu. Como governador-geral, Falani também atua como vice-rei de Tuvalu. Falani fora governador-geral interino em agosto de 2017, durante a ausência de Sir Iakoba Italeli. Falani é ministro religioso tuvaluano e preside a Igreja de Tuvalu desde 2008.

Feleti Teo *Primeiro-Ministro*



Feleti Teo, que foi educado na Nova Zelândia e na Austrália, foi o primeiro procurador-geral de Tuvalu. Tem experiência como alto funcionário do Fórum das Ilhas do Pacífico (FIP), da Agência de Pesca do FIP e do Fórum de Desenvolvimento das Ilhas do Pacífico (FDIP). Em 28 de fevereiro de 2024, Feleti Teo foi eleito PM por unanimidade pelos parlamentares de Tuvalu.

Paulson Panapa *Ministro das Relações Exteriores*



Paulson Panapa (nascido em 1967) é político tuvaluano e foi funcionário público e diplomata. Foi nomeado Alto Comissário de Tuvalu em Fiji em 2014 e na Nova Zelândia em 2017. Panapa foi secretário adjunto do Parlamento de 1991 a 1995 e secretário de 1995 a 2004. Foi também Secretário de Obras, Águas e Energia (2010) e Secretário de Educação, Juventude e Esportes (2011). Na área esportiva, Panapa foi meio-campista (2008-2009) na equipe First Eleven e treinador do F.C. Tofaga. Foi presidente da Associação Nacional de Futebol de Tuvalu (TNFA) (2001-05; 2010-13). Assumiu a pasta de Relações Exteriores em 28 de fevereiro de 2024.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Tuvalu estabeleceram relações diplomáticas em 2006. A limitada conectividade com a ilha apresenta desafios para o adensamento das relações bilaterais. Adicionalmente, a diminuta estrutura governamental e a ausência de presença física brasileira no país dificultam maior interlocução com Funafuti.

A agenda ambiental e de combate ao aquecimento global ganha premência na relação bilateral. Tuvalu está entre os países do Pacífico insular mais vulneráveis aos impactos ambientais, como a elevação do nível do mar, eventos climáticos extremos e degradação dos ecossistemas marinhos.

A ministra de Mudanças Climáticas, Maina Talia, chefiou a delegação tuvaluana à COP30, em Belém. Em 2012, o Primeiro-Ministro de Tuvalu, Willy Telavi, visitou o Brasil por ocasião da Rio+20.

COOPERAÇÃO TÉCNICA E HUMANITÁRIA

A cooperação técnica e humanitária pode ser explorada em benefício mútuo. Em 2024, Tuvalu recebeu doação humanitária brasileira de purificadores de água para combater a insegurança hídrica do país. Tuvalu já manifestou interesse na cooperação bilateral em esportes e em sustentabilidade ambiental.

INTERCÂMBIO COMERCIAL

O mercado tuvaluano é muito diminuto (menos de 10 mil habitantes e de USD 100 milhões de PIB), o que resulta em corrente de comércio bilateral anual média muito inferior a USD 100 mil no último triênio. A única conexão aérea internacional do país é com Fiji.

O país é abastecido principalmente a partir da reexportação desde Fiji, em partidas inferiores a um contêiner, o que tornaria a promoção comercial brasileira naquele mercado antieconômica.

Em 2024 o Brasil não exportou nada para Tuvalu, importando apenas US\$ 6 mil em partes para assentos; juntas, gaxetas e semelhantes, de borracha vulcanizada não endurecida; e porcas de ferro fundido, ferro ou aço.

TEMAS CULTURAIS

Os custos elevados de acesso às ilhas de cumulatividade da Embaixada em Wellington e dificuldades para interação com a burocracia governamental representam desafio para a expansão do dossiê cultural e dos esforços de diplomacia pública nesses países, razão pela qual o Posto não realizou nem tem planejadas ações de promoção cultural junto a Tuvalu.

ASSUNTOS CONSULARES

Não há informações precisas ou estimativas confiáveis do número de brasileiros em Tuvalu.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

Não há registro de concessões de créditos e financiamentos oficiais do Brasil a tomador soberano de Tuvalu.

ACORDOS BILATERAIS

Ainda não foram firmados quaisquer atos bilaterais. Em dezembro de 2022, a Embaixada em Wellington fez entrega ao Alto Comissariado de Tuvalu na Nova Zelândia de proposta de acordo básico de cooperação técnica.

POLÍTICA EXTERNA

Tuvalu tornou-se membro da ONU e da *Commonwealth* em setembro de 2000. A prioridade da política externa de Tuvalu é a região do Pacífico. O país é membro do Fórum das Ilhas do Pacífico, da Comunidade do Pacífico, do Banco de Desenvolvimento da Ásia, da UNESCO e da OMS. É membro do ACP, grupo de países em desenvolvimento associados à Comunidade Europeia pelo Tratado de Lomé, sucedido pelo Acordo de Cotonou.

Integrante dos grupos LDC (*Least Developed Countries*) e SIDS (*Small Island Developing States*), Tuvalu apresenta extrema vulnerabilidade aos efeitos da mudança do clima. O país é ainda membro da *Association of Small Island States* (AOSIS).

O arquipélago tem adotado postura cada vez mais ativa nos fóruns regionais e internacionais. A questão existencial de Tuvalu, um dos primeiros países com risco de desaparecimento físico em decorrência do aquecimento global, tem sido o parâmetro norteador de sua política externa. Conforme o próprio premiê Teo tem afirmado, Tuvalu seria "o mais vulnerável entre os países mais vulneráveis" aos impactos das mudanças climáticas e ao aumento do nível dos oceanos.

Concessão de direitos de residência na Austrália a refugiados climáticos de Tuvalu

Tuvalu mantém relações estreitas com a Austrália. O governo australiano oferece assistência técnica e financeira para as atividades de monitoramento da pesca. Em novembro de 2023, o primeiro-ministro australiano, Anthony Albanese, e o então primeiro-ministro tuvaluano, Kausea Natano, anunciaram a elevação da relação Austrália-Tuvalu a um novo patamar. A *Falepili Union*, nome dado ao acordo bilateral, que entrou em vigor em agosto de 2024, prevê, entre outras obrigações, que a Austrália permitirá a cidadãos de Tuvalu deslocados devido à mudança do clima a possibilidade de se restabelecerem em território australiano.

Tuvalu, com população de cerca de 10 mil habitantes, é um dos países de menor altitude do mundo, uma vez que nenhuma parte do seu território se eleva a mais de cinco metros acima do nível do mar.

ECONOMIA

Por tratar-se de país muito pequeno e isolado, a economia de Tuvalu apresenta grande vulnerabilidade em relação a influências externas, entre elas o clima. A maior parte da população está envolvida nas atividades de pesca e na agricultura de subsistência. A economia monetária é dominada pelas atividades governamentais. Cerca de 2/3 da força de trabalho é empregada pelo governo. As remessas de cidadãos de Tuvalu que trabalham em navios de pesca estrangeiros constituem parte significativa da renda das famílias do país. Contribuem para as rendas governamentais a concessão de licenças de pesca, principalmente para empresas taiwanesas e japonesas, e a concessão do domínio de Internet “.tv”.

Tuvalu faz parte da relação de *Least Developed Countries* das Nações Unidas, dada a ausência de recursos a serem explorados em seu território. O país depende de combustível e alimentos importados. O potencial de desenvolvimento é limitado pela

pequena população, localização remota, dependência externa e extrema suscetibilidade a desastres naturais.

A maior parte das exportações de Tuvalu compõe-se de peixes, crustáceos e moluscos. Já as importações envolvem sobretudo commodities, equipamentos eletrônicos, embarcações marítimas e combustíveis. O principal destino das exportações de Tuvalu (US\$300 mil em 2019) é Fiji. Já as importações (US\$39 milhões em 2020) provêm, principalmente, de Fiji, Austrália, Japão e China.

O país é membro do Acordo de Nauru, de 1982, que tem o objetivo de promover a coordenação e a harmonização da gestão da pesca de atum nos oito países-membros. O tema é de grande relevância para os países insulares do Pacífico, que dependem, em maior ou menor grau, das receitas das licenças de pesca para navios estrangeiros para financiar o governo. No caso de Tuvalu, 62% das receitas governamentais em 2016 eram provenientes dessas licenças.

POLÍTICA INTERNA

Tuvalu é um arquipélago formado por ilhas e atóis, situado no Pacífico Sul, ao norte de Fiji. É um dos menores países do mundo, com 26km², e cerca de 10 mil habitantes. Trata-se de monarquia parlamentarista. Como o país é membro da *Commonwealth*, o chefe de Estado é o monarca britânico.

Tuvalu (Polinésia) e Kiribati (Micronésia) foram colônias britânicas administradas em conjunto; ao se tornarem independentes optaram por formar entidades nacionais distintas. Tuvalu se beneficia de razoável estrutura de governo e de um “trust” britânico, para o qual também contribuem a Austrália e a Nova Zelândia. Tuvalu tornou-se independente do Reino Unido em outubro de 1978. O Parlamento, com 15 membros, é renovado a cada quatro anos. Não há partidos políticos organizados; as campanhas são baseadas em laços familiares e reputação. Os membros do Parlamento representam diretamente os interesses de cada ilha.

A democracia parlamentar realiza eleições periódicas e livres. Inexistem partidos políticos no país, mas não há impedimento legal para sua constituição formal. Os candidatos participam do processo eleitoral de forma independente e estabelecem alianças temporárias durante a legislatura.

Tuvalu também parece ter superado recentes sobressaltos políticos, decorrentes do atraso na divulgação do resultado das eleições de 2024. O pleito resultou na eleição do ex-procurador-Geral Feleti Teo como novo premiê tuvaluano.

Cronologia Histórica

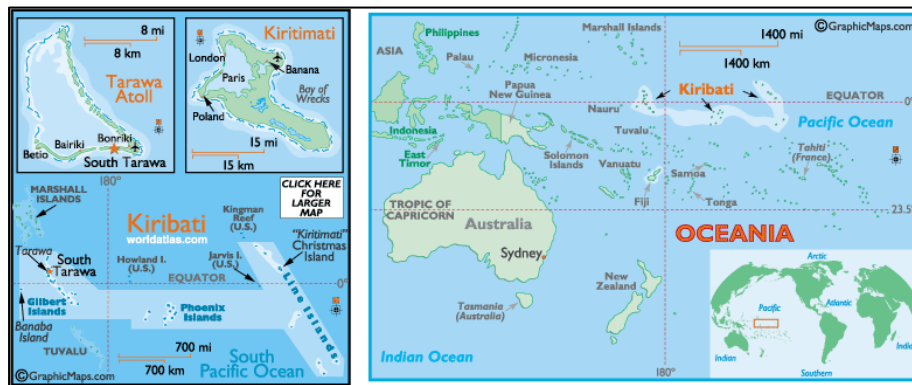
1892	A Grã-Bretanha declara um protetorado conjunto sobre as ilhas Ellice e as ilhas Gilbert.
1976	Separa-se formalmente da Colônia das Ilhas Gilbert e Ellice.
1978	Independência.
1986	Vota para permanecer uma monarquia constitucional independente com o monarca britânico à frente.
1987	A Grã-Bretanha, a Nova Zelândia e a Austrália criaram o Fundo Fiduciário de Tuvalu para fornecer ajuda ao desenvolvimento. As contribuições para o fundo também vêm da Coreia do Sul e do Japão.
2000	Admitido nas Nações Unidas.

Cronologia das Relações Bilaterais

2005	Primeira missão oficial do Brasil a visitar Tuvalu
2006	Estabelecimento das relações diplomáticas.
2012	Visita do Primeiro-Ministro Willy Telavi ao Brasil, durante a Rio+20
2025	Ministra das Mudanças Climáticas chefiou delegação de Tuvalu à COP30.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SECRETARIA DE ÁSIA E PACÍFICO (SEASIA)
Departamento de Japão, Península Coreana e Pacífico (DEJP)
Divisão de Austrália Pacífico (DAP)

KIRIBATI



Maço ostensivo
Novembro de 2025

DADOS BÁSICOS SOBRE KIRIBATI	
NOME OFICIAL:	República de Kiribati
GENTÍLICO:	kiribatiano
CAPITAL:	Tarawa
DATA NACIONAL	12/7
ÁREA:	811km ²
POPULAÇÃO (2023):	132,530 (<i>Banco Mundial</i>)
IDIOMA OFICIAL:	gilbertês, inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Catolicismo romano (56%), Igreja Presbiteriana de Kemptsville (33%), Mormonismo (5%)
SISTEMA DE GOVERNO:	República democrática
PODER LEGISLATIVO:	Casa da Assembleia unicameral (46 membros, sendo 44 eleitos diretamente por maioria dos votos em dois turnos, um membro escolhido pelo Conselho de Líderes Rabi, e o advogado-geral. O mandato dura 4 anos)
CHEFE DE ESTADO:	Taneti Maamau (<i>desde 9 de março de 2016</i>)
CHEFE DE GOVERNO:	Taneti Maamau (<i>desde 9 de março de 2016</i>)
CHANCELER:	Taneti Maamau (<i>desde 9 de março de 2016</i>)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2023):	US\$ 279,034 milhões (<i>Banco Mundial</i>)
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2023):	US\$ 470 milhões (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PER CAPITA (2023):	US\$ 1991,31(<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP PER CAPITA (2023):	US\$ 3.522,00 (<i>Banco Mundial</i>)
VARIAÇÃO DO PIB:	1,03% (2023); 1,6% (2022); 1,5% (2021); -0,5 (2020); -0,5% (2019); 5,3% (2018) (<i>Banco Mundial</i>)
IDH (2021):	0,624 (136ª posição entre 191 países) (<i>ONU</i>)
EXPECTATIVA DE VIDA (2021):	67,4 anos (<i>ONU</i>)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2020):	11% (<i>Banco Mundial</i>)
UNIDADE MONETÁRIA:	dólar quiribatiano e dólar australiano
EMBAIXADOR EM TARAWA (cumulativa com Wellington)	Marcos Arbizu (<i>desde novembro/2021</i>)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Não há.

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhares FOB) - Fonte: Comex Stat

BRASIL⇒ KIRIBATI	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025*
Intercâmbio	118	34	174,4	71	57,5	300,7	36 254	213	425	34,5	266	22,2
Exportações	117	34	174	67	57	288,7	36 253	212	416	34,5	257	21,7
Importações	0,9	0	0,4	4	0,5	12	0,5	1	9	0	8,6	0,45
Saldo	116	34	173,4	63	56,5	276,7	36 252	211	407	34,5	249	21,3

*Dados de janeiro a outubro.

PERFIL BIOGRÁFICO

Taneti Maamau

Presidente e Ministro dos Negócios Estrangeiros



Taneti Maamau nasceu em 1960. Iniciou a sua carreira pública como Oficial de Planeamento no Ministério das Finanças em 1979 e atuou no serviço público até renunciar em 2002, para ingressar na carreira política. Foi deputado da oposição até ser escolhido por seu partido para concorrer às eleições presidenciais de 2015. Tomou posse no cargo em março de 2016, tendo sido o único candidato da oposição para as eleições presidenciais daquele ano. Obteve apoio do ex-presidente Teburoro Tito, de quem fora ministro das Finanças. Maamau é casado e tem três filhos.

RELAÇÕES BILATERAIS

Kiribati é uma república presidencialista, composta por 33 ilhas, em sua maioria inabitadas. O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com Kiribati em 21 de setembro de 2010, por meio de Comunicado Conjunto assinado em Nova York. A Embaixada do Brasil na Nova Zelândia acumula a função de representação junto a Kiribati, Samoa, Tonga e Tuvalu.

Além de possuir relevância geopolítica, por sua localização no Pacífico, a circunstância insular dessa nação lhes confere posição central nas negociações sobre mudança do clima, em virtude dos riscos a que está sujeita em decorrência da elevação do nível dos oceanos. É parceiro que o Brasil procura apoiar dentro das suas possibilidades, tanto na relação bilateral quanto nos foros multilaterais.

Entre os principais encontros de trabalho, cabe destacar a visita ao Brasil do então presidente de Kiribati, Anote Tong, por ocasião da Rio+20 em 2012, além da recente visita do Vice-Presidente e Ministro das Finanças e Desenvolvimento Econômico, Teuea Toatu, por ocasião da COP30, em 2025.

Outros encontros de realce incluem missão realizada em abril de 2011, quando a então embaixadora do Brasil em Wellington, Renate Stille, esteve na capital Tarawa, para reunir-se com o então presidente Anote Tong e por altos funcionários do Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Imigração. Anote Tong demonstrou dar grande valor à aproximação com o Brasil, por diversas referências positivas ao relacionamento bilateral. Afirmou que Kiribati habitualmente apoia o Brasil em foros internacionais, em especial em temas relacionados a clima, e sinalizou interesse em buscar aproximação em diferentes áreas de cooperação técnica, além das atinentes à agricultura.

Em novembro de 2025, o assessor da Presidência, Tebatoki Taaweti, participou do I Fórum de Direito do Mar e Uso Sustentável dos Oceanos, Mares e Recursos Marinhos, com a presença do Ministro das Relações Exteriores, do Presidente do STJ, Ministro Antonio Herman Benjamin; da Sra. SEASIA; e do Secretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, Contra-Almirante Ricardo Ferreira.

COOPERAÇÃO TÉCNICA E HUMANITÁRIA

Em novembro de 2025, a Agência Brasileira de Cooperação, via Embaixada, transmitiu à chancelaria de Kiribati minuta de proposta brasileira de Acordo Básico de Cooperação Técnica, ainda sujeita a ajustes antes da apresentação formal.

Em 2024, Kiribati recebeu doação brasileira de purificadores de água para combater a insegurança hídrica do país. Em 2023, o envio de doação brasileira de pastilhas de cloro foi impossibilitado pela falta de prestador de serviços habilitado a fazer as embalagens exigidas para tal transporte marítimo, uma vez que o material é considerado perigoso.

INTERCÂMBIO COMERCIAL

O comércio bilateral é pouco expressivo (algumas dezenas ou centenas de milhares de dólares/ano) e constitui-se basicamente de exportações brasileiras. Em 2020 alcançou US\$ 36 milhões, em razão da exportação de jatos da Embraer pelo Brasil. Em 2021 voltou ao padrão, alcançando US\$212 mil em exportações brasileiras. Em 2022, as exportações totalizaram US\$ 416 mil, principalmente de conservas de carne bovina e de frango, enchidos de carne, tabaco e açúcar.

Em 2023, as exportações brasileiras para Kiribati somaram US\$ 34 mil, compostas exclusivamente de tabaco. Não houve vendas de Kiribati para o Brasil. Em 2024, o Brasil exportou principalmente açúcares de cana e preparações alimentícias e conservas da espécie bovina (US\$ 257.000,00), e importou de Kiribati fitas de diferentes

têxteis (US\$ 8.600,00). De janeiro a outubro de 2025, o Brasil exportou US\$ 21.700,00 e importou US\$ 450,00.

Além de Fiji, o país tem conexão aérea internacional apenas com Nauru e as Ilhas Marshall. Trata-se de arquipélago extremamente esparso. Por exemplo, a cidade de Kirimati dista mais de 3200km da capital Tarawa. Essa dificuldade havia-se transformado em oportunidade para a Embraer, pois, em 2018, o Governo kiribatiano assinou com a empresa acordo para compra de dois E190-E2, incluindo a opção de compra de mais 2, tornando a estatal Air Kiribati a cliente-lançadora do E2 no Pacífico.

Em 2019 foi entregue o primeiro avião; contudo, o advento da pandemia, bem como atrasos na obtenção pelo modelo E2 da certificação ETOPS, necessária para voos dessa distância sem aeroportos ao longo da rota que comportem a aeronave em caso de emergência, até o momento impediram a entrada em operação do avião pela Air Kiribati. Representantes do país pediram recentemente apoio do Governo brasileiro para gestão junto à empresa para acelerar a certificação, e/ou o "lease" de modelo anterior certificado nesse ínterim.

Outra oportunidade para o Brasil é a área de proteína animal. Ao longo de 2025, Kiribati parece ter renovado o interesse em abrir seu mercado para importação de carne bovina, suína, de frango e ovos "in natura" do Brasil. Certificados sanitários para esses produtos estão em negociação e aguardam, neste momento, reação do MAPA.

TEMAS CULTURAIS

Os elevados custos de deslocamento aos países de cumulatividade da Embaixada em Wellington, bem como as dificuldades de interação com a burocracia governamental local, constituem desafio para as relações culturais e os esforços de diplomacia pública do Posto nesses países, motivo pelo qual o Posto não realizou nem tem previstas ações de promoção cultural junto a Kiribati.

ASSUNTOS CONSULARES

Não há informações precisas ou estimativas confiáveis sobre o número de brasileiros em Kiribati. A Embaixada em Wellington tem conhecimento de apenas um brasileiro residente no país, casado com uma cidadã de Kiribati, com quem tem três filhos menores de idade. Atualmente, a família encontra-se residindo temporariamente no Brasil.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

Não há registro de concessões de créditos e financiamentos oficiais do Brasil a tomador soberano de Kiribati.

ACORDOS BILATERAIS

Ainda não foram firmados atos bilaterais entre Kiribati e o Brasil.

POLÍTICA EXTERNA

Kiribati mantém relações próximas com seus vizinhos do Pacífico, especialmente Austrália e Nova Zelândia. É membro do Fórum das Ilhas do Pacífico, da Comunidade do Pacífico e de outras organizações regionais. Tornou-se membro da ONU em 1999 e faz parte de todas as suas agências especializadas, exceto a UNWTO. É, também, membro das seguintes organizações: Interpol, Banco de Desenvolvimento da Ásia, ESCAP

(*Economic and Social Commission for Asia and the Pacific*), ACP (África-Caribe-Pacífico), FMI, Banco Mundial e OMC. Em 2013, tornou-se o 133º membro do G77.

Kiribati apresenta extrema vulnerabilidade aos efeitos das mudanças do clima e integra os grupos SIDS (*Small Island Developing States*) e LDC (*Least Developed Countries*). O país é ainda membro da AOSIS (*Association of Small Island States*).

No contexto da disputa geoestratégica entre EUA e China no Pacífico, Kiribati parece despertar apreensão particular em Washington não apenas por sua relativa proximidade com o Havaí, mas por possuir uma gigantesca zona econômica exclusiva, que abrange cerca de 3,5 milhões de quilômetros quadrados no Pacífico. Em 2022, a vice-presidente Kamala Harris prometeu a abertura de embaixada americana no país, embora a medida ainda não tenha sido efetivada.

O Presidente Maamau tem defendido em seus discursos sobre política externa o multilateralismo e a necessidade de solidariedade global para enfrentar os efeitos das mudanças climáticas. Nos últimos anos, Kiribati sofreu especialmente com secas prolongadas e inundações de áreas costeiras que afetam as moradias, a infraestrutura pública, o suprimento de água potável e a segurança alimentar.

Nova Zelândia

No contexto da política da primeira-ministra neozelandesa, Jacinda Ardern, de contrabalançar a presença chinesa no Pacífico Sul, foi lançada, em 2018, a iniciativa *Pacific Reset*, que previa aumento expressivo no orçamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comércio (MFAT) para cooperação ao desenvolvimento no Pacífico insular. Os recursos destinados a projetos no conjunto da região totalizariam US\$ 700 milhões no triênio fiscal 2018-2021, sendo que a parcela correspondente a Kiribati seria de 8% desse total.

Nesse quadro geopolítico, definido pelo “Pacific Reset”, o então Vice-Primeiro-Ministro e Ministro das Relações Exteriores da Nova Zelândia, Winston Peters, realizou, em fevereiro de 2019, visita oficial a Kiribati à frente de missão governamental neozelandesa. As mudanças climáticas constituíram o principal tema de seus contatos com as autoridades locais.

O projeto-piloto em Kiribati (concebido pela subsidiária neozelandesa do grupo norte-americano *Jacobs* e pelo Instituto Nacional de Pesquisa sobre Água e Clima, sediado em Auckland) prevê a criação de nova área urbana de 3 km² no atol de Tarawa, com 8 metros acima do nível do mar e capacidade para receber cerca de 35 mil habitantes. As obras durariam em torno de 30 anos, em três etapas, e estariam orçadas em mais de US\$ 300 milhões (somente a parte básica de engenharia). Criariam, em tese, condições para a sobrevivência do país até o ano 2200.

O primeiro-ministro Christopher Luxon e o chanceler Winston Peters foram os primeiros líderes internacionais a parabenizar publicamente o Presidente Maamau pela reeleição em 2024, divulgando mensagens em suas redes sociais nas quais reconheceram a vitória e expressaram expectativa de seguir trabalhando com Tarawa em favor de objetivos comuns.

China/Taiwan

Pequim vem empreendendo esforços para se aproximar dos Estados insulares do Pacífico, buscando inclusive a mudança de posição desses países em relação a Taiwan. Em conferência de imprensa em 07/03/2022, o conselheiro de Estado e ministro dos Negócios Estrangeiros chinês, Wang Yi, disse que a China sempre tratou países grandes

e pequenos com equidade e que quer estreitar os laços e a confiança mútua com as ilhas do Pacífico Sul.

Em 21/10/2021, foi realizado o primeiro Encontro de Chanceleres da China e Ilhas do Pacífico. Além de Wang Yi, participaram os ministros das relações exteriores e representantes de Kiribati, Fiji, Tonga, Niue, Papua Nova Guiné, Vanuatu, Micronésia, Ilhas Salomão, Samoa e o secretário-geral do Fórum das Ilhas do Pacífico. Ao lado da América Latina e Caribe, o Pacífico é outra região no globo onde Pequim e Taipé disputam aliados diplomáticos. Em setembro de 2019, Kiribati e Ilhas Salomão romperam relações com Taiwan e estabeleceram com a República Popular. Ilhas Marshall, Nauru, Palau e Tuvalu seguiram reconhecendo Taiwan. Nauru rompeu relações com Taiwan em janeiro de 2024.

Mineração de fundos oceânicos

Observa-se crescente discussão sobre mineração em águas profundas no Pacífico insular. Como continente com a maior área de zonas econômicas exclusivas (cerca de 30 milhões de quilômetros quadrados), a Oceania tem assistido o aumento do interesse na exploração deste vasto território. Discute-se, também, a extração mineral nos leitos marinhos para além das duzentas milhas náuticas da costa. A atividade encontra crescente apoio na Nova Zelândia, Ilhas Cook, Kiribati e Tonga sob a justificativa de eventuais benefícios econômicos decorrentes da exploração mineral.

O fato de Kiribati apresentar a terceira maior ZEE na Oceania, com cerca de 3,5 milhões de quilômetros quadrados (quatro mil vezes maior do que seu território), é visto pelos sucessivos governos kiribatianos como oportunidade para o desenvolvimento econômico daquela nação, que possui um dos menores PIBs per capita da Oceania.

ECONOMIA

A economia do país é baseada na agricultura e na pesca. Os principais cultivos são o coco, banana, taro (inhame) e frutas tropicais. As remessas dos nacionais que trabalham no exterior são importante fonte de renda para o país.

O país é membro do Acordo de Nauru, de 1982, que tem o objetivo de promover a coordenação e a harmonização da gestão da pesca de atum nos oito países-membros. O tema é de grande relevância para os países insulares do Pacífico, que dependem, em maior ou menor grau, das receitas das licenças de pesca para navios estrangeiros para financiar o governo. No caso de Kiribati, 66% das receitas governamentais em 2016 eram provenientes dessas licenças.

A economia de Kiribati enfrenta restrições comuns aos outros Pequenos Países Insulares em Desenvolvimento. Kiribati possui recursos escassos, sendo sua maior fonte de financiamento a de ajuda de outros países, assim como a concessão de licenças de pesca e as remessas de nacionais no exterior.

Exceto pelo pescado, frutas (banana e mamão) e poucos legumes (abóbora, fruta-pão), tudo que se consome em Kiribati é importado (de Austrália, Nova Zelândia, Taiwan, Japão e outros países asiáticos em menor escala).

O desemprego é um ponto de preocupação no país. Cidadãos de Kiribati buscam empregos em outros países, em atividades marítimas e em setores turísticos, inclusive em cruzeiros de grande porte, bem como na colheita de frutas em Guam ou da cana-de-açúcar na Austrália.

POLÍTICA INTERNA

A República de Kiribati é um arquipélago situado no Pacífico, nas imediações da linha do Equador. Com cerca de 130 mil habitantes, é uma república presidencialista.

Tuvalu (Polinésia) e Kiribati (Micronésia) foram colônias britânicas administradas em conjunto, desde 1892. Ao se tornarem independentes, optaram por formar entidades nacionais distintas. Kiribati é o país de menor desenvolvimento relativo em toda a área.

A República de Kiribati tornou-se independente em 1979. O país é membro da *Commonwealth* e tem tradição de estabilidade política.

Em 9 de março de 2016, Taneti Maamau (do Tobwaan Kiribati Party) foi eleito, pela primeira vez, com 60% dos votos. Maamau foi reeleito, com 55% dos votos, para terceiro mandato nas eleições de 25 de outubro de 2024, superando adversário que até poucos dias antes do pleito era membro de seu próprio partido. Espera-se que Maamau siga fortalecendo os laços do país com Pequim, em processo que causa inquietações em Washington e seus aliados no Pacífico Sul. O presidente Maamau segue acumulando a função de ministro dos Negócios Estrangeiros e Imigração.

O país é um dos mais isolados do mundo, constituído de 32 atóis espalhados por uma área de cerca de 3,5 milhões de km² no Pacífico. Os atóis têm altitude média não superior a 2 metros acima do mar, fazendo de Kiribati um dos países mais vulneráveis à mudança do clima. Kiribati tem tomado iniciativas importantes na área de meio ambiente.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1820	Nomeadas Ilhas Gilbert, em homenagem ao capitão naval britânico Thomas Gilbert
1892	A Grã-Bretanha declara um protetorado sobre as Ilhas Gilbert e as ilhas vizinhas de Ellice (hoje Tuvalu)
1943	As Ilhas Gilbert e Ellice são tomadas por forças japonesas
1979	Em 12 de julho, as Ilhas Gilbert tornam-se uma república independente dentro da Comunidade com o nome de Kiribati. Ieremia Tabai torna-se presidente.
1999	Ingresso na ONU

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

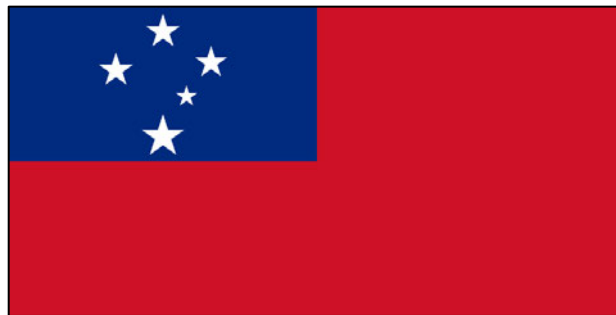
2005	Missão oficial brasileira a Kiribati
2010	Estabelecimento das relações diplomáticas
2012	Presidente de Kiribati visita o Brasil por ocasião da Rio+20
2025	Vice-Presidente de Kiribati chefia delegação quiribatiana à COP30, em Belém.

Acordos Bilaterais

Ainda não foram firmados atos bilaterais entre Kiribati e o Brasil.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SECRETARIA DE ÁSIA E PACÍFICO (SEASIA)
Departamento de Japão, Península Coreana e Pacífico (DEJP)
Divisão de Austrália e Pacífico (DAP)

SAMOA



Maço ostensivo
Novembro de 2025

DADOS BÁSICOS SOBRE O ESTADO INDEPENDENTE DE SAMOA	
NOME OFICIAL	Estado Independente de Samoa
GENTÍLICO	samoano
CAPITAL	Apia
DATA NACIONAL	1/6
ÁREA	2.840 km ² (<i>Banco Mundial</i>)
POPULAÇÃO (2023)	216,663 (<i>Banco Mundial</i>)
LÍNGUA OFICIAL	samoano (polinésio) 91,1%, inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	protestantismo (54,9%), catolicismo romano (18,8%), mormonismo (16,9%)
SISTEMA POLÍTICO	República parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Assembleia Legislativa unicameral ou Fono (50 membros para a legislatura 2016-2021; membros dos 49 distritos eleitorais eleitos diretamente por voto majoritário simples e 1 assento para mulher, adicionado nas eleições de 2016 a fim de cumprir a representação mínima de 10% para mulheres). Os membros cumprem mandatos de 5 anos.
CHEFE DE ESTADO	Tuimaleali'ifano Va'aletoa Sualauvi II (<i>21 de julho de 2017</i>)
CHEFE DE GOVERNO	Laaulialemalietoa Leuatea Schmidt (<i>setembro de 2025</i>)
CHANCELER	Aguardando nomeação
PIB NOMINAL (2023)	US\$ 934 milhões (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP (2023)	US\$ 1,50 bilhão (<i>Banco Mundial</i>)
PIB per capita (2023)	US\$ 4,139 (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP per capita (2023)	US\$ 6,680.6 (<i>Banco Mundial</i>)
VARIAÇÃO DO PIB	-5,3 (2022); -8,1% (2021); -2,6% (2020); 4,4% (2019); -1,2% (2018) (<i>Banco Mundial</i>)
IDH (2022)	0,702 (116ª posição) (<i>ONU</i>)
EXPECTATIVA DE VIDA (2021)	72,8 anos (<i>ONU</i>)
ALFABETIZAÇÃO (2019)	99,1% (<i>ONU</i>)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2021)	9,8% (<i>Banco Mundial</i>)
UNIDADE MONETÁRIA	Tala
EMBAIXADOR EM APIA (cumulatividade com Wellington)	Marcos Arbizu (<i>desde novembro/2021</i>)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Não há.

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhares FOB) - Fonte: Comex Stat

BRASIL → SAMOA	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025*
Total	2311	1033	2310	2632	2859	2982	5700	3484	2993	3917	868,8
Exp.	375	678	720	588	995	1161	1200	1540	1997	3163	868,5
Imp.	1936	355	1590	2044	1864	1821	4500	1944	936	754	248
Saldo	-1561	323	-870	-1456	-869	-660	-3300	-404	1061	2409	868,3

* Dados de jan. a out.

PERFIS BIOGRÁFICOS**Tuimaleali`Ifano Va`aletoa Sualauvi II***Chefe de Estado (O le Ao o le Malo)*

Bacharel em direito pela *Australian National University* e titular de diploma em estudos teológicos do *Malua Theological College*. É ex-defensor público, ex-procurador do estado e exerceu advocacia junto ao Supremo Tribunal de Samoa. Além disso, é pregador laico da Igreja Cristã Congregacional de Samoa e diácono do distrito de Aana. Tuimaleali`ifano detém um dos quatro principais títulos honoríficos de "Tama-a-Aiga" em Samoa. Ocupou a posição de vice-chefe de estado durante 28 anos. Foi eleito *O le Ao o le Malo* (chefe de Estado) em 21 de julho de 2017.

Laulialemalietoa Leuatea Schmidt*Primeiro-ministro*

Nascido em 14 de abril de 1966, Schmidt é um político, empresário e ex- ministro de Gabinete de Samoa, presidente e vice-presidente do Parlamento de Samoa e atual líder do partido FAST, após a expulsão da ex-PM Fiamē. Nas eleições de 29/8/25, o partido de Schmidt obteve maioria no Parlamento samoano, com 30 das 50 cadeiras.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Samoa estabeleceram relações diplomáticas em 2005. Cabe notar que o país insular vem exercendo crescente influência regional, reconhecida na forma de atos como a abertura da Embaixada da França em Apia, a primeira daquele país em nação polinésia.

Assim como quase a totalidade das pequenas nações insulares do Pacífico, os principais temas de potencial interesse da agenda entre o Brasil e Samoa são meio ambiente e combate ao aquecimento global, bem como prestação de cooperação técnica.

O foco de Samoa na política externa segue sendo o apelo para políticas relacionadas aos efeitos da mudança do clima, em projetos de adaptação e mitigação. Não há registro de visitas recentes de altas autoridades de parte a parte nos últimos anos.

COOPERAÇÃO TÉCNICA E HUMANITÁRIA

Em 2005, foi apresentada proposta de Acordo de Cooperação Técnica com Samoa. Tendo em vista que a agricultura responde pela maior parte do PIB samoano, principalmente a agricultura familiar, que produz pequenos excedentes, há interesse samoano em receber do Brasil cooperação na área agrícola (coco, banana, café e cacau).

Em agosto de 2023, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) encaminhou, por meio da Embaixada em Wellington, nova minuta de Acordo Básico de Cooperação Técnica.

O governo brasileiro apresentou oferta de doação ao governo do Estado Independente de Samoa, em caráter humanitário, de 25 purificadores de água portáteis, com capacidade de produção, por unidade, de mais de 5 mil litros de água por dia, além de "kit" voltagem, concretizada em 2024. O país também tem aceitado ofertas de doação brasileira de medicamentos em caráter humanitário ao longo dos anos.

INTERCÂMBIO COMERCIAL

Samoa é um mercado de pequenas dimensões (208 mil habitantes, PIB de USD 1,06 bilhão). Além de Fiji, Samoa tem conexão aérea internacional direta apenas com a Austrália, a Nova Zelândia e os EUA (Havaí). A corrente de comércio bilateral média anual no triênio 2022-2024 alcançou USD 3,44 milhões, com superávit médio de USD 1,02 milhão para o Brasil. De janeiro a outubro de 2025, o Brasil exportou US\$ 868.500,00 e importou US\$ 248,00. As exportações são dominadas por carne de frango e derivados (90,6% da pauta em 2024). Entre as importações, destacam-se os cartuchos de tinta de impressora, que conformaram 53% do total em 2024, presumivelmente fruto de reexportação samoana.

ASSUNTOS CONSULARES

Não há informações precisas ou estimativas confiáveis do número de brasileiros em Samoa. A comunidade brasileira residente é numericamente pouco expressiva, compondo-se, basicamente, de turistas.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

Não há registro de concessões de créditos e financiamentos oficiais do Brasil a tomador soberano das Samoa.

ACORDOS BILATERAIS

Ainda não foram firmados atos bilaterais.

POLÍTICA EXTERNA

Os principais parceiros externos de Samoa são Austrália, Nova Zelândia e os países insulares do Pacífico. O país apoia o regionalismo e percebe o Fórum das Ilhas do Pacífico como o principal órgão de consultas políticas para os países da região. Samoa é membro ativo da ONU, da *Commonwealth* e do Fórum das Ilhas do Pacífico. Estão sediados em Apia o Secretariado do Programa Ambiental Regional do Pacífico, os Escritórios Regionais para o Pacífico da FAO, do PNUD, da UNESCO e da OMS, e a Universidade de Agricultura do Pacífico Sul.

Samoa é uma das nações mais vocais na crítica à corrida armamentista no Pacífico Sul provocada pela disputa geoestratégica ora em curso pelo aumento da presença da China na região, e a conseqüente reação de Estados Unidos e seus aliados. Em vez de mais bases militares e submarinos, o governo samoano pede que as grandes potências invistam em infraestrutura resistente aos impactos climáticos.

O ministro dos Negócios Estrangeiros e Comércio da Nova Zelândia, Winston Peters, reuniu-se, em Auckland, em setembro de 2025, com o primeiro-ministro de Samoa, La'aulialemalietoa Leuatea Polataivao Fosi Schmidt. Os dois políticos discutiram as prioridades do novo governo samoano, combate ao tráfico internacional de drogas, ações de incentivo ao setor privado samoano e ampliação do esquema de vistos de trabalho temporários no país.

ECONOMIA

Samoa é um pequeno país em desenvolvimento, cuja economia tem crescido continuamente nos últimos anos. Sua população está predominantemente situada na zona rural ou em localidades remotas (82%).

A economia do país é tradicionalmente dependente da agricultura de subsistência e da pesca. Os principais produtos produzidos são coco, fruta-pão, banana, cacau, e raízes como taro e ta'amu.

A balança comercial do país é cronicamente deficitária. Os principais destinos de suas vendas são Samoa Americana, Nova Zelândia, EUA e Tokelau. Os principais fornecedores são Nova Zelândia, Singapura, Austrália e EUA.

O desempenho macroeconômico de Samoa é altamente vulnerável a choques econômicos e desastres naturais. Como consequência dessa situação, o país depende sobremaneira da ajuda externa para o desenvolvimento. A ajuda externa, concedida principalmente pela Austrália, Nova Zelândia e Japão, corresponde a 14% do PIB.

Também são elevadas as remessas de divisas de samoanos vivendo na Nova Zelândia, na Samoa Americana, na Austrália e nos Estados Unidos. Há cerca de 120 mil descendentes de samoanos vivendo na Nova Zelândia, cerca de metade da atual população samoana.

POLÍTICA INTERNA

A Samoa é país situado na Oceania, constituído por duas ilhas principais (Savai'i e Upolu) e quatro ilhas menores. A capital é Apia. O povo Lapita descobriu e colonizou as ilhas samoanas há aproximadamente 3.500 anos, desenvolvendo as singulares língua e cultura samoanas. Seus vizinhos mais próximos são a Samoa Americana, Tonga a sul, Tuvalu a noroeste, Wallis e Futuna a oeste e Tokelau ao norte.

Samoa tornou-se colônia da Alemanha em 1899 e passou a ser território da Nova Zelândia em 1914, por meio de um mandato concedido pela Liga das Nações. O país conquistou a independência da Nova Zelândia em 1962, tendo sido o primeiro país do Pacífico a obter emancipação política. Samoa é membro da Comunidade Britânica.

Tuiatua Tupua Tamasese Efi foi eleito pela Assembleia Legislativa Nacional para mandato de cinco anos como chefe de estado, em junho de 2007, após a morte do chefe Susuga Malietoa Tanumafili II, que tinha sido nomeado chefe de estado vitalício pela Constituição de 1962. Em 2012, Tufuga Efi foi reeleito para o cargo. Efi foi sucedido por Va'aletoa Sualauvi II in 2017.

O país é governado pelo gabinete, que consiste do primeiro-ministro e de 12 ministros escolhidos por aquele. A Assembleia Legislativa Nacional é unicameral. O mandato tem a duração de cinco anos e os deputados são escolhidos por voto direto.

A suprema corte local barrou a decisão do chefe de estado que acarretaria ganho de cadeiras para o partido oficialista. Além disso, os juízes determinaram que o Parlamento realizasse sessão em 24/05/2021, a fim de permitir a constituição do novo governo. Surpreendentemente, os parlamentares da oposição encontraram as portas do Parlamento fechadas na manhã de 24/05/2021, por ordem do chefe de estado.

Alguns indicadores sociais do país dignos de menção positiva são: (i) o acesso quase universal a serviços básicos, como água potável, saneamento e eletricidade; (ii) a inexistência de pobreza extrema no país; e os (iii) baixos níveis de subnutrição.

A então primeira-ministra de Samoa, Fiamē Naomi Mata'afa, anunciou, em 27 de maio de 2025, a dissolução do Parlamento. A decisão ocorreu após o orçamento para o próximo ano fiscal apresentado pelo governo ser rejeitado por expressiva margem no Legislativo local (34 votos contrários ante 16 a favor). Nas últimas eleições em Samoa, realizadas em 29 de agosto de 2025, os resultados demonstraram vitória expressiva para o partido governista, com nova liderança, após a premiê Fiamē Naomi Mata'afa ter-se desligado do partido antes da votação.

Os resultados oficiais divulgados pela comissão eleitoral de Samoa mostraram que o novo presidente do partido do Governo, Laaulialemalietoa Leuatea Schmidt, conquistou 30 das 50 cadeiras em disputa.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

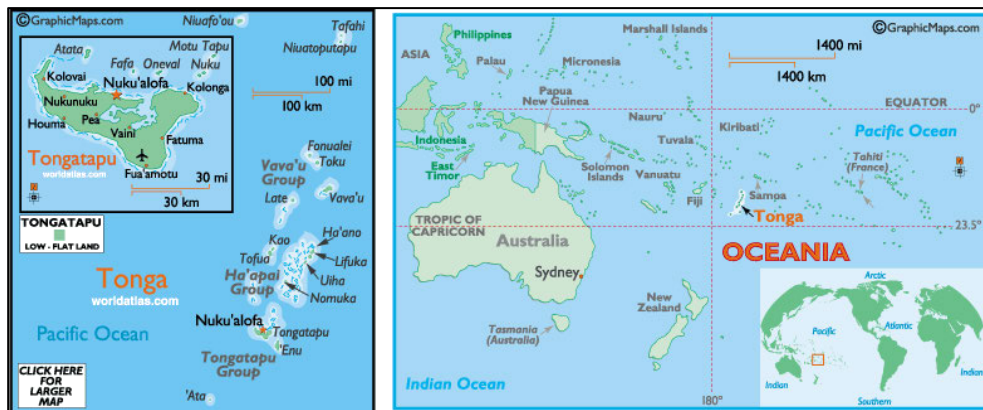
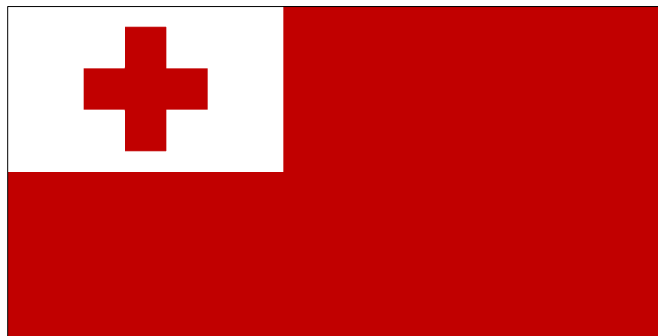
1899	Samoa torna-se colônia da Alemanha
1914	Torna-se território da Nova Zelândia por mandato concedido pela Liga das Nações
1962	Independência

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

2012	Visita do primeiro-ministro Tuilaepa Lupesoliai Sailele Malielegaoi ao Brasil, durante a Rio+20
2005	Primeira missão oficial do Brasil a visitar Samoa
2005	Estabelecimento de relações diplomáticas

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SECRETARIA DE ÁSIA E PACÍFICO (SEASIA)
Departamento de Japão, Península Coreana e Pacífico (DEJP)
Divisão de Austrália e Pacífico (DAP)

TONGA



MAÇO OSTENSIVO
Novembro de 2025

DADOS BÁSICOS SOBRE TONGA	
NOME OFICIAL	Reino de Tonga
GENTÍLICO	tonganês
CAPITAL	Nuku'alofa
DATA NACIONAL	4/11
ÁREA	748 km ² (<i>Banco Mundial</i>)
POPULAÇÃO (2023)	104,597 (<i>Banco Mundial</i>)
LÍNGUA OFICIAL	inglês e tonganês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	protestantismo (64,1%), mormonismo (18,6%), catolicismo romano (14,2%), outras religiões (2,4%)
SISTEMA POLÍTICO	monarquia constitucional
PODER LEGISLATIVO	assembleia legislativa unicameral (26 assentos; 17 representantes eleitos por maioria simples e 9 eleitos indiretamente por líderes hereditários. Os membros servem termos de três anos)
CHEFE DE ESTADO	Rei Tupou VI (<i>desde 18 de março de 2012</i>)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro 'Aisake Valu Eke (<i>desde 23/01/2025</i>)
CHANCELER	Sua Alteza Real Tupouto'a 'Ulukalala, Príncipe Herdeiro (jan/25)
PIB NOMINAL (2022)	US\$ 500,27 milhões (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP (2022)	US\$ 749,7 milhões (<i>Banco Mundial</i>)
PIB NOMINAL per capita (2022)	US\$ 4,681.7 (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP per capita (2022)	US\$ 7,016.4 (<i>Banco Mundial</i>)
VARIAÇÃO DO PIB	-2,7% (2021); 0,7% (2020); 0,7% (2019); 0,3% (2018); 3,3% (2017) (<i>Banco Mundial</i>)
IDH (2021)	0,745 (91ª posição entre 191 países) (<i>ONU</i>)
EXPECTATIVA DE VIDA (2021)	71,0 anos (<i>ONU</i>)
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (2019)	99,4% (<i>ONU</i>)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2021)	4,0% (<i>Banco Mundial</i>)
UNIDADE MONETÁRIA	pa'anga
EMBAIXADOR EM NUKU'ALOFA (cumulatividade com Wellington)	Marcos Arbizu de Souza Campos (<i>desde novembro/2021</i>)
EMBAIXADOR NO BRASIL	não há

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhares FOB) - Fonte: Comex Stat

BRASIL → TONGA	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025*
Intercâmbio	868	880	1.186	1.175	1.022	627,8	1.497	2.820	5.316	5.045,7	868,8
Exportações	868	880	1.183	1.175	1.000	576,3	1.493	2.818	5.316	5.044,7	868,5
Importações	0	0	2,9	0	22	51,5	4	2	0	0,37	0,25
Saldo	868	880	1.180	1.175	978	524,8	1.489	2.816	5.316	5.044	868.3

*Dados de jan. a out.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Rei Tupou VI

24.º Soberano de Tonga



Tupou VI, terceiro e mais novo filho do rei Tupou IV, nasceu em 12 de julho de 1959. Começou sua carreira como militar em 1982, tornando-se tenente-comandante das forças de defesa de Tonga em 1987. Em 1988 graduou-se pelo colégio de guerra naval dos EUA e, entre 1990 e 1995, foi capitão de navio patrulha, tendo servido em operações de manutenção de paz em Bougainville. Em 1998, deixou as forças de defesa para trilhar carreira política, ocupando simultaneamente as funções de ministro das Relações Exteriores e de ministro da Defesa. No ano de 2000 tornou-se primeiro-ministro, mas em 2006 deixou o cargo, em contexto de violentos protestos pró-democracia em fevereiro daquele ano. Em 2008 foi designado alto comissário de Tonga na Austrália, posição que manteve até 2012. Em março de 2012, Tupou VI ascendeu ao trono de Tonga após a morte de seu irmão mais velho, o então rei Tupou V. O segundo filho de Tupou IV foi retirado da linha sucessória por questões matrimoniais.

'Aisake Valu Eke

Primeiro-Ministro de Tonga



Graduou-se pela Universidade do Pacífico Sul, em Fiji, em contabilidade e economia. Em 2013, concluiu doutorado em administração de empresas pela Universidade do Sul de Queensland, na Austrália, com tese sobre melhoria de qualidade de serviços públicos em Tonga. Foi funcionário do Ministério das Finanças e Planejamento Nacional de 1996 a 2010. Em 2010, foi eleito representante nacional na Assembleia Legislativa de Tonga. Entre 2014 e 2017, foi ministro das Finanças e Planejamento Nacional. Em 2021, foi novamente eleito como representante popular. Em dezembro de 2024, foi eleito primeiro-ministro.

Sua Alteza Real Tupouto‘a ‘Ulukalala, Príncipe Herdeiro
Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Forças Armadas de Tonga



Tupouto‘a ‘Ulukalala (Nuku'alofa, 17 de setembro de 1985) é o filho mais velho e herdeiro aparente do rei Tupou VI. Ele se tornou o príncipe herdeiro de Tonga em março de 2012, quando seu pai ascendeu ao trono. Ele é casado com sua prima de segundo grau Sinaitakala Fakafanua, com quem tem dois filhos, Taufu‘ahau Manumataongo e Halaevalu Mata‘aho. Foi indicado como ministro dos Negócios Estrangeiros e ministro das Forças Armadas em janeiro de 2025.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Tonga estabeleceram relações diplomáticas em 2011. A Embaixada do Brasil na Nova Zelândia acumula a função de representação junto a Kiribati, Samoa, Tonga e Tuvalu.

Os Estados insulares do Pacífico estão entre os países mais vulneráveis aos impactos da mudança do clima, como a elevação do nível do mar, eventos extremos e a degradação dos ecossistemas marinhos. Embora a limitada conectividade com o país represente desafio ao adensamento das relações bilaterais, identificam-se temas de potencial interesse comum, como a proteção do meio ambiente e o combate à mudança do clima.

Brasil e Tonga compartilham posições sobre importantes temas da agenda internacional, como meio ambiente e mudança do clima, cooperação agrícola no âmbito da FAO, desenvolvimento sustentável, direito do mar, segurança energética e alimentar e desarmamento e não proliferação, tendo ambos se empenhado na declaração da América Latina e do Pacífico Sul como zonas livres de armas nucleares.

Em junho de 2012, a delegação de Tonga na Rio+20 foi chefiada pelo Representante Permanente do país na ONU, Sonatane Taumoepeau Tupou. Em 2024, o então Secretário de Ásia e Pacífico visitou Tonga no contexto da Cúpula do Fórum das Ilhas do Pacífico.

COOPERAÇÃO TÉCNICA E HUMANITÁRIA

A cooperação técnica e humanitária pode ser explorada em benefício mútuo. Em agosto de 2023, a Agência Brasileira de Cooperação encaminhou proposta de Acordo Básico de Cooperação Técnica. Em 2024, Tonga recebeu doação humanitária brasileira de purificadores de água para combater a insegurança hídrica do país. A doação foi especialmente oportuna dado o contexto de graves secas que afetaram o arquipélago após erupção vulcânica em 2022.

INTERCÂMBIO COMERCIAL

Com cerca de 104 mil habitantes, Tonga representa mercado consumidor de pequenas dimensões. A corrente de comércio bilateral média anual no triênio 2022-2024 alcançou USD 4,38 milhões, composta quase integralmente por exportações brasileiras. Em 2024, a pauta consistiu essencialmente de carne de frango congelada (88%) e embutidos (9%).

Em 2025, as referidas exportações foram ameaçadas pela decisão do governo tonganês de fechar o mercado em razão do episódio de influenza aviária em cidade do sul do Brasil, sem notificação às autoridades brasileiras. Tal medida provocou a retenção de cargas por prolongado período. O cenário foi revertido, após esforço diplomático. De janeiro a outubro, o Brasil exportou US\$ 868.500,00 e importou US\$ 248,00.

ASSUNTOS CONSULARES

Não há rede consular ou comunidade brasileira em Tonga.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

Não há registro de concessões de créditos e financiamentos oficiais do Brasil a tomador soberano de Tonga.

ACORDOS BILATERAIS

Ainda não foram firmados atos bilaterais. Brasil apresentou minutas de Acordo de Cooperação Técnica em 2011. A proposta foi reapresentada em 2022.

POLÍTICA EXTERNA

Tonga tornou-se membro da ONU em 1999 e da OMC em 2007. A prioridade de sua política externa é buscar facilitação do comércio e assistência para o desenvolvimento. Como membro do Fórum das Ilhas do Pacífico, Tonga tem papel influente em temas regionais como transporte, pesca e telecomunicações. É também membro da *Commonwealth*, do Banco de Desenvolvimento da Ásia, do Secretariado da Comunidade do Pacífico e de várias agências da ONU, sendo que o PNUD possui um escritório em Nuku'alofa. Mantém relações estreitas com a Austrália e a Nova Zelândia.

Os últimos anos têm visto o avanço da presença chinesa no país. Tonga tem sido um dos maiores beneficiários de aportes financeiros da China no Pacífico Sul, sobretudo na forma de empréstimos.

Em agosto de 2024, Tonga sediou a 53ª Reunião do Fórum das Ilhas do Pacífico.

ECONOMIA

A pequena economia de Tonga depende dos aportes financeiros de fundos internacionais e das remessas de tonganeses que vivem no exterior para financiar o imenso déficit de sua conta corrente. As atividades econômicas do país são a pesca e a agricultura de frutas, verduras e legumes tropicais, produção que, além de abastecer o mercado local, é exportada, sobretudo para a Nova Zelândia e, em menor escala, para a Austrália e o Japão. A pesca, principalmente de atum e peixes de recife, ainda não está totalmente desenvolvida.

A maior parte das necessidades energéticas do país são supridas por petróleo importado. Em 2008, o aumento do preço do petróleo impôs sérias dificuldades a Tonga.

Em novembro de 2011, foi inaugurado o primeiro empreendimento de energia renovável do país, a Papua Solar Farm, que começou a gerar eletricidade em agosto de 2012.

Há importantes projetos em curso na ilha relacionados a áreas de energia e informática, com apoio de vários países, em particular o Japão. Há planos para dotar Tonga de energia sustentável na proporção de 70% no ano de 2030 e de 100% em 2034, com intenso uso de energia solar.

POLÍTICA INTERNA

O Reino de Tonga é arquipélago situado no Pacífico Sul, a sudeste das Ilhas Fiji. Possui em torno de 104 mil habitantes e é uma monarquia parlamentarista.

Tonga é a única nação da Oceania que nunca perdeu completamente a sua independência. As ilhas que a compõem se uniram no Reino da Polinésia em 1845 e se tornaram uma monarquia constitucional em 1875. Entre 1900 e 1970, esteve sob protetorado britânico e os ingleses preservaram o regime político original da ilha. Em 1970, Tonga retirou-se do protetorado e passou a fazer parte da *Commonwealth*, mas não tem o monarca britânico como chefe de Estado, uma vez que conta com seu próprio monarca.

Em fevereiro de 2024, eclodiu crise política no reino, quando o rei Taupou VI, por meio de seu Conselho Privado, emitira carta informando que perdera a confiança no primeiro-ministro Hu'akavameiliku Siaosi Sovaleni, e na ministra dos Negócios Estrangeiros, Fekitamoeloa 'Utoikamanu.

Em 9 de dezembro de 2024, o premiê Sovaleni renunciou ao cargo pouco antes de que fosse votada moção de censura e há menos de um ano da realização de novas eleições no país. Em 23 de janeiro de 2025, 'Aisake Valu Eke tornou-se o novo primeiro-ministro de Tonga.

Em agosto de 2025, a Assembleia Legislativa do Reino de Tonga aprovou lei que altera a estrutura e responsabilidades do Ministério dos Negócios Estrangeiros do país. Conforme estabelecido pela nova legislação, a competência para executar política externa é retirada do gabinete do premiê e passa a ser submetida a diretrizes diretas da Casa Real do país. A nova Chancelaria, que passou a ser denominada “His Majesty’s Diplomatic Service”, também incorporou temas relacionados à imigração, incluindo a emissão de passaportes. Cabe ao rei Tupou VI estabelecer as diretrizes diplomáticas do reino, designar embaixadores e nomear os funcionários que trabalharão no serviço diplomático.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1616	Exploradores holandeses são os primeiros europeus a visitar Tonga.
1900	Tonga se torna um estado britânico protegido, mas não é formalmente colonizado.
1958	Tonga adquire maior autonomia da Grã-Bretanha.
1970	Tonga deixa de ser um protetorado britânico e torna-se totalmente independente dentro da <i>British Commonwealth</i> .
1988	Tonga assina acordo permitindo que navios de guerra nuclear dos EUA passem por suas águas.
1999	Movimento pró-democracia organiza convenção para discutir novas constituições mais democráticas.
2005	Ministros eleitos entram no gabinete pela primeira vez. Previamente eram escolhidos pela família real.

2007	Tonga se torna o 151º membro da Organização Mundial do Comércio (OMC), 12 anos depois de solicitar sua adesão.
2012	Tupou VI ascende ao trono tonganês
2017	O rei Tupou VI dissolve o parlamento e demite o primeiro-ministro, acusando o governo de ter tentado remover alguns de seus poderes.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

2005	Primeira missão oficial do Brasil à Tonga
2011	Estabelecimento das relações diplomáticas
2012	Vinda de delegação de Tonga ao Brasil para a Rio+20
2015	Visita oficial do embaixador brasileiro à Tonga
2017	Visita oficial do embaixador brasileiro à Tonga
2022	Doação brasileira de purificadores de água
2022	Visita oficial do embaixador brasileiro a Tonga para entrega de cartas credenciais ao rei Tupou VI
2024	Participação do Secretário de Ásia e Pacífico na 53ª Reunião do Fórum das Ilhas do Pacífico, presidida pelo primeiro-ministro do Reino de Tonga, Hu`akavemeiliku Siaosi Sovaleni.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

**PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
DA EMBAIXADA DO BRASIL EM WELLINGTON**

Candidato EMBAIXADOR PEDRO MURILO ORTEGA TERRA

PERFIL DO CANDIDATO**Embaixador Pedro Murilo Ortega Terra**

Nascido em Curitiba, Paraná, em outubro de 1964, o embaixador Pedro Terra ingressou no Instituto Rio Branco (IRBr) em 1991. Ao longo de sua carreira diplomática, foi promovido aos cargos de Segundo Secretário (1997), Primeiro Secretário (2003), Conselheiro (2008), Ministro de Segunda Classe (2014) e Ministro de Primeira Classe (2024). Concluiu o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) em 2001 e o Curso de Altos Estudos (CAE) em 2010, com a tese “O Mercado Indiano de Alimentos: Oportunidade para o Agronegócio Brasileiro? Atualidade e Propostas de Ações de Promoção Comercial.”

No Brasil, atuou em diversas áreas do Itamaraty. Trabalhou na Divisão e no Departamento de Oriente Próximo (1992-1996); no Departamento Econômico (1996-1997); no Cerimonial (2003-2004); e na Divisão de Informação Comercial (2004-2006). Chefiou o Setor de Legalizações e Rede Consular Estrangeira (2013-2014). Foi chefe da Divisão de Ásia Meridional (2014-2016) e diretor do Departamento de Rússia e Ásia Central (2020-2023). Desde 2023, está à frente do Departamento de Rússia, China e Ásia Central.

No exterior, o candidato serviu na missão junto à União Europeia (1997-2000), na embaixada em Montevideú (2000-2003), na embaixada em Ottawa (2006-2008), na embaixada em Nova Délhi (2008-2010) e no consulado-geral em Nova York (2010-2013). Foi ministro-conselheiro e encarregado de negócios, a.i., na embaixada em Quito (2016-2018). Foi cônsul-geral no consulado-geral em Cantão (2018-2019).

Foi condecorado com a Ordem do Rio Branco (2013 e 2019), a Medalha do Mérito Santos-Dumont (2016) e a Medalha Marechal Trompowsky (2018).

É casado há 34 anos, tem um filho e uma filha.

A trajetória do embaixador Pedro Terra demonstra sua grande capacidade de promoção da política externa brasileira junto a países-chave para a diplomacia nacional, como Estados Unidos, Rússia, China, Índia, Canadá, Uruguai e Equador, bem como junto à União Europeia. Como chefe do setor agrícola na missão junto à UE e chefe dos setores econômico e de promoção comercial em Ottawa, Nova Délhi e Nova York, além de sua atuação na divisão de Informação Comercial do Itamaraty, o candidato adquiriu conhecimentos que serão úteis para a defesa dos interesses brasileiros nesse domínio. Suas experiências progressas na área consular também contribuirão para a prestação de serviço de qualidade às comunidades de brasileiros na jurisdição do posto.

SITUAÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E NOVA ZELÂNDIA

I – Relações diplomáticas

Em 2025, Brasil e Nova Zelândia comemoram 61 anos de relações diplomáticas. A convergência de valores, como o forte apreço pela democracia, a consistente defesa dos direitos humanos e o apoio ao multilateralismo facilitam as interações de lado a lado, ao mesmo tempo em que possibilitam a criação de uma agenda bilateral positiva e construtiva.

Observa-se, no entanto, que a distância geográfica que separa os dois países – dificultada pela falta de conexão aérea direta – e as assimetrias em diversas dimensões (extensão territorial, economia, população) são, em certa medida, fatores limitantes na construção de uma relação mais densa e robusta.

A presença de representação diplomática permanente em Wellington contribui para que tais vetores condicionantes possam ser contornados por meio da busca de áreas em que a cooperação bilateral possa ser mutuamente benéfica. Nesse sentido, o lado brasileiro tem intensificado seus esforços em prol da cooperação em áreas em que a Nova Zelândia se destaca. Nos últimos anos, buscou-se aprofundar a cooperação em produções audiovisuais e educação, havendo acordos de coprodução audiovisual e de cooperação em matéria educacional prontos para assinatura. As áreas de “agritech” e aeroespacial apresentam potencial para que sejam as próximas exploradas.

A conectividade escassa entre os países é empecilho para o adensamento do volume de visitas bilaterais, situação agravada após o advento da pandemia de COVID-19, com o encerramento da rota Auckland-Buenos Aires operada pela Air New Zealand, o que resultou no monopólio da LATAM da rota que conecta a América do Sul com este país. Do lado brasileiro, as visitas mais recentes foram:

- i) Ex-Ministra do Esporte, Ana Moser, a Auckland, em julho de 2023, por ocasião da abertura da Copa do Mundo de Futebol Feminino;
- ii) Senadores Marcos Rogério (PL/RO) e Marcos Pontes (PL/SP), a Auckland, em outubro de 2023, para conhecer projeto de empresa neozelandesa de transmissão de energia sem fio à longa distância; e
- iii) Ex-Secretário de Ásia e Pacífico, Embaixador Eduardo Saboia, a Wellington, em março de 2024, para a IX reunião do Mecanismo de Consultas Políticas.

Do lado neozelandês, houve as seguintes visitas:

- i) Ex-Ministro da Educação, Chris Hipkins, a São Paulo, em julho de 2022, para promover a Nova Zelândia como destino para estudos;
- ii) Ministro do Comércio e Agricultura, Todd McClay, em outubro de 2024, para participar da reunião dos Ministros de Comércio do G20, em Brasília, e acompanhar missão empresarial a São Paulo; e
- iii) Ministro de Mudanças Climáticas, Simon Watts, para chefiar a delegação neozelandesa à COP30, em Belém.

II – Relação econômico-comercial

Segundo o ComexStat/MDIC, em 2024, a Nova Zelândia foi o 103º destino de exportações e a 84ª origem de importações de bens no Brasil. Do ponto de vista neozelandês (StatsNZ), que agrega bens e serviços na balança, o Brasil foi o 44º destino das exportações e a 41ª origem das importações.

A balança comercial de bens foi superavitária para o Brasil em 2024 em USD 24,4 milhões, resultado de exportações de USD 103,7 milhões e importações de 79,2 milhões. O primeiro item (subposição/SH6) da pauta de exportação surgiu há apenas três anos: trata-se dos grãos de destilaria (conhecidos pelas siglas DDG ou DDGS, a depender de sua formulação), obtidos a partir do resíduo decorrente do processamento do milho para produção de etanol. Com alto teor de proteína, o produto é usado como ração para rebanhos bovinos e ovinos. Desde a abertura do mercado neozelandês para o produto, em 2021, as exportações cresceram rapidamente, e, em 2024, atingiram USD 40,3 milhões, ou 28% da pauta.

Também compõem a pauta exportadora derivados de petróleo, café verde, suco de laranja e medicamentos. No lado da importação destacam-se, além da fruta kiwi, medicamentos, derivados do leite (como caseína e lactose), sementes e pescados, nessa ordem.

Barreiras sanitárias impedem a entrada de produtos tradicionais da pauta brasileira, como as proteínas animais "in natura", a despeito das gestões da Embaixada – ao que tudo indica, por resistência do setor produtivo local. Não obstante, há sinalização positiva quanto a produtos de menor impacto, como bile bovina e produtos processados. O lado brasileiro aguarda nota verbal do Ministério das Relações Exteriores e Comércio da Nova Zelândia (MFAT) oficializando a ausência de restrição de ingresso desses produtos no país.

Na rubrica investimentos, o BCB registra a Nova Zelândia como a 41ª origem, com estoque de USD 165 milhões em 2023, e 25º destino, com USD 708 milhões. O Posto tem registro de apenas dois investimentos de maior monta de capital originariamente brasileiro; ambos advêm da compra, pela subsidiária australiana da JBS, do grupo Primo Foods, daquele país, em 2015. A Beehive é a principal produtora de bacon, presuntos e congêneres neste país, responsável por cerca de 300 empregos, enquanto a Scott Technologies se dedica a robótica e automação industrial (tendo as plantas do grupo JBS como grandes clientes) e conta com 650 empregados globalmente, dos quais 225 na Nova Zelândia.


Também são dois os investimentos neozelandeses no Brasil mais conhecidos, ambos no setor leiteiro – o que se coaduna com o status neozelandês de maior exportador mundial de lácteos, com 1/4 do mercado (apenas a UE, no seu conjunto, chega próximo, com fatia ligeiramente inferior). Trata-se do Grupo Kiwi, em Goiás (18º lugar entre os maiores produtores de leite do Brasil em 2024, segundo a MilkPoint), e da Leitíssimo, na Bahia (27º lugar).

Quanto à promoção comercial, as mencionadas assimetrias também resultam em escasso interesse do empresariado brasileiro no país. Exemplo disso é que, das dezenas de projetos setoriais (PS) na carteira da Apex-Brasil, apenas o "*Brazilian Distiller's Grains*" (de exportadores do mencionado DDG/DDGS) singulariza o país como mercado prioritário. No entanto, sete desses PS assinalam a Austrália, que naturalmente concentra as atenções dos empresários brasileiros quando se trata de Oceania. Nesse contexto, o Setor Comercial da Embaixada em Wellington tem buscado coordenar-se com o Consulado-Geral em Sydney e a Embaixada em

Camberra para que as ações com destino àquele país considerem incluir a Nova Zelândia, em especial dado que Auckland é escala natural no trajeto.

A Embaixada entende haver grande potencial de cooperação na área de ciência, tecnologia e inovação, sendo este país o 25º lugar no "*Global Innovation Index*" e importante centro de economia criativa. Nessa linha, o Posto realizou, em 2021 e 2022, *webinars* sobre coprodução de jogos eletrônicos, parceria com Abragames e Apex-Brasil, e publicou, em 2023, a partir de recursos do Departamento de Promoção Comercial, Investimento e Agricultura, o "Estudo de Mercado em Tecnologia Agrícola (Agritech) - Nova Zelândia". Esse potencial poderá ser melhor explorado quando houver recursos para contratação de funcionário para lotar formalmente o SECOM e, particularmente, para compor um novo Setor de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTEC) na Embaixada, descortinando o que se pode considerar uma vocação do Posto.

III – Cooperação técnica e humanitária

Não há registro de projetos de cooperação humanitária ou técnica em curso com a Nova Zelândia. Proposta brasileira de projetos de cooperação triangular envolvendo os países insulares do Pacífico, nos moldes do já realizado com este país no passado tendo como objeto a produção de arroz no Suriname, não encontrou acolhida no lado neozelandês, que passou a desfavorecer o modelo  trilateral de cooperação.

IV – Temas culturais

A principal iniciativa cultural do Posto é a organização, com outras sete embaixadas da cidade, do "Latin American and Spain Film Festival" – LASFF (lasffnz.co.nz). O evento leva uma obra cinematográfica de cada país participante a dez cidades neozelandesas, alcançando mais de 6 mil espectadores. A propósito, encontra-se pronto para assinatura acordo bilateral sobre coproduções audiovisuais, que permitirá a produtores de ambos os lados acessar fundos de fomento com mais facilidade.

No salão multiuso da Chancelaria realizam-se eventos culturais, incluindo oficina quinzenal de roda de samba para músicos locais. Devem voltar a ter lugar em 2026, assim que aprovada pequena obra de adequação do espaço, as exposições mensais do programa Cinema na Embaixada.

Recorde-se, ainda, a realização de mostra de fotografias de Marcel Gautherot sobre Brasília, em Palmerston North, e de eventos de leitura pública de obras de Machado de Assis e de Clarice Lispector. De particular valor tem sido a obra "Indigenous Cultures (Texts from Brazil no. 19)", vertida pelo Posto para inglês e maori, inclusive na interlocução com representantes do governo mais ligados à causa maori, e atualmente pendente de recursos para reimpressão.

A Embaixada também busca, sempre que possível, apoiar iniciativas culturais da comunidade, particularmente as de ensino de português como língua de herança (PLH). Destas, estão atualmente ativas a Brasileirinho (brasileirinho.org.nz), que recentemente recebeu sede própria da prefeitura de Auckland, e a Palmeirinhos, em Palmerston North.

V – Temas educacionais

Um dos vetores dinâmicos da relação bilateral é o educacional, ainda que precipuamente unidirecional. Como se sabe, educação é um dos principais serviços de exportação deste país, que conta com agência dedicada ao tema (EducationNZ) com filial no Consulado-Geral "kiwi" em São Paulo.

O número de vistos de estudante para brasileiros atingiu o ápice de cerca de 2500 vistos anuais no triênio 2017-2019, mas despencou durante a pandemia e ainda não retornou àquele patamar (cerca de 1000 vistos no último ano). O setor tem investido em missões ao Brasil para retomar o fluxo, e tem logrado êxito, por exemplo, na parceria com governos estaduais. O país recebe alunos dos programas de intercâmbio de secundaristas da rede pública dos estados de São Paulo (300 estudantes anuais) e do Paraná (200 estudantes). Com o governo paranaense, os entendimentos também têm envolvido ensino superior.

VI – Temas consulares

A população brasileira residente na Nova Zelândia, estimada hoje em cerca de 12 mil pessoas, tem crescido rapidamente – 37% no período de 2018 a 2023, segundo a agência estatal StatsNZ. Mais da metade da comunidade brasileira concentra-se na metrópole Auckland e arredores. Nos últimos anos, a cidade de Queenstown, na Ilha Sul, passou a reunir a segunda maior concentração de brasileiros, representando uma das maiores diásporas estrangeiras naquela cidade, consistindo, em especial, de trabalhadores da indústria do turismo. Ressalte-se a distância entre a Embaixada e esses dois principais polos de concentração de brasileiros (Wellington dista cerca de 650 km tanto de Auckland quanto de Queenstown). Além desta capital, há ainda comunidades significativas em Christchurch, maior cidade da Ilha Sul, e em Tauranga, principal cidade portuária do país, na Ilha Norte.

O forte incremento do número de nacionais no país tem sido acompanhado, naturalmente, de aumento das demandas ao setor consular da Embaixada em diversas frentes, como, por exemplo, na confecção de documentos de viagem; na lavratura de registros civis, atos notariais e legalizações; e a assistência à comunidade.

Observa-se também incremento na população carcerária brasileira, que recentemente chegou a dez pessoas, todas sob acusação de tráfico internacional de drogas. Os nacionais, alegadamente com entorpecentes na bagagem, costumam chegar a Auckland provenientes de Santiago do Chile, em voos da companhia Latam, ainda a única rota aérea direta entre este país e a América do Sul.

A Embaixada conta, ainda, com uma cônsul-honorária em Auckland e promove esporadicamente consulados itinerantes, sobretudo naquela cidade, cuja última edição ocorreu em 15/11/25.

VII – Conclusão

Em resumo, a relação bilateral sofre do duplo desafio estrutural da distância e da assimetria, mas também tem importante potencial ainda por desenvolver. Em particular, o elemento singular com maior potencial transformador seria o estabelecimento de voo direto entre o Brasil e a Nova Zelândia. Projetos como o "Southern Link", iniciativa da prefeitura e da comunidade empresarial de Auckland, buscam promover rotas aéreas e marítimas que posicionem a Nova

Zelândia como alternativa de entreposto entre, de um lado, a América do Sul, e, de outro, a China e seu entorno, tirando proveito do intercâmbio comercial de cerca de USD 380 bilhões entre as duas regiões. O projeto, de 2019, parece ter começado a dar frutos, com a inauguração, em dezembro de 2025, da rota aérea Xangai-Auckland-Buenos Aires, da empresa China Eastern. No entanto, ainda não há previsão de serviço a Guarulhos ou outro terminal brasileiro.

São iniciativas recentes de destaque as seguintes, com perspectiva de concretizar-se no curto prazo:

- i) Acordo sobre coproduções audiovisuais;
- ii) Acordo de cooperação em matéria educacional, sendo negociado por meio da embaixada neozelandesa em Brasília;
- iii) Troca de Notas para isenção de vistos para portadores de passaportes diplomáticos e oficiais;
- iv) Abertura do mercado neozelandês para bile bovina e produtos de origem animal processados de suínos, de aves e de ovos.

SITUAÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E SAMOA, TONGA, TUVALU E KIRIBATI (CUMULATIVIDADES)**I – Relações diplomáticas**

Kiribati, Samoa, Tonga e Tuvalu são pequenos países insulares localizados na Oceania, espalhados pelo Oceano Pacífico. Samoa, Tonga e Tuvalu pertencem à Polinésia -- vasta região triangular cujos vértices são a Nova Zelândia, o Havaí e a Ilha de Páscoa, no Chile, e se caracterizam por línguas e tradições culturais muito próximas e de origem comum. Esses três países ficam a leste da Austrália e ao norte da Nova Zelândia; já Kiribati possui territórios que se estendem por uma grande área, mas sua maior parte populacional — especialmente as Ilhas Gilbert — é considerada parte da Micronésia. Esses países estão entre os mais remotos do planeta e mantêm culturas tradicionais fortemente preservadas.

Do ponto de vista político, cada país possui seu próprio sistema. Kiribati é uma república presidencialista, em que o presidente acumula as funções de chefe de Estado e de governo, eleito diretamente pelos cidadãos. Samoa é uma república parlamentar, com um Primeiro-Ministro como chefe de governo e um presidente de funções majoritariamente cerimoniais. Tonga é uma das poucas monarquias constitucionais do Pacífico, onde o rei desempenha papel político relevante, ao lado de um parlamento eleito. Tuvalu, por seu turno, é uma monarquia constitucional no âmbito da Commonwealth, reconhecendo o monarca britânico como chefe de Estado, mas governado por um Primeiro-Ministro eleito pelo Parlamento.

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com Samoa e Tuvalu em 2005, e com Kiribati e Tonga em 2010 e 2011, respectivamente. Assim como ocorre com a quase a totalidade das pequenas nações insulares do Pacífico, a pandemia de COVID e a limitada conectividade com as ilhas apresentaram dificuldades, no passado recente, para o adensamento das relações bilaterais. Adicionalmente, a diminuta estrutura governamental e a ausência de presença física brasileira no país dificultam maior interlocução com tais nações. A existência de Embaixada residente em Wellington, localidade onde é possível interagir com as representações diplomáticas de Samoa e Tuvalu, facilita o estreitamento das relações bilaterais com esses países.

Com os Estados insulares do Pacífico em geral, a agenda ambiental e de combate ao aquecimento global ganha premência na relação bilateral. O Pacífico insular — e, sobretudo, Tuvalu — está entre os territórios mais vulneráveis aos impactos ambientais, como a elevação do nível do mar, eventos climáticos extremos e degradação dos ecossistemas marinhos. Apesar de contribuírem minimamente para as emissões globais de carbono, essas nações enfrentam ameaças existenciais que exigem ações urgentes e solidárias. Dessa forma, apoiar tais países não é apenas questão de justiça climática, mas também forma estratégica de preservar a biodiversidade global, proteger culturas únicas e reforçar a estabilidade regional.

II – Relação econômico-comercial

Todos os mercados das cumulatividades são de pequenas dimensões, o que apresenta desafios específicos e exige avaliação criteriosa da conveniência e oportunidade de ações naqueles mercados.

Samoa é o maior deles, com 208 mil habitantes e PIB de USD 1,06 bilhão. Além de Fiji, Samoa tem conexão aérea internacional direta apenas com a Austrália, a Nova Zelândia e os EUA

(Havaí). A corrente de comércio bilateral média anual no triênio 2022-2024 alcançou USD 3,44 milhões, com superávit médio de USD 1,02 milhão para o Brasil. As exportações são dominadas por carne de frango e derivados (90,6% da pauta em 2024). Entre as importações, destacam-se os cartuchos de tinta de impressora (NCM 8443.99.23), que conformaram 53% do total em 2024, presumivelmente fruto de reexportação samoana.

Tonga tem 104 mil habitantes e PIB de USD 508 milhões. Além de Fiji, o país tem conexão aérea internacional direta apenas com a Austrália e com a Nova Zelândia. A corrente de comércio bilateral média anual no triênio 2022-2024 alcançou USD 4,38 milhões e foi composta quase integralmente por exportações brasileiras. Em 2024, a pauta consistiu essencialmente de carne de frango congelada (subposição 0207.14), com 88% do total, e de embutidos (9%).

Kiribati tem 134 mil habitantes e um PIB de USD 307 milhões. A corrente bilateral de comércio média anual no triênio 2022-2024 foi de USD 241 mil, constituída quase que integralmente por exportações brasileiras, com destaque para açúcar e preparados de carne. Além de Fiji, o país tem conexão aérea internacional apenas com Nauru e as Ilhas Marshall. Trata-se de arquipélago extremamente esparsos. Por exemplo, a cidade de Kirimati dista mais de 3200km da capital Tarawa. Essa dificuldade havia-se transformado em oportunidade para a Embraer, pois, em 2018, o Governo kiribatiano assinou com a empresa acordo para compra de dois E190-E2, incluindo a opção de compra de mais 2, tornando a estatal Air Kiribati a cliente-lançadora do E2 no Pacífico. Em 2019 foi entregue o primeiro avião; contudo, o advento da pandemia, bem como atrasos na implementação no modelo E2 da certificação ETOPS, necessária para voos dessa distância sem aeroportos ao longo da rota que comportem a aeronave em caso de emergência, até o momento impediram a entrada em operação do avião pela Air Kiribati.

Outra oportunidade para o Brasil em Kiribati é a área de proteína animal. Ao longo de 2025, Kiribati parece ter renovado o interesse em abrir seu mercado para importação de carne bovina, suína, de frango e ovos "in natura" do Brasil. Certificados sanitários para esses produtos estão em negociação, atualmente em análise no MAPA.

Tuvalu é o mais diminuto desses mercados (menos de 10 mil habitantes e de USD 100 milhões de PIB), o que resulta em corrente de comércio bilateral anual média muito inferior a USD 100 mil no último triênio. A única conexão aérea internacional do país é com Fiji. Operadores econômicos consultados informaram que o país é abastecido principalmente a partir da reexportação desde Fiji, em partidas inferiores a um contêiner, o que tornaria a promoção comercial brasileira naquele mercado antieconômica.

III – Cooperação técnica e humanitária

A cooperação técnica e humanitária pode ser explorada em benefício mútuo. Os princípios norteadores da ação da Agência Brasileira de Cooperação (solidariedade, não condicionalidade, respeito à soberania e ao protagonismo dos países beneficiários) encontram boa acolhida na região. As áreas de agricultura e saúde, temas em que o Brasil se encontra na vanguarda, apresentam os maiores potenciais de exploração.

Em 2024, Kiribati, Samoa, Tonga e Tuvalu receberam doação brasileira de purificadores de água para combater a insegurança hídrica do país. Os países também têm aceitado ofertas de doação brasileira de medicamentos em caráter humanitário ao longo dos anos.

IV – Temas consulares

Não há registro de brasileiros residentes em Samoa, Tonga e Tuvalu. É de conhecimento da Embaixada em Wellington a existência de apenas um brasileiro residente em Kiribati, casado com uma nacional daquela ilha, com quem tem três filhos menores de idade. Atualmente, a família estaria residindo temporariamente no Brasil.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE¹

VISÃO DE FUTURO

Fortalecimento da atuação do Brasil em temas globais por meio de uma diplomacia ativa e altiva, comprometida com os interesses do povo brasileiro e engajada na construção de parcerias estratégicas e na promoção da paz, da cooperação, do desenvolvimento sustentável e de um mundo mais justo e inclusivo.

PROPÓSITO

Promover a inserção internacional soberana, os valores e os interesses do Brasil, renovando o compromisso como diálogo e a cooperação internacionais em prol do desenvolvimento sustentável, dos direitos humanos e da paz, e prestar assistência a brasileiras e brasileiros no exterior.

VALORES

Inovação. Transparência. Valorização do conhecimento institucional. Diversidade. Diálogo. Adaptabilidade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Reposicionar o Brasil no mundo, consolidando a vocação universalista da política externa e ampliando a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais.
2. Obter avanços significativos em processos negociadores, em linha com os interesses nacionais.
3. Tornar mais efetiva a promoção da imagem, da cultura, da ciência, dos produtos e dos serviços brasileiros, valorizando a diversidade do país.
4. Ampliar a cooperação técnica, humanitária e educacional praticada pelo Brasil e aprimorar sua efetividade.
5. Modernizar a prestação de serviços consulares, garantindo assistência a brasileiras e brasileiros no exterior, com respeito a sua diversidade e atenção às especificidades de cada caso.

¹ O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE 2024-2027, que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2024-2027.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO

Alinhado ao PEI-MRE

VISÃO

Fortalecimento da atuação do Brasil em temas globais por meio de uma diplomacia ativa e altiva, comprometida com os interesses do povo brasileiro e engajada na construção de parcerias estratégicas e na promoção da paz, da cooperação, do desenvolvimento sustentável e de um mundo mais justo e inclusivo.

PROPÓSITO DO POSTO

Promover a inserção internacional soberana, os valores e os interesses do Brasil, renovando o compromisso como diálogo e a cooperação internacionais em prol do desenvolvimento sustentável, dos direitos humanos e da paz, e prestar assistência a brasileiras e brasileiros no exterior.

VALORES

Inovação. Transparência. Valorização do conhecimento institucional. Diversidade. Diálogo. Adaptabilidade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2. Promover produtos e serviços brasileiros na Nova Zelândia, Kiribati, Samoa, Tonga e Tuvalu, assim como oportunidades de investimentos no Brasil.
3. Estimular o incremento do intercâmbio científico-educacional entre Brasil e Nova Zelândia, em benefício da ampliação da capacidade de inovação nacional.
4. Promover a imagem e cultura do Brasil na Nova Zelândia, nas mais distintas linguagens artísticas e em diferentes segmentos da economia criativa, e a língua portuguesa na variante brasileira.
5. Prover serviços consulares de qualidade ao cidadão brasileiro na Nova Zelândia, Kiribati, Samoa, Tonga e Tuvalu, para facilitar o acesso do nacional à prestação da assistência consular.
6. Explorar mecanismos de cooperação técnica pelos quais Brasil e Nova Zelândia possam compartilhar soluções e práticas exitosas em diferentes áreas, inclusive em benefício de terceiros países.
7. Aprofundar a cooperação técnica e humanitária com Kiribati, Samoa, Tonga e Tuvalu, com vistas a promover a expertise brasileira em áreas de excelência.
8. Ampliar a influência do Brasil nos processos de decisão internacionais.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE
(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do Posto)

I - promoção de comércio e investimentos

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Promoção de produtos nacionais no exterior

- *Trabalhar em parceria com a APEX-Brasil para avaliar setores a serem explorados e incrementar o comércio bilateral, tendo em consideração o interesse em promover produtos e serviços de alto valor agregado originários do Brasil;*
- *Promover encontros e reuniões com câmaras e associações de comércio, inclusive pelo estímulo à participação em feiras comerciais realizadas nos dois países;*
- *Promover os aviões da Embraer nas áreas de defesa e aviação comercial;*
- *Realizar ações de divulgação da qualidade, sustentabilidade e capacidade inovadora da economia brasileira, a fim de contribuir para a promoção da imagem do produto e do serviço brasileiros;*

2. Atrair investimentos para o Brasil

- *Manter e incrementar o diálogo com o governo e com o setor privado neozelandeses com vistas a atrair investimentos ao Brasil;*
- *Aprofundar a interlocução com o governo neozelandês com vistas a iniciar negociação de acordo de cooperação e facilitação de investimentos (ACFI);*
- *Engajar-se com formadores de opinião e lideranças corporativas a fim de divulgar oportunidades de investimentos no Brasil, assim como ampliar o conhecimento sobre as vantagens da abordagem brasileira a respeito de acordo de investimentos.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS 1 e 2

- 1) Número de serviços de inteligência comercial** prestados pela Embaixada;
- 2) Número de encontros e reuniões** com empresas, investidores e câmaras e associações de comércio;
- 3) Números de eventos** (seminários, webinários, palestras, feiras, exposições, rodadas de negócio, entre outros) organizados pela ou com a participação da Embaixada;
- 4) Número de consultas atendidas de promoção comercial, inteligência comercial e/ou reclamação comercial**, de empresas brasileiras e neozelandesas, bem como de associações setoriais, federações regionais, confederações, da Apex-Brasil e outras entidades do setor privado;
- 5) Número de atuações da Embaixada para a promoção da qualidade, sustentabilidade e capacidade inovadora da economia brasileira**, sob forma de publicações, mídia social, entrevistas, palestras, painéis, ou outro formato;

- 6) **Número de encontros com representantes do governo da Nova Zelândia** para tratar de possível **negociação de acordo comercial**;
- 7) **Número de contatos com representantes do governo da Nova Zelândia** que tenham como foco o aumento do comércio e dos **investimentos** bilaterais;
- 8) **Número de relatórios de acompanhamento da economia neozelandesa e da balança comercial** com o Brasil produzidos pela embaixada;
- 9) **Número de contatos com autoridades neozelandesas** com vistas à negociação de **ACFI** com a Nova Zelândia;
- 10) **Número de eventos ou textos para circulação** a respeito das oportunidades de **investimento** no Brasil;
- 11) **Número de atendimentos a consultas** telefônicas, por e-mail, por meios eletrônicos oficiais ou presenciais;
- 12) **Número de cursos de capacitação e treinamento**;
- 13) **Número de publicações** elaboradas (estudos, boletins, revistas);
- 14) **Número de identificações de oportunidades de Investimento Direto Brasileiro (IDB)**;
- 15) **Número de participações em seminários, eventos, rodadas de negócios, feiras e mostras**;
- 16) **Número de produtos para os quais os mercados dos países sob jurisdição do Posto foram abertos.**

II - relações políticas bilaterais

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Promover uma política externa universalista

- *Fortalecer as relações bilaterais do Brasil com Nova Zelândia, Kiribati, Samoa, Tonga e Tuvalu, para diversificar parcerias e reforçar contatos com todos os continentes, refletindo a vocação universalista da política externa brasileira e garantindo a defesa dos interesses nacionais;*
- *Promover candidaturas brasileiras a espaços estratégicos prioritários de interesse da sociedade brasileira;*

2. Observar e produzir inteligência

- *A região da **Ásia**-Pacífico é a região econômica mais dinâmica do mundo e uma das áreas chave da competição estratégica global. China, Japão, Austrália, e países da ASEAN são agentes econômicos relevantes ou com peso crescente. A*

ascensão da China como potência econômico-militar vem criando desafios para o equilíbrio de poder da região, uma vez que os países se deparam com o dilema entre suas posições políticas a respeito de Pequim e sua dependência econômico-comercial em relação ao gigante asiático. Propõe-se prosseguir com o trabalho de observação da política neozelandesa, kiribatiana, samoana, tonganesa e tuvaluana para a Ásia-Pacífico e produção de informes periódicos, tendo em vista que o Brasil, a despeito de estar geograficamente distante, tem interesse na estabilidade da região;

- *Produzir informes sobre os principais temas de política interna e externa da Nova Zelândia, Kiribati, Samoa, Tonga e Tuvalu e suas possíveis implicações para o relacionamento com o Brasil;*
- *Identificar soluções adotadas na Nova Zelândia que possam ser de interesse do governo brasileiro, de empresários brasileiros ou da sociedade brasileira em geral, seja na área econômica, social ou ambiental. Ao mesmo tempo, fomentar a divulgação, na Nova Zelândia, de experiências exitosas no Brasil que possam suscitar o interesse local (como a sustentabilidade da agricultura brasileira).*

3. Fortalecer o mecanismo de consultas políticas

- *Brasil e Nova Zelândia mantêm mecanismo bilateral de consultas políticas desde 2001, para discutir a cooperação bilateral e propiciar espaço de diálogo sobre temas da agenda internacional. A última reunião ocorreu em Wellington, em março de 2024. Propõe-se coordenação com o governo neozelandês para viabilizar a organização de reunião de consultas políticas presencial, em Brasília, em 2026.*

4. Aproximar os órgãos públicos dos dois países

- *Seguir fomentando a colaboração interparlamentar entre o Brasil e a Nova Zelândia. Há grande potencial para intensificar o intercâmbio entre os parlamentos dos dois países a respeito de soluções adotadas em uma variada gama de temas.*

5. Aprofundar o relacionamento com as pequenas nações do Pacífico insular

- *Dinamizar o relacionamento bilateral com Kiribati, Samoa, Tonga e Tuvalu por meio da assinatura de acordos que possibilitem lançar as bases para um relacionamento bilateral mais denso e multifacetado, por meio de iniciativas como isenção de visto a portadores de passaportes diplomáticos e oficiais e acordos-quadro de cooperação técnica.*
- *Coordenar posições comuns em tópicos de interesse mútuo a Brasil e Kiribati, Samoa, Tonga e Tuvalu, como, por exemplo, meio ambiente e combate às mudanças climáticas, temas de caráter existencial para tais países.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS 1 a 3

- 1) Número de relatórios produzidos pela Embaixada sobre política interna e política externa da Nova Zelândia, Kiribati, Samoa, Tonga e Tuvalu;**
- 2) Número de contatos com representantes do governo, do parlamento, do setor privado, da academia e da sociedade civil com vistas a colher ou compartilhar**

informações sobre o desenvolvimento de temas de política interna e externa neozelandesas;

- 3) **Número de reuniões de consultas políticas**, em formato presencial ou virtual;
- 4) **Número de visitas de delegações parlamentares de parte a parte**;
- 5) **Número de reuniões com representantes dos governos de Nova Zelândia, Kiribati, Samoa, Tonga e Tuvalu** para tratar da de temas da agenda bilateral;
- 6) **Número de visitas aos países da jurisdição do Posto**;
- 7) **Número de instrumentos firmados com os países da jurisdição do Posto**.

III - atuação junto a organismos regionais ou multilaterais, quando for o caso, incluindo candidaturas, reuniões oficiais e programas de cooperação

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Ampliar o apoio a candidaturas brasileiras

- *Fazer gestões eficazes com vistas a obter apoio da Nova Zelândia, Kiribati, Samoa, Tonga e Tuvalu a candidaturas brasileiras para cargos em organismos internacionais, realização de eventos internacionais no Brasil e outras, conforme instrução da Secretaria de Estado das Relações Exteriores;*
- *Manter contatos com representantes dos governos da Nova Zelândia, Kiribati, Samoa, Tonga e Tuvalu acerca da candidatura brasileira a assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), com vistas à obtenção de apoio a demandas específicas do governo brasileiro.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DA META

Número de contatos com representantes dos governos da Nova Zelândia, Kiribati, Samoa, Tonga e Tuvalu para fazer gestões em favor de candidaturas internacionais do Brasil a funções e instâncias internacionais estratégicas para os interesses da sociedade brasileira.

IV - promoção da imagem do país, da cultura brasileira, do turismo e da marca Brasil

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Incentivar o turismo ao Brasil

- *O Brasil é o principal emissor de turistas para a Nova Zelândia entre os países da América Latina. O órgão estatal Tourism New Zealand (TNZ), que promove a indústria de turismo no país, incluiu o Brasil entre os principais emissores de turistas a serem explorados, ao lado de Austrália, Reino Unido, EUA, Alemanha Japão, China, Índia e Indonésia. Propõe-se, de outro lado, buscar aumentar a*

visibilidade e o interesse pelo Brasil entre o público neozelandês, a partir de ações junto aos meios de comunicação, agências de turismo, empresas aéreas, entre outros;

- *Participação em feiras dedicadas ao turismo, conforme disponibilidade orçamentário-financeira da Secretaria de Estado das Relações Exteriores.*

2. Melhorar a conectividade aérea Brasil-Nova Zelândia

- *Entrou em vigor, em 2018, o acordo de serviços aéreos entre Brasil e Nova Zelândia, o qual impulsiona a abertura de rota aérea direta entre Nova Zelândia e Brasil. No entanto, segue pendente de reação, do lado neozelandês, avanço na negociação do Acordo para Evitar a Dupla Tributação (ADT) no setor aéreo, o que retiraria outro empecilho para a concretização desse objetivo.*

3. Divulgar a diversidade das expressões culturais brasileiras

- *Propor, junto a potenciais parceiros locais e realizar, segundo a disponibilidade orçamentário-financeira do MRE e da obtenção de patrocínios locais, projetos e eventos de promoção da diversidade das expressões culturais brasileiras, como apresentações musicais, exibição de filmes nacionais, além de eventos de divulgação ao público neozelandês de artistas e profissionais da cultura brasileiros, como artistas plásticos, cineastas, coreógrafos, dramaturgos, escritores, fotógrafos e músicos, entre outros;*
- *Organizar palestras e outros eventos públicos sobre temas da cultura brasileira, para ampliar o conhecimento do público neozelandês sobre o país, inclusive com engajamento da comunidade brasileira local em Wellington e outras cidades neozelandesas;*
- *Promover a variante brasileira da língua portuguesa na Nova Zelândia, valendo-se, entre outros, da existência no país do único curso universitário do idioma na Oceania, na Universidade Massey;*
- *Explorar formas de ampliar a oferta de bens e serviços culturais brasileiros na Nova Zelândia, com especial atenção para a ampliação do número de obras de autores brasileiros traduzidos no mercado editorial local;*
- *Atualizar regularmente os canais digitais da Embaixada, com informações de utilidade para a ampliação do conhecimento sobre o Brasil na Nova Zelândia e a divulgação de projetos e eventos culturais com temática brasileira.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de participações em feiras de turismo;**
- 2) Número de contatos para promoção do Brasil como destino turístico** com meios de comunicação, agentes de viagem, empresas aéreas e outros *stakeholders* do setor;
- 3) Número de contatos com empresas aéreas para a realização de gestões em favor do estabelecimento de rota aérea direta entre os dois países;**

- 4) **Número de reuniões, eventos, palestras e entrevistas para a difusão da diversidade das expressões culturais brasileiras** na Nova Zelândia.

VI - cooperação em ciência, tecnologia e inovação

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Incentivar a elaboração de projetos comuns de pesquisa

- *Destaca-se a complementaridade da pesquisa científica e tecnológica na área de ciências agrárias, notadamente em temas como biogás, aproveitamento da biomassa, biocombustíveis e sistemas de rastreamento de gado. Propõe-se a interlocução junto a institutos de pesquisa e universidades da Nova Zelândia para a identificação de contrapartes no Brasil para aproximação entre as comunidades acadêmicas;*
- *Manutenção e aprofundamento dos contatos com os setores digital e de startups da Nova Zelândia, especialmente na área de inovação na agricultura (as chamadas agritechs), com vistas à identificação de áreas com potencial de cooperação;*
- *Identificação, em coordenação com a Embrapa e outros institutos de pesquisa dedicados à agropecuária, de áreas com potencial de cooperação, haja vista que Brasil e Nova Zelândia são grandes produtores e/ou exportadores de commodities agrícolas, como carnes, leite, madeira, vinho, entre outros.*
- *Fomentar a cooperação em áreas de interesse do Brasil em que a Nova Zelândia apresenta vantagem comparativa, como, por exemplo, a área aeroespacial.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DA META

- 1) **Número de eventos, seminários, webinários e ações**, organizados pela ou com a participação da Embaixada, para **aproximação das comunidades científicas** dos dois países;
- 2) **Número de eventos, seminários, webinários e ações**, organizados pela ou com a participação da Embaixada, para promover a **cooperação na área agropecuária** entre os governos, setores privados e institutos de pesquisa dos dois países;
- 3) **Número de eventos**, organizados pela ou com a participação da Embaixada, na **área de startups** dos dois países, especialmente *agritechs*;
- 4) **Número de contatos com representantes de universidades, institutos de pesquisa, ambientes de inovação, setor privado e governo** da Nova Zelândia, a fim de identificar oportunidades de cooperação bilateral;
- 5) **Divulgação**, nos meios de comunicação da Nova Zelândia, e com apoio de instituições brasileiras, **de pesquisas científicas de ponta realizadas no Brasil e soluções tecnológicas brasileiras ligadas ao agronegócio**;

- 6) **Número de contatos promovidos entre startups e investidores e ambientes de inovação** (parques, incubadoras ou aceleradoras tecnológicas).

VII - cooperação em educação, cultura, saúde e defesa

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Incentivar a vinda de neozelandeses ao Brasil por meio do Programa Férias e Trabalho;

- *Brasil e Nova Zelândia contam com o Acordo sobre o Programa de Férias e Trabalho, em vigor desde agosto de 2010, que permite que, anualmente, até 300 brasileiros e neozelandeses com idade entre 18 e 30 anos, possam trabalhar por um período de até 12 meses no outro país, por meio do visto especial previsto no acordo. Entretanto, ainda é notável a assimetria de intercâmbio entre os dois países, já que há mais estudantes brasileiros que se dirigem à Nova Zelândia do que o oposto. Propõe-se dialogar com autoridades da área educacional na Nova Zelândia para estudar formas de, após as dificuldades decorrentes da pandemia, divulgar o Programa de Férias Trabalho e incentivar a vinda de neozelandeses ao Brasil.*

2. Fomentar o intercâmbio acadêmico;

- *O Brasil é um mercado importante para o setor de educação da Nova Zelândia. Em 2018, foi o 6º principal emissor de estudantes estrangeiros àquele país (o principal da América Latina). Algumas universidades brasileiras (USP, UNICAMP e UnB) assinaram memorandos de entendimento com instituições de ensino superior neozelandesas, voltados, sobretudo, para intercâmbio discente. Em 2020, a FAPESP e a Education New Zealand promoveram chamada conjunta para financiamento de projetos de pesquisa. A maior parte das universidades brasileiras participantes do programa Print incluíram a Nova Zelândia em suas linhas de trabalho. Propõe-se contribuir para o aprofundamento do intercâmbio acadêmico entre os dois países e, sobretudo, fomentar o aumento do fluxo de pesquisadores neozelandeses para o Brasil.*

3. Fomentar e apoiar a cooperação científica;

- *Dada a qualidade da pesquisa científica brasileira, o próximo passo na cooperação educacional bilateral é o aumento do intercâmbio entre pesquisadores de instituições dos dois países. A Embaixada continuará a fomentar e apoiar a aproximação entre cientistas de universidades e instituições de pesquisa (como a Embrapa) do Brasil e da Nova Zelândia.*

4. Viabilizar a assinatura do Acordo de Coprodução Audiovisual;

- *O acordo encontra-se pronto para assinatura. Propõem-se contatos com as autoridades neozelandesas para viabilizar a assinatura do acordo e discutir ações concretas para aproximar o setor audiovisual dos dois países a fim de implementar o tratado e contribuir para a inserção de filmes e programa de televisão brasileiros no mercado neozelandês, difundindo, assim, a imagem do Brasil na Nova Zelândia. Recorde-se que ainda predomina na ilha pouco*

conhecimento sobre o Brasil e sua cultura. Maior visibilidade do Brasil nas telas da Nova Zelândia contribuiria para a exportação de bens e serviços, bem como para reforçar a marca Brasil.

5. Promover a negociação de acordo de cooperação técnica humanitária bilateral e trilateral.

- *Propõe-se apresentar ao governo da Nova Zelândia proposta de instrumento de cooperação humanitária em sentido tão horizontal quanto possível, com o objetivo de estabelecer cooperação e intercâmbios bilaterais nas áreas de gerenciamento de riscos de desastres e de defesa civil, e também uma parceria trilateral para a resposta emergencial conjunta em países insulares do Pacífico em caso de grandes desastres.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de eventos, seminários, webinários e ações**, organizados pela ou com a participação da Embaixada, para **aproximação das comunidades científicas** dos dois países;
- 2) Número de delegações de estudantes e pesquisadores** dos dois países que realizam visitas de estudos;
- 3) Número de projetos de pesquisa científica** envolvendo investigadores dos dois países;
- 4) Número de contatos com representantes de universidades, da *Education New Zealand* e de outros órgãos governamentais** a fim de promover o aumento do **fluxo de estudantes e pesquisadores** neozelandeses para o Brasil;
- 5) Número de contatos** com representantes do governo neozelandês e com entidades do setor, **com vistas à assinatura do Acordo de Coprodução Audiovisual** .

VIII - cooperação para promoção do desenvolvimento socioeconômico e combate às desigualdades

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- 1. Produzir informações e facilitar a troca de experiências sobre as políticas de inclusão da comunidade original Maori na Nova Zelândia.**
 - *A Nova Zelândia possui diversas políticas voltadas a garantir a inclusão da comunidade Maori, que poderão ser de interesse para as discussões, no Brasil, a respeito de comunidades tradicionais. Essa experiência motivou missão de parlamentares brasileiros ao país, em 2019, no marco de discussões sobre legislação voltada à proteção das comunidades indígenas brasileiras. A Embaixada continuará a produzir informações a respeito de tais experiências locais, assim como continuará a estimular o intercâmbio com contrapartes brasileiras.*

ii) **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DA META**

- 1) **Número de informes elaborados pela Embaixada** a respeito de experiências locais;
- 2) **Número de encontros** (presenciais ou virtuais) **entre atores dos dois países para a troca de experiências.**

IX - apoio às comunidades brasileiras no exterior

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1. **Garantir a prestação eficiente do serviço consular à comunidade brasileira na Nova Zelândia e nos demais países sob sua jurisdição**, inclusive por meio da constante facilitação do acesso a tais serviços;
2. **Promover regularmente consulados itinerantes em cidades neozelandesas com presença de comunidade brasileira** a fim de alcançar o máximo possível de nacionais interessados na assistência consular;
3. **Manter e atualizar os esforços de resposta a crises ou desastres naturais;**
4. **Realizar visitas a nacionais presos na Nova Zelândia a fim de prestar a assistência consular cabível;**
5. **Organizar eleições na jurisdição do posto;**
6. **Utilizar as redes sociais do posto para fins de comunicação e informação da comunidade brasileira.**

ii) **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DA META**

- 1) **Índice de satisfação do consulente;**
- 2) **Número de inovações introduzidas na assistência consular que redundem em facilidade na prestação dos serviços;**
- 3) **Número de documentos consulares produzidos, conforme a demanda;**
- 4) **Número de atendimentos consulares realizados, conforme a demanda;**
- 5) **Tempo de espera para a prestação dos serviços consulares;**
- 6) **Tempo de permanência do cidadão no setor consular;**
- 7) **Tempo de permanência do cidadão no guichê de atendimento;**

- 8) Número de consulados itinerantes realizados;**
- 9) Número de comunicações de esclarecimento** preparadas para a comunidade brasileira em **situações de crise ou catástrofes naturais;**
- 10) Número de visitas a nacionais presos na Nova Zelândia;**
- 11) Número de seguidores das redes sociais do posto.**

RELATÓRIO N° , DE 2026

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Mensagem (SF) n° 83, de 2025, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei n° 11.440, de 2006, o nome do Senhor PEDRO MURILO ORTEGA TERRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Nova Zelândia e, cumulativamente, no Estado Independente da Samoa, no Reino de Tonga, na República de Kiribati e em Tuvalu.*

Relator: Senador **CHICO RODRIGUES**

O Presidente da República, por meio da Mensagem n° 83, de 2025, indicou o nome do senhor **PEDRO MURILO ORTEGA TERRA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Nova Zelândia e, cumulativamente, no Estado Independente da Samoa, no Reino de Tonga, na República de Kiribati e em Tuvalu.

De acordo com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente, bem como deliberar por voto secreto sobre a matéria.

Para tanto, e em atendimento ao disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (Risf), o Itamaraty elaborou currículo do diplomata, do qual extraímos o resumo que segue.

O indicado ingressou na carreira diplomática em 1991, tendo sido promovido a Ministro Conselheiro em 2008, a Ministro de Segunda Classe em 2014, a Ministro de Primeira Classe em 2024.

Ao longo de sua carreira no Itamaraty, o diplomata Pedro Murilo Ortega Terra exerceu ampla gama de funções, dentre as quais destacamos a posição de Conselheiro na Embaixada brasileira em Nova Delhi, o cargo de Cônsul-Geral Adjunto no Consulado-Geral do Brasil em Nova York, Cônsul-Geral em Cantão, além de postos de direção no MRE para Rússia, China e Ásia Central. Destaco também que o diplomata foi condecorado com a Ordem do Rio Branco, no grau de Grande Oficial.

A mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo, elaborado sobre os **cinco Estados** para os quais o Ministro foi indicado para exercer a chefia da representação diplomática, que contém estatísticas e informações dos países, bem como elementos acerca das respectivas relações bilaterais com o Brasil.

A Nova Zelândia é uma democracia liberal, organizada politicamente sob a forma de monarquia parlamentarista constitucional, que conta com uma população de mais de 5 milhões de habitantes. O Brasil e a Nova Zelândia iniciaram relações diplomáticas em 1964 e vêm ampliando progressivamente a aproximação política. Contribuem para essa dinâmica positiva o apreço pela democracia, a consistente defesa dos direitos humanos e o apoio ao multilateralismo.

No plano bilateral, há em vigor o Acordo sobre o Programa de Férias e Trabalho, o qual permite que até 300 brasileiros e neozelandeses com idade entre 18 e 30 anos, possam trabalhar por um período de até 12 meses no outro país, por meio do visto especial previsto no Acordo. Além disso, é grande o número de brasileiros que visitam a Nova Zelândia a turismo. Em 2024, em torno de 10 mil brasileiros visitaram o país, número que já chegou próximo aos 20 mil turistas. A população brasileira residente na Nova Zelândia é igualmente expressiva, estimada em cerca de 12 mil pessoas. O intercâmbio de estudantes brasileiros no país é significativo: mais de 3 mil estudantes brasileiros vão à Nova Zelândia estudar inglês anualmente, o que representa o maior mercado de estudantes provenientes da América Latina.

A relação Brasil-Nova Zelândia destaca-se na cooperação educacional, na atuação coordenada em foros multilaterais e no interesse mútuo em ampliar o intercâmbio comercial. Empresas neozelandesas têm

estabelecido parcerias no Brasil, principalmente nos setores de agricultura, tecnologia da informação e comunicação. Os investimentos do país no Brasil concentram-se no setor leiteiro, em consonância com status neozelandês de maior exportador mundial de lácteos, que responde por 25% do mercado mundial. Em 2010, o então governador da Bahia, nosso colega Senador Jacques Wagner, visitou a Nova Zelândia para aproximação com esse e outros setores do país.

O fluxo comercial bilateral tem sido favorável para o Brasil. De janeiro a outubro de 2025, o Brasil exportou mais de 103,5 milhões de dólares e importou 62 milhões. Compõem a pauta exportadora derivados de petróleo, café verde, suco de laranja e medicamentos. No lado da importação, destacam-se, além dos produtos lácteos neozelandeses, medicamentos, sementes e pescados.

Ainda no plano bilateral, registramos que o Senado Federal aprovou em 2018 o texto do “Acordo Sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Nova Zelândia”, propiciando a ratificação do acordo por parte do Poder Executivo; uma das possíveis consequências do texto é estabelecimento de rota aérea direta Auckland - São Paulo, cujo principal atrativo seria concretizar ligação aérea mais curta entre o Brasil e a China.

O Estado Independente da Samoa é uma república parlamentarista localizada na Polinésia, sub-região da Oceania no Pacífico Sul, com mais de 200 mil habitantes. Com relações diplomáticas estabelecidas em 2005, a aproximação política Brasil-Samoa reflete, assim como nas demais nações insulares na região, temas como meio ambiente e combate ao aquecimento global, bem como prestação de cooperação técnica e humanitária. Com superávit médio da ordem de 1 milhão de dólares para o Brasil, o fluxo comercial para o país é dominado pela exportação de carne de frango e derivados.

O Reino de Tonga é uma monarquia constitucional de 104 mil habitantes na sub-região da Polinésia. Brasil e Tonga, cujas relações diplomáticas foram estabelecidas em 2011, compartilham posições em temas da agenda internacional, como meio ambiente e mudança do clima, cooperação agrícola, desenvolvimento sustentável, direito do mar, segurança energética e alimentar e desarmamento e não proliferação de armas nucleares. De forma semelhante à dos países da região, o fluxo comercial é modesto,

composto quase em sua totalidade pela exportação brasileira de carne de frango congelada.

A República do Kiribati é um país-arquipélago composto de 33 ilhas, com cerca de 132 mil habitantes. Com relações diplomáticas estabelecidas em 2010, as relações do Brasil com o país, assim como nas demais nações insulares na região, abrangem temas como meio ambiente e prestação de cooperação técnica e humanitária. Com exceção da venda brasileira de jatos Embraer para o país em 2020, a corrente comercial tem pouca expressão: em 2025, foram registradas exportações brasileiras no valor de 21 mil dólares. Há, no entanto, margem para crescimento, uma vez que certificados sanitários para exportação de proteína animal estão em negociação com as autoridades sanitárias do Kiribati.

A República do Tuvalu é um pequeno país com menos de 10 mil habitantes. Com relações diplomáticas estabelecidas em 2006, a limitada conectividade com a ilha apresenta desafios para o adensamento das relações bilaterais, no qual o combate ao aquecimento global ganha premência. O comércio é diminuto: em 2024 o Brasil nada exportou para o país, importando apenas 6 mil dólares. Registramos que em 2024 o Brasil doou, em caráter humanitário, purificadores de água para Tuvalu, no intuito de combater a insegurança hídrica no país.

Por fim, em termos gerais, há certas limitações comerciais apresentadas pelos países insulares da sub-região da Polinésia, que possuem mercados modestos, com populações pequenas e de baixa renda. Além disso, os Estados insulares do Pacífico estão entre os países mais vulneráveis aos impactos das mudanças do clima, como a elevação do nível do mar, eventos extremos e a degradação dos ecossistemas marinhos. Esse contexto geral merece a atenção do Brasil, que tem se apresentado como importante liderança global em temas climáticos e ambientais.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

1ª PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADES

2

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE CURRICULUM VITAE



MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE JOÃO ALFREDO DOS ANJOS JUNIOR

Informações pessoais

Informações pessoais

1968 Nascido no Recife, em 30 de novembro de 1968.

Dados Acadêmicos:

1990 Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Recife.
1994 Instituto Rio Branco, Curso de Preparação à Carreira de Diplomata
1997 Mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco.

Cargos:

1994 Terceiro-secretário
2001 Segundo-secretário
2006 Primeiro-secretário
2008 Conselheiro
2013 Ministro de segunda classe
2021 Ministro de primeira classe

Funções:

1996-97 Coordenação de Orçamento e Finanças, assistente
1997-2000 Assessoria de Comunicação Social, assistente
2000-03 Embaixada em Roma, terceiro-secretário e segundo-secretário
2003-06 Embaixada em Caracas, segundo-secretário
2006-09 Assessoria de Relações Federativas e com o Congresso Nacional, coordenador
2009-11 Consulado-Geral em Buenos Aires, cônsul-geral adjunto
2011-13 Secretaria-Geral das Relações Exteriores, assessor técnico
2013-14 Coordenação-Geral de Assuntos de Defesa, coordenador-geral
2014-17 Embaixada em Paris, ministro-conselheiro
2017-19 Embaixada em Santiago, ministro-conselheiro
2019-20 Departamento de Comunicação Social, diretor
2020 Secretaria de Negociações Bilaterais na Ásia, Pacífico e Rússia, assessor técnico
2020-21 Assessoria Especial de Relações Federativas e com o Congresso Nacional, subchefe
2021-22 Presidência da República, assessor especial
2022- Consulado-Geral em Londres, cônsul-geral

Obra publicada:

2022 José Bonifácio - primeiro Chanceler do Brasil. Brasília, FUNAG, 2008. Segunda edição, 2022.

Condecorações:

2000 Ordem do Mérito de Brasília, Brasil, oficial
Ordem do Sol, Peru, cavaleiro
2004 Ordem do Mérito, Itália, cavaleiro

2019	Medalha Exército Brasileiro
2019	Ordem do Mérito Aeronáutico, comendador
2019	Ordem de Rio Branco, grande oficial
2021	Medalha Amigo da Marinha
2021	Medalha Mérito Tamandaré
2025	Ordem do Mérito Naval, grande oficial



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 84, DE 2025

(nº 1842/2025, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor JOÃO ALFREDO DOS ANJOS JUNIOR, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Quênia e, cumulativamente, na República do Uganda, na República do Burundi e na República Federal da Somália.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 1.842

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **JOÃO ALFREDO DOS ANJOS JUNIOR**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Quênia e, cumulativamente, na República do Uganda, na República do Burundi e na República Federal da Somália.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **JOÃO ALFREDO DOS ANJOS JUNIOR** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 5 de dezembro de 2025.



EXM nº 699/2025

Brasília, 10 de novembro de 2025.

Senhor Presidente da República,

1 Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **JOÃO ALFREDO DOS ANJOS JUNIOR**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Quênia e, cumulativamente, na República de Uganda, na República do Burundi e na República Federal da Somália, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2 Encaminho, anexos, informações sobre os países e o *curriculum vitae* de **JOÃO ALFREDO DOS ANJOS JUNIOR**, para inclusão em Mensagem que solicito seja apresentada ao Senado Federal, para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

MARIA LAURA DA ROCHA, Ministra de Estado, substituta, das Relações Exteriores



Documento assinado com Certificado Digital por **Maria Laura da Rocha, Ministra de Estado das Relações Exteriores substituta**, em 10/11/2025, às 18:28, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Nº de Série do Certificado: 14062813116790119220399016762



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **7132512** e o código CRC **B2D1838F** no site:

https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Processo nº 00333.001285/2025-09

SEI nº 7130207



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 2163/2025/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência a Senhora
Senadora Daniella Velloso Borges Ribeiro
Primeira Secretária
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhora Primeira Secretária,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor JOÃO ALFREDO DOS ANJOS JUNIOR, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Quênia e, cumulativamente, na República do Uganda, na República do Burundi e na República Federal da Somália.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 11/12/2025, às 16:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **7208068** e o código CRC **0D7321A4** no site:

https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
 Secretaria de África e Oriente Médio
 Departamento de África
 Divisão de África Oriental e Setentrional

REPÚBLICA DO QUÊNIA



OSTENSIVO
Novembro de 2025

ÍNDICE

REPÚBLICA DO QUÊNIA.....	1
PERFIS BIOGRÁFICOS.....	3
HISTÓRIA	4
GERAL	6
RELAÇÕES BILATERAIS.....	7
Visitas e Encontros	7
COMISTA E CONSULTAS POLÍTICAS.....	7
COOPERAÇÃO BILATERAL.....	8
Cooperação Técnica	8
Cooperação entre Academias Diplomáticas	9
Cooperação em Educação.....	9
Cooperação em defesa.....	9
Cooperação em Saúde	10
Cooperação Humanitária	10
COMÉRCIO E INVESTIMENTOS	11
ACORDOS.....	12
TEMAS MULTILATERAIS.....	13
Missão Multinacional das Nações Unidas no Haiti	13
Aliança Global contra a Fome e a Pobreza.....	14
Coalizão para Alimentação Escolar	14
II Diálogo Brasil-África	14
Reforma do CSNU.....	14
Temas ambientais	15
POLÍTICA INTERNA.....	16
ECONOMIA	16
POLÍTICA EXTERNA	16
DADOS BÁSICOS	18
DADOS ECONÔMICOS	19
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS	21

PERFIS BIOGRÁFICOS



WILLIAM KIPCHIRCHIR SAMOEI ARAP RUTO – *Presidente da República*. Nascido em 1966 (58 anos), é formado em biologia pela Universidade de Nairóbi, onde também realizou mestrado e doutorado em ecologia vegetal. Foi deputado por três mandatos (1997-2013), ministro da Agricultura (2008-2011), ministro da Educação Superior (2011-2013) e vice-presidente (2013-2022). É presidente do Quênia desde 2022, tendo ocupado o cargo de vice-presidente de 2013 a 2022. É considerado uma das principais vozes da África em matéria ambiental e de mudança do clima. Em 2024, a revista norte-americana Time incluiu-o na lista de pessoas mais influentes do mundo na área de ação climática.



MUSALIA MUDAVADI – *Ministro dos Negócios Estrangeiros*. Exerce função semelhante à de ministro da Casa Civil (Prime Cabinet Secretary) desde outubro de 2022 e de chanceler desde outubro de 2023. Foi vice-presidente (2002) e vice-primeiro-ministro (2008-2012). Representou o presidente Ruto na cerimônia de posse do presidente Lula, em janeiro de 2023. Graduou-se em economia agrária pela Universidade de Nairóbi.



ANDREW KARANJA – *Embaixador do Quênia em Brasília*. Nasceu em 26/4/1962, em Kiambu. Graduou-se em Agronomia pela Universidade de Nairóbi e é PhD em Economia pela Universidade de Wageningen (Países Baixos). Iniciou sua carreira no setor público em 1987 como analista e tutor em agricultura junto ao Instituto Embu. Trabalhou como pesquisador em economia agrícola na Fundação de Pesquisa em Café (1991-2002), como chefe de projetos para o Banco Mundial, em Nairóbi (2003-2014) e como consultor independente (2015-2024). Por um breve período, foi ministro da Agricultura do Quênia (ago-dez 2024), antes de ser designado embaixador em Brasília.

HISTÓRIA

No final do século XIX, com a expansão colonial das grandes potências europeias, o Quênia tornou-se protetorado britânico, recebendo número significativo de colonos ingleses. No século seguinte, o domínio europeu passou a ser contestado pelo emergente nacionalismo africano. Nos anos 40, o futuro Presidente do Quênia, Jomo Kenyatta fundou a Federação Pan-Africana juntamente com Hastings Banda (posteriormente Presidente do Malawi) e Kwame Nkrumah (depois Presidente de Gana).

Com o final da Segunda Guerra Mundial, o impulso pela libertação colonial ressurgiu com vigor redobrado, fomentado pela participação de contingentes africanos nos exércitos das metrópoles, o que lhes trouxe uma nova consciência política e destreza no uso de armas. Em 1944, formou-se a União Africana Queniana, o KAU (Kenya African Unity), principal organização política expoente das novas tendências, presidida a partir de 1947 por Kenyatta.

A rebelião dos Mau-Mau, iniciada em 1953 e derrotada em 1956, teve consequências decisivas para o futuro do país. Depois da revolta, começaram a ser formuladas as primeiras propostas concretas de uma reestruturação política radical da colônia. Em 1960, o Governo britânico patrocinou uma conferência em Londres, onde, com a participação das lideranças quenianas, foram traçadas as linhas mestras da constituição do futuro Estado independente.

Jomo Kenyatta, a quem fora atribuída a liderança da revolta Mau-Mau, esteve preso de 1953 a 1961. Ao ser posto em liberdade, assumiu a chefia da União Nacional Africana do Quênia, o KANU (Kenya African National Unity), partido constituído em 1960 para substituir o antigo KAU. O KANU foi vitorioso nas eleições realizadas em 1963, tendo Kenyatta como Primeiro-Ministro. Em 12 de dezembro de 1963, a independência foi proclamada formalmente e, em 1964, o Quênia tornou-se uma república, com Kenyatta como seu primeiro presidente. O único partido opositor, a União Africana Democrática do Quênia, o KADU (Kenya African Democratic Union), incorporou-se ao KANU, o que fez com que o Quênia se transformasse num Estado de partido único.

Jomo Kenyatta foi reeleito duas vezes e permaneceu no poder de 1964 a 1978, ano de sua morte aos 82 anos. O Quênia experimentou, durante essa fase, estabilidade e prosperidade superiores às de outros países africanos recém-independentes, sem que ocorressem rupturas institucionais ou movimentos secessionistas. Foi sucedido por Daniel Arap Moi, presidente entre 1978 e 2002.

Em 2002, o primeiro candidato da oposição a triunfar em pleito presidencial desde a independência, Mwai Kibaki, expressou, em sua campanha eleitoral, compromisso com a realização de reforma constitucional, pela qual ficaria assegurada a nomeação de representantes de todos os grupos étnicos para cargos públicos. O descumprimento parcial dessa promessa gerou tensões que levaram à dissolução da coalizão no poder e à derrota do governo no referendo constitucional de novembro de 2005.

Em 2007, a campanha presidencial desenvolveu-se em ambiente de contestação e polarização étnica. Atrasos na divulgação dos resultados, que indicaram a reeleição do então presidente Mwai Kibaki, e a contestação pelo candidato derrotado Raila Odinga, que acusou seu oponente de fraude eleitoral, levaram à eclosão de confrontos que resultaram em cerca de 1.200 mortos e quase 300 mil deslocados internos.

Solução para a crise foi alcançada apenas em 2008, quando foi assinado acordo de conciliação entre Kibaki e Odinga, facilitado por lideranças africanas chefiado pelo ex-secretário-geral da ONU Kofi Anan. O acordo determinou a criação de governo de coalizão, com Kibaki como chefe de Estado e Odinga como primeiro-ministro. O processo de pacificação do país culminou na adoção de nova Constituição, aprovada em referendo popular em 2010.

Em 2010, o Tribunal Penal Internacional (TPI) identificou seis quenianos suspeitos de incitar os conflitos étnicos ocorridos após a eleição presidencial de 2007, entre os quais dois importantes políticos e pré-candidatos à Presidência nas eleições de 2013: Uhuru Kenyatta, aliado do então presidente Kibaki, e William Ruto, aliado do PM Odinga.

Os casos contra Kenyatta e Ruto foram arquivados em 2014 e 2016, respectivamente, por falta de provas. A acusação pelo TPI precipitou a formação de aliança eleitoral entre os dois acusados, encabeçada por Kenyatta como candidato a presidente e tendo Ruto como candidato à Vice-Presidência. O maciço apoio da etnia de Ruto (kalejin) foi considerado fundamental para a vitória de Kenyatta nas eleições de 2013.

O início do governo Kenyatta foi marcado pelo recrudescimento da questão securitária. Em retaliação pela participação de tropas quenianas na Missão da União Africana na Somália (AMISOM), o grupo extremista somali "Al-Shabaab" realizou atentados terroristas no Quênia. Em setembro de 2013, ataque ao centro comercial "Westgate", em Nairóbi, vitimou 67 pessoas. Nos meses seguintes, foram realizados ataques em Nairóbi, na cidade costeira de Lamu, em Mombaça

e em Mandera, perto da fronteira com a Somália. Em março de 2015, ataque à Universidade de Garissa, no nordeste do país, resultou na morte de 147 pessoas.

Em 08/08/2017 foram realizadas eleições-gerais. Após apresentação de recurso pelo candidato da oposição, Raila Odinga, a Suprema Corte anulou os resultados e determinou a realização de novas eleições. Em 26 de outubro de 2017, a reeleição de Kenyatta foi confirmada por 54% dos votos. Em março de 2018, o presidente Uhuru Kenyatta e o líder opositorista Raila Odinga mantiveram encontro de reconciliação, em que se comprometeram a trabalhar pela unificação do país. Como consequência, foi estabelecido comitê de diálogo nacional, composto por lideranças religiosas e políticas e representantes de conselhos tribais, com o objetivo de formular propostas para a implementação da agenda de reconciliação.

GERAL

Com PIB nominal de US\$ 120 bilhões, o Quênia tem a mais complexa e diversificada economia da África Oriental. É um dos países de maior crescimento no continente africano, uma das democracias mais maduras da região e um hub para empreendimentos de tecnologia da informação. Tem posição de destaque entre os países africanos em temas multilaterais.

O crescimento econômico queniano (estimado em 4,8% para 2025) oferece oportunidades para que o Brasil amplie e diversifique o comércio bilateral, que atualmente encontra-se próximo a US\$ 90 milhões, muito aquém de seu potencial. O Quênia é porta de entrada para um grande mercado consumidor que inclui também países próximos sem acesso ao mar, como Uganda, Sudão do Sul e Ruanda.

O Quênia se destaca na sub-região por ser considerado polo de estabilidade e de segurança, com instituições sólidas e papel importante nas organizações regionais relevantes, como União Africana (UA), Autoridade Internacional para o Desenvolvimento (IGAD), Comunidade da África Oriental (EAC), Conferência Internacional da Região dos Grandes Lagos (CIRGL) e o Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA).

Nairóbi é única capital dos países em desenvolvimento a sediar órgãos da ONU de participação universal, abrigando o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-HABITAT) e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas entre Brasil e Quênia foram estabelecidas em 1964, meses após a independência queniana, em dezembro de 1963. Em 1967, foi aberta missão diplomática brasileira em Nairóbi, elevada à categoria de Embaixada em 1974.

Brasil e Quênia, como grandes países em desenvolvimento e lideranças em suas respectivas regiões, têm desafios domésticos e externos por vezes semelhantes, como a luta contra a pobreza e a desigualdade, a preservação do meio ambiente e o enfrentamento às mudanças climáticas, e uma inserção regional e global no que toca aos temas de paz e segurança.

Visitas e Encontros

A única visita oficial de Chefe de Estado entre Brasil e Quênia foi a do Presidente Lula a Nairóbi em 2010. Em 2012, o presidente Mwai Kibaki esteve no Brasil, como chefe da delegação queniana para a Rio+20.

Em agosto de 2016, o então vice-presidente do Quênia, William Ruto, visitou o Brasil, por ocasião dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro.

O Senhor Presidente manteve encontro à margem da 37ª Cúpula da União Africana (Adis Abeba, 18/2/24) com Presidente do Quênia, William Ruto.

O chanceler Musalia Mudavadi representou o presidente Ruto na cerimônia de posse do presidente Lula, em janeiro de 2023.

Em 16/5/2025, o chanceler Mauro Vieira manteve encontro, em Brasília, com o Ministro das Relações Exteriores e da Diáspora da República do Quênia, Musalia Mudavadi. Na ocasião, foram tratados temas da agenda bilateral e multilateral. Ao término da reunião, foi assinado o MdE em Cooperação para o Turismo.

COMISTA E CONSULTAS POLÍTICAS

A Comissão Mista Permanente de Cooperação Brasil-Quênia foi criada em 2005. Reuniu-se em Brasília, em 2005; e em Nairóbi, em 2008.

O mecanismo de Consultas Políticas foi criado em 2005. Reuniões: I Nairóbi (2008), II Nairóbi (2018), III Brasília (2018), IV (videoconferência), 2021, V Brasília (2025).

A V reunião de consultas políticas ocorreu em 15/05/2025, em Brasília, entre o Secretário de África e Oriente Médio, embaixador Carlos Duarte, e a vice-diretora-geral para Assuntos Políticos e Diplomáticos do Quênia, embaixadora Lucy Kiruthu. A reunião propiciou o aprofundamento da cooperação entre Brasil e Quênia em setores como agricultura, defesa e educação

COOPERAÇÃO BILATERAL

Cooperação Técnica

Os projetos de cooperação técnica com o Quênia são implementados ao abrigo do Acordo de Cooperação Técnica, em vigor desde 1973.

No momento, há dois projetos bilaterais e um projeto trilateral em execução com o Quênia:

- 1) Projeto regional de Fortalecimento do Setor Algodoeiro na Bacia do Lago Victoria, do qual também participam Burundi e Tanzânia. Iniciado em 2017, em parceria com a Universidade de Lavras (MG), tem como objetivo aumentar a competitividade da indústria de algodão local. Em janeiro de 2025 foi realizada missão ao Brasil para conhecimento de tecnologias aplicadas em pequenas propriedades produtoras de algodão na região norte de Minas Gerais. Participaram 15 técnicos africanos, sendo 5 de cada país. Entre 21-25 de abril último, no Quênia, foi realizada capacitação em tecnologia de aplicação de defensivos agrícolas.
- 2) Projeto regional de Integração Africana para o Melhoramento Genético Sustentável do Algodão. Iniciado em 2015, beneficia 15 países africanos. As variedades de algodão solicitadas no âmbito do projeto estão sendo enviadas para países africanos parceiros para que as suas adaptabilidades às condições locais sejam testadas, por meio da criação de unidades técnicas de demonstração.
- 3) Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Programas Sustentáveis de Alimentação Escolar (cooperação trilateral com o Programa Mundial de Alimentos - PMA). O Brasil participa do projeto do PMA desde 2009.

Encontra-se em fase inicial o projeto piloto de construção de cisternas em escolas quenianas. O governo do Quênia manifestou interesse no "Programa Cisternas" brasileiro, criado em 2003 e considerado uma "revolução silenciosa",

ao permitir armazenamento de água da chuva no semiárido, com mais de 1 milhão de cisternas construídas ao longo de 20 anos. Em 2024, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) enviou missão prospectiva ao Quênia para elaborar projeto baseado na experiência brasileira. O Quênia possui regiões com padrões climáticos semelhantes (chuvas em períodos curtos e longas estiagens). O modelo não é novidade no Quênia, mas é implementado com tanques de plástico de pouca durabilidade. A tecnologia brasileira, baseada em engajamento comunitário e materiais locais de baixo custo, teria grande potencial de escalabilidade.

Cooperação entre Academias Diplomáticas

Em 2010, foi assinado memorando de entendimento entre as academias diplomáticas brasileira e queniana. No âmbito da cooperação entre academias diplomáticas, diplomata queniano participou do curso de formação do IRBr no ano letivo de 2019. A iniciativa foi renovada em 2022, com a vinda de mais uma jovem diplomata queniana ao IRBr.

Cooperação em Educação

Destaca-se a participação queniana no Programa de Estudantes-Convênio para Graduação (PEC-G). No período 2000-25, 110 estudantes do país foram selecionados para estudar em universidades brasileiras. Em 2024, foram selecionados 12 alunos. No âmbito da pós-graduação, o programa do Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras, "GCUB-Mob", permitiu que 16 quenianos, desde 2023, realizassem mestrados ou doutorados no Brasil.

Cooperação em defesa

O Brasil recebeu, entre 28/4 a 2/5, visita de delegação do Colégio de Defesa Nacional (NDC) do Quênia, que forma a elite das forças armadas e do governo locais. A delegação, composta por 23 pessoas, participou de atividades no MRE, no Ministério da Defesa, na Escola Superior de Defesa, no Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam) e na EMBRAPA

Cooperação em Saúde

O Brasil executou projeto de cooperação técnica intitulado "Fortalecimento das Ações de Combate ao HIV/AIDS no Quênia", de 2009 a 2014, com o objetivo de capacitar técnicos e especialistas da área em capacitação e compartilhar experiências em: formulação de política; prevenção de novas infecções e desenvolvimento de materiais IEC; iniciativas de prevenção de AIDS no local de trabalho; assistência e tratamento; mobilização de organizações não governamentais (ONGs) e de pessoas vivendo com HIV/AIDS (PLWA); e gerenciamento de cadeia de suprimento e logística.

O segmento de equipamentos médicos no Quênia apresenta grande expectativa de crescimento, impulsionado pelo foco crescente do governo em saúde pública. Em 2023, foram aprovadas a Lei de Atenção Primária à Saúde, a Lei de Saúde Digital, a Lei de Financiamento de Melhoria de Instalações e a Lei de Seguro Social de Saúde, com vistas à consecução da meta de universalização da cobertura de saúde no país. Essas reformas representam avanço considerável para o setor de saúde, que tem enfrentado desafios estruturais, e sinalizam ambiente favorável para o aumento da demanda por equipamentos médicos.

O Brasil, por meio da ABIMO, participou, em setembro de 2024, da Medic East Africa 2024, feira e conferência internacional sobre equipamentos e médicos e odontológicos.

Cooperação Humanitária

O histórico da cooperação humanitária do Brasil em benefício do Quênia inclui diversas doações (2009, 2011, 2012 e 2015), em parceria com PMA, ACNUR e UNFPA de alimentos e aportes financeiros para projetos na área de segurança alimentar e em apoio a refugiados somalis instalados no país, que, somados, totalizam USD 5.906.700,76

Em 2020 e 2022, o governo brasileiro fez aportes financeiros para o enfrentamento à COVID-19 que, somados, totalizam USD 150.000,00.

Em 2023, o Brasil doou USD 100 mil para enfrentamento da seca prolongada que afetou o Quênia e para promoção da segurança alimentar e nutricional. Os recursos foram destinados a projeto-piloto de construção de cisternas em escolas das regiões áridas e semi-áridas do país, inspirado na política de construção de cisternas no semiárido brasileiro

COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Em 2024, o comércio bilateral foi de US\$ 94,7 milhões (-26%), a quase totalidade de exportações brasileiras (US\$ 92,3 milhões). Principais produtos exportados: açúcar (13%), veículos rodoviários (13%) e ferro-gusa (11%). As importações consistiram de extratos para tingimento (53%), mate (35%) e roupas (6,6%).

Empresas brasileiras. A empresa Marcopolo fornece ônibus para rotas interestaduais no Quênia. A Tramontina possui gerente de vendas no país. Também manifestaram interesse no mercado local as empresas Fame (chuveiros elétricos), FB Exports (eletrodomésticos) e Eurofarma.

Na área de tecnologia de informação, a empresa Positivo BGH, joint-venture entre a brasileira Positivo Informática e a argentina BGH S.A., fornece laptops para escolas locais. Também em parceria com o *Digital Literacy Programme* do governo queniano, a Positivo BGH participou do estabelecimento do projeto do Parque Industrial e Tecnológico de Nairóbi.

Nota-se a crescente presença de startups brasileiras focadas em agricultura, como a ForestFood, fazenda-piloto de agronegócio que emprega a técnica de agricultura sintrópica para produzir frutas e vegetais para o varejo em Nairóbi de forma ecologicamente sustentável.

Missão empresarial. O MRE, em conjunto com o MAPA e a Apex-Brasil enviou missão empresarial a Nairóbi (6-8/12/2023), que reuniu representantes de entidades setoriais e de empresas brasileiras com interesses comerciais e de investimentos no mercado queniano.

ACORDOS

ATOS BILATERAIS VÁLIDOS		
Título	Data de celebração	Status
Acordo de Cooperação Técnica entre o governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Quênia.	02/02/1973	Em vigor
Acordo de Intercâmbio Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Quênia.	02/02/1973	Em vigor
Comunicado Conjunto entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República do Quênia.	04/02/1973	Em vigor
Comunicado Conjunto entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Quênia.	22/04/1975	Em vigor
Memorandum de Entendimento para o Estabelecimento de Consultas Políticas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Quênia	07/03/2005	Em vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Quênia para o Estabelecimento de Comissão Mista para Cooperação	12/08/2005	Em vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Quênia na Área da Cooperação Esportiva	12/08/2005	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Brasil e o Quênia para Implementação do Projeto “Fortalecimento Institucional do Serviço Florestal do Quênia, do Corpo de Bombeiros da Prefeitura Municipal de Nairobi e do Corpo de Bombeiros da Autoridade Aeroportuária do Quênia”	15/08/2008	Em vigor
Acordo entre o Brasil e o Quênia sobre Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço	15/08/2008	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Brasil e o Quênia para Implementação do Projeto “Apoio ao Programa de Prevenção e Controle da Malária”	15/08/2008	Em vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Brasil e o Quênia para Implementação do Projeto “Fortalecimento das Ações de Combate ao HIV/AIDS no Quênia”	15/08/2008	Em vigor
Emendas ao Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do	17/03/2009	Em vigor

Quênia para Implementação do Projeto "Fortalecimento das Ações de Combate ao HIV/AIDS no Quênia"		
Memorando de Entendimento entre o Governoda República Federativa do Brasil e o Governo da República do Quênia sobre Promoção de Comércio e de Investimentos	06/07/2010	Em vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Quênia sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico	06/07/2010	Em vigor
Memorando de Entendimento entre o Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Instituto do Serviço Exterior do Ministério dos Negócios Estrangeiros da República do Quênia	06/07/2010	Em vigor
Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governoda República Federativa do Brasil e o Governoda República do Quênia	14/09/2010	Em vigor

TEMAS MULTILATERAIS

Missão Multinacional das Nações Unidas no Haiti

A Missão Multinacional de Apoio à Segurança no Haiti (MSS), desdobrada desde o final de junho de 2024, é liderada pelo Quênia. Além do Quênia, que enviou 700 policiais, policiais de Bahamas, Belize, El Salvador, Guatemala e Jamaica também se uniram à MSS. Nas estimativas da ONU, a violência relacionada à atuação das gangues teria resultado em 5.601 mortes em 2024, mais de mil a mais que no ano anterior.

Em briefing em 8/4, o chanceler Mudavadi reiterou a importância conferida pelo Presidente Ruto à liderança do Quênia na MSS. Reconheceu, não obstante, que as forças lideradas pelo Quênia encontraram "vários desafios significativos".

A decisão do Quênia de liderar a MSS, tomada no final de 2023, provocou intenso debate público e político no país. Organizações sociais locais criticam a missão, argumentando que a crise haitiana requer solução política interna, e não intervenção militar estrangeira.

Aliança Global contra a Fome e a Pobreza

A Aliança Global contra a Fome e a Pobreza foi lançada em 18 de novembro de 2024, na Cúpula de Líderes do G20 no Rio de Janeiro. A iniciativa conta, hoje, com 180 membros, incluindo 93 países, além de organismos internacionais, instituições financeiras, fundações filantrópicas e ONGs.

O Conselho de Campeões foi instituído em 11 de fevereiro, com Brasil e Espanha assumindo a copresidência. O Quênia foi membro fundador da Aliança Global e faz parte do Conselho de Campeões.

Coalizão para Alimentação Escolar

A Coalizão foi criada em 2021, na esteira da Cúpula das Nações Unidas sobre Sistemas Alimentares (UNFSS) e conta hoje com cerca de 108 Estados membros, inclusive o Quênia. O Quênia sediou a segunda reunião ministerial da Força-Tarefa da Coalizão para Alimentação Escolar em Nairóbi, em outubro de 2024.

A 2ª Cúpula Global da Coalizão de Alimentação Escolar foi realizada em Fortaleza, Brasil, nos dias 18 e 19 de setembro de 2025.

II Diálogo Brasil-África

A República do Quênia participou do II Diálogo Brasil-África II sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural (Brasília, 20-22/5/2025), sendo representada pelo Presidente da Assembleia Nacional, Moses Masika Wetang'ula. Na ocasião, foi assinado Memorando de Entendimento entre o MAPA e o Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Pecuário (MALD) da República do Quênia. O documento foi assinado entre o ministro Carlos Fávaro e o embaixador do Quênia, Andrew Karanja.

Reforma do CSNU

O presidente Ruto defende a necessidade de reforma do CSNU e da arquitetura financeira internacional. Em sua visão, o sistema multilateral tem falhado diante das crises globais, como a mudança do clima, os conflitos armados e o agravamento das desigualdades.

O Quênia se associa à Posição Comum Africana, que propõe a expansão do CSNU em ambas as categorias, com dois assentos permanentes e dois não permanentes adicionais para a África. Além disso, também é membro do C-10, comitê formado no âmbito da União Africana para a defesa da Posição Comum Africana. O país manifestou interesse em ocupar assento permanente no CSNU. Não se manifestou explicitamente em relação à aspiração brasileira.

Temas ambientais

Desde a década de 1970, o Quênia projeta-se como liderança na diplomacia ambiental, em especial por ser sede do PNUMA. Parte dessa trajetória ocorreu no Brasil, durante a Conferência Rio+20, com apoio da diplomacia brasileira, que atuou de forma decisiva junto ao G77+China para contrarrestar tentativas de enfraquecimento do PNUMA.

O Presidente Ruto criou feriado nacional (13 de novembro) dedicado ao reflorestamento, no âmbito de ambicioso projeto nacional que prevê o plantio de 15 bilhões de árvores até 2032.

Ruto tem se equilibrado entre a visão do Sul Global e um discurso que não confronte os países desenvolvidos. Seu foco tem sido nas oportunidades de investimento, e não na compensação.

Em seu esforço de projetar-se como liderança africana em temas ambientais e climáticos, o governo de Ruto organizou a Primeira Cúpula do Clima na África (Nairóbi, 4-7/9/23), reunindo 17 Chefes de Estado africanos. A Declaração de Nairóbi, emanada da Cúpula, foi o primeiro documento com posições coordenadas sobre o clima aprovado por lideranças africanas.

POLÍTICA INTERNA

Em 2022, William Ruto foi eleito presidente. Introduziu políticas de austeridade que visavam a reduzir a dívida nacional e aumentar a arrecadação, afetando a população mais pobre, que já sofria com a elevação do custo de vida. Em 2024, manifestações populares tiveram início devido à sucessão de medidas tributárias impopulares, dentre as quais o Projeto de Lei de Finanças de 2024/2025. Cedendo à pressão popular, o presidente William Ruto decidiu não sancionar a Lei. Novos protestos, ocorridos em 30/12/2024 contra desaparecimentos forçados, foram reprimidos na capital e em outras cidades do Quênia.

As manifestações populares de 2024 transcenderam as fronteiras étnico-raciais que habitualmente serviram de explicação para as crises políticas do país. A explosão de protestos refletiu preocupação crescente entre os quenianos, sobretudo os mais jovens, com o alto custo de vida, a crise de governança, a corrupção e as crescentes dívida externa e taxa de inflação. O elemento novo da política queniana é a “geração Z” e seu desejo de influenciar políticas públicas.

ECONOMIA

Nos últimos anos, o país consolidou-se como uma das economias com crescimento mais rápido na África. A agricultura é a tradicional espinha dorsal da economia, representando cerca de um quinto do PIB do país, sendo o café, o chá e a horticultura os seus principais produtos de exportação. Porém, aos poucos, o setor dos serviços tem se transformado no principal motor de crescimento do país.

O crescimento anual real do PIB vinha sendo, em média, de cerca de 4,9% desde a crise financeira de 2008 até a pandemia, o que refletia a estabilidade econômica contínua do país e melhorias significativas no seu ambiente de negócios.

POLÍTICA EXTERNA

O Ministério das Relações Exteriores e da Diáspora publicou, em novembro de 2024, documento com as prioridades da política externa queniana para a próxima década.

Os princípios centrais da diplomacia queniana incluem nacionalismo, não intervencionismo, regionalismo, pan-africanismo e multilateralismo, buscando alinhar a ação externa ao plano de desenvolvimento nacional (Kenya Vision 2030), aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, à “African Union Agenda

2063” e à “East African Community Vision 2050”. Além disso, o arcabouço normativo da diplomacia queniana estrutura-se em torno de quatro pilares fundamentais: a posição como maior e mais avançada economia do Leste da África; a projeção internacional trazida por sediar importantes órgãos internacionais, como ONU-Habitat e PNUMA; as credenciais ambientais trazidas por sua matriz elétrica 90% renovável; seu histórico democrático e pacífico, em país étnica, cultural e religiosamente diverso.

O país compromete-se a continuar participando de operações de paz, missões de mediação e esforços de diplomacia preventiva.

No campo da diplomacia econômica e comercial, destaca-se a busca pelo fortalecimento do Quênia como hub econômico africano, ampliação das exportações, atração de investimentos e diversificação de parcerias. Nesse último ponto, destaca-se a menção nominal do Brasil, acompanhada de outras economias emergentes, tais quais Índia, Indonésia, Turquia, Catar e EAU, como parceiros junto aos quais convém fortalecer os laços econômicos e comerciais. Ademais, o Quênia estabelece como central a implementação do “Acordo de Zona de Comércio Livre Continental Africana” (AFCFTA).

No campo da “governança global e multilateralismo”, o Quênia estabelece sua posição de defesa de reformas na arquitetura internacional, maior representação africana em organismos multilaterais e fortalecimento do multilateralismo.

DADOS BÁSICOS

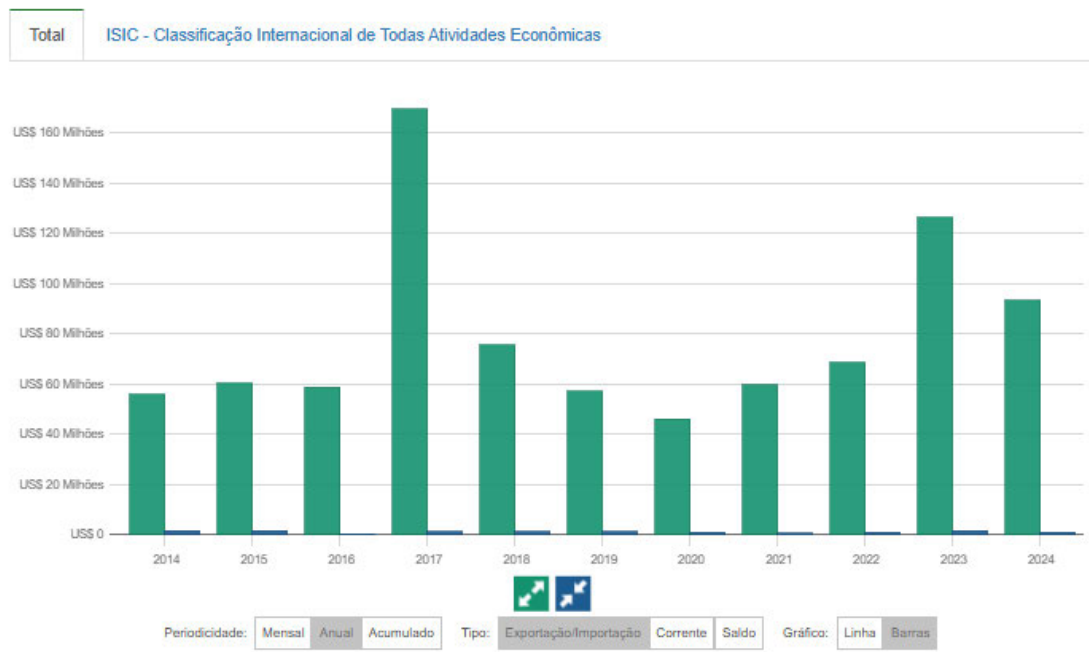
DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República do Quênia
GENTÍLICO	Queniano, queniana
CAPITAL	Nairóbi
ÁREA	580,367 km ² (equivalente ao estado de Minas Gerais)
POPULAÇÃO	53.43 milhões (2024 est. BM)
IDIOMAS OFICIAIS	Inglês, kiswahili e suaíli
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Cristã 85,5% (protestantes 47,7%, católicos 23,5%); islâmica 10,9%; tradicionais 1,8%; outras 1,6%
SISTEMA DE GOVERNO	República Presidencialista
PODER LEGISLATIVO	Parlamento bicameral: Senado com 68 assentos em mandatos de 5 anos, e Assembleia Nacional com 350 assentos em mandatos de 5 anos
CHEFE DE ESTADO	William Ruto (desde 2022)
CHEFE DE GOVERNO	William Ruto (desde 2022)
CHANCELER	Musalia Mudavadi (desde outubro de 2023)
PIB NOMINAL (US\$)	US\$ 120,9 bilhões (FMI, 2024)
PIB PER CAPITA (US\$)	US\$ 2,31 mil (FMI, 2024)
VARIAÇÃO DO PIB	4,5% (2024); 5,5% (2023); 4,8% (2022); 7,6% (2021); -0,3% (2020); 5,6% (2019); 6,0% (2018)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)	IDH médio 0,601 (146º) (fonte: PNUD, 2022)
EXPECTATIVA DE VIDA	74,4 anos (2024)
ALFABETIZAÇÃO	82,88% (2024)
ÍNDICE DE DESEMPREGO	5,7% (2024)
UNIDADE MONETÁRIA	Xelim queniano (USD 1 = KES 129,25, em 5/11/2025)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Andrew Karanja (agrément em 18/03/2025, credenciais em 20/10/2025)
EMBAIXADOR EM NAIRÓBI	Embaixador indicado: João Alfredo dos Anjos (agrément em 31/10/25, aguarda sabatina).

DADOS ECONÔMICOS

Exportações, Importações e Balança Comercial - Parceiro: Quênia



Série histórica - Parceiro: Quênia



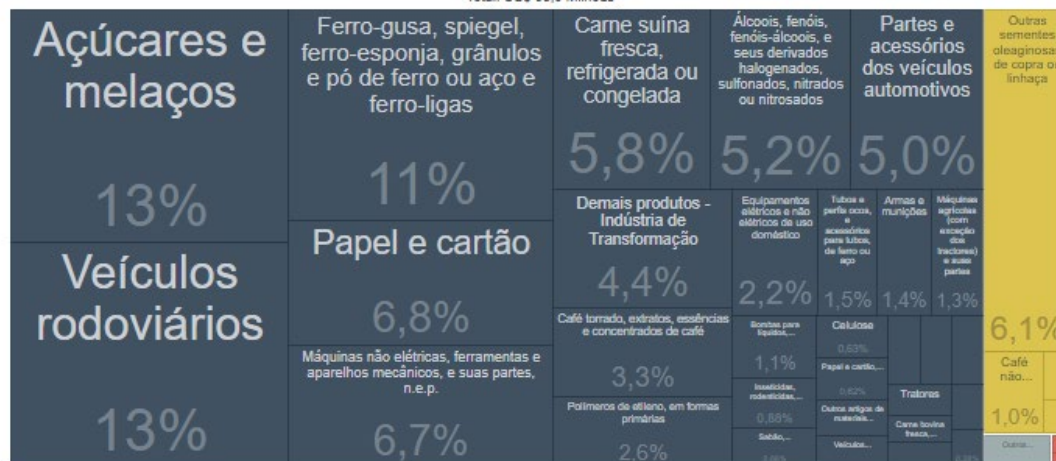
*Variações em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Visão Geral dos Produtos Exportados - Destino: Quênia

Jan / 2025

2024

Total: US\$ 93,5 Milhões

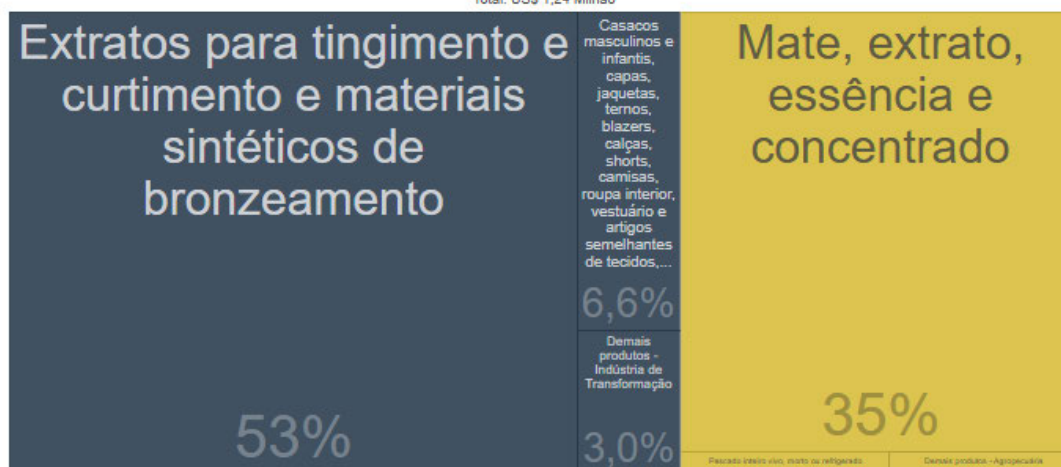


Visão Geral dos Produtos Importados - Origem: Quênia

Jan / 2025

2024

Total: US\$ 1,24 Milhão



CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

2024 – Presidente Lula se encontra com seu homólogo queniano, William Ruto, à margem da 37ª Cúpula da União Africana em Adis Abeba (fevereiro)
2023 - Participação do ministro da Casa Civil do Quênia, Musalia Mudavadi, na cerimônia de posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (janeiro)
2021 - Realização da IV Reunião de Consultas Políticas Brasil-Quênia, por videoconferência
2020 – Visita de delegação parlamentar queniana ao Brasil (março), interessada em temas agrícolas
2019 – Visita de missão parlamentar queniana ao Brasil outubro, para conhecer a experiência brasileira em descentralização administrativa, gerenciamento de desastres, eleições por voto eletrônico e combate à corrupção
2018 – Realização da III Reunião de Consultas Políticas, por ocasião da visita do secretário para Assuntos Políticos e Diplomáticos do Quênia, embaixador Tom Amolo, ao Brasil (julho)
2018 - Realização da II Reunião de Consultas Políticas, por ocasião da visita ao Quênia do subsecretário-geral para África e Oriente Médio, embaixador Fernando Abreu (abril)
2015 – O vice-presidente do Quênia William Ruto visita o Brasil, por ocasião dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro (agosto)
2015 – O ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, participa da X Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC) em Nairóbi (15 a 18 de dezembro)
2013 – Presidente Dilma Rousseff encontra-se com o presidente Uhuru Kenyatta à margem das celebrações do Jubileu de Ouro da União Africana
2012 – Presidente do Quênia, Mwai Kibaki, vem ao Brasil como chefe da delegação queniana para a Rio+20 (junho)
2012 – O Brasil doa 10 mil toneladas de mantimentos a refugiados abrigados em campos no Quênia, por meio do Programa Mundial de Alimentos – PMA (maio)
2011 - Missão técnica da ABC é enviada a Nairóbi para analisar possibilidades de cooperação
2010 – Chanceler queniano Moses Wetang'ula visita o Brasil (setembro)
2010 – Visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Nairóbi, a primeira de um chefe de estado brasileiro ao Quênia.
2010 – Visita ao Brasil de parlamentares quenianos e de representantes da Comissão de Privatização do Ministério das Finanças do Quênia (março)
2009 – Missão de treinadores brasileiros de futebol para capacitação de profissionais quenianos (setembro)
2008 – Visita ao Brasil de ministra queniana da área social (agosto)
2008 – I Reunião de Consultas Políticas Brasil-Quênia
2008 – II Comissão Mista Brasil-Quênia, em Nairóbi
2007 – Visita da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, ao Quênia
2006 – Visita do Ministro do Turismo e Vida Silvestre do Quênia ao Brasil
2006 – Abertura da Embaixada do Quênia em Brasília
2005 – Assinatura de memorando de entendimento que estabelece o Mecanismo de Consultas Políticas Brasil-Quênia

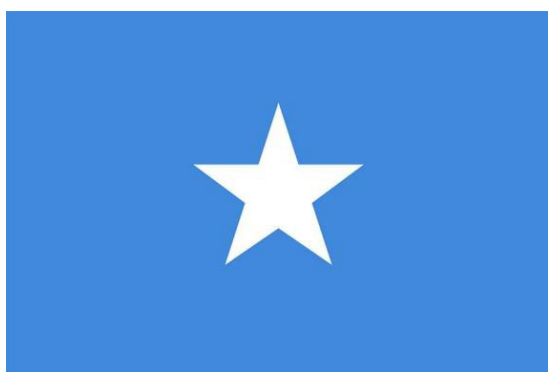
2005 – Assinatura de Acordo de Cooperação Esportiva
2005 – Realização da I Comissão Mista Brasil-Quênia, em Brasília
2005 – Viagem do chanceler Celso Amorim ao Quênia
2001 – Brasil doa medicamentos antirretrovirais ao Quênia
1995 – Chanceler Stephen Kalonzo Musyoka visita o Brasil
1992 – Presidente Daniel Arap Moi visita o Brasil (Rio-92)
1975 – Ministro dos Negócios Estrangeiros do Quênia visita o Brasil
1974 – Missão diplomática brasileira no Quênia é elevada à categoria de Embaixada
1973 – Assinatura de Acordo de Cooperação Técnica
1973 – Assinatura de Acordo de Intercâmbio Cultural
1973 – Visita do Chanceler Mário Gibson Barbosa ao Quênia
1967 – Brasil cria missão diplomática em Nairóbi
1964 – Brasil estabelece relações diplomáticas com o Quênia



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Secretaria de África e Oriente Médio
Departamento de África
Divisão de África Oriental e Setentrional

REPÚBLICA FEDERAL DA SOMÁLIA



OSTENSIVO
Novembro de 2025.

ÍNDICE

REPÚBLICA FEDERAL DA SOMÁLIA.....	1
PERFIS BIOGRÁFICOS.....	3
HISTÓRIA	4
GERAL	5
RELAÇÕES BILATERAIS.....	6
COOPERAÇÕES BILATERAIS	7
Cooperação em Educação.....	7
Cooperação Humanitária	7
COMÉRCIO BILATERAL.....	8
TEMAS MULTILATERAIS.....	Erro! Indicador não definido.
POLÍTICA INTERNA.....	8
Missões de Paz	9
ECONOMIA.....	9
POLÍTICA EXTERNA	10
DADOS ECONÔMICOS	14
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS	16

PERFIS BIOGRÁFICOS



HASSAN SHEIKH MOHAMUD- *Presidente.* Nasceu em 29 de novembro de 1955. É o líder do partido União para a Paz e o Desenvolvimento, que detém a maioria dos assentos nas duas câmaras legislativas. É considerado liderança política de tendência conciliadora. Atua também como liderança da sociedade civil, em especial em temas de educação. Foi um dos fundadores da Universidade SIMAD de Mogadíscio, na qual foi professor e reitor. Durante a campanha, o principal objetivo do programa de governo de Mohamud foi reparar as relações entre o governo federal e os governos dos estados federados, para que “uma Somália pacífica contribua para um mundo pacífico”.

Para tal, prometeu formar governo inclusivo. Fala somali e inglês.



HAMZA ABDI BARRE – *Primeiro-Ministro.* Nascido em 1972, formou-se na Universidade Islâmica de Medina e concluiu mestrado na Universidade Internacional da Malásia. Antes de sua carreira política, atuou como professor universitário e diretor da Comissão Eleitoral de Jubalândia. Em junho de 2022, foi nomeado primeiro-ministro pelo presidente Hassan Sheikh Mohamud. Desde então, suas principais prioridades têm sido a estabilização política, o combate ao grupo extremista Al-Shabaab e a reconstrução econômica da Somália. Hamza é associado ao partido União pela Paz e

Desenvolvimento (UPD).



ABDISALAM ABDI ALI – *Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional.* Nomeado chanceler da Somália em 27/04/2025. Até então, ocupava o cargo de segundo vice-primeiro-ministro da Somália desde outubro de 2024. Anteriormente, foi ministro das Obras Públicas, Reconstrução e Habitação e vice-ministro de Obras Públicas.

HISTÓRIA

Com a partilha da África pela Conferência de Berlim, em 1884, a região da Somália foi dividida em zonas de influência britânica, italiana e etíope. Grã-Bretanha, Itália e França denominaram seus domínios no Chifre da África como "Somalilândia". A Somalilândia francesa teve processo de independência à parte e deu origem à República do Djibuti. A atual República da Somália, formada em 1960, foi composta pela junção dos antigos domínios britânico e italiano.

Apesar de, inicialmente, a República da Somália ter sido considerada modelo de transição pós-colonial democrática, o projeto nacionalista republicano não logrou superar as divisões internas de poder. Em 1969, o então comandante do Exército, general Siad Barre, encabeçou golpe de Estado. Com apoio das Forças Armadas, Barre manteve-se no poder entre 1969 e 1991.

Em 1991, Barre foi deposto por uma aliança composta por vários grupos. Teve início prolongada guerra civil que desorganizou a produção agrícola somali e causou sucessivas crises de fome. Ainda em 1991, a região da República da Somália denominada Somalilândia (norte e noroeste do país) autodeclarou-se independente, apesar de não ser reconhecida por nenhum país. No centro-sul, região mais povoada, onde a atuação de múltiplas milícias levou a fragmentação política, foi constituída a União das Cortes Islâmicas (UCI), com ideologia ligada ao fundamentalismo islâmico.

Em 2007 foi criada a Missão da União Africana na Somália (AMISOM) e, com o apoio de Washington, tropas etíopes invadiram o território somali em apoio ao fragilizado Governo Federal de Transição (GFT). A intervenção estrangeira deu início a conflito que resultou na derrota da UCI em 2009.

Após a retirada das tropas etíopes em 2009, o esfacelamento da UCI deu origem a grupos opositores, com ideologia radical. Dentre esses, destacavam-se as facções Al-Shabaab ("Juventude") e Hizbul Islã ("Partido do Islã"), ambas de viés fundamentalista islâmico e pan-somalista. Em 2010, o Al-Shabaab obteve vitória militar sobre o Hizbul Islã, incorporando seus territórios e militantes.

A partir de 2012, a Somália entrou em uma nova fase política com a promulgação de nova constituição e criação do Governo Federal.

O governo de Hassan Mohamud, eleito indiretamente em 2022, priorizou o combate ao Al-Shabaab, intensificando operações militares com apoio internacional. Apesar das constantes ameaças à segurança, houve avanços importantes, como o fortalecimento das Forças Armadas, a preparação para a

retirada gradual da missão da União Africana (agora substituída por uma missão de transição, ATMIS) e maior engajamento com a comunidade internacional.

GERAL

Embora perceba-se relativo progresso na construção de governabilidade, a Somália permanece politicamente frágil e dependente de ajuda externa e de remessas da diáspora somali. A base fiscal do governo é limitada, com a mobilização de recursos internos representando apenas 2,8% do PIB em 2023. Em março de 2024, os credores oficiais da Somália no Clube de Paris negociaram um acordo multilateral comprometendo-se a cancelar US\$ 1,2 bilhão da dívida. No fim de 2024, o governo da Somália apelou pelo adiamento da partida das forças da missão de transição da União Africana (ATMIS), prevista para concluir-se até 31 de dezembro de 2024. A posição do governo foi movida por preocupações crescentes com um vácuo de segurança e com a ameaça representada pelo Al-Shabaab.

Os modestos progressos que se seguiram às eleições presidenciais indiretas, em maio de 2022, abriram caminho à adesão do país à Comunidade da África Oriental (EAC), em dezembro de 2023, após anos de negociações. Desde 2022, a Somália tem dado sinais de transição de um "Estado falido" para um "Estado frágil". Essa mudança seria atribuída ao sucesso parcial na contenção do grupo militante islâmico, a melhoria das relações entre o governo federal, entidades regionais e clãs, e avanços na institucionalização do poder.

Outro elemento que não pode ser sublimado são os efeitos da pior seca enfrentada pela Somália nas últimas quatro décadas, entre 2021 e 2023, resultando numa crise alimentar dramática para 7,9 milhões de pessoas - cerca de metade da população do país. A seca também dizimou os meios de subsistência, especialmente os do setor agropastoril. Mais de 3,5 milhões de cabeças de gado morreram, o equivalente a um terço do total do país. Isto levou a deslocamentos significativos da população e migração desordenada para áreas urbanas.

O Al-Shabaab continua a atuar em território somali. De 3 a 7 de dezembro de 2024, lançou uma série de ataques em Lower Shabelle, matando 27 pessoas. Em resposta, houve ataque de drones dos EUA em 24/12/24 contra instalações do Al-Shabaab.

Em 27/12/24, o CSNU aprovou a resolução 2767 que autoriza o funcionamento de nova missão de paz na Somália, a Missão da União Africana para Apoio e Estabilização da Somália (AUSSOM). A missão teve início em

1/1/2025 e visa a dar apoio às forças somalis no combate ao Al-Shabaab, promover a estabilização da Somália e permitir a entrada de ajuda humanitária.

Em sessão de 3/3/2025, o CSNU adotou, por unanimidade, a resolução 2776 (2025), que renova o regime de sanções ao grupo Al-Shabaab, da Somália. O CSNU prorrogou autorização para os Estados Membros interceptarem navios que transportem artigos proibidos de e para a Somália, incluindo importações ilegais de armas até 13 de dezembro de 2025.

RELAÇÕES BILATERAIS

A Embaixada do Brasil na Somália, residente em Nairóbi, foi criada em fevereiro de 1987. Em 2004, a representação do Brasil junto à Somália foi transferida para a Embaixada do Brasil no Cairo e, em 2016, voltou a ser exercida, cumulativamente, pela Embaixada do Brasil no Quênia. A representação da Somália junto ao Governo brasileiro é feita pela Missão Permanente daquele país junto às Nações Unidas, em Nova York.

Avanços no processo de paz somaliano registrados desde 2012, como aprovação de Constituição provisória, formação de novo Parlamento e eleição presidencial, permitiram a renovação gradual da inserção internacional do país, contexto em que Brasil e Somália passaram a buscar estreitar laços.

No plano multilateral, o governo brasileiro tem sublinhado a importância de que a comunidade internacional siga comprometida não apenas com o combate ao grupo extremista Al-Shabaab, mas também com a consolidação da paz e o desenvolvimento socioeconômico da Somália.

O Brasil participou de duas reuniões do Grupo de Contato para o Combate à Pirataria nas Imediações da Costa da Somália, bem como das Conferências de Londres (fevereiro de 2012) e de Istambul (junho de 2012) sobre a Somália, ocasiões em que defendeu a solução política para o conflito e o protagonismo do governo e da população somalianos na formulação e condução das políticas de desenvolvimento do país.

A Somália participou do II Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural (Brasília, 20-22/5/2025), sendo representada pela Ministra da Agricultura e Irrigação, Zahra Yusuf Ige.

COOPERAÇÃO BILATERAL

Não há registro de projetos de cooperação técnica entre Brasil e Somália, nem acordo de cooperação técnica entre os dois países.

Em 19/09/2025, o diretor da Agência Brasileira de Cooperação, embaixador Ruy Pereira, reuniu-se com o ministro da Educação, Cultura e Ensino Superior da Somália, Sr. Farah Sheikh Abdulkadir. Na ocasião, o ministro observou que o setor da educação vem apresentando melhoras consecutivas há 10 anos. O ministro ressaltou a importância da cooperação brasileira nas áreas de educação, saúde, alimentação e outros. O diretor da ABC avaliou que a concretização da cooperação entre os dois países deveria configurar, mais do que apenas um projeto, um amplo programa de cooperação.

Cooperação em Educação

Em 2023, foram selecionados, no âmbito do programa GCUB de Mobilidade Internacional (GCUB-Mob), 34 candidatos (19 burundeses, 13 quenianos e dois somalis) e, em 2024, outros 14 candidatos (sete burundeses, três quenianos, dois ugandeses e dois somalis), para cursos de mestrado e doutorado em instituições brasileiras. O GCUB-Mob é promovido pelo Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras com apoio do Instituto Guimarães Rosa/MRE, da Comissão Nacional da UNESCO, da "Agence Universitaire de la Francophonie" (AUF) e do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (CONFAP). A iniciativa tem favorecido o estabelecimento de vínculos acadêmicos duradouros e o fortalecimento da influência científica e cultural brasileira na África Oriental.

Cooperação Humanitária

Em 2010, o Brasil realizou doações no valor de US\$ 300 mil à Somália, por meio do Programa Mundial de Alimentos (PMA), a fim de garantir a segurança alimentar e nutricional da população local.

Em 2011, realizou doação de US\$ 100 mil ao Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), para atividades na região do Chifre da África, assim como US\$ 900 mil, via Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), para atividades humanitárias no país e ações de apoio aos refugiados

somalis. Em 2012, destinou US\$ 100 mil a ações de cooperação humanitária do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) na Somália.

Em 2011 e 2012, o Brasil realizou doação de mais de 65 mil toneladas de alimentos à Somália, no valor de US\$ 22 milhões.

Registra-se, em 2020, aporte financeiro, em apoio ao enfrentamento à COVID-19, no valor de USD 50.000,00.

COMÉRCIO BILATERAL

Em 2024, o comércio bilateral foi de US\$ 154,1 milhões (-11,8%), sendo US\$ 154,1 milhões de exportações e US\$ 10,4 mil de importações. Os principais produtos brasileiros importados pela Somália foram açúcares e melações (93,1%); carnes de aves e suas miudezas comestíveis (6%) e artigos de confeitaria (0,7%). Os principais produtos somalis importados pelo Brasil foram pescado inteiro (43,4%); óleos essenciais, matérias de perfume e sabor (37,6%) e geradores elétricos e suas partes (19%).

POLÍTICA INTERNA

A política interna da Somália funciona sob um sistema federal parlamentarista, estabelecido pela Constituição Provisória de 2012. O país é oficialmente uma república federal, composta por vários estados regionais autônomos. A autoridade central é o Governo Federal da Somália, sediado na capital, Mogadíscio.

Eleições nacionais diretas nunca foram organizadas. Desde 2012, as eleições têm sido indiretas: os representantes populares são escolhidos não pelo voto de cada eleitor somali, mas a partir da deliberação dos clãs, que selecionam delegados para votar em nome de suas comunidades.

O poder executivo é liderado pelo presidente da República, que atua como chefe de Estado, e pelo primeiro-ministro, que é o chefe de governo. O presidente é eleito pelo Parlamento Federal e tem funções principalmente cerimoniais, embora nomeie o primeiro-ministro e tenha o comando das forças armadas. O primeiro-ministro, por sua vez, lidera o gabinete e é responsável pela administração cotidiana do governo.

O poder legislativo é exercido por parlamento bicameral, composto pela Câmara Alta (Senado) e pela Câmara do Povo.

A situação de segurança na Somália é precária, em decorrência da fragilidade do estado e do conflito interestatal, fenômenos iniciados em 1991, com a queda do regime de Siad Barre. Desde 2007, o principal grupo armado em atuação no país é o Al-Shabab. A insegurança é agravada pela competição entre o Governo Federal da Somália e diversos governos dos estados federados.

Missões de Paz

Em 2007, foi autorizada a criação da AMISOM ("African Union Mission in Somalia") pelo CSNU e pelo Conselho de Paz e Segurança da UA, contando com mais de 20.000 agentes.

Em 2013 foi estabelecida a missão política especial, UNSOM ("United Nations Assistance Mission in Somalia"), visando contribuir para os processos políticos e eleitorais, como a organização de eleições.

Ao adotar a resolução 2767, em 27/12/2024, o CSNU autorizou o Conselho de Paz e Segurança (CPSUA) e os estados-membros da União Africana (UA) a "tomar todas as medidas necessárias" para instituir nova operação de manutenção da paz sob a égide da UA na Somália, denominada Missão de Apoio e Estabilização da UA na Somália (AUSSOM, na sigla em inglês), a partir de 01/01/2025, em substituição à Missão de Transição da UA na Somália (ATMIS), cuja autorização expirou em 31/12/2024. O contingente da AUSSOM será formado exclusivamente por militares e policiais cedidos por estados-membros da UA. A atuação da AUSSOM tem duração inicial de doze meses, de 1º/1/2025 a 31/12/2025. No momento, a AUSSOM enfrenta grave déficit orçamentário de 96 milhões de dólares. A situação se agravou após cortes no financiamento por parte da União Europeia e dos Estados Unidos.

ECONOMIA

Mais de 70% da população economicamente ativa da Somália dedica-se à agricultura, ao pastoreio e, em menor medida, à pesca, o que torna o desempenho da economia somali altamente dependente das condições climáticas. Em 2011, quando a Somália foi afetada por seca severa, houve forte declínio da produção nacional de alimentos, mobilizando esforço de ajuda humanitária por parte da comunidade internacional.

A Somália possui a mais extensa costa do continente africano, com cerca de 3 mil quilômetros e, especula-se, com valiosos recursos minerais, como petróleo e gás. Em agosto de 2013, a Somália assinou seu primeiro acordo na área de exploração do petróleo, por meio do qual um grupo britânico (o Soma Oil & Gas) encarregou-se de conduzir pesquisa sísmica no território somali e em sua plataforma continental. Em setembro do mesmo ano, a Genel Energy, companhia turco-britânica que tinha expectativa de explorar petróleo na Somalilândia, interrompeu suas atividades, alegando deterioração da situação de segurança.

No que concerne ao comércio exterior, a Somália é ainda país de pouca expressividade, apesar de sua localização estratégica para os fluxos mundiais de comércio. Animais vivos (espécies ovina, caprina e bovina) constituem importantes itens da pauta de exportações da Somália, representando 40% do total.

POLÍTICA EXTERNA

A Somália desenvolve política externa que se confunde com o tratamento multilateral e regional concedido às crises política, securitária e humanitária no país. Fator chave para a evolução político-institucional ocorrida na Somália nos últimos anos foi a considerável melhoria na situação de segurança, tornada possível pelo maior engajamento da comunidade internacional no país,

Os Estados Unidos fornecem apoio ao governo somali no combate ao Al-Shabab. Desde 2008 o grupo é considerado como terrorista pelos EUA. Operações ofensivas conjuntas EUA-Somália contra o grupo são frequentes, sobretudo com o uso de drones.

Somalilândia A Somalilândia foi um protetorado britânico (1888-1960) que se tornou independente em 26/6/60, mas optou por se integrar à República da Somália (1/7/1960). Em 1991, a Somalilândia declarou unilateralmente sua independência. A Somália não reconhece a secessão e considera a Somalilândia como região autônoma. Até o momento, nenhum país ou organismo internacional reconheceu a independência da Somalilândia.

Em 2/1/2024, a Etiópia assinou um Memorando de Entendimento (MdE) com a “República da Somalilândia”, causando aumento de tensões na região. De acordo com o MdE, a Etiópia arrendaria zona costeira da Somalilândia para a instalação de base militar e porto comercial; e a Somalilândia receberia participação acionária na Ethiopian Airlines. A ação foi vista como tentativa da

Somalilândia de obter o reconhecimento de sua independência pela Etiópia, que seria o primeiro país a fazê-lo.

Do ponto de vista etíope, o MdE franquearia ao país acesso ao mar. A Etiópia perdeu sua saída para o mar em 1993, após a independência da Eritreia. Atualmente, 95% do comércio internacional da Etiópia passa pelo Djibuti.

O anúncio da assinatura do MdE Etiópia-Somalilândia gerou imediata reação do governo da Somália. O presidente somali, Hassan Sheikh Mohamud, afirmou na ocasião estar “pronto para a guerra”. O Parlamento da Somália aprovou lei que considera o MdE Etiópia-Somalilândia como “nulo e sem efeito”.

A relação entre Somália e Etiópia melhorou em dezembro de 2024, após reunião entre o presidente da Somália, Hassan Sheikh Mohamud, e o PM etíope, Abiy Ahmed, em Ancara (11/12/24). Os mandatários assinaram declaração na qual as partes reconhecem benefícios mútuos em garantir acesso da Etiópia ao mar, ao mesmo tempo em que se respeita a soberania somali.

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República Federal da Somália
GENTÍLICO	Somali, somaliano(a)
CAPITAL	Mogadíscio
ÁREA	637.657 km ²
POPULAÇÃO	19.01 milhões (2024 est. BM)
IDIOMAS OFICIAIS	Somali (Oficial) e Árabe (Segunda Língua)
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Islamismo Sunita (99,8%, religião oficial)
SISTEMA DE GOVERNO	República Federal Parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Bicameral; a Câmara Alta (Aqalka sare) e a Câmara Baixa (Aqalka hoose) formam o Parlamento Federal da Somália (Baarlama-anka Federaalka Soomaaliya).
CHEFE DE ESTADO	Presidente Hassan Sheikh Mohamud (desde maio de 2022)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-ministro Hamza Abdi Barre (desde junho de 2022)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Ahmed Moalim Fiqi (desde 2024)
PIB NOMINAL	US\$ 11,68 bilhões (2023)
PIB PPP	US\$ 32,04 Bilhões (2023)
PIB PER CAPITA	US\$ 727.68 (2023)
PIB PPP PER CAPITA	US\$ 2.000,00 (2023)
VARIAÇÃO DO PIB	2,8% (2023); 2,4% (2022); 3,3% (2021); -2,6% (2020); 3,6% (2019)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO	0,48
EXPECTATIVA DE VIDA	56,5 anos (2024 est.)
TAXA DE ALFABETIZAÇÃO	0.378
ÍNDICE DE DESEMPREGO	19.29% (2022 est.)
UNIDADE MONETÁRIA	Xelim Somaliano (1 dólar = 571,61 SOS em 04/11/2025)
EMBAIXADOR DO BRASIL	Embaixador indicado: João Alfredo dos Anjos (agrément em 31/10/25, aguarda sabatina).
EMBAIXADOR DA SOMÁLIA	Omar Hohamud Mohad, agrément em 29/9/25. Embaixador não residente.

BRASIL → SOMALIA	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Intercâmbio	81.4	69.6	60.7	20.4	70	61.3	42	174.6	154.11
Exportações	81.4	69.6	60.7	20.4	70	61.3	42	174.6	154.1
Importações	0	0	0	0	0	0	0.072	0.048	0.01
Saldo	81.4	69.6	60.7	20.4	70	61.3	42	174.6	154.09

DADOS ECONÔMICOS

Quadro Resumo

Julho 2025

Jan-Jul 2025

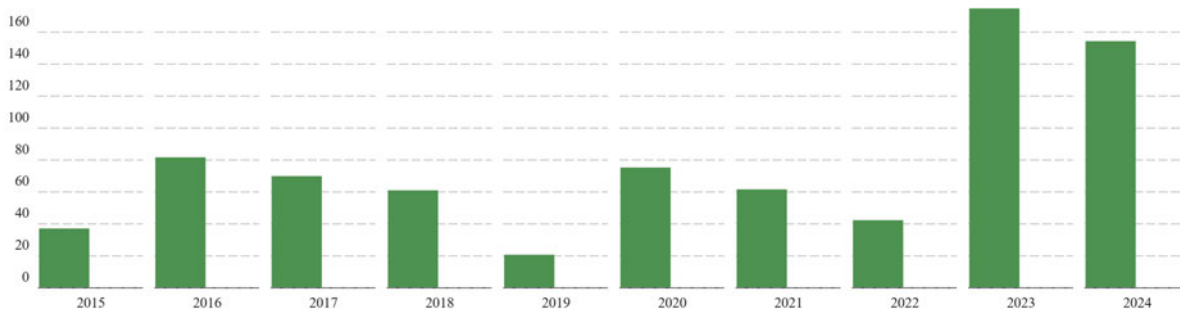
2024



Somália - Série Histórica

■ Exportação ■ Importação

↑ US\$ (Milhões)



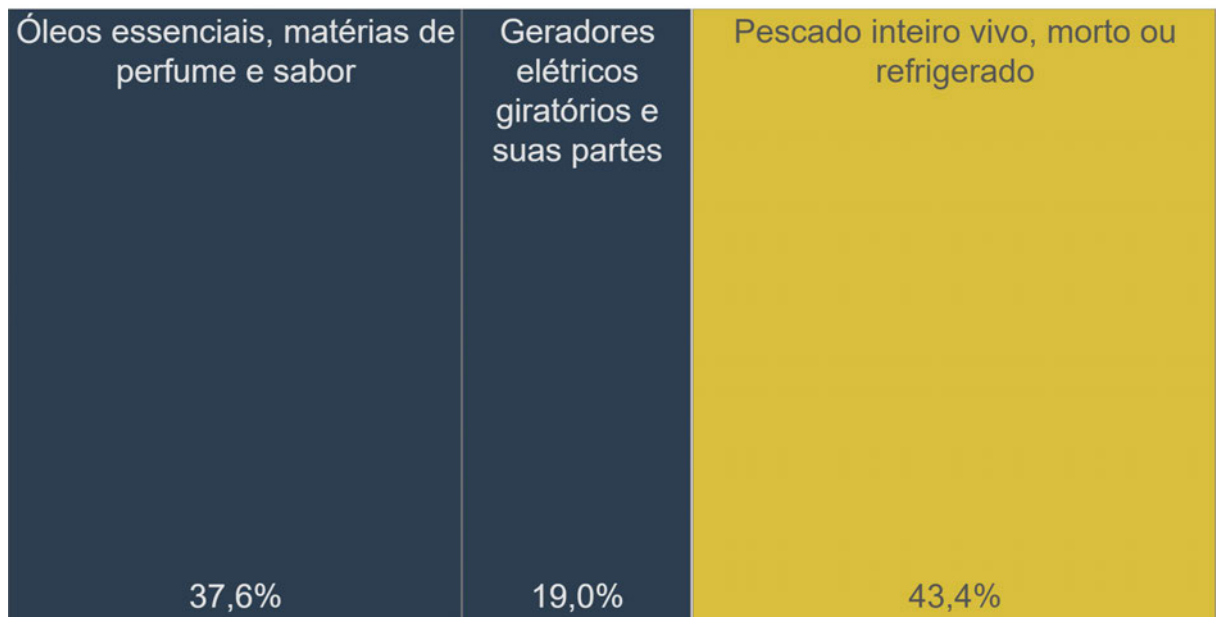
Somália - - Produtos Exportados

■ Agricultura ■ Indústria Extrativa ■ Indústria de Transformação ■ Outros Produtos



Somália - Produtos Importados

■ Agricultura ■ Indústria Extrativa ■ Indústria de Transformação ■ Outros Produtos



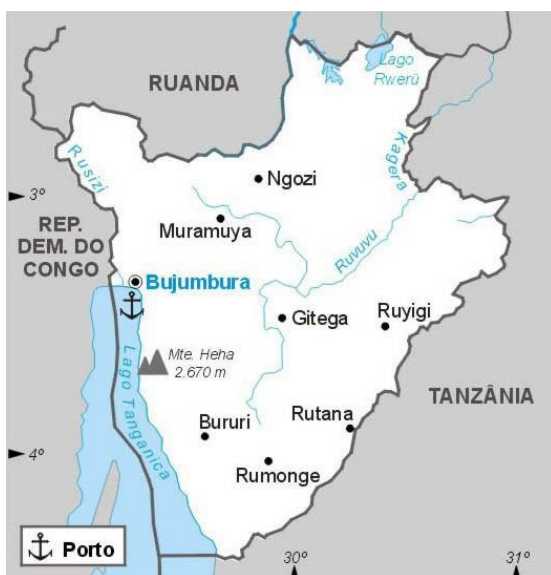
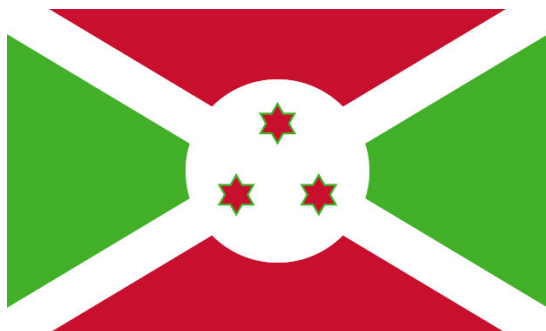
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS
2016 - A Embaixada do Brasil em Nairóbi (Quênia) passa a representar, cumulativamente, o governo brasileiro junto à Somália
2013 - Somália designa enviado especial para Brasil, Argentina e Venezuela
2012 - Brasil participa da Conferência de Istambul sobre a Somália (junho)
2012 - Brasil participa da Conferência de Londres sobre a Somália (fevereiro)
2005 - Ministro de Negócios Exteriores somali, Abdullahi Ismail, representa seu país na I Cúpula América do Sul – Países Árabes (ASPA), realizada em Brasília (maio)
1987 - Embaixada brasileira no Cairo (Egito) passa a representar, cumulativamente, o Brasil junto à Somália



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Secretaria de África e Oriente Médio
Departamento de África
Divisão de África Oriental e Setentrional

REPÚBLICA DO BURUNDI



OSTENSIVO
Novembro de 2025.

ÍNDICE

REPÚBLICA DO BURUNDI.....	1
PERFIS BIOGRÁFICOS	3
HISTÓRIA	4
GERAL	4
RELAÇÕES BILATERAIS	5
COOPERAÇÕES BILATERAIS	6
Cooperação Técnica	6
Cooperação humanitária	7
Cooperação em Educação.....	7
Cooperação entre academias diplomáticas	7
COMÉRCIO BILATERAL.....	7
ACORDOS	8
TEMAS MULTILATERAIS	9
Situação da República Democrática do Congo e MONUSCO	9
POLÍTICA INTERNA	10
ECONOMIA.....	12
POLÍTICA EXTERNA	12
DADOS BÁSICOS.....	14
DADOS ECONÔMICOS.....	15
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS	17

PERFIS BIOGRÁFICOS



ÉVARISTE NDAYISHIMIYE – presidente da República - nascido em 1968. Assumiu a Presidência em 18 de junho de 2020. Em 1995, com o início da guerra civil, interrompeu o curso de Direito para ingressar na luta armada. Foi um dos principais negociadores durante o processo de paz (2000-2003). Em 2003, tornou-se comandante do Exército do Burundi. Entre 2006 e 2007, foi ministro do Interior e Segurança Pública. Entre 2007 e 2014, ocupou a chefia do Gabinete Militar da Presidência. A partir de 2016, atuou como secretário-geral do partido governista CNDD-FDD. Deixou o cargo em janeiro de 2020, para concorrer às eleições, elegeu-se presidente. Foi indicado pela União Africana (UA) como Campeão para a Juventude, Paz e Segurança em 2023.



EDOUARD BIZIMANA – *Ministro das Relações Exteriores*. Nasceu em 10 de fevereiro de 1968. No cargo desde agosto de 2025. Antes, trabalhou como assessor do Diretor-Geral responsável pela Europa e América do Norte e, em 2006, tornou-se Diretor Adjunto responsável pelo protocolo no gabinete do Vice-presidente. Atuou como Primeiro Conselheiro na Embaixada do Burundi nos EUA (2007-2010), Diretor de Organizações Regionais e Internacionais no Ministério das Relações Exteriores e chefiou brevemente o Fórum dos Partidos Políticos. Foi Embaixador do Burundi na Alemanha (2012-2016) e Embaixador do Burundi na Rússia (2016-2022).

HISTÓRIA

A colonização europeia do atual território do Burundi iniciou-se com a chegada dos ingleses (1858) ao lago Tanganica. Em 1890, o país passou a fazer parte do Protetorado Alemão da África Oriental. Após a Primeira Guerra Mundial (1918), Burundi e Ruanda foram transferidos à Bélgica, quando a Alemanha perdeu suas colônias.

Em 1958, o partido Unidade pelo Progresso Nacional (UPRONA) foi criado no Burundi e Mwami Mwambutsa foi nomeado monarca constitucional no país (1959). O Burundi conquistou a sua independência em 1º de julho de 1962.

Em 1993, as primeiras eleições livres e democráticas do país elegeram Melchior Ndadaye, o qual sofreu um golpe de Estado e foi assassinado no mesmo ano, dando início a uma guerra civil. O conflito só foi finalizado com a assinatura do Acordo de Arusha em 2000 (contingente multinacional de segurança que garantiria a paz no Burundi). Em 2005, uma nova constituição de partilha de poder foi promulgada e Pierre Nkurunziza, representando o Conselho Nacional para a Defesa da Democracia (CNDD), foi eleito presidente, permanecendo no poder até 2020, por três mandatos. Em 2020, com o falecimento de Nkurunziza, foi eleito o atual presidente, Évariste Ndayishimiye.

GERAL

A República do Burundi localiza-se na região africana dos Grandes Lagos. O país faz fronteira com a República Democrática do Congo (RDC), a oeste; com a Tanzânia, ao leste e ao sudeste; e Ruanda, ao norte. Com território pouco maior do que o de Alagoas (27.834 km²) e mais de 12 milhões de habitantes, o Burundi é o sexto menor país africano e apresenta a segunda maior densidade populacional da África, atrás apenas de Ruanda.

O Burundi é um dos países mais pobres da África. De acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH - PNUD, 2022), o país ocupa a 187ª posição entre os 191 países ranqueados, possuindo IDH superior apenas a República Centro-Africana, Níger, Chade e Sudão do Sul.

A economia burundinesa é predominantemente agrícola. Além das limitações econômicas, os conflitos ocorridos no país agravaram os problemas sociais. O Burundi apresenta graves carências em matéria de educação e saúde

Em termos étnicos e demográficos, o Burundi repete padrão encontrado em Ruanda: aproximadamente 85% da população possui origem étnica hutu; e 15%, tutsi. O francês e o Kirundi são os idiomas oficiais do país. A principal confissão é a cristã (80-90%), seguida por religiões tradicionais autóctones (5%) e pela islâmica (2-5%). Quase 90% dos burundineses vivem em áreas rurais e dependem da agricultura de subsistência.

Desde sua independência (1962), o Burundi passou por período de instabilidade, marcado por conflitos étnicos e guerra civil. Entre 2006 e 2015, foi considerado exemplo exitoso de processo de construção da paz em sua região, após assinatura de acordo de paz (Acordo de Arusha) que pôs fim a longo conflito civil (1993-2003).

A eleição do presidente Evariste Ndayishimiye, em 2020, representou oportunidade para que o país buscasse gradual estabilização interna e normalização de suas relações com a comunidade internacional.

Desde então, Ndayishimiye vem adotando medidas de abertura política buscando reconciliação doméstica e reinserção internacional do Burundi.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com o Burundi em 1980. O país abriu Embaixada em Brasília em 2012, que funcionou até dezembro de 2020. Desde janeiro de 2021, a Embaixada do Burundi em Washington passou a responder também pela representação do país junto ao Brasil. A representação diplomática brasileira junto ao Burundi é exercida cumulativamente pela Embaixada do Brasil em Nairóbi (Quênia).

Em fevereiro de 2013, a presidente Dilma Rousseff manteve encontro com o então presidente do Burundi, Pierre Nkurunziza, à margem da III Cúpula América do Sul – África (Malabo, 22/2/2013).

A visita do então ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional do Burundi, Augustin Nsanze, ao Brasil em agosto de 2009 foi a primeira de um chanceler burundinês ao País. Na ocasião, Nsanze manteve

encontros nos ministérios das Cidades e da Saúde e no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Também realizou visitas ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC), à EMBRAPA e à Agência Nacional de Águas (ANA). Na ocasião, foi assinado Acordo de Cooperação Técnica, que entrou em vigor em março de 2013.

Durante a Reunião de alto Nível da ONU sobre HIV/AIDS, em Nova York, em junho de 2011, o ex chanceler Antonio Patriota manteve encontro com o então chanceler Nsanze.

Em novembro de 2011, o então chanceler Patriota encontrou-se com o então chanceler burundinês Laurent Kavakure, à margem da Reunião Ministerial das Cúpulas América do Sul-África (Cúpulas ASA), em Malabo.

Em abril de 2013, o ex chanceler Kavakure realizou visita ao Brasil. A visita ocorreu na esteira da entrada em vigor do Acordo de Cooperação Técnica, assinado em 2009, e focou-se na discussão de oportunidades de cooperação entre os dois países, sobretudo nos domínios da segurança alimentar, construção de cisternas, promoção do acesso a energia elétrica e pesca.

COOPERAÇÕES BILATERAIS

Cooperação Técnica

A cooperação técnica bilateral com o Burundi está amparada no Acordo Básico de Cooperação, assinado em 25/08/2009 e em vigor desde 18/12/2015. Desde 2009, o Brasil realiza, regularmente, ações de cooperação técnica com o Burundi.

Atualmente, estão sendo executados, em âmbito bilateral, três projetos regionais na área de cotonicultura: o Projeto Regional de Fortalecimento do Setor Algodoeiro na Bacia do Lago Vitória (Burundi-Quênia-Tanzânia) - Projeto Cotton-Victoria, o Projeto Integração Africana para o Melhoramento Genético Sustentável do Algodão, com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento de variedades de algodão mais adaptáveis às condições locais dos países africanos; e o projeto Apoio à Coordenação de Projetos e Atividades de Cooperação Técnica na Área de Algodão. Além do Burundi, os projetos beneficiam outros países do continente.

Em âmbito trilateral, em parceria com o Programa Mundial de Alimentos (PMA), está sendo executado programa de apoio ao desenvolvimento de programas sustentáveis de alimentação escolar no Burundi

Cooperação humanitária

De 2009 a 2014, registram-se doação de alimentos, com apoio do Programa Mundial de Alimentos (PMA), e aportes financeiros, por meio do PMA e da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), para projetos de segurança alimentar e nutricional, que somados, totalizam, USD 1.100.000,00.

Cooperação em Educação

O Programa GCUB de Mobilidade Internacional (GCUB-Mob), é promovido pelo Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras com apoio do Instituto Guimarães Rosa/MRE, da Comissão Nacional da UNESCO, da "Agence Universitaire de la Francophonie" (AUF) e do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (CONFAP). Em 2023, foram selecionados 34 candidatos (19 burundeses, 13 quenianos e dois somalis) e, em 2024, outros 14 candidatos (sete burundeses, três quenianos, dois ugandeses e dois somalis), todos para cursos de mestrado e doutorado em instituições brasileiras. A iniciativa tem favorecido o estabelecimento de vínculos acadêmicos duradouros e o fortalecimento da influência científica e cultural brasileira na África Oriental.

Cooperação entre academias diplomáticas

Foi assinado em 2018 memorando de entendimento para cooperação entre o Instituto Rio Branco e a o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Burundi, o qual permite que diplomatas do Burundi possam participar de cursos de formação no Brasil.

COMÉRCIO BILATERAL

O intercâmbio comercial entre Brasil e Burundi é limitado e constituído, majoritariamente, pelas exportações brasileiras.

Em 2024, o comércio bilateral foi de aproximadamente US\$ 33 mil (redução de 89% em relação a 2023), com saldo de US\$ 9,3 mil favorável ao Brasil. As exportações brasileiras totalizaram US\$ 21,4 mil e as importações do Burundi, cerca de US\$ 12,1 mil.

Os principais produtos brasileiros importados pelo Burundi foram móveis (47,7%); joias e ourivesaria (31,1%) e máquinas e aparelhos elétricos (18,9%). Os principais produtos burundienses importados pelo Brasil foram peças e acessórios destinados a máquinas (38,8%); bombas, centrífugas, compressores de ar, ventiladores, exaustores, aparelhos de filtrar ou depurar e suas partes (14,8%) e ferramentas para uso manual ou em máquinas (14,3%).

ACORDOS

ATOS BILATERAIS VÁLIDOS		
Título	Data de celebração	Status
Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Burundi	25/08/2009	Em vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Burundi sobre a Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço	16/04/2013	Em vigor
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Burundi e para Cooperação na Área da Erradicação da Fome e da Pobreza.	16/04/2013	Em vigor
Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República	13/11/2018	Em vigor

do Burundi para Cooperação em Treinamento de Diplomatas		
---------------------------------------------------------	--	--

TEMAS MULTILATERAIS

O Burundi faz parte da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza desde novembro de 2024, como membro fundador. O país aderiu, também, à Coalizão para Alimentação Escolar (School Meals Coalition)

O Burundi participou do II Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural (Brasília, 20-22/5/2025), sendo representado pelo Ministro do Meio Ambiente, Agricultura e Pecuária, Prosper Dodiko.

Situação da República Democrática do Congo e MONUSCO

Mais de cem grupos armados atuam na região leste da RDC. O grupo que causa maior preocupação é o M23, considerado pivô da crise entre os governos da RDC e de Ruanda. Criado em 2012 e militarmente ativo desde 2021, o M23 conta com apoio logístico e operacional de Ruanda.

Desde janeiro de 2025, o M23 passou a controlar parte do leste da RDC, incluindo as cidades de Goma (em 27/1) e Bukavu (em 15/2), capitais das províncias de Kivu do Norte e de Kivu do Sul, respectivamente.

Em 21/2, o CSNU, por unanimidade, aprovou a resolução 2773, a qual “condena firmemente as ofensivas e avanços do M23 no Kivu do Norte e Kivu do Sul com o apoio das Forças Armadas de Ruanda”, e solicita que o M23 e as forças armadas de Ruanda se retirem do território congolês imediatamente.

Em 27/6, a MNE Thérèse Wagner e seu homólogo ruandês assinaram acordo de paz (mediado pelos EUA), que previa retirada das tropas de Ruanda em até 90 dias, o que não ocorreu.

Em 19/7, foi assinada declaração (mediada pelo Catar) entre a RDC e a Alliance Fleuve Congo, braço político do M23, que previa acordo de paz até 18/8, o que não ocorreu.

Em 22/8, o CSNU, a pedido dos EUA, reuniu-se e reiterou os termos da resolução 2773.

Segundo dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), há, atualmente, 1.139 refugiados da República Democrática do Congo no Brasil, bem como 348 solicitantes de refúgio.

A situação de insegurança prolongada agrava a crise humanitária na RDC. A população de deslocados internos, estimada em quase 7 milhões de pessoas, é a segunda maior da África (após o Sudão).

O Brasil acompanha com atenção a situação de conflitos armados no território da RDC e tem papel de relevo na Missão das Nações Unidas para a Estabilização da RDC (MONUSCO), criada pelo CSNU em 1999. A MONUSCO é liderada, desde 2018, por generais brasileiros, tendo sido também comandada por brasileiro entre 2013 e 2015. Ulisses de Mesquita Gomes, sexto general brasileiro no cargo, assumiu em 28/1. Atualmente, 27 militares brasileiros encontram-se na missão.

A atuação do Brasil no tema tem sido historicamente pautada pelos princípios de não intervenção em assuntos internos de outros países, da solução pacífica de controvérsias e da valorização do multilateralismo. Nesse sentido, o Brasil tem apoiado a MONUSCO e as decisões do CSNU. Além disso, o Brasil tem aprimorado o relacionamento bilateral em todos os níveis com a RDCP.

Posição do Burundi

O Burundi presidiu, entre 2022-23, a Comunidade da África Oriental (EAC, na sigla em inglês) e sediou reuniões que trataram da implementação do Mapa do Caminho de Luanda e do envio de força regional da EAC para o leste da RDC.

Entre 2022 e 2025, quando foi encerrada a missão da SAMIDRC, o Burundi, que compartilha 243km de porosa fronteira com a RDC, enviou tropas para o leste do país vizinho, com o objetivo de ajudar a conter o M23. O governo do Burundi reconhece que a crise na RDC, com ramificações regionais, tem um importante impacto na paz e na segurança de seu país.

POLÍTICA INTERNA

A política interna do Burundi é marcada por desafios e desenvolvimentos significativos nos últimos anos. Desde 2015, o país enfrenta uma crise política e econômica que reverteu os ganhos democráticos alcançados com o fim da guerra civil, em 2005.

Burundi é um dos países mais pobres do mundo, com 70% da população abaixo da linha de pobreza. Um número expressivo da população é jovem, em sua maioria desempregada ou subempregada.

O ambiente político do país é moldado por sequelas da longa guerra civil, pelas feridas abertas das diferenças étnico-raciais e pela fragilidade do estado democrático.

Em 1995, os presidentes de Burundi, Ruanda, Uganda e do então Zaire (atual República Democrática do Congo) lançaram iniciativa regional de negociação da paz no Burundi, coordenada pelo ex-presidente tanzaniano Julius Nyerere.

Foi assinado, em 2000, o Acordo de Paz e Reconciliação de Arusha, que, entre outras medidas, instituiu governo transitório, com duração de 4 anos, e estabeleceu a progressiva implantação de mecanismos de compartilhamento de poder e quotas de representação em altos cargos da administração pública, no legislativo e nas forças armadas entre as principais etnias do país.

Em 2003, foram realizadas eleições gerais. Em 2005, foi adotada nova Constituição, colocando fim ao período de transição. Por meio de eleições indiretas, Pierre Nkurunziza foi eleito presidente, para mandato de 5 anos. Em 2010, foi reeleito, para novo mandato de 5 anos, com 91% dos votos válidos, em pleito boicotado por partidos de oposição.

Entre 2005 e 2015, houve um período de progressiva estabilidade e crescimento econômico no Burundi, caracterizado pela observação das quotas étnicas previstas no Acordo de Arusha.

A partir do ciclo eleitoral de 2015, o ambiente político e de segurança no Burundi deteriorou-se. Nova crise iniciou-se em abril de 2015, quando foi anunciada a candidatura do presidente Nkurunziza a um terceiro mandato, o que seria vedado pela constituição.

Em maio de 2015, teve lugar tentativa de golpe contra Nkurunziza. À revelia de apelos de países ocidentais, da ONU e da União Africana, Nkurunziza manteve sua candidatura e, nas eleições realizadas em julho, foi reeleito. Manifestações de rua foram reprimidas. Em dezembro de 2015, quatro bases militares foram atacadas por grupos opositoristas armados. Os enfrentamentos resultaram, segundo estimativas da ONU, em quase 500 mortos e 5 mil presos. Segundo a ONU, entre 2015 e 2016, o total de pessoas deslocadas internamente passou de 85 mil para cerca de 150 mil e o total de refugiados burundinês passou de 344 mil para 400 mil.

Em 2020, Évariste Ndayishimiye, o candidato do partido governista CNDD-FDD, foi eleito presidente após a morte de Pierre Nkurunziza.

Ao longo de 2024, apesar dos sinais iniciais do governo de distensão política, como a libertação de alguns presos políticos e o levantamento das restrições à mídia, a repressão à sociedade civil persiste. Relatório recente da Anistia Internacional destacou que, quatro anos após o início do mandato de Ndayishimiye, intimidação, prisões e julgamentos injustos continuam a ocorrer.

ECONOMIA

O Burundi é um dos países mais pobres do mundo. O principal setor da economia burundinesa é o da agricultura, que representa 45,8% do seu PIB e emprega mais de 90% da população (dados de 2017). Como se encontra em grande medida vinculada à atividade agrícola, principalmente às culturas do café e do chá, a economia do Burundi é vulnerável a variações climáticas e à flutuação dos preços internacionais das commodities agrícolas.

A agricultura de subsistência emprega mais de 90% da população. O crescimento econômico do país vincula-se à produção de ouro, café, chá, mate e especiarias, produtos que representam a maior parte de sua pauta de exportações. O país também produz, em menores quantidades, algodão, batata e banana.

As importações do Burundi superam em cerca de seis vezes as suas exportações. O país é altamente dependente das importações de bens de consumo e hidrocarbonetos e acumula constantes déficits na conta corrente do Balanço de Pagamentos.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa do Burundi é fortemente influenciada por seu entorno regional. Na região dos Grandes Lagos, as tensões étnicas, os fluxos de refugiados e a ameaça de grupos rebeldes transnacionais são importantes condicionantes geopolíticos. A posição refratária do ex-presidente Pierre Nkurunziza a um diálogo plenamente inclusivo com a oposição levou, em certa medida, ao isolamento do país no plano regional e global.

O Burundi participou ativamente das missões da Comunidade da África Oriental (EACRF, sigla em inglês) e da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SAMIDRC) na RDC. Nas missões de paz das Nações Unidas, o Burundi participa atualmente com mais de 750 militares, distribuídos entre a MINUSCA (República Centro-Africana) e UNISFA (Abyei).

Em 2025, estima-se que cerca de 1,9 milhão de burundineses estejam em situação de severa insegurança alimentar, conforme dados do Programa Mundial de Alimentos. Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), em 2025 o número de refugiados e *asylum-seekers* burundineses aproxima-se de 400 mil pessoas, e encontram-se sobretudo na Tanzânia, em Ruanda, em Uganda e na RDC. Por outro lado, cerca de 100 mil deslocados forçados de outros países vivem no Burundi, em sua maioria originários da RDC.

Grande parte da agenda econômica internacional do Burundi está ligada à sua participação na Comunidade da África Oriental (EAC, sigla em inglês), que inclui, além do Burundi, Uganda, Ruanda, Quênia, Tanzânia e Sudão do Sul. A EAC constitui uma União Aduaneira desde 2005 e um Mercado Comum desde 2010. Em dezembro de 2013, os países membros da organização assinaram um protocolo para o estabelecimento de União Monetária até o ano de 2024. Porém, em agosto de 2024, a EAC anunciou adiamento da adoção da moeda comum para 2031.

O Burundi é parte da Zona de Livre Comércio Continental Africana (AfCFTA, na sigla em inglês), lançada em 2018, um dos programas prioritários da União Africana. Reúne 54 países, PIB de USD 2,5 trilhões e população de 1,2 bilhão de pessoas. O acordo de criação da ZLCCA foi assinado por 54 dos 55 estados-membros da UA, com exceção apenas da Eritreia.

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República do Burundi
GENTÍLICO	Burundinês, burundinesa; burundês, burundesa
CAPITAL	Bujumbura (desde 2023) Gitega (Capital política)
ÁREA	27 834 km²
POPULAÇÃO	14.05 milhões de habitantes (2024 est. BM)
IDIOMAS OFICIAIS	Kirundi (nacional e oficial) e francês (oficial)
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Cristãos (91,5%); religiões tradicionais africanas (5%); muçulmanos (2%)
SISTEMA DE GOVERNO	República presidencialista
PODER LEGISLATIVO	Parlamento bicameral: Senado, com 39 assentos; e Assembleia Nacional, com 123 assentos.
CHEFE DE ESTADO	Evariste Ndayishimiye (desde junho de 2020)
CHEFE DE GOVERNO	Evariste Ndayishimiye (desde junho de 2020)
CHANCELER	Édouard Bizimana (desde agosto de 2025)
PIB NOMINAL (USD)	4,74 bilhões (2024, FMI)
PIB PPP (USD)	13,36 bilhões (2024, FMI)
PIB PER CAPITA (USD)	354,84 (2024, FMI)
PIB PPP PER CAPITA (USD)	999,91 (2024, FMI)
VARIAÇÃO DO PIB	3,5% (2024); 2,7%(2023); 1,85% (2022); 3,1% (2021); 0,3% (2020); 1,8% (2019); 1,6% (2018)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH)	Baixo (0,426); (187º entre 193 países - 2022)
EXPECTATIVA DE VIDA	68.1 (2024)
ALFABETIZAÇÃO	74,7%
ÍNDICE DE DESEMPREGO	0,91% (2022)
UNIDADE MONETÁRIA	Franco burundês (US\$ 1 = BIF 2.950)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Cumulatividade com Washington
EMBAIXADOR DO BRASIL NO PAÍS	Embaixador indicado (residente em Nairóbi): João Alfredo dos Anjos (agrément em 31/10/25).

BRASIL - BURUNDI	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Intercâmbio	77,5	100,8	42,3	208,9	0,7	256,3	6,6	309,5	33,5
Exportações	77,5	100,8	42,0	208,9	0,7	252,0	6,4	304,9	21,4
Importações	-	-	0,3	-	-	4,3	0,2	4,6	12,1
Saldo	77,5	108,8	41,7	208,9	0,7	247,7	6,2	300,3	9,3

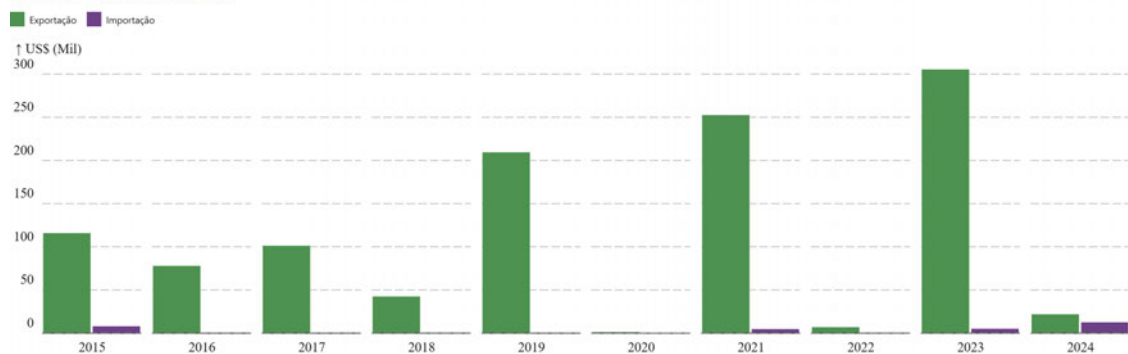
DADOS ECONÔMICOS

Quadro Resumo

Julho 2025 Jan-Jul 2025 **2024**



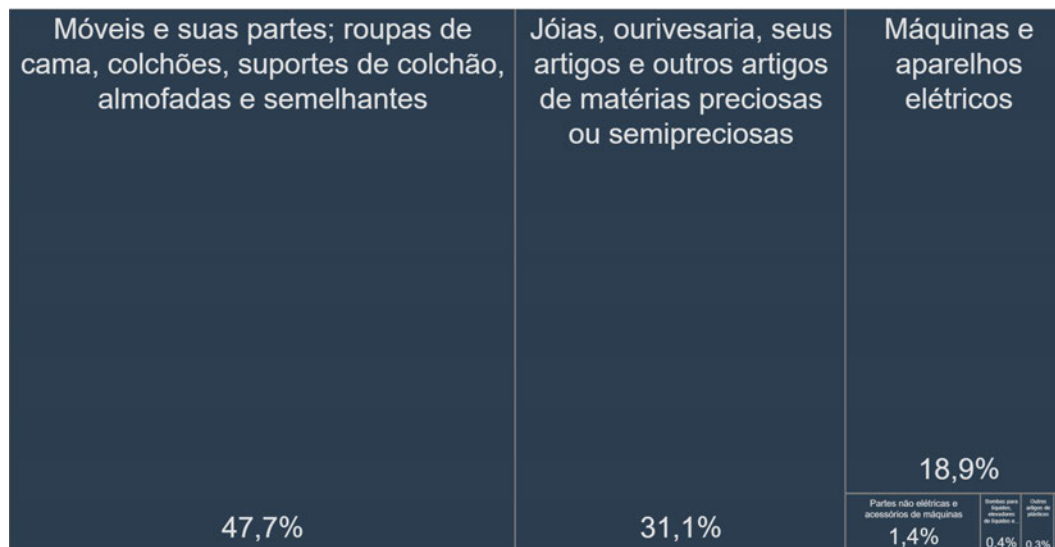
Burundi - Série Histórica



Exportações do Brasil para o Burundi

Burundi - - Produtos Exportados

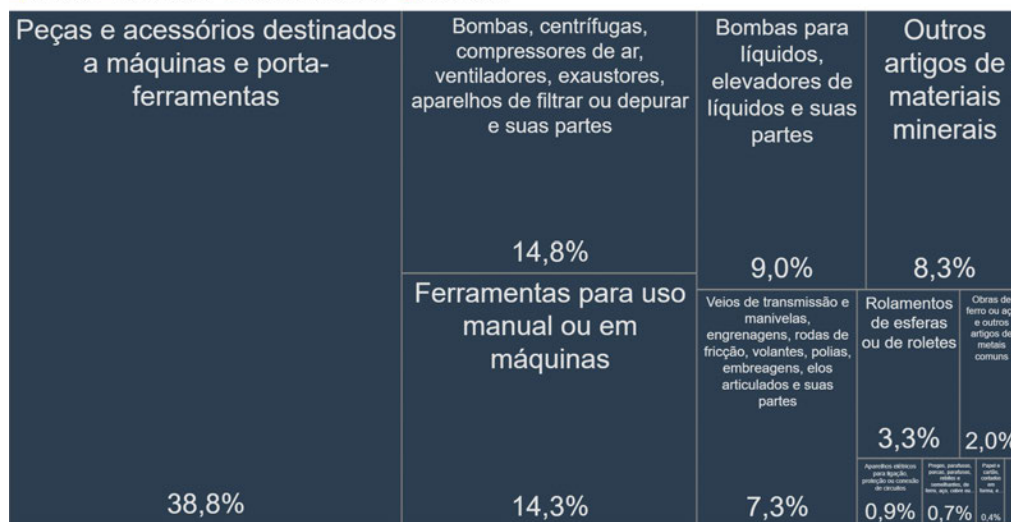
■ Agricultura ■ Indústria Extrativa ■ Indústria de Transformação ■ Outros Produtos



Exportações do Burundi para o Brasil

Burundi - Produtos Importados

■ Agricultura ■ Indústria Extrativa ■ Indústria de Transformação ■ Outros Produtos



CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

<p>2020 – Fechamento da Embaixada do Burundi em Brasília (dezembro).</p>
<p>2018 – O ministro das Relações Exteriores Aloysio Nunes e o embaixador do Burundi assinam Acordo na Área Educacional e Memorando de Entendimento para Cooperação em Treinamento de Diplomatas, em Brasília.</p>
<p>2013 – Visita ao Brasil do ministro de Relações Exteriores e da Cooperação Internacional do Burundi, Laurent Kavakure; assinados o Acordo sobre a Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço e o Memorando de Entendimento para Cooperação na Área da Erradicação da Fome e da Pobreza.</p>
<p>2013 – Encontro da presidente Dilma Rousseff com o presidente Pierre Nkurunziza, à margem da III Cúpula ASA, em Malabo.</p>
<p>2012 – Brasil participa da Conferência de Parceiros do Desenvolvimento do Burundi e oferece apoio ao II Plano de Ação para a Redução da Pobreza no Burundi (2012-16).</p>
<p>2012 – Embaixadora (não residente) do Brasil para o Burundi participa em Bujumbura da inauguração de centro de saúde para detecção e prevenção de HIV/AIDS, construído no âmbito de cooperação prestada pelo Fundo IBAS, e encontra-se com o chanceler Laurent Kavakure.</p>
<p>2012 – Técnicos burundeses participaram de onze cursos do Diálogo Brasil-África sobre segurança alimentar.</p>
<p>2012 – Abertura da Embaixada do Burundi em Brasília.</p>
<p>2011 – Encontro entre os chanceleres Antonio de Aguiar Patriota e Laurent Kavakure, à margem da IV Reunião Ministerial da ASA, em Malabo.</p>
<p>2011 – Burundi é incluído dentre os beneficiários da Lei 12.429/2011, que autoriza o Brasil a doar estoques públicos de alimentos para assistência humanitária internacional. Em 2012, o Brasil efetuou doação de 2 mil toneladas de arroz ao país, por meio do Programa Mundial de Alimentos.</p>
<p>2011 – Encontro entre os chanceleres Antonio de Aguiar Patriota e Augustin Nsanze, à margem da Reunião de Alto Nível da ONU sobre HIV/AIDS, em Nova York. O Burundi manifesta apoio à candidatura do professor José Graziano da Silva à Direção Geral da FAO.</p>
<p>2010 – Recebida visita de estudos de técnicos do Ministério da Luta contra a AIDS do Burundi.</p>
<p>2009 – Visita oficial do chanceler do Burundi ao Brasil; assinado Acordo de Cooperação Técnica.</p>
<p>2008 – Viagem a Bujumbura do Dr. Paulo Galerani, do Escritório Regional da EMBRAPA em Acra, durante a qual manteve encontros com o ministro da Agricultura do Burundi.</p>

2008 – Assinatura de Memorando de Entendimento entre o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Instituto de Desenvolvimento Econômico do Burundi (IDEC).
2007 – Brasil participa da Mesa Redonda de Bujumbura para o Desenvolvimento do Burundi.
1980 – Estabelecimento das relações bilaterais.



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Secretaria de África e Oriente Médio
Departamento de África
Divisão de África Oriental e Setentrional

REPÚBLICA DE UGANDA



OSTENSIVO
Novembro de 2025

ÍNDICE

REPÚBLICA DE UGANDA.....	1
PERFIS BIOGRÁFICOS.....	3
HISTÓRIA	4
GERAL	6
RELAÇÕES BILATERAIS.....	7
COOPERAÇÃO BILATERAL.....	7
Cooperação em Matéria de Defesa	8
Cooperação em Educação.....	8
Cooperação Humanitária	8
COMÉRCIO E INVESTIMENTOS.....	9
TEMAS MULTILATERAIS.....	9
Mudança do Clima	9
Coalizão para Alimentação Escolar	10
BRICS	10
POLÍTICA INTERNA.....	10
ECONOMIA	11
POLÍTICA EXTERNA	12
República Democrática do Congo (RDC).....	13
SUDÃO DO SUL	14
DADOS BÁSICOS	15
DADOS ECONÔMICOS	16
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS	18

PERFIS BIOGRÁFICOS



YOWERI KAGUTA MUSEVENI – *Presidente*. Nasceu em Ntungamo, Uganda, em 1944. Graduou-se em Economia e Ciência Política na Universidade de Dar es Salam. Formou a Frente Africana Revolucionária dos Estudantes Africanos e esteve em Moçambique, onde recebeu treinamento de guerrilha da FRELIMO. Em 1986, à frente de tropas insurgentes, Museveni depôs o Presidente Okello e assumiu o controle do país. Em maio de 1996, foi eleito presidente da República, cargo para o qual foi reeleito em 2001, 2006 e 2011. Em 2016 foi reeleito após aprovação de emenda à Constituição que acabou com o limite de mandatos presidenciais consecutivos. Em 2021, foi reeleito pela sexta vez, após aprovação de nova emenda constitucional que excluiu o limite máximo de idade para candidatos à presidência.



ROBINAH NABBANJA – *Primeira-Ministra*. Foi a primeira mulher a ser designada primeira-ministra de Uganda, em 9 de junho de 2021. Nascida em 17 de dezembro de 1969 (53 anos), é originária do distrito de Kakumiro, exercia o cargo de vice-ministra de Saúde desde dezembro de 2019 e foi reeleita para o parlamento pelo seu distrito natal em 2021. É graduada e mestre em Estudos de Desenvolvimento e Democracia pela Universidade dos Mártires de Uganda.



ODONGO JEJE ABUBAKER – *Ministro dos Negócios Estrangeiros*. Nascido em 9 de julho de 1951, é chanceler de Uganda desde junho de 2021. Anteriormente, atuou como ministro de Assuntos Internos, de 2016 a 2022, e ministro de Estado da Defesa, de 2009 a 2016. Junto com Museveni, integrou grupo de 27 rebeldes que iniciaram a guerra civil (1981-1986) que levaria à queda do presidente Milton Obote e à ascensão de Museveni ao poder. Participou da assembleia constituinte de 1994. É mestre em Relações Internacionais pela Universidade Nkumba.

HISTÓRIA

Após a Conferência de Berlim de 1884, o território ao norte do Lago Vitória foi declarado protetorado britânico. Em 1902, a região foi desmembrada em Uganda e Quênia. A partir de então, intensificou-se a exploração colonial do território, que exportava para a Inglaterra principalmente algodão e café. Diversamente do Quênia, Uganda não acolheu número significativo de europeus, mas de mão de obra proveniente de outras partes do Império Britânico, sobretudo da Índia.

Em 1962, Uganda tornou-se independente do Reino Unido. O primeiro governo após a independência foi formado por coalizão entre líderes do sul e do norte do país, com a nomeação de Edward Mutesa (da etnia Baganda, predominante no sul) para o cargo de presidente, e Milton Obote (da etnia Langui, do norte) para primeiro-ministro. Em 1966, com apoio do exército, Obote suspendeu a Constituição e tomou o poder. A resistência de Mutesa ao golpe foi reprimida pelo exército, então sob o comando do General Idi Amin Dada.

Em 1971, Idi Amin depôs Obote. Uma das primeiras medidas de seu governo foi a deportação em massa da população de origem indiana (elite comercial do país) e o subsequente confisco de suas propriedades. Valendo-se de um populismo xenófobo que explorava as rivalidades étnicas, e apoiado por militares oriundos de sua etnia (Kakwa), o mandatário consolidou-se no poder, chegando a angariar altos índices de popularidade.

Em seu governo, o cenário político foi marcado por perseguição a membros da oposição e a líderes religiosos cristãos (Idi Amin era muçulmano, num país onde mais de 80% da população é cristã) e por ataques contra etnias rivais. Em 1978, uma revolta de tropas dissidentes do regime de Idi Amin cruzou a fronteira com a Tanzânia, onde Obote e outros dissidentes haviam encontrado asilo. Adotando como pretexto uma disputa lindeira, Idi Amin declarou guerra à Tanzânia e enviou tropas para atacar os rebeldes. Em resposta, tropas tanzanianas e refugiados ugandenses invadiram Uganda, precipitando a deposição de Idi Amin, que se exilou na Arábia Saudita em 1979.

As forças insurgentes instalaram novo governo em Campala, sob a égide da Frente Nacional de Libertação de Uganda, liderada por Yusuf Lule. No entanto, as forças da região norte formaram o Novo Exército Nacional de Libertação de Uganda (UNLA), que depôs Lule. Uma comissão militar assumiu o poder e organizou eleições presidenciais em 1980, que levaram à recondução de Milton Obote à Presidência. Um dos candidatos derrotados, Yoweri Museveni, não

aceitou o resultado e iniciou guerrilha contra o governo, à frente do Exército de Resistência Nacional (NRA).

O movimento guerrilheiro de Museveni passou a aglutinar número crescente de opositores. Em julho de 1985, o exército, desgastado com a luta de guerrilha, ocupou Campala e depôs Obote, que se refugiou na Zâmbia.

Em janeiro de 1986, à frente de tropas do NRA, Museveni depôs o Presidente Okello e foi empossado presidente. No início de sua gestão, Museveni proscreeu os partidos políticos, com exceção de seu partido, o Movimento de Resistência Nacional (MRN). Embora houvesse prometido convocar eleições dentro de cinco anos (1991), permaneceu no poder por um quinquênio adicional e convocou eleições apenas em 1996.

Em maio de 1996, as eleições presidenciais deram vitória a Museveni. Em referendo realizado em junho de 2000, o presidente e seu partido conseguiram apoio suficiente para concorrerem a um segundo mandato adicional, obtido em 2001. Em 2005, o Parlamento pôs fim ao dispositivo constitucional que limitava a reeleição a uma única vez. Desse modo, em 2006, Museveni apresentou-se como candidato e venceu as eleições, tendo sido reeleito, sucessivamente, em 2011 e em 2016.

Em 2018, emenda constitucional retirou o limite de 75 anos para candidatos presidenciais, o que possibilitou que Museveni se apresentasse como candidato a um quinto mandato nas eleições de 2021. Em 2021, foi reeleito pela sexta vez, para mandato que terminará em 2026.

GERAL

A República de Uganda situa-se na região dos Grandes Lagos, fazendo fronteira com o Quênia, o Sudão do Sul, a República Democrática do Congo, Ruanda e Tanzânia. Ex-colônia do Império Britânico, o país obteve a independência em 1962, quando se tornou membro da Commonwealth.

Nos últimos anos, Uganda registrou expressivo crescimento econômico. Apesar disso, o país permanece dependente da ajuda oficial ao desenvolvimento, bem como dos investimentos externos, sobretudo da China. Uganda tem a 8ª maior população e a 13ª maior economia da África, com PIB nominal estimado em US\$ 64,28 bilhões (FMI, 2025). A previsão do Fundo Monetário Internacional é de que Uganda crescerá 6,1% em 2025, acima da projeção esperada de 3,8% para a África Subsaariana para 2024.

Uganda foi um dos maiores contribuintes de tropas para a Missão da União Africana para a Somália (ATMIS, encerrada em dezembro de 2024 e substituída pela AUSSOM). Em 2013, o país enviou tropas, também, para o Sudão do Sul, no contexto da escalada do conflito civil naquele país.

Uganda abriga expressiva comunidade de refugiados, estimada em 1,8 milhão de pessoas, a maioria de sul-sudaneses. O país é considerado modelo no acolhimento de refugiados, aos quais são garantidos acesso a serviços públicos e ao mercado de trabalho.

No plano multilateral, Uganda tem participação ativa na União Africana, bem como nas mediações da Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD) em crises e em conflitos no Chifre da África e na África Oriental. Uganda abriga, na cidade de Entebbe, centro de serviços regional das Nações Unidas, destinado a prestar apoio logístico a missões de paz no continente.

Em 2024, Uganda assumiu a presidência do Movimento dos Não Alinhados. Nesse contexto, realizou-se em Kampala, em janeiro de 2024, a 19ª Cúpula dos Não Alinhados (15-19/1), seguida da 3ª Cúpula do Sul do Grupo dos 77 e China (20-21/1), da qual participou o chanceler Mauro Vieira.

A economia de Uganda beneficia-se da descoberta de grandes reservas de petróleo. O país tem recebido investimentos no desenvolvimento de infraestrutura para a exploração petrolífera, com início de produção previsto para junho de 2026 e renda anual estimada em US\$ 2 bilhões.

RELAÇÕES BILATERAIS

A Embaixada brasileira em Nairóbi (Quênia) é cumulativamente responsável por representar o Brasil junto às autoridades ugandesas. A Embaixada de Uganda em Washington (Estados Unidos) é cumulativamente responsável pelas relações com o Brasil.

Desde 1º de janeiro de 2024, Uganda é membro associado do BRICS.

O presidente Yoweri Museveni esteve três vezes no Brasil, todas no contexto de grandes conferências internacionais: chefiou a delegação ugandesa na Rio-92 (1992), na XI Conferência da UNCTAD (2004) e no V Foro Urbano Mundial da ONU-Habitat (2010).

Em maio de 2013, o presidente Museveni encontrou-se com a então presidente Dilma Rousseff, em Adis Abeba, à margem de cúpula da União Africana.

Em janeiro de 2024, o Ministro Mauro Vieira participou, em Campala, da III Cúpula do Sul (G77+China).

Em 27/04/2025, à margem da reunião do BRICS no Rio de Janeiro, o ministro Mauro Vieira reuniu-se com o Ministro de Relações Exteriores de Uganda, general Jeje Odongo.

Uganda participou da 17ª Cúpula do BRICS no Rio de Janeiro, de 6 a 7 de julho de 2025, tendo a vice-presidente Jessica Rose Epel Alupo representando o país na ocasião.

COOPERAÇÃO BILATERAL

Em setembro de 2011, foi assinado entre os dois países o Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica, em vigor desde fevereiro de 2023. O histórico da cooperação bilateral inclui atividades nas áreas de bioenergia (etanol) e esportes (treinadores de futebol). O Brasil não possui, no momento, projetos bilaterais de cooperação técnica em execução ou em negociação com Uganda.

Houve troca de missões entre Brasil e Uganda, em 2008 e 2009, para o compartilhamento da experiência brasileira na produção de etanol a partir da cana-de-açúcar. Em 2010, realizou-se em Campala, o seminário “Pro-Renova”, visando à difusão da tecnologia de biocombustíveis brasileira.

Em março de 2012, com apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), foi realizada missão de estudos de alto nível ao Brasil

para conhecer as políticas adotadas para a implementação de serviços de proteção social.

Em 2017, houve visita de delegação de Uganda ao Brasil para conhecer a experiência brasileira para o cultivo, colheita e processamento de café. Em 2018, visitou o Brasil delegação parlamentar ugandesa, a convite da Associação Brasileira dos Produtores de Milho (ABRAMILHO). Em 2023, o vice-ministro da Agricultura, Pecuária e Pesca de Uganda realizou visita ao Brasil, para conhecer a indústria de aquicultura nacional.

Cooperação em Matéria de Defesa

Militares de Uganda, assim como de Gana, Quênia, Ruanda, Tanzânia e Zâmbia, têm participado de curso de gerenciamento de projetos de engenharia no contexto de operações de paz ministrado por oficiais brasileiros em Nairóbi, no âmbito de iniciativa trilateral envolvendo Brasil e a ONU.

Cooperação em Educação

Em 2023, foram selecionados, no âmbito do programa GCUB de Mobilidade Internacional (GCUB-Mob), 34 candidatos (19 burundeses, 13 quenianos e dois somalis) e, em 2024, outros 14 candidatos (sete burundeses, três quenianos, dois ugandeses e dois somalis), para cursos de mestrado e doutorado em instituições brasileiras. O GCUB-Mob é promovido pelo Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras com apoio do Instituto Guimarães Rosa/MRE, da Comissão Nacional da UNESCO, da "Agence Universitaire de la Francophonie" (AUF) e do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (CONFAP). A iniciativa tem favorecido o estabelecimento de vínculos acadêmicos duradouros e o fortalecimento da influência científica e cultural brasileira na África Oriental.

Cooperação Humanitária

Em 2012, foram doadas a Uganda duas mil toneladas de arroz, no valor de US\$ 949.465,00. A doação, destinada a campos de refugiados congolese no país, foi recebida em 2013.

COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Em 2024, o intercâmbio comercial entre Brasil e Uganda alcançou US\$ 9,6 milhões. As exportações brasileiras representaram a quase totalidade desse valor. Os principais produtos exportados pelo Brasil foram máquinas e ferramentas (US\$ 3,52 milhões; 37% da pauta), papel e cartão (US\$ 1,62 milhão; 17%), e máquinas agrícolas (US\$ 1,62 milhão; 14%). O Brasil importou de Uganda o equivalente a US\$ 12 mil, sendo 95% desse montante especiarias.

Verifica-se tendência de crescimento do comércio bilateral. Em 2016, o intercâmbio era de US\$ 3,98 milhões, saltando para US\$ 9,6 milhões em 2024.

Na área de investimentos, destaca-se a empresa Queiroz Galvão, que atua em Uganda no setor de construção civil. Em seu portfólio, encontra-se o projeto Mirama Kikagati, que envolve a construção de linha de transmissão elétrica de 37,3 km no sul de Uganda; a construção da subestação Nsongezi (132/33kV); a ampliação da subestação Mirama (132kV); e a atualização do sistema de telecomunicações de quatro subestações periféricas.

TEMAS MULTILATERAIS

Mudança do Clima

Uganda é signatária de importantes acordos ambientais globais, entre os quais o Acordo de Paris. É forte defensora do princípio das "responsabilidades comuns, porém diferenciadas".

Um dos debates mais acirrados internamente em Uganda é o uso de petróleo e gás para a promoção do desenvolvimento econômico. Estima-se que Uganda tenha reservas de 6,5 bilhões de barris de petróleo em seu território. Para alguns críticos, o desenvolvimento de projetos petrolíferos (por exemplo, o Oleoduto de Petróleo Bruto da África Oriental – EACOP, assinado com a Tanzânia em 2022) contradiz as metas de alcance de uma economia predominantemente de baixo carbono até 2030. A diplomacia de Uganda defende uma transição justa e paulatina em direção a matriz energética 100% renovável.

Coalizão para Alimentação Escolar

Uganda é parte da Coalizão para Alimentação Escolar (School Meals Coalition).

BRICS

Em 27/04/2025, o Ministro Mauro Vieira e o chanceler de Uganda, Jeje Odongo, reuniram-se no Rio de Janeiro, à margem da reunião de ministros de relações exteriores do BRICS. Na ocasião, o chanceler ugandês ressaltou a aspiração de Uganda de tornar-se membro pleno do BRICS.

POLÍTICA INTERNA

O quadro político interno ugandês é caracterizado por histórica fragmentação em reinos e etnias rivais, que deram origem a divisões e a disputas pelo poder na história recente do país, independente em 1962.

Desde 1986, a política interna do país gira em torno da figura de Yoweri Museveni, que chegou ao poder após liderar guerrilha, capitalizando o descontentamento público com os regimes anteriores. Inicialmente, transmitiu imagem de líder revolucionário, mas, ao consolidar o poder em trono de si, construiu um Estado autoritário.

As Forças Armadas de Defesa do Povo de Uganda (UPDF) e a Polícia Nacional são controladas por Museveni, não sendo vistas como instituições neutras e independentes

As próximas eleições presidenciais estão previstas para 2026. Seguindo a tendência de pleitos anteriores, antecipa-se que sejam fortemente controladas pelo aparelho estatal, o que implicará controle da oposição. Em 24/6/2025, foi anunciado que Museveni concorrerá às eleições presidenciais. Milton Obote, da oposição, e agora com 80 anos, também se lançou candidato.

O filho de Museveni, general Muhoozi Kainerugaba, tem se autointitulado futuro sucessor do pai. Seus apoiadores, unidos em torno do "Projeto Muhoozi", defendem uma "transição de liderança geracional", ignorando os princípios democráticos de sucessão política.

A crescente frustração entre jovens, eleitores urbanos e apoiadores da oposição pode levar a protestos, como aquelas nas eleições de 2021. O

agravamento da crise econômica, a manutenção dos altos níveis de desemprego e a corrupção, por sua vez, podem alimentar o descontentamento popular. A resposta do governo a protestos tende a ser repressiva, sufocando qualquer dissidência.

A política interna de Uganda tende a permanecer sob o domínio de ordem autoritária, com espaço político controlado pelo Estado. Qualquer movimento em direção à democratização exigirá pressão interna e externa significativa, oposição coordenada e uma mudança nas alianças de elite dentro do partido governante.

ECONOMIA

A política econômica, sob o governo de Museveni, caracteriza-se por abordagem favorável ao livre-mercado, bem como pelo aprofundamento da integração regional no seio da Comunidade da África Oriental (EAC). Os maiores desafios ao pleno desenvolvimento de Uganda dizem respeito à instabilidade política no entorno regional, bem como à persistência da baixa taxa de produtividade, relacionada ao déficit em infraestrutura e ao reduzido volume de investimentos privados no país.

A economia tem crescido nos últimos anos, devido, sobretudo, a reformas econômicas. O PIB nominal de Uganda é de US\$ 56,3 bilhões (FMI, 2023). Segundo o Laboratório do Crescimento da Universidade de Harvard, de julho de 2023, Uganda poderá ser o país de maior crescimento econômico no mundo na próxima década, com taxa média de crescimento do PIB de 7,48% até 2031.

Contudo, Uganda tem uma dívida pública de mais de US\$ 20 bilhões, o que constitui ameaça potencial à sua estabilidade econômica. Atualmente, cerca de dois terços da dívida pública total de Uganda estão vinculados a credores externos como a China, o Banco Mundial, o FMI, o Banco Africano de Desenvolvimento e a União Europeia.

O setor de serviços vem ganhando espaço na economia, sendo responsável por 40% do PIB, enquanto a agricultura continua a desempenhar papel fundamental na geração de renda no país. Em 2024, de acordo com o Banco Mundial, cerca de 73,84% dos ugandeses viviam em zonas rurais, e 66% dos empregos dependiam do setor agrícola.

Conectividade regional e hidrocarbonetos. Uganda tem interesse em projetos de infraestrutura regionais, com destaque para o Oleoduto da África Oriental, viabilizado a partir da assinatura de acordo entre Uganda e Tanzânia em

abril de 2022. Projetado para ser uma das maiores estruturas de transporte de petróleo cru do mundo, com extensão de 1.445 km, o oleoduto permitirá o escoamento da produção de petróleo do oeste de Uganda ao porto de Tanga, na Tanzânia. O oleoduto está com 50% das obras concluídas (2025). Uganda espera começar a extração de petróleo em 2026.

Apesar de o governo ugandês ter privilegiado a Tanzânia em seus planos para escoamento da produção petrolífera, a parceria com o Quênia continua sendo fundamental para a logística de exportações e importações de Uganda. Essa parceria poderá aprofundar-se com o avanço do projeto ferroviário do Corredor Norte, ligando Uganda, Ruanda, Burundi, Sudão do Sul e República Democrática do Congo ao porto de Mombaça, no Quênia. A ferrovia encontra-se em construção nos trechos ugandês e queniano (2025), porém em ritmo mais lento do que esperado.

POLÍTICA EXTERNA

Museveni é crítico do neocolonialismo e defensor de uma maior cooperação entre os países africanos. Inserida nessa leitura panafricana encontra-se a política de Uganda de acolhimento a refugiados. O país acolhe um dos maiores números de refugiados entre todos os países africanos e, proporcionalmente, do mundo, cerca de 1,8 milhão (dados do ACNUR, 2024). A "diplomacia dos refugiados" é utilizada para impulsionar a imagem internacional do país e atrair apoio de doadores.

Uganda é membro da ONU e de várias agências associadas, bem como membro fundador da União Africana. Também pertence ao Movimento de Países Não-Alinhados, ao Grupo dos 77, e à Organização da Conferência Islâmica. Em julho de 2010, foi estabelecido centro de serviços regional das Nações Unidas em Entebe, destinado a prestar apoio logístico às missões de paz no continente. Uganda está à frente do Movimento dos Países Não Alinhados, até 2027.

Um dos temas centrais da política externa do país é o esforço pela segurança e estabilidade regionais. Uganda participa ativamente de missões regionais de manutenção da paz, especialmente por meio da União Africana. Concentra-se no combate ao terrorismo, particularmente contra grupos como o al-Shabaab e as Forças Democráticas Aliadas (ADF), considerada organização terrorista pelo governo ugandês.

Com a estabilização do cenário econômico e político em Uganda, após a

chegada ao poder de Museveni, houve melhora nas relações com países ocidentais e organismos internacionais, que se tem revertido em investimentos, doações e assistência humanitária. Tradicionalmente, os EUA, o Reino Unido e os países da União Europeia são os países que mais contribuem com doações para Uganda.

A China consolidou-se, nos últimos anos, como parceiro-chave de Uganda, sobretudo no plano do comércio e dos investimentos, e se destaca nos acordos para a produção de petróleo em Uganda.

Em novembro de 1999, Uganda assinou, juntamente com o Quênia e com a Tanzânia, o Protocolo para a Formação de União Aduaneira da Comunidade da África Oriental (EAC). Com PIB de cerca de US\$ 193 bilhões, a EAC constitui uma União Aduaneira desde 2005 e um Mercado Comum desde 2010. Em dezembro de 2013, os países membros da organização assinaram protocolo para o estabelecimento de uma União Monetária até 2024, que foi postergado para 2031. A integração no âmbito da EAC é estratégica para Uganda, na medida em que o país não possui saída para o mar e depende da importação de bens de consumo.

República Democrática do Congo (RDC)

Na Primeira Guerra do Congo (1996-1997), Uganda aliou-se a Ruanda em apoio à Aliança das Forças Democráticas para a Libertação do Congo-Zaire (AFDL). Na Segunda Guerra do Congo (1998-2003), o governo ugandês uniu-se a Ruanda e Burundi para tentar remover Kabila da presidência.

Atualmente, as forças de Uganda apoiam as Forças Armadas da República Democrática do Congo (FARDC) no combate a milícias no leste da RDC, principalmente as ADF, grupo composto por ugandeses muçulmanos ligados ao Estado Islâmico. Em 2021, o governo ugandês lançou a Operação Shujaa, enviando tropas, com o consentimento da RDC, para as províncias de Ituri e Kivu do Norte, que permanecem em atividade no país vizinho até a presente data.

No corrente ano, com a escalada do conflito com o M23, Uganda aumentou sua presença militar na RDC. Em fevereiro último, o governo ugandês declarou que havia “assumido o controle” da segurança na capital da província de Ituri, Bunia. O presidente ugandês, Yoweri Museveni, deixou claro, em fevereiro último, que os soldados ugandeses não lutariam contra o M23, mas sim contra as ADF.

SUDÃO DO SUL

Durante a Guerra Civil sul-sudanesa (2013-2018), Uganda enviou tropas em apoio ao governo de Salva Kiir. Uganda permanece aliado fundamental para conter a fragmentação dentro do governo de Kiir, enviando tropas para auxiliar as forças sul-sudanesas. A aproximação de Yoweri Museveni, presidente ugandês, é principalmente com o presidente Salva Kiir, distanciando-se de Riek Machar, vice-presidente e opositor de Salva Kiir.

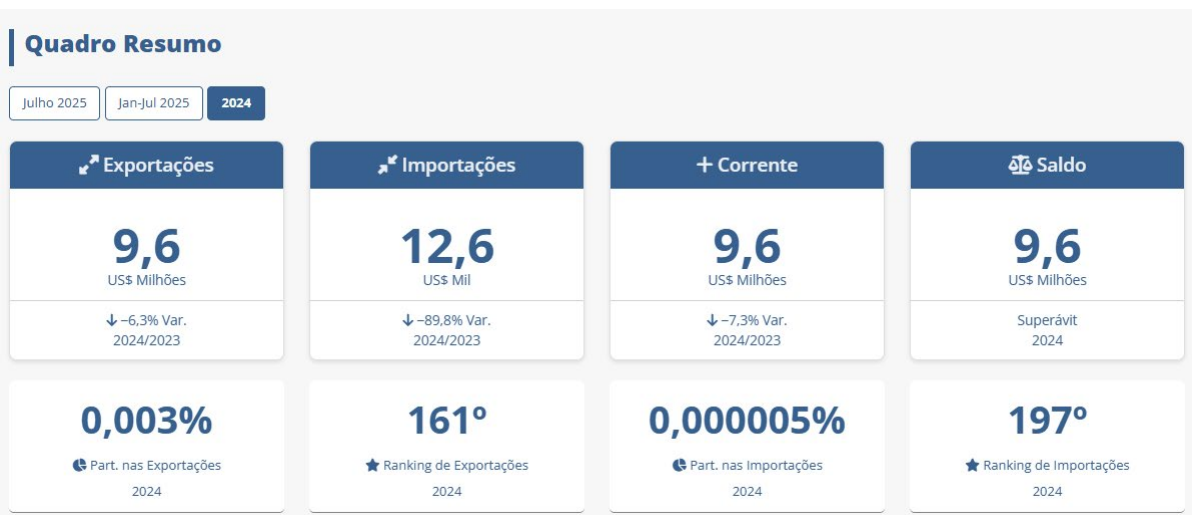
Em março último, Machar acusou Uganda de violar embargos de armas ao entrar com unidades blindadas e conduzir ataques aéreos no Sudão do Sul. Em carta endereçada à ONU, à União Africana e ao bloco regional da IGAD, Machar afirmou que a intervenção militar de Uganda no Sudão do Sul violou acordo de paz de 2018.

A prisão do vice-presidente Machar em março causou o ressurgimento dos temores de uma nova guerra civil no Sudão do Sul. Em setembro último, aliados do vice-presidente (que permanece preso) admitiram formação de alianças para tentar derrubar o presidente Salva Kiir. Em abril, Museveni visitou o Sudão do Sul e enviou tropas extras para Juba, em uma tentativa de fortalecer o governo de Salva Kiir.

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República de Uganda
GENTÍLICO	Ugandês, ugandense
CAPITAL	Kampala
ÁREA	241.038 km ² (aproximadamente do tamanho do estado do Piauí)
POPULAÇÃO	50.02 milhões (2024 est. BM)
IDIOMAS OFICIAIS	Inglês, luganda e kiswahili
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Cristã (84,4%); islâmica (13,7%); outras (1,6%)
SISTEMA DE GOVERNO	República presidencialista
PODER LEGISLATIVO	Unicameral – Assembleia Nacional (556 assentos)
CHEFE DE ESTADO	Presidente Yoweri Kaguta Museveni (desde 1986)
CHEFE DE GOVERNO	Primeira-ministra Robinah Nabbanja (desde 2021).
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Odongo Jeje Abubakhar (desde 2021)
PIB NOMINAL	US\$ 56,45 bilhões (FMI, 2024)
PIB PPP	US\$ 157,77 bilhões (FMI, 2024)
PIB PER CAPITA	US\$ 1.210,00 (FMI, 2024)
PIB PPP PER CAPITA	US\$ 3.680,00 (FMI, 2024)
VARIAÇÃO DO PIB	6,3% (2024); 4,8% (2023); 4,6% (2022); 3,5% (2021); 3% (2020); 6,51% (2019); 6,15% (2018); 3,90% (2017)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO	(0,550); (159º entre 193 países - 2022)
EXPECTATIVA DE VIDA	69.7 anos (2024 est.)
TAXA DE ALFABETIZAÇÃO	79%
ÍNDICE DE DESEMPREGO	2.94% (2022 est. CIA)
UNIDADE MONETÁRIA	Xelim ugandês US\$ 1 = 3491,23 UGX
EMBAIXADOR DE UGANDA	Robinah Kaburara Kakonge (figuradas em 12/08/24) - residente em Washington
EMBAIXADOR DO BRASIL	Embaixador indicado: João Alfredo dos Anjos (agrément em 31/10/25, aguarda sabatina).

BRASIL → UGANDA	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Intercâmbio	3.9	5.2	6.7	6.7	8.5	10.1	12.6	10.4	9.72
Exportações	3.9	5.1	6.7	6.7	8.5	10.1	12.6	10.2	9.6
Importações	0	0.110	0	0	0	0	0	0.123	0.12
Saldo	3.9	4.9	6.7	6.7	8.5	10.1	12.6	10.1	9.48

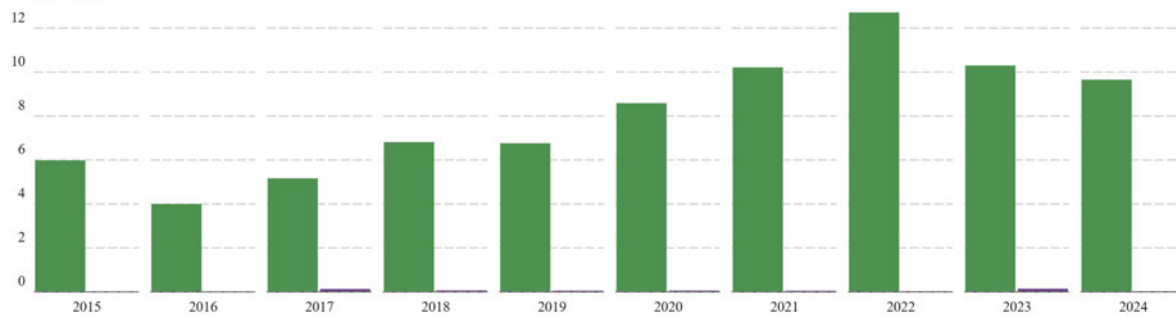
DADOS ECONÔMICOS



Uganda - Série Histórica

■ Exportação ■ Importação

↑ US\$ (Milhões)



CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1970 – Estabelecimento de relações diplomáticas
1984 – Visita ao Brasil do ministro de Cooperativas e Comércio de Uganda, Yona Kanyomozi
1992 – Visita ao Brasil do presidente Yoweri Museveni, para participar da Conferência do Rio sobre Meio Ambiente, a "Rio-92"
2004 – Visita ao Brasil do presidente Yoweri Museveni, para participar da XI Conferência da UNCTAD, em São Paulo
2008 – Visita a Uganda de missão técnica integrada por especialistas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e da Rede Interuniversitária de apoio ao Setor Sucro-Alcooleiro (RIDESA)
2009 – Missão de estudos de representantes técnicos dos governos de Uganda e Ruanda ao Brasil para intercâmbio da experiência brasileira em biocombustíveis, organizada pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC)
2009 – Visita ao Brasil de missão do Comitê Parlamentar de Assuntos Presidenciais de Uganda, para conhecer o quadro legal e institucional brasileiro em relação ao tratamento dos denunciantes de corrupção
2010 – Visita ao Brasil do presidente Yoweri Museveni, para participar do V Foro Urbano Mundial da ONU-Habitat, no Rio de Janeiro
2010 – Ministro da Agricultura, Indústria Animal e Pesca de Uganda, Hope Mwesigye, participa do Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar
2010 – Realização, em Uganda, do Seminário “Pro-Renova”, de difusão da tecnologia de biocombustíveis brasileira
2010 – Realização de consultas políticas entre os diretores do Departamento de África e do Departamento de Organismos Internacionais do Itamaraty e seus homólogos ugandeses, em Campala (dezembro)
2011 – Assinatura de Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica
2012 – Visita ao Brasil de missão de estudos de alto nível de Uganda, visando a conhecer as políticas adotadas para a implementação de serviços de proteção social
2012 – A ministra do Meio Ambiente de Uganda, Flavia Munaaba, chefia delegação ugandês na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20).

2013 – Doação, pelo Brasil, de 2 mil toneladas de arroz, no valor de US\$ 949.465, a Uganda, destinada a campos de refugiados no país.
2014 – Presidente Museveni encontra-se com a então presidente Dilma Rousseff, em Adis Abeba, à margem de cúpula da União Africana.
2015 – Visita ao Brasil do diretor do Departamento de Américas e Caribe da Chancelaria de Uganda, embaixador Johnny Muhindo.
2017 – Ministro da Agricultura, Pecuária e Pesca de Uganda, Vincent Ssempijja, chefia delegação ugandesa ao Brasil, a convite do setor privado, para conhecer a experiência brasileira em cultivo, colheita e processamento de café.
2018 – Visita ao Brasil de delegação parlamentar ugandesa, a convite da Associação Brasileira dos Produtores de Milho (ABRAMILHO), para conhecer o marco regulatório brasileiro para organismos geneticamente modificados na agricultura.
2018 – Ministro de Agricultura, Indústria Animal e Pesca de Uganda, Vincent Ssempijja, participa de missão de ministros da agricultura de 14 países africanos ao Brasil, no âmbito de projeto trilateral de cooperação (ABC-USAID), para conhecer as tecnologias e práticas brasileiras de combate à lagarta-do-cartucho.
2018 – Visita a Uganda de pesquisadores da EMBRAPA, no âmbito da iniciativa internacional <i>Agricultural Innovation MKTPlace</i> .
2019 – Visita de delegação parlamentar ugandense ao Brasil
2023 – Visita ao Brasil do vice-ministro da Agricultura, Pecuária e Pesca de Uganda (MAAIF), Fred Bwino Kyakulaga (fevereiro).
2024 – Ministro de Estado Mauro Vieira participa, em Campala, da III Cúpula do Sul.
2025 – Reunião bilateral do ministro Mauro Vieira com seu homólogo General Jeje Odongo, no Rio de Janeiro, à margem da reunião de chanceleres do BRICS (abril)
2025 – Participação da vice-presidente Jessica Alupo na Cúpula do BRICS (Rio de Janeiro, 6-7/julho)

**PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA EMBAIXADA DO BRASIL
EM NAIRÓBI**

Candidato: Ministro de Primeira Classe João Alfredo dos Anjos Júnior

SITUAÇÃO ATUAL DO POSTO

QUÊNIA

I - Relações diplomáticas

Brasil e Quênia estabeleceram relações diplomáticas em 1964, meses após a independência queniana. O consulado do Brasil em Nairóbi, que fora criado em 1961, ainda em momento prévio à independência, foi transformado em Embaixada em 1967. Em 2001, o Quênia abriu Embaixada residente em Brasília – chefiada, desde abril deste ano, pelo Embaixador Andrew Karanja, ex-pesquisador sênior de instituições agrícolas e ex-responsável do Banco Mundial por desenvolvimento rural na África Oriental.

A visita do Presidente Lula ao Quênia, em 2010, foi a única de Chefe de Estado brasileiro ao país. Em 2012, o então presidente Mwai Kibaki esteve no Brasil como chefe da delegação do seu país à Rio+20. Em 2016, William Ruto, então vice-presidente, visitou o Brasil por ocasião dos Jogos Olímpicos. Desde encontro bilateral mantido entre os presidentes Lula e Ruto às margens da 37ª Cúpula da União Africana, realizada em fevereiro de 2024, em Adis Abeba, há expectativa da parte do Quênia de que haja definição de data e envio de carta-convite para visita oficial do mandatário queniano ao Brasil.

Brasil e Quênia estabeleceram Comissão Mista Bilateral de Cooperação, que se reuniu por duas vezes: Brasília (2005) e Nairóbi (2008). Estabeleceram também mecanismo de Consultas Políticas, em nível de secretários. Intervalo de dez anos separou a primeira reunião desse mecanismo, em 2008, da segunda, em 2018. Desde a retomada, foram realizadas outras três reuniões, a última delas em maio de 2025, em Brasília, à margem de encontro entre os chanceleres, ocasião em que se firmou Memorando de Entendimento em Matéria de Turismo.

Sem prejuízo à especificidade dos acordos fitossanitários, que serão tratados no item seguinte, registram-se os seguintes documentos em negociação, ilustrativos dos temas de interesse na agenda bilateral:

- (i) Acordo sobre Cooperação em Defesa.
- (ii) Acordo sobre Troca e Proteção Mútua de Informação Classificada.
- (iii) Memorando entre a Escola Superior de Defesa e a Universidade de Defesa Nacional do Quênia.
- (iv) Memorando entre a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a “Konza Technopolis Development Authority” (KoTDA).
- (v) Memorando entre a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e “a Kenya Association of Manufacturers” (KAM).
- (vi) Memorando entre a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e a “Energy and Petroleum Regulatory Authority” (EPRA).
- (vii) Memorando entre os governos de Brasil e Quênia em matéria de moradia e desenvolvimento urbano.
- (viii) Acordo de Serviços Aéreos (ASA).
- (ix) Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI).

II - Relações econômico-comerciais

O Quênia destaca-se como a maior e mais diversificada economia da Comunidade da África Oriental (EAC). Em 2024, o comércio bilateral totalizou USD 94,7 milhões, em relação amplamente superavitária para o Brasil (USD 92,2 milhões). O número permanece aquém de seu potencial, entre outras razões, por ainda haver certo desconhecimento, no empresariado brasileiro, acerca das potencialidades dos mercados desta parte do mundo. Pesam também os riscos que fatores de instabilidade regional impõem às rotas comerciais.

As exportações brasileiras ao Quênia são compostas principalmente por açúcar de cana e insumos agrícolas (tratores, motosserras, ferro-gusa e chassis). As importações brasileiras consistem essencialmente em extratos de chá, extratos de corantes vegetais e roupas. Desde 2021, o volume de comércio registra crescimento médio anual de cerca de 24%. A diversificação da pauta, contudo, permanece um desafio que a Embaixada tem buscado enfrentar por meio (i) da celebração de acordos de acesso a mercado/fitossanitários; e (ii) da participação em feiras, conjugadas com missões comerciais.

Visita de representantes do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) à Diretoria de Serviços Veterinários do Quênia (DVS) e ao Serviço de Inspeção de Saúde Vegetal do Quênia (KEPHIS), realizada ainda em 2023, contribuiu para a posterior conclusão de negociações que hoje permitem o acesso brasileiro aos mercados quenianos de arroz (desde 2024), carne de gado (desde 2024) e material genético bovino (desde este ano). Encontram-se em negociação instrumentos análogos para maçãs e amendoim.

Destaca-se a recente organização de pavilhão brasileiro, viabilizado pelo MRE em cooperação com a Associação Brasileira da Indústria de Dispositivos Médicos (ABIMO), na "*World Health Expo - Nairobi*", maior evento do Leste da África para o segmento de dispositivos médicos. A associação estima que o comércio resultante dos contatos e negócios firmados durante o evento chegue a USD 360 mil, além de ter manifestado interesse em manter novo pavilhão na edição seguinte. Em 2024, visitaram este país representantes da Associação Brasileira de Reciclagem Animal (ABRA) e do Conselho Brasileiro das Empresas Comerciais Importadoras e Exportadoras (CECIEEx), com quem a Câmara Nacional de Comércio e Indústria do Quênia (KNCCI) firmou memorandos voltados à promoção de exportações e à cooperação empresarial.

III. Cooperação

Projeto Regional de Fortalecimento do Setor Algodoeiro na Bacia do Lago Victoria, conhecido como Cotton Victoria, foi iniciado em 2016 com o objetivo de ampliar a capacidade de utilização, tanto das instituições locais como de seus recursos humanos, das tecnologias mais avançadas para a produção do algodão. A conclusão está prevista para dezembro de 2026. Participam instituições de Quênia, Tanzânia e Burundi, em parceria com a Universidade Federal de Lavras (UFLA), referência nacional em Ciências Agrônomicas e em melhoramento da cultura do algodão.

No Quênia, resultados recentes do projeto incluem a instalação de gerador (fevereiro de 2025), a perfuração de poço artesiano (outubro de 2025) e o início da construção de galpão para miniusina de algodão (conclusão prevista para dezembro de 2025), todos eles no centro de pesquisa da "Kenya Agricultural and Livestock Research Organization" (KALRO) localizado em Kibos.

No âmbito educacional, por meio do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), tem crescido o contingente de quenianos selecionados para graduação em universidades brasileiras: um candidato em 2018; quatro em 2019; seis em 2020; seis em 2021; cinco em 2022, 13 em 2024 e 21 selecionados em 2025. Para 2026, no processo seletivo em andamento, registram-se 22 selecionados e oito nomes em lista de espera. A evolução promove o surgimento, por primeira vez, de pequena geração de quadros quenianos com vinculação cultural ao Brasil. A recente retomada dos editais do Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG), que tem despertado interesse de pesquisadores locais, poderá acrescentar camada adicional de conexões acadêmicas entre os dois países.

A demografia pesa a favor desse movimento: dos cerca de 55 milhões de habitantes do Quênia, quase metade tem menos de 18 anos. O crescimento da escolaridade não tem sido acompanhado, na mesma proporção, pela abertura de vagas na educação superior. O desconhecimento da língua portuguesa, contudo, em país hegemonicamente anglófilo, continua a exigir atenção e medidas específicas, sem as quais o interesse por estudos no Brasil tende a permanecer relativamente baixo frente ao manifestado por outros possíveis destinos acadêmicos. Em termos de excelência em ciência, destaca-se localmente o "International Livestock Research Institute" (ILRI), que já integra projetos de pesquisa de professores de universidades federais brasileiras financiados pelo CNPq.

A inclusão do Quênia no "fast track" da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza tenderá a abrir nova frente de cooperação. O projeto a ser apoiado, no setor de captação e estocagem de água em regiões semiáridas, deverá ser implementado com parceiros vinculados ao Brasil, entre os quais o Centro de Excelência do Programa Mundial de Alimentos e a Articulação do Semi-Árido (ASA). Caso concretizada, a parceria atenderá área na qual, ainda em 2023, o Brasil chegou a comprometer-se com doação humanitária ao Quênia, no montante de USD 100 mil, até a data não efetivada.

O potencial da cooperação em defesa também merece menção. O Quênia desempenha papel relevante para a segurança regional e para o sistema multilateral das Nações Unidas. No âmbito multilateral, destaca-se sua liderança na "Multinational Security Support Mission" (MSS), no Haiti, e sua condição de sede de iniciativas de capacitação em peacekeeping, como o "Triangular Partnership Programme" (TPP), que mantém programa contínuo de treinamento técnico-militar na "Humanitarian Peace Support School" (HPSS), localizada nesta capital. O Brasil, tradicional contribuinte do TPP, particularmente na área de engenharia, enviou instrutores, oriundos do Ministério da Defesa, nos anos de 2017, 2018, 2019, 2023 e 2025.

As Forças Armadas quenianas têm manifestado interesse crescente em ampliar a cooperação com o Brasil. Exemplo recente foi visita institucional do "National Defence College" (NDC) ao Brasil, realizada entre abril

e maio de 2025 corrente, com delegação composta por 23 oficiais. Durante a visita, a delegação queniana realizou atividades no MRE, no Ministério da Defesa, na Escola Superior de Defesa e na Embrapa, o que evidencia potencial para aprofundamento do diálogo e da cooperação em defesa, inclusive nos campos de formação, capacitação e intercâmbio técnico.

IV - Temas culturais

Com apoio do MRE, autores brasileiros cujas obras dialogam com questões de negritude, memória e justiça social têm participado de forma recorrente do Festival Literário Macondo, evento de destaque no calendário anual queniano dedicado à literatura da diáspora africana: Roberta Estrela D’Alva (2022), Djamilia Ribeiro (2023), Jeferson Tenório (2024) e Itamar Vieira Júnior (participação virtual em 2025). No setor audiovisual, realizou-se, em 2023, o “*Black Brazilian Film Festival*”, em parceria com a Associação dos Profissionais do Audiovisual Negro (APAN), exibindo produções brasileiras e quenianas e promovendo intercâmbio entre cineastas dos dois países. A iniciativa tornou-se modelo, replicado em outros postos do continente.

Juntamente às embaixadas de Angola, Moçambique e Portugal, o posto também tem apoiado o Dia da Língua Portuguesa e da Cultura da CPLP, com exibições audiovisuais e debates. Paralelamente, festivais, oficinas e intercâmbios com mestres brasileiros têm fomentado a difusão da capoeira, reforçando vínculos históricos entre Brasil e África e valorizando a dimensão comunitária e pedagógica da prática. A crescente popularidade do jiu-jitsu e a histórica conexão dos quenianos com o futebol, aliados ao protagonismo do país no atletismo de longa distância, apontam caminhos para futuros intercâmbios esportivos, sobretudo entre técnicos, para benefício mútuo.

V - Temas consulares

Na presente data, 168 cidadãos brasileiros têm matrícula consular junto à Embaixada do Brasil em Nairóbi. Estima-se que o número real de residentes seja superior, uma vez que nem todas as chegadas e partidas são comunicadas. A comunidade brasileira é composta majoritariamente por turistas, além de funcionários de organismos internacionais, missionários, voluntários de organizações não-governamentais e profissionais vinculados a projetos de cooperação técnica e acadêmica. De acordo com as autoridades quenianas, 70 brasileiros têm atualmente registro formal de residência no país, entre estudantes, dependentes e residentes temporários e permanentes.

O Setor Consular tem prestado assistência a brasileiros na ocorrência de situações de vulnerabilidade, incluindo vítimas de extorsão, do assim denominado “golpe do ouro” e de violência doméstica. Quando necessário, coordena ações de repatriação e acompanha casos judiciais envolvendo nacionais. Inadmissões, óbitos e hospitalizações, felizmente, não têm sido frequentes. Em março de 2025, o posto acompanhou a libertação e partida do último cidadão brasileiro detido na jurisdição da Embaixada, após quase um ano de atuação expressiva junto às autoridades locais, que resultou em redução substancial da pena imposta ao nacional.

No exercício de 2025, a arrecadação consular média mensal foi de cerca de USD 17 mil. A maior parte dos serviços prestados correspondeu à emissão de vistos de visita. Observa-se demanda por vistos concedidos a estrangeiros vinculados a atividades religiosas no Brasil, bem como por vistos oficiais e diplomáticos solicitados por integrantes da ampla comunidade internacional que atua junto ao sistema das Nações Unidas em Nairóbi.

CUMULATIVIDADES - BURUNDI, SOMÁLIA E UGANDA

I - Relações diplomáticas

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com o Burundi em 1980. O país manteve embaixada residente em Brasília entre 2012 e 2020. Desde 2021, a Embaixada do Burundi em Washington responde pela representação junto ao Brasil. A primeira visita de chanceler burundês ao Brasil ocorreu em 2009, por Augustin Nsanze. Em fevereiro de 2013, a presidente Dilma Rousseff manteve encontro com o presidente Pierre Nkurunziza à margem da III Cúpula América do Sul – África (ASA). O chanceler Laurent Kavakure visitou o Brasil em abril de 2013. Atualmente, está em curso negociação com vistas à celebração de acordo para evitar dupla tributação e prevenir evasão fiscal entre os dois países.

Brasil e Somália estabeleceram relações diplomáticas em 1987. Em 2004, a representação do Brasil junto à Somália foi transferida para a Embaixada do Brasil no Cairo e, em 2016, voltou a ser exercida, cumulativamente, a partir de Nairóbi. Os contatos de alto nível entre os países são infrequentes, tendo como principal marco a participação do então Ministro de Negócios Exteriores somali, Abdullahi Ismail, na I Cúpula América do Sul – Países Árabes (ASPA), realizada em Brasília em 2005.

As relações Brasil-Uganda foram estabelecidas em 1970. A missão diplomática ugandense em Washington responde pelas relações com Brasília. As visitas de alto nível registradas entre os dois países deram-se no contexto de grandes eventos multilaterais. O presidente Museveni esteve no Brasil em três ocasiões: Conferência do Rio sobre Meio Ambiente, 1992; XI Conferência da UNCTAD, 2004; e V Foro Urbano Mundial (UNHabitat), 2010. Em maio de 2014, o presidente Museveni encontrou-se, ainda, com a então presidente Dilma Rousseff, em Adis Abeba, à margem de cúpula da União Africana. Por ocasião da Cúpula dos BRICS, a representação de Uganda, que tem status de país parceiro, coube à vice-presidente Jessica Alupo.

II - Relação econômico-comercial

O intercâmbio comercial entre Brasil e Burundi, por conta do baixo volume, é sujeito a grandes flutuações em termos percentuais. Em 2024, o comércio bilateral totalizou USD 33,5 mil, com um superávit brasileiro de USD 9,3 mil. Nesse ano, as exportações brasileiras (USD 21,4 mil) consistiram em móveis e suas partes (47,7%), joias (31,1%) e máquinas e aparelhos elétricos (18,9%). As importações, por sua vez, foram de

peças e acessórios para máquinas (38,8%), bombas, centrífugas e compressores de ar (14,8%) e ferramentas para uso manual ou em máquinas (14,3%).

O intercâmbio comercial entre Brasil e Somália contrasta com a baixa densidade das relações políticas bilaterais. O comércio entre os dois países é o maior dentre todos da jurisdição deste Posto, superando as trocas com economias muito maiores, como Quênia e Uganda. Isso explica-se, em parte, pela alta dependência de importações agrícolas por parte daquele país. Em 2024, o comércio Brasil-Somália totalizou USD 154,1 mi, em fluxo que consiste, essencialmente, em exportações brasileiras, já que as importações totalizaram apenas USD 10,4 mil. Em termos de produtos, o histórico recente indica ampla predominância das exportações de açúcares e melações (93,1%), com as importações dividindo-se entre pescados (43,4%) e óleos essenciais e matérias de perfume (37,6%).

Uganda é, ao mesmo tempo, um dos maiores produtores agrícolas da África e grande mercado potencial para produtos brasileiros, em região ainda pouco explorada pelo empresariado nacional. O comércio bilateral é amplamente favorável ao Brasil. A corrente comercial em 2024 seguiu a tendência de redução pós-2022, ano em que se registrou o maior volume comercial na série histórica, USD 12,7 milhões. Em 2023, a queda foi de 18%, totalizando USD 10,4 milhões. Em 2024, por sua vez, o comércio bilateral totalizou USD 9,65 milhões, uma variação de 7,3%. Segundo os dados do MDIC, as principais exportações do Brasil incluíram máquinas não elétricas, ferramentas e aparelhos mecânicos e suas partes (USD 3,52 milhões e 37% da pauta), papel e cartão (USD 1,62 milhão; 17%), e máquinas agrícolas e suas partes (USD 1,62 milhão; 14%). Uganda, por sua vez, exportou ao Brasil somente USD 12,6 mil em mercadorias, divididas em três produtos: especiarias (USD 12 mil e 95% da pauta), bombas, centrífugas, compressores de ar, ventiladores, exaustores, aparelhos de filtrar ou depurar e suas partes (USD 586; 4,6%), e aparelhos elétricos para ligação, proteção ou conexão de circuitos (USD 44; 0,4%).

Na área de investimentos, destaca-se a empresa Queiroz Galvão, que opera em Uganda no setor de construção civil. Em seu portfólio, encontra-se o projeto Mirama Kikagati, que envolve a construção de linha de transmissão entre as cidades de Mirama, Kikagati e Nsongezi, localizadas no sul de Uganda. O escopo do projeto inclui a construção de linha de transmissão de 37,3 km entre as cidades acima indicadas; a construção da subestação Nsongezi (132/33kV) e a ampliação da subestação Mirama (132kV), o que inclui obras de engenharia e fornecimento de equipamentos e a atualização do sistema de telecomunicações de quatro subestações periféricas.

III. Cooperação

Como beneficiários do projeto “Cotton Victoria” ao lado de instituições do Quênia e da Tanzânia, o “*Institut des Sciences Agronomiques du Burundi*” (ISABU) e a “*Compagnie de Gérence du Coton*” (COGERCO) do Burundi têm recebido atividades de capacitação ministradas por especialistas brasileiros em algodão. Prevê-se, antes da conclusão do projeto no ano que vem, a construção de área de produção de adubo organomineral em uma das instalações da COGERCO.

Para a inclusão do Burundi no PEC-G, resta pendente a ratificação de acordo educacional firmado em 2018.

No tocante à Somália, há poucos meses, durante visita do Ministro da Educação do país a Fortaleza, sugeriu-se iniciar negociação de futuro Acordo Básico de Cooperação Bilateral. Há sinais de gradual estabilização na Somália, acompanhados de crescente interesse de empresas estrangeiras em iniciativas de reconstrução e modernização de infraestrutura. A implementação de projetos no terreno, entretanto, segue tarefa desafiadora.

Uganda beneficiou-se de projeto do Mecanismo Índia, Brasil e África do Sul para o Alívio da Pobreza e da Fome (Fundo IBAS), implementado por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), na área de empoderamento rural feminino. O Brasil tem sido convidado a participar das reuniões dos parceiros de desenvolvimento do país, realizadas mensalmente. A presença na capital Kampala de embaixadas da África do Sul e da Índia abre perspectivas de novas iniciativas de cooperação por meio do Fundo IBAS.

IV - Temas culturais

O exercício da representação não residente, aliado aos desafios impostos pela realidade local nas três cumulatividades, impõe limites ao alcance das atividades de promoção da cultura brasileira nesses três países.

V - Temas consulares

A atuação do posto junto a Somália, Uganda e Burundi tem-se limitado à análise e concessão de vistos por correio, bem como a número reduzido de atendimentos de assistência consular. Em termos de matrícula consular, há sete cidadãos brasileiros registrados como residentes no conjunto dos três países, sem registros de incidentes significativos ou demandas recorrentes.

C – TEMAS MULTILATERAIS

I. Principais áreas de atuação

A Embaixada em Nairóbi é responsável pelo acompanhamento das atividades do Escritório das Nações Unidas em Nairóbi (UNON) e dos dois programas da ONU formalmente sediados na cidade: o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat).

A infraestrutura do UNON passa, neste momento, por processo de modernização aprovado pela Assembleia Geral. Há perspectivas, sob a Iniciativa “UN80”, de ampliação relativa de Nairóbi ante outras praças que abrigam escritórios da organização, com possível crescimento do pessoal residente e do número de reuniões realizadas a cada ano. Nesse aspecto, a Embaixada tem trabalhado para sensibilizar

a alta liderança das Nações Unidas acerca dos desafios relativos aos direitos de funcionários LGBTQIA+ da Organização.

II. Temas de particular interesse do Brasil

No âmbito do PNUMA, o Brasil tem buscado articular posições que enfatizam o equilíbrio entre as dimensões ambiental, social e econômica do desenvolvimento sustentável. A importância da circularidade na agroindústria da cana-de-açúcar e a inclusão dos catadores de materiais recicláveis em processos globais de transição justa, para dar dois exemplos, estiveram, recentemente, entre os temas debatidos nos fóruns da organização. Sendo o Brasil reconhecido como potência ambiental, impõe-se inevitável e relevante engajamento do país com as instâncias de decisão do Programa.

No âmbito do Habitat, o debate internacional de temas relativos a assentamentos informais coincide com prioridades de políticas públicas brasileiras. Além disso, o esforço do Habitat em trabalhar em prol da implementação em nível local dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável corrobora interesses do Brasil, país no qual a gestão de diversas políticas sociais já é constitucionalmente compartilhada entre a União e os entes federados. O Fórum Urbano Mundial, organizado a cada dois anos pelo ONU-Habitat, tem atraído grande número de prefeitos brasileiros desde que foi sediado pelo Rio de Janeiro, em 2010. A capital fluminense também abriga o escritório do Programa para a América Latina. Registre-se, ainda, haver relevante apoio do Ministério das Cidades à agenda de desenvolvimento urbano sustentável, fator decisivo para a atuação proativa do Brasil junto à organização.

III. Calendário de atividades, ciclos de governança e debates de interesse no futuro próximo

O calendário de reuniões multilaterais de Nairóbi é intenso e tende a ficar ainda mais carregado nos próximos anos. A governança do PNUMA é exercida pela Assembleia da Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEA), órgão máximo e de composição universal, que se reúne a cada dois anos, e pelo Comitê de Representantes Permanentes (CPR), que se reúne trimestralmente, responsável por acompanhar a implementação das resoluções adotadas, supervisionar o trabalho do Secretariado e preparar os textos a serem submetidos à consideração da sessão subsequente da Assembleia. A governança do Habitat compreende, igualmente, uma Assembleia com caráter universal, que se reúne a cada quatro anos, um Conselho de Representantes Permanentes, de natureza bienal, e uma Junta Executiva, que se reúne entre duas e três vezes por ano. Embora a Embaixada costume contar com reforços de Brasília para as assembleias – momentos de tomada de decisões políticas que orientam os respectivos secretariados – o acompanhamento direto e periódico das questões administrativas, inclusive as orçamentárias, por meio das instâncias de monitoramento, tem cabido aos diplomatas lotados no posto, em calendário de reuniões que se desenrola semanalmente, ao longo de todo ano.

No horizonte próximo, cabe destacar a iminente realização da sétima UNEA, entre 8 e 12 de dezembro de 2025, bem como o processo de revisão de meio termo da Nova Agenda Urbana, coordenado pelo ONU-Habitat sob a supervisão do Secretário-Geral das Nações Unidas, a ser realizado no ano que vem. Tem-se

notado, ademais, tendência de realização nesta sede das Nações Unidas de uma série de negociações internacionais, dados os custos locais relativamente menores do que os apurados em outras praças.

IV. Grupos de interesse e coalizões com participação brasileira

Tanto para questões relativas a posições que requerem representação regional quanto para certas questões substantivas nas quais é possível alcançar consenso, a Embaixada tem atuado ativamente junto aos demais países do Grupo da América Latina e do Caribe (GRULAC) com representação em Nairóbi.

V. Situação do pagamento das contribuições e pendências relacionadas a mandatos

O Brasil está em dia com as contribuições ao orçamento regular das Nações Unidas. O financiamento do PNUMA e do Habitat, entretanto, dependente majoritariamente de contribuições voluntárias. Caso possível, a efetivação de contribuição voluntária ao ONU-Habitat seria gesto de alto valor político. Recorde-se que a Diretora Executiva do Programa, Anacláudia Rossbach, é, neste momento, a nacional brasileira com mais alto cargo nas Nações Unidas. O ONU-Habitat enfrenta, ademais, cenário de restrições, decorrente da redução dos fluxos de contribuições por alguns dos tradicionais doadores. Eventual contribuição traria maior protagonismo ao Brasil nos debates multilaterais sobre urbanização sustentável.

PERFIL DO CANDIDATO

João Alfredo dos Anjos Júnior nasceu no Recife, em 30 de novembro de 1968. É brasileiro, casado com Renata Rossini Fasano e pai de João Antônio e Luiz Francisco. Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Recife, em 1990, e obteve o título de mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco, em 1997.

Ingressou na carreira diplomática em 1994, tendo sido promovido a segundo-secretário em 2001, a primeiro-secretário em 2006, a conselheiro em 2008, a ministro de segunda classe em 2013 e a ministro de primeira classe em 2021. No exterior, exerceu as funções de cônsul-geral em Londres (2022–presente); ministro-conselheiro na embaixada do Brasil em Santiago (2017-2019), ministro encarregado de Assuntos Econômicos e Organizações Econômicas Internacionais na Embaixada em Paris (2014–2017); conselheiro no Consulado-Geral em Buenos Aires (2009–2011); secretário nas Embaixadas em Caracas (2003–2006) e Roma (2000–2003); além de ter participado de missões temporárias em Túnis (2009) e Havana (1996).

No Brasil, desempenhou funções como assessor na Secretaria de Assuntos Internacionais da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência (2021–2022); subchefe da Assessoria Federativa e Parlamentar do Itamaraty (AFEPA) (2020–2021); assessor no Departamento de Negociações Bilaterais da Ásia, Pacífico e Rússia (2020); diretor do Departamento de Comunicação Social (2019–2020); assessor do Secretário-Geral das Relações Exteriores (2011–2014); assessor na Coordenação-Geral de Assuntos de Defesa (2011); assessor na Assessoria Federativa e Parlamentar do Itamaraty (2006–2009); e, anteriormente, no Cerimonial da Presidência (1999–2000), na Assessoria de Imprensa (1997–1999) e na Coordenação de Orçamento e Finanças (1995–1996).

Participou de conferências internacionais realizadas no Brasil, entre elas a Cúpula América Latina–União Europeia, no Rio de Janeiro (1999), e a 43ª Reunião Anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em Fortaleza (2002).

Também possui atuação acadêmica e editorial, tendo sido professor de Linguagem Diplomática no Instituto Rio Branco (turmas de 2021–2023 e 2022–2024), avaliador de projetos de pesquisa do 67º Curso de Altos Estudos (CAE) em 2021 e examinador das edições de 2022, 2023 e 2024 do Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco. Foi ainda membro do Conselho Editorial da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) entre 2022 e 2024. É autor do livro “José Bonifácio – primeiro chanceler do Brasil”, publicado pela FUNAG em 2008, com segunda edição em 2022.

Ao longo de sua carreira recebeu diversas condecorações: a Ordem do Mérito Naval, no grau de Grande-Oficial (2025); a Medalha Mérito Tamandaré (2021); a Medalha Amigo da Marinha (2021); a Ordem de Rio Branco, no grau de Grande-Oficial (2019); a Ordem do Mérito Aeronáutico, no grau de Comendador (2019); a Medalha do Exército Brasileiro (2019); a Ordem do Mérito da República Italiana, no grau de Cavaleiro (2004); a Ordem do Sol, Cavaleiro (Peru, 2000); e a Ordem do Mérito de Brasília, Oficial (2000).

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE) ¹**VISÃO DE FUTURO**

Fortalecimento da atuação do Brasil em temas globais por meio de uma diplomacia ativa e altiva, comprometida com os interesses do povo brasileiro e engajada na construção de parcerias estratégicas e na promoção da paz, da cooperação, do desenvolvimento sustentável e de um mundo mais justo e inclusivo.

PROPÓSITO

Promover a inserção internacional soberana, os valores e os interesses do Brasil, renovando o compromisso como diálogo e a cooperação internacionais em prol do desenvolvimento sustentável, dos direitos humanos e da paz, e prestar assistência a brasileiras e brasileiros no exterior.

VALORES

Inovação. Transparência. Valorização do conhecimento institucional. Diversidade. Diálogo. Adaptabilidade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Reposicionar o Brasil no mundo, consolidando a vocação universalista da política externa e ampliando a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais.
2. Obter avanços significativos em processos negociadores, em linha com os interesses nacionais.
3. Tornar mais efetiva a promoção da imagem, da cultura, da ciência, dos produtos e dos serviços brasileiros, valorizando a diversidade do país.
4. Ampliar a cooperação técnica, humanitária e educacional praticada pelo Brasil e aprimorar sua efetividade.
5. Modernizar a prestação de serviços consulares, garantindo assistência a brasileiras e brasileiros no exterior, com respeito a sua diversidade e atenção às especificidades de cada caso.

¹ O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE 2024-2027, que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2024-2027.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO

Alinhado ao PEI-MRE

VISÃO DE FUTURO DO POSTO

Fortalecimento da atuação do Brasil em temas globais por meio de uma diplomacia ativa e altiva, comprometida com os interesses do povo brasileiro e engajada na construção de parcerias estratégicas e na promoção da paz, da cooperação, do desenvolvimento sustentável e de um mundo mais justo e inclusivo. Consolidar a Embaixada do Brasil em Nairóbi como eixo de atuação diplomática brasileira na África Oriental por meio de projeção comercial, política e cultural e contribuir para a defesa dos interesses brasileiros nas agendas multilaterais ambiental e urbana.

PROPÓSITO DO POSTO

Promover a inserção internacional soberana, os valores e os interesses do Brasil, renovando o compromisso com o diálogo e a cooperação internacionais em prol do desenvolvimento sustentável, dos direitos humanos e da paz, e prestar assistência a brasileiras e brasileiros na jurisdição do posto. Fortalecer a representação do Brasil junto a Quênia, Burundi, Somália e Uganda, bem como junto ao Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e ao Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (Habitat), ambos sediados em Nairóbi, assim fomentando o comércio, a cooperação técnica, com destaque para a agricultura, e a coordenação política, além de prestar assistência consular de excelência à comunidade brasileira na região.

VALORES

Inovação. Transparência. Valorização do conhecimento institucional. Diversidade. Diálogo. Adaptabilidade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Ampliar as relações diplomáticas com Quênia, Burundi, Somália e Uganda, promovendo a inserção econômica, política e cultural do Brasil na África Oriental.
2. Expandir a presença comercial brasileira na África Oriental, promovendo a exportação de bens e serviços brasileiros, com ênfase em soluções tecnológicas e produtos de maior valor agregado, inclusive na agricultura.
3. Identificar oportunidades e fomentar a atração de investimentos para o Brasil, destacando inovação e sustentabilidade.

4. Expandir a presença cultural, educacional e científica brasileira no Quênia, Burundi, Somália e Uganda, utilizando os instrumentos diplomáticos disponíveis.
5. Fomentar mecanismos inovadores de cooperação Brasil-África Oriental em temas prioritários para políticas públicas.
6. Monitorar tendências políticas, econômicas, sociais e regulatórias no Quênia, Burundi, Somália e Uganda que impactem interesses brasileiros.
7. Promover e apoiar mecanismos bilaterais e regionais de diálogo, incluindo comissões mistas, consultas políticas, cooperação técnica e missões oficiais.
8. Contribuir para o aprimoramento da governança multilateral do meio ambiente e da agenda urbana.
9. Apoiar e promover a participação brasileira nas agendas multilaterais ambientais e urbanas.
10. Fortalecer as relações com organismos regionais e sub-regionais com sede ou atuação em Nairóbi.
11. Fortalecer mecanismos de informação, atendimento e proteção consular à comunidade brasileira nos países da jurisdição do Posto.
12. Aprimorar as práticas de gestão administrativa e governança da Embaixada, com foco em eficiência, transparência, economicidade e modernização dos processos internos.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO POSTO – Quênia
(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do Posto)

I - promoção de comércio e investimentos;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- Ampliar a presença institucional e empresarial brasileira no Quênia, por meio do fortalecimento de contatos entre agentes públicos e privados, criação de canais permanentes de comunicação e identificação de parceiros estratégicos locais.
- Promover oportunidades de comércio bilateral e investimentos brasileiros no Quênia (agronegócio, infraestrutura, energia, bioeconomia, saúde pública e tecnologias sociais).
- Fortalecer o posicionamento do Brasil como parceiro relevante nos temas de tecnologia, inovação, desenvolvimento sustentável e soluções para adaptação climática e agricultura de baixo carbono.
- Expandir a pauta de cooperação e parcerias tecnológicas em bioenergia, transição energética justa, mobilidade elétrica, mineração sustentável e hidrogênio verde, em articulação com agendas regionais e multilaterais (UN-Habitat, PNUMA, FAO, ONU-Quênia).
- Incentivar a participação de empresas brasileiras em projetos estruturantes de infraestrutura, saneamento, energia, agroindústria e tecnologia, explorando fontes de financiamento múltiplas (privadas, bancos de desenvolvimento, multilaterais, parcerias público-privadas).
- Acompanhar a atuação de outras potências econômicas no Quênia e na região, identificando tendências, projetos estratégicos e oportunidades para inserção competitiva do Brasil.
- Fortalecer o diálogo junto a autoridades sanitárias e reguladoras, reduzindo o impacto de barreiras não tarifárias à entrada de produtos brasileiros no mercado queniano.
- Avançar na negociação de instrumentos bilaterais de impacto econômico, reavaliando os seus termos e os interesses envolvidos.
- Estimular a presença, no Quênia, de representantes do setor empresarial brasileiro e explorar oportunidades de diálogo para o desenvolvimento de contatos preliminares e introdutórios, com vistas à sua posterior consolidação.
- Prestar apoio e fornecer informações ao setor privado brasileiro em temas relativos ao acesso ao mercado queniano.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número de empresas atendidas trimestralmente pelo SECOM.
- Número de eventos comerciais organizados ou apoiados.
- Número de relatórios setoriais produzidos.
- Número de novos contatos institucionais registrados na base da Embaixada.
- Número de novas empresas brasileiras prospectadas ou contatadas no período.

- Número de entidades/associações quenianas e brasileiras incorporadas a redes de diálogo.
- Número de reuniões bilaterais ou eventos organizados pela embaixada, ou com sua participação.
- Número de oportunidades de negócios mapeadas e registradas em relatórios.
- Número de investidores locais contatados ou interessados em empresas brasileiras.
- Número de projetos brasileiros apresentados em rodadas, feiras, encontros ou missões.
- Número de empresas ou startups brasileiras participantes de ações de inovação no Quênia.
- Número de instituições quenianas parceiras envolvidas.
- Número de projetos ou pilotos iniciados em energia, agricultura e bioeconomia.
- Número de reuniões formais de comitês/fóruns/mesas de diálogo realizadas por ano.
- Número de ações previstas nesses instrumentos que foram efetivamente executadas.
- Número de projetos de infraestrutura, energia ou agronegócio com participação brasileira.
- Número de relatórios de inteligência comercial e econômica produzidos por ano.
- Número de setores monitorados.
- Variações no volume e no perfil do comércio bilateral e de investimentos.
- Número de instrumentos celebrados relativos a acesso a mercado, protocolos fitossanitários ou que tenham impacto comercial diverso.

II - relações políticas bilaterais;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- Fortalecer o diálogo político com o Governo do Quênia.
- Consolidar ambiente de confiança com atores políticos relevantes nos poderes Executivo, Legislativo e estruturas de governo descentralizado.
- Disseminar e fortalecer a imagem do Brasil como parceiro estratégico e inovador.
- Manter canais permanentes de consulta política, incluindo em foros multilaterais e mecanismos de cooperação.
- Acompanhar debates regionais e multilaterais nos quais o Quênia desempenha papel central (segurança regional, Haiti, Grandes Lagos, Sudão, Somália).
- Estreitar relações com formadores de opinião quenianos.
- Adensar as relações institucionais, concluindo instrumentos bilaterais em negociação, assim como ampliar a rede de acordos bilaterais em áreas prioritárias.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número de reuniões e contatos institucionais em alto nível.
- Dados da agenda da chefia do posto e diplomatas que evidenciem intensidade do diálogo.
- Número de visitas, encontros bilaterais e reuniões com participação brasileira.
- Dados sobre contatos com atores-chave do governo central e descentralizado.
- Número de reuniões com *think-tanks*, sociedade civil, academia e setor de inovação.

- Avaliação qualitativa da interação com órgãos estratégicos.
- Qualidade e quantidade de informações enviadas ao MRE.
- Número de instrumentos negociados e celebrados.
- Informações prestadas aos órgãos do Estado brasileiro sobre o desenvolvimento da agenda do Quênia com terceiros países.

III - atuação junto a organismos regionais ou multilaterais, quando for o caso, incluindo candidaturas, reuniões oficiais e programas de cooperação;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- Buscar o apoio do Quênia a candidaturas brasileiras para cargos em órgãos multilaterais, bem como apresentar ao Brasil as candidaturas do Quênia;
- Buscar obter o apoio do Quênia a temas e propostas apresentados pelo Governo brasileiro em órgãos multilaterais, bem como transmitir ao Brasil as propostas do governo do Quênia;
- Acompanhar e analisar o desenvolvimento da agenda internacional do governo do Quênia para informação do governo do Brasil.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número de candidaturas brasileiras e quenianas mutuamente apoiadas.
- Indicadores de apoio do Governo do Quênia a temas de interesse do Brasil no plano multilateral.
- Volume, quantitativo e qualitativo, de informações prestadas a agentes públicos no Brasil sobre o desenvolvimento da agenda multilateral do Quênia.

IV - promoção da imagem do País, da cultura brasileira, do turismo e da marca Brasil;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- Projetar, tanto por meio de eventos culturais quanto no uso das mídias sociais da embaixada, a imagem do Brasil como país de diversidade, inovação e criatividade.
- Disseminar, inclusive pelo uso das mídias sociais da embaixada, informações sobre o turismo brasileiro como destino potencial, inclusive por meio da promoção da arte, da literatura e da gastronomia brasileiras.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número anual de festivais e eventos culturais com participação da embaixada.
- Número de artistas e intelectuais brasileiros convidados.
- Número de contatos com organizações culturais locais.
- Volume de engajamento de atores quenianos com as mídias sociais do posto.

V - cooperação para o desenvolvimento sustentável e a proteção ao meio ambiente;**i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

- Apoiar projetos de gestão de água e adaptação climática, consolidando a perspectiva de que as semelhanças dos biomas ampliam a possibilidade de aprendizado mútuo.
- Difundir boas práticas brasileiras nas áreas de desenvolvimento sustentável e proteção ao meio ambiente entre agentes de governo e junto ao público queniano em geral, com foco prioritário no meio acadêmico e em formadores de opinião.
- Fomentar a presença brasileira em eventos promovidos pelo Quênia que tratem do desenvolvimento sustentável e da proteção do meio ambiente.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Participação da embaixada e de seu quadro de funcionários em eventos associados à agenda do desenvolvimento sustentável e proteção do meio ambiente.
- Dados sobre a participação da embaixada e de seus diplomatas em eventos para apresentação de boas práticas brasileiras nesse domínio.
- Dados sobre visitas e missões bilaterais, bem como sobre projetos bilaterais e multilaterais afetos ao desenvolvimento sustentável e proteção do meio ambiente.
- Dados sobre parcerias bilaterais em construção e firmadas, na esfera pública e privada, referentes à agenda de desenvolvimento sustentável e promoção ao meio ambiente.

VI - cooperação em ciência, tecnologia e inovação;**i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

- Galvanizar contatos entre atores dos ecossistemas de ciência, tecnologia e inovação do Brasil e do Quênia, seja no âmbito público, seja no âmbito privado.
- Difundir, no Brasil, informações sobre o setor de CT&I do Quênia e potenciais oportunidades de cooperação bilateral.
- Acompanhar a evolução das parcerias internacionais desenvolvidas pelo Quênia no setor de CT&I de modo a reconhecer tendências úteis à construção de parcerias também para o Brasil.
- Sugerir participação brasileira em eventos no Quênia associados à agenda de CT&I.
- Identificar os pontos essenciais da pauta de ciência, tecnologia e inovação no Quênia, seja no âmbito público, seja no âmbito privado, com vistas a associá-los aos interesses de promoção dos interesses brasileiros nessa área;
- Acompanhar e avaliar a evolução das parcerias internacionais desenvolvidas pelo Quênia no setor de CT&I de modo a reconhecer tendências úteis à construção de parcerias também com o Brasil.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número de itens da pauta de interesses bilaterais no tema da CT&I.

- Volume, quantitativo e qualitativo, de informações sobre a agenda de CT&I compartilhado com agentes públicos e privados no Brasil com vistas a fomentar a construção de parcerias bilaterais, bem como no plano multilateral.
- Participação da embaixada e de seus quadros em eventos associados à agenda de CT&I no Quênia.
- Dados sobre o intercâmbio (visitas, reuniões, documentos, participação em eventos) entre Brasil e Quênia no campo da CT&I.

VII - cooperação em educação, cultura, saúde e defesa;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- Aumentar de forma contínua a presença de estudantes quenianos em atividades de intercâmbio acadêmico no Brasil, inclusive por meio do Programa de Estudante-Convênio de Graduação e de Pós-Graduação (PEC-G e PEC-PG).
- Fomentar a internacionalização e mobilidade universitárias brasileiras mediante diálogo com instituições de ensino superior quenianas e incentivo à construção de parcerias.
- Estabelecer tratativas com as principais universidades quenianas com vistas a propor ao Instituto Guimarães Rosa (IGR) e à Coordenação para o Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES) a recriação do Leitorado de português em instituição local, com foco na preparação de candidatos para pós-graduação no Brasil.
- Propor a abertura de adidância de Defesa no Quênia, diante do interesse crescente em temas de defesa.
- Identificar e promover possibilidades de parcerias privadas na área da saúde, explorando, em particular, o potencial da indústria de equipamentos.
- Promover ações culturais do Brasil no Quênia, mediante divulgação de material cultural e intercâmbio de agentes culturais.
- Institucionalizar a pauta Brasil-Quênia no campo da defesa, mediante negociação e aprovação de instrumento bilateral específico.
- Manter cooperação em termos de formação de diplomatas com o Quênia.
- Explorar oportunidades para maior parceria na área de formação e treinamento para missões de paz.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número anual de Vistos Temporários de Número IV concedidos a quenianos para estudos no Brasil.
- Número de brasileiros que se registram na Embaixada em Nairóbi como partícipes de programas de intercâmbio.
- Número de memorandos assinados entre instituições educacionais dos dois países.
- Número de eventos culturais com participação brasileira ou de brasileiro.

VIII - cooperação para promoção de desenvolvimento socioeconômico e combate às desigualdades;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- Ampliar a atuação brasileira no pilar social do “Kenya Vision 2030”, consolidando o apoio por meio da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza.
- Apoiar a participação de entidades quenianas em comunidades de práticas fomentadas por redes brasileiras de promoção do desenvolvimento socioeconômico e combate às desigualdades.
- Difundir as potencialidades técnicas dos Institutos Federais brasileiros junto a interlocutores relevantes do Quênia e fomentar o diálogo bilateral.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Atividades com presença da Embaixada do Brasil em Nairóbi para promoção da pauta de cooperação na área do desenvolvimento socioeconômico e combate às desigualdades.
- Missões de quenianos ao Brasil em temas relacionados ao desenvolvimento socioeconômico e combate às desigualdades.

X - apoio às comunidades brasileiras no exterior, quando for o caso.**i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

- Manter contato estreito com a comunidade brasileira no país e dar continuidade ao processo de cadastro, inclusive para fins eleitorais.
- Assegurar a eficiência de serviços consulares para a comunidade brasileira no Quênia.
- Ter prontidão para prestar apoio emergencial a cidadãos brasileiros em situação de risco ou vulnerabilidade, inclusive por meio do plantão consular.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número de brasileiros cadastrados.
- Número de atos consulares produzidos para a comunidade brasileira.
- Número de atendimentos emergenciais e avaliação do serviço prestado.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO POSTO – Burundi

(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do Posto)

I - promoção de comércio e investimentos;**i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

- Manter e fortalecer a presença institucional do Brasil no Burundi no âmbito econômico e comercial, mediante contatos com autoridades econômicas, câmaras empresariais e parceiros multilaterais.
- Identificar oportunidades comerciais e de investimento em setores específicos, especialmente agricultura, energia, construção e equipamentos.
- Identificar eventuais obstáculos regulatórios ou fitossanitários à intensificação do comércio bilateral e procurar soluções.
- Priorizar mecanismos de diálogo e instrumentos de cooperação bilateral leves, como memorandos de entendimento e grupos de trabalho temáticos.
- Acompanhar a atuação de terceiros países no Burundi no tocante à promoção do comércio e de investimentos.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número de visitas e contatos entre agentes públicos e privados com o objetivo da aproximação bilateral na área comercial e de investimentos.
- Dados do comércio bilateral e de investimentos.
- Número de parceiros institucionais mapeados e incluídos em base de contatos.
- Estabelecimento de canal de comunicação regular com pelo menos um interlocutor-chave.
- Número de instrumentos com impacto comercial negociados e celebrados.

II - relações políticas bilaterais;**i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

- Fortalecer o diálogo político e aprofundar mecanismos institucionais bilaterais.
- Acompanhar e apoiar iniciativas de resolução de conflitos e reconstrução institucional.
- Acompanhar debates regionais nos quais o Burundi desempenhe papel ativo.
- Adensar as relações institucionais, propondo a negociação de novos instrumentos bilaterais.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Dados da agenda do chefe do posto e colaboradores que reflitam maior intensidade no diálogo bilateral.
- Número de documentos negociados e firmados.

- Dados referentes à agenda de contatos bilaterais de alto nível, envolvendo agentes políticos de todos os níveis de governo.
- Informações prestadas aos órgãos do Estado brasileiro sobre o desenvolvimento da agenda do Burundi com terceiros países.
- Número de deslocamentos oficiais ou encontros diplomáticos realizados.

III - atuação junto a organismos regionais ou multilaterais, quando for o caso, incluindo candidaturas, reuniões oficiais e programas de cooperação;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- Buscar assegurar o apoio do Burundi a candidaturas brasileiras para cargos em órgãos multilaterais, bem como apresentar ao Brasil as candidaturas do Burundi;
- Buscar obter o apoio do Burundi a temas e propostas apresentados pelo Governo brasileiro em órgãos multilaterais, bem como transmitir ao Brasil as propostas do governo do Burundi;
- Recolher reflexões, por parte do Burundi, de interesse do Brasil acerca de temas multilaterais;
- Acompanhar e analisar o desenvolvimento da agenda multilateral do governo do Burundi, informando-a aos agentes do Estado brasileiro.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número de candidaturas brasileiras e burundesas objeto de apoio.
- Indicadores de apoio do Governo do Burundi a temas de interesse do Brasil no plano multilateral.
- Volume, quantitativo e qualitativo, de informações prestadas a agentes públicos no Brasil sobre o desenvolvimento da agenda multilateral do Burundi, seja em tópicos específicos de maior interesse brasileiro, seja acerca da relação geral do Burundi com os países do continente africano.

IV - promoção da imagem do País, da cultura brasileira, do turismo e da marca Brasil;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- Promover a imagem do Brasil como país de diversidade cultural, racial e social.
- Divulgar o Brasil como destino turístico e acadêmico no contexto africano.
- Disseminar informações sobre o turismo no Brasil em múltiplas plataformas.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Engajamento de cidadãos do Burundi nas redes sociais da Embaixada.

- Ações de projeção da marca Brasil durante visitas institucionais ao Burundi.

V - cooperação para o desenvolvimento sustentável e a proteção ao meio ambiente;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- Identificar interesses convergentes na agenda do desenvolvimento sustentável e proteção ao meio ambiente do Brasil e do Burundi.
- Difundir boas práticas brasileiras na área de desenvolvimento sustentável e proteção ao meio ambiente a agentes do governo burundês.
- Institucionalizar a pauta bilateral no campo da cooperação para o desenvolvimento sustentável e proteção ao meio ambiente, mediante negociação de atos internacionais.
- Estimular a presença brasileira em eventos realizados no Burundi.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número de itens da pauta de interesses bilaterais relacionados ao desenvolvimento sustentável e à proteção do meio ambiente.
- Volume, quantitativo e qualitativo, de informações sobre a agenda de interesse burundês sobre temas afetos a desenvolvimento sustentável e promoção do meio ambiente.
- Dados sobre visitas, missões bilaterais, bem como sobre projetos bilaterais e multilaterais afetos ao desenvolvimento sustentável e proteção do meio ambiente.

VI - cooperação em ciência, tecnologia e inovação;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- Identificar os pontos essenciais da pauta de ciência, tecnologia e inovação no Burundi, seja no âmbito público, seja no âmbito privado, com vistas a associá-los aos interesses de promoção dos interesses brasileiros nessa área;
- Acompanhar e avaliar a evolução das parcerias internacionais desenvolvidas pelo Burundi no setor de CT&I de modo a reconhecer tendências úteis à construção de parcerias também com o Brasil;

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- número de itens da pauta de interesses bilaterais no tema da CT&I.
- volume, quantitativo e qualitativo, de informações sobre a agenda de CT&I compartilhado com agentes públicos e privados no Brasil com vistas a fomentar a construção de parcerias bilaterais, bem como no plano multilateral.

VIII - cooperação em educação, cultura, saúde e defesa;**i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

- Expandir a participação de estudantes do Burundi nos editais de mobilidade do Grupo de Cooperação das Universidades Brasileiras (GCUB).
- Divulgar, no Burundi, a excelência da educação superior no Brasil, em particular no domínio da P&D.
- Institucionalizar a pauta bilateral no campo da defesa, mediante criação de Adidância de Defesa não residente.
- Apoiar os trâmites para a conclusão de acordo de cooperação educacional entre Brasil e Burundi.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número vistos de estudante emitidos para nacionais do Burundi com destino ao Brasil.
- Intensidade dos contatos (visitas e missões, intercâmbio de informações) entre os setores de defesa do Brasil e do Burundi.
- Negociação e possível conclusão de acordos.

IX - cooperação para promoção de desenvolvimento socioeconômico e combate às desigualdades;**i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

- Realizar cerimônia de conclusão, entrega e transferência do Projeto “Cotton Victoria” no Burundi.
- Estimular a negociação de projeto de cooperação técnica - seja bilateral, seja trilateral, seja por meio de banco de desenvolvimento – que dê continuidade ao intercâmbio realizado no âmbito do “Cotton Victoria”.
- Incentivar parcerias diretas entre instituições do Brasil e do Burundi, inclusive técnicas e educacionais, no setor algodoeiro.

i) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Realização de visitas e atividades relacionadas ao “Cotton Victoria”.
- Registro das parcerias bilaterais.

X - apoio às comunidades brasileiras no exterior, quando for o caso.**i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

- Manter contato com a comunidade brasileira no país e cadastrá-la.

- Assegurar a eficiência dos serviços consulares para a comunidade brasileira no Burundi.
- Ter prontidão para prestar apoio emergencial a cidadãos brasileiros em situação de risco ou vulnerabilidade, inclusive por meio do plantão consular.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número de brasileiros cadastrados.
- Atos consulares produzidos para a comunidade brasileira.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO POSTO – Somália
(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do Posto)

I - promoção de comércio e investimentos;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- Assegurar presença e visibilidade diplomática do Brasil no campo econômico e comercial na Somália – país dentre os de jurisdição desta Embaixada com o qual é mantido, em anos recentes, o maior fluxo comercial –, mediante interlocução periódica e seletiva com autoridades locais, câmaras de comércio, entidades empresariais e parceiros multilaterais.
- Identificar oportunidades pontuais para empresas brasileiras no âmbito dos esforços de reconstrução da Somália, priorizando setores específicos de maior probabilidade de operação: agronegócio, construção civil, energia, saúde, telecomunicações e tecnologia.
- Utilizar a Embaixada em Nairóbi como plataforma de atuação regional, apoiando a política de promoção comercial na Somália por meio de contatos e eventos desenvolvidos inclusive no Quênia.
- Promover aproximação gradual com potenciais investidores e compradores somalis, com foco nas cadeias de suprimento local e nos fluxos comerciais via hubs regionais.
- Estabelecer instrumentos de cooperação bilateral, priorizando acordos e memorandos de cooperação técnica e mecanismos de diálogo.
- Fortalecer a articulação da diáspora somali com o Brasil, explorando oportunidades de comércio exterior e atração de investimentos via redes empresariais somalis baseadas no exterior.
- Monitorar a atuação e o envolvimento de terceiros países na Somália, mapeando tendências e projetos relevantes que possam gerar oportunidades de cooperação, parceria ou inserção para o setor privado brasileiro.
- Apoiar ações de promoção comercial que possam ocorrer fora do território somali, inclusive eventos em Nairóbi.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número de reuniões ou encontros com câmaras de comércio e entidades empresariais somalis.
- Número de parceiros institucionais mapeados e adicionados à base de contatos.
- Número de visitas e contatos entre agentes públicos e privados com o objetivo da aproximação bilateral na área comercial e de investimento.
- Dados do comércio bilateral e de investimentos.
- Número de oportunidades comerciais ou de investimento registradas por semestre.
- Número de iniciativas ou contatos somalis promovidos a partir do Quênia.

- Número de eventos/comitês/rodadas comerciais analisados ou com participação brasileira.
- Número de entidades e associações empresariais somalis da diáspora mapeadas.
- Número de interações com redes somalis fora da Somália
- Número total de ações comerciais somalis relacionadas ao Posto por semestre.

II - relações políticas bilaterais;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- Aprofundar o diálogo político e diplomático com o governo somali, mantendo presença e acompanhamento das condições de segurança e estabilidade.
- Desenvolver relações de mútua confiança e cooperação com interlocutores locais, em particular do setor público.
- Promover adensamento das relações institucionais na forma de celebração de instrumentos bilaterais;
- Acompanhar da evolução da agenda política da Somália com terceiros países.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Dados da agenda do chefe do posto e demais colaboradores com interlocutores na Somália e da Somália.
- Número de instrumentos negociados e firmados.
- Informações prestadas aos órgãos do Estado brasileiro sobre o desenvolvimento da agenda da Somália com terceiros países.

III - atuação junto a organismos regionais ou multilaterais, quando for o caso, incluindo candidaturas, reuniões oficiais e programas de cooperação;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- Buscar assegurar o apoio da Somália a candidaturas brasileiras para cargos em órgãos multilaterais, bem como apresentar ao Brasil as candidaturas da Somália;
- Buscar obter o apoio da Somália a temas e propostas apresentados pelo Governo brasileiro em órgãos multilaterais, bem como transmitir ao Brasil as propostas do governo da Somália;
- Recolher reflexões de interesse do Brasil acerca de temas multilaterais afetos à Somália;
- Acompanhar e analisar o desenvolvimento da agenda multilateral do governo da Somália – país que, inclusive, ocupa até dezembro de 2026 assento não-permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas – informando os agentes do Estado brasileiro a respeito.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Indicadores de apoio a candidaturas brasileiras e somalis.
- Número de contatos bilaterais para consultas sobre temas multilaterais.
- Indicadores de apoio do Governo da Somália a temas de interesse do Brasil no plano multilateral.
- Volume, quantitativo e qualitativo, de informações prestadas a agentes públicos no Brasil sobre o desenvolvimento da agenda multilateral da Somália, especialmente em temas de especial interesse para o Brasil, mas também temas sobre o continente africano.

IV - promoção da imagem do País, da cultura brasileira, do turismo e da marca Brasil;

- i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**
 - Desenvolver mídias sociais que cumpram o papel de disseminadoras do conhecimento sobre Brasil na Somália, em particular no tocante à marca Brasil;
 - Ampliar ações de diplomacia pública com atores culturais e comunitários.
- ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**
 - Número de ações digitais de divulgação da marca Brasil e do turismo brasileiro.

V - cooperação para o desenvolvimento sustentável e a proteção ao meio ambiente;

- i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**
 - Identificar interesses convergentes na agenda do desenvolvimento sustentável e proteção ao meio ambiente do Brasil e da Somália;
- ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**
 - Número de itens da pauta de interesses bilaterais no tema do desenvolvimento sustentável e proteção do meio ambiente.
 - Volume, quantitativo e qualitativo, de informações sobre a agenda de interesse somali, seja no âmbito público, seja no privado, sobre temas afetos a desenvolvimento sustentável e promoção do meio ambiente.
 - Dados sobre visitas, missões bilaterais, bem como sobre projetos bilaterais e multilaterais afetos ao desenvolvimento sustentável e proteção do meio ambiente.

VI - cooperação em ciência, tecnologia e inovação;

- i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**
 - Mapear demanda somali em tecnologia agrícola e em energias renováveis.

- Propor cooperação em tecnologias sociais de baixo custo e de impacto direto.
- Mapear eventuais parcerias internacionais desenvolvidas pela Somália no setor de CT&I, de modo a informar os agentes do Estado brasileiro a respeito.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número de itens da pauta de interesses bilaterais no tema da CT&I.
- Volume, quantitativo e qualitativo, de informações sobre a agenda de CT&I compartilhado com agentes no Brasil.

VII - cooperação em educação, cultura, saúde e defesa;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- Expandir a participação de estudantes da Somália nos editais de mobilidade do Grupo de Cooperação das Universidades Brasileiras (GCUB).
- Apoiar ações de fortalecimento institucional e formação em governança e administração pública.
- Estimular cooperação em defesa, segurança e *peacekeeping* com base na experiência brasileira e regional.
- Institucionalizar a pauta bilateral no campo da defesa, mediante a criação de Adidância de Defesa não residente.
- Estimular universidade federal brasileira a criar observatório ou grupo de pesquisa sobre a Somália.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número de vistos de estudante emitidos para nacionais da Somália com destino ao Brasil.
- Intensidade dos contatos (visitas e missões, intercâmbio de informações) entre os setores de defesa do Brasil e Somália.

VIII - cooperação para promoção de desenvolvimento socioeconômico e combate às desigualdades;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- Propor Acordo Geral de Cooperação Técnica Brasil-Somália.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Andamento das negociações bilaterais na pauta de cooperação na área do desenvolvimento socioeconômico e combate às desigualdades.

IX - apoio às comunidades brasileiras no exterior, quando for o caso.

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- Manter contato com a comunidade brasileira no país e cadastrá-la;
- Assegurar eficiência de serviços consulares para a comunidade brasileira em Somália.
- Ter prontidão para prestar apoio emergencial a cidadãos brasileiros em situação de risco ou vulnerabilidade, inclusive por meio do plantão consular.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Cadastro de brasileiros.
- Atos consulares produzidos para a comunidade brasileira.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO POSTO – Uganda
METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE
(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do Posto)

I - promoção de comércio e investimentos;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- Fortalecer a presença econômica e institucional do Brasil em Uganda, por meio de contatos regulares, sobretudo com autoridades governamentais.
- Identificar oportunidades de comércio e investimentos brasileiros em setores-chave, especialmente nos segmentos de agronegócio, energia, construção, mineração e infraestrutura.
- Apoiar a aproximação entre empresas brasileiras e atores econômicos ugandenses.
- Apoiar ações e oportunidades de investimento em Uganda por meio da atuação regional da Embaixada em Nairóbi, incluindo integração com redes regionais.
- Monitorar a atuação de países terceiros e grandes investidores estrangeiros em Uganda, avaliando impactos e oportunidades para a inserção do setor privado brasileiro.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número de visitas e contatos entre agentes públicos e privados com o objetivo da aproximação bilateral na área comercial e de investimento.
- Dados do comércio bilateral e de investimentos.
- Número de parceiros institucionais e empresariais mapeados.
- Número de oportunidades comerciais identificadas e documentadas por semestre.
- Número de estudos ou relatórios setoriais produzidos.
- Número de instrumentos assinados.
- Número de reuniões ou eventos de acompanhamento desses instrumentos.
- Número de ações comerciais Uganda–Brasil, inclusive realizadas a partir de Nairóbi.
- Número total de contatos comerciais por semestre.

II - relações políticas bilaterais;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- Aprofundar relações de mútua confiança e cooperação com interlocutores locais, em particular do setor público.
- Fomentar mecanismos formais de consulta e visitas técnicas de alto nível.
- Expandir o diálogo político em temas de segurança regional e desenvolvimento econômico.

- Ampliar o diálogo e coordenação política no âmbito do BRICS+
- Ampliar cooperação em temas multilaterais e integração regional (EAC, IGAD).

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Dados da agenda do chefe do posto e demais colaboradores que reflitam a intensidade do diálogo bilateral.
- Dados referentes à agenda de contatos bilaterais de alto nível, envolvendo agentes políticos de todos os níveis de governo.
- Número de visitas e reuniões bilaterais entre agentes governamentais, seja no Brasil, seja em Uganda ou mesmo em terceiros países.
- Informações prestadas aos órgãos do Estado brasileiro sobre o desenvolvimento da agenda de Uganda com terceiros países.

III - atuação junto a organismos regionais ou multilaterais, quando for o caso, incluindo candidaturas, reuniões oficiais e programas de cooperação;

iii) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- Buscar assegurar o apoio de Uganda a candidaturas brasileiras para cargos em órgãos multilaterais, bem como apresentar ao Brasil as candidaturas de Uganda;
- Buscar obter o apoio de Uganda a temas e propostas apresentados pelo Governo brasileiro em órgãos multilaterais, bem como transmitir ao Brasil as propostas do governo de Uganda;
- Recolher, em Uganda, reflexões de interesse do Brasil acerca de temas multilaterais em geral e, sobretudo, sobre o continente africano e a região da África Oriental;
- Acompanhar e analisar o desenvolvimento da agenda multilateral do governo de Uganda, dando conhecimento aos agentes do Estado brasileiro.

iv) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Indicadores de apoio a candidaturas brasileiras e ugandenses.
- Número de contatos bilaterais para consultas sobre temas multilaterais.
- Indicadores de apoio do Governo de Uganda a temas de interesse do Brasil no plano multilateral.
- Volume, quantitativo e qualitativo, de informações prestadas a agentes públicos no Brasil sobre o desenvolvimento da agenda multilateral de Uganda, especialmente em temas de especial interesse para o Brasil, mas também temas sobre o continente africano.

IV - promoção da imagem do País, da cultura brasileira, do turismo e da marca Brasil;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- Desenvolver mídias sociais que cumpram o papel de disseminadoras do conhecimento sobre Brasil em Uganda, em particular no tocante à marca Brasil;

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Números relativos a acessos e visualizações das mídias sociais do posto.

V - cooperação para o desenvolvimento sustentável e a proteção ao meio ambiente;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- Estreitar laços com as embaixadas da África do Sul e da Índia em Kampala.
- Fomentar a negociação de novo projeto de cooperação entre Uganda e o Fundo Índia, Brasil e África do Sul de Combate à Fome e à Pobreza (Fundo IBAS).
- Fomentar a presença brasileira em potenciais eventos realizados em Uganda, de modo a deixar associada a imagem do Brasil aos debates sobre desenvolvimento sustentável e proteção ao meio ambiente.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número de itens da pauta de interesses bilaterais no tema do desenvolvimento sustentável e proteção do meio ambiente.
- Intensidade do relacionamento com as embaixadas de Índia e África do Sul e com o Fundo IBAS,
- Dados sobre visitas, missões bilaterais, bem como sobre projetos bilaterais e multilaterais afetos ao desenvolvimento sustentável e proteção do meio ambiente.

VI - cooperação em ciência, tecnologia e inovação;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- Estimular cooperação tecnológica em agroindústria, processamento agrícola e energias limpas.
- Fomentar a conexão de universidades e centros de pesquisa brasileiros e ugandeses.
- Identificar os pontos essenciais da pauta de ciência, tecnologia e inovação em Uganda, com vistas a associá-los aos interesses de promoção dos interesses brasileiros nessa área.
- Difundir, no Brasil, informações sobre o setor de CT&I em Uganda e potenciais oportunidades de cooperação bilateral.
- Incentivar intercâmbios entre atores do ambiente de CT&I do Brasil e Uganda.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número de itens da pauta de interesses bilaterais no tema da CT&I.

- Volume, quantitativo e qualitativo, de informações sobre a agenda de CT&I compartilhado com agentes públicos e privados no Brasil com vistas a fomentar a construção de parcerias bilaterais, bem como no plano multilateral.
- Dados sobre o intercâmbio (visitas, reuniões, documentos, participação em eventos) entre Brasil e Uganda no campo da CT&I, inclusive em eventos ou oportunidades em terceiros países.

VII - cooperação em educação, cultura, saúde e defesa;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- Difundir os editais de mobilidade do Grupo de Cooperação das Universidades Brasileiras (GCUB) junto a estudantes ugandeses e apoiar as respectivas inscrições.
- Divulgar a excelência da educação superior no Brasil, em particular no domínio da P&D;
- Fomentar a internacionalização e mobilidade universitárias brasileiras mediante diálogo com instituições de ensino superior ugandesas e incentivo à construção de parcerias;
- Institucionalizar a pauta bilateral no campo da defesa, mediante a criação de Adidância de Defesa não residente.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Números do Programa GCUB-Mob para estudantes ugandeses.
- Participação brasileira em eventos de divulgação da educação superior no Brasil.
- Intensidade dos contatos (visitas e missões, intercâmbio de informações) entre os setores de defesa do Brasil e Uganda, inclusive no setor privado e da indústria de defesa.

VIII - cooperação para promoção de desenvolvimento socioeconômico e combate às desigualdades;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- Com o apoio e a interlocução do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), participar de reuniões de coordenação entre parceiros de desenvolvimento de Uganda, com o objetivo de identificar o que a cooperação brasileira possa oferecer.
- Informar os agentes públicos brasileiros acerca dos pactos de priorização de Uganda no que diz respeito aos planos de desenvolvimento do país.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Atividades apoiadas pela Embaixada de promoção da pauta de cooperação na área do desenvolvimento socioeconômico e combate às desigualdades.

- Informações enviadas a agentes públicos brasileiros acerca da cooperação para o desenvolvimento socioeconômico e do combate às desigualdades em Uganda.

IX - apoio às comunidades brasileiras no exterior, quando for o caso.

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- Manter contato com a comunidade brasileira no país e cadastrá-la;
- Assegurar eficiência de serviços consulares para a comunidade brasileira em Uganda.
- Ter prontidão para prestar apoio emergencial a cidadãos brasileiros em situação de risco ou vulnerabilidade, inclusive por meio do plantão consular.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Cadastro de brasileiros.
- Atos consulares produzidos para a comunidade brasileira.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO POSTO – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)
METAS E INDICADORES (Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do Posto)

METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- Contribuir para o aprimoramento da governança multilateral do meio ambiente, durante o processo de revisão do mandato do Comitê de Representantes Permanentes do PNUMA, tendo como posições-chave a defesa da equidade entre os Estados, da previsibilidade orçamentária, da eficácia e da eficiência no cumprimento de mandatos.
- Articular as posições de interesse do Brasil, em alianças que devem variar conforme o tema em questão.
- Reiterar a importância de que a atuação do PNUMA equilibre as três dimensões do desenvolvimento sustentável - social, econômica e ambiental.
- Dar visibilidade, no âmbito dos foros de Nairóbi, a boas práticas brasileiras atinentes às áreas de atuação do PNUMA.
- Promover candidaturas e candidatos brasileiros a posições nos secretariados e nas mesas das convenções ambientais.
- Projetar o Brasil como país de diversidade, inovação e criatividade, comprometido com a redução das desigualdades, para além dos estereótipos.
- Atuar na defesa do Brasil e dos brasileiros e evitar a instrumentalização de pautas sob o PNUMA que se coloquem na contramão de interesses nacionais.

INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Proporção entre candidaturas lançadas e eleições obtidas para órgãos relacionados à agenda ambiental.
- Número de funcionários brasileiros no PNUMA e em entidades correlatas.
- Número de intervenções realizadas.
- Quantidade e qualidade da citação a políticas públicas brasileiras em documentos oficiais do PNUMA.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO POSTO – Programa das Nações Unidas para os assentamentos humanos (ONU Habitat)
METAS E INDICADORES (Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do Posto)

METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- Contribuir para a consecução das metas globais e nacionais inscritas sob o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável de número 11 ("tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis").
- Contribuir, mediante a construção de parcerias externas multilaterais, para o aperfeiçoamento e a consolidação das políticas brasileiras de planejamento urbano, habitação adequada, urbanização sustentável e áreas afins.
- Articular as posições de interesse do Brasil em alianças que devem variar conforme o tema em questão.
- Reiterar, em linha com interesses brasileiros, a importância do ONU-Habitat como programa da ONU que prioriza questões sociais e de combate às desigualdades.
- Dar visibilidade, no âmbito dos foros de Nairóbi, a boas práticas brasileiras atinentes às áreas de atuação do Habitat.
- Promover candidaturas e candidatos brasileiros a posições no secretariado do ONU-Habitat e nas iniciativas a ele relacionadas.
- Projetar o Brasil, perante a agenda urbana multilateral, como país de diversidade, inovação e criatividade, comprometido com a redução das desigualdades.
- Atuar na defesa do Brasil e dos brasileiros e evitar a instrumentalização de pautas sob o Habitat que se coloquem na contramão de interesses nacionais.

INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Proporção entre candidaturas lançadas e eleições obtidas para órgãos relacionados à agenda urbana.
- Número de funcionários brasileiros no Habitat e em entidades correlatas.
- Quantidade e qualidade da citação a políticas públicas brasileiras em documentos oficiais do Habitat.

RELATÓRIO N° , DE 2026

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) n° 84, de 2025, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei n° 11.440, de 2006, o nome do Senhor JOÃO ALFREDO DOS ANJOS JUNIOR, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Quênia e, cumulativamente, na República do Uganda, na República do Burundi e na República Federal da Somália.*

Relator: Senador **HAMILTON MOURÃO**

O Presidente da República submeteu à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor *JOÃO ALFREDO DOS ANJOS JUNIOR, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Quênia e, cumulativamente, na República do Uganda, na República do Burundi e na República Federal da Somália.*

De acordo com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente, bem como deliberar por voto secreto sobre a matéria.

Nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (Risf), a Mensagem Presidencial veio acompanhada do currículo do indicado, do qual extraímos o que se segue.

O diplomata indicado concluiu, em 1990, o curso de Direito pela Faculdade de Direito do Recife. Em 1997, tornou-se mestre em História pela

Universidade Federal de Pernambuco. No ano de 1994, ingressou no Instituto Rio Branco, onde frequentou o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata.

Em 2008, pela Fundação Alexandre de Gusmão, publicou livro sob o título “José Bonifácio, primeiro Chanceler do Brasil”, cuja segunda edição é datada de 2022.

De Terceiro-Secretário em 1994, passou a Segundo-Secretário em 2001; a Primeiro-Secretário em 2006; a Conselheiro em 2008; a Ministro de Segunda Classe em 2013; e a Ministro de Primeira Classe em 2021.

Em sua trajetória profissional, exerceu diversas funções no Brasil e no exterior: Coordenador da Assessoria de Relações Federativas e com o Congresso (2006-2009); Cônsul-Geral Adjunto em Buenos Aires (2009-2011); Assessor Técnico da Secretaria-Geral das Relações Exteriores (2011-2013); Coordenador-Geral de Assuntos de Defesa (2013-2014); Ministro-Conselheiro na Embaixada em Paris (2014-2017); Ministro-Conselheiro na Embaixada em Santiago (2017-2019); Diretor do Departamento de Comunicação Social (2019-2020); Assessor Técnico da Secretaria de Negociações Bilaterais na Ásia, Pacífico e Rússia (2020); Subchefe da Assessoria Especial de Relações Federativas e com o Congresso Nacional (2020-2021); Assessor Especial da Presidência da República (2021-2022); Cônsul-Geral em Londres (desde 2022).

Recebeu diversas condecorações nacionais e internacionais.

A Mensagem Presidencial veio acompanhada, ainda em observância às normas do Risf, de sumário executivo elaborado pelo Itamaraty sobre a República do Quênia, a República Federal da Somália, a República do Burundi e a República do Uganda.

O Quênia foi protetorado britânico desde o fim do século XVIII. Na década de 1940, emergiu o nacionalismo africano. O pós-Segunda Guerra experimentou o recrudescimento do impulso pela libertação colonial, que culminou, em 1944, na formação da União Africana Queniana, principal organização política expoente dessas novas tendências e precursora do partido União Nacional Africana do Quênia, criado em 1960. Finalmente, em 1963, a independência foi proclamada formalmente e, no ano seguinte, o Quênia tornou-se uma república.

Com PIB nominal de cerca de US\$ 120 bilhões, o Quênia possui a economia mais diversificada da África Oriental. O país se destaca, no continente africano, pelo crescimento, pela maturidade democrática, por ser *hub* em empreendimento de tecnologia da informação e por sua atuação relevante em temas multilaterais.

Brasil e Quênia tiveram suas relações diplomáticas estabelecidas em 1964. A missão diplomática brasileira em Nairóbi foi aberta em 1967, tendo sido elevada à categoria de Embaixada em 1974. Ambos são grandes países em desenvolvimento, que se caracterizam por suas lideranças em suas respectivas regiões, com desafios domésticos e externos por vezes semelhantes, a exemplo da luta contra a pobreza e a desigualdade, a preservação do meio ambiente e o enfrentamento às mudanças climáticas. Além disso, ambos contam com inserção regional e global no que se refere a temas de paz e segurança.

Em 2005, foi criada a Comissão Mista Permanente de Cooperação Brasil-Quênia. Houve duas reuniões: em Brasília, no mesmo ano, e em Nairóbi, em 2008. Também em 2005, foi criado o Mecanismo de Consultas Políticas. Foram realizadas cinco reuniões, sendo a última em Brasília no ano de 2025.

A cooperação bilateral se desenvolve em várias vertentes: técnica, entre academias diplomáticas, em educação, em defesa, em saúde e humanitária.

Especificamente quanto ao comércio bilateral, seu fluxo foi de US\$ 94,7 milhões. Quase totalidade resulta de exportações brasileiras (US\$ 92,3 milhões), sendo os principais produtos exportados: açúcar (13%), veículos rodoviários (13%) e ferro-gusa (11%). As importações consistiram em extratos para tingimento (53%), mate (35%) e roupas (6,6%).

Merece, ainda, registro a presença de empresas brasileiras no Quênia, a exemplo da Marcopolo e da Tramontina.

No que tange à República da Somália, cuida-se de país formado em 1960, a partir dos antigos domínios britânico e italiano da chamada Somalilândia. Apesar de a transição pós-colonial ter se dado de forma democrática, o país experimentou décadas de instabilidade política.

A Embaixada do Brasil na Somália, residente em Nairóbi, foi instalada em 1987. De 2004 a 2016, a representação do Brasil foi transferida

para a Embaixada do Brasil no Cairo. Por sua vez, a representação da Somália junto ao Governo brasileiro está a cargo da Missão Permanente das Nações Unidas, em Nova York.

A cooperação bilateral se desenvolve nos campos da educação e humanitário.

O comércio bilateral foi de US\$ 154,1 milhões, sendo apenas US\$ 10,4 mil em importações. Os principais produtos brasileiros importados pela Somália foram açúcares e melações (93,1%); carnes de aves e suas miudezas comestíveis (6%) e artigos de confeitaria (0,7%). Já os principais produtos somalis importados pelo Brasil foram pescados inteiros (43,4%); óleos essenciais, matérias de perfume e sabor (37,6%) e geradores elétricos e suas partes (19%).

Já a República do Burundi, que é hoje um dos países mais pobres da África, tornou-se independente em 1º de julho de 1962, após passar por colonizações britânica, alemã e belga. À sua independência sucedeu período de instabilidade, marcado por conflitos étnicos e guerra civil.

Brasil e Burundi estabeleceram relações diplomáticas em 1980. A Embaixada em Brasília aberta em 2012 funcionou até dezembro de 2020. A partir janeiro do ano seguinte, a representação do país junto ao Brasil passou a ser feita por Washington.

A corrente de comércio bilateral foi de US\$ 33 mil dólares em 2024. Além de limitado, o intercâmbio é constituído majoritariamente pelas exportações brasileiras (US\$ 21,4 mil), que consistem em móveis (47,7%); joias e ourivesaria (31,1%) e máquinas e aparelhos elétricos (18,9%). O Brasil importa peças e acessórios destinados a máquinas (38,8%), bombas, centrífugas, compressores de ar, ventiladores, exaustores, aparelhos de filtrar ou depurar e suas partes (14,8%) e ferramentas para uso manual ou em máquinas (14,3%)

Por fim, a República de Uganda tornou-se independente do Reino Unido em 1962. O atual presidente, Musenevi, neste ano foi reeleito pela sétima vez consecutiva.

Em 2024, o intercâmbio comercial entre Brasil e Uganda alcançou US\$ 9,6 milhões. As exportações brasileiras representaram a quase totalidade

desse valor. Os principais produtos exportados pelo Brasil foram máquinas e ferramentas (US\$ 3,52 milhões; 37% da pauta), papel e cartão (US\$ 1,62 milhão; 17%), e máquinas agrícolas (US\$ 1,62 milhão; 14%). O Brasil importou de Uganda o equivalente a US\$ 12 mil, sendo 95% desse montante especiarias.

A Embaixada de Uganda em Washington responde pelas relações com o Brasil. Desde 2024, Uganda é membro associado do BRICS.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

1ª PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADES

3

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE



MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL

RICARDO PRIMO PORTUGAL

CPF.: informações pessoais

ID.: informações pessoais

1962 Filho de informações pessoais e de informações pessoais, nasce em 28 de fevereiro, em Porto Alegre/RS

Dados Acadêmicos:

1998 CACD - IRBr
 2006 CAD - IRBr
 2018 Curso de Altos Estudos: O Equador e a imigração irregular haitiana e senegalesa para o Brasil: subsídios para a diplomacia bilateral e regional do País.

Cargos:

1998 Terceiro-secretário
 2004 Segundo-secretário
 2007 Primeiro-secretário
 2014 Conselheiro
 2019 Ministro de segunda classe

Funções:

2000-03 Divisão de Ásia e Oceania I, assistente
 2003-05 Embaixada em Pequim, terceiro-secretário e segundo-secretário
 2005-08 Consulado-Geral em Xangai, cônsul-adjunto
 2008-10 Divisão da Ásia e Oceania II, subchefe
 2010 Embaixada em Pyongyang, primeiro-secretário comissionado ministro-conselheiro
 2010-13 Consulado-Geral em Cantão, cônsul-geral adjunto
 2013-16 Embaixada em Quito, primeiro-secretário e conselheiro
 2016-19 Consulado-Geral em Bruxelas, cônsul-geral adjunto
 2019-22 Departamento de Rússia e Ásia Central, assessor técnico
 2022- Embaixada em Tirana, ministro-conselheiro

Publicações:

2002 As Aventuras do Barão do Rio Branco, Departamento Cultural e de Divulgação, MRE, Brasília/DF; História do Barão do Rio Branco para crianças - coautoria.
 2007 Antologia Poética de Mário Quintana; Consulado-Geral em Xangai (Setor Cultural) e Editora PUCRS; livro bilíngue português-chinês. Organização, supervisão da tradução.
 2009 Artigo "Três cortesãs chinesas: introduzindo a poesia das mulheres da Dinastia Tang". In: Sibila, revista literária.
 2011 Poesia Completa de Yu Xuanji - Editora UNESP, organização, prefácio, notas, cotradução do chinês; 54° Prêmio Jabuti, finalista, categoria tradução.

- 2013 Antologia da Poesia Clássica Chinesa - Dinastia Tang; Editora UNESP; organização, introdução, notas, cotradução do chinês; recebe o 56º Prêmio Jabuti, categoria tradução.
- 2013 Artigo "Poesia Clássica Chinesa – Dinastia Tang: apresentação, alguns poemas". In: Scientia Tradutionis. Florianópolis. UFSC. Nr. 13.
- 2015 Artigo "Poesia Clássica Chinesa – Dinastia Tang: princípios e roteiro de uma antologia em português". In: Cadernos de Literatura em Tradução. São Paulo, USP.
- 2019 2a Edição, revista, da Antologia: UNESP.
- 2022 Artigo "More 3 Ways of Looking at Wang Wei: Percurso de tradução para o português de poema clássico chinês". Florianópolis, UFSC, Qorpus v. 12 n. 4, p. 29-50.
- 2023 Artigo "Chris Marker e o Japão: 'Le Mystère Koumiko' e o amor do longínquo". In: MARGEL, S., et al. Diálogos entre a literatura e o cinema: A poética do olhar e o gesto de arquivar. S.Paulo: Todas as Musas.
- 2023 Artigo "Do inacabado ao infinito: 'O Médico Rural', de Franz Kafka". In: BARBOSA, S., et al. Caminhos da Narrativa: Ensaios. São Paulo: Paco.
- 2024 Edição chinesa: Antologia da Poesia Clássica Chinesa – Dinastia Tang. [以遗知音] Pequim :Ed. Bbssom Press (朝华出版社); recebe o prêmio "G oing G bbaI" da CPPA ("China Publication and Promotion Association"), para obra de divulgação internacional da cultura chinesa, "Excelência de Tradução"
- 2024 O Vórtex da Tradução: Ezra Pound e a Escritura Poética Chinesa. Dissertação de Mestrado/UnB, repositório de teses da Universidade de Brasília-UnB.
- 2024 Artigo "On the Literary Translation of Chinese Classical Poetry: some reflections based on Translation Theory". Beijing: ICA (International Confucian Association), 2024. Anais de congresso.



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 85, DE 2025

(nº 1844/2025, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor RICARDO PRIMO PORTUGAL, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular Democrática da Coreia.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

[- Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 1.844

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **RICARDO PRIMO PORTUGAL**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular Democrática da Coreia.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **RICARDO PRIMO PORTUGAL** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 5 de dezembro de 2025.



EXM nº 830/2025

Brasília, 26 de novembro de 2025.

Senhor Presidente da República,

1 Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **RICARDO PRIMO PORTUGAL**, ministro de segunda classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular Democrática da Coreia, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2 Encaminho, anexos, informações sobre o país e o *curriculum vitae* de **RICARDO PRIMO PORTUGAL**, para inclusão em Mensagem que solicito seja apresentada ao Senado Federal, para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

MAURO VIEIRA, Ministro de Estado das Relações Exteriores



Documento assinado com Certificado Digital por **Mauro Luiz Iecker Vieira**, **Ministro de Estado das Relações Exteriores**, em 02/12/2025, às 16:45, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Nº de Série do Certificado: 27457673539823592181420164538



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **7186325** e o código CRC **E4C91B7A** no site:

https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 2161/2025/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência a Senhora
Senadora Daniella Velloso Borges Ribeiro
Primeira Secretária
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhora Primeira Secretária,

Encaminho Mensagem na qual o Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor RICARDO PRIMO PORTUGAL, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular Democrática da Coreia.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 11/12/2025, às 16:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **7208038** e o código CRC **8C7ADAB2** no site:

https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
DEPARTAMENTO DE JAPÃO, PENÍNSULA COREANA E PACÍFICO

COREIA DO NORTE



Novembro de 2025

Ostensivo

DADOS BÁSICOS¹	
NOME OFICIAL	República Popular Democrática da Coreia
GENTÍLICO	Coreano
CAPITAL	Pyongyang
ÁREA	122.762 km ² (pouco menor que o Amapá)
POPULAÇÃO	26,498.82 milhões (2024, ONU)
LÍNGUA OFICIAL	Coreano
SISTEMA DE GOVERNO	República Popular
PODER LEGISLATIVO	Assembleia Suprema do Povo - parlamento unicameral, composto por 687 membros, eleitos para mandatos de 5 anos
CHEFE DE ESTADO	Kim Jong Un (desde 17/12/2011)
CHEFE DE GOVERNO	Pak Thae Song (desde 29/12/2024)
MINISTRA DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Choe Son Hui (desde 11/6/2022)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL	US\$ 34,90 bilhões (2024, Bank of Korea)
PIB PER CAPITA	US\$ 590,5 (2024, data.un.org)
VARIAÇÃO DO PIB	3,7% (2024) ;3.1% (2023) ;-0,2% (2022) -0,1% (2021); -4,5% (2020); 0,4% (2019); -4,1% (2018); -3,5% (2017);(Bank of Korea)
ÍNDICE DE DESEMPREGO	3,3% (2019, Bank of Korea)
UNIDADE MONETÁRIA	won norte-coreano
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Song Se Il recebeu agrément em agosto de 2024, mas ainda não chegou à Brasília.

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-COREIA DO NORTE
(fonte: MDIC; em milhões US\$)

Brasil-RPDC	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Intercâmbio	84,12	43,09	17,78	7,94	4,14	5,48	19,95	0,108	0,079	0,001	0,103	0,043	0,2091
Exportações	16,45	23,32	2,48	2,05	1,17	5,31	19,88	0,092	---	---	0,098	-	0,0001
Importações	67,66	19,77	15,30	5,88	2,97	0,170	0,066	0,015	0,079	0,001	0,005	0,043	0,209

¹ A transparência de dados na RPDC permanece extremamente limitada, o que leva, em geral, ao recurso a estimativas provenientes de fontes externas - como analistas da China e da Coreia do Sul, economistas internacionais especializados e think tanks - em vez de fontes oficiais norte-coreanas. Desse modo, os indicadores econômicos - como PIB, taxas de crescimento e níveis de renda - devem ser tratados com cautela, pois podem variar conforme a metodologia utilizada. Os dados demográficos - relativos a população, estrutura etária e grau de urbanização -, embora relativamente mais confiáveis, também se baseiam em projeções e estimativas.

Saldo	-51,20	3,55	-12,82	-3,83	-1,79	5,14	19,81	0,076	-0,079	-0,001	0,093	-0,043	-0,2089
-------	--------	------	--------	-------	-------	------	-------	-------	--------	--------	-------	--------	---------

PERFIS BIOGRÁFICOS

KIM Jong Un PRESIDENTE DE ASSUNTOS ESTATAIS DA RPDC

Nasceu entre 1982 e 1984, em Pyongyang. É o filho mais jovem do falecido líder Kim Jong Il. Foi educado em Berna, na Suíça, e graduou-se pela Kim Il Sung Military University, em Pyongyang. Em 2010, firmou-se como herdeiro político do pai, ao ser designado Daejang (general). Foi declarado "Grande Sucessor" em 2011, quando da morte de Kim Jong Il.

Em 2012, foi eleito Primeiro-Secretário do Partido dos Trabalhadores da Coreia (WPK) e Presidente (*First Chairman*) da Comissão de Defesa Nacional. Em 2016, a Comissão de Defesa Nacional foi substituída pela Comissão de Assuntos Estatais, e Kim passou a ocupar o cargo de Presidente da Comissão de Assuntos Estatais. No mesmo ano, seu título partidário foi alterado de Primeiro-Secretário para Presidente do Partido. Em janeiro de 2021, o cargo de Presidente do Partido foi redefinido como Secretário-Geral do Partido. Emenda constitucional de agosto de 2019 estabeleceu que o Presidente da Comissão de Assuntos Estatais "é o Líder Supremo da República Popular Democrática da Coreia, que representa o Estado".

Até 2023, o principal cargo estatal de Kim Jong Un era oficialmente "Presidente da Comissão de Assuntos Estatais da RPDC" (), título criado em 2016 em substituição à antiga Comissão de Defesa Nacional. Em paralelo, acumulava a função de Secretário-Geral do WPK, o que reafirmava sua posição tanto no Estado quanto no Partido.

Em setembro de 2024, a Assembleia Popular Suprema aprovou emenda constitucional que reformulou o título para "Presidente de Assuntos Estatais" (, traduzido oficialmente para o inglês como *President of State Affairs*). A alteração buscou simplificar e elevar a nomenclatura, aproximando-a do conceito de chefe de Estado em termos de reconhecimento externo. O posto de Secretário-Geral do Partido permanece inalterado, mas a mudança conferiu ao líder um título estatal mais direto e, em termos simbólicos, mais solene.

Ocupa também o cargo de Comandante Supremo das Forças Armadas do Povo Coreano. O título de "Presidente" do país permanece reservado a Kim Il Sung, seu avô, consagrado constitucionalmente como "Presidente Eterno da República Popular Democrática da Coreia (RPDC)".

CHOE Son Hui

Ministra dos Negócios Estrangeiros



Nasceu em 1964, em Pyongyang. É diplomata de carreira. Filha do ex-premier Choe Yong Rim, que trabalhou com Kim Jong Il, pai do atual líder. Na posição de diretora do Departamento da América do Norte, e em seguida primeira vice-ministra dos Negócios Estrangeiros, assessorou diretamente Kim Jong Un em todas as negociações sobre desnuclearização com os EUA, especialmente nos encontros de cúpula de Singapura (2018) e Hanói (2019). Fluente em inglês e considerada negociadora dura para o tema da desnuclearização, Choe defende tratamento direto com os EUA, que, na sua percepção, deveriam abandonar alianças militares e exercícios conjuntos com aqueles países do entorno regional, antes de buscarem propor o desmantelamento do arsenal nuclear da RPDC. É também figura importante com respeito às relações intercoreanas e ao posicionamento em relação ao Japão.

VISÃO GERAL

Com território de 122.762 km² e população de aproximadamente 26,5 milhões de habitantes, a República Popular Democrática da Coreia (RPDC) é um país em desenvolvimento, com sistema econômico socialista planejado e participação mínima no comércio internacional. Ocupa posição estratégica na geopolítica regional, considerando suas fronteiras terrestres com China, Rússia e Coreia do Sul, bem como sua proximidade com o Japão.

A política externa do país é marcada pelas constantes tensões regionais decorrentes da Guerra da Coreia (1950-1953), que não foi formalmente encerrada: o armistício de 1953 não foi sucedido por tratado de paz definitivo.

A RPDC figura entre os países mais sancionados do mundo. As sanções impostas pela ONU incluem embargo de armas, congelamento de bens, restrições de viagem a indivíduos envolvidos com o programa nuclear, restrições bancárias e financeiras, proibição de exportações de minerais, têxteis e frutos do mar, limitações ao setor de aviação e ao fornecimento de combustível, bem como proibição de importação de maquinaria industrial e de transporte.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas do Brasil com a RPDC foram estabelecidas em 2001. A Embaixada norte-coreana em Brasília foi instalada em 2005, e a Embaixada do Brasil em Pyongyang foi aberta em maio de 2009.

O Brasil teve dois Embaixadores na RPDC: Arnaldo Carrilho (2009-2012) e Roberto Colin (2012-2016). Desde julho de 2016, a Embaixada passou a ser chefiada por encarregados de negócios: o conselheiro Cleiton Schenkel (2016-2018) e o ministro-conselheiro Luís Felipe Silvério Fortuna (2018-presente). Este último, inicialmente lotado como Encarregado de Negócios ad interim, foi instruído, em 2019, a passar a assinar os expedientes oficiais como Encarregado de Negócios en pied. Em 23 de novembro de 2025, foi concedido agrément ao ministro-conselheiro Ricardo Primo Portugal como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil na RPDC.

Brasil, Cuba e Nicarágua são os únicos países das Américas com embaixadas residentes em Pyongyang. A Venezuela inaugurou sua Embaixada em 2019, porém não enviou diplomatas à capital norte-coreana após a cerimônia de abertura, operando a partir de sua missão em Pequim. O Brasil é, ademais, o único país das Américas com embaixadas residentes nas duas Coreias, tendo a representação em Seul sido instalada em 1965.

Desde 2023, a RPDC vem reduzindo significativamente sua presença diplomática no exterior, com o fechamento de ao menos dez representações - em Angola, Bangladesh, Espanha, Guiné, Nepal, Senegal e Uganda, entre outros países -, além do consulado em Hong Kong. Atualmente, apenas 17 missões estrangeiras permanecem em Pyongyang, sem atuação de organismos internacionais. Esse quadro de retração externa contrasta com a reabertura parcial e controlada no plano interno: em 2024, grupo limitado de diplomatas estrangeiros, entre os quais o representante do Brasil, foi autorizado a retornar, sinalizando flexibilização ainda tímida, mas politicamente significativa, da política externa norte-coreana após anos de isolamento quase total durante a pandemia.

As relações do Brasil com a RPDC inserem-se em processo mais amplo de intensificação das relações com a Ásia. A presença brasileira no país permite desenvolver visão própria sobre a situação na Península Coreana, sobretudo em momentos de tensão. Países de dentro e de fora da região, bem como representantes de organismos internacionais, demonstram interesse pela perspectiva brasileira sobre os temas peninsulares. A manutenção de embaixada residente constitui, por si só, ativo diplomático para o Brasil.

Três aspectos centrais marcam o relacionamento bilateral: a cooperação parlamentar, a assistência humanitária e a cooperação técnica. Em razão de seu isolamento, a RPDC também manifesta apreço pela presença permanente do Brasil, com apoio unilateral a iniciativas e candidaturas brasileiras em organismos internacionais. Destaque-se o endosso concedido pelo país, por ocasião da COP30, ao Compromisso de Belém pelos Combustíveis Sustentáveis (Belém 4X), ao Chamado à Ação sobre o Manejo Integrado do Fogo e Resiliência a Incêndios Florestais e à Declaração de Belém sobre Fome, Pobreza e Ação Climática Centrada nas Pessoas.

A Embaixada da RPDC em Brasília é atualmente chefiada por encarregado de negócios ad interim. Até 2017, a missão contava com embaixador e outros dez funcionários com status diplomático. Em 29 de setembro de 2017, em atendimento à Resolução 2321 (2016) do Conselho de Segurança das Nações Unidas, o governo brasileiro determinou que cinco funcionários com acreditação diplomática deixassem o país.

Principais fatos recentes

Além do Comunicado Conjunto que estabeleceu relações diplomáticas, de março de 2001, Brasil e RPDC assinaram, em 2007, Memorando de Entendimento que instituiu o mecanismo de Consultas Políticas Bilaterais. A primeira reunião ocorreu em 2008, e a segunda, em setembro de 2010, em

Brasília. Encontra-se em discussão proposta de realizar a terceira edição em meados de 2026, em Pyongyang.

A última visita de alta autoridade norte-coreana ao Brasil foi a de Choe Ryong Hae, que acumulava, entre outros, os títulos de vice-presidente da Comissão de Assuntos de Estado e de primeiro vice-presidente do Partido do Trabalho, para a cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, em 2016. Anteriormente, em 2009, o Brasil recebera a visita do então Ministro dos Negócios Estrangeiros, Pak Ui Chun.

Encontro bilateral entre Chanceleres ocorreu em setembro de 2018, à margem da abertura da 73ª AGNU, em Nova York, quando o então Ministro dos Negócios Estrangeiros da RPDC, Ri Yong Ho, avistou-se com o Chanceler Aloysio Nunes. Na ocasião, o Ministro norte-coreano solicitou cooperação técnica em agricultura e encareceu que fosse elevada ao nível de embaixador a representação brasileira em Pyongyang.

Por ocasião da 80ª AGNU, em setembro de 2025, o Vice-Ministro para Organismos Internacionais, Kim Son Gyong, manteve, a seu pedido, breve encontro bilateral com o ME, Embaixador Mauro Vieira, no qual convidou o Chanceler brasileiro a visitar Pyongyang.

No âmbito das relações parlamentares, delegação do Senado Federal chefiada pelo Senador Fernando Collor (PTC-AL), então Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizou missão oficial à RPDC entre 26 de abril e 3 de maio de 2018. Entre 4 e 13 de setembro de 2019, nova delegação visitou Pyongyang, liderada pelo Deputado Paulo Ramos (PDT-RJ).

Após o longo período de fechamento da RPDC, ocorreu nova visita de representantes de partidos políticos brasileiros, novamente a convite do governo local. O vice-presidente nacional do PCdoB, Walter Sorrentino, esteve em Pyongyang a partir de 7 de outubro de 2025 para a celebração dos 80 anos do Partido do Trabalho da RPDC, acompanhado do Deputado Estadual Mario Maurici (PT-SP).

Assistência Humanitária

Diante de solicitações formuladas pela Embaixada da RPDC, em decorrência da situação de insegurança alimentar e nutricional do país, o governo brasileiro realizou três doações de caráter humanitário, por intermédio do Programa Mundial de Alimentos (PMA) das Nações Unidas, em 2010, 2011 e 2012.

A insegurança alimentar norte-coreana deve-se, sobretudo, à vulnerabilidade de sua agricultura, prejudicada por frequentes desastres naturais, obsolescência técnica e carência de insumos básicos e de maquinário. A intensificação dos testes missilísticos e nucleares do país, em

2016-2017, repercutiu na atitude de doadores tradicionais, resultando em significativa redução dos recursos obtidos.

Para além do regime de sanções ainda em vigor, constitui impeditivo para a realização de doações à RPDC o fechamento quase completo das fronteiras do país desde fins de janeiro de 2020, em decorrência da pandemia de COVID-19. Diante do isolamento norte-coreano, não é sequer possível estimar a dimensão da insegurança alimentar local, tendo em vista que todas as agências da ONU que intermediavam a assistência humanitária - como o PMA, a OMS e o UNICEF - tiveram de fechar temporariamente seus escritórios e encerrar suas operações. A reabertura das fronteiras tem-se dado de forma gradativa ao longo de 2024.

Cooperação Técnica

Delegação do Itamaraty, da Embrapa e da ABC realizou missão à RPDC em outubro de 2010. Na ocasião, foi assinado, em Pyongyang, Acordo Básico de Cooperação Econômica e Técnica entre os dois países, cujo texto foi aprovado pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 142, de 9 de agosto de 2018. Com a conclusão da tramitação legislativa, o acordo depende ainda de Decreto de Promulgação Presidencial para que passe a integrar o ordenamento jurídico brasileiro e possa ser efetivamente implementado.

Em abril de 2011, missão norte-coreana integrada por quatro técnicos recebeu treinamento sobre plantio de soja no Brasil, por meio de curso da Embrapa no campus da USP em Piracicaba e nas instalações da Embrapa Soja em Londrina. A cooperação brasileira nessa área tem potencial para contribuir para a segurança alimentar da população norte-coreana, que tem na soja um dos principais itens de sua dieta. A iniciativa permitiu também à Embrapa aprofundar conhecimentos sobre biogenética, uma vez que se estima que a domesticação do cultivo da soja silvestre tenha ocorrido pela primeira vez na Península Coreana.

Cabe recordar que estão em vigor diversas sanções contra a República Popular Democrática da Coreia, descritas em série de resoluções aprovadas desde 2006 pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas². O regime de sanções tornou-se mais rígido com a realização de testes nucleares e missilísticos por aquele país, a partir de 2016.

A resolução 2321 (2016), adotada na esteira de teste nuclear realizado em setembro daquele ano, determina que os Estados membros das Nações Unidas suspendam atividades de cooperação técnica e científica – salvo

² UNSCR 1718/2006, UNSCR 1730/2006, UNSCR 1874/2009, UNSCR 2087/2013, UNSCR 2094/2013, UNSCR 2270/2016, UNSCR 2276/2016, UNSCR 2321/2016, UNSCR 2356/2017, UNSCR 2375/2017, UNSCR 2397/2017, UNSCR 2664/2022 e UNSCR 2744/2024

iniciativas médicas - envolvendo pessoas ou grupos ligados à RPDC. A resolução prevê que excepcionalmente estados membros poderão realizar atividades de cooperação com aquele país, desde que se certifiquem que a iniciativa não irá contribuir para os programas nuclear ou missilístico da RPDC e informem antecipadamente sobre essa intenção ao Comitê do CSNU relativo à implementação das sanções à RPDC (Comitê 1718).

De acordo com informações disponibilizadas na página eletrônica do Comitê 1718:

“All Member States are required to suspend scientific and technical cooperation involving persons or groups officially sponsored by or representing the DPRK except for medical exchanges; determined on a case-by-case basis by the Committee (fields of nuclear science and technology, aerospace and aeronautical engineering and technology, advanced manufacturing production techniques and methods); and determined by the engaging State and notified to the Committee in advance of such determination (all other scientific or technical cooperation).”

Outras resoluções do CSNU impõem, igualmente, limites a atividades econômicas envolvendo a Coreia do Norte. A resolução 2397 (2017) proíbe a exportação de produtos alimentícios e agropecuários, maquinário e produtos da pesca, entre outros, pela RPDC. Já a resolução 2375 (2017) proíbe o estabelecimento de joint-ventures com aquele país, bem como a contratação de seus nacionais. Estima-se que a referida proibição poderia limitar o formato de eventual projeto de cooperação bilateral, sendo desaconselhável que profissionais norte-coreanos venham ao Brasil participar de treinamentos – tendo em conta poderem ser equiparados a atividade econômica, particularmente caso esteja previsto auxílio financeiro.

Candidaturas

A RPDC tem apoiado, unilateralmente, candidaturas brasileiras em diversos organismos internacionais, incluindo o pleito a assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Entre os apoios recentes, destacam-se: a candidatura brasileira à Junta de Auditores das Nações Unidas (BoA), para o mandato 2024-2030; a candidatura à direção-geral da Organização Internacional de Satélites de Comunicações (ITSO); a candidatura à reeleição ao Conselho da União Internacional de Telecomunicações (UIT) e ao cargo de vice-secretário-geral da entidade, para o mandato 2026-2029; e a candidatura ao Grupo I da Organização Internacional de Aviação Civil (OACI).

A RPDC também prestou apoio ao Brasil na iniciativa Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, em 2024. Delegação norte-coreana participou das reuniões realizadas no âmbito da COP30, em Belém, em novembro de 2025, e manifestou apoio a todas as iniciativas brasileiras na ocasião.

Relações econômicas Brasil-RPDC

Em razão das sanções internacionais impostas à RPDC e do fechamento das fronteiras do país para conter a disseminação da COVID-19, o fluxo comercial bilateral nos últimos anos é praticamente inexistente.

Esse cenário contrasta com momentos anteriores em que houve algum nível de intercâmbio, ainda que reduzido. Estima-se que o comércio bilateral, sempre modesto, tenha decrescido de US\$ 378 milhões em 2008 para US\$ 45 milhões em 2012. Ao longo da década de 2010, registraram-se exportações brasileiras esporádicas de baixo valor - em especial de produtos alimentícios e matérias-primas - e, de forma igualmente pontual, importações de produtos industrializados norte-coreanos.

Fosse o contexto diferente, o Brasil poderia explorar oportunidades comerciais no país. No setor de carnes, por exemplo, a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (ABIEC) assinou com as autoridades sanitárias da RPDC, em 2014, instrumento que elimina restrições para a importação direta de carne bovina. No ano seguinte, o trâmite foi finalizado com a aceitação, pela parte norte-coreana, do Certificado Sanitário Internacional (CSI) proposto pelo Brasil. Apesar desses avanços regulatórios, o potencial não chegou a se traduzir em fluxos comerciais consistentes, e a tendência nos últimos anos foi de retração até a virtual paralisação atual.

POLÍTICA INTERNA

A RPDC surgiu após o fim da Segunda Guerra Mundial, quando a Península Coreana, até então sob ocupação japonesa, foi dividida ao longo do paralelo 38 - com o Norte sob influência soviética e o Sul sob influência norte-americana. Com apoio soviético, a RPDC foi inicialmente governada por Kim Il Sung (1912-1994), que proclamou a República em 1948 e é avô do atual líder, Kim Jong Un. A fundação do país consolidou a divisão política da península, o que posteriormente resultaria na Guerra da Coreia (1950-1953). Desde então, o país permanece sob um sistema socialista centralizado, marcado por forte controle estatal e governado pela dinastia Kim.

Executivo

A RPDC define-se como república socialista, com modelo de governo altamente centralizado em torno do Executivo. O atual chefe de Estado é Kim Jong Un, que assumiu o poder após a morte de seu pai, em dezembro de 2011. Atualmente, Kim Jong Un ocupa os cargos de Secretário-Geral do Partido do Trabalho da Coreia (PTC) e de Presidente de Assuntos Estatais.

O chefe de governo é o Premier (ou Primeiro-Ministro), cargo atualmente ocupado por Pak Thae-song. O Premier é formalmente nomeado pela Assembleia Popular Suprema (APS), órgão legislativo unicameral do país, e é responsável por chefiar o Gabinete, responsável pela gestão da administração diária do Estado, pela execução da política econômica e pela implementação das diretrizes do Partido do Trabalho.

Durante o 8º Congresso do Partido do Trabalho, realizado em janeiro de 2021, Kim Jong Un foi eleito Secretário-Geral, o mais alto cargo na estrutura partidária. O título havia sido previamente ostentado pelo avô, Kim Il Sung, fundador da RPDC, e pelo pai, Kim Jong Il, e foi extinto em 2016, durante o 7º Congresso do Partido.

Legislativo

O Poder Legislativo é constituído pela Assembleia Popular Suprema (APS), parlamento unicameral, com 687 deputados eleitos para mandatos de cinco anos. O voto na RPDC é obrigatório, e os eleitores devem ter idade mínima de dezessete anos. Trata-se de processo peculiar, no qual cada distrito eleitoral apresenta apenas um único candidato, previamente indicado pelo Partido do Trabalho.

Há, na RPDC, dois partidos que, juntamente com o Partido do Trabalho - no governo desde a fundação do país -, formam a Frente Democrática para a Reunificação da Pátria: o Partido Social-Democrata Coreano e o Partido Chondoísta Chongu, que representa os seguidores do movimento religioso Chondoísta. Existe, ainda, grupo independente que atua na política norte-coreana, composto por membros da Associação Geral dos Coreanos Residentes no Japão, grupo baseado em Tóquio com fortes ligações com a RPDC. Na prática, contudo, apenas o Partido do Trabalho exerce influência efetiva na política do país.

As últimas eleições ocorreram em 10 de março de 2019, para a 14ª legislatura da APS. Kim Jong Un não concorreu na ocasião, ao contrário do que fizera em 2014 - foi a primeira vez que um líder da RPDC deixou de concorrer. No âmbito da Assembleia, o poder é exercido por um Presidium, formado por membros próximos ao líder norte-coreano, que o assessoram diretamente. A Assembleia nomeou, em 11 de abril de 2019, Choe Ryong

Hae como Presidente do Presidium. Embora novas eleições estivessem previstas para março de 2024, até o momento não houve anúncio oficial sobre a realização de novo pleito legislativo nem sobre eventual prorrogação dos mandatos vigentes.

Judiciário

A principal instância do Poder Judiciário norte-coreano é a Suprema Corte (também denominada Tribunal Central), chefiada por um presidente e composta por vice-presidentes e demais juízes. Os magistrados são eleitos pela Assembleia Popular Suprema e cumprem mandato de cinco anos. Em regra, os colegiados judiciais são formados por um juiz profissional e dois “assessores populares”, à semelhança do modelo soviético.

Direitos Humanos

A RPDC exhibe histórico de gravíssimas violações dos direitos humanos, incluindo a manutenção de campos de prisioneiros políticos, a ausência de direito de defesa ou de processo jurídico regular, a prática de tortura em órgãos de detenção, severas restrições a viagens internacionais e a deslocamentos internos, espionagem e vigilância estrita em desrespeito a direitos civis, ausência absoluta de liberdade de imprensa e de expressão, e insegurança alimentar crônica.

Resoluções sobre a situação dos direitos humanos na RPDC, geralmente de iniciativa do Japão e da União Europeia, têm sido adotadas anualmente, por consenso, no âmbito do Conselho de Direitos Humanos (CDH) e da Assembleia Geral das Nações Unidas. À exceção de 2008, quando se absteve, o Brasil tem se unido ao consenso. O Brasil, contudo, é contrário ao tratamento de temas de direitos humanos no Conselho de Segurança da ONU, por entender que devem ser abordados no foro especializado.

Em abril de 2024, o Brasil renovou o apoio, sem estender copatrocinio, ao projeto de resolução sobre a situação de direitos humanos na RPDC, aprovado pela 55ª sessão do CDH.

Como posição de princípio, o Brasil tem conclamado o governo norte-coreano a cooperar com os regimes internacionais de direitos humanos, especialmente o Mecanismo de Revisão Periódica Universal do CDH, nos quais, segundo a posição brasileira, não deve haver seletividade nem politização indevida. Nessa linha, o Brasil tem procurado sensibilizar a RPDC para a importância de manter postura cooperativa com a comunidade internacional.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa norte-coreana é condicionada pelo contexto geopolítico da Península Coreana, dividida entre a República Popular Democrática da Coreia (RPDC) e a República da Coreia, e de interesse estratégico tanto para a região quanto para terceiros países. É também determinada pela elevada militarização do Estado norte-coreano.

Antecedentes

Após o fim da ocupação japonesa da Península Coreana, a URSS e os EUA acordaram, em agosto de 1945, que o paralelo 38º dividiria as zonas de ocupação. Previu-se, então, período de tutela internacional de até cinco anos para preparar a transição à independência, o que gerou forte reação e protestos no Norte e no Sul, contrários a prolongar a ocupação estrangeira. Em 1948, ocorreram eleições separadas em cada zona de ocupação, e as independências foram declaradas no mesmo ano. Após série de escaramuças fronteiriças e da eclosão de movimento guerrilheiro no Sul, tropas norte-coreanas cruzaram o paralelo 38º em junho de 1950, marcando o início da Guerra da Coreia, que se estendeu até 1953. O conflito envolveu tropas de outros países, como China, URSS, EUA e Reino Unido, e causou cerca de três milhões de mortos, mas terminou em impasse militar, com a linha de frente traçando, grosso modo, o próprio paralelo 38º.

A Coreia do Sul e a RPDC permanecem, juridicamente, em estado de guerra. Embora tenham ocorrido incidentes fronteiriços ao longo de toda a segunda metade do século XX, as tensões na península passaram a escalar a partir da década de 1990, quando o programa nuclear norte-coreano se acelerou e ganhou maior visibilidade.

Anos 2000: tensões e distensões

As relações intercoreanas, desde os anos 2000, alternaram fases de aproximação e de tensão, com destaque para a questão nuclear. A RPDC havia aderido ao Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP) em 1985, mas sem permitir inspeções plenas da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). Em 1993, após acusações de descumprimento de suas obrigações, anunciou sua retirada, recuo que foi temporariamente contido pelo *Agreed Framework*, firmado com os Estados Unidos em outubro de 1994. O entendimento, contudo, entrou em colapso no início dos anos 2000, diante de acusações de que Pyongyang mantinha programa clandestino de enriquecimento de urânio. Em 10 de janeiro de 2003, a RPDC anunciou formalmente sua saída definitiva do TNP, tornando-se o primeiro Estado a fazê-lo.

Nos anos seguintes, houve tentativas de negociação multilateral, como as Conversações das Seis Partes (*Six-Party Talks*, 2003-2009), envolvendo as duas Coreias, EUA, China, Japão e Rússia. Ainda que alguns acordos parciais tenham sido alcançados, as conversações colapsaram em 2009. A partir de então, a RPDC intensificou seus programas nuclear e missilístico, realizando sucessivos testes. O primeiro teste nuclear ocorreu em outubro de 2006, seguido por outros em 2009, 2013 e duas detonações em 2016. O sexto teste nuclear, em setembro de 2017, foi o mais potente, possivelmente de natureza termonuclear.

No campo balístico, a década de 2010 marcou avanços significativos. Pyongyang conduziu dezenas de lançamentos, incluindo três testes de mísseis balísticos intercontinentais (ICBMs) em 2017, capazes de atingir o território continental dos Estados Unidos. Paralelamente, a RPDC declarou ter alcançado a miniaturização de ogivas nucleares compatíveis com ICBMs, elemento central para consolidar sua capacidade de dissuasão estratégica.

Esse conjunto de desenvolvimentos levou a forte escalada de tensões na Península Coreana, especialmente no biênio 2016-2017, quando as sanções internacionais foram reforçadas pelo CSNU.

A RPDC passou a dar sinais de abertura em 2018, levando à retomada do diálogo com os EUA e com a Coreia do Sul. Em abril, o país anunciou a decisão unilateral de suspender seus testes nucleares e balísticos de alcance intercontinental, o que foi saudado internacionalmente, inclusive pelo Brasil.

O ano de 2018 também foi marcado por três cúpulas intercoreanas - as Cúpulas de Panmunjom, de 27 de abril e de 26 de maio, e a de Pyongyang, de 19 de setembro - entre o então Presidente Moon Jae-in e o líder Kim Jong Un, levando à distensão na península e à promoção de iniciativas de cooperação entre Norte e Sul. Marco fundamental para a distensão foi, ainda, a Cúpula de Singapura, de 12 de junho de 2018, entre o então Presidente Donald Trump e Kim Jong Un, que levou à suspensão temporária dos exercícios militares conjuntos anuais entre Washington e Seul. O processo de distensão e de negociações para a desnuclearização da RPDC, contudo, ficou paralisado após a abrupta interrupção, em 28 de fevereiro de 2019, da Cúpula de Hanói entre Trump e Kim Jong Un.

Há consideráveis diferenças de perspectiva entre Washington e Pyongyang. De um lado, Washington exige ações concretas e verificáveis em direção à desnuclearização para que, só então, as sanções sejam flexibilizadas; de outro, Pyongyang defende o princípio de trocas simultâneas, segundo o qual cada gesto pela distensão deve ser recompensado por gradual levantamento das sanções. Há divergências também no tocante à verificação: Washington considera insuficiente uma desnuclearização sem inspeções robustas, ao passo que Pyongyang sustenta ser necessário, previamente, construir confiança e adotar tratado de não

agressão. Assim, a RPDC afastou-se da mesa negociadora e passou a tecer críticas à alegada inflexibilidade dos EUA.

Anos 2020: Intensificação dos testes e impasse nas negociações

Até a Cúpula de Hanói, em fevereiro de 2019, Pyongyang buscava fórmula gradualista, trocando reduções parciais de seu arsenal por alívios proporcionais nas sanções. O fracasso da cúpula convenceu o regime da inutilidade de negociar nos termos anteriores.

Com o retorno de Trump ao poder, em 2025, Pyongyang passou a indicar abertura condicionada a novo diálogo, reiterando, porém, que não aceitará negociar a desnuclearização e pleiteando reconhecimento como potência nuclear de facto. Nesse cenário, eventuais discussões tenderiam a concentrar-se em congelamento do programa, moratória de testes e limitações parciais de produção, sempre vinculados a algum grau de levantamento das sanções.

O debate sobre desnuclearização está paralisado, agravado pelo déficit de informações decorrente da ausência de organismos internacionais na RPDC e da falta de engajamento bilateral consistente. O tema oferece, assim, baixíssima perspectiva de avanços políticos no curto prazo.

Emenda constitucional sobre reunificação coreana

Em janeiro de 2024, Kim Jong Un, em discurso à Assembleia Popular Suprema, anunciou revisão constitucional para classificar formal e explicitamente a Coreia do Sul como país inimigo e eliminar referências à unidade do povo coreano na Constituição. O dirigente norte-coreano também mencionou a destruição de símbolos de unificação, como a linha ferroviária que liga os dois países e o Monumento da Unificação em Pyongyang.

Sanções contra a RPDC

A partir de 2006, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou diferentes resoluções contra a RPDC. As mais recentes e abrangentes são as Resoluções 2321 (2016), 2371 (2017), 2375 (2017) e 2397 (2017). Ao final desse ciclo, diversos produtos importantes da pauta exportadora norte-coreana, como carvão, frutos do mar e têxteis, tiveram sua comercialização proibida. Quanto às importações, as medidas também impuseram limites severos para produtos essenciais, como petróleo bruto e seus derivados. Outras atividades relevantes na geração de renda, como o fornecimento de mão de obra para outros países, foram igualmente objeto das sanções. Além das sanções do CSNU, países como os EUA, o Japão e a Coreia do Sul adotam sanções unilaterais contra a RPDC.

Em 2021 e 2022, China e Rússia apresentaram e retomaram, no CSNU, projeto de resolução para aliviar o regime de sanções à RPDC, com

o argumento de que as medidas não têm sido eficazes em coibir o desenvolvimento de armas do país, ao mesmo tempo em que trazem graves consequências humanitárias para a população norte-coreana.

A escalada de testes missilísticos pela RPDC, a partir de 2022, ensejou proposta, liderada pelos EUA, de projeto de resolução que aprofundaria as sanções impostas ao país. O texto, submetido ao CSNU em 26 de maio de 2022, com apoio do Brasil, obteve treze votos a favor e dois contra (China e Rússia, com poder de veto). O representante permanente brasileiro defendeu a importância da unidade do Conselho em discussões sobre o dossiê nuclear norte-coreano e, embora reconhecendo que a mera imposição de sanções poderia não ser a melhor forma de abordar o problema, lamentou que o projeto de resolução não tenha sido adotado, argumentando que o Conselho não poderia continuar ignorando a contínua violação de suas resoluções. Em conformidade com o disposto na Resolução 76/262 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 26 de abril de 2022, foi realizada reunião formal da AGNU, em 8 de junho, para discussão do uso do poder de veto por China e Rússia.

Em julho de 2023, após novo lançamento de míssil intercontinental, o CSNU organizou briefing aberto que contou com a participação do representante permanente da RPDC em Nova York, o que não ocorria desde 2017. O representante do país reiterou críticas aos EUA e os acusou de, ao lado da Coreia do Sul, realizar exercícios militares de caráter provocativo.

Sem conseguir aprovar novas sanções no CSNU, países ocidentais, liderados pelos EUA, vêm propondo que o Conselho realize reuniões sobre a situação de direitos humanos na RPDC. China e Rússia, contudo, utilizam o poder de veto — ou a ameaça de uso — para evitar o tratamento do tema no CSNU.

A polarização do tema no CSNU atingiu seu ápice no final de março de 2024, com o veto da Rússia à renovação do mandato do Painel de Peritos do Comitê 1718, que monitora a implementação de sanções relativas à RPDC. Moscou argumentou que, sem mudança no regime de sanções, que estaria perdendo a relevância e descolado da realidade, não haveria sentido em renovar o mandato do Painel.

Apesar de falhas, o Painel de Peritos tem sido uma das poucas fontes de informação relativamente equilibrada sobre a situação da RPDC, inclusive acerca do impacto humanitário do regime de sanções. A extinção do Painel poderá impulsionar países ocidentais a buscarem alternativas fora do CSNU, ou mesmo fora da ONU, para monitorar a RPDC. A descontinuidade do Painel apresenta, assim, risco real de fragmentação do mecanismo de monitoramento do regime de sanções, o que pode culminar em sistema menos legítimo e com mais vieses, além de representar mais uma derrota para as instituições multilaterais.

Posição do Brasil

O Brasil busca estimular maior engajamento e cooperação da RPDC com a comunidade internacional, reafirmando o compromisso com o estrito cumprimento das resoluções do Conselho de Segurança. O governo brasileiro, com fundamento nos compromissos internacionais assumidos em favor do desarmamento e da não proliferação nuclear, condenou publicamente, por meio de notas à imprensa, os testes com artefatos nucleares realizados pela RPDC em outubro de 2006, maio de 2009, fevereiro de 2013, janeiro e setembro de 2016 e setembro de 2017.

O Brasil apoia o desarmamento completo, verificável e irreversível da RPDC e exorta o país a retornar ao Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP), que abandonou em 2003, assim como a aderir ao Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares (CTBT). Na ocasião do último teste nuclear da RPDC, em 2017, o governo brasileiro reiterou a condenação veemente do ato, qualificando-o como violação flagrante das resoluções do CSNU e ameaça à paz e à segurança internacionais. Expressou, ainda, preocupação com o impacto de tais testes sobre o povo norte-coreano e sobre a segurança da região do Leste Asiático, e reiterou respaldar a diplomacia multilateral, baseada no respeito às normas do direito internacional e no diálogo construtivo, como a via mais adequada para resolver a questão da Península Coreana.

Posição da Coreia do Norte

A RPDC tem sustentado que seu programa nuclear atende à necessidade de autodefesa, assim como de garantia da segurança e da soberania, contra a Coreia do Sul e os Estados Unidos, que mantêm tropas em território sul-coreano. Em fevereiro de 2022, o representante permanente norte-coreano, no exercício da presidência de turno da sessão plenária da Conferência do Desarmamento, afirmou que o programa nuclear da RPDC se destina à proteção contra os EUA e asseverou que as políticas nacionais são decididas pela vontade do povo, e não pelas Nações Unidas.

Diante das críticas internacionais de que os gastos com esse programa contribuiriam diretamente para a situação de penúria em que vive a população do país, o regime norte-coreano argumenta que o investimento na indústria nuclear seria, a longo prazo, relativamente menor do que aquele em armamentos convencionais equivalentes. Conforme essa visão, a opção pelo escudo nuclear permitiria, comparativamente, a alocação de mais recursos para outros setores da economia, ao reduzir a necessidade de gastos com tropas convencionais.

Posição dos países vizinhos

China

A China tem sido ator incontornável e garante da sobrevivência da RPDC: parceiro econômico vital, responsável pela maior parte de seu comércio internacional e fornecedora de insumos alimentícios e energéticos básicos, é também aliado estratégico para evitar seu isolamento político.

Antes da pandemia, a China buscou reaproximar-se da RPDC para garantir sua posição nas negociações sobre o tema, como demonstram as visitas de Kim Jong Un ao país, em 27 de março, 8 de maio e 19 de junho de 2018 e de 8 a 10 de janeiro de 2019, bem como a visita de Xi Jinping a Pyongyang, em 20 e 21 de junho de 2019. Nessa última visita, a primeira de um mandatário chinês ao país vizinho em mais de dez anos, o presidente Xi Jinping defendeu a retomada das negociações entre a RPDC e os EUA.

Em junho de 2022, porta-voz do Ministério das Relações Exteriores chinês reiterou a defesa da paz e da estabilidade na Península Coreana, por meio de acordo político. Também propugnou pela desnuclearização da península e atribuiu aos EUA a responsabilidade primária pelo impasse atual, indicando que o silêncio de Washington sobre os esforços de desnuclearização da RPDC em 2018 e o fracasso em acomodar as “legítimas preocupações” de Pyongyang bloqueariam o encaminhamento do dossiê.

Avalia-se que a manutenção do regime da RPDC está em linha com o objetivo chinês de assegurar a estabilidade na Península Coreana, pois reduz a influência de Washington na região e evita o estacionamento de tropas dos EUA em sua fronteira imediata, além de mitigar os impactos humanitários que resultariam de um colapso do governo norte-coreano e afetariam as províncias fronteiriças de Liaoning e Jilin.

Nesse contexto, a China vem defendendo a proposta do *dual-track approach*, pela qual os EUA e a RPDC adotariam medidas graduais e sincronizadas para a desnuclearização. Pequim avalia, ademais, que as sanções, por si sós, não garantirão a desnuclearização da península, para o que seriam necessárias a abertura e a reforma da RPDC e, conseqüentemente, o relaxamento das sanções em algum momento, acompanhado de garantias de segurança e soberania ao país.

Em 2025, durante as comemorações do fim da Segunda Guerra Mundial em Pequim, o presidente Xi Jinping recebeu Vladimir Putin e Kim Jong Un para assistir a desfile militar que incluiu a exibição de armamentos nucleares e nucleares-capazes chineses. O episódio foi interpretado como marco simbólico de reaproximação entre China e RPDC, indicando possível flexibilização da posição oficial chinesa, até então alinhada ao discurso de desnuclearização da península. A cena ocorreu em contexto de tensões crescentes entre Washington e Pequim, intensificadas pelas declarações do

presidente norte-americano Donald Trump, sobretudo em temas de comércio internacional.

Rússia

As relações entre a RPDC e a Rússia têm suas raízes no período soviético. Com o fim da ocupação japonesa em 1945, a União Soviética assumiu o controle da parte norte da península, desempenhando papel decisivo na formação das estruturas políticas e militares que dariam origem à República Popular Democrática da Coreia, em 1948. Moscou apoiou a ascensão de Kim Il Sung, forneceu armamentos, treinamento militar e apoio econômico ao novo Estado. Durante a Guerra da Coreia (1950-1953), a URSS prestou assistência estratégica e logística à RPDC.

Com o colapso da União Soviética em 1991, a Federação Russa herdou esse legado histórico. As relações voltaram a ganhar importância a partir dos anos 2000, sobretudo no contexto das tensões nucleares e da necessidade de a RPDC diversificar parceiros frente ao peso da China. Hoje, a Rússia mantém vínculos diplomáticos e econômicos limitados, mas estratégicos, com a RPDC, reafirmando relação que remonta ao apoio soviético decisivo na fundação e consolidação do Estado norte-coreano.

A exemplo da China, a Rússia defende a flexibilização das sanções e o diálogo EUA-RPDC, entendendo que esses passos ajudariam a construir certa estabilidade regional e evitariam aumento da presença militar norte-americana na região. Após período de distanciamento, os contatos entre Moscou e Pyongyang ganharam intensidade a partir de 2018. Em abril de 2019, o presidente Vladimir Putin e o líder Kim Jong Un encontraram-se em reunião de cúpula em Vladivostok.

Desde 2020, Pyongyang vem conduzindo diplomacia seletiva, estreitando laços com Moscou, afastando-se um tanto mais do Ocidente e relativizando, em termos políticos, a centralidade da China em sua rede de apoios externos.

O líder norte-coreano enviou mensagem a Vladimir Putin por ocasião do Dia da Vitória, em 9 de maio de 2022, mencionando a amizade estratégica e tradicional e a sólida solidariedade à causa do povo russo para “fundamentalmente remover as ameaças e as chantagens das forças hostis”. A RPDC também reconheceu a anexação ilegal das províncias de Donetsk e Lugansk pela Rússia.

Em setembro de 2023, Putin e Kim mantiveram reunião na Rússia. O encontro teve por objetivo declarado a comemoração do aniversário dos laços entre a União Soviética e a RPDC, mas houve menções a discussões de cooperação militar. Os EUA e países próximos, como Japão e Coreia do Sul, acusaram a RPDC de ter fornecido munições de artilharia e armamentos

à Rússia para uso no conflito da Ucrânia, o que foi negado por ambos os lados na ocasião.

Em junho de 2024, Putin visitou a RPDC, na primeira viagem ao país desde 2000. O encontro sedimentou a parceria entre os países em acordo de Parceria Estratégica Abrangente, que prevê assistência militar mútua com o uso de todos os meios à disposição no caso de ataque armado de terceiro Estado, bem como a coordenação de posições em caso de ameaça à paz e à segurança regional e internacional, com o estabelecimento de negociações imediatas para a contenção de crises.

Em abril de 2025, a RPDC confirmou envolvimento militar direto no conflito ucraniano com a mobilização de milhares de soldados norte-coreanos integrados ao comando russo durante a ofensiva para recuperação de Kursk. Kim Jong Un declarou que a ação estava em consonância com o artigo 4º do Acordo de Parceria Estratégica Abrangente para justificar a operação.

Coreia do Sul

A eleição do presidente sul-coreano Lee Jae-myung, em junho de 2025, introduziu nova dinâmica nas relações intercoreanas. O mandatário tem demonstrado disposição para reorientar a relação com o Norte, reiterando publicamente sua abertura ao diálogo e sinalizando disponibilidade para realizar visitas recíprocas e promover mecanismos de confiança mútua. Entre as iniciativas mais contundentes de sua administração estão a suspensão da propaganda fronteira contra o regime norte-coreano e a reafirmação, em discurso no Dia da Libertação (15 de agosto), de compromisso público com a não absorção da RPDC, demonstrando respeito ao sistema vigente no país e rejeitando ações hostis.

Em setembro de 2025, o Presidente Lee apresentou a iniciativa END, sigla em inglês para os três pilares da nova estratégia sul-coreana de coexistência pacífica com o Norte: *Exchange, Normalization e Denuclearization*. Apesar desses gestos unilaterais, contudo, a RPDC não tem correspondido às tentativas de aproximação protagonizadas pelo governo sul-coreano.

Japão

Inicialmente, Pyongyang manteve postura discreta diante da eleição da Primeira-Ministra Sanae Takaichi, em outubro de 2025, mas, em seguida, a mídia estatal passou a retratá-la como liderança conservadora de linha dura, crítica de sua agenda de defesa e de suas posições em relação à história do Japão.

Nesse sentido, Sanae Takaichi dificilmente despertará otimismo entre as lideranças políticas da RPDC. Em seu discurso inaugural, reiterou que o

programa nuclear e de mísseis norte-coreano é absolutamente inaceitável. Ainda assim, sinalizou abertura para eventual encontro com Kim Jong Un, afirmando determinação em buscar a resolução da questão dos cidadãos japoneses sequestrados pela RPDC. A iniciativa pode refletir abordagem pragmática, em linha com estratégias adotadas por outras lideranças conservadoras, como Donald Trump.

Historicamente, apenas um líder japonês se reuniu com um chefe de Estado norte-coreano. Em 17 e 18 de setembro de 2002, o então Primeiro-Ministro Junichiro Koizumi realizou visita histórica a Pyongyang, sendo recebido por Kim Jong Il, pai do atual líder. Na ocasião, a RPDC admitiu pela primeira vez o sequestro de dezessete cidadãos japoneses nas décadas de 1970 e 1980 e autorizou o retorno ao Japão de cinco deles. Koizumi voltaria a Pyongyang em 2004, mas sem avanços concretos. Desde então, não houve novos encontros entre mandatários dos dois países.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

Mar/2001	Estabelecimento de relações diplomáticas Brasil-RPDC
Nov/2005	Visita ao Brasil do Ministro do Comércio Exterior da RPDC, Rim Kyong Man.
Mai/2006	Visita ao Brasil do Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros da RPDC, Kim Hyong Jun.
Mai/2007	Visita a Brasília do Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros da RPDC, Kim Hyong Jun: assinatura de Memorando de Entendimento que estabelece mecanismo de Consultas Políticas bilaterais.
Mar/2008	Visita a Pyongyang do Subsecretário-Geral Político II, Emb. Roberto Juguaribe (I reunião de Consultas Políticas).
Mai/2009	Abertura da Embaixada do Brasil em Pyongyang.
Mai/2009	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros da RPDC, Pak Ui Chun (9 a 13)
Set/2010	Visita a Brasília do Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros da RPDC, Kim Hyong Jun (II reunião de Consultas Políticas)
Out/2010	Visita de missão técnica da Agência Brasileira de Cooperação (ABC)/Embrapa à RPDC.
Out/2011	Visita a Brasília do Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros da RPDC, Kim Hyong Jun.
Set/2015	Encontro entre chanceleres do Brasil e da RPDC à margem da 70ª AGNU.

Ago/2016	Choe Ryong Hae - segundo na hierarquia de poder norte-coreana - visita o Rio de Janeiro para a cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos.
Abr/2018	Delegação do Senado Federal, chefiada pelo Senador Fernando Collor (PTC/AL), então Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realiza missão oficial à RPDC.
Set/2018	Encontro entre chanceleres do Brasil e da RPDC à margem da 73ª AGNU.
Set/2025	Encontro entre o chanceler do Brasil e o vice-ministro para organismos internacionais, Kim Son Gyong à margem da 80ª AGNU.

RELAÇÃO DE EMBAIXADORES E ENCARREGADOS BRASIL-RPDC

BRASIL		
Período	Nome	Cargo
07/2009 a 02/2012	MPC Arnaldo Carrilho	Embaixador
03/2012 a 07/2016	MSC Roberto Colin	Embaixador
07/2016 a 08/2018	C Cleiton Schenkel	Encarregado de negócios a.i
12/2018 ao presente	MPC Luis Felipe Silvério Fortuna	Encarregado de negócios en pied

RPDC		
Período	Nome	Cargo
08/2009 a 06/2013	Hi Hwa Gun	Embaixador
07/2013 a 12/2015	Kim Thae Jong	Embaixador
03/2015 a 12/2023	Kim Chol Hak	Embaixador
Acordado concedido 15/8/2024	em Song Se Il	Embaixador

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

**PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA EMBAIXADA EM PYONGYANG, REPÚBLICA
POPULAR E DEMOCRÁTICA DA COREIA (RPDC-COREIA DO NORTE)**

Candidato: Ministro de Segunda Classe RICARDO PRIMO PORTUGAL

PERFIL DO CANDIDATO

Nascido em Porto Alegre/RS em 1962, o Ministro de Segunda Classe Ricardo Primo Portugal ingressou no Itamaraty, no Instituto Rio Branco, em 1998, após experiência de trabalho como professor de literatura e língua portuguesa, além de administrador e agente cultural. Exerce hoje as funções de Ministro Conselheiro da Embaixada do Brasil na Albânia, em Tirana. Havendo atuado em áreas variadas, dedicou-se prioritariamente a temas asiáticos, com destaque para as relações com os países da Ásia Oriental, em especial a China, as Coreias e o Sudeste Asiático, e também temas consulares e de emigração.

Tendo servido em três postos na República Popular da China, trabalhou primeiramente na Embaixada do Brasil em Pequim, onde, como Chefe do Setor Político, dedicou-se à observação da política interna e externa daquele país. Em seguida, no Consulado-Geral em Xangai, atuou no apoio à comunidade de nacionais naquela cidade, a qual conta com funcionários de empresas brasileiras e operadores de comércio exterior. Trabalhou ainda na abertura do Consulado Geral em Cantão, posto de intensa atividade de apoio a brasileiros, e principal centro do comércio exterior da China.

O diplomata acompanha regularmente a relação do Brasil com a República Popular e Democrática da Coreia (RPDC, Coreia do Norte) desde o início da aproximação oficial entre os dois países. Em 2003, Ricardo Primo Portugal participou da primeira visita de diplomatas

brasileiros a Pyongyang, como assessor do Embaixador cumulativo naquela capital, residente em Pequim, Affonso Celso de Ouro Preto, que foi apresentar credenciais, no primeiro encontro de alto funcionário brasileiro com autoridades coreanas governamentais naquele país e com membros do corpo diplomático local.

Também lidou pessoalmente com a abertura da Embaixada do Brasil em Pyongyang, em 2008 e 2009, integrando, como assessor e analista político, missões de consultas do futuro e primeiro Embaixador do Brasil naquela capital, Arnaldo Carrilho, aos países negociadores do programa nuclear norte-coreano na época (dos chamados “*six-party talks*”), em viagens a Washington, Tóquio, Pequim, Seul e Moscou, produzindo relatórios das discussões de alto nível com diplomatas daquelas chancelarias. Posteriormente, em 2010, foi lotado na Embaixada do Brasil em Pyongyang durante a instalação do posto.

O Ministro Portugal também trabalhou na Embaixada em Quito quando o Equador era acesso preferencial da migração haitiana para o Brasil, entre 2010 e 2015, chefiando o setor consular daquele posto, e se especializando na moderna e multidisciplinar teoria das migrações, área sobre a qual escreveu tese interna no Itamaraty. Em seguida, no Consulado-Geral do Brasil em Bruxelas, desenvolveu trabalho junto à extensa emigração brasileira na Bélgica e Luxemburgo, e na Europa. Naqueles postos e outros, em que atuou em temas consulares e migratórios, adquiriu experiência na área e contribuiu para o mapeamento, atendimento e assistência a brasileiros no exterior, produzindo análises estratégicas, bem como apoiou eventos culturais e acadêmicos de difusão da imagem e cultura do Brasil.

O candidato manteve estudo e trabalho regular sobre temas da China e países asiáticos, principalmente como agente cultural, o que se refletiu no desenvolvimento de sua carreira acadêmica e literária. Graduado em Letras (UFRGS), concluiu Mestrado em Literatura Comparada pela UnB, com ênfase em teoria da tradução, sendo tradutor de poesia clássica chinesa, detentor do Prêmio Jabuti de Tradução, pela “Antologia da Poesia Clássica Chinesa – Dinastia Tang” (2013), e finalista daquele prêmio, por “Poesia Completa de Yu Xuanji” (2011). Mantém-se integrado a atividades de intercâmbio cultural e acadêmico com a China e a Ásia Oriental, proferindo conferências e participando de publicações de traduções e artigos em revistas especializadas e periódicos de divulgação.

SITUAÇÃO ATUAL DO POSTO

DIMENSÃO BILATERAL: A SITUAÇÃO ATUAL

As relações bilaterais do Brasil com a RPDC foram estabelecidas em março de 2001. Em 2003, ocorreu a primeira missão de diplomatas brasileiros a Pyongyang, com a visita do Embaixador em Pequim, cumulativo com Pyongyang, Affonso Celso de Ouro Preto, acompanhado por assessor.

A Embaixada norte-coreana em Brasília instalou-se em 2005; a brasileira em Pyongyang, em maio de 2009. O Brasil teve dois Embaixadores na RPDC: Arnaldo Carrilho (2009-2012) e Roberto Colin (2012-2016).

Desde julho de 2016 até o presente, o posto foi chefiado por encarregados de negócios; o atual chefe, Ministro de Primeira Classe Luís Felipe Silvério Fortuna (2018 até o presente), foi instruído a trabalhar a partir de Seul, em consequência do fechamento das fronteiras do país e evacuação da maioria do corpo diplomático de Pyongyang, durante a pandemia de Covid-19, de janeiro de 2020 a junho de 2024, quando pôde reassumir suas funções naquela capital. A Embaixada então manteve-se praticamente inativa dentro do país, com um funcionário local como encarregado das chaves.

Aquela situação impediu ações e gestões diretas, de cooperação técnica e assistência humanitária, entre outras, enquanto se aguardava a reabertura do país e o retorno do corpo diplomático. O relacionamento limitou-se à troca de comunicações oficiais, mantendo-se, ainda, a essencial vertente política, na produção de relatórios sobre a situação do país e, sobretudo, na área multilateral: diversos apoios a candidaturas brasileiras em órgãos internacionais foram concedidos pela RPDC naquele período.

Recentemente, as relações bilaterais começam a retomar regularidade, com a elevação de nível das representações, na indicação mútua de Embaixadores. O Governo brasileiro concedeu, em agosto de 2024, agrément para o embaixador Song Se-il, que chefiava a área de América Latina da Chancelaria norte-coreana.

Na verdade, a redução das relações da RPDC com outros países, agravada pela crise sanitária da pandemia, sobrevinha a progressiva retração de sua representação internacional, a partir do fracasso das sucessivas negociações sobre o programa nuclear e missilístico norte-coreano, acompanhadas pelos testes balísticos do país e correspondentes sanções internacionais. Assim, em 2023, houve significativa redução da presença diplomática da RPDC no exterior, com fechamento de ao menos dez embaixadas. Além disso, as sanções aplicadas pela Resolução 2321/2016 da ONU, de inaudita severidade, determinaram aos países membros limitarem o número de funcionários diplomáticos nas representações norte-coreanas.

SENTIDO IMEDIATO DA RELAÇÃO BILATERAL

O estabelecimento de relações diplomáticas com a RPDC participa da inserção da política externa do País em problemática das relações regionais dos parceiros principais do Brasil naquele continente – a China, a Rússia, o Japão, a Coreia do Sul, além do Sudeste Asiático e ASEAN. Seu sentido prioritário é, antes de tudo, político, tanto bilateral, quanto de projeção multilateral, perante a ONU e organismos multilaterais.

Desde a abertura da Embaixada em Pyongyang, o Brasil mantém posto de observação privilegiado sobre aquele país e a região, seguindo de perto um tema essencial de segurança internacional, de ramificações que excedem o espaço da Ásia Oriental, envolvendo, em diferentes níveis, atores extra-regionais, sobretudo os Estados Unidos e países europeus. A presença brasileira na RPDC permite desenvolver visão própria sobre a situação na Península Coreana, sobretudo em momentos de tensão. Países de dentro e de fora da região, bem como representantes de organismos internacionais, demonstram interesse pelo acompanhamento e posições sobre os temas peninsulares desenvolvidos pelo Brasil, que se avaliza como interlocutor qualificado e responsável. Para a RPDC, a embaixada brasileira representa presença regular e favorável de um país de expressão internacional, o qual exerce interlocução fluida com governos que são atores essenciais em sua problemática.

Nesse sentido, a manutenção de embaixada residente constitui, por si só, ativo diplomático para o Brasil perante o sistema internacional. Além daquele sentido político, três aspectos centrais, de importância prática e repercussão, têm caracterizado o relacionamento bilateral: a cooperação parlamentar, a assistência humanitária e a cooperação técnica.

Cooperação parlamentar

No âmbito das relações parlamentares, delegação do Senado Federal chefiada pelo Senador Fernando Collor (PTC-AL), então Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, realizou missão oficial à RPDC em 26/4 a 3/5 de 2018. Entre 4 e 13 de dezembro de 2019, esteve na capital coreana delegação liderada pelo Deputado Paulo Ramos (PDT-RJ). Recentemente, em 7 de outubro de 2025, visitou Pyongyang o Vice-Presidente do PC do B, Walter Sorrentino, acompanhado pelo Deputado Estadual Mario Maurici (PT-SP). A nível federal, a Resolução 72/1994 da Câmara dos Deputados criou o Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Coreia do Norte.

Cooperação para o desenvolvimento sustentável e proteção ao meio ambiente

É notável a tendência do Governo norte-coreano de se alinhar ao Brasil nessa área, na qual o País exerce claro protagonismo e liderança no sentido do multilateralismo. Por exemplo, a RPDC apoiou o Brasil na Iniciativa Global contra a Fome e a Pobreza, em 2024. Recentemente, delegação norte-coreana participou das reuniões realizadas no âmbito da COP-30, em Belém, em novembro de 2025, e manifestou apoio às iniciativas brasileiras, endossando o Compromisso de Belém para Combustíveis Sustentáveis (Belém 4X), o Chamado à Ação para o Manejo Integrado do Fogo e Resiliência a Incêndios Florestais e a Declaração de Belém sobre Fome, Pobreza e Ação Climática Centrada em Pessoas.

Considerando o fato de que a República da Coreia (Coreia do Sul) vem buscando engajar-se de forma mais proativa com a agenda de desenvolvimento sustentável, aquela área de cooperação

tem potencial para a construção de agenda positiva a integrar o diálogo intercoreano, possibilidade que também poderá, em alguma medida, ser explorada pela parte brasileira.

Cooperação em ciência, tecnologia e inovação

O regime de sanções praticado contra a RPDC é particularmente grave e extenso; a Resolução 2321/2016, determina que os Estados membros da ONU suspendam atividades de cooperação técnica e científica, salvo iniciativas médicas, e situações excepcionais, antecipadamente informadas e comprovadas como não favorecendo o programa nuclear e missilístico do país.

Antes do aprofundamento das sanções internacionais, a RPDC e o Brasil assinaram, em 2010, Acordo Básico de Cooperação Econômica e Técnica, cujo texto está em fase de incorporação ao ordenamento jurídico brasileiro. O acordo foi assinado durante visita da EMBRAPA e da ABC ao país naquele ano. No ano seguinte, missão norte-coreana integrada por quatro técnicos recebeu treinamento sobre plantio de soja da EMBRAPA, no campus da USP em Piracicaba e Londrina. Com efeito, a espécie prioritária de cooperação bilateral é a tecnologia agrícola. O problema, crônico no país, no qual o Brasil foi chamado a intervir, diz respeito à sustentabilidade alimentar. A questão está na linha de frente do relacionamento bilateral desde o início, sendo objeto frequente de gestões diplomáticas norte-coreanas.

Cooperação para promoção de desenvolvimento socioeconômico e combate às desigualdades

Trata-se de um dos aspectos mais propalados do sistema político norte-coreano, que se apresenta como de elevado índice de igualdade entre os cidadãos, partícipes de sistema socialista rigorosamente distributivista e estatal, com diferentes níveis de presença de atividades privadas na pequena propriedade e no comércio local de bens de consumo. O tema é complexo e passível de debate, em área na qual a experiência norte-coreana não é desprovida de exemplos positivos e boas práticas a apresentar, por exemplo em educação integral, saúde pública e métodos distributivos de renda. Contudo, há desigualdades, sobretudo entre a cidade e o campo, os vínculos de trabalho diferenciados por setores econômicos, a cidadania em geral e o grupo partidário-dirigente. Essa área e temas conexos têm constituído objeto de intercâmbio e debates com acadêmicos, inclusive do Brasil, sendo levantados em reuniões com especialistas e administradores governamentais. Porém, seu conhecimento por estrangeiros é incipiente e fragmentário, dada a descontinuidade e irregularidade do relacionamento bilateral da Coreia do Norte com diversos países.

Também em relação ao combate à desigualdade, além da promoção do desenvolvimento socioeconômico, o intercâmbio de informações e debates qualificados são um passo indispensável para o desenvolvimento de propostas de cooperação em programas e medidas sociais de combate a formas de desigualdade e no esforço de desenvolvimento.

A RPDC também se coloca receptiva à colaboração com o Brasil nos organismos internacionais em temas relativos ao desenvolvimento social e econômico e o combate à desigualdade, sendo, portanto, sensível ao debate e propostas na área. Como observado, a RPDC apoiou o Brasil na Iniciativa Global contra a Fome e a Pobreza, em 2024. Ademais, na COP-30, endossou a Declaração de Belém sobre Fome, Pobreza e Ação Climática Centrada em Pessoas.

Questão essencial para a RPDC, a partir da qual o Brasil se posiciona como parceiro e doador relevante, diz respeito à questão do combate à fome e do esforço de sustentabilidade alimentar, área que se constitui em importante ativo político do Brasil, em confirmação da concepção igualitária e solidária de cooperação construída por sua política externa.

Relação econômico-comercial bilateral

O modesto volume do comércio bilateral decresceu de USD 375 milhões em 2008, para USD 45 milhões em 2012, estando hoje virtualmente paralisado. As exportações brasileiras, esporádicas e de reduzido valor, eram sobretudo de produtos alimentícios e matérias primas; as importações desde a RPDC eram de produtos industrializados. A Embaixada do Brasil não tem Setor de Promoção Comercial.

Em outras condições, o Brasil poderia explorar oportunidades comerciais com o país. Por exemplo, a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (ABIEC) assinou com a RPDC instrumento que elimina restrições para a importação de carne bovina, em 2014. No ano seguinte, a parte coreana aceitou Certificado Sanitário Internacional (CSI) proposto pelo Brasil. O intercâmbio, contudo, não se desenvolveu.

Diversas resoluções do Conselho de Segurança da ONU impõem, entre as diversas sanções, limites ao comércio com a RPDC. A Resolução 2397 (2017) proíbe ao país a exportação de produtos alimentícios, agropecuários, maquinário e produtos de pesca, entre outros. Ainda a Resolução 2375 daquele ano proíbe o estabelecimento de joint-ventures com o país, bem como a contratação de seus nacionais.

INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A RPDC

A República Popular Democrática da Coreia (RPDC, Coreia do Norte) foi fundada ao final da Segunda Guerra Mundial, quando a península coreana, então ocupada pelo Japão, foi dividida ao longo do paralelo 38, com o Norte sob o apoio soviético e o Sul sob influência norte-americana. A fundação dos dois países foi, então, resultado da ocupação estrangeira que sobreveio à II Guerra Mundial, e consolidada pelo impasse na guerra civil que eclodiu e culminou na Guerra da Coreia (1950-1953), a qual não foi formalmente encerrada: o armistício acordado em 1953 não foi sucedido por tratado de paz definitivo, mantendo-se a nação tecnicamente em conflagração.

A área da RPDC é de 120.540 km² (um pouco menor do que o Estado do Amapá), equivalente à da Coreia do Sul (100.295 km²). A República Popular e Democrática da Coreia divide com a República da Coreia (Coreia do Sul) a herança histórica da antiga nação coreana, que ocupava milenarmente a Península, em posição estratégica na geopolítica regional, considerando suas fronteiras principalmente terrestres com China e Rússia, e marítimas com o Japão. O final do Século XX trouxe pressões de potências ocidentais e, com o final da II Guerra Mundial, a presença permanente dos EUA como ator regional. Portanto, a Coreia fora historicamente um pequeno país cercado por potências. Invadido e dominado dezenas de vezes em sua longa história, desenvolveu cultura política marcadamente identitária e nacionalista, com tendências isolacionistas.

Quanto à RPDC, desde a fundação desenvolve-se como governo socialista de forte centralização do Estado, de características próprias e diferenciadas, com institucionalidade marcada, em diversos aspectos, por elementos da tradicional cultura política da nação coreana. Seu Chefe de Estado é, na prática, escolhido por continuidade dinástica na família do líder fundador Kim Il-sung (de 1948 a 1994), sucedido pelo filho Kim Jong-il (1994 a 2011), e pelo neto, Kim Jong-un (2011 até hoje).

Dados econômicos

A definição e consistência dos dados na RPDC são limitadas, sendo comum recorrer-se a projeções de agências externas e não-oficiais norte-coreanas (a exemplo de analistas da China e da Coreia do Sul, economistas internacionais especializados e *think tanks*). Estima-se o PIB da RPDC (2024) em USD 34,9 bilhões. A economia do país cresceu 3,7% em 2024, segundo projeções do Banco da Coreia do Sul, o ritmo mais rápido de crescimento em 8 anos, não obstante o aumento do isolamento internacional do país. O PIB per capita é de aproximadamente USD 1,319. Distribuição econômica: agricultura: 20,9% do PIB; indústria: 49,3%; e serviços: 29,8%. As principais indústrias são: metalurgia, mineração (carvão, minério de ferro etc.), produtos químicos, têxteis, processamento de alimentos.

A taxa de desemprego é de 0% a 3%. A RPDC é fria e montanhosa, com poucas áreas aráveis e limitados recursos energéticos e tende a problemas crônicos de sustentabilidade alimentar. Desde o final da Guerra Fria, com a suspensão do apoio econômico regular do bloco soviético, o país, que até a década de 1980 era o mais rico da Península Coreana, precipitou-se em instabilidade econômica, agravada periodicamente em surtos de penúria e insuficiência alimentar, como na fome de meados da década de 1990.

Política Externa: aspectos centrais

O colapso do bloco soviético e o final da Guerra Fria modificaram o alinhamento de forças na região Ásia-Pacífico, com os diferentes países reorganizando suas relações mútuas a partir dos

próprios projetos e esforços de inserção na nova ordem internacional. Essa situação levou a adaptações periódicas da RPDC, mas, basicamente, o país reconfirmou a base fundamental de sua política externa, que é, desde a fundação do país, a alternância de relacionamento prioritário entre os dois parceiros fundamentais – ora com a Rússia, ora com a China –, em busca de vantagens econômicas e proteção.

Desde aquele período, a RPDC dedicou-se ao fortalecimento de sua estrutura de segurança, com a intensa militarização da população e o desenvolvimento do programa nuclear armamentista e missilístico. Segundo o Governo norte-coreano, sua perspectiva, desenvolvida a partir do colapso do escudo armamentista do bloco soviético, destina-se a contra-arrestar a presença permanente de armas nucleares e tropas norte-americanas na Coreia do Sul, além dos periódicos exercícios e atividades militares entre os dois países. A RPDC identifica os EUA como o principal opositor, beligerante e detentor da iniciativa na Península.

Programa nuclear e missilístico

A partir do princípio da década de 1990, a RPDC acelerou seu programa nuclear (iniciado em meados dos anos 1960), distanciando-se progressivamente dos sistemas internacionais de controle. Ameaçou retirar-se do TNP (Tratado de Não-Proliferação nuclear, que assinara em 1985), o que acabou por fazer em 2003, recusando inspeções da AIEA (Agência Internacional de Energia Atômica). A RPDC passou a incitar e envolver sistematicamente o engajamento de outros países com atuação no entorno regional (Coreia do Sul, Japão, EUA, China, Rússia) no atendimento de seu problema energético, ao mesmo tempo que encaminhando negociações quanto à ameaça nuclear e bélica na Península, pretendendo obter, a partir de posição de pressão, um acordo definitivo para o final da Guerra da Coreia com os Estados Unidos.

Desde então, desenvolveram-se diversas fórmulas internacionais de negociação do programa norte-coreano, as quais obtiveram avanços temporários, seguidos de recuos. Desde a primeira fórmula, que levou ao hoje superado acordo “*Agreed Framework*”, com EUA, Japão e Coreia do Sul, inaugurada em 1994, sucederam-se as Conversações das Seis Partes (“*Six-Party Talks*”, 2003-2009), envolvendo as duas Coreias, EUA, China, Japão e Rússia, e, posteriormente, negociações em nível presidencial, diretamente entre a RPDC e os Estados Unidos.

Após o fracasso das reuniões de Cúpula de Hanoi entre Kim Jong-un e o Presidente norte-americano Donald Trump, em 2019, que sucedia negociação promissora, mas novamente infrutífera, o impasse permanece. Questão política multilateralizada, o problema dos programas nuclear e missilístico norte-coreano – afinal, derivado da prolongada divisão política da Península Coreana – atingiu notável complexidade e envolve posições contrastantes dos principais atores, potências internacionais que intervêm na região, especialmente China, Rússia e Estados Unidos.

Diálogo intercoreano

As fórmulas negociadoras mencionadas avançam e recuam paralelamente ao diálogo intercoreano, referente à retomada do relacionamento político entre as duas Coreias. O diálogo intercoreano tem trazido resultados relevantes, mesmo em sua evolução irregular e parcial, a partir de reuniões de cúpula entre dirigentes de ambos os países. A partir da primeira política de engajamento e distensão peninsular, a *“Sunshine Policy”*, proposta pelo então Presidente sul-coreano Kim Dae-Jung, em 1988, inauguraram-se experiências de maior contacto político entre os dois Estados. Seguiram-se três cúpulas coreanas em Pyongyang (junho de 2000, outubro de 2007 e setembro de 2018) e duas reuniões em Panmunjon (abril de 2018 e maio de 2018), bem como vários empreendimentos de visibilidade, caracterizados por realizações, impasses e regressões, tanto comerciais e industriais, como sociais, nos encontros entre familiares separados pela Guerra da Coreia.

Sanções internacionais

A partir de 2011, e sobretudo na última década, Pyongyang conduziu dezenas de testes nucleares e missilísticos, incluindo três de mísseis intercontinentais (ICBMs) em 2017, capazes de atingir o território americano dos Estados Unidos. A Península Coreana tem passado por períodos de escalada de tensões, acompanhadas pelo reforço progressivo das sanções internacionais do Conselho de Segurança da ONU e outros atores.

A RPDC figura hoje entre os países mais sancionados do mundo. Nas duas últimas décadas, os nove conjuntos de sanções impostos pela ONU são agravados pelas penalidades unilateralmente aplicadas por certos países doadores, como os EUA e o Japão, a incluírem: embargo de armas, congelamento de bens, restrições de viagem a indivíduos envolvidos com o programa nuclear, restrições bancárias e financeiras, proibição de exportações de minerais, têxteis e frutos do mar, limitações ao setor de aviação e ao fornecimento de combustível, bem como proibição de importação de maquinaria industrial e de transporte. Recentemente, até mesmo atividades de cooperação básicas e doações de proveniência internacional são afetadas pelos regimes de sanções acumulados, cuja efetividade tem sido questionada em diversos foros multilaterais.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE) ¹

VISÃO DE FUTURO

Fortalecimento da atuação do Brasil em temas globais por meio de uma diplomacia ativa e altiva, comprometida com os interesses do povo brasileiro e engajada na construção de parcerias

¹ O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE 2024-2027, que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2024-2027.

estratégicas e na promoção da paz, da cooperação, do desenvolvimento sustentável e de um mundo mais justo e inclusivo.

PROPÓSITO

Promover a inserção internacional soberana, os valores e os interesses do Brasil, renovando o compromisso como diálogo e a cooperação internacionais em prol do desenvolvimento sustentável, dos direitos humanos e da paz, e prestar assistência a brasileiras e brasileiros no exterior.

VALORES

Inovação. Transparência. Valorização do conhecimento institucional. Diversidade. Diálogo. Adaptabilidade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Reposicionar o Brasil no mundo, consolidando a vocação universalista da política externa e ampliando a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais;
2. Obter avanços significativos em processos negociadores, em linha com os interesses nacionais;
3. Tornar mais efetiva a promoção da imagem, da cultura, da ciência, dos produtos e dos serviços brasileiros, valorizando a diversidade do país;
4. Ampliar a cooperação técnica, humanitária e educacional praticada pelo Brasil e aprimorar sua efetividade;
5. Modernizar a prestação de serviços consulares, garantindo assistência a brasileiras e brasileiros no exterior, com respeito a sua diversidade e atenção às especificidades de cada caso.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO
Alinhado ao PEI-MRE

VISÃO DE FUTURO DO POSTO

Fortalecimento da atuação do Brasil em temas globais por meio de uma diplomacia ativa e altiva, comprometida com os interesses do povo brasileiro e engajada na construção de parcerias estratégicas e na promoção da paz, da cooperação, do desenvolvimento sustentável e de um mundo mais justo e inclusivo.

PROPÓSITO DO POSTO

Promover a inserção internacional soberana, os valores e os interesses do Brasil, renovando o compromisso com o diálogo e a cooperação internacionais em prol do desenvolvimento sustentável, dos direitos humanos e da paz, contribuindo para a estabilidade e o manejo de tensões regionais, através da mitigação do isolamento da RPDC, o apoio humanitário e à sustentabilidade alimentar daquele país, e favorecendo o diálogo intercoreano, fazendo-se presente responsavelmente junto a problemática local de prolongada repercussão no sistema internacional e na ONU, ao mesmo tempo em que divulgando e defendendo, em perspectiva multilateral, a agenda internacional da ONU junto ao governo daquele país, no sentido das posições do Brasil.

VALORES

Inovação. Transparência. Valorização do conhecimento institucional. Diversidade. Diálogo. Adaptabilidade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Reposicionar o Brasil no mundo, consolidando a vocação universalista da política externa e ampliando a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais;
2. Tornar mais efetiva a promoção da imagem, da cultura, da ciência, dos produtos e dos serviços brasileiros, valorizando a diversidade do país;
3. Ampliar a cooperação técnica, humanitária e educacional praticada pelo Brasil e aprimorar sua efetividade;
4. Fortalecer as relações bilaterais, prioritariamente na área política e em cooperação, buscando retomar e aprofundar o diálogo político e a cooperação para o desenvolvimento;

5. Continuar o acompanhamento e informe regular a Brasília da situação interna da RPDC, reportando sua política externa e interna, condições políticas, sociais e econômicas, bem como desenvolvimento e atualização nas áreas de ciência e tecnologia, meio-ambiente e manejo climático-ambiental;
6. Manter acompanhamento constante da situação política e securitária da Península Coreana, bem como de sua repercussão no contexto geopolítico do Leste Asiático, mediante a busca de informações e análise da conjuntura local e regional.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE
(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do Posto)

I - Promoção de comércio e investimentos

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- a. Meta geral: recompor aproximadamente os indicadores de comércio bilateral da primeira década deste Século, anteriores ao agravamento do isolamento econômico do país pelo regime de sanções;
- b. Realizar relatórios e análises de inteligência econômica sobre a conjuntura e o desenvolvimento de oportunidades para comércio e investimentos, apesar das amplas restrições impostas pelo regime de sanções internacionais.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- a. Indicadores de resultado:
 - i. Número de operações de comércio bilaterais apoiadas pela Embaixada;
 - ii. Número de relatórios sobre a situação econômica e comércio produzidos.
- b. Indicadores de esforço:
 - i. Número de encontros com representantes do governo e outros atores;

- ii. Número de relatórios de acompanhamento da economia norte-coreana.

II - Relações políticas bilaterais

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- a. Continuar a recomposição do diálogo bilateral regular, reduzido por período prolongado durante o período de fechamento do país (2020-2024) e retomado com o retorno a Pyongyang do atual Encarregado de Negócios. Preparar e realizar, preferencialmente em 2026, a terceira reunião do Mecanismo de Consultas Políticas bilaterais, existente desde 2007, cuja última edição ocorreu em 2010 em Brasília
 - i. Identificar e avançar na preparação e conclusão de acordos, memorandos de entendimento e instrumentos bilaterais de consulta e cooperação;
 - ii. Representar regularmente o Governo do Brasil em cerimônias, celebrações e demais eventos oficiais na RPDC;
 - iii. Estimular a diversificação das relações bilaterais por meio da realização regular de reuniões de consultas e concertação entre áreas específicas;
 - iv. Incentivar as trocas de visitas, e também encontros em ambiente internacional, entre autoridades brasileiras e norte-coreanas de alto nível, cuja ocorrência tem sido bastante esporádica;
 - v. Promover e apoiar a diplomacia parlamentar e a diplomacia federativa, incentivando contatos e visitas de representantes legislativos e locais, assim como o funcionamento de grupos parlamentares e missões de parte a parte.
- b. Continuar o acompanhamento e informe regular a Brasília da situação interna da RPDC, reportando com atualidade suas condições políticas, sociais e econômicas
 - i. Produzir regularmente análises de aspectos políticos, sociais e econômicos da RPDC, propiciando qualificado entendimento e compreensão da realidade do país, de maneira a contornar a crônica falta de informações de primeira mão e especializada, sobre um país atuante e influente na situação internacional e no sistema regional, mas ao mesmo tempo em que seletivo e excludente quanto à observação de atores externos;
 - ii. Manter acompanhamento constante da situação política e securitária da Península Coreana, bem como de sua repercussão no contexto geopolítico

- do Leste Asiático, mediante a busca de informações e análise da conjuntura local e regional;
- iii. Produzir relatórios regulares sobre o relacionamento externo da RPDC, especialmente quanto a seus parceiros mais próximos e outros atores regionais – Rússia, China, Japão, Coreia do Sul, Sudeste Asiático, Estados Unidos –, com ênfase no desenvolvimento do diálogo intercoreano.
- c. Retomar e operacionalizar as contribuições brasileiras ao governo norte-coreano quanto ao combate à fome e à garantia da sustentabilidade alimentar no país.
- i. Preparar e realizar novos provimentos de assistência humanitária, conforme as solicitações do governo norte-coreano a partir de sua avaliação das necessidades eventuais do país, na linha das três doações realizadas, entre 2010 e 2012, por meio do Programa Mundial de Alimentos (PMA);
 - ii. Retomar a colaboração técnica com a EMBRAPA nas áreas da produção de soja e arroz, conforme recente solicitação norte-coreana, no aumento da produtividade agrícola do país, caracterizado pela escassez de terras aráveis, com frequentes quebras de safas sob dificuldades climáticas, topográficas e técnicas.
- d. Atuar junto à RPDC em favor da agenda internacional multilateral, em especial quanto aos temas tratados no âmbito da ONU.
- i. Contribuir, subsidiariamente, para o distensionamento do relacionamento do país com o sistema internacional e atores regionais;
 - ii. Divulgar a agenda internacional onusiana desde a visão brasileira, contribuindo para a quebra do isolamento internacional da RPDC e sua inserção nos mais relevantes e diversos debates mundiais, sobretudo nas diversas áreas nas quais o Brasil assume protagonismo;
 - iii. Na linha do posicionamento histórico do Brasil, procurar desenvolver diálogo construtivo com a RPDC, estimulando seu engajamento e observação das resoluções do Conselho de Segurança da ONU;
 - iv. Buscar desenvolver diálogo na área de Direitos Humanos, na linha desenvolvida historicamente pelo Brasil, procurando sensibilizar a RPDC para a importância e conveniência de manter atitude cooperativa com a comunidade internacional na matéria, cooperando com os regimes internacionais, especialmente o Mecanismo de Revisão Periódica Universal do Conselho de Direitos Humanos da ONU;

- v. Realizar, através do diálogo construtivo, defesa do desarmamento da RPDC e da Península Coreana, buscando contribuir para o retorno do país ao regime de controle e contabilidade de energia nuclear, e de restrição de testes de artefatos nucleares e mísseis (Tratado de Não Proliferação Nuclear-TNP; Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares-CTBT);
- vi. Identificar interesses convergentes e oportunidades de cooperação no âmbito das Nações Unidas;
- vii. Fazer gestões junto ao Governo da RPDC em favor de posições defendidas pelo Brasil em foros multilaterais;
- viii. Fazer gestões com vistas a obter apoio a candidaturas brasileiras para cargos em organismos internacionais, realização de eventos internacionais no Brasil, e outras iniciativas diplomáticas brasileiras.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- a. Indicadores de resultado:
 - i. Realização de reuniões de consultas políticas, virtuais e presenciais, no Brasil e na RPDC;
 - ii. Número de visitas bilaterais realizadas com o apoio da Embaixada;
 - iii. Número de visitas e de iniciativas parlamentares de parte a parte;
 - iv. Número de encontros bilaterais de autoridades apoiados pela Embaixada;
 - v. Número de encontros e reuniões entre representantes setoriais;
 - vi. Número de relatórios produzidos pela Embaixada sobre política interna e política externa da RPDC;
 - vii. Número de reuniões, realizadas e apoiadas, com representantes do Governo, do Parlamento e da Universidade, sobre temas específicos;
 - viii. Iniciativas de diálogo sobre temas multilaterais, no âmbito de temas da ONU;
 - ix. Número de candidaturas brasileiras apoiadas pela RPDC;
 - x. Número de objetivos internacionais concertados, mutuamente apoiados.
- b. Indicadores de esforço:
 - i. Número de reuniões e de gestões com membros do Governo norte-coreano em favor de candidaturas internacionais do Brasil;
 - ii. Número de reuniões com membros do Governo da RPDC e outros atores relevantes em relação a temas e agendas específicas;
 - iii. Número de reuniões com membros do Governo da RPDC sobre temas multilaterais, no sentido de transmitir a posição do Brasil sobre temas da agenda multilateral e bilateral.

III - promoção da imagem do país, da cultura brasileira, do turismo e da marca Brasil

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- i. Posicionar o Brasil junto à RPDC na retomada do turismo de grupos praticado por aquele país, a qual deverá ocorrer com o aprofundamento da reabertura do país ora em curso, em sequência à pandemia de Covid-19;
- ii. Realizar tratativas para instrumento bilateral na área do turismo.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- a. Indicadores de resultado:
 - i. Número de reuniões conclusivas com agentes governamentais sobre a formalização do turismo bilateral.
 - ii. Celebração de acordo bilateral na área de turismo, outros instrumentos relativos ao tema.
- b. Indicadores de esforço:
 - i. Número de reuniões com membros do Governo norte-coreano e outros atores específicos em favor da cooperação em turismo;
 - ii. Número de reuniões com membros do Governo da RPDC na preparação de acordo bilateral.

IV - Cooperação para o desenvolvimento sustentável e proteção ao meio ambiente

i) METAS ESPECÍFICAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- a. Divulgar e aprofundar os temas da agenda ambiental com a RPDC, continuando o debate sobre aquele conjunto de questões cruciais enfileiradas na COP-30, nos quais o interesse local é evidente
 - i. Criar situações de divulgação e debate de temas ambientais com o Governo coreano, desde eventos específicos, até a inclusão daqueles temas como agenda paralela em discussões políticas (por exemplo, em reuniões de Consultas Políticas);
 - ii. Buscar obter informações técnicas sobre a situação da questão ambiental na Coreia do Norte;

- iii. Explorar oportunidades de oferecer cooperação técnica no desenvolvimento de dados e em medidas de proteção do meio-ambiente, lidando com as limitações dadas;
- iv. Explorar a possibilidade de diálogo com o Governo norte-coreano para identificar oportunidades de cooperação ambiental e de manejo da mudança do clima, especialmente no que diz respeito a parcerias em energias renováveis, área em que o Brasil se destaca.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- a. Indicadores de resultado:
 - i. Estabelecimento de conversações bilaterais sobre temas gerais e específicos da área ambiental, como acontecimento acoplado ao debate político (por exemplo, em Consultas Políticas), ou evento separado.
- b. Indicadores de esforço:
 - i. Número de iniciativas bilaterais de discussão realizadas;
 - ii. Quantidade de iniciativas de divulgação e debate com representantes do Governo coreano.

V - Cooperação em ciência, tecnologia e inovação

i) METAS ESPECÍFICAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- a. Priorizar as áreas de cooperação tecnológica já observadas na relação bilateral, tendo sido já produtivas, ou de interesse manifestado pela RPDC, tais como combate à fome, sobretudo quanto à transferência de tecnologia agrícola; manejo de florestas; combate a enchentes e incêndios
 - i. Apoiar a retomada da bem-sucedida colaboração técnica propiciada pela EMBRAPA nas áreas da produção de soja e arroz, conforme recente solicitação norte-coreana, no aumento da produtividade agrícola do país, caracterizado pela escassez de terras aráveis, com frequentes quebras de safras sob dificuldades climáticas, topográficas e técnicas;
 - ii. Priorizar a cooperação em manejo de florestas e combate a enchentes e incêndios, solicitada recentemente;
 - iii. Procurar informações e produzir relatórios sobre setores de desenvolvimento científico-tecnológico, indicando áreas passíveis de

cooperação bilateral, considerando as restrições do sistema de sanções internacionais aplicado ao país.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- a. Indicadores de resultado:
 - i. Número de reuniões realizadas sobre os temas de cooperação, com decisões de medidas para a cooperação;
 - ii. Visitas bilaterais de equipes científicas e técnicas, apoiadas pela Embaixada;
 - iii. Desenvolvimento de atividades específicas de cooperação técnica;
 - iv. Número de reuniões com representantes do Governo, de universidades, institutos de pesquisa e entidades, a fim de identificar oportunidades de cooperação bilateral.

- b. Indicadores de esforço:
 - v. Número de iniciativas bilaterais de discussão preparatórias realizadas;
 - vi. Quantidade de eventos de divulgação e debate com representantes do Governo coreano.

VI - Cooperação em educação, cultura, saúde e esportes

i) METAS ESPECÍFICAS DA GESTÃO DO CANDIDATO.

- a. Cultura:
 - i. Verificar a possibilidade de agenciar a participação do Brasil em festivais e eventos internacionais de cinema e outras artes organizados em Pyongyang, e apoiar a participação de agentes culturais brasileiros naquelas atividades;
 - ii. Divulgar entre agentes culturais norte-coreanos festivais e eventos internacionais de cinema e outras artes realizados no Brasil, e apoiar sua participação;
 - iii. Realizar tratativas para instrumento bilateral na área da cultura.

- b. Educação:

-
- i. Língua portuguesa: dar continuidade a atividades anteriormente realizadas pela Embaixada, no apoio a curso de idiomas em Pyongyang, o qual oferece língua portuguesa. Em 2019, o Instituto de Estudos Estrangeiros, fundado em 1949, oferecia 22 cursos de idiomas, entre os quais o português. Contribuir com doações de livros, tanto gramáticas e didáticos, como de literatura brasileira e portuguesa, e verificar a possibilidade de outras atividades;
 - ii. Cooperação entre universidades: verificar a possibilidade da realização de visitas de missões de universidades brasileiras para intercâmbio com universidades locais, e vice-versa;
 - iii. Verificar a possibilidade de realizar cooperação com cursos universitários locais, tanto em áreas científico-tecnológicas, como em ecologia e meio-ambiente, e prioritariamente em ciências humanas e sociais, como forma de promover a troca de ideias em debates ideológicos, políticos e filosóficos, entre analistas, teóricos, tomadores de decisão e formadores de opiniões atuantes no universo acadêmico norte-coreano, como cientistas sociais, filósofos, linguistas e acadêmicos brasileiros atualizados em disciplinas humanísticas ocidentais;
 - iv. Verificar possibilidades de intercâmbio para iniciativas editoriais mútuas voltadas à literatura, com ênfase na tradução de textos e obras fundamentais e tradicionais;
 - v. Realizar tratativas para a celebração de instrumentos bilaterais nas áreas de educação e ensino da língua e literaturas de expressão portuguesa na RPDC.
- c. Saúde:
- i. Explorar a possibilidade e o interesse na realização de intercâmbio de conhecimentos e de práticas na área de saúde, tendo em conta que a RPDC é herdeira da antiga cultura coreana, detentora de importante medicina tradicional, associada a práticas de educação física e conhecimentos sobre alimentação e nutrição;
 - ii. Verificar a existência de oportunidades em comércio e intercâmbio em produtos e itens farmacêuticos e equipamentos medicinais;
 - iii. Avançar no sentido da construção de acordo bilateral específico para a cooperação na área.
- d. Esportes:
- i. Verificar a possibilidade de realizar atividades de intercâmbios na área esportiva, através de reuniões entre profissionais, estágios e visitas, além da viabilização de amistosos, tendo em conta que a RPDC é país de destaque em diversos esportes olímpicos e coletivos, assim como o Brasil;

- ii. Verificar especificamente possibilidades de cooperação em áreas esportivas de notória excelência da Coreia do Norte, e nas quais já houve tratativas de instrutores e atletas brasileiros, como futebol, artes marciais e vôlei;
- iii. Apoiar atletas e delegações atléticas do Brasil que participam de torneios e outras atividades em Pyongyang.
- iv. Verificar a possibilidade de participação de atletas e profissionais do esporte do Brasil nos tradicionais grandes eventos esportivos mantidos regularmente em Pyongyang.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

a. Indicadores de resultado:

- i. Número de reuniões com agentes governamentais das áreas indicadas;
- ii. Número de participações de agentes culturais de parte a parte em eventos de divulgação e simpósios realizadas com o apoio da Embaixada;
- iii. Número de acordos e instrumentos assinados nas áreas;
- iv. Número de atividades de apoio realizadas à divulgação e o ensino da língua portuguesa;
- v. Número de visitas de missões universitárias realizadas e apoiadas, de parte a parte;
- vi. Número de traduções e edições apoiadas de obras literárias e outras, de parte a parte;
- vii. Número de atividades esportivas desenvolvidas com o apoio da Embaixada.

b. Indicadores de esforço:

- i. Número de reuniões bilaterais preparatórias realizadas;
- ii. Quantidade de contatos realizados com membros do Governo coreano e agentes das áreas mencionadas;
- iii. Número de reuniões e medidas preparatórias junto a agentes e representantes daquelas áreas no Brasil.

VII - Cooperação para promoção de desenvolvimento socioeconômico e combate às desigualdades

I) METAS ESPECÍFICAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- a. Facilitar o intercâmbio entre acadêmicos, especialistas, funcionários e parlamentares em temas relativos à promoção do desenvolvimento socioeconômico e combate às desigualdades;
 - i. Preparar e realizar novos provimentos de assistência humanitária, conforme as solicitações do governo norte-coreano a partir de sua avaliação das necessidades eventuais do país, na linha das três doações realizadas, entre 1010 e 2012, por meio do Programa Mundial de Alimentos (PMA);
 - ii. Retomar a colaboração técnica com a EMBRAPA nas áreas da produção de soja e arroz, conforme recente solicitação norte-coreana, no aumento da produtividade agrícola do país, caracterizado pela escassez de terras aráveis, com frequentes quebras de safras sob dificuldades climáticas e topográficas.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- a. Indicadores de resultado:
 - i. número de reuniões realizadas sobre os temas de cooperação, com intercâmbio de informações;
 - ii. Visitas bilaterais de equipes acadêmicas, científicas e técnicas; Desenvolvimento de atividades específicas de cooperação técnica;
 - iii. Doações de alimentos à RPDC: quantidades e abrangência;
 - iv. Viagens e reuniões de técnicos e especialistas em tecnologia agrícola;
 - v. Atividades de treinamento e transferência de conhecimento em tecnologia agrícola, viagens, quantidade de técnicos norte-coreanos participantes do programa;
 - vi. Apoio da RPDC a propostas brasileiras em organismos e iniciativas internacionais.
- b. Indicadores de esforço:
 - i. Número de iniciativas bilaterais de discussão preparatórias realizadas para os encontros bilaterais.
 - ii. Contatos realizados previamente aos encontros.
 - iii. Número de informes e relatórios realizados.

iv. Contatos governamentais e com agentes implicados em doações de alimentos.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

RELATÓRIO N° , DE 2026

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 85, de 2025, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor RICARDO PRIMO PORTUGAL, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular Democrática da Coreia.*

Relator: Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

O Presidente da República indicou o nome do Senhor RICARDO PRIMO PORTUGAL, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular Democrática da Coreia.

De acordo com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente, bem como deliberar por voto secreto sobre a matéria.

Para tanto e em atendimento ao disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (Risf), o MRE elaborou currículo do diplomata. Ademais, foi encaminhado a este colegiado relatório descritivo em que consta o planejamento estratégico para o posto e dados sobre a formação e carreira do indicado. Extraímos as informações que seguem desses documentos.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

O indicado nasceu em Porto Alegre/RS. É graduado em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e concluiu Mestrado em Literatura Comparada pela Universidade de Brasília (UnB).

Por meio do Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata, ingressou no Instituto Rio Branco no cargo de Terceiro-Secretário no ano de 1998. Frequentou o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) em 2006 e de Altos Estudos (CAE) em 2018, no qual defendeu a tese “O Equador e a imigração irregular haitiana e senegalesa para o Brasil: subsídios para a diplomacia bilateral e regional do País”.

Na carreira diplomática, ascendeu a Segundo-Secretário em 2004; a Primeiro-Secretário em 2007; a Conselheiro em 2014; e a Ministro de Segunda Classe em 2019.

Entre as funções desempenhadas ao longo da carreira, destacam-se as de: cônsul-geral adjunto no Consulado-Geral em Xangai de 2005 a 2008; subchefe da Divisão da Ásia e Oceania II de 2008 a 2010; primeiro-secretário comissionado e ministro-conselheiro na Embaixada em Pyongyang em 2010; cônsul-geral adjunto no Consulado-Geral em Cantão de 2010 a 2013; primeiro-secretário e conselheiro na Embaixada em Quito de 2013 a 2016; cônsul-geral adjunto no Consulado-Geral em Bruxelas de 2016 a 2019; assessor técnico do Departamento de Rússia e Ásia Central de 2019 a 2022; ministro-conselheiro da Embaixada em Tirana.

É autor de diversas publicações, inclusive no âmbito da Literatura.

Também em observância às normas do Risf, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Itamaraty sobre a República Popular Democrática da Coreia, o qual contém informações acerca das relações bilaterais com o Brasil, dados básicos daquele país e de suas políticas interna e externa, bem como de sua situação econômica.

Cuida-se de país em desenvolvimento, com sistema econômico socialista planejado. Com população de cerca de 26,5 milhões de habitantes, a República Popular Democrática da Coreia detém participação mínima no comércio internacional. No que se refere ao aspecto geopolítico



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

regional, tem posição estratégica: próxima ao Japão, faz fronteiras terrestres com China, Rússia e Coreia do Sul.

As tensões regionais advindas da Guerra da Coreia (1950-1953) impactam fortemente a política externa da República Popular Democrática da Coreia. O país é alvo de inúmeras sanções impostas pela Organização das Nações Unidas. Nesse ponto, vale destacar que, no ano passado, Pyongyang, anunciou possibilidade de abertura condicionada a novo diálogo. No entanto, mostrou-se inflexível no que tange à sua desnuclearização e pleiteou reconhecimento como potência nuclear de fato.

Brasil e República Popular Democrática da Coreia estabeleceram relações diplomáticas em 2001. Em 2005, foi instalada a embaixada norte-coreana em Brasília, e, em 2009, a embaixada brasileira em Pyongyang. O Brasil é um dos três países das Américas que conta com embaixadas residentes em Pyongyang. Ademais, é o único das Américas a manter embaixadas residentes nas duas Coreias.

A cooperação parlamentar, a assistência humanitária e a cooperação técnica são base para o relacionamento bilateral.

Por meio de Memorando de Entendimento firmado entre os dois países, foi estabelecido o mecanismo de Consultas Políticas Bilaterais. A primeira reunião se deu em 2008, e a segunda, em setembro de 2010.

Devido às mencionadas sanções internacionais impostas à República Popular Democrática da Coreia e ao fechamento de suas fronteiras, o comércio bilateral é quase inexistente. Durante a década de 2010, houve exportações brasileiras esporádicas de baixo valor, sobretudo de produtos alimentícios e matérias-primas. Também as importações foram pontuais e voltadas para produtos industrializados norte-coreanos.

Cumprir registrar que o Brasil se posiciona favoravelmente ao desarmamento completo, verificável e irreversível da República Popular Democrática da Coreia.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

1ª PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADES

4



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 3, DE 2026

(nº 72/2026, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor ALEXANDRE PEÑA GHISLENI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Comunidade da Austrália e, cumulativamente, no Estado Independente da Papua Nova Guiné, nas Ilhas Salomão, na República de Fiji, na República de Nauru e na República de Vanuatu.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 72

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **ALEXANDRE PEÑA GHISLENI**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Comunidade da Austrália e, cumulativamente, no Estado Independente da Papua Nova Guiné, nas Ilhas Salomão, na República de Fiji, na República de Nauru e na República de Vanuatu.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **ALEXANDRE PEÑA GHISLENI** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 26 de janeiro de 2026.



EXM nº 978/2025

Brasília, 18 de dezembro de 2025.

Senhor Presidente da República,

1 Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **ALEXANDRE PEÑA GHISLENI**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Comunidade da Austrália e, cumulativamente, no Estado Independente da Papua Nova Guiné, nas Ilhas Salomão, na República de Fiji, na República de Nauru e na República de Vanuatu, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2 O atual ocupante do cargo, **CLAUDIO FREDERICO DE MATOS ARRUDA**, será removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3 Encaminho, anexas, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **ALEXANDRE PEÑA GHISLENI** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

MAURO VIEIRA, Ministro de Estado das Relações Exteriores



Documento assinado com Certificado Digital por **Mauro Luiz Iecker Vieira**, Ministro de Estado das Relações Exteriores, em 18/12/2025, às 18:31, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Nº de Série do Certificado: 27457673539823592181420164538



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **7227840** e o código CRC **7E404B08** no site:

https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 102/2026/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência a Senhora
Senadora Daniella Velloso Borges Ribeiro
Primeira Secretária
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhora Primeira Secretária,

Encaminho Mensagem na qual o Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ALEXANDRE PEÑA GHISLENI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Comunidade da Austrália e, cumulativamente, no Estado Independente da Papua Nova Guiné, nas Ilhas Salomão, na República de Fiji, na República de Nauru e na República de Vanuatu.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 03/02/2026, às 20:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **7320106** e o código CRC **7FDF5FAB** no site:
https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00333.001829/2025-24

SEI nº 7320106

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE



MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE ALEXANDRE PEÑA GHISLENI

CPF.: Informações Pessoais

ID.: Informações Pessoais

1969 Filho de Informações Pessoais

Dados Acadêmicos:

1990 Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul
 1994 CPCD, IRBr
 2004 CAD, IRBr
 2011 LVI CAE - IRBr - Direitos Humanos e Segurança Internacional: o tratamento dos temas de Direitos Humanos no Conselho de Segurança das Nações Unidas - com louvor

Cargos:

1995 Terceiro-secretário
 2000 Segundo-secretário
 2004 Primeiro-secretário
 2007 Conselheiro
 2012 Ministro de segunda classe
 2022 Ministro de primeira classe

Funções:

1996-2000 Divisão de Coordenação Econômica e Assuntos Comerciais do Mercosul, assistente
 2000-03 Delegação Permanente em Genebra, terceiro-secretário e segundo-secretário
 2003-05 Secretaria de Planejamento Diplomático, assistente
 2005-07 Gabinete do Ministro, assessor
 2007-10 Embaixada em Washington, conselheiro
 2011-13 Embaixada em Havana, conselheiro comissionado ministro-conselheiro e ministro-conselheiro
 2013-19 Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais, diretor
 2019-22 Departamento de Promoção do Agronegócio, diretor
 2022-23 Departamento de Energia e Agronegócio, diretor
 2023 Departamento de Energia, diretor
 2023-25 Ministério da Saúde, Assessoria Internacional, chefe
 2025- Departamento de Política Econômica, Financeira e de Serviços, diretor

Obras Publicadas:

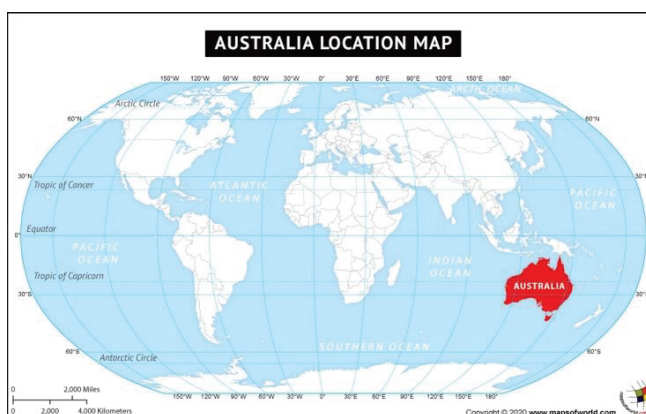
- 2008 A Incompatibilidade entre o Racismo e a Democracia: uma iniciativa brasileira na Comissão de Direitos Humanos. In: O Brasil e a ONU/Fundação Alexandre de Gusmão. – Brasília : FUNAG, 2008. pp. 205-16
- 2011 Direitos Humanos e Segurança Internacional: o tratamento dos temas de Direitos Humanos no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. 292 p.
- 2019 Subsídios Agrícolas: uma tarefa inconclusa da OMC. In: Revista Brasileira de Comércio Exterior. Edição 140, julho-setembro de 2019. Rio de Janeiro: FUNCEX, 2019. pp. 20-27

Condecorações:

- 1996 Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva, medalha de bronze
- 2003 Ordem de Rio Branco, Brasil, cavaleiro

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SECRETARIA DE ÁSIA E PACÍFICO (SEASIA)
Departamento de Japão, Península Coreana e Pacífico (DEJP)
Divisão de Austrália e Pacífico (DAP)

AUSTRÁLIA



Maço ostensivo
Dezembro de 2025

DADOS BÁSICOS SOBRE A AUSTRÁLIA

NOME OFICIAL	Comunidade da Austrália (<i>Commonwealth of Australia</i>)
CAPITAL	Camberra
ÁREA	7 682 300 km ²
POPULAÇÃO (2024)	27,204,809 (<i>Banco Mundial</i>)
LÍNGUA OFICIAL	Inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Protestantes (23,1%), católicos romanos (22,6%); outras cristãs (4,2%) muçulmanos (2,6%); budistas (2,4%); ortodoxos (2,3%) hinduístas (1,9%).
SISTEMA DE GOVERNO	Monarquia Parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Bicameral; Senado e Câmara dos Deputados (<i>House of Representatives</i>)
CHEFE DE ESTADO	Rei Charles III, representado pela governadora-geral, Sam Mostyn (<i>desde julho de 2024</i>)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Anthony Albanese (<i>desde maio de 2022; reeleito em maio de 2025</i>)
CHANCELER	Penny Wong (<i>desde maio de 2022</i>)
PIB nominal (2024)	US\$ 1,75 trilhão (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP (2024)	US\$ 1,93 trilhão (<i>Banco Mundial</i>)
PIB nominal per capita (2024)	US\$ 64,404 (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP per capita (2024)	US\$ 71,193 (<i>Banco Mundial</i>)
VARIAÇÃO DO PIB (%)	1,4% (2024); 3,4% (2023); 4,2% (2022); 2,1% (2021); -0,1% (2020); (<i>Banco Mundial</i>) crescimento ininterrupto por 28 anos até 2020
IDH (2024)	0,946 (10°) (<i>ONU</i>)
EXPECTATIVA DE VIDA (2023)	83 anos (<i>Banco Mundial</i>)
EMBAIXADOR EM CABBERRA	Claudio Frederico de Matos Arruda (<i>desde 06/09/2023</i>)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Sophie Millicent Grant Davies (<i>desde fevereiro de 2023</i>)
BRASILEIROS NO PAÍS	Registro de 52 910 brasileiros residentes na Austrália em 2020.
CUMULATIVIDADES	Fiji, Ilhas Salomão, Nauru, Papua Nova Guiné, Vanuatu

INTERCÂMBIO COMERCIAL BILATERAL (US\$ milhões FOB) - Fonte: Comex Stat

Brasil ↔ Austrália	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025 (jan-nov)
Intercâmbio	1.453	1.248	1.827	1.598	1.407	1.041	1.716,1	3.400,4	2.712,9	2.005,3	1.700
Exportações	400	419	464	473	456	467	560,6	732,8	712,7	612,6	706,7
Importações	1.052	829	1.363	1.125	951	574	1.155,5	2.667,6	2.000,2	1.392,7	943,5
Saldo	-712	-410	-652	-652	-495	-107	-594,9	-1.934,8	-1.287,5	-780.032,	-236,9

PERFIS BIOGRÁFICOS**Sam Mostyn**

Governadora-Geral da Austrália (representante de Sua Majestade o Rei Charles III)



Sam Mostyn tomou posse como a 28ª Governadora-Geral da Austrália, em 01/07/2024, tornando-se a segunda mulher a ocupar o cargo. É empresária, advogada e líder comunitária, com atuação nos setores empresarial, esportivo, cultural e ambiental, bem como em organizações sem fins lucrativos. Foi Presidente do Australian Council for International Development (ACFID) de 2013 a 2017. É reconhecida por sua atuação em prol da igualdade de gênero e do enfrentamento da mudança do clima.

Anthony Albanese

Primeiro-Ministro da Austrália



Nascido em 02/03/1963, em Darlinghurst (Sydney, Nova Gales do Sul), formou-se em Economia pela Universidade de Sydney. Antes de ingressar no Parlamento, atuou como assessor político. Filiou-se ao Partido Trabalhista em 1979. Foi eleito para a Câmara dos Representantes em 1996, pelo distrito de Grayndler (Nova Gales do Sul), sendo sucessivamente reeleito, inclusive em 2025. Tomou posse como Primeiro-Ministro em 23/05/2022 e reassumiu para o segundo mandato em 13/05/2025.

Penelope Ying-Yen Wong

Ministra dos Negócios Estrangeiros da Austrália



Penelope Ying-Yen Wong nasceu em 05/11/1968, na Malásia. É graduada em Direito pela Universidade de Adelaide. Foi Ministra para Mudança do Clima e Água (2007–2010) e Ministra das Finanças e da Desregulamentação (2010–2013). Antes de concluir os estudos, realizou intercâmbio de aproximadamente um ano no Brasil.

VISÃO GERAL

A Austrália é uma democracia liberal, multiétnica e tradicional defensora do livre comércio. Parceiros estratégicos desde 2012, Brasil e Austrália comemoram, em 2025, 80 anos de relações diplomáticas (estabelecidas em 1945). Há amplo espaço para aprofundar os laços entre as duas potências regionais. Os dois países são grandes produtores e exportadores de minérios, particularmente minério de ferro. O setor agrícola também apresenta potencial, inclusive no que respeita à agricultura de precisão. O Brasil mantém, ademais, interesse em atrair investidores australianos, bem como em acompanhar modificações recentes na regulação de investimento direto estrangeiro em setores estratégicos na Austrália.

O comércio bilateral e os investimentos recíprocos têm apresentado dinamismo e demonstram potencial de adensamento. Em 2022 registrou-se recorde do intercâmbio comercial, que alcançou US\$ 3,4 bilhões. Na área de investimentos, destacam-se as presenças de empresas australianas de energia e mineração no Brasil e de empresas brasileiras de proteína animal na Austrália, incluindo operações e investimentos de JBS e Minerva Foods. Registra-se, ademais, que a maior parte do investimento direto australiano na América Latina tem como destino o Brasil e que mais de 75 empresas australianas operam no país, em setores como infraestrutura, serviços de engenharia, mineração e saúde.

Aspecto importante da agenda bilateral é o intercâmbio estudantil decorrente do contingente de estudantes brasileiros na Austrália, que, em dezembro de 2019, representava 3% do total de estudantes internacionais no país (cerca de 23 mil pessoas, em termos aproximados) e figurava entre os cinco principais países de origem. Em termos de matrículas, o pico pré-pandemia foi de aproximadamente 40 mil em 2019. Após a queda desses números, ocasionada pela pandemia de covid-19, observou-se retomada gradual a partir de 2022, ainda com recomposição do perfil dos países de origem.

A Austrália é, por fim, importante parceiro do Brasil na esfera multilateral. Além de apoiar a candidatura brasileira a assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, os países convergem no interesse de fortalecer o multilateralismo e de preservar um sistema de comércio internacional baseado em regras, no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC). No Grupo de Cairns, os australianos têm-se engajado em retomar a proatividade do mecanismo, em defesa dos interesses dos países agroexportadores no contexto da reforma agrícola da OMC.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas entre o Brasil e a Austrália foram estabelecidas em 1945. Por meio do Decreto nº 19.445, de 16/08/1945, criou-se uma Legação do Brasil na Austrália, com sede em Camberra. A legação foi instalada em 1946, em reciprocidade à instalação, no mesmo ano, da primeira representação diplomática australiana na América Latina, no Rio de Janeiro. Atualmente, o Brasil mantém Embaixada em Camberra e Consulado-Geral em Sydney; a Austrália mantém Embaixada em Brasília e Consulado-Geral em São Paulo.

Em 1990, estabeleceu-se o Mecanismo de Consultas Políticas (MCP), foro de concertação em temas de comum interesse, que se reúne a cada dois anos.

Marco importante das relações bilaterais foi a elevação, em 2012, do relacionamento ao nível de Parceria Estratégica, anunciada no Comunicado Conjunto Brasil–Austrália (Rio de Janeiro, 21/06/2012), por ocasião de encontro entre a Primeira-Ministra (PM) Julia Gillard e a Presidenta da República (PR) Dilma Rousseff, à margem da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). A Parceria Estratégica tem como objetivo intensificar os contatos de alto nível entre as duas nações. Antecedeu esse marco o Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Parceria Reforçada Brasil–Austrália, assinado em 21/09/2010, em Nova York, acompanhado de Plano de Ação com áreas prioritárias de cooperação.

No âmbito global, os dois países compartilham atributos de potência regional: são países continentais, com sociedades multiétnicas e economias diversificadas; e são grandes produtores e exportadores de alimentos e de minerais, com destaque para cadeias ligadas a mineração, energia e agropecuária. A agenda econômico-comercial é parte importante do relacionamento bilateral, conforme exposto abaixo.

Mecanismo de Consultas Políticas

O Mecanismo de Consultas Políticas Brasil–Austrália foi criado em 1990, com o propósito de, a cada dois anos, promover encontro de alto nível entre o Brasil e a Austrália. A XII Reunião de Consultas Políticas foi realizada em 06/03/2024, em Camberra. Foram tratados os principais temas da pauta bilateral: comércio, investimentos, acordos (perspectiva de negociação de Acordo para Evitar a Dupla Tributação – ADT, prevista para começar em 2025), povos originários, interesse australiano em exportar cevada e trigo para o Brasil, interesse brasileiro em exportar carne suína para a Austrália, temas de gênero, temas de educação e implementação do acordo férias-trabalho, entre outros. Houve também discussão sobre a cooperação entre os dois países em foros multilaterais.

Comércio e investimentos

Análise do comércio bilateral

A Austrália é aproximadamente a 14ª economia do mundo, membro do G20 e da OCDE e grande exportador mineral e agrícola. O pico do intercâmbio bilateral ocorreu em 2022, quando alcançou US\$ 3,4 bilhões. Em 2024, o intercâmbio comercial bilateral foi de cerca de US\$ 2,1 bilhões, com as exportações brasileiras somando US\$ 612,7 milhões e as

importações, cerca de US\$ 1,49 bilhão. De janeiro a setembro de 2025, as exportações brasileiras para a Austrália somaram US\$ 530,9 milhões (alta de 20,4% em relação ao mesmo período do ano anterior).

O fluxo comercial é tradicionalmente deficitário para o Brasil em razão da importação de carvão mineral e derivados. Em 2024, os combustíveis minerais, com destaque para o carvão, responderam por parcela majoritária das importações brasileiras provenientes da Austrália. Em 2024, os principais produtos comprados pelo Brasil incluíram carvão não aglomerado; coques e semicoques de hulha; plataformas, embarcações e outras estruturas flutuantes; aparelhos para usos medicinais, cirúrgicos, dentários ou veterinários; e aparelhos elétricos para ligação de circuitos. O café destaca-se como o produto brasileiro mais exportado para os australianos, seguido de bens industrializados. Entre os produtos exportados em 2024, figuraram café não torrado; minérios de cobre; equipamentos de engenharia civil; celulose; e amidos, glúten de trigo e cola.

Análise de investimentos

Segundo o relatório World Investment Report 2024, da UNCTAD, a Austrália foi o 15º maior investidor direto mundial, com estoque no exterior de US\$ 710,6 bilhões em 2023. Já no sentido de recepção de investimento estrangeiro, o país ocupou o 16º lugar, com valor de US\$ 807,4 bilhões. A título comparativo, no mesmo período o estoque de investimento direto brasileiro no exterior foi de US\$ 365,8 bilhões, colocando o país no 23º lugar mundial. No sentido de recepção, o valor foi de US\$ 997,6 bilhões, ocupando a 14ª posição.

Investimentos australianos no Brasil

Dados do Banco Central do Brasil indicam que, em 2023, o investimento direto da Austrália no Brasil (IDP-participação no capital) alcançou US\$ 3,8 bilhões (controlador final mais operações intercompanhia), perfazendo, em ambos os casos, menos de 1% do total. Os investimentos australianos no Brasil foram alocados, sobretudo, em indústrias extrativas (US\$ 2,7 bilhões) e de transformação (US\$ 1,3 bilhão), sob o critério de controlador final. A maior parte dos investimentos australianos no Brasil concentra-se nos setores de metalurgia/mineração, petróleo/gás, energia e agronegócio. Recentemente, tem-se observado certa diversificação, com investimentos em setores como TI, biotecnologia, serviços digitais, transportes, telecomunicações, seguros, moda varejista, infraestrutura e construção civil.

Em 2024, o estoque de investimento estrangeiro direto (IED) australiano no Brasil alcançou US\$ 7,2 bilhões (23º maior estoque entre as origens).

Investimentos brasileiros na Austrália

Segundo o Banco Central do Brasil, em 2023, os investimentos brasileiros diretos na Austrália (IDE-participação no capital) alcançaram US\$ 255 milhões. As operações intercompanhia totalizaram 7% desse valor. No tocante aos investimentos em carteira, os capitais brasileiros foram assim alocados na Austrália: (i) ações (US\$ 19 milhões); (ii) moedas e depósitos (US\$ 12 milhões); e (iii) imóveis (US\$ 3 milhões).

Sobre a presença de empresas brasileiras na Austrália, cita-se a presença de empresas como JBS, Minerva, VALE, WEG e Marcopolo. Os maiores investimentos brasileiros estão concentrados na área de proteína animal. A JBS é a maior empresa de proteína animal do

país e processa carnes bovina e suína, bem como salmão. Já a Minerva é a maior processadora de carne ovina da Austrália.

Cooperação bilateral

Brasil e Austrália mantêm agenda positiva de cooperação bilateral, envolvendo número crescente de áreas. Embora o portfólio de projetos ainda não seja plenamente representativo do potencial bilateral, os dois países têm características comuns, que sustentam e impulsionam a cooperação. Ambos são países continentais, megadiversos, que detêm conhecimentos tradicionais de seus povos originários. Contam, também, com expertise em áreas comuns, em decorrência das características similares de suas respectivas economias e da disponibilidade de recursos naturais, como, por exemplo, pesquisa em agricultura, mineração, gestão de recursos hídricos e energias renováveis, incluindo soluções de baixo carbono (a exemplo do hidrogênio). Além disso, Brasil e Austrália têm muito a ganhar no intercâmbio em ciência e tecnologia, defesa e segurança, saúde, educação, pesquisa polar e antártica, área nuclear para fins pacíficos, entre outros.

Ciência, Tecnologia e Inovação

Brasil e Austrália são os dois maiores produtores de ciência do hemisfério sul, com interesse crescente das duas comunidades científicas em intercambiar conhecimentos e considerável complementariedade de excelência: o Brasil como um dos países mais avançados em pesquisa agrícola e em doenças tropicais, e a Austrália, em saúde, engenharia e ciências biológicas. As relações bilaterais em ciência, tecnologia e inovação entre o Brasil e a Austrália ganharam impulso formal com a assinatura, em 2017, do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália para Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação. O Acordo entrou em vigor internacional em 21/05/2021 e foi promulgado no Brasil pelo Decreto nº 10.772, de 20/08/2021. Realizou-se, em dezembro de 2022, a primeira reunião de seu Comitê Conjunto, em Sydney. Somou-se a esse arcabouço a assinatura de Memorando de Entendimento (MoU) entre o Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (CONFAP) e o Department of Education da Austrália, com vistas a estimular parcerias em pesquisa. Coube destaque para as seguintes áreas: energias limpas; biotecnologia; resiliência em desastres naturais; tecnologias quânticas; inteligência artificial; manejo de águas; ciências oceânicas e polares.

Cooperação educacional

A Austrália é destino relevante para estudantes brasileiros. Na educação superior, por exemplo, figura entre os 10 países que mais receberam bolsistas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) nos últimos 25 anos, em nível de mestrado, doutorado ou outras modalidades. A presença de brasileiros realizando intercâmbios para estudos de inglês também é expressiva. Segundo o Departamento de Educação da Austrália, estudantes brasileiros constituem o oitavo maior grupo nacional de estrangeiros no país, perfazendo 35.247 em 2025. Do total de estudantes brasileiros, 51% estão matriculados em cursos profissionalizantes, 42% em cursos de aprendizado de língua inglesa e 5% em cursos de nível superior, com o restante distribuído por outros segmentos. O Ministério da Educação do Brasil e o Departamento de Educação da Austrália negociam a

renovação de MoU sobre educação, pesquisa e formação profissional por 10 anos, assinado em 03/07/2015. A Austrália não integra a rede de países participantes do Programa de Estudantes-Convênio (PEC), que oferta vagas em instituições de ensino superior brasileiras para graduação (PEC-G), pós-graduação (PEC-PG) e estudo de português como língua estrangeira (PEC-PLE).

Potencial de cooperação em energia renovável/biocombustíveis

A Austrália possui significativo potencial de incremento na produção de energia renovável, principalmente em biomassa, hidrogênio, energia solar e eólica. **No contexto da meta** nacional de atingir 82% de eletricidade renovável até 2030, cresce a demanda por soluções de armazenamento, integração à rede e cadeias de suprimento associadas à transição energética. Sobre biocombustíveis, a Austrália dispõe de cana-de-açúcar, concentrada no estado de Queensland. A mistura autorizada de etanol na gasolina é de dez por cento. Abre-se espaço para cooperação em biocombustíveis avançados e SAF, inclusive em certificação e contabilidade de emissões no ciclo de vida, além de P&D em biomassa e hidrogênio.

Potencial de cooperação na área da saúde

Brasil e Austrália compartilham esforços no combate a enfermidades como dengue, zika e chikungunya, por intermédio de projeto que utiliza a bactéria *wolbachia* para reduzir a capacidade do mosquito *Aedes aegypti* de transmitir essas doenças (World Mosquito Program). O método foi pioneiramente testado no norte de Queensland, com liberações desde 2011, e tende a ser autossustentável após sua introdução na população local de mosquitos. No Brasil, a iniciativa vem sendo ampliada, inclusive com a inauguração, em 2025, de biofábrica de grande escala em Curitiba, reforçando a capacidade de produção e disseminação do método. Há potencial adicional de cooperação em vigilância epidemiológica, avaliação de impacto, modelagem de risco climático e capacitação de resposta a arboviroses.

Temas culturais

Festival Latino-Americano de Cinema (LAFF)

O Grupo dos Países Latino-Americanos e do Caribe (GRULAC) organiza, anualmente, o “Latin American Film Festival - LAFF”. Em agosto de 2025, foi realizada a 20ª edição do LAFF. O festival, organizado pela Embaixada em coordenação com o GRULAC, apresentou filmes dos países-membros do grupo em dez cidades australianas.

Adidâncias

Em setembro de 2025, a PF indicou prever para 2026 a efetiva abertura das instalações da adidância da Polícia Federal (PF) em Camberra. O posto deu início, então, aos procedimentos junto ao governo local com tal objetivo.

O Brasil nomeou, também, um novo adido agrícola para atuar na capital australiana, cujas atividades têm início previsto para 15 de janeiro de 2026.

Acordos bilaterais em negociação

Tratado para evitar a dupla tributação (ADT)

A assinatura de ADT bilateral é considerada prioritária pelas comunidades empresariais dos dois países. Houve encontro presencial, em dezembro de 2024, em Brasília, entre os representantes técnicos dos dois países.

Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI)

O Brasil apresentou proposta de acordo sobre investimentos por ocasião da X Reunião de Consultas Políticas, em abril de 2017.

Tratado de Auxílio Jurídico em Matéria Penal

As negociações do texto de Acordo sobre Cooperação em Matéria Penal foram concluídas em julho de 2008 e a assinatura se deu em novembro de 2014, por ocasião da Cúpula do G20 em Brisbane. O instrumento foi ratificado pelo lado australiano em 2016.

Em 26/07/2024, o instrumento foi encaminhado ao Congresso Nacional pela Presidência da República por meio da Mensagem nº 1154. A Mensagem foi distribuída inicialmente à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), onde recebeu parecer favorável. Em dezembro de 2025, aguarda ainda deliberação em plenário.

Acordo de Previdência Social

Em novembro de 2024, foram lançadas negociações entre Brasil e Austrália para a celebração de acordo previdenciário, que deverá beneficiar a comunidade brasileira residente no país, hoje estimada em 60 mil pessoas.

Quadro de acordos bilaterais em negociação

Acordo	Status
Tratado para evitar a dupla tributação	Minuta de acordo foi adiantada pela Receita Federal à embaixada australiana em Brasília, em 2016. Houve reunião presencial entre os técnicos dos dois países em dezembro de 2024.
Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI)	O Brasil propôs, em 2017, Acordo-Quadro.
Tratado de Auxílio Jurídico em Matéria Penal	A Austrália ratificou o texto em 2016. Em dezembro de 2025, o texto aguarda apreciação do plenário.
Acordo de Previdência Social	Negociações entre Brasil e Austrália foram lançadas em novembro de 2024.
Acordo-Quadro sobre Cooperação em Defesa	O Brasil propôs, em 2017, Acordo-Quadro, atualmente em análise pela Austrália.

ACORDOS BILATERAIS

Acordo	Celebração	Tramitação	Assuntos
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do	31/03/2022	Em Vigor	Vistos e Imigração

Brasil e o Governo da Austrália sobre Vistos de Trabalho e Férias			
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália para Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação.	07/09/2017	Em Vigor	Cooperação Científica e Tecnológica
Tratado entre a República Federativa do Brasil e a Austrália sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal	15/11/2014	Aguarda apreciação no plenário do Congresso	Direito Penal
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália sobre Cooperação em Eventos Esportivos de Grande Porte	15/12/2010	Em Vigor	Cooperação Educacional e Esportiva
Memorando de Entendimento sobre Cooperação Técnica Trilateral na Área de Desenvolvimento Internacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália.	15/12/2010	Em Vigor	Cooperação Científica e Tecnológica
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália para o Estabelecimento de Parceria Reforçada	22/09/2010	Em Vigor	Declaração Conjunta
Acordo de Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália	21/04/2010	Em Vigor	Transporte Aéreo
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália sobre Cooperação em Matéria Sanitária	02/04/1998	Em Vigor	Sanidade Animal e Vegetal - Entendimento
Tratado sobre Extradicação entre a República Federativa do Brasil e a Austrália	22/08/1994	Em Vigor	Extradicação
Acordo, por Troca de Notas, sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependente do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália	22/08/1994	Em Vigor	Dependentes - Atividades Remuneradas - Relações Diplomáticas e Consulares
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália para Consultas sobre Assuntos de Interesse Comum	27/08/1990	Substituído	Consultas Diplomáticas - Entendimento
Acordo Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália	23/02/1978	Em Vigor	Comércio

Acordo para a Gratuidade de Vistos em Passaportes Comuns entre a República Federativa do Brasil e o Governo da Comunidade da Austrália	16/07/1969	Suspenso	Vistos e Imigração
Comunicado Conjunto Brasil – Austrália	06/07/1965	Em Vigor	Declaração Conjunta
Entendimento Comercial entre os Estados Unidos do Brasil e a Comunidade da Austrália	24/10/1950	Denunciado	Comércio
Acordo Comercial entre os Estados Unidos do Brasil e a Comunidade da Austrália	19/07/1939	Substituído	Comércio
Tratado entre o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda e os Estados Unidos do Brasil para a criação de uma Comissão de Paz (Aplicável à Austrália)	04/04/1919	Em Vigor	Paz, Amizade, Comércio e Navegação
Convenção de Arbitramento entre a República dos Estados Unidos Brasil e o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda (Aplicável à Austrália)	18/06/1909	Em Vigor	Arbitragem e Conciliação
Acordo entre a o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda e o Império do Brasil para Entrega de Desertores de Navios Mercantes (Aplicável à Austrália)	30/07/1888	Em Vigor	Desertores

Temas consulares

A rede consular é atendida pela Embaixada do Brasil em Camberra e pelo Consulado-Geral do Brasil em Sydney, contando, ainda, com o apoio de consulados honorários em todos os demais estados australianos. Pesquisas acadêmicas indicam, ainda, que a comunidade brasileira registrou crescimento de 812% entre os anos 2000 e 2020. A comunidade seria composta, predominantemente, por pessoas entre 20 e 49 anos de idade, que em geral ingressam no país com vistos de estudante.

De acordo com dados de 2024, a comunidade brasileira na Austrália continuou a expandir-se de forma expressiva. Os últimos dados populacionais publicados pelo Australian Bureau of Statistics (ABS), referentes a junho de 2024, indicaram haver 72.920 residentes na Austrália nascidos no Brasil. O número representa crescimento de 56% em relação aos dados do relatório Comunidades Brasileiras no Exterior (ano-base 2022) e de mais de 300% na última década. De acordo com os dados publicados, a faixa etária média desses brasileiros é de 35 anos, sendo 53% mulheres e 47% homens.

Tal crescimento da comunidade brasileira reflete-se no aumento significativo da demanda por serviços consulares, em especial de renovação de passaportes. Como apontado no balanço feito no primeiro semestre de 2025, a emissão de passaportes registrou crescimento de 40% em relação a 2024 e de 57% em comparação com 2023, tendo sido emitidos 1.857 passaportes comuns nos primeiros seis meses de 2025.

Temas multilaterais

Historicamente, ambos os países participam ativamente de diversas instâncias multilaterais. A Austrália apoia a reforma do Conselho de Segurança, inclusive a proposta do G4 e o pleito brasileiro por assento permanente. Ademais, os dois países mantêm histórico de apoio recíproco em candidaturas a órgãos multilaterais.

No âmbito comercial, coordenam-se para buscar posições conjuntas quanto à reforma da OMC, especialmente no que concerne ao Órgão de Solução de Controvérsias. Ambos integram o Grupo de Cairns e o Grupo de Ottawa, além de copatrocinarem propostas e iniciativas dentro da OMC. No G20, Brasil e Austrália tendem a manter posições convergentes, especialmente em temas digitais.

Os dois países colaboram em iniciativas em prol da segurança alimentar global, bem como na promoção de práticas agrícolas sustentáveis e inovadoras para enfrentar as mudanças climáticas e na gestão sustentável de recursos naturais (G20, FAO e OCDE). Convergem, ainda, em posicionamentos voltados a reduzir o protecionismo de outros mercados e eliminar subsídios distorcivos, a fim de tornar o comércio agrícola mais justo e eficiente.

G20

Brasil e Austrália possuem posições convergentes no âmbito do G20. O Primeiro-Ministro Anthony Albanese participou da Cúpula do G20, em novembro de 2024, no Rio de Janeiro, ocasião em que realizou encontros bilaterais com representantes de alto nível de Índia, China, Reino Unido, União Europeia e Turquia. Na sessão de abertura do G20, Albanese mencionou a necessidade de ação coordenada entre os países do grupo para conter a inflação mundial e registrou que a Austrália é membro fundador da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza.

Encontros de alto nível

Visitas e encontros de Chefes de Estado e de Governo

O último encontro de chefes de governo entre Brasil e Austrália ocorreu em 19/05/2023, à margem do segmento de engajamento externo (*outreach*) da 49ª Cúpula do G7, em Hiroshima. O Presidente Lula e o Primeiro-Ministro Anthony Albanese trataram da ampliação das relações entre os dois países, de temas de meio ambiente, da Copa do Mundo de Futebol Feminino e de relações trabalhistas, em particular no que se refere a trabalhadores de aplicativos. O Presidente Lula foi convidado a visitar a Austrália.

Durante a Cúpula do G20, em Buenos Aires, em dezembro de 2018, o PM Scott Morrison encontrou-se com o Presidente Michel Temer, e ambos coincidiram sobre a necessidade de conferir nova dimensão às relações bilaterais.

Durante os Jogos Olímpicos, em agosto de 2016, o Governador-Geral da Austrália, Sir Peter Cosgrove, visitou o Brasil, tendo retornado, em seguida, ao Brasil, em setembro, para acompanhar a abertura dos Jogos Paralímpicos.

A visita, em 2012, da PM Julia Gillard ao Brasil, por ocasião da Cúpula Rio+20, resultou na elevação do relacionamento bilateral ao nível de Parceria Estratégica, durante encontro com a Presidente Dilma Rousseff. Pelo lado brasileiro, a participação de Dilma Rousseff na Cúpula do G20, em Brisbane, em novembro de 2014, marcou a primeira visita

de mandatário brasileiro à Austrália. As duas mandatárias haviam se encontrado à margem da cúpula do G20, em novembro de 2011, em Cannes.

Encontros de Chanceleres

O então Ministro Celso Amorim foi o primeiro Ministro das Relações Exteriores a visitar a Austrália, em 1994. Por ocasião de sua segunda visita oficial àquele país, em agosto de 2008, o então Chanceler brasileiro manteve encontro com o PM Kevin Rudd; com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Stephen Smith; e com o Ministro do Comércio Exterior, Simon Crean. Em agosto de 2009, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Austrália, Stephen Smith, retribuiu a visita ao Brasil.

O então Ministro Celso Amorim e Kevin Rudd (na função de Ministro dos Negócios Estrangeiros) assinaram, em Nova York, em setembro de 2010, Memorando de Entendimento (MdE) para estabelecimento de parceria reforçada. Em dezembro do mesmo ano, Rudd esteve na Cúpula do Mercosul, em Foz do Iguaçu, ocasião em que, juntamente com os chanceleres do bloco e da Nova Zelândia, firmou declaração conjunta de criação de foro de diálogo periódico de funcionários de alto nível sobre temas de comércio.

À margem do Fórum Econômico Mundial, em Davos, em janeiro de 2011, o Chanceler Antonio Patriota encontrou-se com o Ministro do Comércio da Austrália, Craig Emerson, que chefiou, posteriormente, em abril de 2012, delegação empresarial ao Brasil. Embora a maior parte de seus compromissos tenha sido em São Paulo, o Ministro Craig Emerson também foi a Brasília, onde se encontrou com o Chanceler Patriota.

Em novembro de 2014, por ocasião da Cúpula do G20 em Brisbane, o Chanceler Luiz Alberto Figueiredo encontrou-se com a sua contraparte australiana, Julie Bishop. Na ocasião, foi assinado o Acordo sobre Cooperação em Matéria Penal.

Em julho de 2015, a Chanceler Julie Bishop visitou Brasília e São Paulo. Foi recebida em Brasília pelo Chanceler Mauro Vieira, com quem celebrou o aniversário de 70 anos das relações Brasil-Austrália, e pelo Ministro da Educação, ocasião em que foi renovado o Memorando de Entendimento em Educação.

Em outubro de 2017, à margem da Reunião Informal de Ministros da OMC, em Marrakesh, o Chanceler Aloysio Nunes participou de café da manhã com os Ministros do Grupo de Cairns, oferecido pelo então Ministro de Investimento da Austrália, Steven Ciobo.

Em maio e em dezembro de 2020, o Chanceler Ernesto Araújo manteve conversa por telefone com a MNE Marise Payne.

Em 23/10/2023, o Ministro Mauro Vieira recebeu telefonema da MNE Penny Wong para tratar do conflito entre Israel e Palestina. Conversaram também sobre a utilização de submarinos a propulsão nuclear sob a égide da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). O Sr. ME convidou a Chanceler Wong para visita ao Brasil.

O Ministro Mauro Vieira manteve encontro, em 20/02/2024, com a Senadora Katy Gallagher, Ministra das Finanças, Mulheres e Serviço Público, chefe da delegação australiana à reunião de Ministros de Relações Exteriores do G20.

À margem da 13ª Conferência Ministerial da OMC (MC13 – Abu Dhabi, 26-29/02/2024), o Ministro Mauro Vieira manteve reunião com o Ministro do Comércio da Austrália, Don Farrell. Os principais temas tratados foram as perspectivas de resultados para

a MC13, a presidência brasileira no G20 e as respectivas negociações de acordos com a União Europeia.

A delegação australiana na COP30 foi chefiada pelo Ministro para Mudança do Clima e Energia, Chris Bowen.

POLÍTICA EXTERNA

Desde a Federação, em 1901, a Austrália enfrenta o desafio de conciliar sua herança institucional europeia com sua inserção geográfica no Indo-Pacífico, de forma a forjar sua identidade nacional. Ao longo de sua história, a Austrália tem enfrentado a necessidade de superar a noção de ser um país ocidental isolado em seu próprio entorno. As preocupações da Austrália com seu contexto geopolítico imediato explicam, por um lado, a prioridade conferida à defesa e à segurança nacional e regional, amparada por forte tradição militar em parceria com os Estados Unidos, e, por outro, a aproximação gradual, em suas mais diversas dimensões, com os países da Ásia-Pacífico.

Em 2025, o Primeiro-Ministro Anthony Albanese pronunciou discurso sobre os rumos da política externa australiana em seu segundo mandato, defendendo orientação mais autônoma e voltada aos interesses nacionais e regionais. Sustentou que a Austrália deve manter sua capacidade de decisão independente, mesmo em meio a alianças históricas, como a mantida com os Estados Unidos.

O Primeiro-Ministro Albanese participou, em junho de 2025, já reeleito para segundo mandato, da Cúpula do G7, realizada no Canadá. Na oportunidade, encontrou-se bilateralmente com representantes do Canadá, da Coreia do Sul, da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), do Japão, do Reino Unido, da Alemanha e da União Europeia, além de autoridades do governo dos Estados Unidos (em decorrência da partida do Presidente Donald Trump logo no início do evento), bem como participou de sessões de trabalho sobre o futuro da segurança energética global e tecnologias emergentes.

Em julho de 2025, o Primeiro-Ministro encontrou-se com o Presidente da China, Xi Jinping. A viagem ocorreu em momento de reaproximação bilateral, após deterioração das relações em anos recentes. Os dois lados anunciaram a criação de Diálogo Político sobre a Descarbonização do Aço e assinaram acordos sobre temas como comércio, turismo e agricultura.

Em setembro do mesmo ano, a Austrália reconheceu a Palestina como Estado soberano e independente. O anúncio, realizado à margem da 80ª Assembleia Geral das Nações Unidas, foi coordenado com o Reino Unido e com o Canadá.

Reeleição de Donald Trump (5/11/24)

O Primeiro-Ministro Albanese congratulou Trump por telefone pela vitória eleitoral e mencionou a importância da aliança entre Estados Unidos e Austrália nas áreas econômica e de segurança, com destaque para a parceria AUKUS (Austrália–Reino Unido–Estados Unidos). O Primeiro-Ministro destacou o papel de liderança dos Estados Unidos na estabilidade e segurança do Indo-Pacífico e a relevância da aliança bilateral.

Quanto às “tarifas recíprocas” impostas por Trump, a tarifa geral aplicada pelos Estados Unidos à Austrália foi estabelecida em 10% (as Ilhas Norfolk, território australiano,

tiveram tarifa de 29%). O Primeiro-Ministro Albanese lamentou a decisão estadunidense. O Primeiro-Ministro descartou a adoção de tarifas retaliatórias, as quais, na perspectiva do governo australiano, apenas contribuiriam para elevar ainda mais o custo de vida da população. Entre os setores mais afetados, destacam-se as exportações agrícolas australianas, sobretudo a carne bovina, principal produto exportado para os Estados Unidos.

POLÍTICA INTERNA

A Austrália é um Estado federal, composto por seis estados (Nova Gales do Sul, Vitória, Queensland, Austrália Ocidental, Austrália do Sul e Tasmânia) e dois territórios continentais autogovernados (Território da Capital Australiana e Território do Norte). O país é uma monarquia constitucional com sistema parlamentar de governo. O chefe de Estado é o rei Charles III, representado pela Governadora-Geral, Sam Mostyn. O chefe de governo é o Primeiro-Ministro, líder do governo com o apoio da maioria na Câmara dos Deputados. O sistema legal australiano é consuetudinário (*common law*), baseado no modelo inglês. A Alta Corte da Austrália (*High Court of Australia*) é composta por 7 juizes, incluindo o Chefe de Justiça (*Chief Justice*).

O Parlamento federal é bicameral. O Senado (*Senate*) é formado por 76 membros: 12 de cada um dos 6 estados e 2 de cada um dos 2 territórios. Os senadores são eleitos por votação proporcional para mandatos de 6 anos, com renovação, a cada 3 anos, de metade dos assentos dos estados e da totalidade dos assentos dos territórios. A Câmara dos Deputados (*House of Representatives*) é composta por 150 deputados, eleitos diretamente nos respectivos distritos eleitorais (um para cada deputado), por votação majoritária, para mandatos de 3 anos.

Há dois grupos políticos principais, em nível federal e estadual: o Partido Trabalhista (Australian Labor Party – ALP) e a Coalizão, formada pelo Partido Liberal (Liberal Party of Australia) e pelo Partido Nacional (The Nationals). Também estão representados no Parlamento partidos menores e deputados independentes.

O Partido Trabalhista venceu as eleições nacionais de 21/05/2022, e o líder da agremiação, Anthony Albanese, assumiu em 23/05/2022 como Primeiro-Ministro da Austrália. Os trabalhistas venceram as eleições em contexto de fortalecimento de agendas associadas à proteção ambiental, promoção dos direitos das mulheres e dos aborígenes e criação de comissão contra a corrupção, entre outros temas.

Em maio de 2025, o Partido Trabalhista do Primeiro-Ministro Anthony Albanese garantiu novo mandato, com ampla margem sobre a Coalizão Liberal-Nacional. O líder do Partido Liberal, Peter Dutton, perdeu sua cadeira no Parlamento.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1945	Estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a Austrália e estabelecimento da legação do Brasil em Camberra.
1946	Instalação, no Rio de Janeiro, da primeira representação diplomática da Austrália na América Latina.
1978	Assinatura de Acordo Comercial entre o Brasil e a Austrália.
1990	Criação do Mecanismo de Consultas Políticas Brasil-Austrália

1994	Visita à Austrália do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim. Na ocasião, é assinado Tratado de Extradicação entre os dois países.
2001	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Alexander Downer. Criação do Conselho para Relações Austrália-América Latina (COALAR).
2004	Visita ao Brasil do Ministro do Comércio e vice-Primeiro-Ministro, Mark Vaile, que participou da XI Sessão da UNCTAD em São Paulo.
2006	Segunda visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Alexander Downer.
2008	Visita a Camberra do Ministro Celso Amorim. Visita a São Paulo do Ministro das Finanças, Wayne Swan, que participa da Reunião Ministerial do G-20F. Encontro do Presidente Lula com o Primeiro-Ministro Kevin Rudd, em Washington.
2009	Encontro do Presidente Lula com o Primeiro-Ministro Kevin Rudd, em L'Aquila, à margem da Cúpula do G8+G5. Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Stephen Smith.
2010	Assinatura do Plano de Ação Brasil-Austrália (Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Parceria Reforçada). Assinatura dos Memorandos de Entendimento sobre cooperação em eventos esportivos de grande porte e de cooperação trilateral para desenvolvimento internacional.
2011	Visita ao Brasil de missão parlamentar australiana chefiada pelo Presidente da Câmara da Austrália, Harry Jenkins. Encontro da Presidente Dilma Rousseff e da primeira-ministra Julia Gillard à margem da cúpula do G-20, em Cannes.
2012	Primeira-Ministra Julia Gillard realiza primeira visita de chefe de governo australiano ao Brasil e mantém reunião de trabalho com a Presidente Dilma Rousseff à margem da Rio+20, no Rio de Janeiro. Brasil e Austrália elevam as relações bilaterais ao nível de parceria estratégica.
2014	Presidente Dilma Rousseff realiza primeira viagem de mandatário brasileiro à Austrália, por ocasião da cúpula do G-20 (Brisbane).
2015	Visita da Ministra dos Negócios Estrangeiros, Julie Bishop, a Brasília e São Paulo, quando manteve encontros com o Ministro das Relações Exteriores e com o Ministro da Educação. Renovado Memorando de Entendimento em Educação, Pesquisa e Formação Profissional.
2016	Visita do Governador-Geral da Austrália, Peter Cosgrove, ao Rio de Janeiro, para a abertura dos Jogos Olímpicos (agosto) e Paralímpicos (setembro).
2017	X Reunião de Consultas Políticas (Brasília), com a participação da Subsecretária australiana Penny Williams (abril).
2018	Visita de Comitiva Parlamentar australiana, em abril, ao Ministério da Fazenda, ao Ministério do Planejamento, Gestão e Finanças e ao Senado Federal.
2019	Visita à Austrália de Comitiva Parlamentar brasileira, em setembro, com o objetivo de conhecer a política australiana para os povos originários.
2024	Visita da Senadora Katy Gallagher, Ministra de Finanças, Mulheres e Serviço Público da Austrália, no contexto de reunião ministerial do G20, no Rio de Janeiro
2024	Realização da XII Reunião de Consultas Políticas em Camberra

2024	Participação do PM Anthony Albanese participou da reunião do G20, no Rio de Janeiro
2025	Participação do Ministro para a Mudança do Clima e Energia, Chris Bowen, na COP30, em Belém.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SECRETARIA DE ÁSIA E PACÍFICO (SEASIA)
Departamento de Japão, Península Coreana e Pacífico (DEJP)
Divisão de Austrália e Pacífico (DAP)

PAPUA NOVA GUINÉ

Ostensivo
Dezembro de 2025

DADOS BÁSICOS SOBRE PAPUA NOVA GUINÉ

NOME OFICIAL	Estado Independente de Papua Nova Guiné
ADJETIVO GENTÍLICO	Papua ou papuásio
CAPITAL	Port Moresby
DATA NACIONAL	16/9 – Dia da Independência
ÁREA	462 840 km ² (<i>Banco Mundial</i>)
POPULAÇÃO (2023)	10,576,502 (<i>Banco Mundial</i>)
LÍNGUAS OFICIAIS	tok pisin, inglês e hiri motu
PRINCIPAIS RELIGIÕES	protestantes (69,4%), católicos (27%), crenças indígenas e outras (3,3%)
SISTEMA POLÍTICO	Monarquia Parlamentarista
CHEFE DE ESTADO	Rei Charles III, representado pelo governador-geral Bob Dadae (<i>desde fevereiro de 2017</i>)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-ministro James Marape (<i>desde maio de 2019</i>)
CHANCELER	Justin Tkatchenko (<i>desde janeiro de 2024</i>)
PIB NOMINAL (2024)	US\$ 32,538 bilhões (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP (2024)	US\$ 51,704 bilhões (<i>Banco Mundial</i>)
PIB NOMINAL per capita (2024)	US\$ 3,076.5 (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP per capita (2024)	US\$ 4,888.6 (<i>Banco Mundial</i>)
VARIAÇÃO DO PIB (%)	4,1 (2024); 3,8 (2023); 5,7 (2022); -0,5 (2021); -3,2 (2020) (<i>Banco Mundial</i>)
IDH (2021)	0,558 (156º lugar entre 191 países) (<i>ONU</i>)
EXPECTATIVA DE VIDA (2023)	66 anos (<i>Banco Mundial</i>)
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (2022)	87% (<i>Banco Mundial</i>)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2024)	2,7% (<i>Banco Mundial</i>)
UNIDADE MONETÁRIA	kina
EMBAIXADOR EM PORT MORESBY (cumulativa com Camberra)	Claudio Frederico de Matos Arruda (<i>desde 08/08/2023</i>)
EMBAIXADOR NO BRASIL	não há

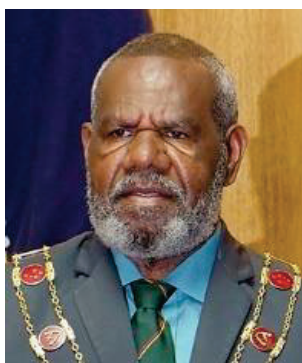
INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhares FOB) - Fonte: MDIC/Economia (Comextat)

BRASIL⇒ PAPUA NOVA GUINÉ	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025 (jan./ nov)
Intercâmbio	2854	3074	3040	3500	4600	3057	3070	2218	4635	960,4
Exportações	2839	3067	2754	3300	4500	2985	2971	2105	4545	960,4
Importações	14	6	286	200	100	72	99	113	89	0
Saldo	2824	3061	2468	3100	4400	2913	2872	1992	4456	960,4

PERFIS BIOGRÁFICOS

Bob Bofeng Dadae

Governador-geral de Papua Nova Guiné, representando o rei Charles III



Nasceu em 8 de março de 1961. Completou graduação em comércio pela Universidade da Papua Nova Guiné em 1988. Adquiriu diploma de MBA pela Universidade Griffith (Austrália) em 1995. Foi eleito para o Parlamento Nacional de Papua Nova Guiné em 2002, como membro do *United Party*, tornando-se o vice-líder do partido após a eleição. Foi reeleito em 2007 e serviu como Ministro da Defesa entre 2007 e 2011. Em 2011, mudou-se para o *People's National Congress*, partido pelo qual se reelegeu em 2012. Em fevereiro de 2017, assumiu o cargo de Governador-Geral da Papua Nova Guiné.

James Marape

Primeiro-Ministro de Papua Nova Guiné



Nasceu em 24 de abril de 1971. É graduado pela Universidade de Papua Nova Guiné, onde é pós-graduado em ciências ambientais. Tentou ingressar no Parlamento nacional pela primeira vez em 2002, por Hela, terras altas (*highlands*) do país, mas o pleito foi cancelado em razão da violência na região. Foi eleito em 2007 e reeleito nas eleições subsequentes. Foi Secretário Parlamentar do Ministério de Obras, Transporte e Aviação Civil (2007-2008), Ministro da Educação (2008-2011) e Ministro das Finanças (2017-2019). Em abril de 2019, renunciou à pasta das Finanças, dando início à crise política que levou à queda do então chefe de governo, Peter O'Neill. Após a renúncia de O'Neill, foi eleito Primeiro-Ministro pelo parlamento nacional, em maio de 2019, acumulando, interinamente, a pasta de Relações Exteriores. Em 2024, foi substituído pelo Chanceler Justin Wayne Tkatchenko.

Justin Tkatchenko

Ministro dos Negócios Estrangeiros



Nascido em Melbourne, em 2/6/1972, e descendente de ucranianos, naturalizou-se papuásio em 2006. Foi empresário e apresentador de TV. Foi Ministro dos Esportes e Jogos do Pacífico, Ministro do Território e do Planejamento Físico e assumiu o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros em agosto de 2022 até maio de 2023. Reassumiu o posto em janeiro de 2024.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Papua Nova Guiné (PNG) estabeleceram relações diplomáticas em 1989. Os dois países têm a primeira e a terceira maiores florestas tropicais respectivamente, o que torna natural a colaboração na defesa dos interesses comuns das culturas tradicionais e do desenvolvimento sustentável.

Em junho de 2012, o Vice-Ministro de Florestas e Mudança do Clima, Ronald Asik, esteve no Brasil para conferência Rio+20. O delegado não manteve encontro com autoridades brasileiras.

Em março de 2020, o Primeiro-Ministro James Marape transmitiu ao Embaixador do Brasil em Camberra avaliação positiva sobre o relacionamento com o Brasil. Considerou que o fato de PNG ser um dos países de maior biodiversidade global abre perspectivas de parcerias em diversos campos, inclusive no da saúde, produção de medicamentos e vacinas.

Em 2023, o Diretor do Departamento de Japão e Península Coreana do Itamaraty visitou a capital Port Moresby, no contexto dos esforços do governo brasileiro de relançar o diálogo político com atores da região do Pacífico Insular e conferir maior concretude à agenda bilateral. As partes expressaram posições convergentes em temas relacionados à necessidade de reforma dos mecanismos de governança global, bem como a prioridades como desenvolvimento sustentável e combate à mudança do clima.

Em novembro de 2025, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva manteve encontro de trabalho com o premiê papuásio, no contexto da Cúpula de Líderes organizada antes do início da COP30. O Primeiro-Ministro Marape enfatizou tratar-se da primeira vez que participa de uma COP do Clima, decisão que associou ao valor que atribui à liderança brasileira. Expressou firme apoio à inclusão da agenda de florestas nos debates sobre a mudança do clima, lembrando do engajamento de seu país em favor do financiamento da conservação florestal, incluindo a regulamentação de mercados de carbono.

Defendeu, nesse sentido, a iniciativa brasileira de estabelecer o Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF). O Presidente Lula agradeceu o apoio de Papua Nova Guiné ao TFFF e reafirmou a disposição do Brasil de fazer da COP30 a COP da implementação das decisões já tomadas pela comunidade internacional. Os dois líderes convergiram quanto à necessidade de financiamento climático em grande escala, em condições que não agravem o endividamento dos países em desenvolvimento. Ambos concordaram, ainda, na importância de integrar os esforços de adaptação à mudança do clima ao planejamento estratégico nacional e de garantir que a transição para economias de baixo carbono seja justa e voltada à redução de desigualdades.

Sobre a relação bilateral, o Primeiro-Ministro Marape expressou interesse em obter a cooperação do Brasil para o fortalecimento dos setores de agricultura e energia. Com o intuito de fortalecer os laços entre Brasil e Papua Nova Guiné, informou sobre a decisão de seu governo de abrir embaixada residente em Brasília e convidou o Brasil a abrir missão em Porto Moresby. O Presidente Lula sugeriu a sua contraparte a realização de visita de trabalho ao Brasil, para aprofundar a discussão sobre áreas potenciais de cooperação.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

É de interesse do governo papuásio a cooperação na agricultura, principalmente nas culturas de café e cacau, na geração de energia limpa, na preservação do meio ambiente e na aquicultura.

O Brasil propôs a celebração de Acordo Básico de Cooperação Técnica com Papua Nova Guiné em 17/05/2019. A resposta brasileira à contraproposta papuásia referente ao acordo foi submetida em 17/11/2020.

INTERCÂMBIO COMERCIAL

No primeiro semestre de 2025, o fluxo comercial com a Papua Nova Guiné somou USD 1,53 milhões. As exportações brasileiras totalizaram USD 1,47 milhões no primeiro semestre de 2025. O valor indica queda de 40% em relação ao mesmo período em 2024. Houve mudanças significativas na pauta de exportação, merecendo destaque a inclusão de proteína animal em decorrência da recente abertura de mercado. Os produtos mais exportados à Papua Nova Guiné foram: machados e ferramentas semelhantes (USD 478 mil), miudezas comestíveis de bovino congeladas (USD 318 mil), línguas de bovino congeladas (USD 164 mil), artefatos de uso doméstico (USD 97 mil) e facas de lâmina fixa (USD 58 mil). As importações provenientes da Papua Nova Guiné somaram apenas USD 54 mil, valor que embora pequeno, representa aumento de 33% em relação ao primeiro semestre de 2024. Como em anos anteriores, as importações brasileiras foram compostas quase exclusivamente por "baunilha não triturada nem em pó", com os outros itens da pauta (rolamentos de esferas) somando valores menores que USD 100.

Agricultura

A autoridade sanitária de Papua Nova Guiné aprovou, em setembro de 2024, as propostas brasileiras de certificados sanitários internacionais para exportação pelo Brasil de carne bovina e de carne de aves e carne mecanicamente separada de frango. Os contatos com a NAQIA para a abertura do mercado papuásio (o segundo maior da Oceania depois da Austrália) para importação de carne de frango do Brasil foram iniciados em 2020.

ASSUNTOS CONSULARES

Não há informações precisas ou estimativas confiáveis do número de brasileiros em Papua Nova Guiné. Durante a crise do Covid-19 em 2020, dois jogadores de futebol residentes temporários em PNG (Vinícius Reis e Erick Joe) solicitaram o retorno ao Brasil, em razão do cancelamento do campeonato de futebol e fechamento do aeroporto de Port Moresby.

ACORDOS BILATERAIS

O Brasil propôs a celebração de Acordo Básico de Cooperação Técnica com Papua Nova Guiné em 17/05/2019. A resposta brasileira à contraproposta papuásia referente ao acordo foi submetida em 17/11/2020.

Em dezembro de 2023, o Brasil propôs acordo de isenção de vistos para PADIP e PASOF.

POLÍTICA EXTERNA

Papua Nova Guiné é membro da ONU desde 10/10/1975, da *Commonwealth* (desde 16/09/1975), da OMC (membro desde 09/06/1996) e da APEC (desde 1993), além de integrar a Organização dos Estados da África, Caribe e Pacífico (OACPS, antigo ACP). No entorno regional, exerce papel de relevo no Fórum das Ilhas do Pacífico (FIP) e na Comunidade do Pacífico (SPC), e é membro central do *Melanesian Spearhead Group* (MSG). Mantém, desde 1976, status de *Special Observer* junto à ASEAN e tem reiterado aspiração de adesão plena, participando também do *ASEAN Regional Forum* (ARF). Desde 14/10/1976, é membro da Interpol.

Como *Small Island Developing State* (SIDS) e integrante da AOSIS, PNG pauta-se pela alta vulnerabilidade a impactos da mudança do clima (eventos extremos, pressões

sobre infraestrutura e segurança alimentar), defendendo maior financiamento climático e apoio a medidas de adaptação em foros multilaterais.

No plano bilateral e de segurança, as relações com a Austrália são estruturantes: além de cooperação histórica abrangente, a Austrália figura como principal parceira em comércio bilateral e é a maior parceira de desenvolvimento de PNG, com ampla carteira de assistência e financiamento. Na dimensão de segurança, foi firmado acordo-quadro bilateral (2023) e, mais recentemente, um tratado de defesa mútua ("Pukpuk Treaty"), assinado em outubro de 2025, que aprofunda a integração e prevê assistência em caso de ataque; iniciativas recentes sob esse marco incluem investimentos australianos em infraestrutura digital. Em paralelo, PNG vem aprofundando a cooperação com os Estados Unidos, inclusive por meio de acordo de cooperação em defesa e de instrumentos de cooperação marítima (Shiprider), assinados em 2023.

Ao mesmo tempo, PNG busca manter política externa pragmática de diversificação de parcerias, ampliando vínculos econômicos com a China, com investimentos e projetos de infraestrutura; em junho de 2018, PNG assinou memorando de entendimento relativo à Iniciativa Cinturão e Rota. Esse movimento ocorre em contexto de crescente competição estratégica no Pacífico, no qual o governo tem sinalizado intenção de preservar autonomia decisória e relações funcionais com diferentes atores.

ECONOMIA

A economia da Papua-Nova Guiné é fortemente dependente do setor extrativo (gás natural liquefeito, petróleo e mineração de ouro, cobre e níquel), que responde pela maior parte das exportações e torna o desempenho macroeconômico particularmente sensível aos ciclos de preços internacionais e ao cronograma de grandes projetos. Apesar disso, a base social da economia é predominantemente rural: cerca de 86% da população vive em áreas rurais e mais de 80% depende, direta ou indiretamente, de agricultura de subsistência e pequena produção, com baixa produtividade e pouca integração a cadeias formais; o setor agrícola e agroflorestal, contudo, permanece relevante por produtos como café, cacau, óleo de palma, copra e pesca.

De acordo com projeções recentes do FMI, as perspectivas seguem positivas: o crescimento do PIB é projetado em 4,5% em 2025, impulsionado pela maior produção no setor de recursos naturais e pela resiliência do setor não relacionado a recursos, apoiada pela melhora no acesso a divisas e por desempenho favorável da agricultura; a inflação deve recuar de base muito baixa em 2024 e ficar em 3,8% em 2025, convergindo para algo em torno de 4,5% no médio prazo. A partir de 2026, o crescimento tenderia a moderar-se e estabilizar-se pouco acima de 3%, com elevada incerteza e riscos associados a volatilidade de commodities, choques domésticos e limitações de capacidade estatal.

Além do extrativismo, a pesca oceânica - especialmente de atum - tem peso fiscal para vários países do Pacífico. PNG é parte do Acordo de Nauru (PNA, 1982) e participa do sistema regional de gestão do esforço de pesca (incluindo o Vessel Day Scheme), por meio do qual licenças de pesca para embarcações estrangeiras podem gerar receitas relevantes.

No comércio com o Brasil, os fluxos são reduzidos: em 2024, as exportações brasileiras para PNG somaram cerca de US\$ 4,55 milhões, enquanto as importações brasileiras provenientes de PNG ficaram em torno de US\$ 96 mil, resultando em superávit brasileiro aproximado de US\$ 4,45 milhões (valores com base em estatísticas do UN Comtrade).

POLÍTICA INTERNA

O Estado Independente de Papua-Nova Guiné é país da Melanésia no sudoeste do Pacífico, ao norte da Austrália, que ocupa a metade oriental da ilha da Nova Guiné e numerosos arquipélagos adjacentes (entre os quais Nova Bretanha, Nova Irlanda e Bougainville). A capital é Port Moresby. A população é estimada em cerca de 11 milhões (o Banco Mundial trabalha com ordem de grandeza próxima de 11,8 milhões) e o país é reconhecido por sua extrema diversidade sociocultural e linguística, com mais de 800 línguas.

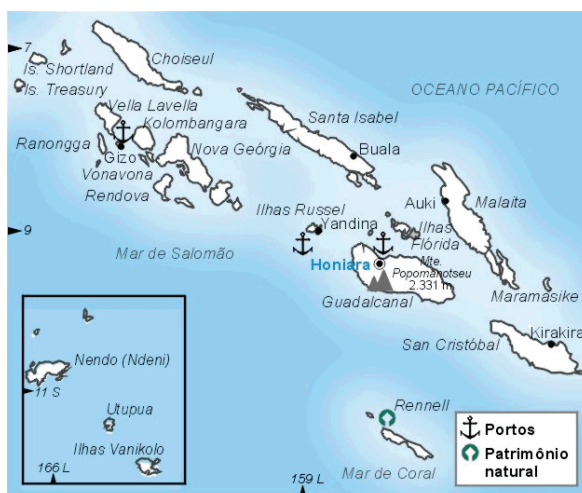
Trata-se de monarquia constitucional parlamentarista, no modelo de Westminster. Como membro da *Commonwealth*, o Chefe de Estado é o Rei Charles III, representado no país por um Governador-Geral (atualmente, Sir Bob Dadae), eleito pelo Parlamento Nacional e com funções principalmente protocolares, embora detenha atribuições constitucionais como nomear o Primeiro-Ministro e formalizar a composição do Executivo. O Parlamento Nacional é unicameral e, após a reforma de distritos eleitorais implementada na eleição de 2022, passou a contar com 118 membros (96 eleitos em distritos "open" e 22 eleitos em circunscrições provinciais - 20 províncias, além do Distrito da Capital Nacional e da Região Autônoma de Bougainville), com mandato de cinco anos.

Historicamente, a configuração territorial atual resulta da administração colonial sobre áreas distintas: o nordeste esteve sob domínio alemão (1884-1914); o sul foi inicialmente protetorado britânico (a partir de 1884) e, posteriormente, administrado pela Austrália; durante a Segunda Guerra Mundial, partes do território foram ocupadas pelo Japão (1942-1945). No pós-guerra, a administração australiana consolidou-se e PNG alcançou autogoverno em 01/12/1973 e independência em 16/09/1975.

O cenário político é marcado por fragmentação partidária, coalizões fluidas e recorrentes reacomodações parlamentares, o que contribui para episódios de instabilidade. Após as eleições nacionais de julho de 2022, James Marape foi reconduzido ao cargo de PM pelo Parlamento (com ampla margem, quando ainda havia assentos pendentes de declaração) e permanece como Chefe de Governo. Um tema político-institucional importante é Bougainville: na consulta de 2019, 97,7% dos votantes optaram pela independência, e o encaminhamento do resultado segue sujeito a consultas e deliberação no marco do Acordo de Paz de Bougainville e do processo constitucional interno.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SECRETARIA DE ÁSIA E PACÍFICO (SEASIA)
Departamento de Japão, Península Coreana e Pacífico (DEJP)
Divisão de Austrália e Pacífico (DAP)

ILHAS SALOMÃO



Ostensivo
Dezembro de 2025

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	Ilhas Salomão
ADJETIVO GENTÍLICO	salomonense
CAPITAL	Honiara
DATA NACIONAL	07/07 – Data da Independência
ÁREA	28 900 km ² (mais de 922 ilhas) (<i>área: Banco Mundial</i>)
POPULAÇÃO (2024)	819,198 (<i>Banco Mundial</i>)
LÍNGUA OFICIAL	Inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Anglicanos 35%, Católicos 19%, Evangélicos 17%, Adventistas 11%
SISTEMA POLÍTICO	Monarquia parlamentarista
CHEFE DE ESTADO	Rei Charles III, representado pelo Governador Geral David Tiva Kapu (desde jul/2024)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Jeremiah Manele (<i>desde maio de 2024</i>).
CHANCELER	Peter Shanel Agovaka (<i>desde maio de 2024</i>)
PIB NOMINAL (2024)	US\$ 1,76 bilhão (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP (2024)	US\$ 2,07 bilhão (<i>Banco Mundial</i>)
PIB NOMINAL per capita (2024)	US\$ 2.15 (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP per capita (2024)	US\$ 2.87 (<i>Banco Mundial</i>)
VARIAÇÃO DO PIB (%)	2,5 (2024); 2,7 (2023); 2,4 (2022); 2,6 (2021); -3,4% (2020); 1,7 (2019) (<i>Banco Mundial</i>)
IDH (2023)	0,584 (156º lugar) (<i>ONU</i>)
EXPECTATIVA DE VIDA (2023)	71 anos (<i>Banco Mundial</i>)
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (2024)	84,1% (<i>ONU</i>)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2023)	1,4 % (<i>Banco Mundial</i>)
UNIDADE MONETÁRIA	Dólar das Ilhas Salomão
EMBAIXADOR EM HONIARA (cumulativa com Camberra)	Claudio Frederico de Matos Arruda (<i>desde 08/08/2023</i>)
EMBAIXADOR NO BRASIL	Não há

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhares FOB) - Fonte: (Comexstat)

BRASIL⇒ ILHAS SALOMÃO	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Intercâmbio	110	86	174	45,8	109,5	129,4	165,6	107,2	173,4
Exportações	110	86	174	45,3	108	128,7	137,7	95,4	171,6
Importações	0	0	0	0,5	1,5	0,7	27,9	11,8	1,7
Saldo	110	86	174	44,8	106,5	128	109,8	83,6	169,9

PERFIS BIOGRÁFICOS

David Tiva Kapu
Governador-Geral



David Tiva Kapu é pastor anglicano e atuou como reitor acadêmico da Bishop Patteson Theological College na zona costeira de Kohimarama. Em junho de 2024, foi nomeado Governador-Geral, representando o Rei Charles III no país. Em 2025, recebeu o título de Cavaleiro da Grã-Cruz da Ordem de São Miguel e São Jorge pelo monarca britânico.

Jeremiah Manele
Primeiro-Ministro



Nascido em 1968, Manele foi Encarregado de Negócios da Missão Permanente das Ilhas Salomão junto às Nações Unidas, (1997-2002). Foi Secretário Permanente do Ministério dos Negócios Estrangeiros (2002-2007). Ocupou vários cargos no governo solomonense. Foi eleito pela segunda vez membro do parlamento por Hograno-Kia nas eleições gerais de 2019. Foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros em 26/04/2019. Em 02/05/2024, foi eleito Primeiro-Ministro.

Peter Shanel Agovaka
Ministro de Negócios Estrangeiros



Peter Shanel Agovaka nasceu em 1959 e tem formação na área de energia elétrica. Foi eleito para o Parlamento em 2006, 2010 e 2014. Foi Ministro das Relações Exteriores (2010-2012); Ministro de Polícia, Segurança Nacional e Serviço Correccional (2014-2015); e Ministro de Comunicações e Aviação (2015-2017). Assumiu novamente a pasta de Negócios Estrangeiros em maio de 2024.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com as Ilhas Salomão em 2 de agosto de 2005. O Decreto nº 7.202, de 2 de junho de 2010, criou a Embaixada do Brasil em Honiara, Ilhas Salomão, cumulativa com a Embaixada em Camberra.

Em 2009, o então Representante Permanente de Salomão junto à ONU, Collin Beck, visitou o Brasil, ocasião em que se reuniu com o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, na qualidade de Ministro de Estado, interino. Em junho de 2012, o então Primeiro-Ministro Gordon Darcy Lilo realizou visita ao Brasil, no contexto da Conferência Rio+20, no Rio de Janeiro.

Brasil e Ilhas Salomão compartilham visão comum sobre o combate à mudança do clima. Há perspectiva de cooperação nas áreas de esporte e agricultura, bem como os esforços dos dois países na implementação do Acordo de Paris.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

O Brasil transmitiu proposta de Acordo de Cooperação Técnica para as Ilhas Salomão em dezembro de 2005. Em 2023, o documento foi reapresentado pela parte brasileira. Não há iniciativas de cooperação entre as Ilhas Salomão e o Brasil.

COOPERAÇÃO HUMANITÁRIA

Em 2010, na sequência do tsunami que atingiu as Ilhas Salomão, em 04/01/2010, o Brasil prestou assistência humanitária ao país, por meio de acordo com o PNUD, para o projeto *Recovery Assistance for Earthquake and Tsunami in the Solomon Islands*.

INTERCÂMBIO COMERCIAL

As exportações brasileiras têm predominância na pauta comercial com as Ilhas Salomão. Em 2024, o intercâmbio atingiu US\$ 173,4 mil, com o Brasil respondendo por 171,6 mil de exportações, com os principais produtos sendo waffles e wafers; produtos de confeitaria, sem cacau; e caramelos, confeitos, dropes, pastilhas, e produtos semelhantes, sem cacau. Importou dentes artificiais de acrílico e partes para aparelhos de interrupção de circuito elétrico.

No primeiro semestre de 2025, o fluxo comercial com as Ilhas Salomão somou USD 106 mil. O valor advém exclusivamente das exportações brasileiras, não tendo sido registrada a importação de nenhum produto das Ilhas Salomão. Em comparação ao mesmo período de 2024, o valor indica aumento de 26,9% nas exportações brasileiras.

Nesse período, a pauta de exportação às Ilhas Salomão foi composta exclusivamente por bens alimentícios industrializados. O produto mais exportado foram preparações alimentícias e conservas, da espécie bovina (USD 57,4 mil), seguido respectivamente por caramelos e variados (USD 26,4 mil), outros produtos de confeitaria sem cacau (USD 9,9 mil), caramelos e derivados sem açúcar (USD 5,6 mil) e outros produtos industrializados de confeitaria.

Em 2025, foram aprovados Certificados Sanitário Internacional (CSI) para abertura do mercado salomônico de carnes e produtos cárneos congelados de aves e bovinos.

ASSUNTOS CONSULARES

Não há informações precisas ou estimativas confiáveis do número de brasileiros nas Ilhas Salomão.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

Não há registro de concessões de créditos e financiamentos oficiais do Brasil a tomador soberano das Ilhas Salomão.

ACORDOS BILATERAIS

Ainda não foram firmados atos bilaterais.

POLÍTICA EXTERNA

As Ilhas Salomão são país-membro das Nações Unidas e de várias organizações internacionais, entre as quais o Foro das Ilhas do Pacífico, a Comunidade do Pacífico e o *Melanesian Spearhead Group*, iniciativa de integração econômica e coordenação política que engloba Fiji, Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão e Vanuatu, além da Nova Caledônia. Em outubro de 2017, as Ilhas Salomão foram admitidas na Interpol. As Ilhas Salomão são ainda membros da *Association of Small Island States* (AOSIS), o que pauta sua participação nas negociações sobre mudança do clima no âmbito das Nações Unidas. Como LDC (*Least Developed Country*) e SIDS (*Small Island Developing State*), as Ilhas Salomão apresentam extrema vulnerabilidade aos efeitos da mudança do clima. O aumento do nível do mar, as alterações das marés, as tempestades mais frequentes e enchentes têm causado mortes, danos à infraestrutura e sérias ameaças à segurança alimentar no país.

ECONOMIA

Com PIB nominal de US\$ 1,76 bilhão e crescimento de 2,5% em 2024, as Ilhas Salomão posicionaram-se como a 177ª economia do mundo. O crescimento real da economia tem-se mantido estável, tendo chegado a 2,7% em 2023, antes de desacelerar ligeiramente, refletindo desafios estruturais e externos. O PIB PPP é da ordem de US\$ 2,9 mil por pessoa, típico de país de baixa renda. Mantida a trajetória atual, as Ilhas Salomão devem deixar a categoria de país de menor desenvolvimento relativo (PMDR) em 2027. A taxa oficial de desemprego é muito baixa (1,4%) embora o governo estime que o setor informal empregue parcela significativa da mão-de-obra.

Segundo o Ministério das Finanças, as receitas oriundas da pesca do atum são a terceira maior fonte de recursos do governo, depois da arrecadação interna e das tarifas aduaneiras. O setor de serviços é o principal ramo de atividade, o qual responde por quase metade do PIB. Além do setor de serviços, outras atividades importantes são a agricultura, a pesca e a silvicultura. Os principais produtos de exportação são óleo de palma, copra (polpa seca de coco) e cacau. As ilhas são ricas em recursos minerais ainda não explorados, como chumbo, zinco, níquel e ouro.

POLÍTICA INTERNA

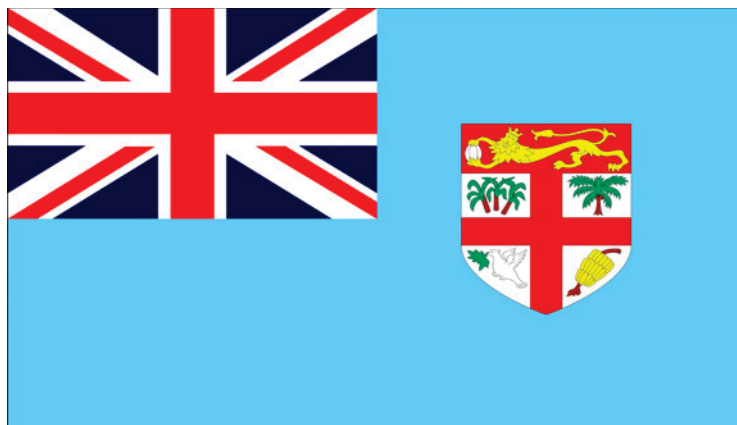
As Ilhas Salomão, arquipélago situado no Pacífico Sul, a nordeste da Austrália, têm cerca de 800 mil habitantes. O país é uma monarquia parlamentarista e membro da *Commonwealth*. Seu chefe de estado é o Rei Charles III do Reino Unido, representado por Governador-Geral, e a chefia de governo é exercida por primeiro-ministro.

As Ilhas Salomão foram protetorado inglês desde 1890 e emanciparam-se politicamente em 1978. O parlamento é unicameral e composto por cinquenta membros eleitos para um mandato de quatro anos. O primeiro-ministro é eleito por maioria simples de parlamentares, mantendo-se no cargo enquanto tiver seu respaldo.

Em 02/05/2024, Jeremiah Manele, então Ministro das Relações Exteriores, foi eleito Primeiro-Ministro das Ilhas Salomão com 31 votos. O candidato rival e ex-líder da oposição Mathew Wale teve 18 votos.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SECRETARIA DE ÁSIA E PACÍFICO (SEASIA)
Departamento de Japão, Península Coreana e Pacífico (DEJP)
Divisão de Austrália e Pacífico (DAP)

ILHAS FIJI



Maço ostensivo
Dezembro de 2025

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República de Fiji
ADJETIVO GENTÍLICO	Fijiano
CAPITAL	Suva (Ilha Viti Levu)
DATA NACIONAL	10/10 – Dia de Fiji
ÁREA	18 270 km ² (332 ilhas) (<i>área: Banco Mundial</i>)
POPULAÇÃO (2023)	924,145 (<i>Banco Mundial</i>)
LÍNGUAS OFICIAIS	Inglês e fijiano
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Metodista (34,6%), Hinduísmo (27,9%), Catolicismo (9,1%), Islamismo (6,3%).
SISTEMA DE GOVERNO	República parlamentarista
CHEFE DE ESTADO	Presidente Ratu Naiqama Lalabalavu (<i>desde novembro de 2024</i>)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Sitiveni Rabuka (<i>desde dezembro de 2022</i>)
CHANCELER	Primeiro-Ministro Sitiveni Rabuka (<i>desde dezembro de 2022</i>)
PIB NOMINAL (2023)	US\$ 5,44 bilhões (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP (2023)	US\$ 14,089 bilhões (<i>Banco Mundial</i>)
PIB NOMINAL per capita (2023)	US\$ 5.888 (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP per capita (2023)	US\$ 13.562,38 (<i>Banco Mundial</i>)
VARIAÇÃO DO PIB (%)	8,0% (2023); 20% (2022); -5,1% (2021); -17,0% (2020); -0,6% (2019); 3,8% (2018) (<i>Banco Mundial</i>)
IDH (2022)	0,73 (104º lugar) (<i>ONU</i>)
EXPECTATIVA DE VIDA (2021)	67,2 (<i>ONU</i>)
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (2021)	89,1 (<i>ONU</i>)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2023)	4,2% (<i>Banco Mundial</i>)
UNIDADE MONETÁRIA	Dólar Fijiano
EMBAIXADOR EM SUVA (cumulativa com Camberra)	MPC Claudio Frederico de Matos Arruda
EMBAIXADOR NO BRASIL	Não há (<i>a Embaixada de Fiji em Brasília foi fechada em maio de 2019</i>)

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhares FOB) - *Fonte: Comextat.mdic.gov.br*

BRASIL⇒ FIJI	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Intercâmbio	1021	1079	1038	1163	1251	2008	1139	743,8	1002	1908	1246,2	1082,8
Exportações	1012	979	1032	1071	1187	1395	1050	691,3	999	1821	1218,0	1077,4
Importações	9	100,5	6,3	92,5	63,9	73,2	89	52,5	3	87	28,2	5,4
Saldo	1003	878	1026	978	1123	1321	961	638,8	996	1734	1189,8	1071,9

PERFIS BIOGRÁFICOS

Naiqma Lalabalavu

Presidente



Ratu Naiqama Lalabalavu (23 de dezembro de 1953) foi eleito Presidente da República de Fiji pelo Parlamento em 2024, tomando posse em 12 de novembro do mesmo ano. Chefe tradicional (Ratu) da província de Cakaudrove, na ilha de Vanua Levu - uma das duas maiores do país -, exerceu, imediatamente antes da eleição presidencial, a função de Presidente do Parlamento, entre 2022 e 2024.

Durante o período de instabilidade política do início dos anos 2000, foi nomeado Ministro dos Assuntos Fijianos por George Speight no contexto do golpe de Estado de 2000. Com a restauração da democracia em 2001, associou-se à Aliança Conservadora, de orientação nacionalista. Em 2006, voltou a ocupar funções ministeriais, sendo afastado da vida pública com o golpe militar daquele ano. Retomou a carreira política em 2014, regressando gradualmente ao centro do sistema político fijiano até sua eleição para a Presidência da República.

Sitiveni Rabuka

Primeiro-Ministro

Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional



Sitiveni Ligamamada Rabuka nasceu em Vanua Levu, em 13 de setembro de 1948. Militar de carreira, realizou formação em instituições de Estado-Maior e obteve o título de mestre em ciências pela Universidade de Madras, em 1979. Atuou em missões internacionais de manutenção da paz no Líbano e no Deserto do Sinai, no Egito, tendo comandado unidades de infantaria. Também representou Fiji em competições internacionais de rúgbi e atletismo, incluindo os Jogos da Commonwealth.

Em 1987, liderou golpes militares que resultaram no fim da monarquia constitucional e na proclamação da república em Fiji. Após o período de governo militar, permaneceu como comandante do Exército e ministro do Interior. Foi eleito Primeiro-Ministro entre 1992 e 1999 e retornou ao cargo em dezembro de 2022, à frente de uma coalizão parlamentar. Desde então, acumula as funções de chefe de governo e de Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com a República de Fiji em 16 de fevereiro de 2006. Em julho de 2008, o governo de Fiji anunciou a decisão de abrir embaixada residente em Brasília.

O Decreto nº 7.207, de junho de 2010, criou a Embaixada do Brasil em Suva, na República das Ilhas Fiji, cumulativa com a Embaixada em Camberra.

Em maio de 2011, o então secretário-permanente da chancelaria fijiana, Solo Mara, chefiou missão ao Brasil com o principal objetivo de tratar, junto ao cerimonial do Itamaraty, das providências relacionadas à abertura da missão residente em Brasília. O senhor Mara apontou a decisão da abertura da Embaixada em Brasília como prova do empenho de seu governo em estreitar o relacionamento bilateral.

Em julho de 2011, o governo brasileiro comunicou a Fiji o seu *agrément* à indicação de Cama Tuiqilaqila Tuiloma como o primeiro embaixador de Fiji em Brasília. Em setembro de 2011, o então primeiro-ministro Josaia Voreqe “Frank” Bainimarama visitou Brasília para inaugurar oficialmente a embaixada de Fiji.

Durante a Rio+20, em junho de 2012, o então primeiro-ministro Voreqe Bainimarama visitou o Brasil novamente, porém não manteve encontro bilateral com autoridades brasileiras durante sua estada no Rio de Janeiro.

Em novembro de 2013, Brasil e Fiji celebraram seu primeiro acordo bilateral, o Acordo de Cooperação Técnica.

Em junho de 2014, o então presidente da República de Fiji, Ratu Epeli Nailatikau, realizou visita ao Brasil, ocasião em que manteve encontros com diversas autoridades brasileiras: o ministro da Defesa, embaixador Celso Amorim, o secretário de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, Jarbas Barbosa, e o comandante da Força Aérea Brasileira, brigadeiro Juniti Saito. No mês seguinte, foi assinado memorando de entendimento sobre consultas políticas, o qual segue em vigor.

Em agosto de 2016, o então primeiro-ministro Josaia Voreqe Bainimarama visitou o Brasil durante os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro.

Em maio de 2017, assinou-se acordo de isenção de vistos (em vigor) e deu-se início às negociações de acordo de trabalho para dependentes do pessoal diplomático. Com a entrada em vigor da nova Lei de Imigração no Brasil em 2017, passou a ser considerado desnecessário acordo sobre o tema. Bastaria envio de Nota Verbal pela Embaixada de Fiji assegurando reciprocidade. A Embaixada de Fiji foi, no entanto, encerrada em 2019 e as negociações não foram retomadas.

Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas Brasil-Fiji

Em março de 2024, realizou-se a primeira reunião no âmbito do Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas, assinado em 2014. A delegação brasileira foi chefiada pelo então Secretário de Ásia e Pacífico (S-SEASIA) do Itamaraty, embaixador Eduardo Saboia, que manteve encontro com o secretário-permanente do Ministério de Relações Exteriores e Cooperação Internacional, Lesikimacuata Korovavala.

Foram tratados temas relacionados à mudança do clima; iniciativa fijiana de criação de zona de paz no Pacífico; interesse de Fiji em receber cooperação brasileira para revitalização do setor açucareiro; e temas geopolíticos.

O S-SEASIA avistou-se com o primeiro-ministro, Sitiveni Rabuka, que manifestou satisfação com a perspectiva de cooperação brasileira para a revitalização da indústria açucareira de Fiji. Houve encontros também com o ministro da Indústria do Açúcar, Charan Singh, e com o ministro da Agricultura e Cursos d'Água, Andrew

Tukana, que reiterou o forte interesse fijiano em receber mudas de novas variedades de abacaxi e mandioca cultivados no Brasil.

Missão brasileira a Suva (junho de 2023)

O Diretor do Departamento de Japão, Península Coreana e Pacífico (D-DEJP) do Itamaraty, o então ministro Paulo Elias Martins de Moraes, realizou, entre 18 e 30 de junho de 2023, missão às capitais de Fiji (Suva), Ilhas Salomão (Honiara), Papua Nova Guiné (Port Moresby) e Vanuatu (Port Vila). A missão teve por objetivo retomar o diálogo político com atores da região e avançar temas das agendas bilaterais. Integraram a delegação diplomata da Embaixada em Camberra, a adida agrícola da Embaixada e representante da ABC.

Em 19/06, a delegação brasileira reuniu-se, no Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional, com o secretário permanente, Lesikimacuata Korovavala, ocasião em que discutiram temas de interesse global e do relacionamento bilateral. Entre 19 e 21/06, reuniram-se com representantes do Fórum das Ilhas do Pacífico e do Fórum de Desenvolvimento das Ilhas Pacífico, bem como foram recebidos por autoridades dos ministérios de Agricultura e Cursos de Água, Indústria do Açúcar, Educação, Saúde e Serviços Médicos, Juventude e Esportes e Infraestrutura, a fim de discutir oportunidades de cooperação técnica e de abertura de mercado para produtos cárneos brasileiros.

Fechamento da Embaixada de Fiji em Brasília

Por meio de nota verbal de 10 /05/2019, encaminhada para a Embaixada do Brasil em Camberra, o Alto Comissariado da República de Fiji na Austrália informou sobre a decisão de desativar a Embaixada de Fiji em Brasília, a partir de 28/06/2019. A nota informou, ademais, que a Embaixada de Fiji em Washington assumiria, a partir daquela data, a interlocução diplomática, comercial e de cooperação com o Brasil e os demais países da América do Sul, com o apoio dos Consulados Honorários de Fiji em São Paulo e no Rio de Janeiro.

A missão diplomática de Fiji em Brasília, a primeira na América Latina, havia sido estabelecida em junho de 2008. O embaixador fijiano Cama Tuiqilaqila Tuiloma chefiou a representação por mais de 7 anos, de junho de 2011 a dezembro de 2018. Ao despedir-se em 2018, demonstrara incerteza sobre a designação de um novo Embaixador para o Brasil. A inexistência de cidadãos fijianos oficialmente radicados no Brasil e o elevado custo financeiro da manutenção de estrutura física estariam entre as razões para o fechamento da representação fijiana.

Outro fator que pode ter desestimulado a continuidade das atividades da Embaixada de Fiji em Brasília, além dos elevados custos financeiro-administrativos, teria sido a não abertura de Embaixada brasileira residente em Suva, cuja reciprocidade era esperada pelas autoridades fijianas.

Avaliação sobre eventual abertura de embaixada do Brasil residente em Suva

Em novembro de 2022, a Embaixada do Brasil em Camberra indicou que, de maneira a intensificar a presença brasileira entre os países insulares do Pacífico, de forma sustentada e permanente, o Brasil poderia considerar a abertura de embaixada residente em Suva.

Fiji exerce considerável liderança regional, notadamente em relação às demais nações da Melanésia, além de ocupar posição de centro logístico. As sedes do Fórum das Ilhas do Pacífico (FIP), principal organismo regional, e do Fórum de Desenvolvimento das Ilhas do Pacífico (FDIP), estão localizadas em Suva.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

Cooperação técnica é o principal interesse de Fiji junto ao Brasil, razão primeira do estabelecimento da embaixada do país em Brasília. Em novembro de 2013, Brasil e Fiji celebraram seu primeiro acordo bilateral, o Acordo de Cooperação Técnica. Há interesse fijiano de cooperação técnica em matéria de açúcar, etanol e pesca. O acordo está ainda em tramitação no Congresso Nacional. Por meio da mensagem nº 175, de 4 de abril de 2022 foi encaminhado o texto do Acordo ao Congresso.

Atividades desenvolvidas

Mandioca e frutas tropicais

Em março e abril de 2014, foi desenvolvida a atividade “Treinamento em Produção e Processamento de Mandioca e Frutas Tropicais com vistas à Segurança Alimentar”. Delegação de quatro técnicos do Ministério da Agricultura de Fiji esteve por duas semanas na Embrapa Mandioca e Fruticultura, em Cruz das Almas (BA), para participar de curso sobre processamento e produção de frutas.

Aquicultura

Devido à crescente demanda pelo aumento de produção de proteína animal com alta qualidade nutricional, o Departamento de Pesca de Fiji solicitou cooperação na área de piscicultura para capacitação em boas práticas na manipulação do pescado. A ABC propôs projeto intitulado “Capacitação em boas práticas na manipulação do pescado e em cultivo de tilápias”. Assim, a ABC contatou a Universidade Federal do Ceará, campus Fortaleza, para realização do treinamento, para 5 técnicos fijianos, que ocorreu em julho de 2014.

Projetos em andamento (a partir de 2023)

Em outubro de 2023, as autoridades de Fiji encaminharam solicitações formais de cooperação técnica, na forma de notas conceituais (*concept notes*) nas seguintes áreas:

- i) indústria da cana-de-açúcar;
- ii) cultura de abacaxi;
- iii) cadeia produtiva de mandioca.

Como ações concretas a serem tomadas para fortalecer a cooperação bilateral em etanol, a nota propôs a elaboração de estudo sobre o setor açucareiro de Fiji; a organização de seminário virtual para discutir oportunidades e obstáculos para a implementação de uma economia do etanol no país; e a realização de missão técnica, ao Brasil, de especialistas e formuladores de políticas públicas de Fiji, com participação dos setores público e privado.

Na primeira visita ao Brasil de alta autoridade fijiana - desde a vinda do então primeiro-ministro Frank Bainimarama, em 2016, por ocasião dos jogos olímpicos -, o ministro de Assuntos Multiétnicos e da Indústria do Açúcar da República de Fiji, Charan Jeath Singh, esteve no país entre os dias 12 e 16 de agosto de 2024, acompanhado do presidente da *Fiji Sugar Corporation* (FSC), sr. Nitya Reddy, e do secretário permanente do Ministério da Indústria do Açúcar, sr. Yogesh Karan.

O principal objetivo da visita foi o de fortalecer os laços de cooperação entre os dois países no setor sucroenergético, em linha com antiga demanda formulada pelo lado fijiano. A agenda consistiu de encontros em Brasília, no dia 13 de agosto, seguidos de visita à Fenasucro e Agrocana; instituição de pesquisa; usina produtora de açúcar e etanol;

e estabelecimento de produção e comercialização de equipamentos agrícolas em Ribeirão Preto e Sertãozinho-SP, nos dias 14 e 15 de agosto.

Em Brasília, o Ministro de Estado das Relações Exteriores Mauro Vieira recebeu o ministro Singh em audiência, ocasião em que ele mencionou ter sido incumbido pelo primeiro-ministro Sitiveni Rabuka de revitalizar o setor açucareiro daquele país - controlado pelo estado - e diversificar as fontes de investimento. A preocupação de Fiji com a revitalização da indústria açucareira também visa a reduzir a dependência da importação de petróleo, o que explica o interesse na experiência brasileira na produção de etanol.

No tocante à cooperação na agricultura, a primeira remessa dos germoplasmas de abacaxi e mandioca produzidos pela Embrapa chegaram a Fiji em maio de 2025. Segundo a adida agrícola em Camberra, o diretor de pesquisa e serviços científicos de agricultura do Ministério da Agricultura de Fiji, Dr. Shalendra Prasad, informou que as mudas de abacaxi estão se desenvolvendo bem no viveiro. Já nas mudas de mandioca, foi observada mortalidade de 50% na fase de endurecimento, mas que a equipe da Estação de Pesquisa de Koronivia disporia ainda de variedades *in vitro* para plantá-las novamente.

Sobre cooperação em pecuária, o Alto Comissariado da República de Fiji em Camberra enviou nota verbal à Embaixada do Brasil informando que o Ministério da Agricultura fijiano tinha interesse em enviar missão técnica ao Brasil para "explorar oportunidades na área da indústria da carne bovina, tais como caminhos para melhorias e boas práticas, desde a cadeia de produção até o mercado".

O Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) designou o Coordenador de Cooperação Internacional da Secretaria de Comércio e Relações Internacionais, Lucas Fiuza de Moraes, para acompanhar os técnicos fijianos no Brasil. Durante sete dias, a partir do fim de agosto de 2025, a missão visitou propriedades rurais, frigoríficos, centros de pesquisa e universidades no MS e RS, com o objetivo de conhecer soluções práticas adotadas pelo Brasil que possam ser adaptadas à realidade de Fiji.

Educação

Na missão brasileira a Fiji, chefiada pelo D-DEJP, em junho de 2023, a delegação brasileira foi recebida no Ministério da Educação de Fiji. Os representantes fijianos expressaram desejo em receber cooperação no sentido de viabilizar o potencial de Fiji em inscrever locais no Patrimônio Mundial da UNESCO. Mencionaram que, enquanto o Brasil possui 23 locais inscritos na UNESCO, Fiji possui apenas um, a saber, a cidade portuária histórica de Levuka.

Saúde

Na missão chefiada pelo D-DEJP, em junho de 2023, a delegação brasileira foi recebida no Ministério da Saúde e Serviços Médicos. A comitiva brasileira recordou a proposta de Memorando de Entendimento para Cooperação na área da saúde, enviada ao lado fijiano em maio de 2022.

O representante fijiano demonstrou interesse na capacidade brasileira de produção de produtos farmacológicos. Sugeriu intercâmbio de pesquisadores em epidemiologia de campo e apontou as seguintes doenças como sendo aquelas que exigem maior atenção em seu país: leptospirose, dengue, diarreia e febre tifoide. Fiji teria necessidade de capacitação e treinamento nas seguintes áreas: (i) epidemiologia de campo, (ii) comunicação de risco / engajamento comunitário e (iii) gestão de saúde.

Esporte

A delegação também foi recebida no Ministério da Juventude e dos Esportes, ocasião em que foi recordada a proposta de Memorando de Entendimento para Cooperação Esportiva, enviada ao lado fijiano em fevereiro de 2022. O lado fijiano sugeriu intercâmbio esportivo por meio do envio de treinadores brasileiros de futebol a Fiji e de treinadores fijianos de rúgbi ao Brasil. Fiji também expressou interesse em desenvolver políticas de introdução de esportes nas escolas, de modo a contribuir para a prevenção de doenças não comunicáveis.

COOPERAÇÃO HUMANITÁRIA

Em abril de 2012, após apelo do governo de Fiji em razão dos danos provocados pela depressão Tropical TD17F, o Brasil realizou doação de US\$ 50 mil, por intermédio da ACNUR, em favor dos deslocados internos naquele país.

O ciclone tropical Yasa atingiu, em 17/12/2020, a segunda maior ilha de Fiji, Vanua Levu, causando ao menos quatro mortes e extensos danos materiais e deixando dezenas de milhares de desabrigados.

Por intermédio do Centro de Excelência Contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos (PMA) em Brasília, a ABC transferiu ao Escritório do PMA em Fiji o valor de US\$ 75.000,00, com vistas a atender emergencialmente as vítimas do ciclone, a título de doação brasileira, em caráter de assistência humanitária.

Em 08/10/2021, o escritório para o Pacífico do PMA realizou cerimônia simbólica de entrega dos equipamentos adquiridos com os recursos financeiros doados pelo governo brasileiro. O evento contou com a participação do ministro para o Desenvolvimento Rural e Marítimo e Gestão de Desastres de Fiji, Inia Seruiratu, e os equipamentos foram oficialmente entregues à agência responsável pela gestão de desastres do país (*National Disaster Management Office*).

INTERCÂMBIO COMERCIAL

O comércio bilateral entre Brasil e Fiji é modesto e estável. Em 2024, o intercâmbio ficou em um pouco mais de US\$ 1 milhão, composto, principalmente, por exportações brasileiras. Os principais produtos exportados pelo Brasil foram carregadoras e pás carregadoras, de carregamento frontal; café solúvel, mesmo descafeinado; waffles e wafers; e lâminas de barbear, de segurança, de metais comuns. O principal produto importado de Fiji constituiu-se de partes de aviões ou de helicópteros.

O comércio bilateral entre Brasil e Fiji no primeiro semestre de 2025 foi de USD 728 mil, valor que representa um aumento de 24,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. O crescimento do fluxo comercial decorreu do aumento das exportações brasileiras, que somaram USD 722 mil, consolidando um aumento de 24,4%. A pauta de exportação brasileira a Fiji apresentou mudanças em seus principais produtos, com destaque para o predomínio de bens manufaturados e produtos alimentícios industrializados.

ASSUNTOS CONSULARES

Não há informações precisas ou estimativas confiáveis do número de brasileiros em Fiji, embora se saiba que há cidadãos brasileiros trabalhando no setor de turismo e no setor primário.

ACORDOS BILATERAIS

Vistos

Encontram-se em vigor acordos bilaterais de isenção de vistos para portadores de passaportes diplomáticos e oficiais e de isenção de vistos de curta duração.

Acordo Básico de Cooperação Técnica

Encontra-se em tramitação legislativa o Acordo Básico de Cooperação técnica, firmado em 2013.

Acordos em negociação

O Brasil aguarda manifestações do governo de Fiji em relação a quatro propostas de instrumentos bilaterais:

- a) Memorando de Entendimento em Assuntos Relacionados à Área da Saúde (feita em maio de 2022);
- b) Acordo sobre Cooperação Cultural (março de 2022);
- c) Memorando de Entendimento em Cooperação Esportiva (fevereiro de 2022); e
- d) Acordo-Quadro de Cooperação Educacional (novembro de 2021).

POLÍTICA EXTERNA

É notável o empenho de Fiji em exercer papel cada vez mais relevante no sistema internacional, assumindo a condição de líder dos países insulares do Pacífico. Foi, até junho de 2019, o único país da região com Embaixada residente no Brasil.

A atual política externa de Fiji segue dois desenvolvimentos paralelos: a normalização das relações com parceiros tradicionais, como Austrália e Nova Zelândia, e a diversificação dos laços internacionais do país. Nota-se maior assertividade da política externa de Fiji nos últimos anos, com a abertura de novas embaixadas, a aproximação com a China, a Presidência do G-77/China e a participação no Movimento dos Não Alinhados.

Fiji é membro da Organização Mundial do Comércio (OMC), da *Commonwealth*, do Banco Mundial, da Comunidade do Pacífico (SPC) e do Fórum das Ilhas do Pacífico (FIP). É também membro das Nações Unidas e de todas suas agências especializadas. Mantém fortes laços políticos e de comércio com Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão e Vanuatu através do *Melanesian Spearhead Group* (MSG), e é um dos países ACP (África-Caribe-Pacífico), grupo associado à União Europeia. Desde 1971 é membro da Interpol. O *Melanesian Spearhead Group* constitui iniciativa de integração econômica e concertação política entre os países-membros (Fiji, Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão e Vanuatu). Pretende o estabelecimento de área de livre-comércio.

É denominado como SIDS (*Small Island Developing State*), além de estar entre os 43 países da AOSIS (*Alliance of Small Island States*), grupo cujas nações apresentam desafios similares de desenvolvimento e preocupações ambientais relacionadas, sobretudo, à sua vulnerabilidade aos efeitos adversos da mudança do clima.

Contando com localização privilegiada no Pacífico Sul e economia e infraestrutura relativamente bem desenvolvidas, as Ilhas Fiji são sede do Secretariado do principal mecanismo regional, o Fórum das Ilhas do Pacífico (FIP). Em Suva também se encontram a Universidade do Pacífico Sul e a maioria das agências do sistema das Nações Unidas para o Pacífico.

Fiji e a questão ambiental

Fiji tem-se destacado como ator proeminente na agenda ambiental, sobressaindo-se entre seus pares no Fórum das Ilhas do Pacífico, no campo da governança, da liderança diplomática e da qualidade acadêmica.

Fiji e a questão de segurança

Em outubro de 2023, em evento na Austrália, o PM Sitiveni Rabuka manifestou intenção de apresentar, durante o Fórum das Ilhas do Pacífico (novembro/2023) proposta para o estabelecimento de uma zona de paz no Oceano Pacífico.

Embora sem contornos plenamente definidos, a proposta de criação de "zona" ou "oceano de paz", segundo Rabuka, teria como objetivo estimular as grandes potências e as nações insulares do Pacífico a "se absterem de ações que pudessem pôr em risco a ordem e a estabilidade regionais".

Austrália

As relações Austrália-Fiji passaram por momentos delicados após o golpe de estado perpetrado por Frank Bainimarama, em dezembro de 2006. A Austrália, junto com outros países, o Conselho de Segurança, a *Commonwealth* e o Fórum das Ilhas do Pacífico, condenou o golpe. Ademais, o governo australiano impôs restrições de viagem e suspendeu a cooperação bilateral em defesa. As relações voltaram a ver melhora em 2014, quando as restrições de viagem foram retiradas e eleições foram realizadas em Fiji.

No período mais recente, o relacionamento bilateral foi consolidado pela *Vuvale Partnership*, assinada em 2019 e renovada/elevada em outubro de 2023, com agenda abrangente que inclui cooperação econômica, vínculos *people-to-people*, clima e segurança regional. Em defesa, a assinatura de um *Status of Forces Agreement* recíproco, em outubro de 2022, criou marco jurídico para atividades de cooperação e facilita a coordenação em situações de crise e assistência humanitária. A cooperação em segurança também avançou em áreas novas, como cibersegurança (memorando de abril de 2024) e reforço da colaboração policial, com acordo anunciado em março de 2025, paralelamente a contatos políticos de alto nível entre os primeiros-ministros em 2025.

Estados Unidos e China

As prioridades de Fiji, assim como de outros países insulares do Pacífico, são a questão ambiental e o desenvolvimento econômico. Os temas relacionados ao equilíbrio estratégico no Indo-Pacífico e à contenção da China, que têm marcado a política externa australiana, por exemplo, possuem relevância secundária para os países insulares da região. Ao contrário, a China é vista como oportunidade para a promoção do desenvolvimento econômico, e como alternativa ao tradicional predomínio australiano no Pacífico Sul.

No contexto da adoção de tarifas sobre importações no segundo governo do Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, as tarifas impostas pelos EUA às importações originárias de Fiji foram de 32%, a mais elevada entre as aplicadas aos países insulares do Pacífico. Em nota publicada em 03/04/2025, o governo fijiano expressou preocupação e afirmou que as novas tarifas afetarão negativamente sua economia. O Primeiro-Ministro Sitiveni Rabuka descartou a adoção de medidas retaliatórias. As exportações fijianas para os EUA concentram-se em produtos agropecuários, pesqueiros e florestais, com destaque para bebidas e vinagre, café, sementes oleaginosas, açúcar, pescados e madeira. O saldo comercial bilateral é deficitário para os Estados Unidos.

ECONOMIA

Os principais setores econômicos fijianos são: i) agricultura (destaque para o açúcar); ii) pesca; iii) produtos florestais, e iv) turismo. Fiji pode ser considerado um *hub* do Pacífico, contando com boa infraestrutura de transporte e força de trabalho qualificada.

Fiji é um dos países que mais se destaca economicamente na região do Pacífico, mas teve uma forte contração econômica em 2020, decorrente da pandemia de Covid-19 (retração de 15% do PIB, chegando a US\$ 4,5 bilhões). Sua balança comercial é significativamente deficitária.

No período mais recente, a economia fijiana consolidou a recuperação puxada pela reabertura do turismo: o PIB real cresceu de forma expressiva em 2022–2023, com expansão estimada em cerca de 8% em 2023 e retorno do nível de atividade acima do patamar pré-pandemia; em 2024, contudo, o crescimento desacelerou para a casa de 3,5%–3,7%, em linha com a normalização do ciclo pós-Covid. Em 2025, o turismo permanece como principal motor, embora com sinais de oscilação no início do ano (leve queda nas chegadas nos dois primeiros meses), e a inflação - que subiu temporariamente em 2023/2024, em parte por ajustes tributários - tende a convergir para níveis mais próximos de 3%. No plano macrofiscal, observa-se redução gradual do déficit, mas a dívida pública segue elevada (em torno de 80% do PIB), o que limita margens para estímulos e reforça a importância de consolidação fiscal e de políticas voltadas à diversificação e à resiliência a choques externos e climáticos.

POLÍTICA INTERNA

Quando da independência, em 1970, Fiji adotou o modelo de democracia constitucional inspirado no sistema britânico. Após sucessivas rupturas institucionais, o país passou a reger-se pela Constituição de 2013, que estabeleceu Parlamento unicameral e eleições por representação proporcional em circunscrição nacional. O Poder Executivo é exercido pelo Gabinete chefiado pelo Primeiro-Ministro. O Presidente, chefe de Estado com funções predominantemente representativas, é escolhido pelo Parlamento, a partir de indicações do Primeiro-Ministro e do Líder da Oposição, para mandato de três anos, admitida uma recondução.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1874	Ilhas Fiji tornam-se protetorado britânico
1970	Independência e proclamação de República parlamentarista
2006	Militares estabelecem governo provisório
2022	Parlamento confirmou eleição do PM Sitiveni Rabuka, encerrando ciclo de 16 anos do ex-PM Frank Bainimarama no poder

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

2005	Primeira missão oficial do Brasil a visitar Fiji
2006	Estabelecimento de relações diplomáticas
2011	Abertura de embaixada em Brasília e primeira visita do primeiro-ministro interino Bainimarama
2012	Segunda visita do primeiro-ministro interino Bainimarama, durante Rio+20.
2013	Missão da Agência Brasileira de Cooperação a Fiji; Celebração do acordo de cooperação técnica
2014	Visita ao Brasil do Presidente da República das Ilhas Fiji, Sr. Ratu Epeli Nailatikau
2016	Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro Bainimarama, durante os Jogos Olímpicos.
2019	Fechamento da embaixada de Fiji em Brasília
2024	Visita ao Brasil do ministro da Indústria do Açúcar de Fiji, Charan Singh

ATOS BILATERAIS		
Título	Data de celebração	Entrada em vigor
Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Fiji	01/11/2013	Tramitação na Câmara dos Deputados
Memorando de entendimento de consultas políticas	11/07/2014	11/07/2014
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Fiji sobre Isenção de Visto para Nacionais Portadores de Passaportes Diplomáticos e Oficiais.	30/05/2017	29/06/2017
Acordo, por troca de notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Fiji sobre Isenção de Vistos de Curta Duração	30/05/2017	29/06/2017

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República de Nauru
ADJETIVO GENTÍLICO	Nauruano
CAPITAL	Não há capital oficial. Escritórios do governo encontram-se no distrito de Yaren
DATA NACIONAL	31/01, Dia da Independência
ÁREA	20 km ² (<i>Banco Mundial</i>)
POPULAÇÃO (2023)	11,875 (<i>Banco Mundial</i>)
LÍNGUAS OFICIAIS	Nauruano e inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	protestantes (60%) e católicos (33%)
SISTEMA POLÍTICO	República parlamentarista
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Presidente David Adeang (<i>desde outubro de 2023</i>)
CHANCELER	Lionel Aingimea (<i>desde outubro de 2023</i>)
PIB NOMINAL (2023)	US\$ 154.13 milhões (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP (2023)	US\$ 161.93 milhões (<i>Banco Mundial</i>)
PIB NOMINAL per capita (2023)	US\$ 12.060,1 (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP per capita (2023)	US\$ 12.670,6 (<i>Banco Mundial</i>)
VARIAÇÃO DO PIB (%)	1,6% (2022); 1,5% (2021); 1,1% (2020); 0% (2019); 6% (2018); -5,7% (2017). (<i>Banco Mundial</i>)
IDH	0,696 (<i>122º lugar, ONU</i>)
EXPECTATIVA DE VIDA (2024)	68,3 anos (<i>CIA Factbook</i>)
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (2021)	62% (<i>Pacific Data Hub</i>)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2021)	5,1% (<i>Banco Mundial</i>)
UNIDADE MONETÁRIA	Dólar australiano (AUD)
EMBAIXADOR EM NAURU (cumulativa com Camberra)	Claudio Frederico de Matos Arruda (<i>desde 08/08/2023</i>)
EMBAIXADOR NO BRASIL	Não há

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhares FOB) - Fonte: MDIC

BRASIL⇒ NAURU	2012	2013	2014	2016	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Intercâmbio	4	0,2	0,7	7	56,1	37,7	11,6	317	49,7	19,9	2811
Exportações	0	0	0	4	56,1	37,7	9,7	317	25,9	18,3	58,7
Importações	4	0,2	0,7	3	0	0	1,9	0	23,8	1,6	2752
Saldo	-4	-0,2	-0,7	1	56,1	37,7	7,8	317	2,1	16,7	-2694

PERFIL BIOGRÁFICO

David Adeang

Presidente de Nauru



David Ranibok Waiou Adeang é o parlamentar há mais tempo em exercício em Nauru, eleito pela primeira vez em 2001 e reeleito sucessivamente desde então. Exerceu a Presidência do Parlamento (*Speaker*) em duas ocasiões, em 2004 e em 2008. Foi eleito Presidente da República de Nauru pelo Parlamento em 30 de outubro de 2023 e, após novo pleito parlamentar, foi reconduzido ao

cargo em outubro de 2025, para mandato consecutivo.

Lionel Aingimea

Ministro de Negócios Estrangeiros



Desde 30 de outubro de 2023, Lionel Rouwen Aingimea acumula os cargos de Ministro-Assistente do Presidente e de Ministro para Negócios Estrangeiros e Comércio, entre outras responsabilidades ministeriais. Jurista de formação, atuou como Secretário de Justiça e construiu carreira como advogado com foco em direitos humanos, incluindo experiência como defensor público nas Ilhas Marshall e atuação como instrutor em temas de direitos humanos no âmbito do Fórum das Ilhas do Pacífico. Aingimea foi Presidente de Nauru entre 2019 e 2022.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas com o Brasil foram estabelecidas em 2 de novembro de 2005, por troca de notas.

O Decreto nº 7.206, de 11 de junho de 2010, criou a Embaixada do Brasil em Yaren, na República de Nauru, cumulativa com a Embaixada em Camberra.

Em abril de 2024, o embaixador Claudio Frederico de Matos Arruda apresentou cartas credenciais ao presidente de Nauru, David Adeang. Manteve encontro com o ministro das Relações Exteriores, Lionel Aingimea. O ministro solicitou apoio do Brasil para que Nauru possa explorar recursos minerais em fundos marinhos, em conjunto com empresa canadense e discorreu sobre desafios relacionados à pesca do atum e concorrência com a pesca ilegal.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

Em 11 de maio de 2006, foi assinado em Nova Iorque, à margem da XIV Sessão da Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Nauru. O acordo visa aperfeiçoar e estimular o desenvolvimento socioeconômico de ambos os países, dar ênfase ao desenvolvimento sustentável e desenvolver cooperação que estimule o progresso técnico. O Congresso Nacional ratificou o acordo em 2009, porém o documento ainda aguarda a ratificação de Nauru.

O governo de Nauru já manifestou interesse em atividades de cooperação bilateral nas áreas: médico-hospitalar; tecnologia da informação; água e saneamento básico.

Em 4 de novembro de 2025, o diretor da ABC recebeu, a pedido, a consultora jurídica da Missão Permanente de Nauru em Nova York, Anastasia Francília Adire. A sra. Adire transmitiu os cumprimentos da autoridade e agradeceu os envios regulares do Brasil de medicamentos e imunizantes a Nauru, tendo sido o mais recente em junho de 2025. Da mesma forma, afirmou que faria gestões junto às autoridades de seu país para tentar avançar no processo de ratificação do Acordo de Cooperação Técnica, firmado em 2006, já ratificado pelo lado brasileiro, fora do escopo de sua pasta.

Adire frisou que as posições nauranas em termos de meio ambiente são definidas em coordenação com outras ilhas do Pacífico insular, que, a seu ver, têm especial preocupação com as dificuldades de acesso a mecanismos de financiamento climático. Assinalou que, em Nauru, o tema é acompanhado diretamente pela presidência, em razão dos efeitos adversos que decorrerão da graduação daquele país da lista de recipiendários de ajuda oficial ao desenvolvimento.

COOPERAÇÃO HUMANITÁRIA

Em resposta à oferta brasileira de doação de vacinas, por intermédio da ABC, o Alto Comissariado de Nauru em Camberra solicitou, em 21/01/2022, o envio de 500 doses da vacina contra difteria, tétano e pertussis (DTP) e 500 doses da vacina contra sarampo, caxumba e rubéola (MMR). As vacinas chegaram ao aeroporto internacional de Nauru em 23/09/2022. Para marcar a entrega da doação brasileira, o embaixador brasileiro em Camberra ofereceu almoço, em 21 de setembro, à alta comissária de Nauru na Austrália.

Em julho de 2023, ministra-conselheira do Alto Comissariado de Nauru em Camberra mencionou interesse de seu país em receber doação brasileira de medicamentos contraceptivos. Na ocasião, oferta brasileira de comprimidos de etionamida ainda estava sendo avaliada pelas autoridades nauruanas. Em junho de 2025, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) doou medicamentos especiais para doenças crônicas e raras.

INTERCÂMBIO COMERCIAL

O intercâmbio comercial entre Brasil e Nauru é pouco expressivo. O maior valor exportado por Nauru foi de US\$ 23,8 mil, em 2022, pela compra brasileira de motores hidráulicos e bombas rotativas. O ano que registrou maior intercâmbio foi 2021, quando as exportações brasileiras atingiram US\$ 317 mil, principalmente pela venda de Poli (tereftalato de etileno). Contrariando a tendência até 2023, em 2024 o intercâmbio comercial teve saldo deficitário para o Brasil. A maior parte das importações brasileiras (US\$ 2,6 milhões dos US\$ 2,72 milhões) foi composta por memórias digitais montadas. Estes indicadores chamaram atenção, dado que não há registro anterior da exportação deste produto por parte de Nauru, país que não possui indústria para fabricação ou montagem desse produto. O Brasil exportou principalmente carnes suínas a Nauru (US\$ 48,5 mil dos US\$ 58,7 mil).

No primeiro semestre de 2025, a corrente de comércio bilateral com Nauru totalizou USD 8,3 mil, dos quais as importações correspondem a apenas USD 92. As exportações brasileiras apresentaram um declínio de 85,7% em relação ao mesmo período em 2024. Apesar da predominância na pauta do ano anterior, a carne suína não consta dentre os exportados no presente ano. Os principais produtos da pauta de exportação em 2025 foram: móveis de madeira para quartos (USD 2,3 mil), para cozinha (USD 1,3 mil), e medicamentos (USD 155).

Até novembro de 2025, o Brasil exportou USD 257.103,00 e importou somente USD 8.427,00. Os principais produtos exportados foram óleos combustíveis e óleo diesel. O principal produto importado foram partes e acessórios para manômetros.

ASSUNTOS CONSULARES

Não há informações precisas ou estimativas confiáveis do número de brasileiros em Nauru.

ACORDOS BILATERAIS

Em 11 de maio de 2006, foi assinado em Nova Iorque, à margem da XIV Sessão da Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Nauru.

O Congresso Nacional aprovou, pelo Decreto Legislativo nº 270, de 10 de junho de 2009, publicado no Diário Oficial nº 110, de 12 de junho de 2009, o texto do acordo. Para sua entrada em vigor, o acordo ainda carece de aprovação por Nauru.

POLÍTICA EXTERNA

Desde 1999, Nauru é membro da *Commonwealth* e das Nações Unidas, foro em que tem atuação particularmente ativa em temas ambientais e de vulnerabilidade climática. Integra diversas agências especializadas do sistema ONU, entre as quais FAO, (OMS), (IMO) e UNESCO. Participa igualmente da *Alliance of Small Island States* (AOSIS) e do grupo de *Small Island Developing States* (SIDS), além de organizações regionais como o Fórum das Ilhas do Pacífico, a Comunidade do Pacífico e a Comissão Econômica e Social para a Ásia e o Pacífico (ESCAP). Desde 1971, é membro da Interpol.

No plano bilateral, Nauru mantém relações particularmente estreitas com a Austrália, seu principal parceiro comercial e ator central no apoio à infraestrutura, à prestação de serviços públicos e a programas de desenvolvimento e investimento no país. As relações com a Nova Zelândia são mais limitadas, concentrando-se sobretudo na pauta de fosfato e no diálogo em foros regionais.

No discurso do Presidente David Adeang na 79ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em 24 de setembro de 2024, foram ressaltados temas centrais para o país, com ênfase na mineração em alto-mar e nas mudanças climáticas. Adeang defendeu a exploração sustentável de minerais do fundo do mar como oportunidade econômica estratégica e como instrumento para viabilizar a transição energética global, sublinhando a necessidade de padrões ambientais rigorosos e de governança transparente.

O Presidente chamou atenção, ainda, para as dificuldades de Nauru no acesso a financiamento climático e a serviços bancários internacionais básicos, apontando tais entraves como desafios diretos à soberania e à dignidade de pequenos Estados insulares. Nesse contexto, elogiou a adoção, pelas Nações Unidas, do Índice de Vulnerabilidade Multidimensional (MVI) e instou instituições financeiras internacionais, como Banco Mundial e FMI, a incorporarem o indicador em seus critérios de elegibilidade e alocação de recursos. O discurso também mencionou a necessidade de reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas e registrou a retomada das relações diplomáticas entre Nauru e a China, em janeiro de 2024.

Em março de 2025, o governo de Nauru anunciou a criação de um programa de concessão de cidadania por investimento, com o objetivo de financiar medidas de adaptação às mudanças climáticas. O país, com cerca de 13 mil habitantes e topografia predominantemente plana, avalia a necessidade de realocação interna de parcela significativa da população em razão da elevação do nível do mar e da perda gradual de áreas habitáveis e produtivas. O programa prevê a concessão de passaportes a estrangeiros mediante contribuição aproximada de US\$ 105 mil, com a justificativa de mobilizar recursos para enfrentar impactos climáticos, embora a iniciativa tenha suscitado preocupações quanto a riscos de uso indevido. Segundo o governo, o passaporte de Nauru permite entrada sem visto em cerca de 89 países.

Austrália

Em 9 de dezembro de 2024, Nauru e Austrália firmaram acordo em matéria de segurança financeira. De acordo com o texto, a Austrália garantirá que os nauruanos tenham acesso contínuo a serviços bancários vitais e ao sistema financeiro internacional. O *Commonwealth Bank of Australia* fornecerá serviços bancários em Nauru, incluindo uma presença física, após a saída do Bendigo Bank no próximo ano. A Austrália deverá fornecer \$100 milhões em apoio orçamentário ao longo de cinco anos, para apoiar os investimentos de longo prazo de Nauru. A Austrália deverá também fornecer \$40 milhões ao longo de cinco anos para apoiar a polícia e a segurança de Nauru, incluindo apoio para recrutamento, treinamento e infraestrutura.

Centro australiano de processamento de pessoas

A Austrália é o parceiro comercial mais importante, além de fornecer a maior parte da ajuda externa que constitui o orçamento de Nauru. Esta relação permitiu a criação, em Nauru, de centro de processamento de pessoas que buscavam asilo na Austrália. O centro funcionou de 2001 a 2008 e foi peça central na política *Pacific Solution*, do governo conservador do então PM Howard. O centro foi reaberto em 2012 pelo governo trabalhista australiano e continuou em funcionamento na administração liberal-nacional. Em 2013,

foi assinado acordo bilateral pelo qual Nauru também reassentaria alguns dos imigrantes que tivessem seus pedidos de refúgio aceitos. O centro de processamento tem sido objeto de escrutínio dos observadores internacionais. Desde 2012, a Anistia Internacional vem descrevendo-o como uma catástrofe de direitos humanos. Atualmente, as taxas consulares, pagas pela Austrália para Nauru abrigar os exilados, constituem uma das principais fontes de renda da nação.

Os governos de Austrália e Nauru assinaram em 29 de agosto de 2025, Memorando de Entendimento (MdE) sobre Arranjo de Reassentamento em Terceiro País, de caráter confidencial, que prevê a realocação para o país insular dos integrantes do grupo "NZYQ cohort", que se encontram em situação migratória irregular na Austrália. O termo "NZYQ cohort" refere-se a um grupo de "não-cidadãos" afetados pela decisão da Suprema Corte da Austrália no caso "NZYQ v. Minister for Immigration" em novembro de 2023, que considerou inconstitucional a detenção por tempo indeterminado de imigrantes em situação irregular impossibilitados de serem realocados em outro país.

Estados Unidos

No contexto da imposição, pelos Estados Unidos, de tarifas de importação no segundo governo do Presidente Donald Trump, registra-se que o comércio bilateral Nauru–Estados Unidos é reduzido, tendo totalizado cerca de USD 2,4 milhões em 2023. Ainda assim, as importações norte-americanas provenientes de Nauru foram submetidas a tarifa de 30%. O Governo de Nauru não se pronunciou oficialmente sobre a questão.

China e Taiwan

Pequim vem empreendendo esforços para se aproximar dos Estados insulares do Pacífico, buscando inclusive a mudança de posição desses países em relação a Taiwan. Em conferência de imprensa em 07/03/2022, o conselheiro de Estado e ministro dos Negócios Estrangeiros chinês, Wang Yi, disse que a China sempre tratou países grandes e pequenos com equidade e que queria estreitar os laços e a confiança mútua com as ilhas do Pacífico Sul. Desde janeiro 2024, Nauru deixou de reconhecer Taiwan como Estado independente.

ECONOMIA

Nos anos 1970 e 1980, Nauru figurou entre os países de maior renda per capita do mundo, impulsionado pela exploração e exportação de fosfato. A partir dos anos 1990, com a progressiva exaustão das reservas e a redução da produção, o país passou a buscar fontes alternativas de receita, com destaque para a comercialização de dias de pesca/licenças para embarcações estrangeiras, iniciativas pontuais em turismo (de escala limitada) e atividades ligadas ao setor público. Nesse contexto, o centro regional de processamento associado à política migratória australiana (RPC) também se consolidou, ao longo dos anos, como importante vetor de atividade econômica e de arrecadação governamental.

Nauru integra, desde 1982, o Acordo de Nauru, voltado à coordenação e harmonização da gestão da pesca - sobretudo de atum - entre os países-membros. O tema é estrutural para os pequenos Estados insulares do Pacífico, muitos dos quais dependem,

em maior ou menor grau, das receitas de acesso/licenciamento de navios estrangeiros para financiar o governo; no caso de Nauru, essas receitas chegaram a representar parcela expressiva do orçamento (28% em 2016).

Com dimensão econômica muito reduzida, Nauru permanece entre as menores economias do mundo. No exercício fiscal de 2024 (encerrado em junho), o PIB nominal foi estimado em cerca de A\$ 247,6 milhões, com forte predominância do setor de serviços e participação menor de atividades produtivas ligadas, entre outros fatores, à extração/beneficiamento e a cadeias de suprimento domésticas.

No período mais recente, observa-se crescimento moderado, porém positivo, sustentado sobretudo por apoio de doadores e pela retomada/expansão de atividades associadas ao RPC: a expansão real do PIB foi estimada em 1,6% no FY2024 e 2,1% no FY2025, com projeções em torno de 1,9% no médio prazo. Ao mesmo tempo, a inflação permaneceu elevada (9,3% no FY2024 e cerca de 6% no FY2025), com expectativa de desaceleração gradual. O quadro fiscal tende a melhorar no horizonte de médio prazo, em parte em razão de acordos de financiamento plurianuais e do aumento projetado da atividade do RPC, mas a economia segue altamente vulnerável a choques externos, pela dependência de importações, de receitas voláteis (pesca e RPC) e pela sensibilidade a interrupções em serviços bancários e de pagamentos.

POLÍTICA INTERNA

A República de Nauru é uma ilha do Pacífico (Micronésia), próxima à linha do Equador, com cerca de 21 km² e população em torno de 12 mil habitantes. O país não possui capital oficial; as principais instituições do Estado concentram-se no distrito de Yaren.

Nauru foi anexado pela Alemanha em 1888. Em 1914, no contexto da Primeira Guerra Mundial, foi ocupado pela Austrália e, posteriormente, administrado sob arranjo internacional (mandato da Liga das Nações e, depois, tutela das Nações Unidas) envolvendo Austrália, Reino Unido e Nova Zelândia, com a administração exercida, na prática, sobretudo pela Austrália. Entre 1942 e 1945, foi ocupado pelo Japão. O país tornou-se independente em 31 de janeiro de 1968.

O sistema político é o de república parlamentar. O Parlamento é unicameral, composto por 19 membros eleitos por voto popular para mandatos de três anos, em circunscrições plurinominais. O Presidente é sempre um membro do Parlamento, eleito pelos próprios parlamentares, e acumula as funções de Chefe de Estado e Chefe de Governo. Uma vez eleito, o Presidente nomeia quatro ou cinco ministros dentre os parlamentares para compor o Gabinete.

As eleições utilizam voto preferencial (com classificação de candidatos), em sistema próprio. O país não possui um sistema partidário estruturado: em regra, os candidatos concorrem como independentes, e as maiorias parlamentares tendem a ser fluidas, muitas vezes moldadas por vínculos pessoais e familiares.

Desde o final dos anos 1980, a política doméstica tem sido marcada por episódios recorrentes de instabilidade e sucessivas recomposições de maioria parlamentar, o que contribuiu para mudanças frequentes de governo ao longo das décadas seguintes.

CRONOLOGIA HISTÓRICA	
-----------------------------	--

1888	Ilha de Nauru é anexada pela Alemanha
1918	Posta sob tutela do Reino Unido
1942	Capturada pelo Japão e usada como base aérea na II Guerra
1947	Posta sob tutela conjunta de Reino Unido, Austrália e Nova Zelândia
1968	Independência, grande prosperidade econômica advinda da exportação de fosfato.
1989	Queda no preço do fosfato, início de declínio econômico e instabilidades políticas
2006	Realização de consultas populares para reforma constitucional

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS	
-------------------------------------------	--

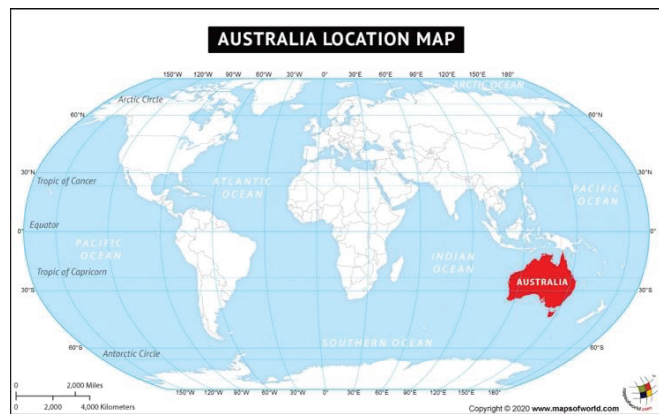
2005	Estabelecimento de relações diplomáticas
2006	Celebração do acordo de cooperação técnica
2022	Doação brasileira de vacinas DTP e MMR

ATOS BILATERAIS		
------------------------	--	--

Título	Data de celebração	Entrada em vigor
Acordo Básico de Cooperação Técnica	11/05/2006	Aguardando ratificação de Nauru.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SECRETARIA DE ÁSIA E PACÍFICO (SEASIA)
Departamento de Japão, Península Coreana e Pacífico (DEJP)
Divisão de Austrália e Pacífico (DAP)

AUSTRÁLIA



Maço ostensivo
Dezembro de 2025

DADOS BÁSICOS SOBRE A AUSTRÁLIA

NOME OFICIAL	Comunidade da Austrália (<i>Commonwealth of Australia</i>)
CAPITAL	Camberra
ÁREA	7 682 300 km ²
POPULAÇÃO (2024)	27,204,809 (<i>Banco Mundial</i>)
LÍNGUA OFICIAL	Inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Protestantes (23,1%), católicos romanos (22,6%); outras cristãs (4,2%) muçulmanos (2,6%); budistas (2,4%); ortodoxos (2,3%) hinduístas (1,9%).
SISTEMA DE GOVERNO	Monarquia Parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Bicameral; Senado e Câmara dos Deputados (<i>House of Representatives</i>)
CHEFE DE ESTADO	Rei Charles III, representado pela governadora-geral, Sam Mostyn (<i>desde julho de 2024</i>)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Anthony Albanese (<i>desde maio de 2022; reeleito em maio de 2025</i>)
CHANCELER	Penny Wong (<i>desde maio de 2022</i>)
PIB nominal (2024)	US\$ 1,75 trilhão (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP (2024)	US\$ 1,93 trilhão (<i>Banco Mundial</i>)
PIB nominal per capita (2024)	US\$ 64,404 (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP per capita (2024)	US\$ 71,193 (<i>Banco Mundial</i>)
VARIAÇÃO DO PIB (%)	1,4% (2024); 3,4% (2023); 4,2% (2022); 2,1% (2021); -0,1% (2020); (<i>Banco Mundial</i>) crescimento ininterrupto por 28 anos até 2020
IDH (2024)	0,946 (10°) (<i>ONU</i>)
EXPECTATIVA DE VIDA (2023)	83 anos (<i>Banco Mundial</i>)
EMBAIXADOR EM CABBERRA	Claudio Frederico de Matos Arruda (<i>desde 06/09/2023</i>)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Sophie Millicent Grant Davies (<i>desde fevereiro de 2023</i>)
BRASILEIROS NO PAÍS	Registro de 52 910 brasileiros residentes na Austrália em 2020.
CUMULATIVIDADES	Fiji, Ilhas Salomão, Nauru, Papua Nova Guiné, Vanuatu

INTERCÂMBIO COMERCIAL BILATERAL (US\$ milhões FOB) - Fonte: Comex Stat

Brasil ↔ Austrália	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025 (jan-nov)
Intercâmbio	1.453	1.248	1.827	1.598	1.407	1.041	1.716,1	3.400,4	2.712,9	2.005,3	1.700
Exportações	400	419	464	473	456	467	560,6	732,8	712,7	612,6	706,7
Importações	1.052	829	1.363	1.125	951	574	1.155,5	2.667,6	2.000,2	1.392,7	943,5
Saldo	-712	-410	-652	-652	-495	-107	-594,9	-1.934,8	-1.287,5	-780.032,	-236,9

PERFIS BIOGRÁFICOS**Sam Mostyn**

Governadora-Geral da Austrália (representante de Sua Majestade o Rei Charles III)



Sam Mostyn tomou posse como a 28ª Governadora-Geral da Austrália, em 01/07/2024, tornando-se a segunda mulher a ocupar o cargo. É empresária, advogada e líder comunitária, com atuação nos setores empresarial, esportivo, cultural e ambiental, bem como em organizações sem fins lucrativos. Foi Presidente do Australian Council for International Development (ACFID) de 2013 a 2017. É reconhecida por sua atuação em prol da igualdade de gênero e do enfrentamento da mudança do clima.

Anthony Albanese

Primeiro-Ministro da Austrália



Nascido em 02/03/1963, em Darlinghurst (Sydney, Nova Gales do Sul), formou-se em Economia pela Universidade de Sydney. Antes de ingressar no Parlamento, atuou como assessor político. Filiou-se ao Partido Trabalhista em 1979. Foi eleito para a Câmara dos Representantes em 1996, pelo distrito de Grayndler (Nova Gales do Sul), sendo sucessivamente reeleito, inclusive em 2025. Tomou posse como Primeiro-Ministro em 23/05/2022 e reassumiu para o segundo mandato em 13/05/2025.

Penelope Ying-Yen Wong

Ministra dos Negócios Estrangeiros da Austrália



Penelope Ying-Yen Wong nasceu em 05/11/1968, na Malásia. É graduada em Direito pela Universidade de Adelaide. Foi Ministra para Mudança do Clima e Água (2007–2010) e Ministra das Finanças e da Desregulamentação (2010–2013). Antes de concluir os estudos, realizou intercâmbio de aproximadamente um ano no Brasil.

VISÃO GERAL

A Austrália é uma democracia liberal, multiétnica e tradicional defensora do livre comércio. Parceiros estratégicos desde 2012, Brasil e Austrália comemoram, em 2025, 80 anos de relações diplomáticas (estabelecidas em 1945). Há amplo espaço para aprofundar os laços entre as duas potências regionais. Os dois países são grandes produtores e exportadores de minérios, particularmente minério de ferro. O setor agrícola também apresenta potencial, inclusive no que respeita à agricultura de precisão. O Brasil mantém, ademais, interesse em atrair investidores australianos, bem como em acompanhar modificações recentes na regulação de investimento direto estrangeiro em setores estratégicos na Austrália.

O comércio bilateral e os investimentos recíprocos têm apresentado dinamismo e demonstram potencial de adensamento. Em 2022 registrou-se recorde do intercâmbio comercial, que alcançou US\$ 3,4 bilhões. Na área de investimentos, destacam-se as presenças de empresas australianas de energia e mineração no Brasil e de empresas brasileiras de proteína animal na Austrália, incluindo operações e investimentos de JBS e Minerva Foods. Registra-se, ademais, que a maior parte do investimento direto australiano na América Latina tem como destino o Brasil e que mais de 75 empresas australianas operam no país, em setores como infraestrutura, serviços de engenharia, mineração e saúde.

Aspecto importante da agenda bilateral é o intercâmbio estudantil decorrente do contingente de estudantes brasileiros na Austrália, que, em dezembro de 2019, representava 3% do total de estudantes internacionais no país (cerca de 23 mil pessoas, em termos aproximados) e figurava entre os cinco principais países de origem. Em termos de matrículas, o pico pré-pandemia foi de aproximadamente 40 mil em 2019. Após a queda desses números, ocasionada pela pandemia de covid-19, observou-se retomada gradual a partir de 2022, ainda com recomposição do perfil dos países de origem.

A Austrália é, por fim, importante parceiro do Brasil na esfera multilateral. Além de apoiar a candidatura brasileira a assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, os países convergem no interesse de fortalecer o multilateralismo e de preservar um sistema de comércio internacional baseado em regras, no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC). No Grupo de Cairns, os australianos têm-se engajado em retomar a proatividade do mecanismo, em defesa dos interesses dos países agroexportadores no contexto da reforma agrícola da OMC.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas entre o Brasil e a Austrália foram estabelecidas em 1945. Por meio do Decreto nº 19.445, de 16/08/1945, criou-se uma Legação do Brasil na Austrália, com sede em Camberra. A legação foi instalada em 1946, em reciprocidade à instalação, no mesmo ano, da primeira representação diplomática australiana na América Latina, no Rio de Janeiro. Atualmente, o Brasil mantém Embaixada em Camberra e Consulado-Geral em Sydney; a Austrália mantém Embaixada em Brasília e Consulado-Geral em São Paulo.

Em 1990, estabeleceu-se o Mecanismo de Consultas Políticas (MCP), foro de concertação em temas de comum interesse, que se reúne a cada dois anos.

Marco importante das relações bilaterais foi a elevação, em 2012, do relacionamento ao nível de Parceria Estratégica, anunciada no Comunicado Conjunto Brasil–Austrália (Rio de Janeiro, 21/06/2012), por ocasião de encontro entre a Primeira-Ministra (PM) Julia Gillard e a Presidenta da República (PR) Dilma Rousseff, à margem da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20). A Parceria Estratégica tem como objetivo intensificar os contatos de alto nível entre as duas nações. Antecedeu esse marco o Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Parceria Reforçada Brasil–Austrália, assinado em 21/09/2010, em Nova York, acompanhado de Plano de Ação com áreas prioritárias de cooperação.

No âmbito global, os dois países compartilham atributos de potência regional: são países continentais, com sociedades multiétnicas e economias diversificadas; e são grandes produtores e exportadores de alimentos e de minerais, com destaque para cadeias ligadas a mineração, energia e agropecuária. A agenda econômico-comercial é parte importante do relacionamento bilateral, conforme exposto abaixo.

Mecanismo de Consultas Políticas

O Mecanismo de Consultas Políticas Brasil–Austrália foi criado em 1990, com o propósito de, a cada dois anos, promover encontro de alto nível entre o Brasil e a Austrália. A XII Reunião de Consultas Políticas foi realizada em 06/03/2024, em Camberra. Foram tratados os principais temas da pauta bilateral: comércio, investimentos, acordos (perspectiva de negociação de Acordo para Evitar a Dupla Tributação – ADT, prevista para começar em 2025), povos originários, interesse australiano em exportar cevada e trigo para o Brasil, interesse brasileiro em exportar carne suína para a Austrália, temas de gênero, temas de educação e implementação do acordo férias-trabalho, entre outros. Houve também discussão sobre a cooperação entre os dois países em foros multilaterais.

Comércio e investimentos

Análise do comércio bilateral

A Austrália é aproximadamente a 14ª economia do mundo, membro do G20 e da OCDE e grande exportador mineral e agrícola. O pico do intercâmbio bilateral ocorreu em 2022, quando alcançou US\$ 3,4 bilhões. Em 2024, o intercâmbio comercial bilateral foi de cerca de US\$ 2,1 bilhões, com as exportações brasileiras somando US\$ 612,7 milhões e as

importações, cerca de US\$ 1,49 bilhão. De janeiro a setembro de 2025, as exportações brasileiras para a Austrália somaram US\$ 530,9 milhões (alta de 20,4% em relação ao mesmo período do ano anterior).

O fluxo comercial é tradicionalmente deficitário para o Brasil em razão da importação de carvão mineral e derivados. Em 2024, os combustíveis minerais, com destaque para o carvão, responderam por parcela majoritária das importações brasileiras provenientes da Austrália. Em 2024, os principais produtos comprados pelo Brasil incluíram carvão não aglomerado; coques e semicoques de hulha; plataformas, embarcações e outras estruturas flutuantes; aparelhos para usos medicinais, cirúrgicos, dentários ou veterinários; e aparelhos elétricos para ligação de circuitos. O café destaca-se como o produto brasileiro mais exportado para os australianos, seguido de bens industrializados. Entre os produtos exportados em 2024, figuraram café não torrado; minérios de cobre; equipamentos de engenharia civil; celulose; e amidos, glúten de trigo e cola.

Análise de investimentos

Segundo o relatório World Investment Report 2024, da UNCTAD, a Austrália foi o 15º maior investidor direto mundial, com estoque no exterior de US\$ 710,6 bilhões em 2023. Já no sentido de recepção de investimento estrangeiro, o país ocupou o 16º lugar, com valor de US\$ 807,4 bilhões. A título comparativo, no mesmo período o estoque de investimento direto brasileiro no exterior foi de US\$ 365,8 bilhões, colocando o país no 23º lugar mundial. No sentido de recepção, o valor foi de US\$ 997,6 bilhões, ocupando a 14ª posição.

Investimentos australianos no Brasil

Dados do Banco Central do Brasil indicam que, em 2023, o investimento direto da Austrália no Brasil (IDP-participação no capital) alcançou US\$ 3,8 bilhões (controlador final mais operações intercompanhia), perfazendo, em ambos os casos, menos de 1% do total. Os investimentos australianos no Brasil foram alocados, sobretudo, em indústrias extrativas (US\$ 2,7 bilhões) e de transformação (US\$ 1,3 bilhão), sob o critério de controlador final. A maior parte dos investimentos australianos no Brasil concentra-se nos setores de metalurgia/mineração, petróleo/gás, energia e agronegócio. Recentemente, tem-se observado certa diversificação, com investimentos em setores como TI, biotecnologia, serviços digitais, transportes, telecomunicações, seguros, moda varejista, infraestrutura e construção civil.

Em 2024, o estoque de investimento estrangeiro direto (IED) australiano no Brasil alcançou US\$ 7,2 bilhões (23º maior estoque entre as origens).

Investimentos brasileiros na Austrália

Segundo o Banco Central do Brasil, em 2023, os investimentos brasileiros diretos na Austrália (IDE-participação no capital) alcançaram US\$ 255 milhões. As operações intercompanhia totalizaram 7% desse valor. No tocante aos investimentos em carteira, os capitais brasileiros foram assim alocados na Austrália: (i) ações (US\$ 19 milhões); (ii) moedas e depósitos (US\$ 12 milhões); e (iii) imóveis (US\$ 3 milhões).

Sobre a presença de empresas brasileiras na Austrália, cita-se a presença de empresas como JBS, Minerva, VALE, WEG e Marcopolo. Os maiores investimentos brasileiros estão concentrados na área de proteína animal. A JBS é a maior empresa de proteína animal do

país e processa carnes bovina e suína, bem como salmão. Já a Minerva é a maior processadora de carne ovina da Austrália.

Cooperação bilateral

Brasil e Austrália mantêm agenda positiva de cooperação bilateral, envolvendo número crescente de áreas. Embora o portfólio de projetos ainda não seja plenamente representativo do potencial bilateral, os dois países têm características comuns, que sustentam e impulsionam a cooperação. Ambos são países continentais, megadiversos, que detêm conhecimentos tradicionais de seus povos originários. Contam, também, com expertise em áreas comuns, em decorrência das características similares de suas respectivas economias e da disponibilidade de recursos naturais, como, por exemplo, pesquisa em agricultura, mineração, gestão de recursos hídricos e energias renováveis, incluindo soluções de baixo carbono (a exemplo do hidrogênio). Além disso, Brasil e Austrália têm muito a ganhar no intercâmbio em ciência e tecnologia, defesa e segurança, saúde, educação, pesquisa polar e antártica, área nuclear para fins pacíficos, entre outros.

Ciência, Tecnologia e Inovação

Brasil e Austrália são os dois maiores produtores de ciência do hemisfério sul, com interesse crescente das duas comunidades científicas em intercambiar conhecimentos e considerável complementariedade de excelência: o Brasil como um dos países mais avançados em pesquisa agrícola e em doenças tropicais, e a Austrália, em saúde, engenharia e ciências biológicas. As relações bilaterais em ciência, tecnologia e inovação entre o Brasil e a Austrália ganharam impulso formal com a assinatura, em 2017, do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália para Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação. O Acordo entrou em vigor internacional em 21/05/2021 e foi promulgado no Brasil pelo Decreto nº 10.772, de 20/08/2021. Realizou-se, em dezembro de 2022, a primeira reunião de seu Comitê Conjunto, em Sydney. Somou-se a esse arcabouço a assinatura de Memorando de Entendimento (MoU) entre o Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (CONFAP) e o Department of Education da Austrália, com vistas a estimular parcerias em pesquisa. Coube destaque para as seguintes áreas: energias limpas; biotecnologia; resiliência em desastres naturais; tecnologias quânticas; inteligência artificial; manejo de águas; ciências oceânicas e polares.

Cooperação educacional

A Austrália é destino relevante para estudantes brasileiros. Na educação superior, por exemplo, figura entre os 10 países que mais receberam bolsistas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) nos últimos 25 anos, em nível de mestrado, doutorado ou outras modalidades. A presença de brasileiros realizando intercâmbios para estudos de inglês também é expressiva. Segundo o Departamento de Educação da Austrália, estudantes brasileiros constituem o oitavo maior grupo nacional de estrangeiros no país, perfazendo 35.247 em 2025. Do total de estudantes brasileiros, 51% estão matriculados em cursos profissionalizantes, 42% em cursos de aprendizado de língua inglesa e 5% em cursos de nível superior, com o restante distribuído por outros segmentos. O Ministério da Educação do Brasil e o Departamento de Educação da Austrália negociam a

renovação de MoU sobre educação, pesquisa e formação profissional por 10 anos, assinado em 03/07/2015. A Austrália não integra a rede de países participantes do Programa de Estudantes-Convênio (PEC), que oferta vagas em instituições de ensino superior brasileiras para graduação (PEC-G), pós-graduação (PEC-PG) e estudo de português como língua estrangeira (PEC-PLE).

Potencial de cooperação em energia renovável/biocombustíveis

A Austrália possui significativo potencial de incremento na produção de energia renovável, principalmente em biomassa, hidrogênio, energia solar e eólica. **No contexto da meta** nacional de atingir 82% de eletricidade renovável até 2030, cresce a demanda por soluções de armazenamento, integração à rede e cadeias de suprimento associadas à transição energética. Sobre biocombustíveis, a Austrália dispõe de cana-de-açúcar, concentrada no estado de Queensland. A mistura autorizada de etanol na gasolina é de dez por cento. Abre-se espaço para cooperação em biocombustíveis avançados e SAF, inclusive em certificação e contabilidade de emissões no ciclo de vida, além de P&D em biomassa e hidrogênio.

Potencial de cooperação na área da saúde

Brasil e Austrália compartilham esforços no combate a enfermidades como dengue, zika e chikungunya, por intermédio de projeto que utiliza a bactéria wolbachia para reduzir a capacidade do mosquito *Aedes aegypti* de transmitir essas doenças (World Mosquito Program). O método foi pioneiramente testado no norte de Queensland, com liberações desde 2011, e tende a ser autossustentável após sua introdução na população local de mosquitos. No Brasil, a iniciativa vem sendo ampliada, inclusive com a inauguração, em 2025, de biofábrica de grande escala em Curitiba, reforçando a capacidade de produção e disseminação do método. Há potencial adicional de cooperação em vigilância epidemiológica, avaliação de impacto, modelagem de risco climático e capacitação de resposta a arboviroses.

Temas culturais

Festival Latino-Americano de Cinema (LAFF)

O Grupo dos Países Latino-Americanos e do Caribe (GRULAC) organiza, anualmente, o “Latin American Film Festival - LAFF”. Em agosto de 2025, foi realizada a 20ª edição do LAFF. O festival, organizado pela Embaixada em coordenação com o GRULAC, apresentou filmes dos países-membros do grupo em dez cidades australianas.

Adidâncias

Em setembro de 2025, a PF indicou prever para 2026 a efetiva abertura das instalações da adidância da Polícia Federal (PF) em Camberra. O posto deu início, então, aos procedimentos junto ao governo local com tal objetivo.

O Brasil nomeou, também, um novo adido agrícola para atuar na capital australiana, cujas atividades têm início previsto para 15 de janeiro de 2026.

Acordos bilaterais em negociação

Tratado para evitar a dupla tributação (ADT)

A assinatura de ADT bilateral é considerada prioritária pelas comunidades empresariais dos dois países. Houve encontro presencial, em dezembro de 2024, em Brasília, entre os representantes técnicos dos dois países.

Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI)

O Brasil apresentou proposta de acordo sobre investimentos por ocasião da X Reunião de Consultas Políticas, em abril de 2017.

Tratado de Auxílio Jurídico em Matéria Penal

As negociações do texto de Acordo sobre Cooperação em Matéria Penal foram concluídas em julho de 2008 e a assinatura se deu em novembro de 2014, por ocasião da Cúpula do G20 em Brisbane. O instrumento foi ratificado pelo lado australiano em 2016.

Em 26/07/2024, o instrumento foi encaminhado ao Congresso Nacional pela Presidência da República por meio da Mensagem nº 1154. A Mensagem foi distribuída inicialmente à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), onde recebeu parecer favorável. Em dezembro de 2025, aguarda ainda deliberação em plenário.

Acordo de Previdência Social

Em novembro de 2024, foram lançadas negociações entre Brasil e Austrália para a celebração de acordo previdenciário, que deverá beneficiar a comunidade brasileira residente no país, hoje estimada em 60 mil pessoas.

Quadro de acordos bilaterais em negociação

Acordo	Status
Tratado para evitar a dupla tributação	Minuta de acordo foi adiantada pela Receita Federal à embaixada australiana em Brasília, em 2016. Houve reunião presencial entre os técnicos dos dois países em dezembro de 2024.
Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI)	O Brasil propôs, em 2017, Acordo-Quadro.
Tratado de Auxílio Jurídico em Matéria Penal	A Austrália ratificou o texto em 2016. Em dezembro de 2025, o texto aguarda apreciação do plenário.
Acordo de Previdência Social	Negociações entre Brasil e Austrália foram lançadas em novembro de 2024.
Acordo-Quadro sobre Cooperação em Defesa	O Brasil propôs, em 2017, Acordo-Quadro, atualmente em análise pela Austrália.

ACORDOS BILATERAIS

Acordo	Celebração	Tramitação	Assuntos
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do	31/03/2022	Em Vigor	Vistos e Imigração

Brasil e o Governo da Austrália sobre Vistos de Trabalho e Férias			
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália para Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação.	07/09/2017	Em Vigor	Cooperação Científica e Tecnológica
Tratado entre a República Federativa do Brasil e a Austrália sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal	15/11/2014	Aguarda apreciação no plenário do Congresso	Direito Penal
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália sobre Cooperação em Eventos Esportivos de Grande Porte	15/12/2010	Em Vigor	Cooperação Educacional e Esportiva
Memorando de Entendimento sobre Cooperação Técnica Trilateral na Área de Desenvolvimento Internacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália.	15/12/2010	Em Vigor	Cooperação Científica e Tecnológica
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália para o Estabelecimento de Parceria Reforçada	22/09/2010	Em Vigor	Declaração Conjunta
Acordo de Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália	21/04/2010	Em Vigor	Transporte Aéreo
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália sobre Cooperação em Matéria Sanitária	02/04/1998	Em Vigor	Sanidade Animal e Vegetal - Entendimento
Tratado sobre Extradicação entre a República Federativa do Brasil e a Austrália	22/08/1994	Em Vigor	Extradicação
Acordo, por Troca de Notas, sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependente do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália	22/08/1994	Em Vigor	Dependentes - Atividades Remuneradas - Relações Diplomáticas e Consulares
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália para Consultas sobre Assuntos de Interesse Comum	27/08/1990	Substituído	Consultas Diplomáticas - Entendimento
Acordo Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Austrália	23/02/1978	Em Vigor	Comércio

Acordo para a Gratuidade de Vistos em Passaportes Comuns entre a República Federativa do Brasil e o Governo da Comunidade da Austrália	16/07/1969	Suspenso	Vistos e Imigração
Comunicado Conjunto Brasil – Austrália	06/07/1965	Em Vigor	Declaração Conjunta
Entendimento Comercial entre os Estados Unidos do Brasil e a Comunidade da Austrália	24/10/1950	Denunciado	Comércio
Acordo Comercial entre os Estados Unidos do Brasil e a Comunidade da Austrália	19/07/1939	Substituído	Comércio
Tratado entre o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda e os Estados Unidos do Brasil para a criação de uma Comissão de Paz (Aplicável à Austrália)	04/04/1919	Em Vigor	Paz, Amizade, Comércio e Navegação
Convenção de Arbitramento entre a República dos Estados Unidos Brasil e o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda (Aplicável à Austrália)	18/06/1909	Em Vigor	Arbitragem e Conciliação
Acordo entre a o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda e o Império do Brasil para Entrega de Desertores de Navios Mercantes (Aplicável à Austrália)	30/07/1888	Em Vigor	Desertores

Temas consulares

A rede consular é atendida pela Embaixada do Brasil em Camberra e pelo Consulado-Geral do Brasil em Sydney, contando, ainda, com o apoio de consulados honorários em todos os demais estados australianos. Pesquisas acadêmicas indicam, ainda, que a comunidade brasileira registrou crescimento de 812% entre os anos 2000 e 2020. A comunidade seria composta, predominantemente, por pessoas entre 20 e 49 anos de idade, que em geral ingressam no país com vistos de estudante.

De acordo com dados de 2024, a comunidade brasileira na Austrália continuou a expandir-se de forma expressiva. Os últimos dados populacionais publicados pelo Australian Bureau of Statistics (ABS), referentes a junho de 2024, indicaram haver 72.920 residentes na Austrália nascidos no Brasil. O número representa crescimento de 56% em relação aos dados do relatório Comunidades Brasileiras no Exterior (ano-base 2022) e de mais de 300% na última década. De acordo com os dados publicados, a faixa etária média desses brasileiros é de 35 anos, sendo 53% mulheres e 47% homens.

Tal crescimento da comunidade brasileira reflete-se no aumento significativo da demanda por serviços consulares, em especial de renovação de passaportes. Como apontado no balanço feito no primeiro semestre de 2025, a emissão de passaportes registrou crescimento de 40% em relação a 2024 e de 57% em comparação com 2023, tendo sido emitidos 1.857 passaportes comuns nos primeiros seis meses de 2025.

Temas multilaterais

Historicamente, ambos os países participam ativamente de diversas instâncias multilaterais. A Austrália apoia a reforma do Conselho de Segurança, inclusive a proposta do G4 e o pleito brasileiro por assento permanente. Ademais, os dois países mantêm histórico de apoio recíproco em candidaturas a órgãos multilaterais.

No âmbito comercial, coordenam-se para buscar posições conjuntas quanto à reforma da OMC, especialmente no que concerne ao Órgão de Solução de Controvérsias. Ambos integram o Grupo de Cairns e o Grupo de Ottawa, além de copatrocinarem propostas e iniciativas dentro da OMC. No G20, Brasil e Austrália tendem a manter posições convergentes, especialmente em temas digitais.

Os dois países colaboram em iniciativas em prol da segurança alimentar global, bem como na promoção de práticas agrícolas sustentáveis e inovadoras para enfrentar as mudanças climáticas e na gestão sustentável de recursos naturais (G20, FAO e OCDE). Convergem, ainda, em posicionamentos voltados a reduzir o protecionismo de outros mercados e eliminar subsídios distorcivos, a fim de tornar o comércio agrícola mais justo e eficiente.

G20

Brasil e Austrália possuem posições convergentes no âmbito do G20. O Primeiro-Ministro Anthony Albanese participou da Cúpula do G20, em novembro de 2024, no Rio de Janeiro, ocasião em que realizou encontros bilaterais com representantes de alto nível de Índia, China, Reino Unido, União Europeia e Turquia. Na sessão de abertura do G20, Albanese mencionou a necessidade de ação coordenada entre os países do grupo para conter a inflação mundial e registrou que a Austrália é membro fundador da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza.

Encontros de alto nível

Visitas e encontros de Chefes de Estado e de Governo

O último encontro de chefes de governo entre Brasil e Austrália ocorreu em 19/05/2023, à margem do segmento de engajamento externo (*outreach*) da 49ª Cúpula do G7, em Hiroshima. O Presidente Lula e o Primeiro-Ministro Anthony Albanese trataram da ampliação das relações entre os dois países, de temas de meio ambiente, da Copa do Mundo de Futebol Feminino e de relações trabalhistas, em particular no que se refere a trabalhadores de aplicativos. O Presidente Lula foi convidado a visitar a Austrália.

Durante a Cúpula do G20, em Buenos Aires, em dezembro de 2018, o PM Scott Morrison encontrou-se com o Presidente Michel Temer, e ambos coincidiram sobre a necessidade de conferir nova dimensão às relações bilaterais.

Durante os Jogos Olímpicos, em agosto de 2016, o Governador-Geral da Austrália, Sir Peter Cosgrove, visitou o Brasil, tendo retornado, em seguida, ao Brasil, em setembro, para acompanhar a abertura dos Jogos Paralímpicos.

A visita, em 2012, da PM Julia Gillard ao Brasil, por ocasião da Cúpula Rio+20, resultou na elevação do relacionamento bilateral ao nível de Parceria Estratégica, durante encontro com a Presidente Dilma Rousseff. Pelo lado brasileiro, a participação de Dilma Rousseff na Cúpula do G20, em Brisbane, em novembro de 2014, marcou a primeira visita

de mandatário brasileiro à Austrália. As duas mandatárias haviam se encontrado à margem da cúpula do G20, em novembro de 2011, em Cannes.

Encontros de Chanceleres

O então Ministro Celso Amorim foi o primeiro Ministro das Relações Exteriores a visitar a Austrália, em 1994. Por ocasião de sua segunda visita oficial àquele país, em agosto de 2008, o então Chanceler brasileiro manteve encontro com o PM Kevin Rudd; com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Stephen Smith; e com o Ministro do Comércio Exterior, Simon Crean. Em agosto de 2009, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Austrália, Stephen Smith, retribuiu a visita ao Brasil.

O então Ministro Celso Amorim e Kevin Rudd (na função de Ministro dos Negócios Estrangeiros) assinaram, em Nova York, em setembro de 2010, Memorando de Entendimento (MdE) para estabelecimento de parceria reforçada. Em dezembro do mesmo ano, Rudd esteve na Cúpula do Mercosul, em Foz do Iguaçu, ocasião em que, juntamente com os chanceleres do bloco e da Nova Zelândia, firmou declaração conjunta de criação de foro de diálogo periódico de funcionários de alto nível sobre temas de comércio.

À margem do Fórum Econômico Mundial, em Davos, em janeiro de 2011, o Chanceler Antonio Patriota encontrou-se com o Ministro do Comércio da Austrália, Craig Emerson, que chefiou, posteriormente, em abril de 2012, delegação empresarial ao Brasil. Embora a maior parte de seus compromissos tenha sido em São Paulo, o Ministro Craig Emerson também foi a Brasília, onde se encontrou com o Chanceler Patriota.

Em novembro de 2014, por ocasião da Cúpula do G20 em Brisbane, o Chanceler Luiz Alberto Figueiredo encontrou-se com a sua contraparte australiana, Julie Bishop. Na ocasião, foi assinado o Acordo sobre Cooperação em Matéria Penal.

Em julho de 2015, a Chanceler Julie Bishop visitou Brasília e São Paulo. Foi recebida em Brasília pelo Chanceler Mauro Vieira, com quem celebrou o aniversário de 70 anos das relações Brasil-Austrália, e pelo Ministro da Educação, ocasião em que foi renovado o Memorando de Entendimento em Educação.

Em outubro de 2017, à margem da Reunião Informal de Ministros da OMC, em Marrakesh, o Chanceler Aloysio Nunes participou de café da manhã com os Ministros do Grupo de Cairns, oferecido pelo então Ministro de Investimento da Austrália, Steven Ciobo.

Em maio e em dezembro de 2020, o Chanceler Ernesto Araújo manteve conversa por telefone com a MNE Marise Payne.

Em 23/10/2023, o Ministro Mauro Vieira recebeu telefonema da MNE Penny Wong para tratar do conflito entre Israel e Palestina. Conversaram também sobre a utilização de submarinos a propulsão nuclear sob a égide da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). O Sr. ME convidou a Chanceler Wong para visita ao Brasil.

O Ministro Mauro Vieira manteve encontro, em 20/02/2024, com a Senadora Katy Gallagher, Ministra das Finanças, Mulheres e Serviço Público, chefe da delegação australiana à reunião de Ministros de Relações Exteriores do G20.

À margem da 13ª Conferência Ministerial da OMC (MC13 – Abu Dhabi, 26-29/02/2024), o Ministro Mauro Vieira manteve reunião com o Ministro do Comércio da Austrália, Don Farrell. Os principais temas tratados foram as perspectivas de resultados para

a MC13, a presidência brasileira no G20 e as respectivas negociações de acordos com a União Europeia.

A delegação australiana na COP30 foi chefiada pelo Ministro para Mudança do Clima e Energia, Chris Bowen.

POLÍTICA EXTERNA

Desde a Federação, em 1901, a Austrália enfrenta o desafio de conciliar sua herança institucional europeia com sua inserção geográfica no Indo-Pacífico, de forma a forjar sua identidade nacional. Ao longo de sua história, a Austrália tem enfrentado a necessidade de superar a noção de ser um país ocidental isolado em seu próprio entorno. As preocupações da Austrália com seu contexto geopolítico imediato explicam, por um lado, a prioridade conferida à defesa e à segurança nacional e regional, amparada por forte tradição militar em parceria com os Estados Unidos, e, por outro, a aproximação gradual, em suas mais diversas dimensões, com os países da Ásia-Pacífico.

Em 2025, o Primeiro-Ministro Anthony Albanese pronunciou discurso sobre os rumos da política externa australiana em seu segundo mandato, defendendo orientação mais autônoma e voltada aos interesses nacionais e regionais. Sustentou que a Austrália deve manter sua capacidade de decisão independente, mesmo em meio a alianças históricas, como a mantida com os Estados Unidos.

O Primeiro-Ministro Albanese participou, em junho de 2025, já reeleito para segundo mandato, da Cúpula do G7, realizada no Canadá. Na oportunidade, encontrou-se bilateralmente com representantes do Canadá, da Coreia do Sul, da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), do Japão, do Reino Unido, da Alemanha e da União Europeia, além de autoridades do governo dos Estados Unidos (em decorrência da partida do Presidente Donald Trump logo no início do evento), bem como participou de sessões de trabalho sobre o futuro da segurança energética global e tecnologias emergentes.

Em julho de 2025, o Primeiro-Ministro encontrou-se com o Presidente da China, Xi Jinping. A viagem ocorreu em momento de reaproximação bilateral, após deterioração das relações em anos recentes. Os dois lados anunciaram a criação de Diálogo Político sobre a Descarbonização do Aço e assinaram acordos sobre temas como comércio, turismo e agricultura.

Em setembro do mesmo ano, a Austrália reconheceu a Palestina como Estado soberano e independente. O anúncio, realizado à margem da 80ª Assembleia Geral das Nações Unidas, foi coordenado com o Reino Unido e com o Canadá.

Reeleição de Donald Trump (5/11/24)

O Primeiro-Ministro Albanese congratulou Trump por telefone pela vitória eleitoral e mencionou a importância da aliança entre Estados Unidos e Austrália nas áreas econômica e de segurança, com destaque para a parceria AUKUS (Austrália–Reino Unido–Estados Unidos). O Primeiro-Ministro destacou o papel de liderança dos Estados Unidos na estabilidade e segurança do Indo-Pacífico e a relevância da aliança bilateral.

Quanto às “tarifas recíprocas” impostas por Trump, a tarifa geral aplicada pelos Estados Unidos à Austrália foi estabelecida em 10% (as Ilhas Norfolk, território australiano,

tiveram tarifa de 29%). O Primeiro-Ministro Albanese lamentou a decisão estadunidense. O Primeiro-Ministro descartou a adoção de tarifas retaliatórias, as quais, na perspectiva do governo australiano, apenas contribuiriam para elevar ainda mais o custo de vida da população. Entre os setores mais afetados, destacam-se as exportações agrícolas australianas, sobretudo a carne bovina, principal produto exportado para os Estados Unidos.

POLÍTICA INTERNA

A Austrália é um Estado federal, composto por seis estados (Nova Gales do Sul, Vitória, Queensland, Austrália Ocidental, Austrália do Sul e Tasmânia) e dois territórios continentais autogovernados (Território da Capital Australiana e Território do Norte). O país é uma monarquia constitucional com sistema parlamentar de governo. O chefe de Estado é o rei Charles III, representado pela Governadora-Geral, Sam Mostyn. O chefe de governo é o Primeiro-Ministro, líder do governo com o apoio da maioria na Câmara dos Deputados. O sistema legal australiano é consuetudinário (*common law*), baseado no modelo inglês. A Alta Corte da Austrália (*High Court of Australia*) é composta por 7 juizes, incluindo o Chefe de Justiça (*Chief Justice*).

O Parlamento federal é bicameral. O Senado (*Senate*) é formado por 76 membros: 12 de cada um dos 6 estados e 2 de cada um dos 2 territórios. Os senadores são eleitos por votação proporcional para mandatos de 6 anos, com renovação, a cada 3 anos, de metade dos assentos dos estados e da totalidade dos assentos dos territórios. A Câmara dos Deputados (*House of Representatives*) é composta por 150 deputados, eleitos diretamente nos respectivos distritos eleitorais (um para cada deputado), por votação majoritária, para mandatos de 3 anos.

Há dois grupos políticos principais, em nível federal e estadual: o Partido Trabalhista (Australian Labor Party – ALP) e a Coalizão, formada pelo Partido Liberal (Liberal Party of Australia) e pelo Partido Nacional (The Nationals). Também estão representados no Parlamento partidos menores e deputados independentes.

O Partido Trabalhista venceu as eleições nacionais de 21/05/2022, e o líder da agremiação, Anthony Albanese, assumiu em 23/05/2022 como Primeiro-Ministro da Austrália. Os trabalhistas venceram as eleições em contexto de fortalecimento de agendas associadas à proteção ambiental, promoção dos direitos das mulheres e dos aborígenes e criação de comissão contra a corrupção, entre outros temas.

Em maio de 2025, o Partido Trabalhista do Primeiro-Ministro Anthony Albanese garantiu novo mandato, com ampla margem sobre a Coalizão Liberal-Nacional. O líder do Partido Liberal, Peter Dutton, perdeu sua cadeira no Parlamento.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1945	Estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a Austrália e estabelecimento da legação do Brasil em Camberra.
1946	Instalação, no Rio de Janeiro, da primeira representação diplomática da Austrália na América Latina.
1978	Assinatura de Acordo Comercial entre o Brasil e a Austrália.
1990	Criação do Mecanismo de Consultas Políticas Brasil-Austrália

1994	Visita à Austrália do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim. Na ocasião, é assinado Tratado de Extradicação entre os dois países.
2001	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Alexander Downer. Criação do Conselho para Relações Austrália-América Latina (COALAR).
2004	Visita ao Brasil do Ministro do Comércio e vice-Primeiro-Ministro, Mark Vaile, que participou da XI Sessão da UNCTAD em São Paulo.
2006	Segunda visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Alexander Downer.
2008	Visita a Camberra do Ministro Celso Amorim. Visita a São Paulo do Ministro das Finanças, Wayne Swan, que participa da Reunião Ministerial do G-20F. Encontro do Presidente Lula com o Primeiro-Ministro Kevin Rudd, em Washington.
2009	Encontro do Presidente Lula com o Primeiro-Ministro Kevin Rudd, em L'Aquila, à margem da Cúpula do G8+G5. Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Stephen Smith.
2010	Assinatura do Plano de Ação Brasil-Austrália (Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Parceria Reforçada). Assinatura dos Memorandos de Entendimento sobre cooperação em eventos esportivos de grande porte e de cooperação trilateral para desenvolvimento internacional.
2011	Visita ao Brasil de missão parlamentar australiana chefiada pelo Presidente da Câmara da Austrália, Harry Jenkins. Encontro da Presidente Dilma Rousseff e da primeira-ministra Julia Gillard à margem da cúpula do G-20, em Cannes.
2012	Primeira-Ministra Julia Gillard realiza primeira visita de chefe de governo australiano ao Brasil e mantém reunião de trabalho com a Presidente Dilma Rousseff à margem da Rio+20, no Rio de Janeiro. Brasil e Austrália elevam as relações bilaterais ao nível de parceria estratégica.
2014	Presidente Dilma Rousseff realiza primeira viagem de mandatário brasileiro à Austrália, por ocasião da cúpula do G-20 (Brisbane).
2015	Visita da Ministra dos Negócios Estrangeiros, Julie Bishop, a Brasília e São Paulo, quando manteve encontros com o Ministro das Relações Exteriores e com o Ministro da Educação. Renovado Memorando de Entendimento em Educação, Pesquisa e Formação Profissional.
2016	Visita do Governador-Geral da Austrália, Peter Cosgrove, ao Rio de Janeiro, para a abertura dos Jogos Olímpicos (agosto) e Paralímpicos (setembro).
2017	X Reunião de Consultas Políticas (Brasília), com a participação da Subsecretária australiana Penny Williams (abril).
2018	Visita de Comitiva Parlamentar australiana, em abril, ao Ministério da Fazenda, ao Ministério do Planejamento, Gestão e Finanças e ao Senado Federal.
2019	Visita à Austrália de Comitiva Parlamentar brasileira, em setembro, com o objetivo de conhecer a política australiana para os povos originários.
2024	Visita da Senadora Katy Gallagher, Ministra de Finanças, Mulheres e Serviço Público da Austrália, no contexto de reunião ministerial do G20, no Rio de Janeiro
2024	Realização da XII Reunião de Consultas Políticas em Camberra

2024	Participação do PM Anthony Albanese participou da reunião do G20, no Rio de Janeiro
2025	Participação do Ministro para a Mudança do Clima e Energia, Chris Bowen, na COP30, em Belém.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SECRETARIA DE ÁSIA E PACÍFICO (SEASIA)
Departamento de Japão, Península Coreana e Pacífico (DEJP)
Divisão de Austrália e Pacífico (DAP)

PAPUA NOVA GUINÉ



Ostensivo
Dezembro de 2025

DADOS BÁSICOS SOBRE PAPUA NOVA GUINÉ

NOME OFICIAL	Estado Independente de Papua Nova Guiné
ADJETIVO GENTÍLICO	Papua ou papuásio
CAPITAL	Port Moresby
DATA NACIONAL	16/9 – Dia da Independência
ÁREA	462 840 km ² (<i>Banco Mundial</i>)
POPULAÇÃO (2023)	10,576,502 (<i>Banco Mundial</i>)
LÍNGUAS OFICIAIS	tok pisin, inglês e hiri motu
PRINCIPAIS RELIGIÕES	protestantes (69,4%), católicos (27%), crenças indígenas e outras (3,3%)
SISTEMA POLÍTICO	Monarquia Parlamentarista
CHEFE DE ESTADO	Rei Charles III, representado pelo governador-geral Bob Dadae (<i>desde fevereiro de 2017</i>)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-ministro James Marape (<i>desde maio de 2019</i>)
CHANCELER	Justin Tkatchenko (<i>desde janeiro de 2024</i>)
PIB NOMINAL (2024)	US\$ 32,538 bilhões (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP (2024)	US\$ 51,704 bilhões (<i>Banco Mundial</i>)
PIB NOMINAL per capita (2024)	US\$ 3,076.5 (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP per capita (2024)	US\$ 4,888.6 (<i>Banco Mundial</i>)
VARIAÇÃO DO PIB (%)	4,1 (2024); 3,8 (2023); 5,7 (2022); -0,5 (2021); -3,2 (2020) (<i>Banco Mundial</i>)
IDH (2021)	0,558 (156º lugar entre 191 países) (<i>ONU</i>)
EXPECTATIVA DE VIDA (2023)	66 anos (<i>Banco Mundial</i>)
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (2022)	87% (<i>Banco Mundial</i>)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2024)	2,7% (<i>Banco Mundial</i>)
UNIDADE MONETÁRIA	kina
EMBAIXADOR EM PORT MORESBY (cumulativa com Camberra)	Claudio Frederico de Matos Arruda (<i>desde 08/08/2023</i>)
EMBAIXADOR NO BRASIL	não há

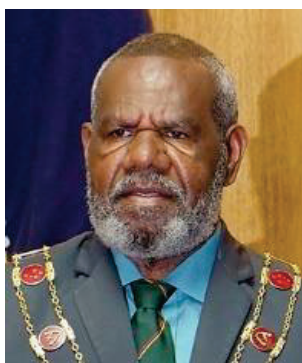
INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhares FOB) - Fonte: MDIC/Economia (Comextat)

BRASIL⇒ PAPUA NOVA GUINÉ	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025 (jan./ nov)
Intercâmbio	2854	3074	3040	3500	4600	3057	3070	2218	4635	960,4
Exportações	2839	3067	2754	3300	4500	2985	2971	2105	4545	960,4
Importações	14	6	286	200	100	72	99	113	89	0
Saldo	2824	3061	2468	3100	4400	2913	2872	1992	4456	960,4

PERFIS BIOGRÁFICOS

Bob Bofeng Dadae

Governador-geral de Papua Nova Guiné, representando o rei Charles III



Nasceu em 8 de março de 1961. Completou graduação em comércio pela Universidade da Papua Nova Guiné em 1988. Adquiriu diploma de MBA pela Universidade Griffith (Austrália) em 1995. Foi eleito para o Parlamento Nacional de Papua Nova Guiné em 2002, como membro do *United Party*, tornando-se o vice-líder do partido após a eleição. Foi reeleito em 2007 e serviu como Ministro da Defesa entre 2007 e 2011. Em 2011, mudou-se para o *People's National Congress*, partido pelo qual se reelegeu em 2012. Em fevereiro de 2017, assumiu o cargo de Governador-Geral da Papua Nova Guiné.

James Marape

Primeiro-Ministro de Papua Nova Guiné



Nasceu em 24 de abril de 1971. É graduado pela Universidade de Papua Nova Guiné, onde é pós-graduado em ciências ambientais. Tentou ingressar no Parlamento nacional pela primeira vez em 2002, por Hela, terras altas (*highlands*) do país, mas o pleito foi cancelado em razão da violência na região. Foi eleito em 2007 e reeleito nas eleições subsequentes. Foi Secretário Parlamentar do Ministério de Obras, Transporte e Aviação Civil (2007-2008), Ministro da Educação (2008-2011) e Ministro das Finanças (2017-2019). Em abril de 2019, renunciou à pasta das Finanças, dando início à crise política que levou à queda do então chefe de governo, Peter O'Neill. Após a renúncia de O'Neill, foi eleito Primeiro-Ministro pelo parlamento nacional, em maio de 2019, acumulando, interinamente, a pasta de Relações Exteriores. Em 2024, foi substituído pelo Chanceler Justin Wayne Tkatchenko.

Justin Tkatchenko

Ministro dos Negócios Estrangeiros



Nascido em Melbourne, em 2/6/1972, e descendente de ucranianos, naturalizou-se papuásio em 2006. Foi empresário e apresentador de TV. Foi Ministro dos Esportes e Jogos do Pacífico, Ministro do Território e do Planejamento Físico e assumiu o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros em agosto de 2022 até maio de 2023. Reassumiu o posto em janeiro de 2024.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Papua Nova Guiné (PNG) estabeleceram relações diplomáticas em 1989. Os dois países têm a primeira e a terceira maiores florestas tropicais respectivamente, o que torna natural a colaboração na defesa dos interesses comuns das culturas tradicionais e do desenvolvimento sustentável.

Em junho de 2012, o Vice-Ministro de Florestas e Mudança do Clima, Ronald Asik, esteve no Brasil para conferência Rio+20. O delegado não manteve encontro com autoridades brasileiras.

Em março de 2020, o Primeiro-Ministro James Marape transmitiu ao Embaixador do Brasil em Camberra avaliação positiva sobre o relacionamento com o Brasil. Considerou que o fato de PNG ser um dos países de maior biodiversidade global abre perspectivas de parcerias em diversos campos, inclusive no da saúde, produção de medicamentos e vacinas.

Em 2023, o Diretor do Departamento de Japão e Península Coreana do Itamaraty visitou a capital Port Moresby, no contexto dos esforços do governo brasileiro de relançar o diálogo político com atores da região do Pacífico Insular e conferir maior concretude à agenda bilateral. As partes expressaram posições convergentes em temas relacionados à necessidade de reforma dos mecanismos de governança global, bem como a prioridades como desenvolvimento sustentável e combate à mudança do clima.

Em novembro de 2025, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva manteve encontro de trabalho com o premiê papuásio, no contexto da Cúpula de Líderes organizada antes do início da COP30. O Primeiro-Ministro Marape enfatizou tratar-se da primeira vez que participa de uma COP do Clima, decisão que associou ao valor que atribui à liderança brasileira. Expressou firme apoio à inclusão da agenda de florestas nos debates sobre a mudança do clima, lembrando do engajamento de seu país em favor do financiamento da conservação florestal, incluindo a regulamentação de mercados de carbono.

Defendeu, nesse sentido, a iniciativa brasileira de estabelecer o Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF). O Presidente Lula agradeceu o apoio de Papua Nova Guiné ao TFFF e reafirmou a disposição do Brasil de fazer da COP30 a COP da implementação das decisões já tomadas pela comunidade internacional. Os dois líderes convergiram quanto à necessidade de financiamento climático em grande escala, em condições que não agravem o endividamento dos países em desenvolvimento. Ambos concordaram, ainda, na importância de integrar os esforços de adaptação à mudança do clima ao planejamento estratégico nacional e de garantir que a transição para economias de baixo carbono seja justa e voltada à redução de desigualdades.

Sobre a relação bilateral, o Primeiro-Ministro Marape expressou interesse em obter a cooperação do Brasil para o fortalecimento dos setores de agricultura e energia. Com o intuito de fortalecer os laços entre Brasil e Papua Nova Guiné, informou sobre a decisão de seu governo de abrir embaixada residente em Brasília e convidou o Brasil a abrir missão em Porto Moresby. O Presidente Lula sugeriu a sua contraparte a realização de visita de trabalho ao Brasil, para aprofundar a discussão sobre áreas potenciais de cooperação.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

É de interesse do governo papuásio a cooperação na agricultura, principalmente nas culturas de café e cacau, na geração de energia limpa, na preservação do meio ambiente e na aquicultura.

O Brasil propôs a celebração de Acordo Básico de Cooperação Técnica com Papua Nova Guiné em 17/05/2019. A resposta brasileira à contraproposta papuásia referente ao acordo foi submetida em 17/11/2020.

INTERCÂMBIO COMERCIAL

No primeiro semestre de 2025, o fluxo comercial com a Papua Nova Guiné somou USD 1,53 milhões. As exportações brasileiras totalizaram USD 1,47 milhões no primeiro semestre de 2025. O valor indica queda de 40% em relação ao mesmo período em 2024. Houve mudanças significativas na pauta de exportação, merecendo destaque a inclusão de proteína animal em decorrência da recente abertura de mercado. Os produtos mais exportados à Papua Nova Guiné foram: machados e ferramentas semelhantes (USD 478 mil), miudezas comestíveis de bovino congeladas (USD 318 mil), línguas de bovino congeladas (USD 164 mil), artefatos de uso doméstico (USD 97 mil) e facas de lâmina fixa (USD 58 mil). As importações provenientes da Papua Nova Guiné somaram apenas USD 54 mil, valor que embora pequeno, representa aumento de 33% em relação ao primeiro semestre de 2024. Como em anos anteriores, as importações brasileiras foram compostas quase exclusivamente por "baunilha não triturada nem em pó", com os outros itens da pauta (rolamentos de esferas) somando valores menores que USD 100.

Agricultura

A autoridade sanitária de Papua Nova Guiné aprovou, em setembro de 2024, as propostas brasileiras de certificados sanitários internacionais para exportação pelo Brasil de carne bovina e de carne de aves e carne mecanicamente separada de frango. Os contatos com a NAQIA para a abertura do mercado papuásio (o segundo maior da Oceania depois da Austrália) para importação de carne de frango do Brasil foram iniciados em 2020.

ASSUNTOS CONSULARES

Não há informações precisas ou estimativas confiáveis do número de brasileiros em Papua Nova Guiné. Durante a crise do Covid-19 em 2020, dois jogadores de futebol residentes temporários em PNG (Vinícius Reis e Erick Joe) solicitaram o retorno ao Brasil, em razão do cancelamento do campeonato de futebol e fechamento do aeroporto de Port Moresby.

ACORDOS BILATERAIS

O Brasil propôs a celebração de Acordo Básico de Cooperação Técnica com Papua Nova Guiné em 17/05/2019. A resposta brasileira à contraproposta papuásia referente ao acordo foi submetida em 17/11/2020.

Em dezembro de 2023, o Brasil propôs acordo de isenção de vistos para PADIP e PASOF.

POLÍTICA EXTERNA

Papua Nova Guiné é membro da ONU desde 10/10/1975, da *Commonwealth* (desde 16/09/1975), da OMC (membro desde 09/06/1996) e da APEC (desde 1993), além de integrar a Organização dos Estados da África, Caribe e Pacífico (OACPS, antigo ACP). No entorno regional, exerce papel de relevo no Fórum das Ilhas do Pacífico (FIP) e na Comunidade do Pacífico (SPC), e é membro central do *Melanesian Spearhead Group* (MSG). Mantém, desde 1976, status de *Special Observer* junto à ASEAN e tem reiterado aspiração de adesão plena, participando também do *ASEAN Regional Forum* (ARF). Desde 14/10/1976, é membro da Interpol.

Como *Small Island Developing State* (SIDS) e integrante da AOSIS, PNG pauta-se pela alta vulnerabilidade a impactos da mudança do clima (eventos extremos, pressões

sobre infraestrutura e segurança alimentar), defendendo maior financiamento climático e apoio a medidas de adaptação em foros multilaterais.

No plano bilateral e de segurança, as relações com a Austrália são estruturantes: além de cooperação histórica abrangente, a Austrália figura como principal parceira em comércio bilateral e é a maior parceira de desenvolvimento de PNG, com ampla carteira de assistência e financiamento. Na dimensão de segurança, foi firmado acordo-quadro bilateral (2023) e, mais recentemente, um tratado de defesa mútua ("Pukpuk Treaty"), assinado em outubro de 2025, que aprofunda a integração e prevê assistência em caso de ataque; iniciativas recentes sob esse marco incluem investimentos australianos em infraestrutura digital. Em paralelo, PNG vem aprofundando a cooperação com os Estados Unidos, inclusive por meio de acordo de cooperação em defesa e de instrumentos de cooperação marítima (Shiprider), assinados em 2023.

Ao mesmo tempo, PNG busca manter política externa pragmática de diversificação de parcerias, ampliando vínculos econômicos com a China, com investimentos e projetos de infraestrutura; em junho de 2018, PNG assinou memorando de entendimento relativo à Iniciativa Cinturão e Rota. Esse movimento ocorre em contexto de crescente competição estratégica no Pacífico, no qual o governo tem sinalizado intenção de preservar autonomia decisória e relações funcionais com diferentes atores.

ECONOMIA

A economia da Papua-Nova Guiné é fortemente dependente do setor extrativo (gás natural liquefeito, petróleo e mineração de ouro, cobre e níquel), que responde pela maior parte das exportações e torna o desempenho macroeconômico particularmente sensível aos ciclos de preços internacionais e ao cronograma de grandes projetos. Apesar disso, a base social da economia é predominantemente rural: cerca de 86% da população vive em áreas rurais e mais de 80% depende, direta ou indiretamente, de agricultura de subsistência e pequena produção, com baixa produtividade e pouca integração a cadeias formais; o setor agrícola e agroflorestal, contudo, permanece relevante por produtos como café, cacau, óleo de palma, copra e pesca.

De acordo com projeções recentes do FMI, as perspectivas seguem positivas: o crescimento do PIB é projetado em 4,5% em 2025, impulsionado pela maior produção no setor de recursos naturais e pela resiliência do setor não relacionado a recursos, apoiada pela melhora no acesso a divisas e por desempenho favorável da agricultura; a inflação deve recuar de base muito baixa em 2024 e ficar em 3,8% em 2025, convergindo para algo em torno de 4,5% no médio prazo. A partir de 2026, o crescimento tenderia a moderar-se e estabilizar-se pouco acima de 3%, com elevada incerteza e riscos associados a volatilidade de commodities, choques domésticos e limitações de capacidade estatal.

Além do extrativismo, a pesca oceânica - especialmente de atum - tem peso fiscal para vários países do Pacífico. PNG é parte do Acordo de Nauru (PNA, 1982) e participa do sistema regional de gestão do esforço de pesca (incluindo o Vessel Day Scheme), por meio do qual licenças de pesca para embarcações estrangeiras podem gerar receitas relevantes.

No comércio com o Brasil, os fluxos são reduzidos: em 2024, as exportações brasileiras para PNG somaram cerca de US\$ 4,55 milhões, enquanto as importações brasileiras provenientes de PNG ficaram em torno de US\$ 96 mil, resultando em superávit brasileiro aproximado de US\$ 4,45 milhões (valores com base em estatísticas do UN Comtrade).

POLÍTICA INTERNA

O Estado Independente de Papua-Nova Guiné é país da Melanésia no sudoeste do Pacífico, ao norte da Austrália, que ocupa a metade oriental da ilha da Nova Guiné e numerosos arquipélagos adjacentes (entre os quais Nova Bretanha, Nova Irlanda e Bougainville). A capital é Port Moresby. A população é estimada em cerca de 11 milhões (o Banco Mundial trabalha com ordem de grandeza próxima de 11,8 milhões) e o país é reconhecido por sua extrema diversidade sociocultural e linguística, com mais de 800 línguas.

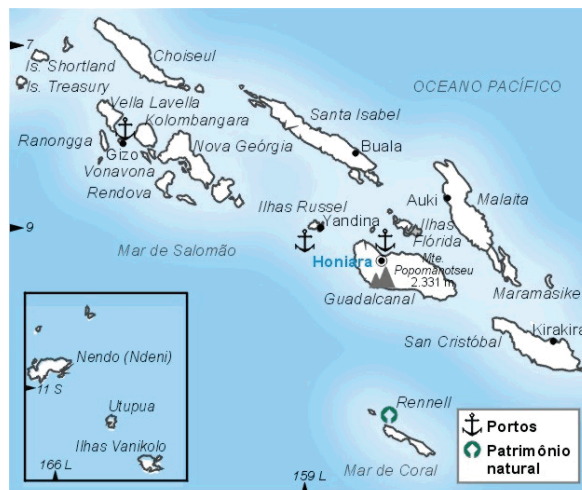
Trata-se de monarquia constitucional parlamentarista, no modelo de Westminster. Como membro da *Commonwealth*, o Chefe de Estado é o Rei Charles III, representado no país por um Governador-Geral (atualmente, Sir Bob Dadae), eleito pelo Parlamento Nacional e com funções principalmente protocolares, embora detenha atribuições constitucionais como nomear o Primeiro-Ministro e formalizar a composição do Executivo. O Parlamento Nacional é unicameral e, após a reforma de distritos eleitorais implementada na eleição de 2022, passou a contar com 118 membros (96 eleitos em distritos "open" e 22 eleitos em circunscrições provinciais - 20 províncias, além do Distrito da Capital Nacional e da Região Autônoma de Bougainville), com mandato de cinco anos.

Historicamente, a configuração territorial atual resulta da administração colonial sobre áreas distintas: o nordeste esteve sob domínio alemão (1884-1914); o sul foi inicialmente protetorado britânico (a partir de 1884) e, posteriormente, administrado pela Austrália; durante a Segunda Guerra Mundial, partes do território foram ocupadas pelo Japão (1942-1945). No pós-guerra, a administração australiana consolidou-se e PNG alcançou autogoverno em 01/12/1973 e independência em 16/09/1975.

O cenário político é marcado por fragmentação partidária, coalizões fluidas e recorrentes reacomodações parlamentares, o que contribui para episódios de instabilidade. Após as eleições nacionais de julho de 2022, James Marape foi reconduzido ao cargo de PM pelo Parlamento (com ampla margem, quando ainda havia assentos pendentes de declaração) e permanece como Chefe de Governo. Um tema político-institucional importante é Bougainville: na consulta de 2019, 97,7% dos votantes optaram pela independência, e o encaminhamento do resultado segue sujeito a consultas e deliberação no marco do Acordo de Paz de Bougainville e do processo constitucional interno.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SECRETARIA DE ÁSIA E PACÍFICO (SEASIA)
Departamento de Japão, Península Coreana e Pacífico (DEJP)
Divisão de Austrália e Pacífico (DAP)

ILHAS SALOMÃO



Ostensivo
Dezembro de 2025

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	Ilhas Salomão
ADJETIVO GENTÍLICO	salomonense
CAPITAL	Honiara
DATA NACIONAL	07/07 – Data da Independência
ÁREA	28 900 km ² (mais de 922 ilhas) (<i>área: Banco Mundial</i>)
POPULAÇÃO (2024)	819,198 (<i>Banco Mundial</i>)
LÍNGUA OFICIAL	Inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Anglicanos 35%, Católicos 19%, Evangélicos 17%, Adventistas 11%
SISTEMA POLÍTICO	Monarquia parlamentarista
CHEFE DE ESTADO	Rei Charles III, representado pelo Governador Geral David Tiva Kapu (desde jul/2024)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Jeremiah Manele (<i>desde maio de 2024</i>).
CHANCELER	Peter Shanel Agovaka (<i>desde maio de 2024</i>)
PIB NOMINAL (2024)	US\$ 1,76 bilhão (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP (2024)	US\$ 2,07 bilhão (<i>Banco Mundial</i>)
PIB NOMINAL per capita (2024)	US\$ 2.15 (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP per capita (2024)	US\$ 2.87 (<i>Banco Mundial</i>)
VARIAÇÃO DO PIB (%)	2,5 (2024); 2,7 (2023); 2,4 (2022); 2,6 (2021); -3,4% (2020); 1,7 (2019) (<i>Banco Mundial</i>)
IDH (2023)	0,584 (156º lugar) (<i>ONU</i>)
EXPECTATIVA DE VIDA (2023)	71 anos (<i>Banco Mundial</i>)
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (2024)	84,1% (<i>ONU</i>)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2023)	1,4 % (<i>Banco Mundial</i>)
UNIDADE MONETÁRIA	Dólar das Ilhas Salomão
EMBAIXADOR EM HONIARA (cumulativa com Camberra)	Claudio Frederico de Matos Arruda (<i>desde 08/08/2023</i>)
EMBAIXADOR NO BRASIL	Não há

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhares FOB) - Fonte: (Comexstat)

BRASIL⇒ ILHAS SALOMÃO	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Intercâmbio	110	86	174	45,8	109,5	129,4	165,6	107,2	173,4
Exportações	110	86	174	45,3	108	128,7	137,7	95,4	171,6
Importações	0	0	0	0,5	1,5	0,7	27,9	11,8	1,7
Saldo	110	86	174	44,8	106,5	128	109,8	83,6	169,9

PERFIS BIOGRÁFICOS

David Tiva Kapu
Governador-Geral



David Tiva Kapu é pastor anglicano e atuou como reitor acadêmico da Bishop Patteson Theological College na zona costeira de Kohimarama. Em junho de 2024, foi nomeado Governador-Geral, representando o Rei Charles III no país. Em 2025, recebeu o título de Cavaleiro da Grã-Cruz da Ordem de São Miguel e São Jorge pelo monarca britânico.

Jeremiah Manele
Primeiro-Ministro



Nascido em 1968, Manele foi Encarregado de Negócios da Missão Permanente das Ilhas Salomão junto às Nações Unidas, (1997-2002). Foi Secretário Permanente do Ministério dos Negócios Estrangeiros (2002-2007). Ocupou vários cargos no governo solomonense. Foi eleito pela segunda vez membro do parlamento por Hograno-Kia nas eleições gerais de 2019. Foi nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros em 26/04/2019. Em 02/05/2024, foi eleito Primeiro-Ministro.

Peter Shanel Agovaka
Ministro de Negócios Estrangeiros



Peter Shanel Agovaka nasceu em 1959 e tem formação na área de energia elétrica. Foi eleito para o Parlamento em 2006, 2010 e 2014. Foi Ministro das Relações Exteriores (2010-2012); Ministro de Polícia, Segurança Nacional e Serviço Correccional (2014-2015); e Ministro de Comunicações e Aviação (2015-2017). Assumiu novamente a pasta de Negócios Estrangeiros em maio de 2024.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com as Ilhas Salomão em 2 de agosto de 2005. O Decreto nº 7.202, de 2 de junho de 2010, criou a Embaixada do Brasil em Honiara, Ilhas Salomão, cumulativa com a Embaixada em Camberra.

Em 2009, o então Representante Permanente de Salomão junto à ONU, Collin Beck, visitou o Brasil, ocasião em que se reuniu com o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, na qualidade de Ministro de Estado, interino. Em junho de 2012, o então Primeiro-Ministro Gordon Darcy Lilo realizou visita ao Brasil, no contexto da Conferência Rio+20, no Rio de Janeiro.

Brasil e Ilhas Salomão compartilham visão comum sobre o combate à mudança do clima. Há perspectiva de cooperação nas áreas de esporte e agricultura, bem como os esforços dos dois países na implementação do Acordo de Paris.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

O Brasil transmitiu proposta de Acordo de Cooperação Técnica para as Ilhas Salomão em dezembro de 2005. Em 2023, o documento foi reapresentado pela parte brasileira. Não há iniciativas de cooperação entre as Ilhas Salomão e o Brasil.

COOPERAÇÃO HUMANITÁRIA

Em 2010, na sequência do tsunami que atingiu as Ilhas Salomão, em 04/01/2010, o Brasil prestou assistência humanitária ao país, por meio de acordo com o PNUD, para o projeto *Recovery Assistance for Earthquake and Tsunami in the Solomon Islands*.

INTERCÂMBIO COMERCIAL

As exportações brasileiras têm predominância na pauta comercial com as Ilhas Salomão. Em 2024, o intercâmbio atingiu US\$ 173,4 mil, com o Brasil respondendo por 171,6 mil de exportações, com os principais produtos sendo waffles e wafers; produtos de confeitaria, sem cacau; e caramelos, confeitos, dropes, pastilhas, e produtos semelhantes, sem cacau. Importou dentes artificiais de acrílico e partes para aparelhos de interrupção de circuito elétrico.

No primeiro semestre de 2025, o fluxo comercial com as Ilhas Salomão somou USD 106 mil. O valor advém exclusivamente das exportações brasileiras, não tendo sido registrada a importação de nenhum produto das Ilhas Salomão. Em comparação ao mesmo período de 2024, o valor indica aumento de 26,9% nas exportações brasileiras.

Nesse período, a pauta de exportação às Ilhas Salomão foi composta exclusivamente por bens alimentícios industrializados. O produto mais exportado foram preparações alimentícias e conservas, da espécie bovina (USD 57,4 mil), seguido respectivamente por caramelos e variados (USD 26,4 mil), outros produtos de confeitaria sem cacau (USD 9,9 mil), caramelos e derivados sem açúcar (USD 5,6 mil) e outros produtos industrializados de confeitaria.

Em 2025, foram aprovados Certificados Sanitário Internacional (CSI) para abertura do mercado salomônico de carnes e produtos cárneos congelados de aves e bovinos.

ASSUNTOS CONSULARES

Não há informações precisas ou estimativas confiáveis do número de brasileiros nas Ilhas Salomão.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OFICIAIS

Não há registro de concessões de créditos e financiamentos oficiais do Brasil a tomador soberano das Ilhas Salomão.

ACORDOS BILATERAIS

Ainda não foram firmados atos bilaterais.

POLÍTICA EXTERNA

As Ilhas Salomão são país-membro das Nações Unidas e de várias organizações internacionais, entre as quais o Foro das Ilhas do Pacífico, a Comunidade do Pacífico e o *Melanesian Spearhead Group*, iniciativa de integração econômica e coordenação política que engloba Fiji, Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão e Vanuatu, além da Nova Caledônia. Em outubro de 2017, as Ilhas Salomão foram admitidas na Interpol. As Ilhas Salomão são ainda membros da *Association of Small Island States* (AOSIS), o que pauta sua participação nas negociações sobre mudança do clima no âmbito das Nações Unidas. Como LDC (*Least Developed Country*) e SIDS (*Small Island Developing State*), as Ilhas Salomão apresentam extrema vulnerabilidade aos efeitos da mudança do clima. O aumento do nível do mar, as alterações das marés, as tempestades mais frequentes e enchentes têm causado mortes, danos à infraestrutura e sérias ameaças à segurança alimentar no país.

ECONOMIA

Com PIB nominal de US\$ 1,76 bilhão e crescimento de 2,5% em 2024, as Ilhas Salomão posicionaram-se como a 177ª economia do mundo. O crescimento real da economia tem-se mantido estável, tendo chegado a 2,7% em 2023, antes de desacelerar ligeiramente, refletindo desafios estruturais e externos. O PIB PPP é da ordem de US\$ 2,9 mil por pessoa, típico de país de baixa renda. Mantida a trajetória atual, as Ilhas Salomão devem deixar a categoria de país de menor desenvolvimento relativo (PMDR) em 2027. A taxa oficial de desemprego é muito baixa (1,4%) embora o governo estime que o setor informal empregue parcela significativa da mão-de-obra.

Segundo o Ministério das Finanças, as receitas oriundas da pesca do atum são a terceira maior fonte de recursos do governo, depois da arrecadação interna e das tarifas aduaneiras. O setor de serviços é o principal ramo de atividade, o qual responde por quase metade do PIB. Além do setor de serviços, outras atividades importantes são a agricultura, a pesca e a silvicultura. Os principais produtos de exportação são óleo de palma, copra (polpa seca de coco) e cacau. As ilhas são ricas em recursos minerais ainda não explorados, como chumbo, zinco, níquel e ouro.

POLÍTICA INTERNA

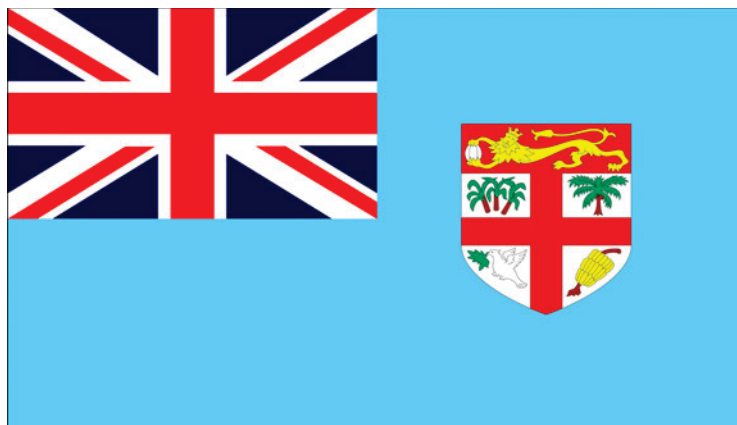
As Ilhas Salomão, arquipélago situado no Pacífico Sul, a nordeste da Austrália, têm cerca de 800 mil habitantes. O país é uma monarquia parlamentarista e membro da *Commonwealth*. Seu chefe de estado é o Rei Charles III do Reino Unido, representado por Governador-Geral, e a chefia de governo é exercida por primeiro-ministro.

As Ilhas Salomão foram protetorado inglês desde 1890 e emanciparam-se politicamente em 1978. O parlamento é unicameral e composto por cinquenta membros eleitos para um mandato de quatro anos. O primeiro-ministro é eleito por maioria simples de parlamentares, mantendo-se no cargo enquanto tiver seu respaldo.

Em 02/05/2024, Jeremiah Manele, então Ministro das Relações Exteriores, foi eleito Primeiro-Ministro das Ilhas Salomão com 31 votos. O candidato rival e ex-líder da oposição Mathew Wale teve 18 votos.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SECRETARIA DE ÁSIA E PACÍFICO (SEASIA)
Departamento de Japão, Península Coreana e Pacífico (DEJP)
Divisão de Austrália e Pacífico (DAP)

ILHAS FIJI



Maço ostensivo
Dezembro de 2025

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República de Fiji
ADJETIVO GENTÍLICO	Fijiano
CAPITAL	Suva (Ilha Viti Levu)
DATA NACIONAL	10/10 – Dia de Fiji
ÁREA	18 270 km ² (332 ilhas) (<i>área: Banco Mundial</i>)
POPULAÇÃO (2023)	924,145 (<i>Banco Mundial</i>)
LÍNGUAS OFICIAIS	Inglês e fijiano
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Metodista (34,6%), Hinduísmo (27,9%), Catolicismo (9,1%), Islamismo (6,3%).
SISTEMA DE GOVERNO	República parlamentarista
CHEFE DE ESTADO	Presidente Ratu Naiqama Lalabalavu (<i>desde novembro de 2024</i>)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Sitiveni Rabuka (<i>desde dezembro de 2022</i>)
CHANCELER	Primeiro-Ministro Sitiveni Rabuka (<i>desde dezembro de 2022</i>)
PIB NOMINAL (2023)	US\$ 5,44 bilhões (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP (2023)	US\$ 14,089 bilhões (<i>Banco Mundial</i>)
PIB NOMINAL per capita (2023)	US\$ 5.888 (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP per capita (2023)	US\$ 13.562,38 (<i>Banco Mundial</i>)
VARIAÇÃO DO PIB (%)	8,0% (2023); 20% (2022); -5,1% (2021); -17,0% (2020); -0,6% (2019); 3,8% (2018) (<i>Banco Mundial</i>)
IDH (2022)	0,73 (104º lugar) (<i>ONU</i>)
EXPECTATIVA DE VIDA (2021)	67,2 (<i>ONU</i>)
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (2021)	89,1 (<i>ONU</i>)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2023)	4,2% (<i>Banco Mundial</i>)
UNIDADE MONETÁRIA	Dólar Fijiano
EMBAIXADOR EM SUVA (cumulativa com Camberra)	MPC Claudio Frederico de Matos Arruda
EMBAIXADOR NO BRASIL	Não há (<i>a Embaixada de Fiji em Brasília foi fechada em maio de 2019</i>)

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhares FOB) - *Fonte: Comextat.mdic.gov.br*

BRASIL⇒ FIJI	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Intercâmbio	1021	1079	1038	1163	1251	2008	1139	743,8	1002	1908	1246,2	1082,8
Exportações	1012	979	1032	1071	1187	1395	1050	691,3	999	1821	1218,0	1077,4
Importações	9	100,5	6,3	92,5	63,9	73,2	89	52,5	3	87	28,2	5,4
Saldo	1003	878	1026	978	1123	1321	961	638,8	996	1734	1189,8	1071,9

PERFIS BIOGRÁFICOS

Naiqma Lalabalavu

Presidente



Ratu Naiqama Lalabalavu (23 de dezembro de 1953) foi eleito Presidente da República de Fiji pelo Parlamento em 2024, tomando posse em 12 de novembro do mesmo ano. Chefe tradicional (Ratu) da província de Cakaudrove, na ilha de Vanua Levu - uma das duas maiores do país -, exerceu, imediatamente antes da eleição presidencial, a função de Presidente do Parlamento, entre 2022 e 2024.

Durante o período de instabilidade política do início dos anos 2000, foi nomeado Ministro dos Assuntos Fijianos por George Speight no contexto do golpe de Estado de 2000. Com a restauração da democracia em 2001, associou-se à Aliança Conservadora, de orientação nacionalista. Em 2006, voltou a ocupar funções ministeriais, sendo afastado da vida pública com o golpe militar daquele ano. Retomou a carreira política em 2014, regressando gradualmente ao centro do sistema político fijiano até sua eleição para a Presidência da República.

Sitiveni Rabuka

Primeiro-Ministro

Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional



Sitiveni Ligamamada Rabuka nasceu em Vanua Levu, em 13 de setembro de 1948. Militar de carreira, realizou formação em instituições de Estado-Maior e obteve o título de mestre em ciências pela Universidade de Madras, em 1979. Atuou em missões internacionais de manutenção da paz no Líbano e no Deserto do Sinai, no Egito, tendo comandado unidades de infantaria. Também representou Fiji em competições internacionais de rúgbi e atletismo, incluindo os Jogos da Commonwealth.

Em 1987, liderou golpes militares que resultaram no fim da monarquia constitucional e na proclamação da república em Fiji. Após o período de governo militar, permaneceu como comandante do Exército e ministro do Interior. Foi eleito Primeiro-Ministro entre 1992 e 1999 e retornou ao cargo em dezembro de 2022, à frente de uma coalizão parlamentar. Desde então, acumula as funções de chefe de governo e de Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com a República de Fiji em 16 de fevereiro de 2006. Em julho de 2008, o governo de Fiji anunciou a decisão de abrir embaixada residente em Brasília.

O Decreto nº 7.207, de junho de 2010, criou a Embaixada do Brasil em Suva, na República das Ilhas Fiji, cumulativa com a Embaixada em Camberra.

Em maio de 2011, o então secretário-permanente da chancelaria fijiana, Solo Mara, chefiou missão ao Brasil com o principal objetivo de tratar, junto ao cerimonial do Itamaraty, das providências relacionadas à abertura da missão residente em Brasília. O senhor Mara apontou a decisão da abertura da Embaixada em Brasília como prova do empenho de seu governo em estreitar o relacionamento bilateral.

Em julho de 2011, o governo brasileiro comunicou a Fiji o seu *agrément* à indicação de Cama Tuiqilaqila Tuiloma como o primeiro embaixador de Fiji em Brasília. Em setembro de 2011, o então primeiro-ministro Josaia Voreqe “Frank” Bainimarama visitou Brasília para inaugurar oficialmente a embaixada de Fiji.

Durante a Rio+20, em junho de 2012, o então primeiro-ministro Voreqe Bainimarama visitou o Brasil novamente, porém não manteve encontro bilateral com autoridades brasileiras durante sua estada no Rio de Janeiro.

Em novembro de 2013, Brasil e Fiji celebraram seu primeiro acordo bilateral, o Acordo de Cooperação Técnica.

Em junho de 2014, o então presidente da República de Fiji, Ratu Epeli Nailatikau, realizou visita ao Brasil, ocasião em que manteve encontros com diversas autoridades brasileiras: o ministro da Defesa, embaixador Celso Amorim, o secretário de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, Jarbas Barbosa, e o comandante da Força Aérea Brasileira, brigadeiro Juniti Saito. No mês seguinte, foi assinado memorando de entendimento sobre consultas políticas, o qual segue em vigor.

Em agosto de 2016, o então primeiro-ministro Josaia Voreqe Bainimarama visitou o Brasil durante os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro.

Em maio de 2017, assinou-se acordo de isenção de vistos (em vigor) e deu-se início às negociações de acordo de trabalho para dependentes do pessoal diplomático. Com a entrada em vigor da nova Lei de Imigração no Brasil em 2017, passou a ser considerado desnecessário acordo sobre o tema. Bastaria envio de Nota Verbal pela Embaixada de Fiji assegurando reciprocidade. A Embaixada de Fiji foi, no entanto, encerrada em 2019 e as negociações não foram retomadas.

Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas Brasil-Fiji

Em março de 2024, realizou-se a primeira reunião no âmbito do Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas, assinado em 2014. A delegação brasileira foi chefiada pelo então Secretário de Ásia e Pacífico (S-SEASIA) do Itamaraty, embaixador Eduardo Saboia, que manteve encontro com o secretário-permanente do Ministério de Relações Exteriores e Cooperação Internacional, Lesikimacuata Korovavala.

Foram tratados temas relacionados à mudança do clima; iniciativa fijiana de criação de zona de paz no Pacífico; interesse de Fiji em receber cooperação brasileira para revitalização do setor açucareiro; e temas geopolíticos.

O S-SEASIA avistou-se com o primeiro-ministro, Sitiveni Rabuka, que manifestou satisfação com a perspectiva de cooperação brasileira para a revitalização da indústria açucareira de Fiji. Houve encontros também com o ministro da Indústria do Açúcar, Charan Singh, e com o ministro da Agricultura e Cursos d'Água, Andrew

Tukana, que reiterou o forte interesse fijiano em receber mudas de novas variedades de abacaxi e mandioca cultivados no Brasil.

Missão brasileira a Suva (junho de 2023)

O Diretor do Departamento de Japão, Península Coreana e Pacífico (D-DEJP) do Itamaraty, o então ministro Paulo Elias Martins de Moraes, realizou, entre 18 e 30 de junho de 2023, missão às capitais de Fiji (Suva), Ilhas Salomão (Honiara), Papua Nova Guiné (Port Moresby) e Vanuatu (Port Vila). A missão teve por objetivo retomar o diálogo político com atores da região e avançar temas das agendas bilaterais. Integraram a delegação diplomata da Embaixada em Camberra, a adida agrícola da Embaixada e representante da ABC.

Em 19/06, a delegação brasileira reuniu-se, no Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional, com o secretário permanente, Lesikimacuata Korovavala, ocasião em que discutiram temas de interesse global e do relacionamento bilateral. Entre 19 e 21/06, reuniram-se com representantes do Fórum das Ilhas do Pacífico e do Fórum de Desenvolvimento das Ilhas Pacífico, bem como foram recebidos por autoridades dos ministérios de Agricultura e Cursos de Água, Indústria do Açúcar, Educação, Saúde e Serviços Médicos, Juventude e Esportes e Infraestrutura, a fim de discutir oportunidades de cooperação técnica e de abertura de mercado para produtos cárneos brasileiros.

Fechamento da Embaixada de Fiji em Brasília

Por meio de nota verbal de 10 /05/2019, encaminhada para a Embaixada do Brasil em Camberra, o Alto Comissariado da República de Fiji na Austrália informou sobre a decisão de desativar a Embaixada de Fiji em Brasília, a partir de 28/06/2019. A nota informou, ademais, que a Embaixada de Fiji em Washington assumiria, a partir daquela data, a interlocução diplomática, comercial e de cooperação com o Brasil e os demais países da América do Sul, com o apoio dos Consulados Honorários de Fiji em São Paulo e no Rio de Janeiro.

A missão diplomática de Fiji em Brasília, a primeira na América Latina, havia sido estabelecida em junho de 2008. O embaixador fijiano Cama Tuiqilaqila Tuiloma chefiou a representação por mais de 7 anos, de junho de 2011 a dezembro de 2018. Ao despedir-se em 2018, demonstrara incerteza sobre a designação de um novo Embaixador para o Brasil. A inexistência de cidadãos fijianos oficialmente radicados no Brasil e o elevado custo financeiro da manutenção de estrutura física estariam entre as razões para o fechamento da representação fijiana.

Outro fator que pode ter desestimulado a continuidade das atividades da Embaixada de Fiji em Brasília, além dos elevados custos financeiro-administrativos, teria sido a não abertura de Embaixada brasileira residente em Suva, cuja reciprocidade era esperada pelas autoridades fijianas.

Avaliação sobre eventual abertura de embaixada do Brasil residente em Suva

Em novembro de 2022, a Embaixada do Brasil em Camberra indicou que, de maneira a intensificar a presença brasileira entre os países insulares do Pacífico, de forma sustentada e permanente, o Brasil poderia considerar a abertura de embaixada residente em Suva.

Fiji exerce considerável liderança regional, notadamente em relação às demais nações da Melanésia, além de ocupar posição de centro logístico. As sedes do Fórum das Ilhas do Pacífico (FIP), principal organismo regional, e do Fórum de Desenvolvimento das Ilhas do Pacífico (FDIP), estão localizadas em Suva.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

Cooperação técnica é o principal interesse de Fiji junto ao Brasil, razão primeira do estabelecimento da embaixada do país em Brasília. Em novembro de 2013, Brasil e Fiji celebraram seu primeiro acordo bilateral, o Acordo de Cooperação Técnica. Há interesse fijiano de cooperação técnica em matéria de açúcar, etanol e pesca. O acordo está ainda em tramitação no Congresso Nacional. Por meio da mensagem nº 175, de 4 de abril de 2022 foi encaminhado o texto do Acordo ao Congresso.

Atividades desenvolvidas

Mandioca e frutas tropicais

Em março e abril de 2014, foi desenvolvida a atividade “Treinamento em Produção e Processamento de Mandioca e Frutas Tropicais com vistas à Segurança Alimentar”. Delegação de quatro técnicos do Ministério da Agricultura de Fiji esteve por duas semanas na Embrapa Mandioca e Fruticultura, em Cruz das Almas (BA), para participar de curso sobre processamento e produção de frutas.

Aquicultura

Devido à crescente demanda pelo aumento de produção de proteína animal com alta qualidade nutricional, o Departamento de Pesca de Fiji solicitou cooperação na área de piscicultura para capacitação em boas práticas na manipulação do pescado. A ABC propôs projeto intitulado “Capacitação em boas práticas na manipulação do pescado e em cultivo de tilápias”. Assim, a ABC contatou a Universidade Federal do Ceará, campus Fortaleza, para realização do treinamento, para 5 técnicos fijianos, que ocorreu em julho de 2014.

Projetos em andamento (a partir de 2023)

Em outubro de 2023, as autoridades de Fiji encaminharam solicitações formais de cooperação técnica, na forma de notas conceituais (*concept notes*) nas seguintes áreas:

- i) indústria da cana-de-açúcar;
- ii) cultura de abacaxi;
- iii) cadeia produtiva de mandioca.

Como ações concretas a serem tomadas para fortalecer a cooperação bilateral em etanol, a nota propôs a elaboração de estudo sobre o setor açucareiro de Fiji; a organização de seminário virtual para discutir oportunidades e obstáculos para a implementação de uma economia do etanol no país; e a realização de missão técnica, ao Brasil, de especialistas e formuladores de políticas públicas de Fiji, com participação dos setores público e privado.

Na primeira visita ao Brasil de alta autoridade fijiana - desde a vinda do então primeiro-ministro Frank Bainimarama, em 2016, por ocasião dos jogos olímpicos -, o ministro de Assuntos Multiétnicos e da Indústria do Açúcar da República de Fiji, Charan Jeeth Singh, esteve no país entre os dias 12 e 16 de agosto de 2024, acompanhado do presidente da *Fiji Sugar Corporation* (FSC), sr. Nitya Reddy, e do secretário permanente do Ministério da Indústria do Açúcar, sr. Yogesh Karan.

O principal objetivo da visita foi o de fortalecer os laços de cooperação entre os dois países no setor sucroenergético, em linha com antiga demanda formulada pelo lado fijiano. A agenda consistiu de encontros em Brasília, no dia 13 de agosto, seguidos de visita à Fenasucro e Agrocana; instituição de pesquisa; usina produtora de açúcar e etanol;

e estabelecimento de produção e comercialização de equipamentos agrícolas em Ribeirão Preto e Sertãozinho-SP, nos dias 14 e 15 de agosto.

Em Brasília, o Ministro de Estado das Relações Exteriores Mauro Vieira recebeu o ministro Singh em audiência, ocasião em que ele mencionou ter sido incumbido pelo primeiro-ministro Sitiveni Rabuka de revitalizar o setor açucareiro daquele país - controlado pelo estado - e diversificar as fontes de investimento. A preocupação de Fiji com a revitalização da indústria açucareira também visa a reduzir a dependência da importação de petróleo, o que explica o interesse na experiência brasileira na produção de etanol.

No tocante à cooperação na agricultura, a primeira remessa dos germoplasmas de abacaxi e mandioca produzidos pela Embrapa chegaram a Fiji em maio de 2025. Segundo a adida agrícola em Camberra, o diretor de pesquisa e serviços científicos de agricultura do Ministério da Agricultura de Fiji, Dr. Shalendra Prasad, informou que as mudas de abacaxi estão se desenvolvendo bem no viveiro. Já nas mudas de mandioca, foi observada mortalidade de 50% na fase de endurecimento, mas que a equipe da Estação de Pesquisa de Koronivia disporia ainda de variedades *in vitro* para plantá-las novamente.

Sobre cooperação em pecuária, o Alto Comissariado da República de Fiji em Camberra enviou nota verbal à Embaixada do Brasil informando que o Ministério da Agricultura fijiano tinha interesse em enviar missão técnica ao Brasil para "explorar oportunidades na área da indústria da carne bovina, tais como caminhos para melhorias e boas práticas, desde a cadeia de produção até o mercado".

O Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) designou o Coordenador de Cooperação Internacional da Secretaria de Comércio e Relações Internacionais, Lucas Fiuza de Moraes, para acompanhar os técnicos fijianos no Brasil. Durante sete dias, a partir do fim de agosto de 2025, a missão visitou propriedades rurais, frigoríficos, centros de pesquisa e universidades no MS e RS, com o objetivo de conhecer soluções práticas adotadas pelo Brasil que possam ser adaptadas à realidade de Fiji.

Educação

Na missão brasileira a Fiji, chefiada pelo D-DEJP, em junho de 2023, a delegação brasileira foi recebida no Ministério da Educação de Fiji. Os representantes fijianos expressaram desejo em receber cooperação no sentido de viabilizar o potencial de Fiji em inscrever locais no Patrimônio Mundial da UNESCO. Mencionaram que, enquanto o Brasil possui 23 locais inscritos na UNESCO, Fiji possui apenas um, a saber, a cidade portuária histórica de Levuka.

Saúde

Na missão chefiada pelo D-DEJP, em junho de 2023, a delegação brasileira foi recebida no Ministério da Saúde e Serviços Médicos. A comitiva brasileira recordou a proposta de Memorando de Entendimento para Cooperação na área da saúde, enviada ao lado fijiano em maio de 2022.

O representante fijiano demonstrou interesse na capacidade brasileira de produção de produtos farmacológicos. Sugeriu intercâmbio de pesquisadores em epidemiologia de campo e apontou as seguintes doenças como sendo aquelas que exigem maior atenção em seu país: leptospirose, dengue, diarreia e febre tifoide. Fiji teria necessidade de capacitação e treinamento nas seguintes áreas: (i) epidemiologia de campo, (ii) comunicação de risco / engajamento comunitário e (iii) gestão de saúde.

Esporte

A delegação também foi recebida no Ministério da Juventude e dos Esportes, ocasião em que foi recordada a proposta de Memorando de Entendimento para Cooperação Esportiva, enviada ao lado fijiano em fevereiro de 2022. O lado fijiano sugeriu intercâmbio esportivo por meio do envio de treinadores brasileiros de futebol a Fiji e de treinadores fijianos de rúgbi ao Brasil. Fiji também expressou interesse em desenvolver políticas de introdução de esportes nas escolas, de modo a contribuir para a prevenção de doenças não comunicáveis.

COOPERAÇÃO HUMANITÁRIA

Em abril de 2012, após apelo do governo de Fiji em razão dos danos provocados pela depressão Tropical TD17F, o Brasil realizou doação de US\$ 50 mil, por intermédio da ACNUR, em favor dos deslocados internos naquele país.

O ciclone tropical Yasa atingiu, em 17/12/2020, a segunda maior ilha de Fiji, Vanua Levu, causando ao menos quatro mortes e extensos danos materiais e deixando dezenas de milhares de desabrigados.

Por intermédio do Centro de Excelência Contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos (PMA) em Brasília, a ABC transferiu ao Escritório do PMA em Fiji o valor de US\$ 75.000,00, com vistas a atender emergencialmente as vítimas do ciclone, a título de doação brasileira, em caráter de assistência humanitária.

Em 08/10/2021, o escritório para o Pacífico do PMA realizou cerimônia simbólica de entrega dos equipamentos adquiridos com os recursos financeiros doados pelo governo brasileiro. O evento contou com a participação do ministro para o Desenvolvimento Rural e Marítimo e Gestão de Desastres de Fiji, Inia Seruiratu, e os equipamentos foram oficialmente entregues à agência responsável pela gestão de desastres do país (*National Disaster Management Office*).

INTERCÂMBIO COMERCIAL

O comércio bilateral entre Brasil e Fiji é modesto e estável. Em 2024, o intercâmbio ficou em um pouco mais de US\$ 1 milhão, composto, principalmente, por exportações brasileiras. Os principais produtos exportados pelo Brasil foram carregadoras e pás carregadoras, de carregamento frontal; café solúvel, mesmo descafeinado; waffles e wafers; e lâminas de barbear, de segurança, de metais comuns. O principal produto importado de Fiji constituiu-se de partes de aviões ou de helicópteros.

O comércio bilateral entre Brasil e Fiji no primeiro semestre de 2025 foi de USD 728 mil, valor que representa um aumento de 24,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. O crescimento do fluxo comercial decorreu do aumento das exportações brasileiras, que somaram USD 722 mil, consolidando um aumento de 24,4%. A pauta de exportação brasileira a Fiji apresentou mudanças em seus principais produtos, com destaque para o predomínio de bens manufaturados e produtos alimentícios industrializados.

ASSUNTOS CONSULARES

Não há informações precisas ou estimativas confiáveis do número de brasileiros em Fiji, embora se saiba que há cidadãos brasileiros trabalhando no setor de turismo e no setor primário.

ACORDOS BILATERAIS

Vistos

Encontram-se em vigor acordos bilaterais de isenção de vistos para portadores de passaportes diplomáticos e oficiais e de isenção de vistos de curta duração.

Acordo Básico de Cooperação Técnica

Encontra-se em tramitação legislativa o Acordo Básico de Cooperação técnica, firmado em 2013.

Acordos em negociação

O Brasil aguarda manifestações do governo de Fiji em relação a quatro propostas de instrumentos bilaterais:

- a) Memorando de Entendimento em Assuntos Relacionados à Área da Saúde (feita em maio de 2022);
- b) Acordo sobre Cooperação Cultural (março de 2022);
- c) Memorando de Entendimento em Cooperação Esportiva (fevereiro de 2022); e
- d) Acordo-Quadro de Cooperação Educacional (novembro de 2021).

POLÍTICA EXTERNA

É notável o empenho de Fiji em exercer papel cada vez mais relevante no sistema internacional, assumindo a condição de líder dos países insulares do Pacífico. Foi, até junho de 2019, o único país da região com Embaixada residente no Brasil.

A atual política externa de Fiji segue dois desenvolvimentos paralelos: a normalização das relações com parceiros tradicionais, como Austrália e Nova Zelândia, e a diversificação dos laços internacionais do país. Nota-se maior assertividade da política externa de Fiji nos últimos anos, com a abertura de novas embaixadas, a aproximação com a China, a Presidência do G-77/China e a participação no Movimento dos Não Alinhados.

Fiji é membro da Organização Mundial do Comércio (OMC), da *Commonwealth*, do Banco Mundial, da Comunidade do Pacífico (SPC) e do Fórum das Ilhas do Pacífico (FIP). É também membro das Nações Unidas e de todas suas agências especializadas. Mantém fortes laços políticos e de comércio com Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão e Vanuatu através do *Melanesian Spearhead Group* (MSG), e é um dos países ACP (África-Caribe-Pacífico), grupo associado à União Europeia. Desde 1971 é membro da Interpol. O *Melanesian Spearhead Group* constitui iniciativa de integração econômica e concertação política entre os países-membros (Fiji, Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão e Vanuatu). Pretende o estabelecimento de área de livre-comércio.

É denominado como SIDS (*Small Island Developing State*), além de estar entre os 43 países da AOSIS (*Alliance of Small Island States*), grupo cujas nações apresentam desafios similares de desenvolvimento e preocupações ambientais relacionadas, sobretudo, à sua vulnerabilidade aos efeitos adversos da mudança do clima.

Contando com localização privilegiada no Pacífico Sul e economia e infraestrutura relativamente bem desenvolvidas, as Ilhas Fiji são sede do Secretariado do principal mecanismo regional, o Fórum das Ilhas do Pacífico (FIP). Em Suva também se encontram a Universidade do Pacífico Sul e a maioria das agências do sistema das Nações Unidas para o Pacífico.

Fiji e a questão ambiental

Fiji tem-se destacado como ator proeminente na agenda ambiental, sobressaindo-se entre seus pares no Fórum das Ilhas do Pacífico, no campo da governança, da liderança diplomática e da qualidade acadêmica.

Fiji e a questão de segurança

Em outubro de 2023, em evento na Austrália, o PM Sitiveni Rabuka manifestou intenção de apresentar, durante o Fórum das Ilhas do Pacífico (novembro/2023) proposta para o estabelecimento de uma zona de paz no Oceano Pacífico.

Embora sem contornos plenamente definidos, a proposta de criação de "zona" ou "oceano de paz", segundo Rabuka, teria como objetivo estimular as grandes potências e as nações insulares do Pacífico a "se absterem de ações que pudessem pôr em risco a ordem e a estabilidade regionais".

Austrália

As relações Austrália-Fiji passaram por momentos delicados após o golpe de estado perpetrado por Frank Bainimarama, em dezembro de 2006. A Austrália, junto com outros países, o Conselho de Segurança, a *Commonwealth* e o Fórum das Ilhas do Pacífico, condenou o golpe. Ademais, o governo australiano impôs restrições de viagem e suspendeu a cooperação bilateral em defesa. As relações voltaram a ver melhora em 2014, quando as restrições de viagem foram retiradas e eleições foram realizadas em Fiji.

No período mais recente, o relacionamento bilateral foi consolidado pela *Vuvale Partnership*, assinada em 2019 e renovada/elevada em outubro de 2023, com agenda abrangente que inclui cooperação econômica, vínculos *people-to-people*, clima e segurança regional. Em defesa, a assinatura de um *Status of Forces Agreement* recíproco, em outubro de 2022, criou marco jurídico para atividades de cooperação e facilita a coordenação em situações de crise e assistência humanitária. A cooperação em segurança também avançou em áreas novas, como cibersegurança (memorando de abril de 2024) e reforço da colaboração policial, com acordo anunciado em março de 2025, paralelamente a contatos políticos de alto nível entre os primeiros-ministros em 2025.

Estados Unidos e China

As prioridades de Fiji, assim como de outros países insulares do Pacífico, são a questão ambiental e o desenvolvimento econômico. Os temas relacionados ao equilíbrio estratégico no Indo-Pacífico e à contenção da China, que têm marcado a política externa australiana, por exemplo, possuem relevância secundária para os países insulares da região. Ao contrário, a China é vista como oportunidade para a promoção do desenvolvimento econômico, e como alternativa ao tradicional predomínio australiano no Pacífico Sul.

No contexto da adoção de tarifas sobre importações no segundo governo do Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, as tarifas impostas pelos EUA às importações originárias de Fiji foram de 32%, a mais elevada entre as aplicadas aos países insulares do Pacífico. Em nota publicada em 03/04/2025, o governo fijiano expressou preocupação e afirmou que as novas tarifas afetarão negativamente sua economia. O Primeiro-Ministro Sitiveni Rabuka descartou a adoção de medidas retaliatórias. As exportações fijianas para os EUA concentram-se em produtos agropecuários, pesqueiros e florestais, com destaque para bebidas e vinagre, café, sementes oleaginosas, açúcar, pescados e madeira. O saldo comercial bilateral é deficitário para os Estados Unidos.

ECONOMIA

Os principais setores econômicos fijianos são: i) agricultura (destaque para o açúcar); ii) pesca; iii) produtos florestais, e iv) turismo. Fiji pode ser considerado um *hub* do Pacífico, contando com boa infraestrutura de transporte e força de trabalho qualificada.

Fiji é um dos países que mais se destaca economicamente na região do Pacífico, mas teve uma forte contração econômica em 2020, decorrente da pandemia de Covid-19 (retração de 15% do PIB, chegando a US\$ 4,5 bilhões). Sua balança comercial é significativamente deficitária.

No período mais recente, a economia fijiana consolidou a recuperação puxada pela reabertura do turismo: o PIB real cresceu de forma expressiva em 2022–2023, com expansão estimada em cerca de 8% em 2023 e retorno do nível de atividade acima do patamar pré-pandemia; em 2024, contudo, o crescimento desacelerou para a casa de 3,5%–3,7%, em linha com a normalização do ciclo pós-Covid. Em 2025, o turismo permanece como principal motor, embora com sinais de oscilação no início do ano (leve queda nas chegadas nos dois primeiros meses), e a inflação - que subiu temporariamente em 2023/2024, em parte por ajustes tributários - tende a convergir para níveis mais próximos de 3%. No plano macrofiscal, observa-se redução gradual do déficit, mas a dívida pública segue elevada (em torno de 80% do PIB), o que limita margens para estímulos e reforça a importância de consolidação fiscal e de políticas voltadas à diversificação e à resiliência a choques externos e climáticos.

POLÍTICA INTERNA

Quando da independência, em 1970, Fiji adotou o modelo de democracia constitucional inspirado no sistema britânico. Após sucessivas rupturas institucionais, o país passou a reger-se pela Constituição de 2013, que estabeleceu Parlamento unicameral e eleições por representação proporcional em circunscrição nacional. O Poder Executivo é exercido pelo Gabinete chefiado pelo Primeiro-Ministro. O Presidente, chefe de Estado com funções predominantemente representativas, é escolhido pelo Parlamento, a partir de indicações do Primeiro-Ministro e do Líder da Oposição, para mandato de três anos, admitida uma recondução.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1874	Ilhas Fiji tornam-se protetorado britânico
1970	Independência e proclamação de República parlamentarista
2006	Militares estabelecem governo provisório
2022	Parlamento confirmou eleição do PM Sitiveni Rabuka, encerrando ciclo de 16 anos do ex-PM Frank Bainimarama no poder

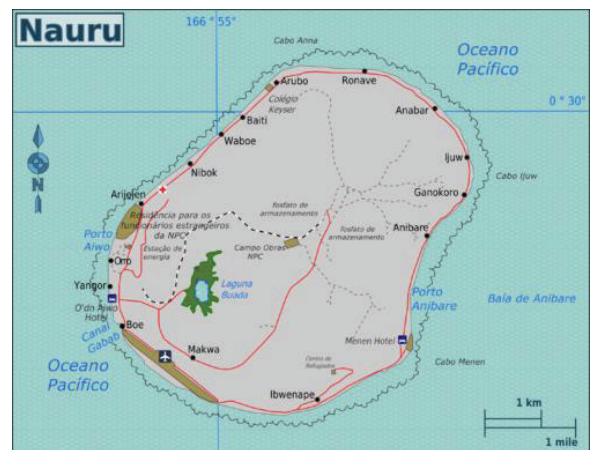
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

2005	Primeira missão oficial do Brasil a visitar Fiji
2006	Estabelecimento de relações diplomáticas
2011	Abertura de embaixada em Brasília e primeira visita do primeiro-ministro interino Bainimarama
2012	Segunda visita do primeiro-ministro interino Bainimarama, durante Rio+20.
2013	Missão da Agência Brasileira de Cooperação a Fiji; Celebração do acordo de cooperação técnica
2014	Visita ao Brasil do Presidente da República das Ilhas Fiji, Sr. Ratu Epeli Nailatikau
2016	Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro Bainimarama, durante os Jogos Olímpicos.
2019	Fechamento da embaixada de Fiji em Brasília
2024	Visita ao Brasil do ministro da Indústria do Açúcar de Fiji, Charan Singh

ATOS BILATERAIS		
Título	Data de celebração	Entrada em vigor
Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Fiji	01/11/2013	Tramitação na Câmara dos Deputados
Memorando de entendimento de consultas políticas	11/07/2014	11/07/2014
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Fiji sobre Isenção de Visto para Nacionais Portadores de Passaportes Diplomáticos e Oficiais.	30/05/2017	29/06/2017
Acordo, por troca de notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Fiji sobre Isenção de Vistos de Curta Duração	30/05/2017	29/06/2017

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SECRETARIA DE ÁSIA E PACÍFICO (SEASIA)
Departamento de Japão, Península Coreana e Pacífico (DEJP)
Divisão de Austrália e Pacífico (DAP)

NAURU

Maço ostensivo
Dezembro de 2025

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República de Nauru
ADJETIVO GENTÍLICO	Nauruano
CAPITAL	Não há capital oficial. Escritórios do governo encontram-se no distrito de Yaren
DATA NACIONAL	31/01, Dia da Independência
ÁREA	20 km ² (<i>Banco Mundial</i>)
POPULAÇÃO (2023)	11,875 (<i>Banco Mundial</i>)
LÍNGUAS OFICIAIS	Nauruano e inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	protestantes (60%) e católicos (33%)
SISTEMA POLÍTICO	República parlamentarista
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Presidente David Adeang (<i>desde outubro de 2023</i>)
CHANCELER	Lionel Aingimea (<i>desde outubro de 2023</i>)
PIB NOMINAL (2023)	US\$ 154.13 milhões (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP (2023)	US\$ 161.93 milhões (<i>Banco Mundial</i>)
PIB NOMINAL per capita (2023)	US\$ 12.060,1 (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP per capita (2023)	US\$ 12.670,6 (<i>Banco Mundial</i>)
VARIAÇÃO DO PIB (%)	1,6% (2022); 1,5% (2021); 1,1% (2020); 0% (2019); 6% (2018); -5,7% (2017). (<i>Banco Mundial</i>)
IDH	0,696 (<i>122º lugar, ONU</i>)
EXPECTATIVA DE VIDA (2024)	68,3 anos (<i>CIA Factbook</i>)
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (2021)	62% (<i>Pacific Data Hub</i>)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2021)	5,1% (<i>Banco Mundial</i>)
UNIDADE MONETÁRIA	Dólar australiano (AUD)
EMBAIXADOR EM NAURU (cumulativa com Camberra)	Claudio Frederico de Matos Arruda (<i>desde 08/08/2023</i>)
EMBAIXADOR NO BRASIL	Não há

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhares FOB) - Fonte: MDIC

BRASIL⇒ NAURU	2012	2013	2014	2016	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Intercâmbio	4	0,2	0,7	7	56,1	37,7	11,6	317	49,7	19,9	2811
Exportações	0	0	0	4	56,1	37,7	9,7	317	25,9	18,3	58,7
Importações	4	0,2	0,7	3	0	0	1,9	0	23,8	1,6	2752
Saldo	-4	-0,2	-0,7	1	56,1	37,7	7,8	317	2,1	16,7	-2694

PERFIL BIOGRÁFICO

David Adeang

Presidente de Nauru



David Ranibok Waiou Adeang é o parlamentar há mais tempo em exercício em Nauru, eleito pela primeira vez em 2001 e reeleito sucessivamente desde então. Exerceu a Presidência do Parlamento (*Speaker*) em duas ocasiões, em 2004 e em 2008. Foi eleito Presidente da República de Nauru pelo Parlamento em 30 de outubro de 2023 e, após novo pleito parlamentar, foi reconduzido ao

cargo em outubro de 2025, para mandato consecutivo.

Lionel Aingimea

Ministro de Negócios Estrangeiros



Desde 30 de outubro de 2023, Lionel Rouwen Aingimea acumula os cargos de Ministro-Assistente do Presidente e de Ministro para Negócios Estrangeiros e Comércio, entre outras responsabilidades ministeriais. Jurista de formação, atuou como Secretário de Justiça e construiu carreira como advogado com foco em direitos humanos, incluindo experiência como defensor público nas Ilhas Marshall e atuação como instrutor em temas de direitos humanos no âmbito do Fórum das Ilhas do Pacífico. Aingimea foi Presidente de Nauru entre 2019 e 2022.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas com o Brasil foram estabelecidas em 2 de novembro de 2005, por troca de notas.

O Decreto nº 7.206, de 11 de junho de 2010, criou a Embaixada do Brasil em Yaren, na República de Nauru, cumulativa com a Embaixada em Camberra.

Em abril de 2024, o embaixador Claudio Frederico de Matos Arruda apresentou cartas credenciais ao presidente de Nauru, David Adeang. Manteve encontro com o ministro das Relações Exteriores, Lionel Aingimea. O ministro solicitou apoio do Brasil para que Nauru possa explorar recursos minerais em fundos marinhos, em conjunto com empresa canadense e discorreu sobre desafios relacionados à pesca do atum e concorrência com a pesca ilegal.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

Em 11 de maio de 2006, foi assinado em Nova Iorque, à margem da XIV Sessão da Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Nauru. O acordo visa aperfeiçoar e estimular o desenvolvimento socioeconômico de ambos os países, dar ênfase ao desenvolvimento sustentável e desenvolver cooperação que estimule o progresso técnico. O Congresso Nacional ratificou o acordo em 2009, porém o documento ainda aguarda a ratificação de Nauru.

O governo de Nauru já manifestou interesse em atividades de cooperação bilateral nas áreas: médico-hospitalar; tecnologia da informação; água e saneamento básico.

Em 4 de novembro de 2025, o diretor da ABC recebeu, a pedido, a consultora jurídica da Missão Permanente de Nauru em Nova York, Anastasia Francília Adire. A sra. Adire transmitiu os cumprimentos da autoridade e agradeceu os envios regulares do Brasil de medicamentos e imunizantes a Nauru, tendo sido o mais recente em junho de 2025. Da mesma forma, afirmou que faria gestões junto às autoridades de seu país para tentar avançar no processo de ratificação do Acordo de Cooperação Técnica, firmado em 2006, já ratificado pelo lado brasileiro, fora do escopo de sua pasta.

Adire frisou que as posições nauranas em termos de meio ambiente são definidas em coordenação com outras ilhas do Pacífico insular, que, a seu ver, têm especial preocupação com as dificuldades de acesso a mecanismos de financiamento climático. Assinalou que, em Nauru, o tema é acompanhado diretamente pela presidência, em razão dos efeitos adversos que decorrerão da graduação daquele país da lista de recipiendários de ajuda oficial ao desenvolvimento.

COOPERAÇÃO HUMANITÁRIA

Em resposta à oferta brasileira de doação de vacinas, por intermédio da ABC, o Alto Comissariado de Nauru em Camberra solicitou, em 21/01/2022, o envio de 500 doses da vacina contra difteria, tétano e pertussis (DTP) e 500 doses da vacina contra sarampo, caxumba e rubéola (MMR). As vacinas chegaram ao aeroporto internacional de Nauru em 23/09/2022. Para marcar a entrega da doação brasileira, o embaixador brasileiro em Camberra ofereceu almoço, em 21 de setembro, à alta comissária de Nauru na Austrália.

Em julho de 2023, ministra-conselheira do Alto Comissariado de Nauru em Camberra mencionou interesse de seu país em receber doação brasileira de medicamentos contraceptivos. Na ocasião, oferta brasileira de comprimidos de etionamida ainda estava sendo avaliada pelas autoridades nauruanas. Em junho de 2025, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) doou medicamentos especiais para doenças crônicas e raras.

INTERCÂMBIO COMERCIAL

O intercâmbio comercial entre Brasil e Nauru é pouco expressivo. O maior valor exportado por Nauru foi de US\$ 23,8 mil, em 2022, pela compra brasileira de motores hidráulicos e bombas rotativas. O ano que registrou maior intercâmbio foi 2021, quando as exportações brasileiras atingiram US\$ 317 mil, principalmente pela venda de Poli (tereftalato de etileno). Contrariando a tendência até 2023, em 2024 o intercâmbio comercial teve saldo deficitário para o Brasil. A maior parte das importações brasileiras (US\$ 2,6 milhões dos US\$ 2,72 milhões) foi composta por memórias digitais montadas. Estes indicadores chamaram atenção, dado que não há registro anterior da exportação deste produto por parte de Nauru, país que não possui indústria para fabricação ou montagem desse produto. O Brasil exportou principalmente carnes suínas a Nauru (US\$ 48,5 mil dos US\$ 58,7 mil).

No primeiro semestre de 2025, a corrente de comércio bilateral com Nauru totalizou USD 8,3 mil, dos quais as importações correspondem a apenas USD 92. As exportações brasileiras apresentaram um declínio de 85,7% em relação ao mesmo período em 2024. Apesar da predominância na pauta do ano anterior, a carne suína não consta dentre os exportados no presente ano. Os principais produtos da pauta de exportação em 2025 foram: móveis de madeira para quartos (USD 2,3 mil), para cozinha (USD 1,3 mil), e medicamentos (USD 155).

Até novembro de 2025, o Brasil exportou USD 257.103,00 e importou somente USD 8.427,00. Os principais produtos exportados foram óleos combustíveis e óleo diesel. O principal produto importado foram partes e acessórios para manômetros.

ASSUNTOS CONSULARES

Não há informações precisas ou estimativas confiáveis do número de brasileiros em Nauru.

ACORDOS BILATERAIS

Em 11 de maio de 2006, foi assinado em Nova Iorque, à margem da XIV Sessão da Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Nauru.

O Congresso Nacional aprovou, pelo Decreto Legislativo nº 270, de 10 de junho de 2009, publicado no Diário Oficial nº 110, de 12 de junho de 2009, o texto do acordo. Para sua entrada em vigor, o acordo ainda carece de aprovação por Nauru.

POLÍTICA EXTERNA

Desde 1999, Nauru é membro da *Commonwealth* e das Nações Unidas, foro em que tem atuação particularmente ativa em temas ambientais e de vulnerabilidade climática. Integra diversas agências especializadas do sistema ONU, entre as quais FAO, (OMS), (IMO) e UNESCO. Participa igualmente da *Alliance of Small Island States* (AOSIS) e do grupo de *Small Island Developing States* (SIDS), além de organizações regionais como o Fórum das Ilhas do Pacífico, a Comunidade do Pacífico e a Comissão Econômica e Social para a Ásia e o Pacífico (ESCAP). Desde 1971, é membro da Interpol.

No plano bilateral, Nauru mantém relações particularmente estreitas com a Austrália, seu principal parceiro comercial e ator central no apoio à infraestrutura, à prestação de serviços públicos e a programas de desenvolvimento e investimento no país. As relações com a Nova Zelândia são mais limitadas, concentrando-se sobretudo na pauta de fosfato e no diálogo em foros regionais.

No discurso do Presidente David Adeang na 79ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em 24 de setembro de 2024, foram ressaltados temas centrais para o país, com ênfase na mineração em alto-mar e nas mudanças climáticas. Adeang defendeu a exploração sustentável de minerais do fundo do mar como oportunidade econômica estratégica e como instrumento para viabilizar a transição energética global, sublinhando a necessidade de padrões ambientais rigorosos e de governança transparente.

O Presidente chamou atenção, ainda, para as dificuldades de Nauru no acesso a financiamento climático e a serviços bancários internacionais básicos, apontando tais entraves como desafios diretos à soberania e à dignidade de pequenos Estados insulares. Nesse contexto, elogiou a adoção, pelas Nações Unidas, do Índice de Vulnerabilidade Multidimensional (MVI) e instou instituições financeiras internacionais, como Banco Mundial e FMI, a incorporarem o indicador em seus critérios de elegibilidade e alocação de recursos. O discurso também mencionou a necessidade de reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas e registrou a retomada das relações diplomáticas entre Nauru e a China, em janeiro de 2024.

Em março de 2025, o governo de Nauru anunciou a criação de um programa de concessão de cidadania por investimento, com o objetivo de financiar medidas de adaptação às mudanças climáticas. O país, com cerca de 13 mil habitantes e topografia predominantemente plana, avalia a necessidade de realocação interna de parcela significativa da população em razão da elevação do nível do mar e da perda gradual de áreas habitáveis e produtivas. O programa prevê a concessão de passaportes a estrangeiros mediante contribuição aproximada de US\$ 105 mil, com a justificativa de mobilizar recursos para enfrentar impactos climáticos, embora a iniciativa tenha suscitado preocupações quanto a riscos de uso indevido. Segundo o governo, o passaporte de Nauru permite entrada sem visto em cerca de 89 países.

Austrália

Em 9 de dezembro de 2024, Nauru e Austrália firmaram acordo em matéria de segurança financeira. De acordo com o texto, a Austrália garantirá que os nauruanos tenham acesso contínuo a serviços bancários vitais e ao sistema financeiro internacional. O *Commonwealth Bank of Australia* fornecerá serviços bancários em Nauru, incluindo uma presença física, após a saída do Bendigo Bank no próximo ano. A Austrália deverá fornecer \$100 milhões em apoio orçamentário ao longo de cinco anos, para apoiar os investimentos de longo prazo de Nauru. A Austrália deverá também fornecer \$40 milhões ao longo de cinco anos para apoiar a polícia e a segurança de Nauru, incluindo apoio para recrutamento, treinamento e infraestrutura.

Centro australiano de processamento de pessoas

A Austrália é o parceiro comercial mais importante, além de fornecer a maior parte da ajuda externa que constitui o orçamento de Nauru. Esta relação permitiu a criação, em Nauru, de centro de processamento de pessoas que buscavam asilo na Austrália. O centro funcionou de 2001 a 2008 e foi peça central na política *Pacific Solution*, do governo conservador do então PM Howard. O centro foi reaberto em 2012 pelo governo trabalhista australiano e continuou em funcionamento na administração liberal-nacional. Em 2013,

foi assinado acordo bilateral pelo qual Nauru também reassentaria alguns dos imigrantes que tivessem seus pedidos de refúgio aceitos. O centro de processamento tem sido objeto de escrutínio dos observadores internacionais. Desde 2012, a Anistia Internacional vem descrevendo-o como uma catástrofe de direitos humanos. Atualmente, as taxas consulares, pagas pela Austrália para Nauru abrigar os exilados, constituem uma das principais fontes de renda da nação.

Os governos de Austrália e Nauru assinaram em 29 de agosto de 2025, Memorando de Entendimento (MdE) sobre Arranjo de Reassentamento em Terceiro País, de caráter confidencial, que prevê a realocação para o país insular dos integrantes do grupo "NZYQ cohort", que se encontram em situação migratória irregular na Austrália. O termo "NZYQ cohort" refere-se a um grupo de "não-cidadãos" afetados pela decisão da Suprema Corte da Austrália no caso "NZYQ v. Minister for Immigration" em novembro de 2023, que considerou inconstitucional a detenção por tempo indeterminado de imigrantes em situação irregular impossibilitados de serem realocados em outro país.

Estados Unidos

No contexto da imposição, pelos Estados Unidos, de tarifas de importação no segundo governo do Presidente Donald Trump, registra-se que o comércio bilateral Nauru–Estados Unidos é reduzido, tendo totalizado cerca de USD 2,4 milhões em 2023. Ainda assim, as importações norte-americanas provenientes de Nauru foram submetidas a tarifa de 30%. O Governo de Nauru não se pronunciou oficialmente sobre a questão.

China e Taiwan

Pequim vem empreendendo esforços para se aproximar dos Estados insulares do Pacífico, buscando inclusive a mudança de posição desses países em relação a Taiwan. Em conferência de imprensa em 07/03/2022, o conselheiro de Estado e ministro dos Negócios Estrangeiros chinês, Wang Yi, disse que a China sempre tratou países grandes e pequenos com equidade e que queria estreitar os laços e a confiança mútua com as ilhas do Pacífico Sul. Desde janeiro 2024, Nauru deixou de reconhecer Taiwan como Estado independente.

ECONOMIA

Nos anos 1970 e 1980, Nauru figurou entre os países de maior renda per capita do mundo, impulsionado pela exploração e exportação de fosfato. A partir dos anos 1990, com a progressiva exaustão das reservas e a redução da produção, o país passou a buscar fontes alternativas de receita, com destaque para a comercialização de dias de pesca/licenças para embarcações estrangeiras, iniciativas pontuais em turismo (de escala limitada) e atividades ligadas ao setor público. Nesse contexto, o centro regional de processamento associado à política migratória australiana (RPC) também se consolidou, ao longo dos anos, como importante vetor de atividade econômica e de arrecadação governamental.

Nauru integra, desde 1982, o Acordo de Nauru, voltado à coordenação e harmonização da gestão da pesca - sobretudo de atum - entre os países-membros. O tema é estrutural para os pequenos Estados insulares do Pacífico, muitos dos quais dependem,

em maior ou menor grau, das receitas de acesso/licenciamento de navios estrangeiros para financiar o governo; no caso de Nauru, essas receitas chegaram a representar parcela expressiva do orçamento (28% em 2016).

Com dimensão econômica muito reduzida, Nauru permanece entre as menores economias do mundo. No exercício fiscal de 2024 (encerrado em junho), o PIB nominal foi estimado em cerca de A\$ 247,6 milhões, com forte predominância do setor de serviços e participação menor de atividades produtivas ligadas, entre outros fatores, à extração/beneficiamento e a cadeias de suprimento domésticas.

No período mais recente, observa-se crescimento moderado, porém positivo, sustentado sobretudo por apoio de doadores e pela retomada/expansão de atividades associadas ao RPC: a expansão real do PIB foi estimada em 1,6% no FY2024 e 2,1% no FY2025, com projeções em torno de 1,9% no médio prazo. Ao mesmo tempo, a inflação permaneceu elevada (9,3% no FY2024 e cerca de 6% no FY2025), com expectativa de desaceleração gradual. O quadro fiscal tende a melhorar no horizonte de médio prazo, em parte em razão de acordos de financiamento plurianuais e do aumento projetado da atividade do RPC, mas a economia segue altamente vulnerável a choques externos, pela dependência de importações, de receitas voláteis (pesca e RPC) e pela sensibilidade a interrupções em serviços bancários e de pagamentos.

POLÍTICA INTERNA

A República de Nauru é uma ilha do Pacífico (Micronésia), próxima à linha do Equador, com cerca de 21 km² e população em torno de 12 mil habitantes. O país não possui capital oficial; as principais instituições do Estado concentram-se no distrito de Yaren.

Nauru foi anexado pela Alemanha em 1888. Em 1914, no contexto da Primeira Guerra Mundial, foi ocupado pela Austrália e, posteriormente, administrado sob arranjo internacional (mandato da Liga das Nações e, depois, tutela das Nações Unidas) envolvendo Austrália, Reino Unido e Nova Zelândia, com a administração exercida, na prática, sobretudo pela Austrália. Entre 1942 e 1945, foi ocupado pelo Japão. O país tornou-se independente em 31 de janeiro de 1968.

O sistema político é o de república parlamentar. O Parlamento é unicameral, composto por 19 membros eleitos por voto popular para mandatos de três anos, em circunscrições plurinominais. O Presidente é sempre um membro do Parlamento, eleito pelos próprios parlamentares, e acumula as funções de Chefe de Estado e Chefe de Governo. Uma vez eleito, o Presidente nomeia quatro ou cinco ministros dentre os parlamentares para compor o Gabinete.

As eleições utilizam voto preferencial (com classificação de candidatos), em sistema próprio. O país não possui um sistema partidário estruturado: em regra, os candidatos concorrem como independentes, e as maiorias parlamentares tendem a ser fluidas, muitas vezes moldadas por vínculos pessoais e familiares.

Desde o final dos anos 1980, a política doméstica tem sido marcada por episódios recorrentes de instabilidade e sucessivas recomposições de maioria parlamentar, o que contribuiu para mudanças frequentes de governo ao longo das décadas seguintes.

CRONOLOGIA HISTÓRICA	
-----------------------------	--

1888	Ilha de Nauru é anexada pela Alemanha
1918	Posta sob tutela do Reino Unido
1942	Capturada pelo Japão e usada como base aérea na II Guerra
1947	Posta sob tutela conjunta de Reino Unido, Austrália e Nova Zelândia
1968	Independência, grande prosperidade econômica advinda da exportação de fosfato.
1989	Queda no preço do fosfato, início de declínio econômico e instabilidades políticas
2006	Realização de consultas populares para reforma constitucional

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS	
-------------------------------------------	--

2005	Estabelecimento de relações diplomáticas
2006	Celebração do acordo de cooperação técnica
2022	Doação brasileira de vacinas DTP e MMR

ATOS BILATERAIS		
------------------------	--	--

Título	Data de celebração	Entrada em vigor
Acordo Básico de Cooperação Técnica	11/05/2006	Aguardando ratificação de Nauru.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SECRETARIA DE ÁSIA E PACÍFICO (SEASIA)
Departamento de Japão, Península Coreana e Pacífico (DEJP)
Divisão de Austrália e Pacífico (DAP)

VANUATU



MAÇO OSTENSIVO
Novembro de 2025

DADOS BÁSICOS SOBRE VANUATU	
NOME OFICIAL	República de Vanuatu
ADJETIVO GENTÍLICO	vanuatuense
CAPITAL	Port Vila
DATA NACIONAL	30/07, Dia da Independência
ÁREA	12 190 km ² (<i>Banco Mundial</i>)
POPULAÇÃO (2023)	320,409 (<i>Banco Mundial</i>)
LÍNGUAS OFICIAIS	bislama, inglês e francês
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Presbiterianos (27,9%), Anglicanos (15,1%), Católicos (12,4%)
SISTEMA POLÍTICO	República parlamentarista
CHEFE DE ESTADO	Presidente Nikenike Vurobaravu (<i>desde julho de 2022</i>)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Jotham Napat (<i>desde fevereiro de 2025</i>)
CHANCELER	Marc Ati (<i>desde 2025</i>)
PIB NOMINAL (2023)	US\$ 1,12 bilhão (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP (2023)	US\$ 1,11 bilhão (<i>Banco Mundial</i>)
PIB NOMINAL per capita (2023)	US\$ 3,367.1 (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP per capita (2023)	US\$ 3,315.1 (<i>Banco Mundial</i>)
VARIAÇÃO DO PIB (%) (2022)	1,8% (<i>Banco Mundial</i>)
IDH (2022)	0,614 (140º lugar) (<i>ONU</i>)
EXPECTATIVA DE VIDA (2021)	70,4 anos (<i>PNUD</i>)
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (2021)	89% (<i>Banco Mundial</i>)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2023)	5,2% (<i>Banco Mundial</i>)
UNIDADE MONETÁRIA	Vatu
EMBAIXADOR EM PORT VILA (cumulativa com Camberra)	<i>Claudio Frederico de Matos Arruda</i>
EMBAIXADOR NO BRASIL	Não há

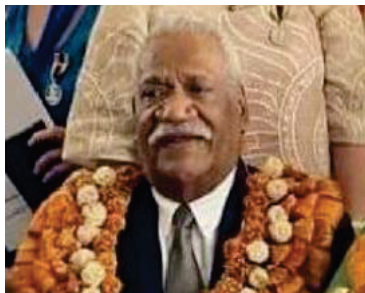
INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhares FOB) - Fonte: Comex Stat

BRASIL – VANUATU	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Intercâmbio	36,9	223,8	74,6	176,4	560,2	1.298	193,6	1.403,2	526	480,8	1799
Exportações	36,6	221	74,4	176,2	560	1.168	193	1.402,6	500	480,8	1799
Importações	0,3	2,8	0,2	0,2	0,2	129,7	0,6	0,6	26	0	0
Saldo	36,3	218,2	74,2	176	559,8	1.038	192,4	1.402	474	480,8	1799

PERFIS BIOGRÁFICOS

Nikenike Vurobaravu

Presidente de Vanuatu



Nascido em 1964, Nikenike Vurobaravu foi eleito 12º presidente de Vanuatu em julho de 2022. Vurobaravu sempre foi participante da arena política e do serviço público e foi o primeiro embaixador itinerante de Vanuatu. Antes de ser eleito presidente, atuava como alto-comissário em Fiji. Possui formação acadêmica pela Universidade do Pacífico Sul em Ciência Política e Administração. Seu partido político é o *Vanua'aku Pati*, de orientação socialdemocrata.

Jotham Napat

Primeiro-Ministro de Vanuatu



Nascido em 7 de agosto de 1972, Jotham Napat trabalhou como meteorologista e atuou como presidente do Comitê Nacional de Desastres após o ciclone Pam, em 2015. É membro do Parlamento de Vanuatu desde 2016 pelo distrito eleitoral de Tanna. Em fevereiro de 2025 foi eleito primeiro-ministro de Vanuatu.

Marc Ati

Ministro das Relações Exteriores, Cooperação Internacional e Comércio Exterior



Tendo ocupado o cargo no período 2020-2022 e em 2023, Ati voltou a chefiar a chancelaria em fevereiro de 2025.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Vanuatu mantêm relações diplomáticas desde 1986. A representação brasileira junto a Vanuatu é cumulativa com a Embaixada do Brasil em Camberra.

Em junho de 2012 o então primeiro-ministro Sato Kilman foi o primeiro chefe de governo de Vanuatu a realizar visita ao Brasil, ao chefiar a delegação de seu país na Conferência Rio+20, no Rio de Janeiro. Na ocasião o premiê não manteve encontros com autoridades brasileiras.

Vanuatu apresenta extrema vulnerabilidade aos efeitos das mudanças do clima e faz parte dos SIDS (*Small Island Developing States*) e da AOSIS (*Alliance of Small Island States*). A prioridade do governo brasileiro ao tema augura horizontes mais claros para as relações bilaterais, ainda que persistam limitações estruturais às possibilidades de engajamento.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

Realizou-se, no período de 27 a 30 de agosto de 2013, missão da ABC a Vanuatu, chefiada pelo Diretor da Agência. Na ocasião, em 29/08/2013, foi assinado o Acordo de Cooperação Técnica com o país e identificaram-se as prioridades para cooperação nas áreas de agricultura, pecuária, florestas, pesca e aquicultura.

Durante a missão, foram realizadas as seguintes atividades, que envolveram o envio de técnicos de Vanuatu para cursos de capacitação no Brasil: "Treinamento em Sistemas de Produção de Hortaliças e Arroz com vistas à Segurança Alimentar"; "Capacitação Técnica em Sistemas de Produção de Pecuária de Corte com vistas à Integração Lavoura-Pecuária-Floresta"; e "Capacitação em Boas Práticas na Manipulação do Pescado e em Cultivo de Tilápias".

Com a elevação do nível do mar, desapareceram algumas extensões de terra voltadas à agricultura e, em alguns casos, ilhas inteiras, causando a realocação da população e reduzindo a área disponível para a produção de alimentos. Um dos principais cultivos é a mandioca, cujas variedades disponíveis não estariam se adaptando bem às novas áreas e às condições climáticas atuais.

Uma forma que o governo encontrou para incentivar a produção agrícola foi o estabelecimento de programa de promoção de agricultura urbana (*backyard gardening*), realizando doações de sementes e fornecendo orientações técnicas para que a população cultivasse alimentos nas áreas residenciais. O programa foi iniciado na pandemia e permanece ativo. Também foram implantados pequenos tanques para a produção de tilápias, cujos alevinos são distribuídos pelo governo. A escala de produção dessa espécie está limitada pelo desconhecimento de técnicas avançadas de manejo, pelo que Vanuatu manifestou interesse em cooperação em aquicultura.

Como desdobramento da missão ao país do Diretor do Departamento de Japão, Península Coreana e Pacífico, da ABC e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) a Vanuatu, em setembro de 2023, o diretor do Departamento de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Vanuatu, Antoine Ravo, encaminhou pedido de cooperação na forma de *concept note* para cultura de café.

INTERCÂMBIO COMERCIAL

Na esfera econômica e comercial, os países insulares do Pacífico Sul possuem mercados modestos, com populações pequenas e baixa renda per capita. Ainda assim, há oportunidades comerciais que podem ser exploradas. As empresas aéreas de Fiji ("Fiji Airways"), Vanuatu ("Air Vanuatu") e Papua Nova Guiné ("Air Niugini") já operaram aeronaves da Embraer.

Na última década, o comércio bilateral apresentou tendência de elevação, com valor médio de US\$ 500 mil, quase sempre composto exclusivamente por exportações brasileiras.

Em 2021 atingiu-se o pico do intercâmbio bilateral – US\$1,4 milhão –, composto basicamente de exportações brasileiras de petróleo (US\$1,3 milhão).

Em 2024, o intercâmbio atingiu US\$ 1,8 milhão, novo pico, composto quase integralmente por exportações brasileiras de carnes de aves. As exportações a Vanuatu apresentaram crescimento de 274% em relação a 2023, relacionado diretamente à abertura do mercado para frangos em agosto de 2023. Do valor total exportado, 98% advêm de produtos oriundos de frango, como carnes, miúdos, processados e outros derivados.

No primeiro semestre de 2025, as exportações brasileiras para Vanuatu totalizaram USD 1,06 milhões, apresentando aumento de 27% em relação ao mesmo período de 2024. A pauta exportadora manteve-se concentrada no setor de alimentos processados, especialmente carne de frango congelada e derivados. Destacam-se, dentre os principais produtos exportados: asas não desossadas de galinha congeladas (USD 318,8 mil), enchidos e produtos à base de carne (USD 229,1 mil) e carnes de frango congeladas, sem miudezas (USD 159,1 mil).

Até novembro de 2025, o Brasil exportou para Vanuatu USD 2.497.962,00 e importou USD 5.981,00. As carnes de aves continuam como o principal produto vendido para Vanuatu. A maior parte das importações foram referentes a partes e acessórios de aparelhos de ortopedia.

Abertura de mercado

A Embaixada em Camberra encaminhou às autoridades vanuatenses, em agosto de 2022, proposta do MAPA de Certificado Sanitário Internacional para comércio de carne de frango. Em janeiro de 2023, o MAPA encaminhou consulta sobre possibilidade de abertura de mercado para produtos termoprocessados de aves, suínos e bovinos. A negociação que se encetou então foi fruto de demandas do setor privado brasileiro, interessado na diversificação de mercados e ciente das dificuldades relativas ao abastecimento e à segurança alimentar da população das ilhas do Pacífico. O mercado de aves era abastecido, até 2023, sobretudo por Austrália e Nova Zelândia, que exportaram, em 2022, o equivalente a USD\$ 6,9 milhões e US\$ 2 milhões.

Em agosto de 2023, o *Biosecurity Vanuatu*, aceitou os CSI propostos pelo MAPA para exportação de carne, produtos cárneos e miúdos de aves do Brasil e de carnes termoprocessadas. O modelo de CSI para carne de aves foi acatado com a ressalva de que os estabelecimentos de abate e processamento interessados estejam aprovados para exportação à União Europeia. O modelo de CSI para carnes termoprocessadas permite às autoridades de Vanuatu dispensar licença de importação.

ACORDOS BILATERAIS

Brasil e Vanuatu celebraram o Acordo de Cooperação Técnica em 2013, que entrou em vigor em março de 2018.

POLÍTICA EXTERNA

Como ex-colônia em status de condomínio franco-britânico, Vanuatu passou a fazer parte da *Commonwealth* e da *Comunidade da Francofonia*, bem como do Fórum das Ilhas do Pacífico, após a independência em 1980. Vanuatu é membro da ONU e de suas agências especializadas, do Movimento dos Países Não-alinhados, do FMI, Banco Mundial, Interpol, Banco de Desenvolvimento da Ásia e do Grupo ACP, o que rende ao país relacionamento especial com a União Europeia. O país também tem buscado

aproximar-se mais efetivamente da OMC, desde que abriu missão em Genebra, em 2018. O secretariado do *Melanesian Spearhead Group*, o qual objetiva o estabelecimento de área de livre comércio entre seus membros, tem sede em Port Vila.

Nos últimos anos, o acirramento da disputa estratégica entre os EUA e a China teve reflexos importantes sobre os países insulares do Pacífico e sua inserção internacional. Os governos das duas superpotências, além de países como Austrália, Nova Zelândia e Japão, têm intensificados seus esforços para ampliar a presença e influência entre os países da região.

Parecer consultivo à Corte Internacional de Justiça - CIJ

Desde 2019, quando a ideia foi concebida por estudantes da Universidade do Pacífico Sul, Vanuatu passou a indicar intenção de solicitar, por meio de resolução da AGNU, parecer consultivo da Corte Internacional de Justiça sobre mudanças climáticas. O governo formou equipe de advogados internacionalistas e aprovou na AGNU pedido de opinião consultiva à Corte Internacional de Justiça referente às obrigações dos Estados de protegerem direitos de gerações presentes e futuras dos impactos adversos da mudança do clima.

A CIJ emitiu, em 23/7/25, histórica opinião consultiva sobre justiça climática. Considerou, entre outros, que se trata de obrigações "erga omnes", que independem de adesão a tratados ou instrumentos multilaterais. O desrespeito a tais obrigações seria violação do direito internacional, abrindo-se caminho para responsabilização legal.

Tribunal Penal Internacional - TPI e o crime de “ecocídio”

Vanuatu, Fiji e Samoa apresentaram, em conjunto, em 9/9/24, proposta de emenda ao Estatuto de Roma, que fundamenta o funcionamento do Tribunal Penal Internacional (TPI), que inclui o ecocídio, a destruição intencional do meio ambiente, como um crime internacional. A medida tem implicações políticas que devem ser avaliadas com cautela, ao permitir o julgamento de indivíduos que causaram destruição ambiental, como chefes de grandes empresas poluidoras ou líderes internacionais.

Austrália

As relações entre Vanuatu e Austrália pautam-se historicamente dentro do contexto de liderança regional australiano, reforçada periodicamente por aportes financeiros de caráter humanitário e, eventualmente, interesses econômicos e comerciais. Nos últimos anos, entretanto, essa dinâmica, como em outros países insulares da região, vem sendo afetada pela ascendência econômica e política da República Popular da China.

A caminho da 54ª reunião de Líderes do Fórum das Ilhas do Pacífico (FIP), em Honiara, o primeiro-ministro Anthony Albanese cumpriu visita oficial a Vanuatu, onde esperava assinar novo acordo de segurança. No entanto, a assinatura do acordo foi postergada em razão de ressalvas pela parte vanuatense. O acordo firmado prevê aporte de AUD 500 milhões (aproximadamente US\$ 328 milhões) em investimentos australianos no país insular.

China

Pequim vem empreendendo esforços para se aproximar dos estados insulares do Pacífico, buscando inclusive a mudança de posição desses países em relação a Taiwan. Em conferência de imprensa em 07/03/2022, o então conselheiro de estado e ministro dos Negócios Estrangeiros chinês, Wang Yi, disse que a China sempre tratou países grandes e pequenos com equidade e que quer estreitar os laços e a confiança mútua com as ilhas do Pacífico Sul.

Estados Unidos

Quanto à imposição de tarifas às importações implementada pelo segundo governo Trump, as exportações de Vanuatu aos EUA receberam taxa adicional de 22%. De acordo com reportagens publicadas em mídia local, a kava é o principal produto de exportação do país para os EUA. Representantes da indústria de kava do país expressaram, em reportagem, que a taxa de 22%, embora danosa, oferece oportunidade vantajosa para Vanuatu, uma vez que o valor é menor do que o imposto sobre Fiji (32%).

POLÍTICA INTERNA

A República de Vanuatu é arquipélago situado no Pacífico Sul, a nordeste da Austrália. Tem aproximadamente 326 mil habitantes e é uma república parlamentarista.

Conhecida no passado como Novas Hébridas, Vanuatu foi administrada conjuntamente por Reino Unido e França, a partir do fim do século XIX. O país tornou-se independente em 30 de julho de 1980. A instabilidade política marca a vida política do país, que foi governado por várias coalizões distintas nos últimos anos.

O Presidente da República tem mandato de 5 anos e é eleito por colégio eleitoral integrado pelo Parlamento e pelos seis governos provinciais. Vanuatu tem Parlamento unicameral, com 52 membros, eleitos para um mandato de 4 anos por voto direto.

Apesar de manter instituições democráticas e processos eleitorais aprovados por observadores internacionais, Vanuatu tem sofrido com instabilidade política, em razão de alta fragmentação do cenário político, a necessidade de ampla coalizão para a obtenção da maioria no Congresso nacional e frequentes moções de censura contra o governo.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1906	França e Reino Unido assumem conjuntamente a administração de Vanuatu
1980	Independência, Vanuatu torna-se membro tanto da <i>Commonwealth</i> Britânica quanto da <i>Francophonie</i> Francesa
1996	Tentativa de golpe por grupo paramilitar fracassa

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1986	Estabelecimento de relações diplomáticas
2005	Primeira missão oficial do Brasil a visitar Vanuatu
2012	Primeiro-Ministro Sato Kilman visita Brasil durante Rio+20
2013	Missão da Agência Brasileira de Cooperação a Vanuatu; Celebração do acordo de cooperação técnica.
2019	Intercâmbio de votos no âmbito da Organização Marítima Internacional (IMO)
2019	Visita do Professor Rodrigo More, candidato brasileiro ao cargo de juiz do Tribunal Internacional do Direito do Mar (TIDM).
2023	Visita do D-DEJP (junho)
2024	Entrega de credenciais do Embaixador em Camberra, Fred Araújo, ao PR de Vanuatu (outubro)
2025	Ministro de Adaptação à Mudança Climática, Ralph Regenvanu, representou o país na COP30, em Belém (novembro)

ATOS BILATERAIS		
Título	Data de celebração	Entrada em vigor
Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Vanuatu	29/08/2013	29/03/2018

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

DA EMBAIXADA DO BRASIL EM CAMBERRA

**Austrália e Cumulatividades (Vanuatu, Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão,
Nauru e Fiji)**

Candidato EMBAIXADOR ALEXANDRE PEÑA GHISLENI

PERFIL DO CANDIDATO

Embaixador Alexandre Peña Ghisleni

O Embaixador Alexandre Peña Ghisleni nasceu em Porto Alegre/RS, em 1969. Graduiu-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1990 e ingressou no Serviço Exterior Brasileiro em 1994.

Ao longo de sua carreira diplomática, foi promovido aos cargos de Segundo Secretário (2000), Primeiro Secretário (2004), Conselheiro (2007), Ministro de Segunda Classe (2012) e Ministro de Primeira Classe (2022). Foi aprovado com louvor no Curso de Altos Estudos (CAE) do Instituto Rio Branco (2011), com a tese “Direitos Humanos e Segurança Internacional: o tratamento dos temas de Direitos Humanos no Conselho de Segurança das Nações Unidas”.

É Diretor do Departamento de Assuntos Econômicos, Financeiros e de Serviços desde agosto de 2025. Foi Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Internacionais do Ministério da Saúde (2023-25), Diretor do Departamento de Energia e Agricultura (2022-23), Diretor do Departamento de Promoção do Agronegócio (2019-22) e Diretor do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais (2013-19). No Itamaraty, também ocupou as funções de assessor do Gabinete do Ministro, assessor da Secretaria de Planejamento Diplomático e assistente na Divisão de Mercosul.

No exterior, serviu na Embaixada do Brasil em Havana (2011-13), na Embaixada do Brasil em Washington (2007-10) e na Delegação Permanente do Brasil junto às Nações Unidas em Genebra (2000-03).

Foi condecorado com a Ordem do Rio Branco em 2003. Recebeu o Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva em 1996.

O Embaixador Alexandre Ghisleni é pai de João Vítor de Freitas e Ghisleni.

SITUAÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E AUSTRÁLIA

I – Relações diplomáticas

As relações diplomáticas entre Brasil e Austrália foram estabelecidas em 1945. Separados por grande distância geográfica, contextos regionais distintos e com volume ainda relativamente modesto de comércio bilateral, embora expressivo de investimentos, os países têm buscado intensificar o relacionamento com base na convergência de suas sociedades multiétnicas e de visões que compartilham em temas da agenda multilateral (como a defesa da abertura dos mercados agrícolas, do desarmamento e do multilateralismo), bem como pela crescente presença e influência da comunidade brasileira na Austrália, incluindo cerca de 19 mil estudantes.

Brasil e Austrália são os dois únicos países do Hemisfério Sul com a extensão de um continente, respectivamente 8,5 e 7,7 milhões de km². Apresentam, ademais, semelhanças na concentração econômica e demográfica em suas extensas costas litorâneas e nos perfis da produção doméstica e da pauta exportadora, centradas em boa medida no uso de recursos naturais. Como principais diferenças, assinalam-se o tamanho populacional (217 e 26 milhões de habitantes, respectivamente) e o franco contraste entre as regiões em que se inserem (uma América do Sul relativamente homogênea e com grandes desafios socioeconômicos, um Indo-Pacífico heterogêneo e com grandes desafios geopolíticos), que impactam a capacidade de ação conjunta dos dois países e a percepção de seu lugar no mundo.

Os principais temas de interesse comum e recíproco têm sido agricultura, energia, meio ambiente e mineração. Ainda não há diálogo estruturado entre Brasil e Austrália para tratamento desses temas – o que seria desejável.

Entre os marcos recentes da relação Brasil-Austrália destacam-se (i) apoio australiano ao pleito do Brasil por um assento permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (CSNU); (ii) apoio australiano ao pleito do Brasil de entrada na Organização para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento (OCDE); (iii) apoio australiano a candidaturas recentes do Brasil a vagas na Comissão de Direito Internacional (CDI), na Corte Internacional de Justiça (CIJ), no Conselho da Organização Marítima Internacional (IMO) e no Conselho da União Internacional de Telecomunicações (UIT); (iv) coordenação entre Brasil e Austrália em foros que discutem temas de interesse comum, como Grupo de Cairns e o Grupo de Ottawa; (v) assinatura e entrada em vigor do acordo para concessão de vistos de férias-trabalho; (iv) implementação do Comitê Conjunto do Acordo Bilateral de Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação.

II – Relação econômico-comercial

Tendo alcançado recorde anual em 2022, com um fluxo total de US\$ 3,4 bilhões e déficit brasileiro de US\$1,9 bilhão, o comércio bilateral entre Brasil e Austrália ainda é modesto na comparação com os respectivos produtos internos. Em 2024, por exemplo, o intercâmbio comercial bilateral foi de US\$ 2 bilhões, com as exportações brasileiras somando US\$ 612,6 milhões, e as importações, US\$ 1,4 bilhões. O Brasil importa principalmente carvão (correspondente a 84% da pauta de importações brasileiras), alumínio, adubos, fertilizantes, preparações comestíveis (cereais, farinhas, amido de frutas ou vegetais) e instrumentos médicos e cirúrgicos. As exportações brasileiras para a Austrália concentraram-se em maquinário para a

construção civil, café, celulose, amidos, produtos industrializados (como sapatos), sucos de frutas e medicamentos.

Os investimentos são mais expressivos que o comércio. O Banco Central do Brasil registrou um estoque de investimento direto da Austrália no Brasil em 2024 de USD 7,2 bilhões, com crescimento médio anual de 36,1% desde 2020. Os investimentos australianos no Brasil concentram-se no setor de mineração e devem expandir-se no setor de energia. Na Austrália, destacam-se investimentos brasileiros nos setores de proteína animal, cosméticos, veículos elétricos, mineração e engenharia.

O Setor de Promoção Comercial e de Investimentos (SECOM) da Embaixada do Brasil em Camberra mantém estreito contato com as empresas brasileiras que demonstram interesse em exportar para o mercado australiano e com empresas australianas que buscam investir no Brasil. Oferece apoio, ainda, a empresas brasileiras que estejam presentes na Austrália ou que tenham interesse em internacionalizar-se, com foco nesse país.

A APEX tem seis projetos setoriais com foco no mercado australiano, nos seguintes setores: alimentos, bebidas e agronegócio; casa e construção; tecnologia e saúde.

III – Temas culturais

A Embaixada do Brasil em Camberra participa, anualmente, de três eventos tradicionais, organizados em coordenação com as demais representações latino-americanas na Austrália: Festival de Cinema Latino-Americano, Festival Gastronômico Latino-Americano e Festival Multicultural.

Em maio de 2025, realizou-se na Embaixada celebração do Dia Internacional da Língua Portuguesa, organizada em conjunto com as Embaixadas de Portugal e Angola e com a apresentação de violonista de destaque.

Em junho, por sua vez, realizou-se o 11º Festival de Capoeira Senzala de Camberra.

Em setembro, no contexto das comemorações do 7 de Setembro, realizou-se no estado de Queensland mais uma edição da 'Brazil Week', organizada anualmente desde 2022.

IV – Temas consulares

De acordo com o censo de 2021, a comunidade brasileira na Austrália alcançou 46.720 pessoas. O número representa um aumento expressivo em relação ao recenseamento de 2016, quando foram registrados 27.631 brasileiros no país.

Os dados do censo indicam que 20.411 brasileiros residem no estado da Nova Gales do Sul, 12.544 em Queensland, 5.874 em Victoria, 4.607 na Austrália Ocidental, 2.025 na Austrália do Sul, 602 no Território da Capital da Austrália, 442 na Tasmânia e 218 no Território do Norte. Na jurisdição consular do posto, portanto, o número de brasileiros atingiu 13.768 pessoas.

3. A Embaixada do Brasil em Camberra realizou as eleições presidenciais brasileiras de 2022 em sua sede, na capital australiana, e nas cidades de Melbourne e Perth. Foram 16 seções eleitorais, distribuídas em 7 urnas, nos dois turnos. Coube ao Consulado-Geral do Brasil em

Sydney a organização das eleições nas cidades de Sydney (Nova Gales do Sul) e Brisbane (Queensland).

SITUAÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E VANUATU, PAPUA NOVA GUINÉ, ILHAS SALOMÃO, NAURU E FIJI

I – Relações diplomáticas

O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com Vanuatu em 1986; com Papua Nova Guiné, em 1989; com Ilhas Salomão e Nauru, em 2005; e com Fiji, em 2006.

Fiji manteve embaixada em Brasília entre 2011 e 2019, solicitando regularmente a reciprocidade brasileira. O país exerce considerável liderança regional, além de ocupar posição de centro logístico. A capital Suva é sede do Fórum das Ilhas do Pacífico (FIP) e do Fórum de Desenvolvimento das Ilhas do Pacífico (FDIP). Eventual decisão do Brasil pela abertura de representação diplomática naquela capital permitiria ao País fortalecer suas relações com essas organizações, inclusive na qualidade de parceiro de diálogo (*Forum Dialogue Partner*), mecanismo reservado aos países que possuem atividades de cooperação e engajamento e interesses econômicos e políticos significativos no Pacífico insular.

Brasil e Fiji firmaram Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas, em julho de 2014, e mantêm acordos, por troca de notas, sobre Isenção de Vistos de Curta Duração e Isenção de Vistos para Nacionais Portadores de Passaportes Diplomáticos e Oficiais, ambos celebrados em maio de 2017. O Brasil aguarda manifestações do governo de Fiji em relação a quatro propostas de instrumentos bilaterais: a) Memorando de Entendimento em Assuntos Relacionados à Área da Saúde (feita em maio de 2022); b) Acordo sobre Cooperação Cultural (março de 2022); c) Memorando de Entendimento em Cooperação Esportiva (fevereiro de 2022); d) Acordo-Quadro de Cooperação Educacional (novembro de 2021).

Nos últimos anos, o acirramento da disputa estratégica entre os EUA e a China teve reflexos importantes sobre os países insulares do Pacífico e sua inserção internacional. Países como Austrália, Nova Zelândia e Japão têm intensificado seus esforços para ampliar sua presença e influência sobre os países da região.

A Melanésia também passa por momento de considerável transformação, com a possibilidade cada vez maior de independência de Bougainville, em Papua Nova Guiné, a intensificação de atividades separatistas na Papua Ocidental, a contestação Kanak do terceiro referendo na Nova Caledônia e a instabilidade política nas Ilhas Salomão. Além disso, a região enfrenta o desafio da mudança do clima, que já traz consequências visíveis, com o aumento do nível do mar e da frequência de desastres ambientais.

II – Relação econômico-comercial

Na esfera econômica e comercial, os países insulares do Pacífico Sul têm mercados limitados, com populações pequenas e baixa renda per capita. Ainda assim, há oportunidades comerciais que podem ser exploradas. As empresas aéreas de Fiji, Vanuatu e Papua Nova Guiné já operaram aeronaves da Embraer. A Air Niugini, estatal desse último país, tem planos de renovação de sua frota e considera adquirir aviões do modelo E-190 E2, da Embraer.

Em coordenação com a Secretaria de Estado das Relações Exteriores e o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), a embaixada tem realizado gestões junto a autoridades de Fiji, Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão e Vanuatu para a aprovação de certificados sanitários, com vistas à exportação de proteína animal do Brasil para esses países.

III – Cooperação técnica e humanitária

Os principais instrumentos para fortalecer as relações bilaterais do Brasil com Fiji, Ilhas Salomão, Nauru, Papua Nova Guiné e Vanuatu têm sido as iniciativas de cooperação técnica e de doação humanitária.

Em relação ao quadro de instrumentos bilaterais, o Brasil mantém acordo de cooperação técnica (ACT) em vigor com Vanuatu, firmado em 29 de agosto de 2013. O ACT com Fiji, assinado em 1º de novembro de 2013, está em tramitação na Câmara dos Deputados. O ACT com Nauru, firmado em 11 de maio de 2006, ainda aguarda ratificação pelo país do Pacífico. Com Papua Nova Guiné, o Brasil encaminhou contraproposta para a elaboração de ACT bilateral em novembro de 2020. Quanto às Ilhas Salomão, o Brasil transmitiu proposta de ACT em dezembro de 2005.

Em 2022, o Brasil apresentou ao governo de Fiji proposta de visita de missão técnica, no âmbito do projeto de cooperação em cultivo de abacaxi pérola. Além disso, também foi transmitida proposta de iniciativa de cooperação na área de etanol, com a participação da União da Indústria de Cana-de-açúcar (UNICA). Apesar de manifestações positivas recebidas em Camberra e em Suva, até o momento, o governo de Fiji não respondeu oficialmente às propostas brasileiras.

O Brasil fez, em diferentes ocasiões, ofertas de doação de vacinas e medicamentos, em caráter humanitário, aos cinco países insulares. Em 2022, o governo de Nauru recebeu doação brasileira de 500 doses da vacina contra difteria, tétano e pertússis (DTP) e 500 doses da vacina contra sarampo, caxumba e rubéola (MMR).

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE¹

VISÃO DE FUTURO

Fortalecimento da atuação do Brasil em temas globais por meio de uma diplomacia ativa e altiva, comprometida com os interesses do povo brasileiro e engajada na construção de parcerias estratégicas e na promoção da paz, da cooperação, do desenvolvimento sustentável e de um mundo mais justo e inclusivo.

PROPÓSITO

Promover a inserção internacional soberana, os valores e os interesses do Brasil, renovando o compromisso como diálogo e a cooperação internacionais em prol do desenvolvimento

¹ O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE 2024-2027, que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2024-2027.

sustentável, dos direitos humanos e da paz, e prestar assistência a brasileiras e brasileiros no exterior.

VALORES

Inovação. Transparência. Valorização do conhecimento institucional. Diversidade. Diálogo. Adaptabilidade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Reposicionar o Brasil no mundo, consolidando a vocação universalista da política externa e ampliando a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais;
2. Obter avanços significativos em processos negociadores, em linha com os interesses nacionais;
3. Tornar mais efetiva a promoção da imagem, da cultura, da ciência, dos produtos e dos serviços brasileiros, valorizando a diversidade do país;
4. Ampliar a cooperação técnica, humanitária e educacional praticada pelo Brasil e aprimorar sua efetividade;
5. Modernizar a prestação de serviços consulares, garantindo assistência a brasileiras e brasileiros no exterior, com respeito a sua diversidade e atenção às especificidades de cada caso.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO - Austrália

Alinhado ao PEI-MRE

VISÃO

Contribuir para promover os interesses do Brasil e dos brasileiros na Austrália, por meio de uma ação diplomática de excelência dirigida a identificar e explorar oportunidades de aproximação entre os dois países e superar desafios que afetem interesses brasileiros.

MISSÃO DO POSTO

Propor e executar ações que promovam as diretrizes da política externa brasileira nas relações bilaterais com a Austrália, sempre em atenção ao imperativo do desenvolvimento nacional e da defesa dos interesses do Brasil e dos brasileiros no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil, com foco na prosperidade da sociedade brasileira;
2. Promover produtos e serviços brasileiros na Austrália, assim como oportunidades de investimentos no Brasil;
3. Estimular o incremento do intercâmbio científico-educacional entre Brasil e Austrália, em benefício da ampliação da capacidade de inovação nacional;
4. Promover a imagem e cultura do Brasil na Austrália, nas mais distintas linguagens artísticas e em diferentes segmentos da economia criativa, e a língua portuguesa na variante brasileira;
5. Prover serviços consulares de qualidade ao cidadão brasileiro na jurisdição da Embaixada na Austrália, dando continuidade aos esforços em curso para facilitar o acesso do nacional à prestação da assistência consular;
6. Explorar mecanismos de cooperação pelos quais Brasil e Austrália possam compartilhar soluções e práticas exitosas em áreas como ciência, tecnologia e inovação; intercâmbio e mobilidade acadêmica; defesa e inteligência; mineração; meio ambiente; energia renovável; agricultura; áreas espacial e nuclear; entre outras, inclusive em benefício de terceiros países;
7. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais;
8. Fortalecer as relações bilaterais e em blocos regionais;
9. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE

(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do Posto)

I - Promoção de comércio e investimentos**i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO****1. Incrementar e diversificar o comércio bilateral**

- *Realizar atividades de promoção comercial que permitam aumentar a corrente de comércio entre Brasil e Austrália. O comércio bilateral e os investimentos recíprocos estão em curva ascendente. Em 2022 registrou-se o pico do intercâmbio comercial, que alcançou US\$3,4 bilhões. O Brasil exporta bens industriais e produtos agropecuários para a Austrália. Na área de investimentos, destacam-se as presenças de empresas australianas de energia e mineração no Brasil e de empresas brasileiras de proteína animal na Austrália. Os números do comércio e dos investimentos, no entanto, ainda podem ser considerados tímidos, tendo em vista que os dois países estão entre as 13 maiores economias do mundo em valores nominais, conforme projeção do FMI para 2025;*
- *Elaborar e/ou encomendar estudos exploratórios de complementaridade entre as duas economias;*
- *Trabalhar em parceria com a APEX e a Secretaria de Estado das Relações Exteriores para avaliar mercados a serem explorados e incrementar o comércio bilateral, tendo em consideração o interesse em promover produtos e serviços de alto valor agregado originários do Brasil, bem como incentivar a participação de pequenas e médias empresas no comércio bilateral;*
- *Promover encontros e reuniões com câmaras e associações de comércio, inclusive para estímulo à participação em feiras comerciais realizadas nos dois países;*
- *Abrir o mercado australiano para produtos agropecuários brasileiros. O MRE, em conjunto com o MAPA, tem buscado acesso para diversos produtos nacionais, como carne suína, pescados, uvas frescas, mamão papaia, entre outros. Com o apoio da Adidância Agrícola em Camberra, a Embaixada atuará em favor da abertura do mercado australiano a produtos agrícolas de interesse exportador brasileiro;*
- *Apoiar a Embraer na promoção de suas aeronaves nas áreas de aviação comercial, mobilidade urbana e defesa. A Embraer está intensificando a divulgação de jatos regionais na Austrália e nos países do Pacífico em geral. A subsidiária EmbraerX anunciou parceria com a agência nacional de controle aéreo civil da Austrália, para o desenvolvimento de soluções inovadoras de tráfego aéreo urbano em Melbourne, inclusive a venda de aeronaves elétricas de decolagem e aterrissagem verticais (e-VTOLs). Na área de defesa, a Embraer pode oferecer a aeronave C-390 Millenium;*
- *Incentivar a retomada de diálogo mais estreito para que se avalie a viabilidade e a conveniência de negociação comercial Mercosul-CER (Austrália e Nova Zelândia);*
- *Realizar ações de divulgação da qualidade, sustentabilidade e capacidade inovadora da economia brasileira, a fim de contribuir para a promoção da imagem dos produtos e serviços brasileiros;*

- *Na área de mineração, promover o comércio de máquinas e equipamentos brasileiros, serviços de engenharia e de logística, bem como “startups” brasileiras do setor na Austrália;*
- *Na área de agricultura, promover a exportação de maquinário brasileiro e de tecnologia e serviços nacionais;*
- *Promover serviços brasileiros de tecnologia digital, em áreas como “Fintech”, “Agtech”, energia renovável, indústria 4.0 e produtos alimentares inovadores;*
- *Levantar informações sobre as especificidades do mercado local, bem como as medidas tarifárias e não tarifárias aplicáveis;*
- *Elaborar análises regulares do comércio bilateral com a Austrália, a partir de dados estatísticos fornecidos por organismos oficiais dos dois países;*
- *Promover a interlocução entre empresários brasileiros e australianos e organizar missões de empresários brasileiros que desejam avançar nos negócios no mercado australiano;*
- *Facilitar a realização de missões parlamentares de parte a parte em base regular;*
- *Identificar pontos da legislação australiana relativos à regulação do comércio de bens de interesse de exportadores brasileiros, conforme solicitações destes, bem como manter as associações setoriais no Brasil informadas sobre desdobramentos nas leis pertinentes;*
- *Relatar e comentar os principais desdobramentos relativos à agricultura e à pecuária na Austrália, com ênfase no seu possível efeito sobre exportações agrícolas brasileiras, inclusive eventuais medidas protecionistas ou que distorçam o comércio internacional;*
- *Monitorar notícias e comentários publicados em órgãos de imprensa australianos que tenham potencial para causar dano à imagem do agronegócio brasileiro, bem como aos fluxos comerciais regulares, com particular atenção para aspectos de sustentabilidade, e apresentar estratégia de resposta quando cabível;*
- *Promover o Brasil junto às autoridades governamentais e a interlocutores locais relevantes como fornecedor seguro e confiável de alimentos;*
- *Manter contatos e reuniões com autoridades, especialistas e representantes do setor privado australiano das áreas de agricultura e pecuária, a fim de monitorar tendências, desafios e oportunidades nesses setores.*

2. Atrair investimentos para o Brasil

- *Manter e incrementar o diálogo com o governo e com o setor privado australianos com vistas a atrair investimentos ao Brasil;*
- *Acompanhar a evolução dos investimentos brasileiros na Austrália e apoiar as empresas nacionais. Diversas empresas brasileiras, como JBS, Minerva, VALE, WEG, Natura e Marcopolo possuem investimentos na Austrália;*
- *Dar continuidade a ações de atração de investimentos australianos para o Brasil. Mais de 100 empresas australianas atuavam no Brasil em 2020. Os investimentos australianos estão concentrados nos setores de mineração, serviços e energia (petróleo, gás e hidrogênio de baixo carbono);*
- *Incentivar a atração de investimentos australianos para o Brasil no âmbito do Programa de Parceria de Investimentos (PPI). Desde a criação do PPI em 2016, a participação de investidores australianos concentrou-se nas áreas de óleo e gás e mineração. A Austrália era o 19º maior investidor nos projetos do PPI, de um total de 23 países, em 2022;*

- *Engajar-se com formadores de opinião e lideranças corporativas a fim de divulgar oportunidades de investimentos no Brasil;*
- *Estruturar e apoiar missões de autoridades brasileiras com vistas a atrair investimentos diretos para o Brasil;*
- *Divulgar oportunidades de investimentos no Brasil e medidas do governo brasileiro na área de economia e negócios, especialmente junto a formadores de opinião e lideranças corporativas locais.*

3. Acompanhar políticas australianas que tenham repercussão em matéria econômica, financeira e de investimentos

- *Manter contato com autoridades locais e agentes acadêmicos e de outros organismos, bem como com diplomatas de outras embaixadas, para conhecer diferentes perspectivas sobre os desdobramentos econômicos e seu impacto na Austrália;*
- *Acompanhar notícias veiculadas nos diferentes meios de comunicação australianos, bem como nos canais oficiais em redes sociais do país, sobre temas econômicos ou com relevância para a economia brasileira;*
- *Acompanhar eventos sobre temas da atualidade econômica australiana, bem como sobre iniciativas específicas em assuntos relevantes para a economia do Brasil;*
- *Acompanhar o debate público na Austrália em questões econômicas, fiscais, financeiras e de investimentos.*

4. Renovar gestões para a negociação de acordo para evitar a bitributação (ADT)

A Receita Federal do Brasil propôs, em 2016, a abertura de negociação de tratado para evitar a dupla tributação. A assinatura de ADT bilateral é considerada prioritária pelas comunidades empresariais dos dois países. Em gestões junto a autoridades locais, a Embaixada do Brasil em Camberra apurou que o Tesouro australiano estaria receptivo, mas que o foco da atual rodada de ADTs australianos seriam países europeus. Propõe-se, em coordenação com a Secretaria de Estado de Relações Exteriores, dar seguimento às gestões para negociação e eventual assinatura do acordo.

5. Negociar acordo de cooperação e facilitação de investimentos (ACFI)

O Brasil apresentou proposta de acordo sobre investimentos por ocasião da X Reunião de Consultas Políticas, em abril de 2017. A Austrália estaria reavaliando internamente os acordos dessa natureza. Propõe-se, em coordenação com a Secretaria de Estado de Relações Exteriores, dar seguimento às gestões para negociação de ACFI e eventual assinatura do acordo.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de serviços de inteligência comercial prestados pela Embaixada;
- 2) Número de encontros e reuniões com empresas, investidores, câmaras e associações de comércio;
- 3) Número de eventos (seminários, webinários, palestras, feiras, exposições, rodadas de negócio, entre outros) organizados pela ou com a participação da Embaixada;

- 4) Número de consultas atendidas de promoção comercial, inteligência comercial e/ou reclamação comercial, de empresas brasileiras e australianas, bem como de associações setoriais, federações regionais, confederações, da Apex-Brasil e outras entidades do setor privado;
- 5) Número de atuações da Embaixada para a promoção da qualidade, sustentabilidade e capacidade inovadora da economia brasileira, sob forma de publicações, mídia social, entrevistas, palestras, painéis, ou outro formato;
- 6) Número de encontros com representantes do governo da Austrália para tratar do incremento da corrente comercial bilateral;
- 7) Número de reuniões com representantes do governo da Austrália que tenham como foco a discussão de melhores práticas, regulação e melhoria do ambiente de negócios, para atração de investimentos;
- 8) Número de relatórios de acompanhamento da economia australiana e da balança comercial com o Brasil produzidos pela embaixada;
- 9) Número de eventos ou textos para circulação a respeito das oportunidades de investimento no Brasil;
- 10) Número de atendimentos a consultas telefônicas, por e-mail, por meios eletrônicos oficiais ou presenciais;
- 11) Número de publicações elaboradas (estudos, boletins, revistas);
- 12) Número de participações em seminários, eventos, rodadas de negócios, feiras e mostras;
- 13) Número de reuniões com representantes do governo australiano com vistas à negociação e assinatura do acordo para evitar a dupla tributação;
- 14) Número de reuniões com representantes do governo australiano com vistas à negociação e assinatura do acordo de cooperação e facilitação de investimentos;
- 15) Número de missões organizadas para empresários brasileiros que desejam fazer negócios no mercado australiano;
- 16) Número de relatórios sobre a agricultura e a pecuária na Austrália, inclusive acerca de medidas protecionistas ou que distorçam o comércio internacional;
- 17) Número de relatórios sobre eventuais notícias e comentários na imprensa australiana sobre o agronegócio brasileiro;
- 18) Número de gestões junto ao governo australiano e interlocutores locais em favor da imagem positiva do agronegócio brasileiro;

- 19) Número de reuniões com autoridades, especialistas e representantes do setor privado australiano das áreas de agricultura e pecuária, a fim de monitorar tendências, desafios e oportunidades nesses setores;
- 20) Número de atividades de organização e apoio a missões de autoridades brasileiras com vistas a atrair investimentos diretos para o Brasil;
- 21) Número de ações de divulgação de oportunidades de investimentos no Brasil e medidas do governo brasileiro na área de economia e negócios, especialmente junto a formadores de opinião e lideranças corporativas locais;
- 22) Número de contatos com autoridades locais e agentes acadêmicos e de outros organismos, bem como com diplomatas de outras Embaixadas, para conhecer diferentes perspectivas sobre os desdobramentos econômicos e seu impacto na Austrália;
- 23) Número de relatórios sobre temas econômicos, fiscais, financeiros e de investimentos na Austrália relevantes para a economia brasileira.

II - Relações políticas bilaterais

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Observar e produzir inteligência

- *Proseguir com o trabalho de observação da política australiana para a Ásia-Pacífico, inclusive de agrupamentos de vertente política e de defesa dos quais aquele país faz parte, como as parcerias AUKUS (Austrália, Estados Unidos e Reino Unido) e QUAD (Austrália, Estados Unidos, Índia e Japão), e produção de informes periódicos, tendo em vista que o Brasil, a despeito de estar geograficamente distante, tem interesse na estabilidade da região. A Ásia é a região econômica mais dinâmica do mundo e uma das áreas chave da competição estratégica global. Austrália, China, Índia, Japão e países da ASEAN são atores econômicos relevantes ou com peso crescente. A ascensão da China como potência econômico-militar vem criando desafios para o equilíbrio de poder da região; países como a Austrália se deparam com dilema entre suas posições políticas a respeito de Pequim e sua dependência econômico-comercial em relação ao gigante asiático;*
- *Acompanhar, no âmbito da parceria AUKUS, as decisões do governo australiano de compra e/ou desenvolvimento de submarinos à propulsão nuclear, dado que Brasil e Austrália são atualmente os únicos países não nuclearmente armados, junto com a Coreia do Sul, com planos para a aquisição de tais meios. Adicionalmente, tanto o Brasil como a Austrália encontram-se em negociações com a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) com vistas à adoção de arranjos para a aplicação de medidas especiais de verificação relativas à propulsão nuclear naval (PNN). Tais negociações se dão de forma paralela e independente, com base nos respectivos acordos de salvaguardas de cada país com a AIEA;*

- *Produzir informes sobre os principais temas de política interna e externa da Austrália e suas possíveis implicações para o relacionamento bilateral;*
- *Identificar soluções adotadas na Austrália que possam ser de interesse do governo brasileiro, de empresários brasileiros ou da sociedade brasileira em geral, nas áreas econômica, social, jurídica e ambiental, entre outras. Ao mesmo tempo, fomentar a divulgação, na Austrália, de experiências exitosas no Brasil que possam suscitar o interesse local (como a sustentabilidade da agricultura brasileira).*

2. Fortalecer o mecanismo de consultas políticas

- *Dar seguimento às reuniões regulares do mecanismo de consultas políticas em modo presencial. Brasil e Austrália mantêm mecanismo bilateral de consultas políticas desde 1990, para discutir a cooperação bilateral e propiciar espaço de diálogo sobre temas da agenda internacional. A última reunião ocorreu em Camberra, em março de 2024. Caberia propor a realização da XIII edição do Mecanismo de Consultas Políticas em Brasília. Propõe-se dar seguimento às reuniões regulares do mecanismo de consultas políticas em modo presencial.*

3. Aproximar os órgãos públicos dos dois países

- *Seguir fomentando a colaboração interparlamentar entre o Brasil e a Austrália, bem como prestar apoio ao Grupo Parlamentar Brasil-Austrália. Há grande potencial para intensificar o intercâmbio entre os parlamentos dos dois países para troca de experiências e melhores práticas no âmbito dos Poderes Legislativos de ambos os países.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de relatórios produzidos pela Embaixada sobre política interna e política externa da Austrália;
- 2) Número de reuniões com representantes do governo, do parlamento, do setor privado, da academia e da sociedade civil com vistas a colher ou compartilhar informações sobre o desenvolvimento de temas de política interna e externa australianas;
- 3) Número de reuniões preparatórias à realização de missões de delegações parlamentares de parte a parte;
- 4) Número de reuniões com representantes do governo da Austrália para tratar da realização, dos preparativos e da agenda de reuniões de consultas políticas;

III - Atuação junto a organismos regionais ou multilaterais, quando for o caso, incluindo candidaturas, reuniões oficiais e programas de cooperação

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Ampliar o apoio a candidaturas brasileiras

- *Fazer gestões no mais alto nível possível com vistas a, entre outros objetivos, obter apoio da Austrália a candidaturas brasileiras para cargos em organismos internacionais e para a realização de eventos internacionais no Brasil, conforme instrução da Secretaria de Estado das Relações Exteriores;*

2. Dar prosseguimento à cooperação em organismos multilaterais

- *Dar seguimento à coordenação com a Austrália no processo de reforma do Conselho de Segurança da ONU (CSNU) e em relação ao pleito brasileiro por assento permanente. As relações Brasil-Austrália são marcadas por convergências nos foros internacionais multilaterais, dadas as posições compartilhadas por ambos os países. Camberra apoia o processo de reforma do Conselho de Segurança da ONU (CSNU) e o pleito brasileiro por assento permanente. Na promoção da reforma do CSNU, o Brasil constituiu, em 2004, o grupo denominado G4 (com a Alemanha, a Índia e o Japão), que conta com o apoio australiano;*
- *Aprofundar a cooperação com a Austrália em medidas para combate à fome e à pobreza. A Austrália é membro fundador da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, lançada pelo Brasil como resultado da Presidência do G-20 em 2024;*
- *Explorar convergências de interesses com a Austrália no âmbito do Conselho de Direitos Humanos e na 3ª Comissão das Nações Unidas, como assuntos relacionados a povos indígenas ou originários;*
- *Continuar o diálogo com autoridades australianas com relação à reforma da Organização Mundial do Comércio (OMC). Os dois países integram o Grupo de Ottawa, agrupamento informal estabelecido em 2018 e coordenado pelo Canadá, que reúne Membros da OMC interessados em discutir a reforma da Organização;*
- *Dar seguimento à coordenação bilateral com relação às discussões sobre agricultura na OMC. Brasil e Austrália são participantes ativos das negociações agrícolas na OMC. Ambos os países são membros do Grupo de Cairns (coordenado pela Austrália) como agrupamento negociador com pretensões ofensivas e ambiciosas na OMC;*
- *Aprofundar o diálogo com a Austrália sobre a sustentabilidade dos setores produtivos dos dois países e sobre maneiras de prevenir o surgimento de novas barreiras a produtos brasileiros e australianos nos principais mercados importadores, com vistas a desconstruir narrativas protecionistas que se valem de falsos argumentos de ordem ambiental. Brasil e Austrália, como dois grandes exportadores de produtos agrícolas e de recursos minerais e energéticos, deveriam se coordenar na matéria;*
- *Aprofundar o diálogo bilateral nos temas relativos ao G20, inclusive em seguimento aos resultados da presidência brasileira em 2024. Brasil e Austrália possuem posições convergentes no âmbito do grupamento;*

- *Fortalecer o diálogo com as autoridades locais no sentido de identificar pautas de convergência e de atuação coordenada sobre outros temas multilaterais de interesse comum tais como mudança do clima, energias renováveis, segurança alimentar, não-proliferação nuclear, direitos dos povos indígenas e outros, levando em conta que a Austrália exercerá a presidência da 31ª COP do Clima, a ser realizada na Turquia em novembro de 2026.*

ii) **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**

- 1) Número de reuniões e contatos com representantes do governo da Austrália para fazer gestões em favor de candidaturas brasileiras internacionais;
- 2) Número de reuniões e contatos com autoridades australianas para coordenação de posições em organizações multilaterais, em cumprimento a instruções da Secretaria de Estado das Relações Exteriores.

IV - Promoção da imagem do país, da cultura brasileira, do turismo e da marca Brasil

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1. Incentivar o turismo ao Brasil

- *Buscar aumentar a visibilidade e o interesse pelo Brasil entre o público australiano, a partir de ações junto aos meios de comunicação, agências de turismo, empresas aéreas, entre outros. A Austrália recebe número significativo de brasileiros em viagens de turismo, estudos e trabalho. A entrada em vigor do Memorando de Entendimento sobre Férias e Trabalho, assinado em 2022, deverá estimular ainda mais esse fluxo;*
- *Participar em feiras dedicadas ao turismo, conforme disponibilidade orçamentário-financeira;*
- *Intensificar o uso das mídias sociais da embaixada para divulgação de opções de destinos turísticos oferecidas pelo Brasil.*

2. Propugnar pela melhoria da conectividade aérea Brasil-Austrália

- *Incentivar as oportunidades de estabelecimento de voos diretos entre o Brasil e a Austrália, que teriam impacto positivo para o turismo entre os dois países. Em decorrência da entrada em vigor, em 2018, do Acordo de Serviços Aéreos entre Brasil e Austrália, os operadores designados podem estabelecer voos diretos entre os dois países. Propõe-se manter contatos com representantes das companhias aéreas interessadas a fim de incentivá-las a criar conexão aérea direta entre o Brasil e a Austrália.*

3. Divulgar a diversidade das expressões culturais brasileiras

- *Identificar potenciais parceiros locais e propor a realização, segundo a disponibilidade orçamentário-financeira do MRE e a obtenção de patrocínios locais, de projetos e eventos de promoção da diversidade das expressões culturais brasileiras, como apresentações musicais, exibição de filmes nacionais, além de eventos e projetos de intercâmbio cultural e de divulgação de*

profissionais da cultura brasileiros, tais como artistas, cineastas, escritores, fotógrafos e músicos;

- *Organizar palestras e outros eventos públicos sobre temas da cultura brasileira, para ampliar o conhecimento do público australiano sobre o país, inclusive com engajamento da comunidade brasileira local em Camberra e outras cidades australianas;*
- *Promover a variante brasileira da língua portuguesa na Austrália;*
- *Explorar formas de ampliar a oferta de bens e serviços culturais brasileiros na Austrália, com especial atenção para a ampliação do número de obras de autores brasileiros traduzidas no mercado editorial local;*
- *Atualizar regularmente os canais digitais da Embaixada, com informações de utilidade para a ampliação do conhecimento sobre o Brasil na Austrália e a divulgação de projetos e eventos culturais com temática brasileira;*
- *Dar continuidade à participação no “Latin American Film Festival - LAFF”, festival organizado anualmente na Austrália pelo Grupo dos Países Latino-Americanos (GRULAC), bem como avaliar o aprofundamento de iniciativas de teor semelhante.*

4. Avaliar a possibilidade de celebração de acordo de coprodução audiovisual

- *Fazer gestões junto ao governo australiano em favor da discussão sobre a negociação de acordo na área. O governo australiano possui diretrizes para a negociação de acordos de coprodução audiovisual.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de participações em feiras de turismo;
- 2) Número de postagens nas redes sociais da embaixada, divulgando destinos turísticos no Brasil;
- 3) Número de reuniões e contatos para promoção do Brasil como destino turístico com meios de comunicação, agentes de viagem, empresas aéreas e outros agentes do setor;
- 4) Número de reuniões e contatos com empresas aéreas para a realização de gestões em favor do estabelecimento de rota aérea direta entre os dois países;
- 5) Número de reuniões, eventos, palestras e entrevistas para a difusão da diversidade das expressões culturais brasileiras e da promoção do idioma na Austrália;
- 6) Número de reuniões e contatos com autoridades australianas para avaliar a possibilidade de negociação de acordo de coprodução audiovisual;
- 7) Número de informes produzidos pela embaixada sobre a evolução das políticas australianas de fomento à produção cultural e proteção de manifestações culturais locais.

V – Cooperação para o desenvolvimento sustentável e a proteção ao meio ambiente

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**1. Explorar cooperação com a Austrália em meio ambiente e mudança do clima**

- *Buscar maior aproximação com a Austrália em temas relacionados a meio ambiente e mudança do clima, com vistas a explorar possibilidades de cooperação bilateral na matéria, bem como de coordenação de posições em organismos multilaterais, em contextos a serem especificados pela Secretaria de Estado das Relações Exteriores. O governo trabalhista australiano, que tomou posse em maio de 2022, passou a ter posição mais assertiva com relação à mudança do clima e estabeleceu metas mais ambiciosas de redução de emissões, de 43% até 2030. Tendo em vista que a Austrália presidirá a COP31, a se realizar em novembro de 2026, haverá oportunidades para que os dois países atuem de forma concertada com vistas a permitir a continuidade e o positivo encaminhamento das iniciativas consideradas prioritárias por ambas as presidências da COP, bem como o intercâmbio de informações relevantes sobre aspectos logísticos da realização do evento.*

2. Retomar diálogo com autoridades australianas a fim de identificar eventual interesse em cooperação em temas que representam desafios para ambos os países, como combate a incêndios florestais, prevenção/gestão de desastres naturais e manejo florestal, entre outros.**ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**

- 1) Número de reuniões e contatos com autoridades locais australianas sobre meio ambiente e mudança do clima;
- 2) Número de informes produzidos pela embaixada sobre a evolução da política australianas de proteção do meio ambiente e combate à mudança do clima;
- 3) Número de reuniões e contatos com autoridades locais para explorar a cooperação bilateral em tema de interesse de ambos os países.

VI - Cooperação em ciência, tecnologia e inovação**i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO****1. Incentivar o adensamento e/ou o estabelecimento de cooperação bilateral**

- *Acompanhar e fomentar o aprofundamento da cooperação na área de ciência, tecnologia e inovação. Brasil e Austrália mantêm uma agenda positiva de cooperação bilateral, envolvendo cada vez mais áreas, mas ainda não suficientemente representativa do tamanho e da relevância dos dois países;*
- *Fomentar o prosseguimento dos trabalhos do Comitê Conjunto do Acordo Bilateral de Cooperação em CT&I, em vigor desde 2022. A primeira reunião do Comitê Conjunto foi realizada em dezembro daquele mesmo ano;*

- *Dar seguimento aos contatos com os órgãos competentes australianos para a continuidade do diálogo em temas como hidrogênio de baixo carbono e mineração,, especialmente na área de políticas e regulação para o hidrogênio de baixo carbono;*
- *Manter diálogo com as universidades e centros de pesquisa australianos com vistas a incentivar projetos conjuntos e o intercâmbio entre pesquisadores dos dois países. Será importante dar seguimento à “Colaboração Virtual de Pesquisa Brasil-Austrália”, organizada do lado brasileiro pela CONFAP;*
- *Fomentar e apoiar a colaboração entre agências de financiamento de pesquisa brasileiras (CAPES, CNPq, fundações de amparo à pesquisa estaduais - "FAPs") e congêneres australianas;*
- *Promover a imagem do Brasil como detentor de ciência de excelência e produtor de inovação e difundir entre atores locais informações sobre as atividades de pesquisa de ponta realizadas no país;*
- *Apoiar a internacionalização de “startups” brasileiras de base tecnológica para a Austrália, bem como estimular a atração de novos investimentos australianos no Brasil em pesquisa e desenvolvimento;*
- *Elaborar informes e estudos sobre tecnologias relacionadas a hidrogênio de baixo carbono, tecnologias quânticas e tecnologias relacionadas à área de saúde, incluindo, por exemplo, principais iniciativas, centros tecnológicos, “startups”, programas governamentais e sinergias bilaterais;*
- *Atualizar informações e estudos produzidos pela embaixada, como, por exemplo, o Mapeamento dos Ambientes Promotores de Inovação.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DA META

- 1) Número de informes e estudos produzidos pela Embaixada sobre tecnologias relacionadas a temas como hidrogênio de baixo carbono, tecnologias quânticas, tecnologias relacionadas à área de saúde, entre outros;
- 2) Número de eventos, seminários, webinários e ações, organizados pela ou com a participação da Embaixada, para aproximação das comunidades científicas dos dois países;
- 3) Número de eventos, seminários, webinários e ações, organizados pela ou com a participação da Embaixada, para promover a cooperação em temas de mútuo interesse com participação de governos, setores privados e institutos de pesquisa dos dois países;
- 4) Número de reuniões com representantes de universidades, institutos de pesquisa, ambientes de inovação, setor privado e governo da Austrália, a fim de identificar oportunidades de cooperação bilateral;
- 5) Divulgação, nos meios de comunicação da Austrália, e com apoio de instituições brasileiras, de pesquisas científicas de ponta realizadas no Brasil e soluções tecnológicas brasileiras nas mais diferentes áreas;
- 6) Número de reuniões promovidas entre *startups* com investidores e ambientes de inovação (parques, incubadoras ou aceleradoras tecnológicas);

- 7) Número de reuniões com autoridades governamentais para a identificação de áreas de interesse e facilitação do diálogo com homólogos brasileiros;
- 8) Número de informes produzidos pela embaixada sobre o ambiente tecnológico bem como sobre as políticas australianas voltadas à inovação;
- 9) Número de ações de promoção da imagem do Brasil como detentor de ciência de excelência e difusão de informações sobre atividades de ponta realizadas no país;
- 10) Número de ações de apoio à internacionalização de *startups* brasileiras de base tecnológica para a Austrália, bem como de estímulo à atração de novos investimentos em pesquisa e desenvolvimento para o Brasil.

VII - Cooperação em educação, cultura, saúde e segurança

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- 1. Incentivar a vinda de estudantes australianos ao Brasil por meio do Programa Férias e Trabalho**
 - *Dialogar com agentes do setor educacional na Austrália para estudar formas de divulgar o Brasil como destino do Programa de Férias e Trabalho. Brasil e Austrália contam com Memorando de Entendimento sobre Férias e Trabalho, em vigor desde 2022, que permite que cidadãos de ambos os países possam permanecer no território do outro país com o objetivo primário de férias, mas que possam realizar trabalhos para custear sua estada.*
- 2. Fomentar o intercâmbio acadêmico**
 - *Manter contatos com autoridades governamentais e instituições de ensino da Austrália com vistas a incentivar o aprofundamento do intercâmbio acadêmico entre os dois países e, sobretudo, fomentar o aumento do fluxo ao Brasil de pesquisadores australianos, bem como o número de iniciativas acadêmicas conjuntas que envolvam instituições dos dois países. O Brasil é um mercado importante para o setor de educação da Austrália. Ao final de 2022, havia 19.057 brasileiros com vistos de estudante no país. A Austrália conta com algumas das melhores universidades do mundo.*
- 3. Apoiar a cooperação na área de saúde**
 - *Estabelecer mecanismos de cooperação na área de saúde.*
- 4. Apoiar a cooperação na área de crimes cibernéticos/segurança pública**
 - *Aprofundar o diálogo entre os dois governos para que se avalie a conveniência de firmar acordo sobre o tema. Em encontros entre a Embaixada em Camberra e autoridades australianas, identificou-se interesse da Austrália na cooperação bilateral em temas como combate ao terrorismo, tráfico de pessoas, exploração infantil e crimes cibernéticos. O lado australiano aventou a possibilidade de assinatura de memorando de entendimento para dar maior institucionalidade à discussão desses temas.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de eventos, seminários, webinários e ações, organizados pela ou com a participação da Embaixada, para aproximação das comunidades científicas dos dois países;
- 2) Número de reuniões e contatos com representantes de universidades e outros órgãos governamentais a fim de promover o aumento do fluxo de estudantes e pesquisadores australianos para o Brasil;
- 3) Número de reuniões e contatos com representantes do governo australiano da área de saúde;
- 4) Número de reuniões e contatos com autoridades australianas para discussão de temas relacionados a crimes cibernéticos e segurança pública;
- 5) Número de informes produzidos pela embaixada sobre a evolução das políticas australianas para educação e pesquisa;
- 6) Número de informes produzidos pela embaixada sobre a evolução das políticas australianas voltadas à segurança pública e de combate a crimes cibernéticos.

VIII - Cooperação para promoção do desenvolvimento socioeconômico e combate às desigualdades

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Produzir informações e facilitar a troca de experiências sobre as políticas de inclusão da comunidade aborígene e do Estreito de Torres

A Austrália vem ampliando suas políticas para garantir a inclusão das comunidades aborígenes e do Estreito de Torres, que poderão ser de interesse para as discussões no Brasil, em particular do Ministério dos Povos Indígenas. Propõe-se que a Embaixada continue a produzir informações a respeito das experiências locais, assim como continue a estimular o intercâmbio com contrapartes brasileiras. Também deveria ser aprofundada a cooperação entre o Brasil e a Austrália para a preservação, registro, fomento e divulgação das línguas e das culturas indígenas nos dois países.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DA META

- 1) Número de informes elaborados pela Embaixada a respeito da evolução da política australiana para a proteção, a participação política e a inclusão socioeconômica dos povos aborígenes;
- 2) Número de reuniões e contatos com autoridades australianas sobre possível diálogo bilateral no tema de proteção, participação política e inclusão socioeconômica dos povos indígenas dos dois países;

- 3) Número de interações com a academia e com organizações não governamentais engajadas no tema.

IX - Apoio às comunidades brasileiras no exterior

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- 1. Garantir a prestação eficiente do serviço consular à comunidade brasileira na Austrália, inclusive por meio da constante facilitação do acesso a tais serviços**

O número estimado de brasileiros residentes na Austrália, em 2021, era de 60 mil, do quais 15 mil na jurisdição de Camberra e 45 mil na de Sydney. O perfil mais comum do residente brasileiro na Austrália é de jovens estudantes de inglês. Há grande concentração de pessoas entre 25 e 44 anos, com alto índice de escolaridade. A adoção do sistema e-Consular, com análise prévia de solicitações, permitiu maior celeridade e eficiência na prestação de serviços consulares, reduzindo o tempo de atendimento ao consulente. Propõe-se continuar a prestação de serviços de qualidade e aprimorar processos para facilitar o acesso aos serviços consulares.

- 2. Promover regularmente consulados itinerantes em cidades australianas com presença de comunidade brasileira, a fim de alcançar o máximo possível de nacionais interessados na assistência consular**

Em função das grandes distâncias verificadas na Austrália, o apoio dos consulados honorários é de grande valia para a assistência às comunidades brasileiras em cidades fora da sede do posto. Propõe-se dar continuidade à realização de consulados itinerantes.

- 3. Manter e atualizar os esforços de resposta a crises ou desastres naturais**

A recorrência de desastres naturais na Austrália, como incêndios e inundações, requer especial atenção da Embaixada em Camberra para agir tempestivamente e prestar o auxílio devido às comunidades brasileiras eventualmente atingidas. Propõe-se manter e atualizar esforços de resposta a eventuais crises que possam afetar a comunidade brasileira.

- 4. Realizar visitas a nacionais detidos na Austrália a fim de prestar a assistência consular cabível**

Atualmente são 9 detentos brasileiros na jurisdição do Posto, aos quais a Embaixada presta assistência, inclusive por meio de visitas às penitenciárias.

- 5. Organizar eleições na jurisdição do posto**

Os dois turnos das eleições presidenciais de 2022 foram realizados sem incidentes nas cidades de Camberra, Melbourne e Perth. Propõe-se organizar a realização de eleições na jurisdição da Embaixada, nas localidades com maior concentração de brasileiros.

- 6. Utilizar as redes sociais do posto para fins de comunicação e informação da comunidade brasileira**

Atualmente, a Embaixada em Camberra mantém página oficial, além de perfis no Twitter, Instagram e Facebook. Propõe-se manter a presença da Embaixada em redes sociais, para a boa prestação de serviços consulares à comunidade brasileira na Austrália.

7. Manter a coordenação com o Consulado-Geral do Brasil em Sydney

A Embaixada em Camberra e o Consulado-Geral do Brasil em Sydney mantêm coordenação nas ações voltadas aos cidadãos brasileiros na Austrália, como, por exemplo, o planejamento e a execução das eleições presidenciais. Propõe-se manter e aprofundar essa coordenação, com vistas a prestar serviço de qualidade aos cidadãos brasileiros.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DA META

- 1) Índice de satisfação do consulente;
- 2) Número de inovações introduzidas na assistência consular que redundem em facilidade na prestação dos serviços;
- 3) Número de documentos consulares produzidos, conforme a demanda;
- 4) Número de atendimentos consulares realizados, conforme a demanda;
- 5) Tempo de espera para a prestação dos serviços consulares;
- 6) Tempo de permanência do cidadão no setor consular;
- 7) Tempo de permanência do cidadão no guichê de atendimento;
- 8) Número de consulados itinerantes realizados;
- 9) Número de comunicações de esclarecimento preparadas para a comunidade brasileira em situações de crise ou catástrofes naturais;
- 10) Número de visitas a nacionais presos na Austrália;
- 11) Número de atividades voltadas ao público brasileiro resultantes de coordenação entre a Embaixada e o Consulado-Geral em Sydney.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO (Cumulatividades: Vanuatu, Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão, Nauru e Fiji)

Alinhado ao PEI-MRE

VISÃO

Contribuir para promover os interesses do Brasil e dos brasileiros no Estado Independente da Papua Nova Guiné, nas Ilhas Salomão, na República de Fiji, na República de Nauru e na República de Vanuatu, por meio de ação diplomática de excelência dirigida a identificar e explorar oportunidades de aproximação entre os países e superar desafios que afetem interesses brasileiros.

MISSÃO DO POSTO

Propor e executar ações que promovam as diretrizes da política externa brasileira nas relações bilaterais com o Estado Independente da Papua Nova Guiné, as Ilhas Salomão, a República de Fiji, a República de Nauru e a República de Vanuatu, sempre atento ao imperativo do desenvolvimento nacional e da defesa dos interesses do Brasil e dos brasileiros no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO (cumulatividades)

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil, com foco na prosperidade da sociedade brasileira;
2. Promover produtos e serviços brasileiros em Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão, Fiji, Nauru e Vanuatu, mantendo em mente a dimensão reduzida dos mercados desses países;
3. Buscar diálogo regular com autoridades de Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão, Fiji, Nauru e Vanuatu sobre o combate aos efeitos da mudança do clima, tema prioritário para esses países insulares;
4. Promover a imagem e a cultura do Brasil em Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão, Fiji, Nauru e Vanuatu, nas mais distintas linguagens artísticas e em diferentes seguimentos da economia criativa, e a língua portuguesa na variante brasileira;
5. Promover serviços consulares de qualidade aos cidadãos brasileiros que eventualmente se encontrem em Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão, Fiji, Nauru e Vanuatu;
6. Explorar mecanismos de cooperação para o desenvolvimento pelos quais o Brasil possa compartilhar soluções e práticas exitosas em diferentes áreas em benefício de Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão, Fiji, Nauru e Vanuatu;
8. Ampliar a influência do Brasil nos processos de decisão internacionais;
9. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE

(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do Posto)

I - Promoção de comércio e investimentos**i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO****1. Incrementar e diversificar o comércio bilateral**

- *Realizar análises que permitam aumentar a corrente bilateral de comércio entre o Brasil e os cinco países. O comércio bilateral do Brasil com Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão, Fiji, Nauru e Vanuatu é modesto, mas podem ser buscadas oportunidades. Em regra, o Brasil exporta para esses países, principalmente, produtos industriais, como calçados, ferramentas, facas, munições, máquinas agrícolas e artigos de confeitaria. Também exporta petróleo para Vanuatu, ainda que em pequenas quantidades;*
- *Buscar a abertura dos mercados de Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão, Fiji, Nauru e Vanuatu para mais produtos agropecuários brasileiros. O MRE, em conjunto com o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), tem feito gestões pela abertura desses cinco mercados para produtos cárneos, miúdos e termoprocessados de aves, suínos e bovinos. Já se encontra em negociação modelo de certificado sanitário internacional com Papua Nova Guiné para cárneos e miúdos bovinos e de frango;*
- *Trabalhar em parceria com a APEX e a Secretaria de Estado de Relações Exteriores para avaliar mercados a ser explorados e incrementar o comércio bilateral em relação a Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão, Fiji, Nauru e Vanuatu, tendo em consideração o interesse em promover produtos e serviços brasileiros de alto valor agregado;*
- *Apoiar missões empresariais da Embraer para divulgar as aeronaves da empresa como opções para a aviação regional dos cinco países. Uma vez que Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão, Fiji, Nauru e Vanuatu estão situados em região com territórios dispersos no Oceano Pacífico, a aviação tem particular relevância para a conectividade entre esses países e dentro deles, o que favorece a promoção de aeronaves brasileiras. Atualmente, a companhia aérea papuásia Air Niugini avalia modelos de aeronave para substituir parte de sua frota. O modelo E-195-E2, da Embraer, é um dos candidatos.*
- *Realizar ações de divulgação da qualidade, sustentabilidade e capacidade inovadora da economia brasileira, a fim de contribuir para a promoção da imagem dos produtos e serviços brasileiros.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DA META

- 1) Número de serviços de inteligência comercial prestados pela Embaixada;
- 2) Número de encontros e reuniões com empresas e câmaras e associações de comércio;
- 3) Números de eventos (seminários, webinários, palestras, feiras, exposições, rodadas de negócio, entre outros) organizados pela ou com a participação da Embaixada;

- 4) Número de consultas atendidas de promoção comercial, inteligência comercial e/ou reclamação comercial, de empresas brasileiras e de Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão, Fiji, Nauru e Vanuatu, bem como de associações setoriais, federações regionais, confederações e outras entidades do setor privado;
- 5) Número de atuações da Embaixada para a promoção da qualidade, sustentabilidade e capacidade inovadora da economia brasileira, sob forma de publicações, mídia social, entrevistas, palestras, painéis, ou outro formato;
- 6) Número de relatórios de acompanhamento das economias de Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão, Fiji, Nauru e Vanuatu e da balança comercial com o Brasil produzidos pela Embaixada;
- 7) Número de eventos ou textos para circulação a respeito das oportunidades de investimento no Brasil;
- 8) Número de atendimentos a consultas telefônicas, por e-mail, por meios eletrônicos oficiais e de forma presencial;
- 9) Número de publicações elaboradas (estudos, boletins, revistas);
- 10) Número de participações em seminários, eventos, rodadas de negócios, feiras e mostras.

II - Relações políticas bilaterais

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Observar e produzir inteligência

- *Proseguir com o trabalho de observação dos desdobramentos da disputa entre China e EUA/aliados para os países da Ásia-Pacífico e produção de informes periódicos, tendo em vista que o Brasil, a despeito de estar geograficamente distante, tem interesse na estabilidade da região. A Ásia-Pacífico é a região econômica mais dinâmica do mundo e uma das áreas chave da competição estratégica global. Austrália, China, Índia, Japão e países da ASEAN são atores econômicos relevantes ou com peso crescente. A ascensão da China como potência econômico-militar vem criando desafios para o equilíbrio de poder na região. Uma parte dos países da região tem visões de mundo e valores que divergem dos de Pequim; ao mesmo tempo, possuem elevada dependência econômico-comercial em relação ao gigante asiático. A China, ademais, vem empreendendo esforço de aproximação com os países insulares do Pacífico, inclusive na área de defesa, o que gerou, desde os primeiros meses de 2022, investida diplomática dos EUA e de aliados junto a esses países, por meio de reuniões de alto nível, anúncio de abertura de embaixadas e oferta de cooperação e ajuda. Produzir informes sobre os principais temas de política interna e externa de Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão, Fiji, Nauru e Vanuatu e suas possíveis implicações para o relacionamento com o Brasil;*

2. Realizar visitas para estabelecer contato direto com autoridades locais e fazer avançar a agenda bilateral

Em geral, é complexa a definição de datas pelos cinco países para a realização de visitas bilaterais, inclusive para a entrega de cartas credenciais do novo embaixador no posto. A precária conexão aérea entre as ilhas do Pacífico não facilita esse tipo de movimentação. A entrega de cartas credenciais é, no entanto, circunstância única para contatos com autoridades locais e conhecimento direto da realidade dos países insulares. Recomenda-se especial empenho em sua realização bem como visitas pontuais regulares para tratar de temas da agenda bilateral.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DA META

- 1) Número de relatórios produzidos pela Embaixada sobre política interna e política externa de Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão, Fiji, Nauru e Vanuatu;
- 2) Número de reuniões com os altos comissariados dos cinco países na Austrália;
- 3) Número de visitas bilaterais aos cinco países.

III - Atuação junto a organismos regionais ou multilaterais, quando for o caso, incluindo candidaturas, reuniões oficiais e programas de cooperação

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Ampliar oportunidades de diálogo em foros multilaterais e de apoio a candidaturas e iniciativas brasileiras

- *Realizar contatos e gestões com vistas a obter apoio de Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão, Fiji, Nauru e Vanuatu a candidaturas brasileiras para cargos em organismos internacionais, coordenar possíveis intercâmbios de apoios, realizar eventos internacionais no Brasil e outros, conforme instrução da Secretaria de Estado das Relações Exteriores;*
- *Fortalecer o diálogo com as autoridades locais no sentido de identificar pautas de convergência e de atuação coordenada sobre temas de interesse comum, em particular mudança do clima, energias renováveis, segurança alimentar, não proliferação nuclear e reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas;*
- *Gestionar em favor da adesão de Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão, Fiji, Nauru e Vanuatu à Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, lançada pelo Brasil como resultado da Presidência do G-20 em 2024.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DA META

- 1) Número de reuniões e contatos com representantes do governo de Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão, Fiji, Nauru e Vanuatu para fazer gestões em favor de candidaturas internacionais do Brasil e para fortalecimento do diálogo e aproximação de visões sobre os grandes temas de debate em foros multilaterais.

IV - Promoção da imagem do país, da cultura brasileira, do turismo e da marca Brasil**i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO****1. Divulgar a diversidade das expressões culturais brasileiras**

- *Identificar potenciais parceiros locais e propor a realização, segundo a disponibilidade orçamentário-financeira do MRE e a obtenção de patrocínios locais, de projetos e eventos de promoção da diversidade das expressões culturais brasileiras, como apresentações musicais, exibição de filmes nacionais, além de eventos e projetos de intercâmbio cultural e de divulgação de profissionais da cultura brasileiros, como artistas, cineastas, escritores, fotógrafos e músicos;*
- *Promover a variante brasileira da língua portuguesa em Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão, Fiji, Nauru e Vanuatu;*
- *Explorar formas de ampliar a oferta de bens e serviços culturais brasileiros em Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão, Fiji, Nauru e Vanuatu;*
- *Atualizar regularmente os canais digitais da Embaixada, com informações de utilidade para a ampliação do conhecimento sobre o Brasil em Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão, Fiji, Nauru e Vanuatu e a divulgação de projetos e eventos culturais brasileiros.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DA META

- 1) Número de reuniões, eventos, palestras e entrevistas para a difusão da diversidade das expressões culturais brasileiras e a promoção da língua portuguesa em Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão, Fiji, Nauru e Vanuatu;
- 2) Número de reuniões e contatos com representantes do governo de Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão, Fiji, Nauru e Vanuatu para promoção do turismo e da diversidade de expressões culturais brasileiras.

V - Cooperação para o desenvolvimento sustentável e a proteção ao meio ambiente**iii) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO****1. Promover a cooperação humanitária com Papua Nova Guiné, Fiji, Ilhas Salomão, Nauru e Vanuatu em prevenção de desastres e catástrofes naturais; e prospectar novas oportunidades de cooperação ambiental, como nas áreas de manejo florestal sustentável e adaptação aos efeitos adversos da mudança do clima;**

- *Dar seguimento aos esforços do governo brasileiro no sentido de oferecer aos cinco países insulares cooperação humanitária, mormente à distância, nas áreas de gerenciamento de riscos e desastres (por meio da Carta Internacional - Espaço e Grandes Desastres), de saúde (fortalecimento do atendimento à população nas redes públicas de hospitais mediante doação de medicamentos e insumos médico-hospitalares) e de segurança alimentar. A mudança do clima e*

seus efeitos adversos – em particular a elevação do nível do mar e o aumento da frequência e da intensidade de catástrofes naturais – representa ameaça existencial aos estados insulares do Pacífico;

- *Buscar identificar, em coordenação com a Secretaria de Estado das Relações Exteriores, a possibilidade de desenvolvimento de projetos de conservação e manejo florestal, bem como iniciativas de adaptação aos efeitos adversos da mudança do clima, com os cinco países.*

2. Fortalecer diálogo com os governos de Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão, Fiji, Nauru e Vanuatu sobre as negociações multilaterais voltadas ao combate à mudança do clima e à proteção do meio ambiente

- *Realizar gestões, quando instruído pela Secretaria de Estado das Relações Exteriores, junto aos governos dos cinco países em temas relacionados a negociações multilaterais de meio ambiente e clima, com o sentido de aproximar os respectivos negociadores, em particular no contexto do seguimento da COP30, e buscar coordenação em debates, votações e decisões no plano multilateral;*
- *Acompanhar, da perspectiva do relacionamento bilateral entre Brasil e Vanuatu, a evolução nas Nações Unidas das tratativas em torno do parecer da Corte Internacional de Justiça sobre a responsabilidade dos países na questão da mudança do clima, solicitado por Vanuatu;*
- *Promover diálogo e perspectivas de cooperação com tais países no âmbito da COP31, uma vez que os Estados do Pacífico Insular copatrocinam o pleito australiano de presidir o evento em 2026.*

iv) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de reuniões e gestões bilaterais sobre meio ambiente, mudança do clima e desenvolvimento sustentável;
- 2) Número de informes do Posto sobre temas de meio ambiente, mudança do clima e desenvolvimento sustentável;
- 3) Número de reuniões e ações sobre cooperação humanitária em prevenção de desastres e em manejo florestal.

VII - Cooperação em educação, cultura, saúde e defesa e VIII - Cooperação para promoção de desenvolvimento socioeconômico e combate às desigualdades;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Promover a negociação de acordo básico de cooperação técnica (Ilhas Salomão)

- *Apresentar ao governo das Ilhas Salomão proposta de acordo básico de cooperação técnica. Já foi manifestado pelo país o interesse na recepção de cooperação brasileira nas áreas de agricultura (inclusive segurança alimentar), esportes, futebol, café, cacau, florestas, cana-de-açúcar e etanol.*

2. Finalizar a negociação de acordo básico de cooperação técnica (Papua Nova Guiné)

O Brasil propôs Acordo Básico de Cooperação Técnica com Papua Nova Guiné em 17/05/2019. A resposta brasileira à contraproposta papuásia referente ao acordo foi submetida em 17/11/2020. O Brasil ainda espera reação de Port Moresby, bem como detalhamento de temas do interesse daquele país. Em ocasiões anteriores, foram mencionados por autoridades papuásias, entre outros, agricultura (destaque para café e cacau), saúde, esporte, educação e manejo florestal.

3. Dar implementação ao acordo básico de cooperação técnica (Vanuatu)

- *Retomar os contatos para dar implementação ao acordo. Brasil e Vanuatu celebraram Acordo de Cooperação Técnica em 2013. O instrumento entrou em vigor em março de 2018. A embaixada já consultou as autoridades de Vanuatu sobre as áreas de interesse para projetos de cooperação, mas ainda não houve reação. Agricultura e pesca seriam áreas de possível interesse de Vanuatu. No início de março de 2023, Vanuatu foi atingido por 2 ciclones num intervalo de 48 horas. As intempéries teriam provocado destruição significativa, com custos estimados pelo governo local em no mínimo US\$ 75 milhões. Boa parte da população local teria sido afetada, especialmente pela destruição de colheitas e danos aos sistemas de eletricidade e abastecimento de alimentos e água potável. Sugere-se que se explorem, em diálogo com autoridades vanuatuenses, projetos de cooperação que atendam às necessidades imediatas e/ou estruturais do país decorrentes dos danos causados pelos ciclones.*

4. Dar implementação ao acordo básico de cooperação técnica, uma vez que o Congresso Nacional o ratifique (Fiji)

Em novembro de 2013, Brasil e Fiji celebraram seu primeiro acordo bilateral, o Acordo Básico de Cooperação Técnica. Há interesse fijiano de cooperação técnica em matéria de açúcar, etanol, pecuária, pesca e esporte. As autoridades fijianas consideram o Brasil um parceiro importante para ajudar na modernização da agricultura daquele país, permitindo o desenvolvimento de indústrias agrícolas sustentáveis para atender o mercado interno e de exportação. Desde 05/04/2022, o acordo encontra-se em tramitação na Câmara dos Deputados. Uma vez que o acordo entre em vigor, propõe-se estabelecer diálogo com as autoridades de Fiji para sua pronta implementação.

5. Retomar o diálogo com autoridades de Nauru para a entrada em vigor do acordo básico de cooperação técnica

- *Renovar às autoridades nauruanas pedido de informações sobre o status da aprovação do acordo de cooperação técnica pelo país e, uma vez em vigor, estabelecer diálogo para sua pronta implementação. Em 11/05/2006, foi assinado o Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Nauru. O Congresso Nacional aprovou, pelo Decreto Legislativo nº 270, de 10/06/2009, o texto do acordo. Para sua entrada em vigor, o acordo ainda carece de aprovação por Nauru. O governo de Nauru manifestou interesse em atividades de cooperação bilateral*

nas áreas médico-hospitalar; de tecnologia da informação; de água e saneamento básico; e pesca.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de reuniões e contatos com representantes dos governos de Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão, Fiji, Nauru e Vanuatu para promover a negociação de acordo de cooperação técnica, sua entrada em vigor ou sua implementação;
- 2) Número de projetos de cooperação brasileira.

IX - apoio às comunidades brasileiras no exterior

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Fornecer o apoio possível a cidadãos brasileiros em Papua Nova Guiné, Ilhas Salomão, Fiji, Nauru e Vanuatu

O último registro, de 2022, das comunidades brasileiras nos cinco países é a seguinte: Papua Nova Guiné: 30 nacionais; República de Vanuatu: 10 nacionais; República de Fiji: 80 nacionais; República de Nauru: 0 Ilhas Salomão: 0. Não há registro de nenhuma ocorrência consular nos referidos países.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de atendimentos consulares.

RELATÓRIO N° , DE 2026

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Mensagem (SF) n° 3, de 2026, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei n° 11.440, de 2006, o nome do Senhor ALEXANDRE PEÑA GHISLENI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Comunidade da Austrália e, cumulativamente, no Estado Independente da Papua Nova Guiné, nas Ilhas Salomão, na República de Fiji, na República de Nauru e na República de Vanuatu.*

Relator: Senador **LAÉRCIO OLIVEIRA**

O Presidente da República, por meio da Mensagem n° 3, de 2026, indicou o nome do senhor **ALEXANDRE PEÑA GHISLENI**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Comunidade da Austrália e, cumulativamente, no Estado Independente da Papua Nova Guiné, nas Ilhas Salomão, na República de Fiji e na República de Vanuatu.

De acordo com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente, bem como deliberar por voto secreto sobre a matéria.

Para tanto, e em atendimento ao disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (Risf), o Itamaraty elaborou currículo do diplomata, do qual extraímos o resumo que segue.

O indicado é bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e ingressou na carreira diplomática

em 1995, tendo sido promovido a Ministro Conselheiro em 2007, a Ministro de Segunda Classe em 2012 e a Ministro de Primeira Classe em 2022.

Ao longo de sua carreira no Itamaraty, o diplomata Alexandre Peña Ghisleni exerceu ampla gama de funções, dentre as quais destacamos a posição de Conselheiro na Embaixada brasileira em Washington, o cargo de Ministro-Conselheiro na Embaixada em Havana, além de postos de chefia e direção nas áreas de energia e agronegócio no MRE; desde 2025, o indicado é diretor do Departamento de Política Econômica, Financeira e Serviços do Itamaraty.

Destaco também que o indicado publicou textos sobre os temas: a incompatibilidade entre racismo e democracia; o tratamento dos direitos humanos no Conselho de Segurança das Nações Unidas; e os subsídios agrícolas na Organização Mundial do Comércio. Por fim, aponto que o diplomata foi condecorado com a Ordem do Rio Branco, no grau de cavaleiro.

A mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado sobre os **seis Estados** para os quais o Ministro foi indicado para exercer a chefia da representação diplomática, que contém estatísticas e informações dos países, bem como elementos acerca das respectivas relações bilaterais com o Brasil.

A Austrália é uma democracia liberal sob a forma de uma monarquia parlamentarista constitucional, que conta com uma população multiétnica de mais de 27 milhões de habitantes. Brasil e Austrália comemoraram, em 2025, 80 anos de relações diplomáticas, estabelecidas em 1945. Parceiros Estratégicos desde 2012, os dois países compartilham qualidades de potência regional: são países continentais, com sociedades e economias diversificadas, e têm em comum o fato de serem grandes produtores e exportadores de *commodities*, com destaque para as áreas de mineração, energia e agropecuária.

As relações Brasil-Austrália são profícuas e históricas: atualmente, estão em vigor 14 (quatorze) acordos bilaterais em diversas esferas de cooperação bilateral – um deles em vigor desde 1888, entabulado entre o Brasil Imperial e o Reino Unido da Grã-Bretanha, sobre navegação mercante. Além disso, encontram-se em fase de negociações outros 4 (quatro) acordos, dos quais citamos o que cuida de Facilitação de Investimentos e o que trata de Auxílio Jurídico em Matéria Penal.

O fluxo comercial bilateral é historicamente deficitário para o Brasil, muito em razão da importação de carvão mineral. Em 2024, os combustíveis minerais responderam pela parcela majoritária das importações brasileiras provenientes da Austrália. Naquele ano, o intercâmbio comercial foi de cerca de 2,1 bilhões de dólares, com as exportações brasileiras somando 612,7 milhões e as importações, cerca de 1,49 bilhão. De janeiro a setembro de 2025, as exportações brasileiras registraram aumento de 20% em relação ao mesmo período de 2024.

A Austrália apoia a candidatura brasileira a assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Nesse sentido, os países convergem no interesse de fortalecer o multilateralismo e de preservar um sistema de comércio internacional baseado em regras, especialmente no campo da agricultura. Em decorrência das características econômicas similares e de disponibilidade de minérios, recursos hídricos e energias, Brasil e Austrália têm muito a ganhar no intercâmbio de ciência e tecnologia, defesa, segurança, pesquisa polar e antártica, área nuclear para fins pacíficos, dentre outros.

A Papua Nova Guiné é um estado organizado sob a forma de monarquia constitucional parlamentarista, com mais de 11 milhões de habitantes, dispostos no território que faz fronteira direta com a Indonésia. Brasil e Papua Nova Guiné têm a primeira e a terceira maiores florestas tropicais respectivamente, o que torna natural a colaboração em interesses comuns, como preservação de áreas florestais e de culturas tradicionais.

Com relações diplomáticas mantidas desde 1989, o governo da Papua Nova Guiné tem expressado apoio à inclusão da agenda de florestas nos debates sobre a mudança do clima, lembrando do engajamento de seu país em favor do financiamento da conservação florestal.

O Primeiro-Ministro defendeu, nesse sentido, a iniciativa brasileira de estabelecer o Fundo Florestas Tropicais para Sempre e participou pela primeira vez de uma COP, a COP30, fato que atribuiu ao protagonismo brasileiro no campo da preservação ambiental.

Os fluxos comerciais bilaterais são ainda modestos: em 2024, as exportações brasileiras para Nova Guiné somaram 4,55 milhões de dólares, enquanto as importações brasileiras ficaram em torno de 96 mil dólares. Os produtos brasileiros mais exportados foram ferramentas de corte e miudezas comestíveis. O Brasil vem entabulando negociações junto à autoridade sanitária da Papua Nova Guiné para exportação de proteína animal, objetivando a

abertura do mercado desse país, o segundo maior da Oceania depois da Austrália.

As Ilhas Salomão são um país-arquipélago situado no Pacífico Sul, a nordeste da Austrália, com cerca de 800 mil habitantes. O Brasil estabeleceu relações diplomáticas com o país em 2005. Apesar de não haver tratado bilateral em vigor, há, atualmente, perspectivas de cooperação nas áreas de esporte e agricultura.

O fluxo comercial com as Ilhas Salomão somou 106 mil dólares. O valor advém exclusivamente das exportações brasileiras, não tendo sido registrada nenhuma importação originada do país do Pacífico. A pauta comercial foi composta exclusivamente por bens alimentícios industrializados brasileiros. Em 2025, foram aprovados certificados sanitários visando à abertura do mercado do arquipélago à indústria de proteína animal brasileira.

A República de Fiji é um país de mais de 900 mil habitantes, situados a mais de três mil quilômetros a leste da Austrália. Sua posição geográfica o distingue como centro logístico do Pacífico Sul. Com relações diplomáticas estabelecidas em 2006, Brasil e Fiji celebraram seu primeiro acordo bilateral em 2013.

O Acordo de Cooperação Técnica, aprovado nesta Comissão em dezembro de 2025, cria condições favoráveis à execução de projetos bilaterais em áreas como agricultura, meio ambiente, ciência, energia e tecnologia, priorizando resultados concretos e soluções adaptadas às realidades locais. Há outras quatro propostas de instrumentos bilaterais aguardando manifestação do governo de Fiji.

O comércio bilateral entre Brasil e Fiji é modesto. Em 2024, o intercâmbio ficou em um pouco mais de 1 milhão de dólares, composto, principalmente, por exportações brasileiras de bens manufaturados e produtos alimentícios industrializados.

A República de Nauru é um país insular, com população em torno de 12 mil habitantes e cerca de 21 km² de área, o que o torna o menor país insular do mundo. Com relações diplomáticas estabelecidas em 2005, há entre Brasil e Nauru o Acordo Básico de Cooperação Técnica, que ainda aguarda a ratificação do país do Pacífico.

No campo da cooperação humanitária, registramos o envio brasileiro, em 2022, de 500 doses da vacina contra difteria e tétano e de 500 doses da vacina contra sarampo, caxumba e rubéola; em 2025, a Agência Brasileira de Cooperação doou ao país medicamentos especiais para doenças crônicas e raras. Na esfera comercial, o intercâmbio é pouco expressivo: em 2025, o Brasil exportou 257 mil dólares e importou cerca de 8.400 dólares; os principais produtos exportados foram óleos combustíveis e óleo diesel.

A **República de Vanuatu** é arquipélago situado no Pacífico Sul, a nordeste da Austrália, com aproximadamente 326 mil habitantes e politicamente organizado sob uma república parlamentarista. Com relações diplomáticas estabelecidas em 1986, Brasil e Vanuatu celebraram o Acordo de Cooperação Técnica em 2013, que entrou em vigor em março de 2018, abrangendo áreas como agricultura, pecuária, florestas, pesca e aquicultura.

Destacamos que Vanuatu recentemente alcançou grande feito na Diplomacia Ambiental: por apresentar extrema vulnerabilidade aos efeitos das mudanças do clima, o país buscou junto à Assembleia Geral das Nações Unidas pedido de parecer consultivo da Corte Internacional de Justiça sobre mudanças climáticas. Em 2025, a Corte emitiu histórica opinião consultiva, considerando que os Estados são obrigados a protegerem direitos de gerações presentes e futuras dos impactos adversos da mudança do clima, independentemente de adesão a tratados multilaterais. O desrespeito a tais obrigações violaria o direito internacional, abrindo-se caminho para responsabilização legal de Estados infratores.

Por fim, em termos gerais, há certas limitações comerciais apresentadas pelos países insulares do Pacífico Sul, que possuem mercados modestos, com populações pequenas e de baixa renda. Ainda assim, há oportunidades comerciais que podem ser exploradas. As empresas aéreas de Fiji, Vanuatu e Papua Nova Guiné já operaram aeronaves da Embraer. Além disso, o governo brasileiro vem empreendendo esforços na região para abrir mercado para a nossa proteína animal, buscando a demanda regional relativa à segurança alimentar da população das ilhas do Pacífico.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

ANEXO

PLANO DE TRABALHO GT CRE 2026

Sumário Executivo

O Plano de Trabalho aqui apresentado contém os elementos fundamentais que serão desenvolvidos pelo Grupo de Trabalho (GT), o qual analisará, ao longo deste ano, a aprovação, a entrada em vigor e a implementação do Acordo de Associação entre o Mercosul e a União Europeia.

Essa análise estará fundada nos seguintes eixos:

- Aspectos jurídicos e comerciais;
- Meio Ambiente;
- Economia.

Trata-se de formato inovador nesta Casa, no qual o grupo de trabalho é composto por Núcleo Político e Núcleo Técnico.

Nesse sentido, o GT busca tanto exercer o papel fiscalizador desta Casa quanto qualificar o debate das grandes questões do País, sinalizando assim um compromisso com uma pauta técnica, relevante e propositiva para o Brasil.



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

Apresenta plano de trabalho para o grupo de trabalho (GT) criado pelo REQ nº 6, de 2026 – CRE, sobre o acompanhamento do processo de aprovação e os desdobramentos do Acordo de Associação entre o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a União Europeia (UE).

1. Introdução

O presente Plano de Trabalho tem por finalidade orientar as atividades do Grupo de Trabalho (GT) instituído no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), em atendimento ao Requerimento nº 6, de 2026 – CRE apresentado pelo Senador Nelsinho Trad, com o objetivo de acompanhar o processo de aprovação e os desdobramentos do Acordo de Associação entre o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a União Europeia.

A constituição do GT decorre da relevância estratégica, econômica e institucional do Acordo, especialmente do Acordo Provisório de Comércio (*Interim Trade Agreement – ITA*), atualmente submetido à apreciação do Congresso Nacional, bem como do Acordo de Parceria (EMPA), que inclui o ITA e abrange dimensões políticas e de cooperação mais amplas. Trata-se de instrumento de elevada complexidade normativa e significativo impacto para o comércio exterior brasileiro, para a competitividade da indústria e do agronegócio, para o ambiente regulatório e para a inserção internacional do País.

Nesse contexto, o Grupo de Trabalho terá como propósito central oferecer acompanhamento sistemático, técnico e político da tramitação legislativa do Acordo, bem como analisar seus potenciais efeitos econômicos, sociais, ambientais e regulatórios. Busca-se assegurar que o Parlamento disponha de



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

informações qualificadas e de subsídios técnicos consistentes para a deliberação responsável sobre matéria de tamanha envergadura e, se necessário for, propor alterações legislativas para sua implementação.

O GT estrutura-se em dois eixos complementares: o Núcleo Político, responsável pela condução estratégica, articulação institucional e definição de diretrizes; e o Núcleo Técnico, incumbido da elaboração de estudos, pareceres e análises especializadas que subsidiem as decisões do Núcleo Político e eventuais proposições legislativas necessárias à internalização e implementação do Acordo.

Ao final de seus trabalhos, previstos para conclusão até 15 de dezembro de 2026, o Grupo apresentará relatório circunstanciado contendo a descrição das atividades realizadas, as contribuições recebidas, os dados levantados e as conclusões alcançadas, com sugestões de encaminhamentos e minutas de proposições legislativas.

Este Plano de Trabalho, portanto, estabelece as bases metodológicas e organizacionais que nortearão a atuação do GT, com vistas a garantir transparência, rigor técnico, diálogo institucional e compromisso com a defesa do interesse nacional no âmbito das relações econômicas internacionais do Brasil.

2. Sistemática dos trabalhos

O primeiro passo dos trabalhos é o acompanhamento da aprovação do ITA. Em seguida, a realização de uma revisão da literatura acerca do que já foi publicado sobre os temas que estão sendo aqui analisados.

O passo seguinte, a partir dessa revisão, é o levantamento dos principais problemas apontados na literatura e dos temas e questões norteadores



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

do trabalho. Nesse ponto, serão definidas audiências públicas com temáticas centrais a serem conduzidas pelo Núcleo Político.

Em decorrência dessa análise, serão formulados convites para especialistas e representantes da tríade mercado, academia e governo, para se reunirem com os membros do Núcleo Técnico do GT. Essas reuniões serão gravadas pela equipe do Presidente, e seu registro formal será realizado pela Secretaria da CRE.

Para além do convite presencial a especialistas, outra linha a ser adotada é a da coleta de dados e informações, por meio da expedição de ofícios assinados pelo Presidente, solicitando-as a especialistas e órgãos selecionados.

De posse desse material, os consultores designados, ouvidos os demais membros do GT, sintetizarão e elaborarão a minuta de relatório final, a qual será submetida à consideração e aprovação do Núcleo Político do GT.

Nesse relatório final, para além do diagnóstico da situação atual, e do levantamento de problemas e oportunidades de melhorias, prevê-se a apresentação de minutas de propostas legislativas, mormente projetos de lei e indicações ao Poder Executivo, que possam aperfeiçoar os pontos passíveis de melhoria que serão apontados nesse documento.

3. Principais eixos temáticos a serem abordados

3.1. Aspectos jurídicos e comerciais

Este eixo terá por finalidade acompanhar a tramitação legislativa do Acordo e examinar os procedimentos de internalização no ordenamento jurídico



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

brasileiro e no âmbito dos países do Mercosul, bem como os distintos ritos de aprovação na União Europeia. Serão avaliadas eventuais necessidades de adequação legislativa, harmonização normativa e regulamentação complementar, de modo a assegurar previsibilidade, estabilidade institucional e proteção do interesse nacional na implementação do Acordo.

Este eixo busca analisar mecanismos de salvaguarda bilateral, cláusulas de reequilíbrio e instrumentos de defesa comercial previstos no Acordo, bem como as discussões e regulações no âmbito europeu sobre medidas protetivas direcionadas a setores sensíveis, especialmente no agronegócio. Serão examinados os potenciais impactos dessas ferramentas sobre as exportações brasileiras, a previsibilidade do ambiente comercial e a estabilidade das concessões negociadas, com vistas a avaliar sua adequação à proteção do interesse nacional e à manutenção de condições equilibradas de concorrência.

3.2. Meio Ambiente

Este eixo examinará as disposições ambientais do Acordo e seus desdobramentos práticos, com especial atenção às normas europeias relacionadas ao desmatamento, à rastreabilidade, à sustentabilidade e aos padrões socioambientais. Serão avaliados os impactos regulatórios e comerciais dessas exigências sobre os setores produtivos brasileiros, bem como sua compatibilidade com a legislação nacional e com as políticas públicas ambientais vigentes. O objetivo é identificar riscos de barreiras não tarifárias, oportunidades de agregação de valor sustentável e medidas necessárias para assegurar competitividade e segurança jurídica.

3.3. Economia



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

Este eixo tratará dos impactos esperados do Acordo sobre os diferentes setores da economia brasileira. Ele será subdividido em quatro seções: agropecuária, indústria, serviços e investimentos.

No que se refere ao comércio de bens, serão estudados os cronogramas de desgravação tarifária, regras de origem e demais disciplinas relacionadas. A análise buscará mensurar oportunidades de expansão das exportações brasileiras nos setores agropecuário e industrial, bem como identificar segmentos eventualmente mais expostos à concorrência europeia. O foco será avaliar ganhos de inserção internacional e eventuais necessidades de políticas de adaptação e competitividade.

Sobre o comércio de serviços, deverão ser avaliadas as inovações normativas e as perspectivas que se abrem às firmas brasileiras no mercado europeu e eventual necessidade de adaptação do arcabouço jurídico-normativo brasileiro para contemplar o dinamismo desse mercado. Igualmente, no que concerne aos investimentos estrangeiros, será necessário um exame detalhado das disposições relativas à facilitação de investimentos, levando em conta aspectos regulatórios e concorrenciais relevantes.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

4. Cronograma das atividades

Vislumbra-se o seguinte cronograma para as atividades a serem desenvolvidas pelo GT:

Atividade	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV
Aprovação do ITA									
Audiências Públicas									
Revisão da literatura									
Análise dos dados									
Entrevistas									
Elaboração do Relatório									





SENADO FEDERAL
Senador Nelsinho Trad

REQUERIMENTO Nº DE - CRE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 89, incisos IX e X, e do art. 90, inciso XI, do Regimento Interno do Senado Federal, aditar o Requerimento n. 3, de 2026, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), sobre o Grupo de Trabalho para o acompanhamento do processo de aprovação e dos desdobramentos do Acordo de Associação entre o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a União Europeia, com o objetivo de indicar os membros do Núcleo Político e do Núcleo Técnico do referido Grupo de Trabalho.

Comporão o Núcleo Político os Senadores Carlos Portinho, Jaques Wagner, Jorge Seif, Mara Gabrilli e Nelsinho Trad.

Comporão o Núcleo Técnico os consultores legislativos do Senado Federal Arthur Lascala, Fernando Lagares Távora, Joanisval Brito Gonçalves, Karin Kassmayer e Tarciso Dal Maso Jardim; e do Gabinete do Presidente da CRE, os seguintes assessores parlamentares: Thaisa Gois Farias de Moura Santos Lima; Bruna Maria Alves Macedo e Flávio Campestrin Bettarello, e da Secretaria da CRE, o Secretário Marcos Aurélio Pereira.

JUSTIFICAÇÃO

O presente aditamento ao Requerimento nº 3, de 2026, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), tem por finalidade indicar formalmente os integrantes do Núcleo Político e do Núcleo Técnico do Grupo

de Trabalho destinado ao acompanhamento do processo de aprovação e dos desdobramentos do Acordo de Associação entre o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a União Europeia.

A relevância estratégica do Acordo, em razão de seus impactos econômicos, comerciais, regulatórios e institucionais para o Brasil, exige acompanhamento estruturado e qualificado por parte desta Comissão, de modo a assegurar adequada articulação institucional, análise técnica aprofundada, tempestiva deliberação legislativa e, eventualmente, proposições legislativas de implementação do tratado.

O Núcleo Político, integrado pelos Senadores, terá como atribuições centrais a articulação e o diálogo com instâncias parlamentares nacionais e internacionais, órgãos e entidades governamentais e representantes da sociedade civil e do setor produtivo, bem como a definição das diretrizes estratégicas e a tomada de decisões quanto aos rumos dos trabalhos do Grupo de Trabalho. Caberá a esse Núcleo conduzir politicamente as iniciativas, promover interlocução institucional e deliberar sobre encaminhamentos, posicionamentos e prioridades.

Ao Núcleo Técnico compete prestar subsídios ao Núcleo Político, mediante a realização de reuniões técnicas, elaboração de estudos, notas e análises especializadas, bem como o apoio à formulação de deliberações e à proposição de eventuais adequações legislativas necessárias à internalização e implementação do Acordo. Em anexo encaminhamos o nosso plano de trabalho.

Diante do exposto, o presente aditamento visa nominar os membros e, apresentar nosso plano de trabalho, ao mesmo tempo, conferir maior efetividade e clareza operacional ao Grupo de Trabalho.

Sala da Comissão, de de .

Senador Nelsinho Trad
(PSD - MS)
Presidente da CRE



SENADO FEDERAL
Senador Nelsinho Trad

REQUERIMENTO Nº DE - CRE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 89, IX e X e do art. 90, XI, do Regimento Interno do Senado Federal, a criação do grupo de trabalho (GT) com o objetivo de realizar, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), o acompanhamento do processo de aprovação e os desdobramentos do Acordo de Associação entre o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a União Europeia (UE).

Os membros do Grupo serão apresentados posteriormente.

Ao término dos trabalhos, será elaborado um relatório final que contemplará: a descrição das atividades realizadas e das contribuições recebidas; os dados levantados, e as conclusões, nas quais constarão sugestões de encaminhamentos e possíveis desdobramentos.

O GT poderá solicitar dados e informações a especialistas dos setores público e privado, bem como convidá-los para discutir pontos específicos da análise.

O GT deverá concluir seus trabalhos até 15 de Dezembro de 2026 de modo a garantir que os resultados sejam publicados ainda no presente ano.

JUSTIFICAÇÃO

O Acordo Provisório de Comércio entre o MERCOSUL e a União Europeia (Interim Trade Agreement – ITA), firmado em Assunção (Paraguai) em



17 de janeiro de 2026, e encaminhado ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo mediante a Mensagem nº 93, de 2 de fevereiro de 2026, representa um dos mais amplos e complexos instrumentos internacionais já negociados entre blocos econômicos, cuja origem remonta à I Cúpula MERCOSUL–UE, realizada em 1999.

O ITA constitui o marco comercial do relacionamento birregional, abrangendo disciplinas como comércio de bens e serviços, regras de origem, barreiras técnicas, medidas sanitárias e fitossanitárias, compras governamentais, propriedade intelectual, salvaguardas, solução de controvérsias e desenvolvimento sustentável.

No mesmo ato de assinatura do ITA, foi firmado o Acordo de Parceria MERCOSUL–União Europeia (EU–MERCOSUR Partnership Agreement – EMPA), instrumento mais amplo que engloba o próprio ITA e os pilares político e de cooperação. O EMPA abrange temas como diálogo político, ciência e tecnologia, inovação, meio ambiente, direitos humanos e governança regulatória. Seu processo de celebração, entretanto, é significativamente mais complexo: exige assinatura e aprovação pelos 27 Estados-Membros da União Europeia e seus respectivos parlamentos nacionais, além do Parlamento Europeu. Por essa razão, apenas o ITA está sendo encaminhado ao Congresso Nacional neste momento, permitindo que os benefícios comerciais possam entrar em vigor de forma mais célere.

A dimensão econômica e estratégica do ITA é expressiva: MERCOSUL e União Europeia reúnem cerca de 718 milhões de pessoas e um PIB conjunto de aproximadamente US\$ 22,4 trilhões. Além disso, a União Europeia é o segundo principal parceiro comercial do Brasil, com corrente de comércio próxima a US\$ 100 bilhões. Em um cenário global marcado por protecionismo e tensões geopolíticas, o Acordo sinaliza compromisso com o comércio internacional como vetor de crescimento econômico, modernização industrial, inserção competitiva em cadeias globais de valor e cooperação entre povos.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível que a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CRE) instale um grupo de trabalho, para



acompanhar a tramitação congressional do ITA e monitorar os desdobramentos futuros relativos ao EMPA; promover debates públicos com especialistas, setores produtivos, academia, sociedade civil e órgãos governamentais; estudar as salvaguardas bilaterais e o mecanismo de reequilíbrio de concessões, avaliando seus impactos sobre setores produtivos e sua compatibilidade com políticas públicas nacionais; avaliar impactos econômicos, sociais, ambientais e regulatórios decorrentes da implementação do Acordo; examinar a necessidade de eventual marco legislativo complementar para assegurar segurança jurídica, competitividade e proteção do interesse nacional; monitorar o processo de internalização do Acordo no MERCOSUL e na União Europeia, considerando os diferentes ritos de celebração do ITA e do EMPA; e subsidiar o Parlamento com informações técnicas que permitam deliberação responsável.

O Grupo de Trabalho poderá aproveitar os esforços do anterior GT de Comércio Exterior (GT-CRE), que em 2025 elaborou diagnóstico consistente e propostas para uma melhor inserção do país no comércio global. E, sob a moldura do Acordo Mercosul–União Europeia, criar nova atividade de maneira ainda mais direcionada, em torno dos pilares do agronegócio e da indústria. Será possível analisar cenários, eventuais obstáculos e, sobretudo, oportunidades, com o objetivo de preparar o Brasil, em todas as suas vertentes econômicas, para um novo capítulo de sua trajetória no comércio internacional.

Diante da relevância estratégica do tema para o futuro econômico e geopolítico do Brasil, a instalação do Grupo de Trabalho se justifica amplamente e solicitamos apoio dos pares para sua instalação.

Sala da Comissão, 3 de fevereiro de 2026.

Senador Nelsinho Trad
(PSD - MS)

